SERAFIM LEITE, S. I.

HISTÓRIA DA COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL

TÔMO I

(Século XVI — O ESTABELECIMENTO)

1938

LIVRARIA PORTUGÁLIA
Rua do Carmo, 75
LISBOA

CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA
Rua 7 de Setembro, 162
RIO DE JANEIRO

A. M. D. G.

A

Afrânio Peixoto

PREFÁCIO

«... O Padre Manuel da Nóbrega obedecia ao sentimento colectivo, trabalhava pela unidade da Colónia, e no ardor dos seus trinta e dois anos achava ainda pequeno o cenário em que se iniciava uma obra sem exemplo na história». — CAPISTRANO DE ABREU, *Capítulos de Historia Colonial* (Rio 1928) 65-66.

A Europa, do século XV, deslumbrada pelo fulgor do Renascimento, produziu a exaltação do homem e das nações. Todavia, emquanto esta exaltação exagerada levava o nacionalismo germano--saxão ao grito revoltoso do non serviam, *rompendo a unidade religiosa da Europa, Portugal, dentro da mesma fôrça do seu nacionalismo, alheando-se de dissidências continentais, desembarcava em Marrocos (1415), precisamente com o sentimento expresso de* servir. *O «serviço de Deus» foi a ideia guiadora de D. João I na sua emprêsa. Com êste primeiro passo, e sob êste alto e divino pensamento, alicerçou Portugal a sua glória, abrindo a era das grandes viagens e descobrimentos modernos.*

O serviço de Deus não foi, contudo, o único pensamento impulsionador dos Descobrimentos. Portugal, comerciante por natureza, é marinheiro por predestinação. Estas necessidades o moveram também. Em todo o caso, é inegável que a frase de D. João I, transformada por seu filho D. Henrique na de atrair as nações bárbaras ao jugo de Cristo, latente em João de Barros, teve, na emprêsa marítima dos Portugueses, o lugar que lhe assinala Camões, colocando, na epopeia nacional, antes do Império, a Fé. Onde chegasse a proa dum navio português, podia aparecer ou não aparecer a espada, surgia com certeza a Cruz.

Exemplo? O Japão, a China, o Brasil...

Quando ia já alto o século XVI, Portugal começou a sentir o pêso da sua própria expansão. O sangue generoso dos seus filhos

mal chegava à periferia imensa dum corpo mais vasto do que podia sustentar o coração da Metrópole. Denotavam-se, aqui e além, sintomas de cansaço, sobretudo no Oriente, a-pesar-de continuar ainda vivo o curso normal da actividade ultramarina. Foi neste momento que se fundou a Companhia de Jesus, como reacção contra a desagregação doutrinária da Europa.

Em Portugal, reinava D. João III. O grande monarca, recusando infiltrações anglo-saxónicas, salvou Portugal da guerra civil e manteve, nesta parte do Ocidente, as tradições intelectuais, morais, religiosas e estéticas, da raça latina. A Providência reservou à Companhia de Jesus a principal colaboração nesta obra de saneamento espiritual, sobretudo na vastidão do Império Português, onde ela iria ser veículo de tão grandes ideias. Insuflaria, no antigo Império, uma alma tão forte que salvaria, quando chegasse a hora do desmoronamento, as suas maiores e mais ricas parcelas. Porções houve de terra portuguesa, fora da Europa, que sentiram em si energias e resistências bastantes para afugentar os inimigos de Portugal, como se foram, de-facto, um prolongamento dêle.

Ordem nova, protótipo das Ordens religiosas modernas, fundada com o fim determinado de propugnar, na Europa, pela unificação do espírito cristão e latino, e de ir combater, in quavis mundi plaga, *onde se travassem batalhas por Deus, os Jesuítas de Portugal logo se assinalaram em tôdas as regiões, onde flutuasse a bandeira das Quinas, como senhora ou hóspede de honra. No Oriente, S. Francisco Xavier assombrou o Mundo com as suas maravilhas. Considerando-se, porém, as vastíssimas regiões, que percorreu em tão pouco tempo, êle é modêlo de missionários mais* discurrentes *que fixos; e convém saber que, de tôdas as missões dos Jesuítas Portugueses, a que teve efeitos mais perduráveis, foi a do Novo Mundo. A sua obra confunde-se com a própria formação do Brasil.*

*

A Província *do Brasil fazia parte da* Assistência *de Portugal e esta era uma das que formavam a* Companhia *de Jesus. Para se escrever a história científica e completa da Companhia, obra ardentemente desejada há mais de um quarto de século, era mister escrever primeiro a das Assistências. A de Portugal, dilatadíssima, não podia ser tratada por um só homem. Para se ver a amplidão dela, basta*

recordar o título verdadeiramente ecuménico com que Fernão Guerreiro enumera as missões dos Jesuítas Portugueses: « Relação anual, das coisas que fizeram os Padres da Companhia de Jesus nas suas missões do Japão, China, Cataio, Ternate, Ambóino, Malaca, Pegu, Bengala, Bisnagá, Maduré, Costa da Pescaria, Manar, Ceilão, Travancor, Malabar, Sodomala, Goa, Salcete, Lahor, Diu, Etiópia a alta ou Preste João, Monomotapa, Angola, Guiné, Serra Leoa, Cabo Verde e Brasil ». *Esta vastidão imperial impunha a divisão do trabalho. E o último da lista imponente das missões da Companhia veio a ser o primeiro. Preferência do coração, que inclinou para êle o Autor, tendo-lhe sido dado a escolher entre o Oriente Português e a América Portuguesa. Preferiu-o, porque, amando entranhadamente o Brasil, onde passou, secular, os melhores anos da sua juventude, julgou que êsse conhecimento directo lhe facilitaria a interpretação de certos pormenores da evolução do Brasil, ao passo que a sua qualidade de português o levaria a interpretar, igualmente com justiça, a actividade da sua Pátria na colonização do Brasil. Entre estas duas tendências do coração, procurou o equilíbrio da verdade, sobreposto a paixões irredutíveis.*

Uma das formas desta paixão depara-se logo na interpretação diversa dos cronistas do Brasil. Os da Companhia são, em geral, complacentes com os Índios, a quem tinham encargo de defender, e severos para com os colonos, que lhes dificultavam ou hostilizavam a defesa. Pelo contrário, os cronistas seculares, em particular, Gabriel Soares de Sousa e Varnhagen, carregam as côres a-respeito dos Índios do Brasil, para justificarem as investidas dos colonos, que assim aparecem melhorados. Esta verificação antecipada é salutar para prevenir simpatias ou antipatias. Realmente há o perigo de se enxergarem as coisas por um ângulo particular, com olhos demasiado portugueses ou demasiado brasileiros ou ainda demasiado eclesiásticos. No entanto, é patente que esta história, sendo história portuguesa, não é a história de Portugal, sendo história brasileira, não é a história do Brasil, sendo história eclesiástica, não é a história da Igreja. É a história dos actos realizados pelos Jesuítas da Assistência de Portugal no Brasil. História autónoma, sem inclinações exclusivistas, que emperram às vezes as investigações da verdade.

Não escrevendo a história geral da Companhia, importa fazer também uma ressalva. Dos elementos que a constituem — Instituto, formação, orgânica interior, etc. — só assumimos o indispensável para dar

a conhecer o seu espírito e para que o leitor compreenda fàcilmente a sua actividade particular. Desenvolver tais assuntos seria fugir do nosso, ou avolumar desmarcadamente êste trabalho, por si longo, inserindo estudos já feitos em obras conhecidas.

As fontes principais desta história são as próprias cartas e relações dos que são actores nela. Além destas fontes coevas, existem alguns trabalhos já publicados, em particular, a Chronica, *de Simão de Vasconcelos, que abrange o período do primeiro Provincial do Brasil e podia chamar-se Vida de Nóbrega, e as Vidas de Anchieta, escritas pelos Padres Quirício Caxa, Pero Rodrigues, e o mesmo Vasconcelos, que alcançam quási até o fim do século XVI e são uma breve síntese dêle* [1].

Nos documentos publicados, e noutros de natureza hagiográfica, sem os menoscabar, procuramos, contudo, verificar as suas afirmações nas fontes respectivas. Estas fontes, escritas em geral sem miras na posteridade, surpreendem os factos na sua pureza essencial. Já não participam da mesma genuïnidade as obras históricas do século XVII ou XVIII. Escritores há que as teem aceitado com demasiada confiança. Longe de nós a ideia de que os seus autores quisessem faltar à verdade. Mas a maneira como se escrevia a história naquele tempo difere muito da forma como hoje se escreve. «É sabido, diz Astrain, que então dominava aos historiadores piedosos uma devota parcialidade, que os inclinava a ver em tudo virtudes eminentes, acções heróicas, milagres estupendos, êxtases, visões, arroubamentos, revelações, profecias, todo um mundo de maravilhas espirituais, e que, arrastados pela ânsia de encomiar tudo, chegaram algumas vezes à manifesta falsificação. Alguma coisa desta devota parcialidade se percebe nestas histórias da Companhia» [2].

Aceitamos, absolutamente falando, a possibilidade de tôdas aquelas maravilhas. Mas, achando a piedade útil para tudo, entendemos também que cada coisa tem o seu lugar e que se a obra da Companhia leva, por um lado, o sêlo da maior glória de Deus, possue por outro, o sentido humano, inerente a tôdas as obras dêste mundo.

---

1. *Entre as tentativas para continuar a* Chronica *do Brasil conta-se a do P. Valentim Mendes, baïano, da Cachoeira. Sabe-se apenas o facto, desconhecem-se os resultados. Cf.* infra, *Apêndice A.* — Scriptores Provinciae Brasiliensis, *n.º 29, p. 535.*

2. Historia, *I, XXXV.*

*

Dir-se-á que nós falamos da acção dos Jesuítas e que outros tiveram também acções gloriosas. Mas ¿que dúvida? Simplesmente não são objecto primário do nosso estudo. Ainda assim, quando houve intervenção alheia, enunciamo-la suficientemente para se inferir o respectivo valor. Mal iria ao historiador duma Instituïção, se tivesse que demorar-se com actividades estranhas a ela. Não se conclua, com isso, que seja objectivamente inexacto o que narramos. Sem nos propormos escrever tôda *a História do Brasil, concordamos que a parte dos Jesuítas é grande. E é grande, também, como parte da História Eclesiástica e como expressão importante da História da Expansão Portuguesa no Mundo.*

Porventura o facto de sermos da Companhia de Jesus prejudicará a feitura da obra? Não nos parece. Reconhecemos humildemente que não temos todos os requisitos para tão grande emprêsa. Não é a qualidade de jesuíta que nos preocupa. Quem melhor que um português para escrever a história de Portugal? Quem melhor que um brasileiro para escrever a história do Brasil? Não será um médico, supostas as aptidões de historiador, quem melhor possa escrever a história da medicina, um jurisconsulto a da jurisprudência? Mas — objecta-se — não sofreremos a influência do meio em que vivemos? Entendamo-nos. Assim como um português aprecia a batalha de Aljubarrota de modo diferente dum espanhol; e um brasileiro a batalha de Guararapes, diferente dum holandês, assim um jesuíta aprecia os factos da Companhia de modo diferente do seu adversário. Partimos, porém, do princípio de que a civilização cristã é boa. Mesmo, prescindindo do lado sobrenatural da questão, colocando-nos apenas no plano histórico das civilizações, cremos que a civilização representada pelos povos europeus, em particular o latino, é superior à dos Tupinambás ou fetichistas africanos . . .

Que importa o debate acêrca da sobrevivência de culturas e a verificação de que a cultura inferior, posta em contacto com a superior, ou se desagrega ou morre? Não ficará sempre, como dado positivo, a maior extensão duma cultura superior? O debate seria útil, se os métodos empregados para a vitória, fôssem os da violência, como sucedeu com certos países de civilização extra-latina. Mas foi precisamente uma das glórias portuguesas o ter-se operado essa substituïção quási só pelo dinamismo latente da civilização superior, que por

si mesma se impôs, agregando a si os elementos inferiores. Aliás, qualquer outra civilização diferente da latina, que tentasse fixar-se no Brasil, fracassaria, como fracassou sempre nos climas tropicais. Outros, que tenham ideias opostas à nossa civilização, que é afinal a civilização brasileira, poderão tirar conseqüências inversas. Mas damos uma garantia. Se em tôda a história humana há o elemento subjectivo, há também a objectividade do documento, que pode ser dissecado e visto por todos com absoluta independência. No nosso caso, poder-se-á ver, entre outras coisas, que fugimos ao ditirambo e nos abstemos muitas vezes de pôr em relêvo factos, que teem sido muito mais encarecidos por escritores alheios à Companhia.

A têrmos de pecar, preferimos pecar pelo lado do comedimento.

Receamos até que algum leitor, habituado a panegíricos ou amplificações literárias sôbre a influência dos Jesuítas não só sob o aspecto religioso, mas político, moral, social, científico, etc., não encontre, logo à primeira vista, o que esperava a sua curiosidade excitada. Essa impressão é susceptível de se corrigir, recordando que o século XVI, de que agora tratamos, é apenas uma parte desta história . . .

Disse um dia Capistrano de Abreu, que seria presunçoso quem quisesse escrever a história do Brasil, sem se escrever antes a história da Companhia de Jesus no Brasil. Já lá vão mais de 30 anos. A afirmação do maior historiador brasileiro vale, ainda hoje, a-pesar dos grandes passos dados depois dela, não só para a história orgânica, em si, inexistente até agora, como para a documentação que pressupõe. Ainda assim, a história da Companhia no Brasil relativamente mais estudada é a do século XVI. A dos seguintes, que elaboraremos logo depois dêste, tem muito mais documentação desconhecida. Mas, no século que historiamos nos dois primeiros volumes, tinham serpeado inexactidões sem conta, e faltava obra de conjunto que indicasse a sua fisionomia geral. É o que nos propomos fazer agora, com espírito mais sintético que analítico, para não afrouxar, com ramificações difusas ou ampliações morosas, um trabalho, por si mesmo, vasto. As referências do fundo da página darão aos estudiosos base bastante para orientarem em rumos próprios as suas investigações de interêsse particular para determinada região ou assunto.

*

Não temos a pretensão de ter dito tudo. Acêrca da Chronica, *de Vasconcelos, escrevia António Franco: «Da primeira parte da His-*

tória do Brasil, que está impressa, vejo que muitas coisas temos cá nos nossos cartórios dignas de História, de que aquêle Historiador não teve as miüdezas; porisso se foi ajustando com as generalidades que desta sua Província tirou a História Geral da Companhia» [1].

Estas miüdezas, dignas de história, pesquisamo-las sèriamente nos diversos «cartórios» do mundo.

Mas outras miüdezas achará ainda quem vier depois de nós. É humano. Ou, como diria Colombo: «andando mais, mais se sabe»...

Na história duma instituïção há assuntos limítrofes, que poderiam ser tratados num capítulo ou noutro. Decidimo-nos pelo que nos pareceu mais consentâneo com a organização desta obra, reconhecendo, sem custo, que caberiam perfeitamente noutro capítulo. Não raro tivemos que dar indicações genéricas para ilustração das particulares. Será menos esquemático, mas é, com certeza, mais compreensivo.

Em obra tão vasta ter-nos-á também escapado algum pormenor ou mesmo tê-lo-emos deixado propositadamente para não alongar ou descair a narrativa. Domina-nos, porém, a firme convicção de não têrmos omitido nada por ser desagradável à Companhia, nem têrmos mudado nada, advertidamente, ao conteúdo dos documentos. Na medida das nossas fôrças, tratamos de perscrutar, segundo a origem e carácter conhecido dos autores e relações, o valor de cada testemunho e os intuitos de cada qual, capazes de corroborar ou infirmar a sua autoridade. Procurámos, com reflexão, realizar êste desideratum.

Desfaríamos, uma vez ou outra, ideias feitas e correntes? Talvez. O povo na sua mentalidade, extremamente simples e sintética, apaga em geral o contôrno dos factos e agrupa-os à roda dum homem ou dum episódio, que transforma em símbolo. É a lenta elaboração dos séculos. Que faz o historiador? Pega nos documentos, e inicia, sistemàticamente, a redistribuïção necessária, atribuindo a diversas pessoas e lugares os factos absorvidos pelo símbolo. Ao símbolo substitue, não raro com estupefacção ou até desagrado dalguns, mas com o assentimento profundo da verdade, a história. Umas vezes a idealização dá para concentrar num homem a glória de muitos. No Brasil, Anchieta. Outras vezes a divagação, como depois da perseguição pombalina e das calúnias impunes contra a Companhia (impunes, porque, pela dissolução e prisão, lhe foi impedida a defesa), dá para fazer do

1. *Franco,* Imagem de Coimbra, *II, 212.*

Jesuíta um homem de malas artes. Símbolo bom, símbolo mau! Ambos fictícios! A verdade mata a ficção. A revisão das fontes históricas refaz as mentalidades. É preferível assim. O símbolo, bom ou mau, é sempre uma falsificação. E a história pretende ser, simplesmente, a Verdade.

*

No Brasil nenhuma instituïção foi tão popular como a Companhia de Jesus. A popularidade tem sempre um fundo certo, mas alarga o âmbito dos factos particulares e, com o alargamento, esfuma-lhes a precisão histórica. Quando esta retoma os seus direitos, produz-se a surprêsa, mesmo sem se tratar de símbolo. É o caso, por exemplo, de Itanhaém, onde a história é muito mais restrita do que a lenda. Ora há imensa vantagem em substituir noções vagas por certezas, e estas, no caso da Companhia, são tais que, se a lenda fica prejudicada, a verdade, ao surgir no seu quadro simultâneamente simples e amplo, é tão sugestiva que, por si própria, se impõe.

Guiando-nos por um critério positivo, procuramos, na elaboração da história, interpretar as condições mesológicas, antropológicas e sociais do Brasil. Não acatamos, porém, subservientes, os cânones que tornam preponderantes aquêles factores, exagerando uns em prejuízo talvez dos outros. Alguns submetem-se tanto a êsses factores que, julgando fazer história, fazem ciência particular, sociologia, por exemplo. Servem a verdade? Em parte apenas. No fundo servem os seus mitos ou místicas respectivas. A história científica é e há-de ser sempre, as datas e os homens, com a sua multíplice actividade no tempo e no espaço. Mediante investigação rigorosa, procura desprender de tudo, com nitidez, a linha geral dos acontecimentos. Para nós, o historiador não pode ser um simples coleccionador de factos, a enfiar verbetes uns atrás de outros — um erudito-reporter; nem um intérprete unilateral, olhando os sucessos apenas sob determinado aspecto. Muito menos pode ser um simples esteta. O rigor da história não se contenta hoje com narrações literárias: exige a demonstração do que se afirma. Bem sabemos que a ligeireza da arte agrada ao vulgo mais do que a ciência e que certos críticos tratam com desdém a investigação científica. Mas então a história o que é? Em história, a arte pisa terreno perigoso, se a investigação, própria ou alheia, a não precede. Põe-se a caminhar nos lindes do pouco mais ou menos, das impressões ou imprecisões subjectivas, e, quando cuida

ser obra que resista ao tempo, tem-se na realidade produto da fantasia, ao sabor da teoria do momento. Não é que, por nossa vez, desprezemos as teorias de que falam os tratadistas. São úteis como instrumento de trabalho, dirigindo a atenção para aspectos históricos, deixados na penumbra. O que rejeitamos é o seu exclusivismo absorvente. Quem o aceita, submisso, corre o risco nada imaginário de tirar conclusões, à primeira vista, novas ou brilhantes, envoltas no fulgor de períodos bem lançados, porém sem bases sólidas, que requerem esfôrço, assimilação, critério e espírito universal a unir relações dispersas, quási a frio, serenamente, sem preocupações de escola.

*

Na realização dum trabalho histórico, como êste nosso, podem-se seguir três caminhos: o cronológico, o ideológico ou o geográfico. Seguimo-los todos três, segundo o desenvolvimento da narração o pedia. Como base, contudo, adoptamos o cronológico, de século em século. Os dois primeiros tomos enchem-se com o século XVI. Isto feito, o primeiro segue geralmente a ordem geográfica, excepto o Livro II, dedicado ao problema das Subsistências, necessário para a boa compreensão do demais. Falando sôbre o Estabelecimento da Companhia no Brasil era, na verdade, mister acompanhar as fases geográficas dêsse estabelecimento. No segundo tômo, consagrado em particular à Obra dos Jesuítas, a ordem lógica impunha-se, de acôrdo com as diversas actividades da Companhia. Na divisão que adoptamos, não quere dizer que o Estabelecimento deixe de ser também uma Obra, nem que, ao tratar da Obra, se omitam referências geográficas. Seria impossível uma e outra coisa. A repartição em séculos não significa que, ao fim de cada um, cortemos cerce a narrativa. Se o assunto o requerer, indicaremos a sua seqüência, numa rápida pincelada, que pode, no entanto, abranger largos períodos.

Não nos pareceu útil dividir a História da Companhia de Jesus no Brasil nos ciclos rotineiros: 1500-1580, domínio espanhol, etc. A fatalidade, que uniu as duas corôas de Portugal e Castela na mesma cabeça real, quási não teve repercussão no Brasil senão no sentido de aportuguesar ou abrasileirar mais a Colónia e alargar as suas fronteiras. Concitou também contra ela os ódios dos inimigos de Espanha. Mas isto foi ainda um elemento de robustecimento da consciência luso-brasileira, repelindo com os próprios recursos a agressão

estranha. O sentimento nacional português, malferido na Europa, lançou raízes livres na América. Lá não houve solução de continuïdade.

Esta liberdade, que logo se notou nos Portugueses do Brasil, fê-los muitas vezes passar por cima da lei. Cometeram-se injustiças, sobretudo contra os que estavam em condições mais precárias de defesa, que eram os Índios. A Providência costuma, porém, colocar o remédio ao pé da doença. De Portugal vieram também os seus defensores. Se os colonos e administradores portugueses governavam a terra e a cultivavam como fonte de riqueza e elemento de soberania, os Jesuítas da Assistência de Portugal amavam a terra e os seres humanos que essa terra alimentara no decorrer dos séculos. Os primeiros apoderavam-se do corpo; os segundos, da alma. Do concurso de uns e outros, completando-se, nasceu o Brasil. Emquanto os Governadores, Capitãis e funcionários iam estabelecendo as bases do Estado, o elemento religioso alicerçava o novo edifício com formas tão elevadas e nobres, que dariam ao conjunto a solidez da Eternidade.

Rio de Janeiro, 1934 — Lisboa, 1938.

Introdução bibliográfica

A) FONTES MANUSCRITAS

As fontes manuscritas, cujo acervo principal está no Arquivo Geral da Companhia, são o fundo essencial desta história. E são, ao mesmo tempo, fontes auxiliares, poderosas, para a História Geral do Brasil ou pontos dela. Procuramos, porém, cingir-nos ao nosso objecto, indicando só, uma vez ou outra, êsse aspecto particular do documento compulsado. Encontram-se, também, pelos arquivos, reproduções materiais doutros documentos, ou confirmações dêles. Não nos sentimos obrigados a mencionar sempre êstes escritos, que, sem adiantar nada ao documento-base, sobrecarregariam a narração, introduzindo o leitor no labirinto de citações inúteis.

Muitos documentos do século XVI existem em latim ou castelhano. Escrevendo em português, para leitores, sobretudo, de língua portuguesa, não achamos conveniente emperrar a leitura com constantes excerptos em língua estranha. Confiamos, sem presunção, que a nossa modesta formação humanista garanta a interpretação do latim; e que uma longa permanência em Espanha nos tenha subministrado suficiente conhecimento da língua dessa nação.

No manejo dos documentos achamos algumas dificuldades práticas, que vencemos como pudemos. Duas convém ressalvar aqui. Uma refere-se à idade dos Padres. Em geral, os Catálogos antigos não dizem o dia e ano em que nasceram, senão a idade que teem, em determinado ano. Por êste, se faz o cálculo do nascimento. Contudo, como aquêles anos umas vezes significam os já feitos, outras os do ano decorrente, há sempre margem para dúvidas se será uma unidade a mais ou uma unidade a menos. Tomem-se, portanto, em geral, como datas limites.

Outra dificuldade diz respeito à ortografia. A ortografia da língua, comum a Portugal e ao Brasil, tem andado nos últimos tempos num perpétuo tecer e destecer. No entanto, convém adoptar uma. Adoptamos, por disciplina, a que se considera em vigor, no momento em que êste livro começa a imprimir-se. No texto procuramos esta uniformidade, indispensável até na transcrição de documentos já publicados com modificações ortográficas. Reproduzi-los com tais modificações seria o caos. Distinguimos, porém, entre a ortografia e a morfologia.

A morfologia conservamo-la.

Nas *notas*, seguimos geralmente a mesma regra. Muitas citações, feitas em português, de documentos espanhóis ou latinos, não podem, efectivamente, grafar-se senão na ortografia actual. Mas, quando o inèditismo ou importância do documento impõe a citação original, mantemos então, escrupulosamente, a forma primitiva.

Notemos que nem todos os livros, salvos do naufrágio do século XVIII, se encontram no Arquivo da Companhia. Andam dispersos por diferentes bibliotecas públicas ou particulares, se é que alguns se não perderam totalmente.

No *Apêndice A*, no fim dêste primeiro tômo, a lista de *Scriptores Provinciae Brasiliensis* contém algumas obras, que ainda não foi possível encontrar. E uma *Relação Necrológica de Jesuítas ilustres do Brasil*, feita pouco depois de 1757, cujo autor deve de ser o P. Manuel da Fonseca, expressamente nomeado como tal, naquela mencionada lista, termina assim, anunciando dois livros, cuja existência moderna se ignora: «Sunt praeterea plures alii non minori virtutum laude praestantes, quorum facta vel maiorum incuria vel multiplex rerum vicissitudo quam primum sub Hollandis Brasiliam occupantibus, tum modo sub immani hac tempestate experta est Societas Brasilica nobis posteris eripuit. Interim ex parte consolamur *duplici superstite manuscripto libro*, in quo vita functorum Collegii D. Pauli et Fluminis Ianuarii nomina recensebantur, ministrorum oculis subtracto, Romamque furtim conducto» *(Lus. 58 (Necrol. I)* f. 20v).

Ter-se-ão perdido êstes livros? Existirão nalgum Arquivo, mas sem indicação suficiente que permita as pesquisas?

Em 1933, percorremos os Arquivos da Europa (Portugal, Itália, Espanha, França, Bélgica, Holanda; e, a seguir, os do

Brasil, onde nos constava ou pressentíamos houvesse documentação para a nossa história, recolhendo dêles, em verbetes ou fotocópias, tudo o que continham e nos pareceu útil à sua feitura. Seria longo um relatório pormenorizado destas pesquisas pessoais. Eis o seu simples sumário:

I — Archivum Societatis Iesu Romanum

É o Arquivo Geral, o grande fundo da história da Companhia. Alguns documentos do seu precioso recheio já estão publicados. A grande maioria está inédita.

Damos entre cancelos o modo de citação:

Brasilia	1 —	Epistolae Generalium — 1678-1759	[*Bras. 1*]
»	2 —	Ordinationes PP. Generalium, Visitationes, 1576-1601	[*Bras. 2*]
»	3(1) —	Epistolae Brasilienses, 1550-1660	[*Bras. 3(1)*]
»	3(2) —	» » 1661-1695 [1594]	[*Bras. 3(2)*]
»	4 —	» » 1696-1737	[*Bras. 4*]
»	5 —	Catalogi Breves et triennales (2 vol.): séc. XVI-XVII	[*Bras. 5*]
»	6 —	» » » » 1700-1757	[*Bras. 6*]
»	7 —	[Eram catálogos do século XVII. Êste volume foi desfeito e deu o fundo do 2.º vol. do n.º 5].	
»	8 —	Historia: 1600-1647	[*Bras. 8*]
»	9 —	Historia Brasiliae et Maragnonensis	[*Bras. 9*]
»	10 —	Historia Brasiliensis 1700-1756	[*Bras. 10*]
»	11 —	Fundationes: Collegii Bahiensis	[*Bras. 11*]
»	12 —	Historia Fundationum Collegii Bahiensis, Pernambucensis, Fluminis Ianuarii	[*Bras. 12*]
»	13 —	Menologium: I	[*Bras. 13*]
»	14 —	» II	[*Bras. 14*]
»	15 —	Brasiliae Historia 1549-1599	[*Bras. 15*]
»	16 —	Vasconcellos, *Hist.*	
»	17-24 —	[Nada até ao n.º 25, onde começa a Vice-Prov. do Maranhão].	
»	25 —	Epistolae Generalium	[*Bras. 25*]
»	26 —	» Maragnonenses	[*Bras. 26*]
»	27 —	Catalogus Maragnonensis	[*Bras. 27*]
»	28 —	Inventarium Maragnonense	[*Bras. 28*]

Pelas datas, apostas a cada número, vê-se quais são os que teem importância para o século XVI: *Bras. 2, 3(1), 5, 11, 12, 15* e ainda parte de *Bras. 3(2)* e *8*. Além dêstes documentos, há

outros que, tratando directamente do Brasil, veem contudo distribuídos por outras rubricas:

Lusitania	[*Lus.*]
Congregationes	[*Congr.*]
Historia Societatis Iesu	[*Hist. Soc.*]
Epistolae Nostrorum	[*Epp. NN.*]
Epistolae Externorum	[*Epp. Ext.*]
Opera Nostrorum	[*Opp. NN.*]
Vitae	[*Vitae*]

II — **Outros arquivos Europeus**

a) *Portugal.* — Os Arquivos Portugueses, mais ricos em documentação jesuítica, sôbre o século XVI, são, em Lisboa, a Biblioteca Nacional [citamos BNL], secção de Reservados, fundo geral [citamos fg] e o Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, cartório dos Jesuítas. Na Biblioteca da Ajuda encontra-se pouco, um ou outro documento incluído nos *Jesuítas na Ásia*, como as relações sôbre Anchieta e o B. Inácio de Azevedo; e no Arquivo Histórico Colonial [Arq. H. Col.], rico sôbre os séculos XVII e XVIII, pouco se guarda do século XVI, a não ser o livro fundamental dos *Registos* n.º 1. A Biblioteca Pública de Évora tem sido bem estudada, e muito do que contém sôbre os Jesuítas do Brasil, no século XVI, já foi impresso. Revimos os originais, confrontando e corrigindo uma ou outra inexactidão. A Biblioteca Municipal do Pôrto e a Biblioteca da Universidade de Coimbra são magras no que toca ao século XVI. O que encontramos de inédito vai indicado nos devidos lugares. Na de Braga, não existe nada que interesse directamente os Jesuítas do Brasil, no período que estudamos.

Nos Arquivos Portugueses, sobretudo na Tôrre do Tombo, conservam-se mais particularmente os documentos que dizem respeito a bens e assuntos económicos, ou porque na Companhia também se guardassem com mais cuidado, ou porque no momento da perseguição se atendesse mais a êles na organização dos inventários.

De todos os Directores das Bibliotecas e Arquivos portugueses recebemos as maiores facilidades e atenções.

b) *Itália.* — Além do Arquivo da Cúria Generalícia, existem,

em Roma, alguns arquivos públicos com documentação sôbre os Jesuítas do Brasil no século XVI:

Fondo Gesuitico, Piazza del Gesù, 45 [Gesù...]
Biblioteca Nazionale Vittorio Emanuele [Bibl. Vitt. Em.]
Archivio Segreto del Vaticano [Vaticano...]

Os dois primeiros são mais ricos sôbre o nosso assunto; noutros arquivos de Roma, há pouca documentação, que nos diga respeito. No da Propaganda, por exemplo, o documento mais antigo, referente ao Brasil, é de 1658.

c) *Espanha.* — Os Arquivos, que encerram alguma novidade para o Brasil no século XVI, são o de Índias, em Sevilha, e o da Biblioteca de la Academia de la Historia, em Madrid. O de Simancas não contém quási nada sôbre os Jesuítas do Brasil no século XVI.

d) *França.* — *Fond Portugais* e *Fond Jésuitique* da Bibliothèque Nationale de Paris. Insignificantes para o nosso caso.

e) *Bélgica.* — Estudámos, em Bruxelas, a *Bibliothèque du Royaume* e a magnífica livraria dos Bolandistas. Nesta, não se trata pròpriamente de manuscritos, mas de livros raros, reünidos numa só biblioteca especializada.

f) *Holanda.* — Arquivo e biblioteca de Valkenburg.

III — **Arquivos Brasileiros**

Depois de estudar os da Europa, percorremos, em 1934, os Arquivos do Brasil (S. Paulo, Rio, Vitória, Baía, Pernambuco, Fortaleza, S. Luiz do Maranhão e Pará). Além dos Arquivos nacionais e estadoais, visitámos os das Câmaras e Cúrias de S. Paulo e Baía. Foi-nos dado ver duas bibliotecas particulares, a de Félix Pacheco, no Rio, e a de Samuel Mac-Dowel, no Pará. Da do Dr. Alberto Lamego possuíamos já fotocópias dos *manuscritos* mais importantes, cedidas gentilmente por êle, quando residia na Europa.

Concluímos, desta nossa visita, que os Arquivos Brasileiros sofreram vários atentados. Acham-se, aqui e além, referências a manuscritos, que seriam utilíssimos hoje, e se perderam ou andam extraviados, sem se lhes conhecer o paradeiro. Em 1592, começou

a haver, na Baía, um livro com os nomes de todos os Padres que se ordenavam, o bispo que os ordenava, etc. Nas outras Capitanias principiariam, também, logo depois da próxima Visita do Provincial Marçal Beliarte (*Bras. 15*, f. 408). Que será feito dêstes livros?

Descuidos dos próprios Jesuítas, cupim, naufrágios, a invasão holandesa, e, sobretudo, a perseguição pombalina produziram efeitos catastróficos para a cultura histórica do Brasil. O que narra A. Gonçalves Dias sôbre o Arquivo do Maranhão é do máximo desalento, prova pungente dos estragos do tempo. E, também, da negligência dos homens. Em 1831, diz êle, só se achavam nesse arquivo mil volumes. «Só», porque eram muitos mais. Mas, emfim, eram *mil*. «Os vinte anos que depois decorreram, bastaram para consumar essa obra de destruïção. Nada há hoje que aproveitar do arquivo dos Jesuítas!» Tal é o testemunho daquele ilustre poeta, que o visitou, por encargo oficial, em 1851. (A. Gonçalves Dias, *Exames dos Archivos dos mosteiros e das repartições publicas — para collecção de Documentos Historicos relativos ao Maranhão*, na *Rev. do Inst. Bras.*, XVI (1853) 377-391).

O caso do Maranhão não foi isolado. A-pesar disto, alguns Arquivos Brasileiros encerram documentação importante para os séculos XVII e XVIII. Do século XVI, não conteem documentos inéditos, cujo objecto seja primàriamente a Companhia de Jesus. E um ou outro documento, que fala de Jesuítas, tem sido ùltimamente dado à estampa ou está em via disso, nas diversas e valiosas colecções dos Arquivos, Bibliotecas ou Institutos Históricos.

*

Entre estas colecções, com subsídios uteis para a História da Companhia de Jesus no Brasil, salientam-se, por ordem cronológica, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, os *Anais da Biblioteca Nacional* do Rio de Janeiro e, ùltimamente, as *Publicações da Academia Brasileira de Letras*. É inegável o serviço prestado com a publicação de tais documentos. Muitos dêles, porém, estão a pedir nova revisão e confrontação com as fontes originais, para se apresentarem na sua absoluta pureza. Fazemos votos para que se institua, nalguma grande Universidade Brasileira, a Cadeira de *Estudos Jesuí-*

ticos, como já se fêz nos Estados Unidos da América do Norte, com menor dívida à Companhia de Jesus do que o Brasil, não só sob o ponto de vista nacional, como até o de simples cultura científica, histórica e literária.

*

O renascimento dêstes estudos no Brasil pode datar-se do 3.º Centenário da morte de Anchieta, em 1897, patrocinado pelos altos espíritos de Francisco de Paula Rodrigues, Eduardo Prado, Brasílio Machado, Teodoro Sampaio, Américo de Novais, João Monteiro, Couto de Magalhãis, Rui Barbosa, Manuel Vicente da Silva, Júlio de Mesquita, António Ferreira Viana, Joaquim Nabuco, Capistrano de Abreu e outros. Êste esplêndido movimento engrossou e empolgou o Brasil com os melhores nomes da historiografia, entre os quais é justo evidenciar, além de Capistrano, os anotadores das *Cartas Jesuíticas*, Vale Cabral, Rodolfo Garcia, Afrânio Peixoto e A. de Alcântara Machado. Aliás, todos os escritores brasileiros, com quem nos foi dado ter contacto, mesmo trabalhando noutros sectores, como Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde), Félix Pacheco, Conde de Afonso Celso e o jovem Pedro Calmon, já hoje a enveredar para a historiografia científica, êstes e outros deixaram-nos penhorados com o seu fidalgo e cativante acolhimento. E para dizer tudo, não foi acolhimento simplesmente platónico. A muitos devemos a oferta de valiosas colecções impressas. Merecem menção especial os ilustres historiadores Rodolfo Garcia, Director da Biblioteca Nacional do Rio, Afonso de E. Taunay, Director do Museu Paulista, o venerando ceguinho Barão de Studart e Alcides Bezerra, Director do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

*

Entre todos os nomes citados, seja-nos lícito relevar o de Afrânio Peixoto, mestre de estilo e sábio especializado, camoneanista insigne, historiador e criador, dentro da Academia Brasileira, da colecção magnífica de cultura histórica e literária, que honra a Academia e leva o seu nome, por decisão unânime da mesma Academia. Afrânio Peixoto, desde o instante em que soube da elaboração desta obra, amparou-a, incitou-a, ajudou-a eficazmente. O Brasil pode orgulhar-se de possuir nêle um ver-

dadeiro embaixador da sua inteligência e cultura, da mais alta e legítima brasilidade, dentro e fora das fronteiras. Por nós, declaramos, pura e simplesmente, que não achamos forma de lhe mostrar quanto lhe deve a *História da Companhia de Jesus no Brasil*, senão inscrevendo, na primeira página do seu primeiro tômo, o nome benemérito e amigo do grande brasileiro.

*

Não foram só os homens. Recebemos também da Imprensa e das Instituïções literárias ou históricas do Brasil as maiores deferências. Citemos o Instituto de Educação do Rio, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Instituto do Ceará e a Academia Brasileira de Letras, que tanto nos estimularam na árdua emprêsa que é a presente obra. A todos gratidão infinita. Pena foi que a pouquidade dos nossos recursos não correspondesse melhor às esperanças de tantos homens e instituïções ilustres.

IV — **Alguns manuscritos**

Não nos é possível dar sequer a simples resenha dos inumeráveis manuscritos utilizados nesta obra. O catálogo sistemático e descritivo dêles daria, por si só, um volume. Indicamos alguns, mais vezes citados. Entre cancelos, o modo de citação.

a) «*Annual do Collegio da Cidade de S. Sebastião do Rio de Jan.ro e das residencias a elle suietas do anno de 1573 do p.e Oliveira* [Gonçalo]. Deste Collegio de S. Sebastião cidade do Rio De Janeiro, de Nouẽbro de 1573». Na BNL, fg, 4532, f. 36v-39 e em *Bras. 15*, f. 233-238. Citamos o exemplar da Bibl. Nac. de Lisboa. [Oliveira, *Anual do Rio de Janeiro*, f...].

b) «*Capitolos que Gabriel Soares de Sousa deu em Madrid ao Senhor Dom Christouão de Moura contra os Padres da Companhia de Jesu que residem no Brasil com hũas breves respostas dos mesmos padres que delles forão auisados por hum seu parente a quem elle os mostrou*». — *Bras. 15*, f. 383-389. [*Capítulos...*].

c) «*Enformação e copia de certidões sobre o Governo das Aldeias*», Tôrre do Tombo, *Jesuítas*, maço 88, ainda não ordenado; o seu título primitivo, dentro, é: «*De quam importante seia a continuação da residencia dos Padres da Companhia de Jesu da Prouincia do Brasil nas Aldeas dos Indios naturaes da terra, assi pera o bem de suas almas e serviço de Deus e de Sua Magestade como o bem temporal de o Estado e moradores delle*». [Tôrre do Tombo, *Enformação e Certidões...*].

d) *Discurso das Aldeias.* Encontra-se em *Bras. 15,* f. 1-10v, com o título de *Informação do Brasil e do descurso das Aldeas e mao tratamento que os indios recebe-rao sempre dos Portugueses e ordens del Rei sobre isso.* Existe outra cópia no mesmo códice, f. 340-350. Êste manuscrito foi publicado com o rótulo de *Trabalhos dos Primeiros Jesuitas,* segundo o exemplar da Biblioteca de Évora, cod. CXVI / 1-33, f. 56 e seguintes, e com o título de *Informação dos primeiros aldeamentos,* nas *Cartas* de Anchieta, como seu provável autor (pp. 212-247). Pomos em dúvida esta autoria, como também a de Luiz da Fonseca, que lembrou Capistrano. Inclinamo--nos antes para Quirício Caxa, sem todavia decidir a pendência. É assunto que ficará a ser tratado com a devida amplidão por quem fizer a revisão e publicação diplomatística destas fontes históricas, confrontando letras, estilos e mentalidades. Como o título é longo, tomamos dêle o que tem de específico e diferente das demais Informações ou seja Descurso ou *Discurso das Aldeias.* Para efeitos de citação, por ser mais acessível, utilizamos a publicação feita nas *Cartas* de Anchieta, indicando a respectiva paginação. [*Discurso das Aldeias,* p . . .].

e) *Historia de la fundacion del Collegio de la Baya de todolos Sanctos, y de sus residencias,* em *Bras. 12,* f. 1-46v. Publicada nos *Annaes da Bibliotheca Nacional,* XIX (Rio 1897) 75-121, segundo o códice da Bibl. Vit. Em., de Roma. Na Bibl. Nac. de Lisboa, há uma carta de Quirício Caxa, de Dezembro de 1573, fg, 4532, f. 39-43v, onde se descreve a arribada dos dois irmãos a Pernambuco (*Hist. de la fund. de la Baya,* 25(100) com *as mesmas palavras.* Portanto, ou os autores da *História* e da *Carta* tiveram a mesma fonte, ou o Autor da *História* copiou neste passo a Caxa, ou Caxa é o Autor da *História.* [*Fund. de la Baya . . . ,* paginação do *ms.;* entre parênteses a dos *Annaes*].

f) *Historia de la fundacion del Collegio del Rio de Henero y sus residencias,* em *Bras. 12,* f. 47-59v. Publicada, como a anterior, nos *Annaes,* XIX, 47-138 [*Fund. del Rio de Henero . . . ,* paginação do *ms.;* a dos *Annaes,* entre parênteses].

g) *Historia de la fundacion del Collegio de la Capitania de Pernambuco,* em *Bras. 12,* f. 60-76v. Publicada pela Bibl. Pública do Pôrto, 1923, conforme o manuscrito existente na mesma Biblioteca; e pela Bibl. Nacional do Rio, *Annaes,* XLIX, mediante confrontação nossa com o exemplar do Arquivo da Companhia, e com notas eruditas de Rodolfo Garcia. [*Fund. de Pernambuco . . . ,* paginação do *ms.;* entre parênteses, a da Separata dos *Annaes*].

h) António de Matos, *De Prima col/legij Flumi/nis januarij Institutione/et quib'/dein/ceps addita/mentis excreuerit/* = Reuerendo admodũ Patri nostro Mutio Vi/telleschio Praeposi/to Generali Soc/ietatis IESU. Em Roma, Fondo Gesuitico del Gesù, *Collegia,* n.º 201 (Rio de Janeiro). Características dêste manuscrito: São 4 $1/2$ cadernos, que nós próprios paginámos. Bom estado de conservação. Formato: 220 × 320 mm. A capa é de papelão grosseiro e mole. Tem escrito, do lado de fora: *Historia Collegii Fluminis Ianuarii.* O título interior, que damos acima, está roido pela tinta, mas ainda se lê. Depois do Prólogo, vem a assinatura autógrafa de António de Matos. A caligrafia, de dois amanuenses, é muito legível. Não vem datado. Mas infere-se do Epílogo que já tinha falecido o P. Pero de Toledo e ainda era provincial o P. Simão Pinheiro. Ora o P. Toledo morreu em 1619 e o P. Pinheiro deixou de ser provincial em 1621. Logo, foi escrito entre essas duas datas.

B) BIBLIOGRAFIA IMPRESSA

Esta bibliografia abrange todo o século XVI, ou seja a matéria do tômo I e II. Mas indicamos aqui *ùnicamente* as obras, cuja citação mais freqüente nos levou a abreviá-la. Entre cancelos, o modo de citação. No *Índice de Nomes*, no fim, constarão também os demais autores.

ACIOLI, Inácio — Braz do AMARAL. — *Memorias historicas e politicas da Bahia*, vol. I, Baía, 1919. [Acioli — Amaral, *Memorias* . . .].

AFRÂNIO PEIXOTO, J. — *Primeiras letras*, Rio, 1923. [Afrânio, *Primeiras letras* . . .]

AICARDO, José Maria. — *Comentario a las Constituciones de la Compañia de Jesús*. Madrid. [Aicardo, *Comentario* . . .]

ANCHIETA, José de. — Vide *Cartas Jesuíticas*.

Annaes do Archivo Publico e Museu do Estado da Bahia. Em curso de publicação. [*Annaes da Baía* . . .]

Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, 49 volumes, 1876-1927. [*Annaes* . . .]

Annuae Litterae Societatis Iesu anni 1581 ad Patres et Fratres eiusdem Societatis. Romae, in Collegio eiusdem Societatis, 1583, cum facultate Superiorum. As *Cartas Ânuas* seguintes durante algum tempo mantiveram o mesmo título, mudadas só as datas do ano, a que correspondem, e da impressão. Ei-las, para o século XVI: *1583*, Romae, 1585: *1584*, Romae, 1586; *1585*, Romae, 1588; *1586-1587*, Romae, 1589; *1588*, Romae, 1590; *1589*, Romae, 1591; *1590-1591*, Romae, 1594; *1594-1595*, Neapoli, 1604; *1597*, Neapoli, 1607. [*Ann. Litt. 1581*, p . . .]

ASTRAIN, António. — *Historia de la Compañia de Jesús en la Asistencia de España*, Madrid, 7 vol. 1905-1925. [Astrain, *Historia* . . .]

AZEVEDO MARQUES, Manuel Eufrásio de. — *Apontamentos Historicos, Geographicos, Biographicos, Estatisticos e Noticiosos da Provincia de S. Paulo*. 2 vol. Rio de Janeiro, 1879. [Azevedo Marques, *Apontamentos* . . .]

CA. — Vide *Cartas Jesuíticas*.

CALDAS, José António. — *Noticia geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente anno de 1759*, na *Rev. do Inst. da Baía*, vol. 57 (1931) 1-445. [Caldas, *Notícia Geral* . . .]

CARDIM, Fernão. — *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, Introdução e Notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, Rio, 1925. [Cardim, *Tratados* . . .]

CARDOSO, Jorge. — *Agiologio lusitano dos Sanctos e Varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas conquistas*. 3 vol., Lisboa, 1652-1666. [Cardoso, *Agiologio Lusitano* . . .]

Cartas Jesuíticas. Publicações da Academia Brasileira, Colecção « Afrânio Peixoto » : — I Manuel da Nóbrega, *Cartas do Brasil* (1549-1560), Rio, 1931. [Nóbr., *CB* . . .]; — II *Cartas Avulsas* (1550-1568), Rio, 1931. [*CA* . . .]; —

III *Cartas, Informações, Fragmentos Historicos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. I. (1554-1594)*, Rio. [Anch., *Cartas*...]

Constitutiones Societatis Iesu, latine et hispanice cum earum Declarationibus. Madrid, 1892. [*Constitutiones*...]

Constitutiones Societatis Iesu. Roma, 1908. [*Constitutiones*...]

Corpo Diplomático Português — Relações com a Cúria Romana, etc. 14 vols. Lisboa, 1862-1910. [*Corpo Diplomático*...]

Documentos Históricos. Colecção do Arquivo Nacional, Rio, 1928 e seguintes. [*Doc. Hist.*...]

Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo. Em curso de publicação. [*Doc. interessantes*...]

FRANCO, António. — *Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus do Real Collegio do Espírito Santo de Evora do Reyno de Portugal*. Lisboa, 1714. [Franco, *Imagem de Évora*...]

— *Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus na Corte de Lisboa*. Coimbra, 1717. [Franco, *Imagem de Lisboa*...]

— *Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus no Real Collegio de Jesus de Coimbra*. I, Évora, 1719; II, Coimbra, 1719. [Franco, *Imagem de Coimbra*, I, II...]

— *Synopsis Annalium Societatis Iesu in Lusitania*, Augsburgo, 1726. [Franco, *Synopsis an*...]

— *Ano Santo da Companhia de Jesus em Portugal*, Pôrto, 1931. [Franco, *Ano Santo*...]

FREIRE, Felisbelo. — *História Territorial do Brasil*. Rio, 1906. [F. Freire, *Hist. Territorial*...]

GALANTI, Rafael M. — *História do Brasil*, 2.ª ed. S. Paulo, 1911. [Galanti, *H. do B.*..]

GANDAVO, Pero de Magalhãis. — I *Tratado da Terra do Brasil*; — II *História da Província Santa Cruz*. Publicação da Academia Brasileira, Rio de Janeiro, 1924. [Gandavo, *Tratado*..., *História*...]

GASPAR DA MADRE DE DEUS, Fr. — *Memorias para a historia da Capitania de S. Vicente*, 3.ª ed. (Taunay), S. Paulo, 1920. [Fr. Gaspar, *Memórias*. .]

GUERREIRO, Bartolomeu. — *Gloriosa coroa d'esforçados religiosos da Companhia de Iesu mortos polla fe catholica nas conquistas dos Reynos da Coroa de Portugal*. Lisboa, 1642. [Bartolomeu Guerreiro, *Gloriosa Coroa*...]

GUERREIRO, Fernão. — *Relação Anual das coisas que fizeram os Padres da Companhia de Jesus nas suas Missões... nos anos de 1600 a 1609*, Nova edição. dirigida e prefaciada por Artur Viegas, I, II, Coimbra, 1930-1933. [Fernão Guerreiro, *Relação Anual*...]

HERRERA, Antonio de. — *Historia General de las Indias Occidentales o de los hechos de los Castellanos en las Indias y Tierra firme del mar Oceano*. 4 vol. Amberes, 1728. [Herrera, *Historia General*...]

História da Colonização Portuguesa do Brasil, Edição monumental comemorativa do primeiro centenário da Independência do Brasil, dirigida por Malheiro Dias. 3 vol., Rio de Janeiro, 1921-1924. [*Hist. da Col. Port. do B.*]

Institutum Societatis Iesu, Florença, 1892-1893, 3 vol. [*Institutum S. I*...]

Instrumento dos serviços de Mem de Sá nos *Annaes*, XXVII, 129 ss. [*Instrumento, Annaes*...]

JABOATÃO, Fr. Antonio de Santa Maria. — *Novo Orbe serafico brasilico* ou *Chronica dos frades menores da Provincia do Brasil,* 3 tomos, Rio de Janeiro, 1858-1862. [Jaboatão, *Orbe Seráfico* . . .]

JARRIC, Pierre du. — *Histoire des choses plvs memorables advenves tant ez Indes Orientales que autres païs de la descouverte des Portugais,* 3 vol., Bordéus, 1608-1613. [Jarric, *Histoire des choses* . . .]

KNIVET, Antonio. — *Relação da Viagem que nos anos de 1591 e seguintes fez Antonio Knivet da Inglaterra ao mar do sul em companhia de Thomas Candish,* na *Rev. do Inst. Bras.,* 41 (1878). [Knivet, *Relação da Viagem* . . . com a pag. desta Revista]

LEITE, Serafim. — *Páginas de História do Brasil,* S. Paulo, 1937. [Leite, *Páginas* . . .]

LOZANO, Pedro. — *Historia de la Compañia de Jesús de la Provincia del Paraguay,* 2 tomos, Madrid, 1755. [Lozano, *Historia de la Compañia* . . .]

MAFFEI, João Pedro. — *Historiarum Indicarum Libri XVI,* Colónia, 1593. [Maffei, *Hist. Indic* . . .]

MARQUES, César. — *Diccionario Historico, Geographico e Estatistico da Provincia do Espirito Santo,* Rio, 1879. [Marques, *Diccionario do Espirito Santo* . . .]

MÉTRAUX, A. — *La civilisation matérielle des tribus Tupi-Guarani,* Paris, 1928. [Métraux, *La civilisation matérielle* . . .]

Monumenta Historica Societatis Iesu a Patribus eiusdem Societatis edita:

1. *Epistolae Mixtae ex variis Europae locis ab anno 1537 ad 1556 scriptae.* Madrid, 1898-1901, 5 vol. [*Mon. Mixtae,* I, II . . .]
2. *Sanctus Franciscus Borgia quartus Gandiae Dux et Societatis Iesu Praepositus Generalis tertius.* Madrid, 1894-1911, 5 vol. [*Mon. Borgia,* I, II . . .]
3. *Epistolae P. Hieronimi Nadal Societatis Iesu ab anno 1546 ad 1577.* Madrid, 1898-1905, 4 vol. [*Mon. Nadal,* I, II . . .]
4. *Epistolae Paschasii Broeti, Claudii Iaii, Ioannis Coduri et Simonis Roderici.* Madrid, 1903. [*Mon. Rodrigues* . . .]
5. *Monumenta Ignatiana ex autographis vel ex antiquioribus exemplis collecta:*
   a) Series Prima, *Epistolae et Instructiones.* Madrid, 1903-1911, 12 vol. [*Mon. Ignat.,* ser. 1.ª, I, II . . .]
   b) *Series Secunda. Exercitia Spiritualia et eorum Directoria.* Madrid, 1919. [*Mon. Ignat., Exercitia* . . .]
   c) *Series Quarta, Scripta de Sancto Ignatio de Loyola.* Madrid, 1904-1918, 2 vol. [*Mon. Ignat.,* ser. 4.ª, I, II . . .]
6. *Lainii Monumenta. Epistolae et Acta Patris Iacobi Lainii, secundi Praepositi Generalis Societatis Iesu.* Madrid, 1912-1917, 8 vol. [*Mon. Laines,* I, II . . .]
7. *Monumenta Paedagogica Societatis Iesu, quae primam Rationem Studiorum anno 1586 editam praecessere.* Madrid, 1901. [*Mon. Paedagogica* . . .]
8. *Litterae Quadrimestres ex universis praeter Indiam et Brasiliam locis, in quibus aliqui de Societate Iesu versabuntur, Romam missae.* Madrid-Roma, 1898-1932, 7 vol. [*Mon. Litterae Quadrimestres* . . .]

NÓBREGA, Manuel da — Vd. *Cartas Jesuíticas.*

PASTELLS, Pablo. — *Historia de la Compañia de Jesus en la Provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil) según los documentos originales del Archivo General de Indias.* 4 vol. Madrid, 1912-1923. [Pastells, *Paraguay* . . .]

— *El Descubrimiento del Estrecho de Magallanes*, Madrid, 1920. [Pastells, *El Descubrimiento...*]

POLANCO, João Afonso. — *Chronicon Societatis Iesu*, Madrid, 1894-1898, 6 vol. Faz parte de *Mon. Hist. Soc. Iesu*. [Polanco, *Chronicon*, I, II...]

PÔRTO SEGURO, Visconde de (Francisco Adolfo Varnhagen). — *História Geral do Brasil*, anotada por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, 5 vol., 3.ª edição integral (Tômo I, 4.ª ed.) S. Paulo, s/d. [Pôrto Seguro, *HG*, I, II...]

REBELO, Amador. — *Compendio de algumas cartas que este anno de 97 vierão dos Padres da Companhia de Jesus que residem na India e Corte do Grão Mogor e nos reinos da China e Japão e no Brasil em que se contam varias cousas*, Lisboa, 1598. [Amador Rebelo, *Compendio de algumas cartas...*]

Regras da Companhia de Jesus, Oya, 1930. [*Regras...*]

Revista de História, Lisboa. [*Rev. de Hist....*]

Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Em curso de publicação. [*Rev. do Inst. Pernambucano...*]

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Baía. Em curso de publicação. [*Rev. do Inst. da Baía...*]

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em curso de publicação. Há 165 vol., Rio 1838-1933. Em 1917, deu-se nova numeração dos tomos, que se dividiram em volumes, com numeração diferente a partir do tômo 26. Seguimos a numeração por tomos até à data da mudança. Também pode originar alguma confusão a dupla data que teem muitos dos volumes: a do ano, a que corresponde, e a do ano da impressão. [*Rev. do Inst. Bras....*]

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Em curso de publicação. [*Rev. do Inst. de São Paulo...*]

RICARD, Robert. — *Les Jésuites au Brésil pendant la seconde moitié du XVI.e siècle* (1549-1597) na *Revue d'histoire des missions* (Paris 1937) 321-366; 435-470. [Ricard, *Les Jésuites au Brésil...*]

ROCHA POMBO, José Francisco. — *História do Brasil*, 10 vol. Rio s/d. [Rocha Pombo, *H. do B....*]

RODRIGUES, Francisco. — *A formação Intellectual do Jesuita*, Pôrto, 1917. [F. Rodrigues, *A Formação...*]

— *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, Tômo I, Pôrto, 1931. [F. Rodrigues, *História*, I, 1.º, 2.º...]

RODRIGUES, Pero — *Vida do Padre José de Anchieta*, publicada nos *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, XIX, e outro exemplar mais extenso, no vol. XXIX. [Pero Rodrigues, *Anchieta*, em *Annaes...*]

SANTA MARIA, Fr. Agostinho de. — *Santuário Mariano...* vol. IX, Lisboa, 1722-1723. [*Santuário Mariano...*]

SCHMIDEL, Ulrich. — *Viaje al Rio de la Plata (1534-1554)*. Edição de A. Lafone Quevedo, Buenos Aires, 1903. [Schmidel-Lafone, *Viaje al Rio de la Plata...*]

SOARES, Francisco. — *De algumas cousas mais notáveis do Brasil* na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 94, 1927. [Francisco Soares, *De algumas cousas...*]

SOARES DE SOUSA, Gabriel. — *Tratado descriptivo do Brasil*, 2.ª ed. Rio de Janeiro, 1897. [Gabriel Soares, *Tratado...*]

SOMMERVOGEL, Carlos. — *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*, Bruxelas, 1890-1909. [Sommervogel, *Bibl.*...]

SOUTEY, Roberto. — *Historia do Brazil*, 6 vol. Rio, 1862 [Soutey, *H. do B.*...]

STUDART, Barão de. — *Documentos para a história do Brasil e especialmente a do Ceará*, 4 vol., Fortaleza, 1904-1921. [Studart, *Documentos*...]

Summario das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do Rio Parahiba, na *Revista do Inst. Bras.* 36, 1.ª p. (1873) 5-89. [*Sumário das Armadas*...]

Synopsis Actorum Sanctae Sedis in Causa Societatis Iesu, 1540-1605, Florença, 1887. [*Synopsis Actorum*...]

TAUNAY, Afonso de E. — *Historia Geral das Bandeiras paulistas*, 6 vol. S. Paulo, 1924-1936. [Taunay, *Bandeiras Paulistas*...]

TECHO (Dutoit), Nicolas del. — *Historia Provinciae Paraquariae Societatis Iesu*, Leodii, 1673. [Techo, *Historia*...]

TELES, Baltazar. — *Chronica da Companhia de Jesu na Provincia de Portugal*, Lisboa, 1645-1647, 2 vol. [Teles, *Crónica*, I, II...]

VARNHAGEN. — Vd. Pôrto Seguro.

VASCONCELOS, Simão de. — *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obraram seus filhos nesta parte do Novo Mundo*, Lisboa, 1865, 2 vol. [Vasc., *Crón.*...]. Citam-se os números, não as páginas.

— *Vida do P. Joam d'Almeida da Companhia de Iesv, na provincia do Brasil*, Lisboa, 1658. [Vasc., *Almeida*...]

— *Vida do venerável p.ᵉ Joseph de Anchieta*, Lisboa, 1672. [Vasc., *Anchieta*...]

VIANA, Dr. Francisco Vicente. — *Memoria sobre o Estado da Bahia*, Baía, 1893. [Viana, *Memoria*...]

VICENTE (Fr.) do SALVADOR. — *História do Brasil*, nova edição revista por Capistrano de Abreu. S. Paulo, 1918. [Fr. Vicente, *H. do B.*...]

YATE, John Vincent. — Duas cartas do Brasil, em inglês, de 12 e 21 de Junho de 1593. *Calendar of State Papers, Domestic series of the Reign of Eduard VI, Mary, Elizabeth and James I.* Volume CCXLV (1591-1594), p. 353 ss. [Yate, *Calendar of State Papers*...]

LIVRO PRIMEIRO

A Emprêsa do Brasil

CAPÍTULO I

Pressuposto histórico

1 — Santo Inácio de Loiola; 2 — Fundação da Companhia de Jesus; 3 — Fórmula do Instituto; 4 — As Constituïções; 5 — O govêrno da Companhia; 6 — Observância religiosa; 7 — Os Exercícios Espirituais.

1. — A fundação da Companhia de Jesus é um dos factos mais importantes do século XVI e Santo Inácio, seu fundador, um dos homens de maior influência espiritual no mundo moderno.

Dizer aqui o que mereceria a sua gloriosa figura, levar-nos-ia longe. Seja-nos lícito, porém, antes de entrar na história da Companhia de Jesus no Brasil, recordar sumàriamente as suas origens. Ponto de partida, será, também, subsídio útil para a melhor compreensão da obra, que empreendemos.

Santo Inácio nasceu no castelo de Loiola, nas Vascongadas, por volta de 1491. De raça de soldados, êle próprio viveu na sua juventude, a vida descuidada e barulhenta dos gentis-homens, fidalgos e militares, do seu tempo. Desejando fazer carreira brilhante, conseguiu ser nomeado capitão na guarnição de Pamplona, capital de Navarra, e ali estava havia quatro anos, quando estalou a guerra com França. Invadindo os franceses a Navarra, Pamplona abriu as portas ao invasor, excepto a guarnição militar. Encerrada na fortaleza, a guarnição resistiu, e Inácio caíu ferido. Levado para a casa natal, tratou de curar-se; e, para não ficar depois a coxear duma perna, fêz uma operação difícil, primeira e segunda vez.

Ora, durante a longa convalescença, pediu livros de cavalaria. Não os havendo em casa, deram-lhe os que acharam, uma *Vida de Cristo* e um *Florilégio* de Santos. Era o seu caminho de Damasco. No espírito de Inácio surgiu outro ideal. Que fizera

até aí? Servir os príncipes da terra. Daí em diante seguiria o Rei dos Reis. Se até aí dera a juventude ao mundo e às suas vaidades, para o futuro iria pôr-se ùnicamente ao serviço da glória de Deus.

Apenas se ergueu do leito, Inácio pôs-se a caminho. Visitou as ermidas de Nossa Senhora. Passou por Monserrate, e deteve-se em Manresa, na Catalunha, um ano. Pedindo esmola, dormindo onde a caridade dos outros lho consentia, ia de vez em quando orar a um lugar retirado, espécie de gruta na escarpa duma ligeira encosta. Jejuns, oração, reflexão, assistência divina. Neste seu retiro de Manresa teve a primeira ideia dos *Exercícios Espirituais*, e aqui redigiu o primeiro esbôço desta sua grande arma de combate. De Manresa seguiu para Barcelona; de Barcelona para a Palestina (1523). Não podendo ficar em Jerusalém, voltou a Barcelona (1524), resolvido a prègar os Exercícios Espirituais através do mundo. Verificando que lhe faltavam letras e teologia, põe-se, homem decidido, depois dos trinta anos, a aprender latim nos bancos da escola. Dirige-se depois para as Universidades de Alcalá e Salamanca. Começando a dar os *Exercícios*, sem estudos, atrai sôbre si a atenção dos Inquisidores, naquelas duas cidades. É prêso. Em Alcalá teve os grilhões aos pés durante 42 dias, em Salamanca durante 22. O processo, que lhe formaram, declarou-o, é certo, isento de êrro na vida e doutrina; todavia, persistindo as peias que lhe tolhiam a prègação, resolveu acabar os estudos em Paris (1528). Ainda o molestou ali a Inquisição. Mas, dentro em breve, impondo-se pela sua pessoa e pela sua doutrina, a Inquisição permitiu a actividade apostólica de Inácio, sobretudo a dos *Exercícios Espirituais*. Respirou. Em Paris estudou primeiro no Colégio de Montaigu, e, em Outubro de 1529, passou para o de Santa Bárbara, de que era director o célebre pedagogo português, Diogo de Gouveia. Inácio de Loiola recebeu o grau de Mestre em Artes em 1534. E, dando-se ainda à Teologia, concluíu, emfim, a sua carreira de estudos.

2. — Entretanto, por obra dos *Exercícios Espirituais*, Inácio fôra juntando à sua volta um grupo de homens notáveis, Pedro Fabro, Francisco Xavier, Diogo Laines, Afonso Salmeron, Simão Rodrigues e Nicolau Bobadilha. Os dois primeiros, hoje nos alta-

res, como êle, foram seus companheiros de quarto no Colégio de Santa Bárbara[1]. E dois dêles teem particular interêsse na nossa Assistência, porque um, Simão Rodrigues, foi o fundador da Província de Portugal, e outro, Francisco Xavier, trabalhando por Cristo no Oriente, à sombra da bandeira portuguesa, mereceu ser elevado às honras dos altares e é Padroeiro Universal das Missões.

Santo Inácio, com tais companheiros, voltou ao propósito antigo de ir, para a Terra Santa, dar-se à conversão dos turcos. Amadureceu a ideia, e concluíu com os companheiros que, se por acaso lhes fôsse impedida a viagem, colocar-se-iam ao dispor do Vigário de Cristo.

Entretanto, organizaram a sua vida espiritual de maneira a dar eficácia aos seus propósitos: voto de castidade, voto de pobreza, voto de ir em peregrinação a Jerusalém e ocupar a vida e fôrças na salvação do próximo, administração dos sacramentos da confissão e comunhão, prègação e celebração da missa, tudo sem estipêndio. Para mais firmeza, decidiram fazer voto desta sua resolução, na capela de Nossa Senhora, edificada em honra de S. Dinis, na Colina de Montmartre, na capital da França.

Fizeram-no a 15 de Agôsto de 1534[2].

Depois, tratando de pôr em prática o voto de irem à Terra Santa, Inácio deu volta por Espanha (1535) e alguns companheiros dirigiram-se directamente a Veneza em 1536, aonde também foi ter Santo Inácio. A seguir, o Santo fica em Veneza, os mais vão a Roma, onde os favorece o Papa Paulo III. Voltando a Veneza, ali ficaram todos em ministérios, até que, verificando a impossibilidade de embarcar para a Palestina, Santo Inácio e os seus resolveram, emfim, tomar o caminho da Cidade Eterna (1537). Perseguições os aguardavam em Roma durante o ano de 1538. Decidem então fundar a *Companhia de Jesus* (1539) e logram a sua aprovação, nesse mesmo ano, e, depois, definitivamente, na bula *Regimini Militantis Ecclesiae*, de 27 de Setembro de 1540.

---

1. F. Rodrigues, *História, I* 1.º, 30.

2. Pedro de Rivadeneira, *Vida del Bienaventurado Padre Ignacio de Loyola* (Madrid 1900) 112.

3. — Que era a Companhia de Jesus? Que pretendia? Vai-no-lo dizer a Fórmula do Instituto, incluída na Bula de aprovação: «Qualquer que na nossa Companhia, que desejamos seja assinalada com o nome de Jesus, quiser militar como soldado de Deus, debaixo da bandeira da cruz, e servir ao único Senhor e ao Romano Pontífice, Vigário seu na terra, depois de fazer voto solene de castidade perpétua, assente consigo que é membro de uma Companhia, sobretudo fundada para, de um modo principal, procurar o proveito das almas, na vida e doutrina cristã, propagar a fé, pela pública prègação e ministério da palavra de Deus, pelos exercícios espirituais e obras de caridade, e, nomeadamente, ensinar aos meninos e rudes as verdades do cristianismo, e consolar espiritualmente os fiéis no tribunal da confissão; e trate de ter sempre diante dos olhos primeiro a Deus, depois o modo dêste seu Instituto, que é um como caminho para chegar a Êle, e de conseguir por tôdas as fôrças êste fim, que Deus lhe propôs, cada um, todavia, na medida da graça, que o Espírito Santo lhe comunicar, e no grau particular da sua vocação, não suceda que algum se deixe levar de um zêlo não regulado pela ciência».

«O Juízo, porém, do grau, que deve ter cada um, e a distinção e distribuïção dos ofícios ficará inteiramente nas mãos do Prepósito ou Prelado, que havemos de eleger, para que se guarde a boa ordem, necessária em tôda a comunidade bem formada. E êste Prepósito, tomando o parecer dos companheiros, terá autoridade de fazer em Congregação, sempre a maioria de votos, as Constituïções, que sejam conducentes à conservação do fim que nos é proposto. Entenda-se, contudo, que nas coisas mais importantes e perpétuas será formada a Congregação pela maior parte de tôda a Companhia, que o Prepósito puder còmodamente convocar; e, nas de menos gravidade e transitórias, por todos os que suceder acharem-se presentes no lugar em que o Prepósito resida. A êste, porém, compete todo o poder de mandar».

«Saibam todos os companheiros e considerem, cada dia, não só nos princípios de sua profissão, mas emquanto lhes durar a vida, que tôda esta Companhia e cada um de seus membros militam por Deus, sob fiel obediência do Santíssimo Papa, nosso senhor, e dos outros Romanos Pontífices seus sucessores. E ainda que o Evangelho nos ensine, e pela fé ortodoxa saibamos

e firmemente confessemos, que todos os fiéis cristãos estão sujeitos ao Romano Pontífice, como a cabeça e Vigário de Jesus Cristo, não obstante, para maior humildade de nossa Companhia e perfeita mortificação de cada um e abnegação de nossas vontades, julgamos importar sobremaneira que, além daquele vínculo a todos comum, se ligue cada um de nós com voto especial, de modo que, sem nenhuma tergiversação nem desculpa, nos tenhamos por obrigados a cumprir, sem delongas, e na medida de nossas fôrças, quanto nos ordenar o actual Romano Pontífice e os que pelo tempo adiante lhe sucederem, para proveito das almas e propagação da fé, sejam quais forem as províncias a que nos enviar, quer nos mande para os turcos, quer para as terras de outros infiéis, ainda para as partes que chamam da Índia, como também para os países de hereges ou cismáticos ou quaisquer nações de fiéis. Pelo que, os que se houverem de juntar connosco, antes de submeterem os ombros a esta carga, considerem demorada e sèriamente se possuem tanto cabedal de bens espirituais, que possam acabar a construção desta tôrre, conforme o conselho do Senhor, quer dizer, se o Espírito Santo, que os move, lhes promete graça tão abundante, que esperem, confiados no seu auxílio, poder levar o pêso desta vocação; e, depois que sob a inspiração divina se alistarem nesta milícia de Jesus Cristo, deverão estar dia e noite dispostos e a ponto para o cumprimento de tão grande obrigação. Mas, para que não haja entre nós quem ambicione ou recuse tais missões e incumbências, prometa cada um que nunca, nem directa nem indirectamente, tratará delas com o Pontífice Romano, mas deixará todo êsse cuidado a Deus, ao mesmo Pontífice, como a seu Vigário, e ao Prepósito da Companhia; e o Prepósito por sua vez prometa, como os demais, que não negociará com o dito Pontífice para ser enviado a esta ou àquela missão, a não ser com o Conselho da Companhia».

«Façam todos voto de obedecer ao Prepósito da Companhia em tôdas as coisas, que tocam à observância desta nossa regra; e o Prepósito ordene o que lhe parecer oportuno para o conseguimento do *fim*, que Deus e a Companhia lhe assinaram, mas em seu govêrno recorde-se contìnuamente da benignidade, mansidão e caridade de Cristo e da norma que deixaram Pedro e Paulo; e tanto êle como o seu Conselho tragam sempre diante

dos olhos êste modêlo. De modo particular tenham como recomendada a instrução dos meninos e rudes, na doutrina cristã, nos dez mandamentos e noutros rudimentos da religião, como lhes parecer mais acomodado às circunstâncias de pessoas, lugares e tempos. Porquanto, é sumamente necessário que o Prepósito e o Conselho olhem com diligência pela observância dêste ponto, já que nos próximos não pode levantar-se o edifício da Fé sem fundamento, e da parte dos Nossos corre perigo que os doutos, quanto mais o são, tanto mais procurem talvez esquivar-se a êste ministério, como a emprêgo na aparência menos vistoso, sendo verdade que nenhum existe mais frutuoso nem para edificação dos próximos nem para o exercício dos Nossos na caridade e na humildade. Os súbditos, por sua parte, não só pelos grandes proveitos da Ordem, mas também pela contínua prática, nunca louvada bastantemente, da humildade, sejam sempre obrigados a obedecer ao Prepósito em tôdas as coisas atinentes ao Instituto da Companhia, e reconheçam nêle, como presente, a pessoa de Cristo, e, na devida proporção, como tal o venerem ».

« Como, porém, tenhamos verificado pela experiência que a vida é mais aprazível, mais pura e mais edificativa para o próximo, quando se afasta da mais pequena sombra de avareza, e se assemelha na maior perfeição à pobreza evangélica, e estejamos certos que Nosso Senhor Jesus Cristo há-de prover do necessário sustento e vestido a seus servos, que busquem sòmente o Reino de Deus, façam todos, e cada um, voto de perpétua pobreza, declarando que não só em particular, mas nem sequer em comum poderão, para mantimento e uso da Companhia, adquirir direito nenhum civil sôbre bens estáveis nem sôbre proventos ou rendas de nenhuma espécie, mas sejam contentes do só uso das coisas doadas, para granjearem o necessário para a vida. Poderão, contudo, ter nas universidades, colégio ou colégios com rendas, censos ou propriedades, que se empregarão nos gastos precisos e usos dos estudantes, ficando em poder do Prepósito e da Companhia todo o govêrno ou superintendência dos ditos estudantes e colégios, no que toca à eleição do superior ou superiores e estudantes, à admissão, demissão, recepção e exclusão dos mesmos, à ordenação dos estatutos para a instrução, erudição, edificação e correcção dos estudantes, maneira de lhes ministrar

alimento e vestido, e para tudo o que diz respeito ao govêrno, regime e cuidado dêles, de forma que nem os estudantes possam abusar dêsses bens, nem a Companhia convertê-los em utilidade própria, mas só prover com êles à necessidade dos estudantes. Êstes, depois de se ter experiência do seu adiantamento no espírito e nas letras, e depois de suficiente provação, poderão ser admitidos à nossa Companhia ».

« Todos os companheiros que tiverem ordens sacras, ainda que não possuam benefícios nem rendas eclesiásticas, são obrigados a rezar, não em comum, mas só em particular, o ofício divino, segundo o rito da Igreja ».

« Estas são as coisas que pudemos, com o beneplácito de nosso senhor, o Papa Paulo III, e da Sé Apostólica, explicar, como em esbôço, acêrca de nossa profissão ; o que ora fizemos para neste compendioso escrito informarmos tanto aquêles que sôbre o nosso modo de vida nos interrogam, como também os vindouros, se tivermos, querendo-o Deus, alguns imitadores desta nossa vida. E, porque ela traz consigo, como no-lo demonstrou a experiência, muitas grandes dificuldades, julgámos oportuno determinar, também, que nenhum seja recebido nesta Companhia, se não fôr por longo tempo e cuidadosamente provado ; e só quando se mostrar prudente em Cristo e insigne ou pela ciência ou pela pureza da vida cristã, seja finalmente encorporado a esta milícia de Jesus Cristo. Digne-se êste favorecer nossas ténues emprêsas para glória de Deus Padre, a quem ùnicamente seja sempre honra e louvor por todos os séculos. Amen » [1].

Notemos nesta fórmula o relêvo que se dá já a certos ministérios. Entre êles está o das missões, de que o Brasil havia de ser uma das mais gloriosas. Em 1541 S. Inácio foi eleito Geral.

4. — Estabelecida assim a Companhia de Jesus jeràrquicamente, faltava apenas para a sua estabilização orgânica,

---

1. *Institutum S, I.*, I, p. 4-6. Astrain publica o texto castelhano, um pouco mais simples do que o latino. Adoptamos êste por ser oficial, conforme o publica Rodrigues, *História I*, 1.º, 111-115. As *Regras da Companhia de Jesus* (Oya 1930) 116-130, trazem a Fórmula da Bula Apostólica de Júlio III, *Exposcit Nobis*, de 21 de Julho de 1550, já com alguns aditamentos ou desdobramentos da anterior. — *Institutum S. I.*, I, p. 23-26.

que se escrevessem as Constituïções, anunciadas na fórmula. Santo Inácio escreveu-as. Começou-as em 1547, mostrou-as aos Padres mais competentes; e assim, corrigidas e aperfeiçoadas por êle próprio, se promulgaram nas diversas Províncias da Companhia, a partir de 1552. Mas até à sua morte, a 31 de Julho de 1556, Santo Inácio não cessou de as retocar e rever[1].

Antes das *Constituïções* pròpriamente ditas, há um *Exame*, destinado a conhecer o que entra; e, também, a dar-lhe a conhecer o que é a Companhia: «o fim desta Companhia é não sòmente ocupar-se na salvação e perfeição das almas próprias com a graça divina, mas também com a mesma procurar intensamente ajudar à salvação e perfeição dos próximos»[2].

É a definição da Companhia, com o seu duplo fim, individual e apostólico. Nem só activa, para servir o próximo, nem só contemplativa, para a consideração das coisas divinas. Adopta-se o meio têrmo: ordem mixta, para maior glória de Deus.

Além dos três votos, comuns a tôdas as Ordens, faz o professo solene mais um, de obediência ao Papa, a-respeito das missões. Na Companhia de Jesus, os religiosos poderão pertencer a quatro categorias. O noviciado não se conta como grau, nem o período de formação que se segue entre os votos simples feitos ao fim do noviciado e os últimos votos. Os que fazem êstes últimos votos ficam, pois, num dêstes graus: professo de quatro votos; professo de três votos; coadjutor espiritual formado; coadjutor temporal formado. Os três primeiros são Padres, os últimos não recebem Ordens sacras.

O pretendente à Companhia é excluído nalguns casos: se fôr herege ou cismático, homicida ou infame; se vestiu hábito religioso de outra Ordem, se está ligado por vínculo matrimonial ou de escravidão[3].

Verificando-se que está livre, inquire-se da família, se tem obrigações graves, que aptidões e talento possue, e como sentiu desejos de ser religioso; e, emfim, se mantém vontade delibe-

---

1. Astrain, *Historia*, I, 138-139; cf. Rodrigues, *História*, I, 1.º, 127-128.
2. *Examen*, *Institutum S. I.*, C. I, n.º 2, *Sumário das Constituïções*, r. 2; Cf. *Regras*, p. 4.
3. *Examen*, cap. II.

rada de viver e morrer na Companhia de Jesus Nosso Criador e Senhor[1].

Acabado o Exame, veem as Constituïções. Nas *Declarações* do *Proémio*, Santo Inácio dá logo o conspecto geral delas. São dez partes, perfeitamente concatenadas:

« A *primeira*, da admissão dos que hão-de seguir o nosso Instituto; a *segunda*, da demissão dos que não pareçam idóneos para êle; a *terceira*, da conservação e aproveitamento em virtude dos que ficarem; a *quarta*, da formação em letras e outros meios de ajudar o próximo os que se tiverem ajudado a si-mesmos em espírito e virtudes; a *quinta*, da encorporação na Companhia dos que assim forem formados; a *sexta*, do que devem observar em si mesmos os já encorporados; a *sétima*, do que se há-de observar para com os próximos, repartindo os operários e empregando-os na vinha de Cristo Nosso Senhor; a *oitava*, do que toca a unir entre si e com sua cabeça os que estão repartidos; a *nona*, do que respeita à cabeça e ao govêrno que dela ao corpo desce; a *décima*, do que universalmente toca à conservação e aumento de todo o corpo desta Companhia no seu bom ser. Esta é a ordem, a qual se terá nas Constituïções e Declarações, olhando ao fim que todos pretendemos da glória e louvor de Deus Nosso Criador e Senhor »[2].

5. — O supremo poder legislativo da Companhia está na Congregação Geral, composta de delegados das diversas províncias. Acabada a Congregação, é o Geral quem assegura, de acôrdo com as Constituïções e Decretos das Congregações Gerais, que não pode abrogar nem mudar, o govêrno de tôda a Companhia. Santo Inácio traça, nas mesmas Constituïções, o retrato do Superior Geral: homem de oração e união com Deus; possua as virtudes próprias do estado religioso, em particular caridade, humildade, mortificação, mansidão e fortaleza; seja de grande entendimento e juízo, vigilante e eficaz para levar as coisas a bom têrmo; goze de saúde e fôrças e tudo o mais que possa dar crédito e autoridade. Se algumas destas coisas faltas-

---

1. *Examen*, cap. III.
2. *Institutum*, *S. I.*, II, Prooemium.

sem, não falte ao menos, diz o Santo, muita bondade, amor à Companhia, bom juízo e boas letras [1].

A Companhia está repartida em províncias e cada grupo de províncias, segundo critérios geográficos ou lingüísticos, constitue uma Assistência. Na Companhia antiga existiram 6 Assistências: Itália, Portugal, Espanha, Alemanha, França e Polónia. A Assistência de Portugal compreendia, além da metrópole, a Província da Índia, que se desdobrou depois em duas, Goa e Malabar, o Japão, a Vice-Província da China, a Província do Brasil e a Vice-Província do Maranhão. Além disto, Missões em Angola, Moçambique e Etiópia. Cada Assistência mantém em Roma um representante, chamado Assistente, eleito ordinàriamente nas Congregações Gerais. É simples consultor do Geral para os respectivos negócios.

As Constituïções conferem-lhes certos poderes sôbre a pessoa do Geral, mas só em casos limitadíssimos, para bem da Companhia: assuntos referentes ao modo de viver do Geral, ao cuidado que deve ter no que toca ao corpo e à alma. Num caso extremo, se o bem da Companhia o exigisse, poderiam ir até depor o Geral ou afastá-lo da Companhia [2]. Tal caso nunca se deu. De todos os Superiores da Companhia só o Geral é vitalício.

O critério seguido para formar uma Província depende dos seguintes adjuntos: ter recursos suficientes para subsistir, por si mesma, no que toca à sustentação e recrutamento. Também influem, como na formação da Assistência, circunstâncias geográficas e lingüísticas. Quando as casas se tornam numerosas e distam entre si, a Província dá origem a outra, ou, quando o recrutamento ainda não está plenamente assegurado, a uma Vice-Província.

Os superiores de cada Província, ou Províncias, governam tôdas as casas dela (Colégios e Residências) e cada casa tem o seu superior, que nos colégios se chama Reitor.

---

1. *Constitutiones*, P. IX, II, n.º 10.

2. *Constitutiones*, P. IX, c. IV. Os Padres Assistentes de Portugal, e, portanto, do Brasil, foram: Luiz Gonçalves da Câmara (1558), Francisco de Borja (1564), Diogo Mirão (1565), Pedro da Fonseca (1573), Manuel Rodrigues (1582), João Álvares (1594), António Mascarenhas (1608). — Gesù, *Informationes*, n.º 104; L. Schmitt, *Synopsis Historiae Societatis Iesu* (Ratisbonae 1914) 521.

Assim como o Geral se rodeia de Assistentes, assim também em cada Província e em cada casa há um certo número de Padres, até quatro, com quem o Provincial e o Superior se aconselham nos casos importantes, estando um encarregado de mostrar caridosamente ao Superior o que acha necessário ou útil e, porisso, se chama Admonitor, homem bom, prudente e grave. Os Consultores não teem poder deliberativo, mas apenas consultivo. Daí o seu nome.

6. — O govêrno da Companhia, sàbiamente organizado, supõe uma virtude essencial na vida religiosa: a obediência. Ela é a virtude característica da Companhia. O Superior não pode mandar nada que implique desordem moral, nem esteja fora dos fins da Companhia. O religioso, na verdade, só promete obediência segundo as Constituïções. Compreendida e delimitada assim a obediência, como manifestação da responsabilidade humana e liberdade cristã, exorta Santo Inácio: «Podemos sofrer, que outras Ordens religiosas nos levem vantagens noutras virtudes, porém na pureza e perfeição da obediência [...] muito desejo, Irmãos Caríssimos, que se assinalem os que nesta Companhia servem a Deus Nosso Senhor e nisto se conheçam os filhos verdadeiros dela, nunca olhando para a pessoa a quem se obedece, senão nela a Cristo Nosso Redentor, por quem se obedece»[1].

É a sobrenaturalização da obediência. Mas é recíproca. Os Superiores, devem realizar aquêle aviso, que o P. Leão Henriques trouxe de Roma para Portugal, em 1573, da parte de Everardo Mercuriano «que os Superiores não sejam graves *et velut cum dominio* imperantes»[2].

À obediência, pura e simples, dos religiosos aos seus Superiores, como a Cristo, tem de corresponder da parte dos Superiores esforços verdadeiros para representarem, em palavras e em factos, a pessoa divina.

Neste sentido traçou Santo Inácio o retrato do Geral na forma que vimos, e, em proporção, o dos mais Superiores.

O princípio da obediência, assim temperada e sobrenatu-

---

1. Carta da Obediência, *Regras*, p. 48; Cf. *Constitutiones*, P. III, C. I, n.º 23; P. VI, n.º 1; Sumário 35, *Regras*, p. 19.

2. *Lus. 65*, 325-325v.

ralizada, é a fôrça disciplinadora e fecunda da actividade apostólica da Companhia.

A pobreza, quere o santo que se ame como mãi e conserve como muro da Religião [1]. Para cortar o passo a possíveis ambições, os Professos fazem voto de não aceitar dignidade, e, tratando da pobreza, podem tomar métodos que a apertem mais e não a alarguem.

Quanto ao voto de castidade, os Jesuítas devem assinalar-se nela como Anjos, diz Santo Inácio. E ao mesmo tempo que os filhos da Companhia de Jesus se fundam nestas bases essenciais da religião, atiram a vista ao largo para abranger com o seu zêlo o mundo inteiro, tôda e qualquer parte, «*in quavis mundi plaga*, onde se espera maior serviço de Deus e bem das almas» [2]. Mas para a eficácia das obras requere-se virtude sólida, e esta deve antepor-se a todos e outros quaisquer dons, «porque os dons interiores são os que hão-de dar eficácia aos exteriores» [3].

Assim, pois, a própria perfeição é o primeiro cuidado do verdadeiro Jesuíta, que inclue o de viver na união de uns para com os outros, com espírito de generosidade para com Deus, numa perfeita e total abnegação de si mesmo. Para êste alto ideal dispõe de meios de santificação, adequados, além dos especificamente religiosos, que são os votos: a oração, a meditação, os sacramentos, a mortificação dos sentidos, e penitências discretas.

Santo Inácio, com a sua clarividência meticulosa, não deixa nada ao acaso. O cuidado da saúde; as relações com as pessoas de família e de fora; a abertura de consciência com os Superiores: tudo se regula na vida, externa e interna, dum filho da Companhia, que, sendo fiel, diligente e generoso, fica apto para realizar o duplo fim da sua vocação: santificar-se a si próprio e santificar aos outros.

Saído da vida militar, Santo Inácio era o homem da hierarquia. Portanto, colocou-a também nas obras de zêlo: acima das temporais, as espirituais; acima das de menor fôlego ou que

1. *Constitutiones* P. VI, n.º 2; *Sumário*, regra 23-24; *Regras*, 14-15.
2. *Sumário*, 7; 3, *Regras*, p. 4.
3. *Constitutiones*, P. X; *Sumário* r. 16; *Regras*, p. 11.

podiam adiar-se, as mais altas e urgentes; acima das implicadas em perigos à vocação ou incertas, as seguras e claras; acima das transitórias, as estáveis e duradoiras. É o seu lema: tudo *para a maior glória de Deus.* Estava tão impregnado dêle, que, a denotar a sua intenção contínua, e como para se infiltrar na própria alma da Companhia, lê-se, só nas Constituïções, essa ou outra fórmula equivalente, 259 vezes — quási tantas como as suas páginas! [1].

7. — As Constituïções, que são o molde da Companhia, a sua orgânica externa, embebem-se dos *Exercícios Espirituais,* raiz da sua vida interior: corpo e alma.

Escritos por Santo Inácio de Loiola, em Manresa, os *Exercícios Espirituais* são um pequeno livro, donde deriva tôda a espiritualidade própria da Companhia de Jesus. Assenta em dois princípios: um, como *fundamento,* na razão esclarecida pela fé, a criação do homem e o fim para que foi criado; outro fundado na fé, — a Incarnação do filho de Deus, cuja imitação deve ser a maior ambição humana. Supõe-se o pecado: e, portanto, a reacção contra o prazer. A mortificação é a grande lição de Jesus. E ela, dada por amor dos homens, pede ao homem a correspondência da imitação e do amor. Cristo apresenta-se como Rei à conquista do mundo sobrenatural, e convida todos os homens de boa vontade a participar desta conquista. Os Exercícios acomodam-se a todo o género de pessoas. Mas para os que seguem ou escolhem a perfeição religiosa, Santo Inácio dá-lhes dela um conceito novo. Até então a vida religiosa considerava-se como afastamento do mundo. Santo Inácio integra a sua Ordem no mundo e faz dela uma campanha para a conquista do mundo. Cerra os laços da disciplina, fortifica as almas pela oração, exame particular, sacramentos, e liberta os seus religiosos, de práticas externas, boas em si, mas que poderiam tolher os movimentos de uma campanha activa: côro, jejuns, capítulo, hábito próprio. A abnegação *interior* é a fôrça da Companhia de Jesus. Fundada nos Exercícios, a sua espiritualidade reveste carácter magnífico de unidade, precisão, largueza de

---

1. Alexandre Brou, *La spiritualité de S. Ignace* (Paris 1928) 10.

vistas, flexibilidade e segurança. A espiritualidade da Companhia está na base de quási todos os Institutos Religiosos, fundados depois dela [1].

*

Tal é, num rapidíssimo esbôço, a Companhia de Jesus. Não escrevendo a sua história geral não nos pareceu próprio dar notícia mais desenvolvida da sua origem e organização. Aqui e além tocaremos ainda várias cláusulas dela, conforme os assuntos o pedirem, e, no tômo II, consagraremos todo um livro ao *regime interno* da Companhia, aplicado ao Brasil. Deixamo-lo para então, porque só então será perfeitamente compreensível, depois de conhecida a obra e o ambiente em que essa aplicação se operou.

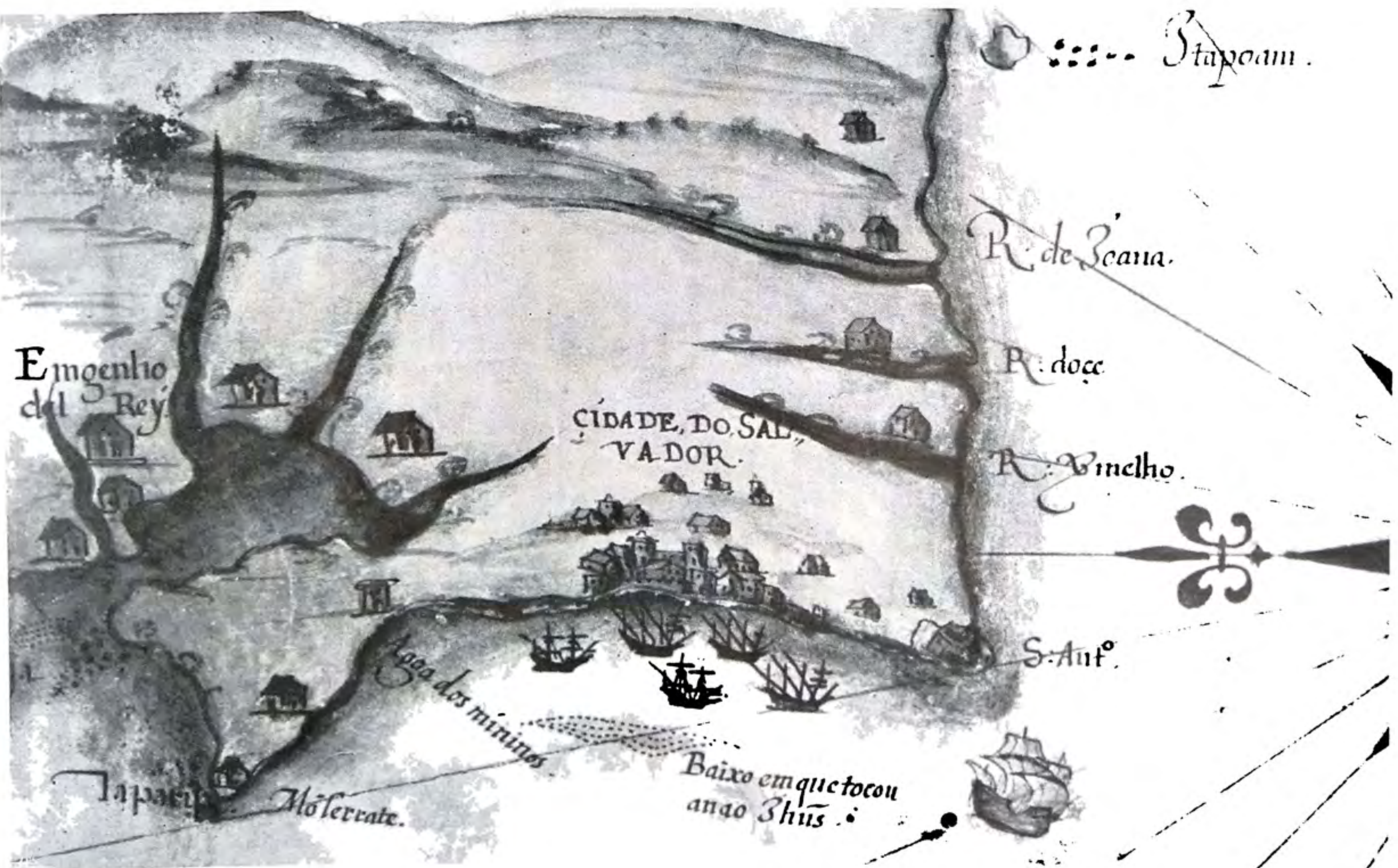
Convinha, entretanto, dar a conhecer desde já ao leitor, leigo nas coisas da Companhia, o espírito da Instituïção, que ia empreender a conquista espiritual do Brasil. Foi o que tentámos neste pressuposto histórico.

Brevíssimo? De-certo. Mas encurtamo-lo intencionalmente. Demorarmo-nos nêle com explanações ou investigações especializadas seria retardar as nossas. E, em verdade, não nos devemos deter com a revisão de fontes peculiares a estudos, que não são objecto nosso imediato. As pesquisas pessoais reservamo-las para a história da Companhia de Jesus na América Portuguesa.

Começamos.

---

1. O estudo dos *Exercícios Espirituais* está feito. Compete-nos ùnicamente ver o seu uso e aplicação no Brasil o que faremos no lugar próprio. Notemos, ainda assim, que, para o estudo do texto, a obra fundamental acha-se em *Mon. Ignatiana*, série 2.ª. Sôbre a sua origem, há em português um breve estudo feito por Francisco Rodrigues, *História* I, 1.º 162-173. Quanto ao seu valor ascético, os tratados são inúmeros. Resumam-nos a todos estas palavras de Aquiles Ratti, depois Pio XI: « Un libro come quello degli *Esercise di S. Ignazio* che quasi subito si affermò ed impose quale il più sapiente ed universale codice di governo spirituale delle anime, quale sorgente inesauribile della pietà più profonda ad un tempo e più solida, quale stimolo irresistibile e guida sicurissima alla conversione e alla più alta spiritualità, e perfezione... » — Mgr. A. Ratti, *Saint Charles Borromée et les Exercices de Saint Ignace* (Enghien 1911) 28-29.



BAÍA DE TODOS OS SANTOS — Pormenor

(Da «Rezão do Estado do Brasil», códice *ms.* da Bibl. do Pôrto)

CAPÍTULO II

Os Jesuítas na Baía de Todos os Santos

1 — Padre Mestre Simão Rodrigues; 2 — P. Manuel da Nóbrega e companheiros; 3 — Armada e viagem do Governador Geral Tomé de Sousa; 4 — Desembarque; 5 — Fundação da cidade do Salvador e da Capela da Ajuda; 6 — Fundação da Igreja do Colégio; 7 — Relíquias; 8 — Projecto de nova Igreja.

1. — O P. Mestre Simão veio de Roma para Portugal com destino à Índia, como S. Francisco Xavier. Retiveram-no na côrte de Lisboa. Em todo o caso não o largou nunca o pensamento das missões. Primeiro Índia, depois Etiópia, e, por fim, quando D. João III pensou a sério na colonização do Brasil e quis enviar para lá religiosos da Companhia de Jesus, ofereceu-se êle próprio: «quero eu ser o primeiro no Brasil, pois não mereci ser o segundo na Índia» [1]. E chegou a alcançar de El-Rei licença por três anos. Com ela na mão escreveu a Santo Inácio, comunicando-lhe que partiria nos meados de Janeiro de 1549 e que levaria consigo uns 10 ou 12 companheiros [2].

Causou alvorôço em Roma tal notícia. Santo Inácio teve que aprovar o facto, que em Roma se dava já, talvez, por consumado, mas que, na realidade, se não levou a efeito. Simão Rodrigues não teve a glória de fundar a Província do Brasil como teve a de fundar a de Portugal e ser o primeiro Provincial de Aragão. Surgiram impedimentos graves, entre os quais o não ter nesse

---

1. Balt. Teles, *Crónica*, I, 436.

2. *Mon. Ignat.* série 1.ª, II, 307; *ib.* sér. 4.ª, I, 666; Polanco, *Cronicon*, I, 318-319; F. Rodrigues, *História*, I, 1.º, 279; Franco, *Imagem de Lisboa*, I, cap. XXI, 90; Vasconcelos, *Crónica*, 6-7; Teles, *Crónica*, I, 435.

2

momento quem o substituísse no Provincialato de Portugal, pois, ao que parece, estava destinado para isso, o P. Santa Cruz, e êste tinha falecido em Roma, em Outubro de 1548[1]. O próprio Simão Rodrigues desistiu, depois, de ir ao Brasil, como êle próprio diz em carta sua de Barcelona, em 1552[2]. A fundação da Província do Brasil estava reservada para um jovem Padre de 32 anos, Manuel da Nóbrega.

2. — Frustrada a ida de Simão Rodrigues, escolheu-se, decerto com o aprazimento de El-Rei e de Tomé de Sousa, que ia por Governador Geral, o P. Manuel da Nóbrega, homem nobre, culto e decidido.

Levou consigo mais cinco da Companhia, dignos todos de serem os primeiros obreiros de tão gloriosa tarefa. Encontraremos muitas vezes os seus nomes: Padres Leonardo Nunes, António Pires, João de Azpilcueta Navarro, e os irmãos, que depois se ordenaram, Vicente Rodrigues e Diogo Jácome, ou de Santiago, como lhe chamou Bartolomeu Guerreiro[3].

3. — A armada, em que haviam de fazer viagem, uma das maiores que até então se dirigiram ao Brasil, constava de três naus, *Conceição*, *Salvador* e *Ajuda*, duas Caravelas, *Leoa* e *Rainha*, e um bergantim, cujo nome devia ter sido *São Roque* ou *Santiago*. Parece que também iam duas naus, enviadas a negócios por Fernando Álvares de Andrade, pai do maior escritor místico português, Frei Tomé de Jesus.

Comandava a nau capitânia, que era a *Conceição*, o próprio Governador Geral, Tomé de Sousa; a *Salvador*, o Provedor-mor, António Cardoso de Barros; e a *Ajuda*, Duarte Lemos. Das caravelas eram comandantes Francisco da Silva e Pero de Góis,

---

1. *Carta do P. Miguel Botelho ao P. Luiz da Grã*, Bibl. de Évora, cód. CVIII, 2-I, f. 133.

2. *Mon. Rodrigues*, 636; *Mon. Mixtae*, II, 724. *Mon. Ignat.* ser., 1.ª, III, 72.

3. Bartolomeu Guerreiro, *Gloriosa Coroa*, 305; Franco, *Imagem de Coimbra*: cf. vidas respectivas; F. Rodrigues, *História*, *I*. 2.º, 539; *Mon. Ignat.*, 1.ª, III, 544; Polanco, *Chronicon*, *I*, 449, onde diz que eram 4; *Mon. Mixtae*, II, 91; Nicolau Orlandini, *Historia Societatis Iesu* (Colónia 1615) 279; Maffei, *Hist. Indic.*, p. 295, onde se diz que chegaram « ineunte aprile mense »; Anchieta, *Cartas*, 314; Ant.º de Matos, *Prima Inst.*, 4-4v; Ricard, *Les Jésuites au Brésil*, 328.

capitão-mor da costa do Brasil [1]. Quando Nóbrega, que andava em missões pelo centro de Portugal, chegou a Lisboa, já a frota tinha levantado âncora com os seus companheiros. Ficou à espera de Nóbrega a nau do Provedor. Passadas, porém, «poucas sangraduras», alcançou a frota, e Nóbrega passou para a nau do Governador Geral [2].

A armada saíu de Belém no dia 1 de Fevereiro de 1549 e chegou à Baía, daí a oito semanas justas, a 29 de Março [3]. É fácil de calcular como se ocupariam na viagem. Além dos comandantes, vinham altos funcionários, um dos quais era o Dr. Pero Borges, ouvidor geral e juiz rectíssimo; vinham muitos colonos, gente de guerra, e 400 degredados: mais de mil homens. Tinham os Jesuítas bem em que exercitar os seus ministérios: confissões, prègações, lição da vida dos santos, compor dissídios. Na viagem, que mais tarde descreverá o P. Fernão Cardim, em que ia o Visitador Cristóvão de Gouveia, o governador Manuel Teles Barreto, viagem semelhante a tôdas as demais no que toca à actividade dos Padres, diz: «todo o tempo da viagem exercitámos nossos ministérios e prègação» [4].

Quando iam muitos da Companhia, organizava-se, nestas longas travessias do Atlântico, a vida regular da comunidade com horário e distribuïção de cargos. Às vezes surgiam graves doenças. Nesta primeira viagem, não houve. Nem também houve contratempo de maior. «Chegámos mais sãos do que partimos», dizia Nóbrega, acrescentando que, com isso, bem mostrava Deus ser sua a obra que agora se principiava, — «obra sem exemplo na história», escreve Capistrano de Abreu [5].

4. — O desembarque da gente da armada operou-se na povoação de *Pereira* (do primeiro donatário da Baía, Francisco Pereira Coutinho), chamada também depois *Vila Velha*, por opo-

---

1. Pôrto Seguro, *HG*, I, 294; Accioli-Amaral, *Memórias*, I, 333; Pedro de Azevedo, *A Instituição do Governo Geral*, na *Hist. da Col. Port. do Brasil*, III, 335.
2. Vasc., *Crón.* I, 24.
3. Nóbr., *CB*, 71. Cf. Ventura Fuentes, in *Catholic Encyclopedia*, N. Y. vol. II, p. 748 (grande confusão).
4. Cardim, *Tratados*, 284.
5. Id., *ib.* 71, 75, 89; Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial.* (Rio 1928) 66.

sição à cidade nova, que se edificou meia légua dali na direcção do Recôncavo. A Vila Velha, que faz hoje parte integrante da cidade do Salvador, ficava perto da Barra, nos sítios da Graça e S. António. Tomé de Sousa desembarcou em boa ordem, postos os Portugueses em forma de peleja, para prevenir qualquer assalto dos gentios e sobretudo para dar impressão de fôrça. Nóbrega desembarcou também com os seus, levando um dêles uma cruz alçada como para indicar que eram gente de paz[1]. Efectivamente foram recebidos em paz.

Em Vila Velha moravam alguns Portugueses, que deviam ser o *Caramuru* e os genros. Nóbrega diz que os moradores seriam uns quarenta ou cincoenta, contando provàvelmente todos os parentes do Caramuru. Talvez houvesse ali mais algum português, desgarrado, do tempo do donatário ou vindo na armada do Gramatão[2]. Êstes moradores receberam-nos « com grande alegria, diz Nóbrega, e achámos uma maneira de igreja, junto da qual logo nos aposentámos os Padres e Irmãos em umas casas a par dela »[3]. Os naturais da terra começaram também a acudir, para ver os Portugueses, em multidão e sem arcos[4]. Dois dias depois, a 31 de Março, que era domingo (a quarta dominga da quaresma), o P. Manuel da Nóbrega celebrou, diante de um grande cruzeiro erguido de-propósito, a primeira missa dos Jesuítas no Brasil. Assistiu o Governador e todo o Arraial. Os Padres renovaram os votos; e prepararam-se para a grande emprêsa de conquistar o Brasil para Cristo e para a civilização.

A visão inicial que êles tiveram da nova terra foi boa. Mais tarde, quando conheceram outros climas do Brasil, corrigiram um tanto a primeira impressão, no que toca à Baía. Esta impressão é reveladora do estado de espírito dos Jesuítas ao tomarem contacto com a terra americana. Abraçaram-na com amor, — e amor para sempre. Desta impressão inicial, optimista,

---

1. Quem levava a cruz? O P. Navarro, segundo a *Fund. de la Baya*, 2v(7); o próprio P. Nóbrega, segundo Baltazar Teles, *Crónica*, I, p. 470.

2. Vasc., *Cron.* I, 42-43; *Fund. de la Baya*, em *Bras. 12*, 2-2v; Accioli-Amaral, *Memórias*, 200; D. Clemente Maria da Silva Nigra, *Francisco Pereira Coutinho e o seu documento* (Baía 1937) 11-12.

3. Nóbr., *CB*, 71.

4. *Os Portugueses em África, Ásia, América e Oceania*, vol. VI (Lisboa 1849) 91.

faz-se eco o próprio Nóbrega, numa das primeiras cartas: « Desde logo se fêz a paz com o Gentio da terra e se tomou conselho sôbre onde se fundaria a nova cidade, chamada do Salvador, onde muito ainda obrou o Senhor, deparando logo muito bom sítio sôbre a praia, em local de muitas fontes, entre mar e terra e circundado das águas em tôrno aos novos muros. Os mesmos índios da terra ajudam a fazer as casas e as outras coisas em que se queira empregá-los; podem-se já contar umas cem casas e se começam a plantar canas de açúcar e muitas outras coisas para o mister da vida, porque a terra é fértil de tudo, ainda que algumas, por demasiado pingues, só produzam a planta e não o fruto. É muito salubre e de bons ares, de sorte que, sendo muita a nossa gente e mui grandes as fadigas, e mudando de alimentação com que se nutriam, são poucos os que enfermam e êstes de-pressa se curam. A região é tão grande que, dizem, de três partes, em que se dividisse o mundo, ocuparia duas; é muito fresca e mais ou menos temperada, não se sentindo muito o calor do estio; tem muitos frutos de diversas qualidades e mui saborosos; no mar igualmente muito peixe e bom. Similham os montes grandes jardins e pomares, que não me lembra ter visto pano de rás tão belo. Nos ditos montes há animais de muitas diversas feituras, quais nunca conheceu Plínio, nem dêles deu notícia, e ervas de diferentes cheiros, muitas e diversas das de Espanha; o que bem mostra a grandeza e beleza do Criador na tamanha variedade e beleza das criaturas » [1].

5. — Não achou Tomé de Sousa a povoação de Pereira apta para se estabelecer definitivamente, talvez por ser perto da Barra e menos defensável. Aliás, já trazia de Lisboa indicação concreta para a mudança e até para o nome da nova cidade [2].

Permaneceram um mês em Vila Velha, emquanto procuravam local apropriado para a nova povoação. Ia então esta desde a Barroquinha ao *Terreiro de Jesus*, precisamente, onde, depois, fundaram o seu Colégio os Padres da Companhia, motivo para aquêle Terreiro se chamar *de Jesus*, nome que ainda hoje con-

1. Nóbr., *CB*, 89-90.

2. *Regimento* de Tomé de Sousa, § 8. Cf. *Hist. da Col. Port. do Brasil*, III, 346; Nota de R. Garcia, em Nóbr., *CB*, 89.

serva [1]. O Terreiro formava, então, uma suave colina, fora da primeira cêrca da cidade, entre ela e a Aldeia dos índios do Calvário [2]. Não se estabeleceu logo ali a Companhia. Primeiro edificaram os Padres, perto dos antigos Paços da Câmara, uma igreja de taipa, coberta de palha. E construíram-na com as próprias mãos; porque, então, todos trabalhavam; até o Governador Tomé de Sousa levava aos ombros caibros e madeiras para as casas e muros da cidade [3].

A nova ermida, fundada pelos Padres, chamou-se de *Nossa Senhora da Ajuda* e foi cedida, algum tempo depois ao clero secular. Esta Igreja, a primeira dos Jesuítas no Brasil, seria também a primeira da Baía? Se prescindirmos daquela « maneira de igreja », existente em Vila Velha, os documentos coevos falam ùnicamente da Ajuda. *Ajuda* é o nome de uma das naus da armada de Tomé de Sousa, e dela foi trazida para a sua igreja a imagem da Padroeira. As outras duas naus eram *Conceição* e *Salvador*, que haviam de dar também o nome a outras tantas igrejas. A primitiva ermida da Conceição deve ser contemporânea ou pouco depois da Ajuda. Segundo Gabriel Soares, ela

1. Anch., *Cartas*, 303; Afrânio Peixoto, in *Cartas do Brasil*, de Nóbrega, 21.

2. Nóbr., *CB*, 83, 104.

3. Fr. Vicente, *H. do B.*, p. 150; *Fund. de la Baya*, 2v; Vasc., *Crón.* I, 46. Em pouco tempo, escreve o arquitecto da cidade, Luiz Dias, « fizemos cadeia, muito boa e bem acabada, com casa, audiência e câmara de cima; e na Ribeira de Góis, casa da fazenda e alfândega e almazens e ferrarias, tudo de pedra e cal e telhado com telha, que serviu já ». — *Corp. Cron.* 86, 111, em *Hist. da Col. Port. do B.*, III, 263. Para as obras dos Padres, dizia Nóbrega que não podia contar com os oficiais « a não ser um sobrinho de Luiz Dias », Diogo Peres. — Nóbr., *CB*, 85.

Pregunta-se: *Em que dia foi instalada a fundação da cidade?* No opúsculo com êste título (Baía 1925), Bocanera e Teodoro Sampaio inclinam-se para o dia 13 de Junho. Apontam-se outros: 30 de Maio, 24 de Junho, 6 de Agôsto e 1 de Novembro. Mas haveria realmente dia próprio para essa instalação? Rodolfo Garcia, observando que a partir de *1 de Maio* começaram os pedreiros e outros artífices a vencer sôldo, fixa essa data como a da fundação da cidade (Comunicação à Academia Brasileira, a 19 de Agôsto de 1937, cf. «Jornal do Commercio», de 21 Agôsto de 1937). Cremos que se deve distinguir a fundação da instalação. Provàvelmente, Tomé de Sousa foi provendo os ofícios ou empossando os oficiais, que já vinham nomeados de Lisboa, e êles entravam em exercício à proporção que o requeressem as suas funções.

« foi a primeira casa de oração em que se Tomé de Sousa ocupou » [1]. Da Ajuda tinham-se ocupado os Jesuítas.

Quanto à igreja do Salvador, nome da própria cidade, calam os Cronistas. Contudo Nóbrega, a 9 de Agôsto de 1549, diz que, buscando lugar para o futuro colégio, achou um, mas com muitos inconvenientes. Entre êles, o de ficar « muito junto da Sé e duas igrejas juntas não é bom » [2]. Nesta data ainda se não tinha entregue a Ajuda aos Padres seculares (esperava-se Vigário para breve, nem tinha chegado o Bispo). Como é que se fala já em Sé? Chamaria Nóbrega Sé à Ajuda por ter intenção de a ceder para isso e já o ter assim combinado com Tomé de Sousa? Por outro lado, D. João III, escrevendo ao Papa Júlio III, em 31 de Julho de 1550, diz que queria « novamente criar em Sé catedral a *igreja, que se chama do Salvador,* na cidade outrosi chamada do Salvador, Capitania que se chama a Baía de Todos os Santos » [3].

Como se explica esta igreja do *Salvador?*

A não admitirmos a hipótese de que Tomé de Sousa, logo que fundou a cidade, marcou o sítio para a futura Sé e ali se ergueu alguma ermida da invocação do *Salvador,* da qual se perdesse a memória, teremos que aceitar que a *Ajuda* tomou, por extensão, o nome da cidade pela atribuïção, que assumiu, de matriz e de Sé, emquanto se não construíu edifício próprio, recuperando, logo a seguir, o nome primitivo. Esta segunda alternativa é mais conforme à tradição que aplica à Ajuda o ditado popular *velho como a Sé de palha,* e o próprio Gabriel Soares, escrevendo depois da reconstrução da Ajuda, diz, que no sítio dela, « no princípio desta cidade esteve a Sé » [4]. De qualquer modo, é certo que os Padres construíram a *Ajuda,* ao mesmo tempo que a cidade, e a cederam pouco depois ao Clero secular.

A igreja da *Ajuda* conservou sempre vestígios dos fundadores.

---

1. Gabriel Soares, *Tratado,* 114.
2. Nóbr., *CB,* 83.
3. *Corpo Diplomático,* VI, 378. Conhecem-se também vários mandados a favor do « clérigo Manuel Lourenço que ia como Vigário da Igreja do Salvador », datados de 18 de Fevereiro de 1549. « Traslado e Registo da Provisão do Vigário Manoel Lourenço porque foi provido por Sua Alteza na vigararia desta cidade do Salvador » em *Docum. Hist.* XXXV (Rio 1937) 223-224. Manuel Lourenço já estava na Baía no Natal de 1549. — *Hist. da Col. Port. do B.,* III, 360.
4. Gabriel Soares, *Tratado,* 113.

Quando se reedificou, de pedra e cal, em 1579, gravou-se nela esta data e as letras *J. H. S.*, usadas pela Companhia. *Esta igreja da Ajuda* também se chamou *Igreja dos Mercadores* [1].

A actual igreja da Ajuda, imitando o estilo manuelino, junto ao local da primeira, foi construída em 1914 e nela se guardam ainda algumas preciosas recordações dos antigos tempos entre as quais o púlpito em que António Vieira prègou o célebre sermão contra as armas de Holanda [2].

6. — Ora, ainda estavam os Padres naquela primitiva igreja da Ajuda e já o governador Tomé de Sousa lhes tinha permitido morar fora dos muros da cidade, numa colina, que chamaram Monte Calvário (hoje Carmo), e era então aldeia onde se juntava a maior fôrça dos índios. Construíram lá os Padres uma igreja [3]. Começaram logo os baptismos e investiram contra a antropofagia. Julgava o Padre Nóbrega que estariam ali seguros, a-pesar dos receios de Tomé de Sousa, plenamente justificados. Com efeito, o zêlo dos Padres e o seu ataque directo contra o vício de comer carne humana, provocou em breve um ataque violento dos índios contra êles e contra a própria cidade. Os Padres acolheram-se a ela, e o Governador interveio com tôda a sua fôrça, acalmando o alvorôto. Os Padres, porém, retiraram-se, por ordem do mesmo Governador, para umas casas de barro, no lugar onde haviam de permanecer, depois, no seu apostolado por mais de dois séculos [4].

---

1. Refere o *Santuário Mariano* que, ao ser salva das ondas a imagem de Santo António de Arguim, atirada ao mar nas águas da Baía pelos piratas franceses de Pain de Mil, em 1595, foi ela conduzida processionalmente para a «Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, a quem dão o título dos *Mercadores*». — *Santuário Mariano*, IX, 191-194.

2. *A Igreja da Ajuda*, por A. J. de Oliveira Rocha, na *Rev. do Inst. da Baía*, 28 (1902) 143-149, onde se descreve a igreja demolida em 1912; J. Teixeira de Barros, *Epigraphia da Cidade do Salvador*, na *Rev. do Inst. da Baía, 51*, 56 (1925); Cabral, *os Jesuítas no Brasil* (S. Paulo 1925) 132n. Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano*, IX, 20-21; Pedro Calmon, *Historia da Bahia* (S. Paulo, s/d) 40,

3. *Fund. de la Baya*, 5v(81).

4. Nóbr., *CB*, 83-84; *Fund. de la Baya*, 7; Vasc., *Crón.*, 47, 52, coloca o facto em 1549. Vemos porém que, em 6 de Janeiro de 1550, ainda os Padres moravam no *Monte Calvário*. Neste caso voltariam para lá, passada a tormenta. António Pires estava dentro da cidade, ainda na *Ajuda* ou, já, nas casas perto do *Terreiro*. — Nóbr., *CB*, 104.

Era o *Terreiro*. Nóbrega, achando-o bom sítio para Colégio, construíu, junto daquelas casas, uma igreja de taipa, primeira duma série de outras que lhe iriam sucedendo. Logo, em 1552, estava já a cair. Era preciso repará-la, ou então os Padres, que viessem do Reino, fizessem uma nova «que durasse outros três anos, porque as suas mãos, diz Nóbrega, — a pensar no Paraguai — já não poderiam fazer outra senão daí quinhentas léguas pelo sertão» [1].

Assim como na da Ajuda, também os Padres trabalharam nesta por suas mãos; e auxiliou também pessoalmente a gente da cidade, tanto servos como senhores [2]. Em 1555, ainda ela estava coberta de palha, quando as demais casas dos Padres já eram cobertas de telha. Escreve Nóbrega, em 1557: «Uma igreja temos principiada há três ou quatro anos e por esperar recado de El-Rei e também por não sermos poderosos para a acabar, nem nos pagarem cá nossa esmola, não se acabou. O que é causa de têrmos pouco encerramento, pois é necessário fazermos igreja do que se fêz para dormitório. E desta maneira estamos muito devassados e apertados, como já disse. Determinamos cobri-la como quer. Porque esperamos ao diante não haver de servir de igreja, por algumas razões: a uma é porque a nossa possibilidade não nos deixa fazê-la como convém para igreja; a outra que esta casa está tão pegada com a Sé, que, por manso que falem, se ouve em uma igreja o que se faz em outra. E portanto nos parece bem que se faça da outra banda dêste sítio em que estamos, por estar mais afastada da Sé, o que esperamos que Sua Alteza mande fazer, se todavia êste sítio houver de ficar connosco» [3].

Tôdas estas casas estavam muito arruïnadas, em 1564, «sobretudo a igreja», que «abria por algumas partes».

Portanto, ao pé delas construíram-se outras, trabalho em que tomaram parte os próprios Padres, manejando o pilão e suprindo

---

1. Nóbr., *CB*, 132. Amaral dá a fundação dela a 31 de Março de 1550, não sabemos com que fundamento. — *Resumo Chronológico*, 28.

2. « Tanto servidori como signori portano le pietre su le spalle », diz a versão italiana da carta de Francisco Pires, de 17 de Setembro de 1552, em *Diversi Avisi Particolari*, p. 155. Frase suprimida na edição das *Cartas Avulsas*.

3. Carta de Nóbrega, da Baía, de 2 de Setembro de 1557, *Bras. 15*, 41v-42.

a falta de jornaleiros[1]. Emquanto se ia utilizando aquêle dormitório-capela, resolveu Mem de Sá construir, à sua custa, uma igreja digna, emfim, da Baía e da Companhia, porque «determina de a fazer mui grande» de pedra e cal[2]. Começou-se em 1561. Ao ditar o seu testamento (28 de Julho de 1569) estava ainda por madeirar e telhar; recomenda êle aos seus herdeiros que a concluam, se falecer antes. Desejava que o fôrro da capela fôsse de painéis, para se pintarem de figuras com óleo, «havendo bom pintor». A 9 de Setembro, depõe João de Araújo que a «capela está forrada de bôrdo e que o corpo da igreja se vai cobrindo»[3].

Esta igreja de Mem de Sá não tardou a concluir-se. No dia 23 de Maio de 1572, festa do Espírito Santo, trasladou-se solenemente, da igreja velha para a nova, o Santíssimo Sacramento. Ganhou-se, pela primeira vez, um dos quatro grandes jubileus, que S. Francisco de Borja alcançou para o Brasil, e de que foi portador o novo Provincial recém-chegado, Inácio Tolosa[4]. Os sinos, vindos de Portugal, colocaram-se na igreja em 1581. Um operário dos que os «acunhou», de nome João Fernandes, entrou, nesse ano, na Companhia, estando doente, no dia 8 de Dezembro. Viveu ainda oito dias e, curiosidade histórica, por êle se dobraram a primeira vez os sinos[5].

7. — Entretanto, ia-se enriquecendo a igreja com muitas relíquias. Levava bom número delas o B. Inácio de Azevedo e outras os Padres Diogo Mendes e Francisco Lopes, aprisionados pelos franceses. Diz o P. Vale-Régio que, entre as relíquias tomadas «delle corsari sacrilegi de franza», havia «una molto pretiosa del legno della croce del Sre», — e pedia outras[6]. Salvaram-se as que

1. *CA*, 431. Onde diz casas *de palha* leia-se *de taipa*, como escreve o mesmo Blasques, *ib.* p. 412.

2. *CA*, 293, 413.

3. *CA*, 293; Pôrto Seguro, *HG*, I, 446; *Documentos relativos a Mem de Sá* em *Annaes*, XXVII (1906) 139.

4. *Fund. de la Baya*, 19 (93).

5. Caxa, *Breve Relação*, p. 27; Pero Rodrigues, *Anchieta* em *Annaes*, XXIX, 262.

6. Cartas do P. Vale-Régio, de 8 e 24 de Agôsto e 20 de Dezembro de 1574, *Lus. 66*, 218v, 273; cf. *Lus. 64*, 251.

levavam os outros Padres, relíquias que chegaram depois ao Brasil na expedição 15.ª, chefiada pelo P. Morinelo [1].

Esta relíquia do Santo Lenho talvez fôsse a alcançada pelo P. Mestre Inácio Martins. Indo a Roma, como Procurador da Índia e do Brasil, acabada a incumbência, «fêz sua volta pela Alemanha e Flandres, para se prover de muitas relíquias assim para os Colégios do Reino como para os *ultramarinos*, porquanto naqueles tempos, por causa das heresias, se tinha grande cópia de relíquias retirado a diversos lugares e não era dificultoso alcançá-las» [2].

Compreende-se que numa terra, cujo sobrenome era o da própria Cruz de Cristo, ansiassem os Padres por alcançar alguma relíquia dela. Portanto, indo a Roma o P. Gregório Serrão pediu, em 1576, outra do Santo Lenho, expressamente «para consolação da Província do Brasil, terra de Santa Cruz». O P. Geral respondeu: «Escrever-se-á a Viena de Áustria para que se procure haver alguma parte, da Imperatriz; e, havendo-se, se enviará» [3]. A Imperatriz, com licença do Sumo Pontífice, concedeu essa relíquia insigne, do Santo Lenho, «que foi de uma das freiras da Alemanha». Tal dádiva constituía um dos tesoiros do Colégio da Baía.

Em 1584, ordenou o Visitador que se colocassem, na capela interior do Colégio, as relíquias dos Santos encastoadas em prata, num grande relicário de jacarandá e outras madeiras de prêço, com 16 repartições envidraçadas e forradas de setim. Numa repartição maior, ao centro, como que presidindo, um formosíssimo quadro de Nossa Senhora de S. Lucas [4], de que falaremos desenvolvidamente no Tômo II.

O grande relicário inaugurou-se com festas magníficas, no dia da Invenção de Santa Cruz (3 de Maio de 1584), e foi tão extraordinário o fervor que, a-pesar-de ser dentro do Colégio, os homens de fora, arrombaram as grades e encorporaram-se nelas. A capela interior estava forrada de painéis da Paixão.

---

1. Francisco Soares, *De algumas cousas*, 378.
2. Franco, *Ano Santo*, 110-111.
3. Memorial do P. Serrão, *Congr. 93*, 212v.
4. Carta de Quirício Caxa, *Bras. 15*, 273; Carta de Cristóvão de Gouveia, *Lus. 68*, 339; Cardim, *Tratados*, 324, 325.

Tôdas as relíquias se expunham, nos dias de festa, à veneração pública[1].

A igreja de Mem de Sá estava completamente edificada, em 1585. E ficou, diz Fernão Cardim, «capaz, bem cheia de ricos ornamentos de damasco branco e roxo, veludo verde e carmezim, todos com tela de oiro; tem uma cruz e turíbulo de prata, uma boa custódia para as endoenças, muitos e devotos painéis da vida de Cristo e todos os apóstolos. Todos os três altares teem docéis, com suas cortinas de tafetá carmezim; tem uma cruz de prata dourada, de maravilhosa obra, com Santo Lenho, três cabeças das Onze Mil Virgens, com outras muitas e grandes relíquias de santos e uma imagem de Nossa Senhora de S. Lucas mui formosa e devota»[2].

Outras relíquias vieram com o tempo. A ânua de 1594-1595 narra a chegada de algumas, enviadas pelo P. Geral. Foram recebidas com tais festas «quae omnium aliorum Collegiorum ac Residentiarum in eo genere apparatum superarint». O Bispo ordenou que estivessem presentes os Párocos[3].

As obras de prata, a que se refere Fernão Cardim, tinham vindo quási tôdas de Portugal[4]. De Portugal viriam também as imagens, como ainda sucedia um século mais tarde. No dia 8 de Setembro de 1672 colocou-se solenemente, na sua capela, a «milagrosa imagem de Nossa Senhora da Paz do Colégio da Companhia». Foi feita em Lisboa e «é muito fermosa e tem sete palmos de estatura; é de escultura de madeira ricamente estofada»[5].

8. — A Igreja de Mem de Sá não foi a definitiva. Em 1597, escreve o P. Pero Rodrigues que espera «começar a igreja dêste

---

1. Mas, em 1589, determina o Visitador Gouveia que a capela interior esteja sempre ornada «nem se tire dela imagem alguma se não fôsse para pôr em seu lugar outra coisa com que ficasse melhor ornada». E justifica esta ordem assim: «A cousa de mais devoção e consolação que há, nesta terra, tanto para os de casa como para os de fora, é esta capela. E porque as inclinações dos superiores são variar, e por outras causas de momento, pareceu necessário deixar êste aviso». — Roma, Gesù, *Colleg. 13* (Baya).

2. Cardim, *Tratados*, 288; Anch., *Cartas*, 413.

3. *Annuae Litt. 1594-1595*, 800.

4. *Bras. 15*, 386, n.º 24.

5. Fr. Agostinho de S.ª Maria, *Santuário Mariano*, IX, 40.

Colégio da Baía», e recebe do P. Geral o modo como se há-de haver nessa construção e as condições com que os bemfeitores, que quiserem, poderão edificar capelas dentro dela [1].

Em 1604, ainda se não tinham iniciado as obras da «igreja nova» [2].

---

1. *Bras. 15*, 428, 467-467v; *Bras. 2*, 130v.

2. Carta do P. Tolosa, *Bras. 8*, 102 v.

Comemorando o 4.º centenário do nascimento de Anchieta, colocou-se na Catedral da Baía, em 1934, uma placa onde se leem estes dizeres, referentes à sua primeira missa: «In fronte. Basilicae. Primatialis — Quae. Olim. Templum Exstitit Conlegii. Nominis. Iesu — Hoc. Primum. In. Templo — Ministeria Rite. Peregit. Anchieta». «No frontispício da Basílica Primacial, que foi antigamente igreja do Colégio do nome de Jesus. Nesta igreja, Anchieta exercitou ministérios *pela primeira vez*» (*Memorabilia*, vol. V, fasc. V, p. 356).

A *actual* catedral da Baía foi, de-facto, igreja dos Jesuítas. Mas não era a mesma que estava aberta ao culto em 1566, ano em que Anchieta se ordenou. Atendeu-se, porém, à ligação moral com a antiga e bem pode ser que a sacristia da catedral seja a igreja antiga ou parte dela. Da igreja actual diz o arquitecto Raúl Lino, que a viu em 1936, depois de falar doutras do século XVIII: «Há obras do princípio do século XVII, como a Sé da Baía, antigo colégio dos Jesuítas, no estilo austero e fino de S. Roque de Lisboa, com um côro alto de linda proporção e sentimento clássico, capelas laterais de época posterior, muito belas, e uma sacristia rica, provida de grande arcaz de jacarandá com espaldar, guarnecido de quadradinhos pintados sôbre chapa de cobre. O todo é muito interessante, mas em especial a arquitectura da igreja, na sua severidade e nobreza, é padrão imponente da admirável obra da Companhia de Jesus — o mais importante veículo da civilização — na América Latina». — Raúl Lino, *A cultura artística no Brasil*, exposição feita na Associação de Arquitectos Portugueses, *Jornal do Commercio*. Rio, 17 de Janeiro de 1937. Cf. von Spix e von Martius, *Através da Bahia*, excerptos da obra «Reise in Brasilien» trasladados a português pelo Dr. Manuel A. Pirajá da Silva (Baía 1916) 55.

CAPÍTULO III

O Colégio dos Meninos de Jesus

1 — A instrução, meio de catequese; 2 — Dificuldades económicas; 3 — A chegada dos órfãos de Lisboa; 4 — Contradições do Bispo; 5 — Supressão do Colégio; 6 — Destino dos órfãos.

1. — O fim, com que os Jesuítas foram ao Brasil, foi a catequese. Assegurar, portanto, a sua eficácia e continuïdade constituía a sua preocupação fundamental. Catequizar adultos? Sem dúvida. Mas era mais fácil e de resultados mais seguros conquistar e formar crianças. Com elas preparavam os homens do futuro e que, já no presente, evangelizariam os pais ou, pelo menos, captar-lhes-iam as simpatias. A instrução foi um meio. «Convidamos os meninos a ler e escrever e conjuntamente lhes ensinamos a doutrina cristã, lhes prègamos para que com a mesma arte, com que o inimigo da natureza venceu o homem, dizendo: *eritis sicut dii scientes bonum et malum*, com arte igual seja êle vencido, porque muito se admiram de como sabemos ler e escrever e teem muita inveja e vontade de aprender e desejam ser cristãos como nós»[1].

Êste desejo abria caminho à catequese. Múcio Vitelleschi, recomendava aos professores que fôssem como o artista ao confeiçoar a estátua, que olhava mais à glória futura do que à matéria em que trabalhava. Das crianças iriam saír, com o tempo, «pais de família, chefes e governadores dos povos, prelados veneráveis»[2].

1. Nóbr., *CB*, 91-92. Sôbre a influência, que estas escolas iniciais dos Jesuítas iriam ter na formação e unidade do Brasil, cf. Manuel Múrias, *A Língua Portuguesa no Brasil* (Lisboa 1928) 19.

2. Cf. Francisco Sauras, S. J., *La educación religiosa en los Colegios de la Compañia de Jesús, según los documentos oficiales de la misma*, (Madrid 1919) 59.

Mas a continuïdade do magistério exigia cooperadores. Que fazer quando, por qualquer motivo, faltassem os que vinham de Portugal? E viriam de Portugal tantos que chegassem para tão vasto campo de apostolado? Portugal tinha que atender não só ao próprio território da metrópole, mas à África e ao Oriente. Era preciso preparar o terreno para que a Colónia se bastasse a si própria, e em si mesma se formassem os futuros missionários e apóstolos [1].

Simão Rodrigues, ao dar, em Lisboa, o abraço de despedida ao P. Nóbrega, recomendou-lhe expressamente a criação de meninos. Na Sicília já a Companhia havia ensaiado com êxito o seu primeiro Colégio para alunos externos. Em Roma também. Em Lisboa, Pedro Doménech fundava o Colégio dos Órfãos. Nóbrega não esqueceu a recomendação de Simão Rodrigues. E, ao pensar na fundação do Colégio da Baía, as suas primeiras impressões foram optimistas: «5 escravos para as plantações, 5 escravos para pescar; e para se vestir, algodão, que há cá muito». E com isto já se poderiam sustentar ainda que fôssem 200 estudantes [2].

Quanto à casa para o Colégio, com 100 cruzados far-se-á de taipa, para começar [3].

Tais eram as primeiras comunicações, transmitidas para a Europa, do pensamento de Nóbrega.

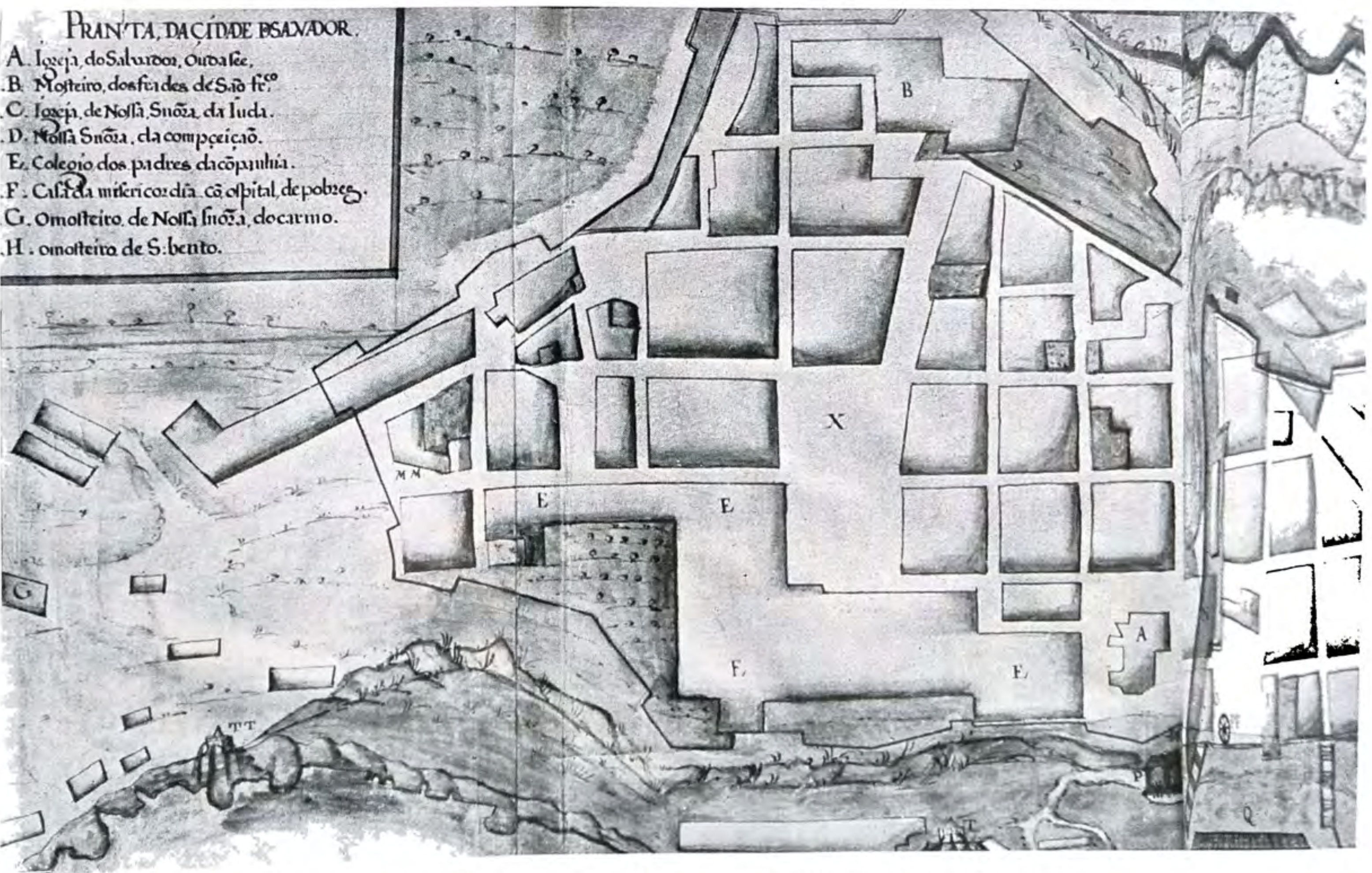
2. — Os factos vieram mostrar que eram bem maiores as dificuldades.

Nóbrega e os seus cinco companheiros recebiam, para seu sustento, dois mil e quatrocentos réis, à razão de um cruzado para cada um, por mês. O pagamento era feito umas vezes em ferro, outras em géneros alimentícios; e as ordens, passadas pelo Provedor-mor, eram satisfeitas no almoxarifado da cidade do Salvador. Algumas delas, que se conservam, mostram como

1. Numa informação, do tempo de S. Inácio, sôbre a forma de constituir Colégio, recomenda-se expressamente a necessidade, que há, de os fundar nas próprias terras para se prepararem nelas *perpètuamente* os obreiros da vinha de Cristo Nosso Senhor, *Mon. Paedagogica*, 40-41.

2. Nóbr., *CB*, 84.

3. Nóbr., *CB*, 111.



BAÍA — PLANTA DA PARTE NORTE E PRINCIPAL DA CIDADE DO SALVADOR

EEEE = « Colegio dos padres da cõpanhia »; X = « Praça grande de IHVS no meyo da cidade »; TT = Fonte dos Padres (Da « Rezão do Estado do Brasil », códice *ms.* da Bibl. do Pôrto)

se fazia o pagamento. A de 21 de Fevereiro de 1550 diz que se paguem « ao Padre Manuel da Nóbrega, maioral dos Padres da Companhia de Jesus, dois mil e quatrocentos réis, por um quintal e vinte e cinco arráteis e quarta de ferro, a dois mil réis o quintal, que é o mantimento de seis padres da dita Companhia, à razão de quatrocentos réis cada um por mês ». A ordem do dia 16 de Janeiro de 1551, manda dar « seis alqueires de farinha pela medida da terra e 12 canadas de vinagre e seis canadas de azeite pela medida do reino, que é a regra e mantimento que haviam de haver os ditos seis Padres dêste mês de Janeiro de 1551 ». Outra ordem manda dar vinho para missas [1].

Os Padres recebiam, pois, dos armazéns reais aquilo que lhes ia fazendo falta para si e para os mais, que logo se lhes agregaram.

Além dêste cruzado mensal, parece que se lhes dava algum arroz e mandioca [2].

Pelo menos, em 1557, mandou-se-lhes dar a cada um dos 28 Padres e irmãos da Companhia no Brasil « quatro panicus de mandioca e um alqueire de arroz e, quando não houver arroz, se dará um alqueire de milho da terra, e um cruzado em dinheiro para suas mantenças » [3].

Não era nada desafogada a situação dos Padres, tanto mais que, se êles recebiam esmolas, também as faziam. « Parece-me, escreve Nóbrega, que não devemos deixar de dar a roupa que

---

1. *Doc. Hist.* XIII, 441 e 417; *Ib.* XIV, p. 57-58, 29, 91, 78, 67, 121, etc. Carta de El-Rei D. João III ao Governador Geral do Brasil: « Tomé de Sousa Amigo: Eu El-Rei vos envio muito saudar. Nessa Capitania do Brasil andam alguns Padres e Irmãos da Companhia de Jesus, os quais folgarei que sejam providos do que lhes fôr necessario, assim para seu mantimento como para seu vestido; encomendo-vos e mando-vos que lhes façais dar tudo o que para as ditas coisas houverem mister. Em Almeirim, ao primeiro de Janeiro de 1551 ». — *Doc. Hist.* XXXV, 96.

2. *Bras. 15*, 383.

3. Arq. Hist. Col., *Registos* I. Cfr. «Traslado da Provisão de El-Rei Nosso Senhor por onde hão de haver 28 Padres e Irmãos da Companhia seu mantimento do 1.º de Janeiro de 1558 em diante, o qual é o seguinte *de verbo ad verbum* » (*Doc. Hist.* XXXV, 429-431). Em 1559, El-Rei explica o modo como se há-de fazer êste pagamento e que se eleve o número de Padres a 36, os 28 mais 6 que embarcaram nesse ano para o Brasil. — Carta por onde os Padres do Brasil hão-de haver seu mantimento cada mês, *Doc. Hist.* XXXVI, 3-6.

trouxemos a êstes que querem ser cristãos, repartindo-lha, até ficarmos todos iguais com êles »[1].

Não foi pequeno, pois, o alvorôço e embaraço quando, pelos meados de 1550, chegou a segunda expedição de missionários e, com êles, sete meninos órfãos. Urgia casa para os agasalhar e sustentação para todos. A Baía estava no comêço, era pobre, e pouca a gente que pudesse desafogadamente ocorrer à sustentação dêles e dos meninos, índios ou mestiços, que iam reünindo. Faltavam trabalhadores, escravos e terras. Nóbrega recorreu ao Governador. E êste, no dia 21 de Outubro do mesmo ano, deu-lhe a primeira sesmaria que possuíu, no Brasil, a Companhia de Jesus, denominada *Água de Meninos*, por ser para o sustento dêles. Os Padres, se haviam de ser missionários, catequistas e mestres, não teriam tempo para lavrar por suas mãos as terras. Mas naqueles primeiros momentos, « assim nós por nossas mãos, como rogando aos índios da terra como aos escravos dos brancos e êles mesmos, começámos a roçar e a fazer mantimentos aos meninos ». Emquanto não se criavam êstes mantimentos proveu com a sustentação o Governador Tomé de Sousa « com tudo o necessário como zeloso e virtuoso que é »[2].

O granjeio das terras surgiu logo como um problema grave. Nem êles se poderiam dar a êsse trabalho, sob pena de deixar o principal da catequese e instrução do gentio, nem podiam contar com a ajuda dos moradores. Tal ajuda oferece-se uma vez, mas não se repete indefinidamente. Sobretudo, à proporção que o colégio aumentasse, e, com êle, as despesas, necessidades e trabalhos agrícolas.

Chegaram à Baía alguns escravos da Guiné, enviados pela Coroa de Portugal. Nóbrega tomou três para êsses trabalhos, sem dinheiro com que pagar o que queriam por êles. Pediu um prazo de dois anos, ficando fiador. Antes de concluído o prazo, concedeu-lhos El-Rei por esmola[3]. Os meninos precisavam também de leite. Nóbrega tomou algumas vaquinhas das que El-Rei mandou, esperando que êle também lhas desse, o que efectivamente aconteceu[4].

1. Nóbr., *CB*, 74.
2. Nóbr., *CB*, 138.
3. Arq. Hist. Col., *Registos*, I, f. 234v.
4. Nóbr., *CB*, 129-130.

A responsabilidade de sustentar êstes meninos era a preocupação constante.

Com os órfãos vieram mais quatro Padres. Ficaram, portanto, 10 Jesuítas vindos de Portugal. Fora o cruzado da praxe, «que saía pouco mais de dois tostões em dinheiro» havia um auxílio em roupa.

O P. Manuel de Paiva, na ausência de Nóbrega, recebeu êsse subsídio, que constava de «doze côvados de pano pardo, doze pares de sapatos, dois sombreiros, 14 varas de pano de lenço para camisas». Tudo montava a «7$080 réis» [1].

Os Padres aplicavam-nos aos meninos e viviam, por si, de esmolas. Infelizmente, «a provisão em vestido, que Sua Alteza nos manda cá dar, nos pagam muito mal, tanto que o que dão para 10, que do Reino recebemos, não mantém nem veste a três, se não fôssem esmolas e o que do Reino trouxemos, que ainda nos dura» [2]. E sugeria que, para não haver ilusões, se pagasse tudo em Lisboa e de lá se enviasse para a Baía. Quanto ao futuro confiava nos algodoais, que mandou plantar; e pensava em enviar algodão a Portugal, para que voltasse transformado já em panos, com que se vestissem os meninos. Se El-Rei ajudasse a fundar o Colégio, poder-se-iam sustentar em breve 100 meninos e mais. Assim como está, mantém a 30 pessoas.

3. — Vistas as dificuldades económicas, com que se debatia a organização do Colégio, pode dizer-se que êle principiou oficialmente com a vinda dos primeiros órfãos de Portugal: já antes se ensinava a ler e escrever, desde a primeira estada em Vila Velha. Mas a chegada dos 7 órfãos, em 1550, foi decisiva: «Isto me faz crer, diz Nóbrega, que Nosso Senhor era servido haver aqui casa de meninos e que aquêles vinham para dar princípio a muitos outros» [3]. Chegaram com os Padres Afonso Braz, Francisco Pires, Salvador Rodrigues e Manuel de Paiva, no *Galeão*, que assim por antonomásia se chamava o velho galeão *S. João Baptista*, de Simão da Gama. Saíram de Belém, no dia 7 de Janeiro de 1550, «o dia depois de Reis, à tarde». Foram

---

1. *Doc. Hist.* XIV, p. 76.
2. Carta de Nóbr., *Bras. 3 (1)*, 105-106v ; *CB*, 138.
3. *Bras. 15*, 116.

embarcados em procissão. Escreve em carta, cheia de sentimento e de côr local, o seu próprio mestre Pero Doménech:

«Diziam-lhes alguns: — Vós sois ainda meninos e sabeis pouco para ensinar. Respondiam: — Deus é grande e nos esforçará e ensinará aquilo que havemos de dizer. Diziam-lhes outros que, no Brasil, morrem os homens e comem carne humana. Respondiam-lhes que também em Lisboa morrem; e que depois os comem terra e bichos, e que um só pai temos que está nos céus».

Êstes órfãos eram dos que recolhera, na Ribeira de Lisboa, o P. Pero Doménech, fundador, em 1549, do Colégio dos Meninos Órfãos de Lisboa, «moços perdidos, ladrões e maus, que aqui chamam patifes» [1].

Com êstes meninos perdidos de Lisboa, transformados já pela educação cristã, ia Nóbrega fundar na Baía o *Colégio dos Meninos de Jesus*. Tratou de juntar-lhes «outros órfãos da terra, que havia muitos, perdidos e faltos de criação e doutrina, e dos filhos dos gentios quantos se pudessem meter em casa» [2]. E começou o trabalho de atracção, mais natural que se podia imaginar, de criança para criança. «Os meninos órfãos, que nos mandaram de Lisboa, com seus cantares atraem os filhos dos gentios e edificam muito os cristãos» [3].

O Colégio da Baía, além da instrução, tornou-se o centro mais eficaz da catequese e civilização das crianças, no Brasil, atingindo, quanto possível, pelo coração das crianças, a alma dos pais: «Quando algum dêstes nossos meninos sai fora, juntam-se mais de duzentos meninos dos gentios e o abraçam e riem com êle, fazendo muita festa, e veem ali a casa dos meninos a aprender a doutrina, e depois vão-se a suas casas a comunicá-la e a ensiná-la a seus pais e irmãos; e os gentios já fizeram uma ermida lá dentro da terra, onde teem uma cruz, e os meninos índios ajuntam-se ali e fazem oração e ensinam aos outros a doutrina que os nossos meninos lhes ensinam; e como são novos, logo aprendem, de maneira que já os nossos meninos entendem coisas da sua língua. Bemdito seja o Senhor para sempre! Agora

1. Cf. Serafim Leite, *O primeiro embarque de Órfãos para o Brasil*, na «Brotéria», vol. XVII, Julho de 1933, p. 37; Id., *Páginas*, 72.
2. Nóbr., *CB*, 150.
3. Nóbr., *CB*. 115; *CA*, 80.

El-Rei lhes manda vestidos e camisas e livros e tudo o que pedem. Êste Príncipe é tão bemdito, que é pai de todos»[1].

Na Baía o P. Navarro animava-se: O Colégio será não só útil para ensinar e doutrinar, «mas também para a paz e sossêgo da terra e proveito da República»[2].

Em 1551, chegaram mais alguns órfãos e bulas do P. Doménech para o P. Nóbrega fundar, na Baía, uma Confraria de Meninos como a de Lisboa. Procurou Nóbrega interessar o Governador e moradores principais, confiado em que êsses órfãos ganhariam aos da terra, preparando-se todos para os estudos ou para os ofícios mecânicos.

Como andariam vestidos êstes meninos? Não nos ficaram documentos explícitos. Mas sabe-se que o Colégio dos Órfãos de Lisboa recebeu do seu fundador regras e estatutos, e que os órfãos se vestiam de branco[3]. O da Baía seguiria idêntico modo, não sendo talvez alheios a êsse uniforme os vestidos e camisas que D. João III mandou. Pelo menos, em 1556, na Baía, realizou-se uma procissão célebre. Nela se encorporaram os filhos dos portugueses, mamelucos, e os filhos dos índios, vestidos todos *igualmente* de branco, «que parecia mui bem»[4]. Esta uniformidade não denotará uma intenção? Há, pelo menos, uma que é, afinal, a glória da catequese jesuítica: o nivelamento de tôdas as raças perante Deus.

Tomé de Sousa, convidado por Nóbrega a auxiliar o Colégio dos Meninos de Jesus, tomou-o efectivamente sob a sua protecção e iniciou-se um período de grande actividade dos órfãos, dentro da sua esfera de pequenos catequistas e doutrinadores. As cartas dos Padres revelam a satisfação e a esperança de todos; e uma, escrita pelos próprios meninos «desta casa do *Colégio dos Meninos de Jesus*, hoje a 5 de Agôsto de 1552 anos», assinada por «vossos irmãos Diogo Tupinambá Piribira Mongeta Quatia», dá largas informações da sua actividade, comum com a dos meninos da terra. Faziam entradas pelo sertão, a pé, até distâncias consideráveis para o tempo e para a idade. Uma vez,

1. *Mon. Mixtae*, II, 504.
2. *CA*, 72.
3. F. Rodrigues, *História*, I, 1.º, 702-703.
4. *CA*, 172-173.

andaram sete léguas. Os caminhos através dos matos eram ásperos, a passagem dos rios difícil. Só as « ostras eram bastantes para lhes cortar as pernas se não fôra Deus com êles». Ao chegarem às aldeias, os índios abriam-lhes caminhos largos como a estrada de Coimbra e limpavam-lhes as estradas como a santos e recebiam-nos ao som dos seus instrumentos músicos, — a taquara e o maracá. E êles com grinaldas na cabeça, faziam procissões, erguiam cruzeiros, cantavam, dançavam. As florestas virgens do Brasil alvoroçavam-se com os primeiros acordes da liturgia cristã, evidentemente simplificada, mas não menos bela naquele grandioso cenário.

Entretanto, as crianças, aproveitavam a oportunidade para ensinarem os elementos da religião, « a Paixão de Nosso Senhor, os Mandamentos, o Padre Nosso, o Credo e a Salvè Rainha», na língua dos índios, « de maneira que os filhos na sua língua ensinam os pais e os pais com as mãos postas vão atrás dos filhos, cantando Santa Maria e êles respondendo *ora pro nobis* » [1].

Êste colégio dos Meninos de Jesus, começado assim sob tão bons auspícios, teve curta duração, por várias circunstâncias, provenientes do meio em que se estabeleceu e da natureza mesma daquela instituïção autónoma, parte eclesiástica, por ser confraria, e parte civil, por ser de órfãos, sujeitos a legislação especial.

4. — A primeira contradição grave surgiu no campo económico. Sendo instituïção eclesiástica, a Confraria dos Órfãos devia ficar, segundo a legislação do tempo, isenta de impostos. Ora, os oficiais de El-Rei começaram a exigir « dízimos de peixe e mantimentos dos meninos », e porque o P. Nóbrega não consentiu que se pagassem, « se queixaram alguns ». Murmuraram outros de que os Padres tivessem casas, terras e escravos. Muito mais tranqüilos viveriam os Padres, observa Nóbrega, se prescindissem do Colégio e vivessem sós; mas que fruto se faria se não cuidassem da educação das crianças? E meios de subsistência na terra não havia senão aquêles. Resolveu, pois, levar adiante a sua obra; quis, porém, mostrar ao povo, pràticamente, que tudo era por

---

1. *Bras. 3 (1)*, 64-67; Serafim Leite, *Primeiras Escolas do Brasil* (Rio 1934) 13-15; Id., *Páginas*, 43.

causa dos meninos, começando «a pedir de comer pelas casas; e os mais dos dias, dois que estamos na cidade imos comer com os criados do Governador, o qual dá de comer com os seus criados a todos que o não teem e querem lá ir. Em parte foi bom murmurarem de nós, comenta êle, porque dantes passávamos como Nosso Senhor bem sabe e não sei a vida que levaríamos com tanto trabalho se pudera durar muito; e agora, uma vez ao dia, comemos de maneira que é melhor que as duas que antes comíamos em casa» [1].

Além destas dificuldades económicas, outra, no fundo, do mesmo género, mas de mais persistentes e graves conseqüências, foi a restituïção dos índios Carijós, injustamente cativos, recomendada, aliás, no próprio regimento dado em Portugal a Tomé de Sousa. Interveio nela, de modo eficaz, Manuel da Nóbrega e daí começarem alguns a contrariar os Padres. Nesta atmosfera, menos favorável, chegou o Bispo do Brasil, D. Pedro Fernandes Sardinha, tão pedido por Nóbrega e que tantos desgostos lhe havia de causar, a êle e à Companhia. O Bispo começou a reparar nas coisas que possuía o Colégio. Nóbrega escreveu para Portugal expondo a situação. Estava persuadido que eram necessárias, nestas regiões, casas de meninos e que se não podiam ter sem bens temporais, e que havia de haver sempre êstes e semelhantes escândalos. Tal educação não se podia abandonar: ou pelos Padres ou por outros. E se alguém a quisesse tomar, êle deixava-lha de bom grado. Ofereceu o cuidado da educação dos meninos, com todos os bens, que já tinha, à Misericórdia da Baía, mas nem ela nem ninguém a quis aceitar. Consultou então o Governador e outros amigos e todos foram de parecer que não desistisse da emprêsa. Para a direcção imediata dos bens, nomear-se-ia um homem secular, que, por sua vez, trataria com os Padres. Pensou-se em Diogo Alvares *Caramuru*, ainda vivo. Que se arranjasse esta ou outra solução, mas que se não abandonasse o colégio sob pena de se perder, de todo, a esperança de se frutificar na terra. Tal era o pensamento de Nóbrega, exposto com a sua costumada lealdade e firmeza [2].

Entretanto, o Bispo ia levantando outras questões. Desauto-

1. Nóbr., *CB*, 139.
2. Nóbr., *CB*, 140.

rizou, em público e em particular, o proceder dos Padres. E nas suas prègações, êle e os da Sé condenaram as penitências públicas e censuraram a catequese dos Jesuítas. Nóbrega, vendo-se assim assediado, enviou a Portugal uma lista destas dúvidas[1]. Chegaram elas no momento em que estava pendente da decisão de S. Inácio a aceitação ou recusa dos Meninos Órfãos de Lisboa. Pelo que decidisse naquele caso, se regularia também o Brasil. Com isso, e talvez por sentirem na Europa que o Bispo estava contrário aos Padres, no intuito da paz, Nóbrega viu-se sem apoio na Europa.

.Nesta conjuntura, inutilizados prestígio e ministérios, resolveu ir visitar o Sul, deixando-se por lá ficar até mudarem os ventos. A tomar conta dos meninos deixou na Baía o Ir. Vicente Rodrigues, chegando daí a pouco Luiz da Grã e os seus companheiros, vindos de Portugal. Trouxe Grã ordem superior para se não ocupar tanto com os meninos, os quais, faltando-lhes o bafo e amparo eficaz de Nóbrega, entraram em breve numa fase de crise, em que influíram vários factores, além daquele ambiente geral pouco propício a criarem ânimo e virtude. E já andavam no Colégio, em 1555, 24 moços mamelucos e índios[2]; causou, pois, grande opressão a chegada de mais 18 ou 20, nesse mesmo ano, dos quais se distribuíram uns por várias capitanias e se colocaram outros em casas particulares. Os que foram para Pôrto Seguro deram trabalho, porque a terra era pobre e não havia com que os sustentar, nem remédios, se caíam doentes. Sobretudo houve o perigo de doenças espirituais, porque, diz o P. Ambrósio Pires, « as mulheres andam nuas e são tão ruins que andam trás êstes moços para pecarem com êles e enganam-nos e êles fàcilmente se deixam enganar » [3].

Deviam mesmo ter chegado a Lisboa estas desagradáveis notícias, porque um órfão, que estava em S. Vicente, de nome Luiz, foi reclamado por sua mãi, e estava para embarcar com o P. Leonardo Nunes[4].

Preocupava também os Padres a sorte dos meninos índios. Dos doutrinados no Colégio andavam fugidos pelo mato, diz Grã,

1. Nóbr., *CB*, 141-142.
2. Cf. *Doc. Hist.* XXXV, 286-287 ; 291-292.
3. *Bras. 3 (1)*, 134.
4. *Bras. 3 (1)*, 137.

uns 15 ou 16[1]. Era o maior desgôsto. Tais rapazes, depois de conhecerem a civilização cristã, traíam-na. Para atalhar a isso, escreveram à Raínha os Padres e alguns índios principais, que se instituísse, na Baía, um recolhimento de meninas índias, dirigido por mulheres honestas e idosas; com aquelas meninas índias, assim cristãmente educadas, se poderiam depois casar os alunos dos padres. Senão, ao fugirem para o sertão, uniam-se com índias pagãs e tinham que ficar, conforme ao costume da terra, às ordens do sogro e cunhados gentios[2]. O Padre Gonçalves da Câmara, de Lisboa, transmitia o pedido para Roma, apoiando-o, e respondia o Geral que lhe parecia «obra mui grata a Deus»[3].

Infelizmente, aquêle alvitre não teve seguimento por então. Estávamos na época de Duarte da Costa e de D. Pedro Sardinha, pouco fagueira para a vida social da Colónia. Entretanto, chegaram cartas a ambos de El-Rei, para que se construísse, na Baía, colégio como o de Santo Antão, em Lisboa, ao mesmo tempo que os Padres recebiam comunicação de que Santo Inácio decidira finalmente não aceitar para a Companhia o encargo de instituïções de órfãos[4]. Em vista de tal determinação, des-

1. *Bras. 3 (1)*, 145v.
2. *Bras. 15*, 117v.
3. *Mon. Laines*, VI, 578; VIII, 407.
4. « D. Duarte da Costa, Amigo: Eu El-Rei vos envio muito saüdar. O fruto que os Padres de Jesus com sua doutrina, virtude e bom exemplo fazem em tôda coisa do Serviço de Nosso Senhor e Salvação das Almas é tão grande, que se deve muito estimar, granjear e favorecer sua Companhia e conservação, e porque os que estão nessas partes tenho entendido que vão obrando e obram os mesmos efeitos, pareceu-me devida coisa encomendar-vo-los muito, pôsto que tenha por mui certo, que tereis disso muito grande cuidado, por ser coisa de tal qualidade e de tanto meu Contentamento; pelo que vos encomendo muito, que assim o façais, e que vós, com o Bispo, trabalheis de fazer nessa cidade algum modo de colégio, conforme ao desta cidade que os Padres da Companhia teem em Santo Antão, porque disso se pode seguir algum grande serviço de Nosso Senhor, para essas partes; e, do que nisto fizerdes, me escrevereis. E, porque êles se queixam de lhes não ser inteiramente pago o que para suas despesas lhe tenho ordenado, receberei muito contentamento, proverdes como se lhe faça disso o melhor pagamento, que puder ser. Escrita em Lisboa. Manuel de Aguiar a fêz em 21 dias do mês de Março ou Novembro de 1554. A qual carta era assinada por Sua Alteza e selada com o sinete de suas armas. E eu Sebastião Alves, escrivão da fazenda do dito Senhor a trasladei aqui fielmente por mandado do Senhor Governador D. Duarte da Costa e lhe tornei a própria hoje 20 de Agosto de 1556. Sebastião Alves». — *Doc. Hist.* XXXV, 358-359.

fez-se Luiz da Grã dalguns bens que o P. Nóbrega tanto a custo angariara, por julgar isso mais conforme com o voto de pobreza, não distinguindo bem entre o que se exige sob o ponto de vista pessoal e o que se pode possuir para obras de educação e formação, impossíveis sem meios suficientes e estáveis. Nesta data viviam já, à conta do colégio, 44 pessoas[1].

Moviam-no também escrúpulos (e nisto tinha razão) pelo modo como se dava aos padres a esmola de El-Rei, «porque nos livros do Almoxarifado se fala por êstes têrmos: Fulano da Companhia tem vencido tanto do seu ordenado. Parece que é estipêndio, e bastas vezes o dizem, que S. A. nos dá aquilo para que residamos nas suas povoações dos brancos, e ainda não instavam que tivéssemos cura de almas, pois El-Rei nos dava estipêndio por isso, não sendo assim senão pura esmola. Ocorria-nos que se devia largar aquilo, quando não se aplicasse a Colégio»[2].

5. — Para a fundação do Colégio em novos têrmos, Grã aguardava a vinda de Nóbrega, cada dia esperado, de S. Vicente (fins de 1555); não quis, portanto, tratar nada com o Governador nem com o Bispo até que Nóbrega chegasse[3]. Na verdade, mesmo de longe, Nóbrega, como Provincial, não perdia de vista o assunto dos órfãos e do colégio. Entre as incumbências que, em 1554, levava para tratar em Roma o P. Leonardo Nunes, era uma impetrar licença para haver no Brasil casas de órfãos, dirigidas pelos Padres, ainda que separados dos irmãos[4]. Recebendo a notícia de que a Companhia não aceitava o encargo de órfãos, determinou, quando fôsse à Baía, entregar êsse cuidado a pessoa de fora, ficando os padres apenas com a direcção espiritual. Logo viu a impossibilidade prática desta separação de poderes; e, já na Baía, ainda nos primeiros tempos do novo regime colegial, quando se tratava de ajustar e combinar tudo, volta a insistir sôbre a necessidade de se educarem os meninos sob a dependência directa, espiritual e temporal, dos Superiores da Compa-

1. *CA*, 143.
2. Carta do P. Luiz da Grã, a 8 de Junho de 1556, *Bras. 3 (1)*, 147v-148.
3. *CA*, 143; *Bras. 3 (1)*, 144v-145.
4. Anchieta, *Cartas*, 67.

nhia. Além da superintendência espiritual dos moços, parece «convir muito, diz êle, que o Provincial ou o reitor do nosso colégio, sòmente, tenha também a superioridade em o mais, para pôr e tirar e ordenar as coisas dos moços, escolhendo quem dêles tenha cuidado e do seu, e êsse tirando e pondo, quando lhe parecer. Porque se de todo os largamos, em breve tempo será tudo tornado em nada, segundo o que por experiência alcançamos. E não teem êles mais ser e vida, nem sua casa, que quanto nós assopramos, maiormente sendo os mais, ou todos, moços do gentio, de quem a gente desta terra tem mui pouco gôsto e devoção, pelo muito ódio, que comumente se tem a esta geração. E, porisso, de duas uma devemos escolher: ou não fazer conta dêles, que podem permanecer, ou ter-se com êles e suas coisas a superintendência que digo. O que os moços cá teem para a sua mantença são quarenta mil réis cada ano, bem mal pagos, e tudo o mais que nós lhes quisermos dar. Minha intenção, quando esta casa se principiou, foi parecer-me que nunca meninos do gentio se apartariam de nós e de nossa administração, e o que se adquiriu foi para êles. Dos moços órfãos de Portugal nunca foi minha intenção adquirir a êles nada, nem fazer casas para êles senão quando fôsse necessário para com êles ganhar os da terra e os ensinar e doutrinar. E êsses haviam de ser sòmente os que para êsse efeito fôssem mais necessários e de cá se pedissem. E todavia nos parece bem dar-lhes as terras, porque se pediram para os meninos do gentio, por não haver escândalo e dizerem que com título dos moços, adquirimos para nós. E para o nosso colégio se devia pedir a El-Rei uma légua ou duas de terra, onde melhor nos parecer, em parte onde não fôr ainda dada, pôsto que já agora não pode ser senão longe, por ser tudo dado. E bastará escrever Sua Alteza ao Governador que onde fôr mais conveniente as dê» [1].

Mem de Sá tinha, sem dúvida, a mesma opinião de Nóbrega. A renda de 40$000 réis dava para sustentar uma dúzia dêles. O Governador resolveu sustentar à sua custa outros 12. E todos ficaram sob a direcção de Rodrigo de Freitas, oficial de El-Rei, já então viúvo, e com desejos de entrar na Companhia, como depois entrou. Os meninos ficaram a viver em aposentos anexos

---

1. *Bras. 15*, 41v-42.

ao Colégio, apenas com cozinha e refeitório comum para ouvirem a leitura à mesa[1]. Mas isto já não era Confraria nem órfãos. De uma coisa e outra deu de mão a Companhia. Não por ser Confraria, porque depois se instituíram outras de carácter religioso ou social, nem por serem órfãos, porque ainda depois se propôs que viessem para o colégio da Baía, mas por ser *Confraria de Órfãos.*

É sabido que os órfãos são objecto de uma legislação própria. Em 1561, houve alvorôço no povo da Baía, querendo que o juiz dos órfãos desse de soldada os moços e moças órfãs, e alguns iam até a pedir os casados. O Governador, que então já era Mem de Sá, não consentiu[2]. Em 1556, tinham-se pôsto alguns assim, como também os meninos índios[3]; e a experiência mostrou que se prestava a abusos. Foram complicações dêste género, acrescidas da responsabilidade na administração de bens alheios, que se pretenderam evitar e não a educação de órfãos. De-facto, desejando Nóbrega enviar alguns meninos do Brasil, de mais talento, para estudarem em Portugal « para ganharem letras e virtudes e voltarem homens de confiança », o Padre Geral aprova a ideia e sugere que se podia « tratar com as casas de órfãos, que os recebam, e mandem *outros*, de lá, em seus lugares ». Isto logo em 1562, em carta onde se aprovam os colégios de meninos que há no Brasil e, se é possível, se fundem outros, buscando-se os meios indispensáveis para isso[4]. Já era tarde.

O Colégio dos Meninos da Baía terminou virtualmente, em 1556, com a sua elevação a colégio canónico. A-pesar-de todos os contrastes, que costumam acompanhar qualquer obra de vulto, foram benéficos os seus resultados. Correspondeu até, num determinado momento histórico, a uma necessidade urgente de captação e nivelamento com os naturais da terra, e é um facto notável, sugestivo e original da colonização portuguesa.

6. — Os órfãos, excepto dois ou três, que, por mal dispostos, pareceu a Nóbrega ser melhor restituí-los a Portugal, os mais

1. Carta de Nóbrega, *Bras. 15*, 64v.
2. *CA*, 293.
3. *CA*, 177.
4. *Mon. Laines*, VI, 577-578.

dedicaram-se a ofícios ou a estudos[1]. Realmente, os estudos não se interromperam durante êstes anos e até progrediram. Braz Lourenço, um dos Padres que vieram com Luiz da Grã em 1553, contando como todos foram bem recebidos, fala em particular do Irmão António Blasques, que ensina a ler e escrever e « a alguns ensina gramática », isto é, latim[2]. O Colégio passara, portanto, de elementar a secundário. O mesmo Blasques estava destinado, em 1555, para dar aulas de latim; faltavam, porém, livros tanto para os que principiavam (é o ano da vinda daqueles 18 ou 20 órfãos) como para os mais adiantados e pediam-se de Portugal[3].

Alguns dêstes alunos mais adiantados eram órfãos e entraram na Companhia. Um dêles disse missa nova na Aldeia do Espírito Santo, Baía, na segunda metade de Outubro de 1560, « o qual há-de ficar ali por ser língua; êste é moço dos primeiros órfãos, que cá nos mandaram muito boa coisa »[4]. Órfão era o P. Simeão Gonçalves que foi mestre de noviços[5]. O P. Manuel Viegas, apóstolo dos Maromomis, era órfão ou veio com êles[6]. Blasques, ao narrar as grandes festas que se fizeram na Aldeia de S. Paulo, igualmente na Baía, no dia do seu padroeiro, refere-se expressamente a dois, que tiveram lugar de honra ao lado do Bispo, D. Pedro Leitão, que presidia a essas festas. E, depois de descrever, com grande riqueza de pormenores, os preparativos, confissões da véspera, festas de índios e folias dos brancos, continua:

« Ao romper da manhã, foram os nossos Padres para os seus assentos ouvir os penitentes e, desde as três horas da manhã até que se quis começar a missa, ocuparam-se em ouvir confissões; deu-se ordem que, quando começasse amanhecer, nunca se cessasse de dizer missa em três altares, ora uns, ora outros, para que, com êste expediente, ficassem todos comungados, e aos

1. Nóbr., *CB*, 171.
2. *Bras. 3 (1)*, 89v.
3. Carta do P. Grã, *Bras. (3 1)*, 145v.
4. *CA*, 279.
5. *Bras. 5*, 6v; *Bras. 3 (1)*, 163. Faleceu tísico, ao que parece, pois deitava sangue pela bôca, em S. Paulo de Piratininga, em Julho de 1572, com 17 anos de Companhia. Tinha virtude, sobretudo a da obediência. — *Fund. del Rio de Henero*, 51(127). Não se deve confundir com o Irmão Simão Gonçalves, antigo soldado.
6. *Bras. 5*, 8.

enfermos, que tinham vindo ganhar o jubileu, não fôsse penoso e molesto esperar pela missa de pontifical. Ditas as missas, nas quais comungaram algumas 120 pessoas, das que vieram ganhar o jubileu, se deu ordem para que se fizesse a procissão, em que iam 6 cruzes, às quais seguia grande multidão de meninos com as divisas de que atrás falei. Logo vinha o côro com a sua música; cantando hinos e salmos, *maxime* o que começa *Laudate Dominum, omnes gentes*. Junto ao côro estavam os nossos Padres com sobrepelizes, excepto os que traziam capas e iam junto ao Bispo, o qual vinha debaixo de um pálio de setim vermelho, com uma capa de brocado muito rica, precedendo-o, com ricas e formosas dalmáticas, o diácono e subdiácono, que eram dois Padres da Companhia, que desde meninos se criaram com estes índios, ensinando-os e doutrinando-os na Fé Cristã: são êstes dos órfãos que Vossa Reverendíssima mandou a esta terra, haverá 9 ou 10 anos agora, e saíram, pela bondade do Senhor, idóneos ministros da conversão das gentes; chama-se um dêles António de Pina e o outro João Pereira; êste está agora encarregado de ir prègar a Vila Velha, todos os domingos e festas, aos escravos dos cristãos, *ultra* de confessá-los, quando as suas necessidades o exigem; o outro reside na povoação de Santiago, tendo a seu cargo aquela casa» [1].

Ainda ao diante acharemos algumas referências a órfãos e à educação de meninos, que os Jesuítas nunca abandonaram.

Mas como, em 1556, ao *Colégio dos Meninos de Jesus*, da Baía, sucedeu o que leva o nome simples de *Colégio de Jesus*, a história dêste será a daquele, continuado e subido a categoria mais nobre.

1. *CA*, 420-421.

CAPÍTULO IV

Colégio de Jesus da Baía

1 — O Terreiro de Jesus; 2 — A construção do Colégio; 3 — Planos arquitectónicos; 4 — Reitores.

1. — « As primeiras moradas, que os Padres tiveram, eram umas pobres casas de taipa cobertas de palha; o seu suor e trabalho lhe custaram, acarretando a suas costas a madeira e água » — escreviam os Padres em resposta a um *Capítulo* de Gabriel Soares[1]. Eram as casas da Ajuda. Antes de as deixar, fizeram outras no Monte Calvário, então fora da cidade, e deu-lhes o Governador uma casa de barro dentro dela, perto dos muros. Foram as três primeiras moradas dos Jesuítas na Baía. Nenhuma delas dispunha dos requisitos indispensáveis para Colégio, ainda que em tôdas se fêz catequese e se ensinaram os rudimentos de ler e escrever. Nóbrega, entre as instruções, que lhe deu o Provincial de Portugal, trazia, como vimos, a de que, se houvesse disposição no Brasil para Colégio ou Recolhimento de meninos, os fundasse[2].

Com êste pensamento buscou local apropriado. Aquela casa de barro, que lhe deu o Governador, estava em bom sítio, mas comprimida contra os muros da cidade. Todavia, a Ajuda já se tinha entregue ao clero secular e o Monte Calvário era demasiado exposto. Com a chegada dos meninos órfãos, em 1550, não teve outro remédio senão decidir-se pelo sítio junto aos muros da cidade. A escolha dêste local deu origem a frases, que hoje

---

1. *Bras. 15*, 383 (2.º).
2. *Bras. 15*, 104 e 116.

mal se pode averiguar se são história ou lenda. Não as achamos em documentos coevos. Fundado em Vasconcelos, diz o P. Luiz Cabral: «Razão tinha Manuel da Nóbrega para dar a Tomé de Sousa, quando êste lhe objectava estar fora da cidade o local escolhido para o Colégio, a mesma resposta que o P. Simão Rodrigues deu a El-Rei D. João III perante a objecção idêntica, a-respeito da casa de S. Roque, em Lisboa: — Não se arreceie Vossa Alteza de ficar a casa fora da cidade; a cidade virá juntar-se ao redor da casa. E assim foi. O grande bairro dos Andrades teve como célula genética a casa de S. Roque, como o Colégio da Baía veio a fazer do *Terreiro de Jesus*, o ponto central da cidade do Salvador» [1].

Neste local, pois, se começaram a fazer as acomodações indispensáveis, só com o auxílio de Tomé de Sousa e dalguns amigos, «sem El-Rei ajudar nada», ainda que para Lisboa se ia escrevendo, e Nóbrega fê-lo directamente a D. João III, urgindo a necessidade de que êle tomasse a edificação do Colégio à sua conta [2]. Entretanto, ordenava se fizessem casas, onde se recolhessem e ensinassem crianças [3]. Desta maneira, em 1551, já estavam construídos alguns edifícios, rodeados de uma forte cêrca de taipa. Um oficial pedreiro, que se pôs à disposição dos Padres, facilitou a tarefa [4]. Em 1552, o P. Paiva era reitor e carpintejava [5]. Nóbrega escrevia: «Trabalhamos por dar princípio a casas que fiquem para emquanto o mundo durar» [6]. Compraram-se, desta vez já com a ajuda de El-Rei, outras casas por 17$000 réis, pagos a Luiz Dias, «mestre da pedraria» ou arquitecto [7]. Mas

1. Luiz Gonzaga Cabral, *Jesuítas no Brasil* (S. Paulo s. d.) 266-267.

2. Nóbr., *CB*, 116-117, 126; *CA*, 51, 72.

3. Nóbr., *CB*, 115.

4. Chamava-se Nuno Garcia, degredado, por 11 anos, para o Brasil, por ter morto um homem mulato. Os Padres combinaram com êle que os servisse durante 5 anos, comprometendo-se êles a alcançar-lhe perdão dos outros 5 (um já êle o tinha cumprido). Acedeu. Em 1555, escreve D. Duarte a El-Rei, pedindo êsse perdão — ou o pagamento dos seus serviços durante os 5 anos, acabados de cumprir. — Carta de D. Duarte da Costa, de 3 de Abril de 1555, a D. João III, na *Hist. da Col. Port. do B.*, III, 372.

5. *CA*, 112.

6. Nóbr., *CB*, 137.

7. *Doc. Hist.* XIV, 359; *Hist. da Col. Port. do B.*, III, 335.

tôdas estas casas, por serem de taipa e cobertas de palha, duravam pouco, dois, três anos[1].

No entanto, já estavam cobertas de telha as casas mais novas, quando, em 1555, vieram cartas de El-Rei a D. Duarte da Costa e ao Bispo para se fazer o Colégio dos Padres[2]. Seria possível? Nóbrega não acreditava e tinha as suas razões: havia outras obras, pelas quais se interessavam o Prelado e o Governador, e que, aliás, êle achava perfeitamente justas: estava a Sé por fazer; era preciso acudir ao Espírito Santo; deviam-se erguer fortalezas no Rio de Janeiro e na Bertioga, de São Vicente. Nem Tomé de Sousa, em Lisboa, nem D. Duarte da Costa, nem ninguém de cá, observa êle, há-de mover Sua Alteza a que gaste connosco da sua fazenda em nos construir Colégio; antes o hão-de dissuadir, dizendo que estamos muito bem. Em todo o caso, insiste, impõe-se uma decisão. Padres e moços, juntos, é que não podem ficar, por ser o sítio demasiado pequeno, para uma e outra coisa. «As casas, que temos, não lhes vemos maneira para nós e moços estarmos nelas apartados [uns dos outros como urgiam as Constituïções], salvo se rompermos o muro da cidade e fizermos algumas casas da banda de fora, no sítio que para o Colégio está deputado». Ora nós «não temos possibilidade para as fazer, nem sei se nos darão licença para romper o muro. As casas, que agora [1557] temos, são estas: uma casa grande de setenta e nove palmos de comprido e vinte e nove de largo. Fizemos nela as seguintes repartições: um estudo e um dormitório e um corredor e uma sacristia, por razão que a outra casa, que está no mesmo andar e da mesma grandura, nos serve de igreja, por nunca, depois que estamos nesta terra, sermos poderosos para a fazer, o que foi causa de sempre dizermos missa em nossas casas. Neste dormitório dormimos todos, assim Padres como Irmãos, assaz apertados. Fizemos uma cozinha e um refeitório e uma dispensa, que serve a nós e aos moços. Da outra parte está outro lanço de casas da mesma compridão. Em uma delas dormem os moços, em outra se lê Gramática, em outra se ensina a ler e escrever. Tôdas estas casas, assim umas como as outras,

1. Carta de Grã, *Bras. 3 (1)*, 145.

2. Carta de Grã, *Bras. 3 (1)*, 143; *Mon. Laines, V*, 398; *Mon. Mixtae, IV*, 111.

são térreas. Tudo isto está em quadra. O chão, que fica entre nós e os moços, não é bastante para que, repartindo-se, êles e nós fiquemos gasalhados, maiormente se nêle lhes houvessem de fazer refeitório, dispensa e cozinha como seria necessário». E isto sem falar noutras casas indispensáveis, requeridas pela higiene e para depósito de água e de lenha, diz Nóbrega. «No sítio não há maneira para se fazerem, e, sobretudo, não lhe fica serventia para a fonte e coisas necessárias, ultra de não terem igreja senão a nossa». Portanto, o encarregado, em Lisboa, de zelar os interêsses do Brasil, P. Francisco Henriques, exponha claramente a situação a El-Rei e êle ou dê novas casas aos Padres ou aos moços. A não ser que não queira que se eduquem meninos. Mas então «seria perder tôda a esperança de se frutificar na terra». O melhor, parecia a Nóbrega, era dar-lhes, a êles, «estas casas que nós, com muito trabalho e com pouparmos essa pobre esmola de El-Rei, fizemos, respeitando a pobreza da terra e aos muitos gastos que cá tem Sua Alteza com pouco proveito; e a nós fazerem-nos um pobre agasalho da banda de fora do muro, no lugar que para isso se escolheu» [1].

A sugestão de Nóbrega não teve efeito imediato. Mas o problema estava pôsto e exigia uma solução, que não tardaria a oferecer-se, suprimindo os Padres a incrustação na própria comunidade de um Recolhimento de Meninos. Não se operou de um jacto esta transformação. Ficaram coexistindo, lado a lado, durante algum tempo, em habitações separadas, mas anexas, uns e outros [2].

2. — Chegando, emfim, as esperadas dotações reais, vinha na Provisão, bem clara, a vontade que Sua Alteza tinha de mandar concluir o Colégio. Entrou-se assim numa fase de grande actividade, tanto mais que os edifícios existentes ameaçavam ruína, por serem de taipa [3]. Além da igreja, obra de Mem de Sá, edificaram-se, de-novo, ou remodelaram-se antigas habitações. Em 1568, tinha-se já construído uma aula grande para os cursos de casos e latinidade; e, para os estudantes, um pátio pequeno, mas

1. Carta de Nóbrega, *Bras. 15*, 41-41v, 64v; Carta de Grã, *Bras. 3 (1)*, 144.
2. Carta de Nóbrega, *Bras. 15*, 64v.
3. *CA*, 412.

suficiente com diversas dependências, uma das quais fazia de igreja. Em 23 de Maio de 1572, ao inaugurar-se a igreja de Mem de Sá, esta dependência passou a ser habitação dos Padres e Irmãos, recurso urgente e necessário, com que se acomodaram os que vieram na expedição do P. Inácio Tolosa [1]. Êste Padre Tolosa, vindo de Portugal para tomar conta da Província, foi quem principiou as obras do Colégio novo, diz uma informação de 1592, acrescentando que ainda se viam ao lado, nesta data algumas casas do vélho [2].

Entre as instruções concretas de Roma, relativas à edificação das casas, vem esta; que se não construam sem prévio plano e « atenda-se à perpetuïdade ». Razão? « Porque ainda que custa mais, sai mais barato » [3].

Dois anos antes da chegada do P. Tolosa tinha-se anunciado a vinda da grande expedição missionária de Inácio de Azevedo, e preparavam-se casas com extraordinária actividade. Havia falta de oficiais e achegas, « que tudo é mais dificultoso de haver-se nesta terra. E porque não há gente de trabalho nestas partes para alugar por jornal, nem os materiais se acham de compra, nos é necessário têrmos muita escravaria e gente da terra, governada e mantida de nossa mão. Mantemos a um pedreiro, com mulher e filhos, que é grande tráfego para o Colégio, e muito maior será, quando em boa hora vier o Padre Inácio de Azevedo com sessenta irmãos, que nos mandam dizer que há-de trazer, e quando se meterem mais oficiais nas obras, porque tudo há-de estar a nosso cárrego, vindo alugados de Portugal » [4].

Entretanto, iam-se « preparando com a maior diligência os materiais, e acarretando o que já estava pronto, como pedra e madeira, que às vezes vinha de dez léguas de distância. Ia um irmão e, ajudado dos índios, trazia êsses materiais na barca do Colégio, e eram de casa os serradores » [5].

Algumas dificuldades, extrínsecas à própria edificação do

1. *Fund. de la Baya*, 19.
2. *Bras. 15*, 383v (5.º).
3. *Bras. 2*, 125v.
4. Carta de Gregório Serrão, *Bras. 15*, 198v.
5. *Bras. 15*, 183, 183v, 256, 386; *CA*, 491.

Colégio, tiveram também que defrontar os Padres. Os mercadores queriam-se aproveitar das circunstâncias para exigir preços exorbitantes, tanto pelos materiais como pela mão de obra. Recorreram os Padres a El-Rei, lembrando a sua promessa de fundador do Colégio. O Procurador do Brasil em Lisboa alcançasse dêle as facilidades indispensáveis. Na realidade, a promessa de El-Rei convertia-se em factos. El-Rei como que assumia o encargo da construção:

« Mando, diz D. Sebastião, ao Ouvidor Geral das partes do Brasil e aos Ouvidores das Capitanias da governança e repartição da Baía de todos os Santos e mais justiças delas, que deem e façam dar e vender, com muita diligência, tôda a pedra, cal, madeira e mais achegas, que forem necessárias, para as obras dos Colégios da Companhia de Jesus da dita governança e façam dar e apenar para as mesmas obras todos os pedreiros, carpinteiros, cavouqueiros, carreiros, embarcações, servidores e quaisquer outros oficiais e coisas necessárias, pago tudo pelos preços da terra. Almeirim, aos 20 de Fevereiro de 1575 » [1].

Na mesma data, envia El-Rei outro alvará ao Governador Luiz de Brito e Almeida, em que lhe recomenda facilite aos Padres a aquisição das terras, em que se há-de fundar o Colégio da Baía, mandando-as avaliar pelo seu justo prêço, adquirindo-as para o Colégio. Quanto a uma serventia ou rua pública, El-Rei pede à Câmara, se não causar muito prejuízo, que haja por bem cedê-la para o Colégio sair perfeito, como convém [2].

O P. Vale-Régio, Procurador em Lisboa, alcançou ainda de El-Rei um novo auxílio, desta vez, pecuniário. D. Sebastião, que verdadeiramente, com D. João III, e mais do que êste, se deve considerar o fundador real do Colégio da Baía, ordena, em 2 de Maio de 1575, ao Governador do Brasil, que aplique às obras do Colégio *metade do dinheiro das comutações dos degredos*, a que tivessem sido condenadas quaisquer pessoas. A outra metade aplicá-las-á o Governador como lhe parecer [3].

Com tamanhas ajudas, vindas da Coroa, as obras tinham que

---

1. Tôrre do Tombo, *Jesuítas*, maço 8, n.º 7.
2. *Bras. 11*, 9.
3. *Bras. 11*, 10.

ir adiante. Ainda assim gastaram-se quási vinte anos. Iniciado durante o provincialato de Inácio Tolosa, o Colégio inaugurou-se em 1590-1591.

Os documentos da época revelam algumas fases da construção, seus progressos e vicissitudes. Em 1581, estava já lançada a parte da claustra, virada ao sul, e foi êste o período de maior actividade. Em 1583, concluíu-se quási tôda a claustra com bons quartos, a enfermaria, bem orientada, que servia não só para os doentes do Colégio, mas para os vélhos e cansados de tôda a província [1], e a capela interior, reservada aos irmãos, unida, por uma janela na parede, com a mesma enfermaria donde os doentes vélhos e cansados viam o altar e assistiam à missa.

Segundo a *Informação da Província do Brasil*, de 31 de Dezembro de 1583, o Colégio novo tem, nesta data, o «claustro de pedra e cal, e, na parte leste, fica a igreja e a sacristia; a do sul, «tem por címa a capela e a enfermaria de boa grandura, por debaixo, dispensa e adega. O lanço do poente tem 19 quartos: nove por cima e dez por baixo, sôbre o mar, com mais três janelas grandes, que fazem cruz nos corredores. Ao nordeste, ficam treze quartos, sete por cima e seis por baixo. Todos os quartos são forrados de cedro e maiores que os do Colégio de Coimbra. Os portais são de cantaria e o edifício é bem acomodado, mas está por acabar e falta, além disso, forrar e guarnecer os corredores» [2].

Contudo isto, o Colégio «ainda falta muito para estar acabado», diz Gouveia, em 1584 [3]. Faltava concluir um dos lados do claustro, e serviam de noviciado, de oficinas e de escolas, várias casas do vélho. As do novo Colégio iam-se construindo, mas devagar, porque escasseavam os recursos.

Sobrevieram os maus dias de Manuel Teles Barreto, Governador Geral que desfavoreceu os Padres quanto pôde. O que se devia gastar no Colégio não se recebia senão tarde e a más horas. Os oficiais de El-Rei seguiam geralmente os humores do Governador.

---

1. Carta de Gouveia, *Bras. 5*, 18.
2. Gouveia, *Informação para Nosso Padre*, em Anchieta, *Cartas*, 413.
3. *Lus. 68*, 407v.

Às vezes pagavam «em coisas que valem pouco, porque dizem que nesta terra não há dinheiro com que pagar; e por esta causa tem êste Colégio, para remédio das suas necessidades, pedido emprestado mais de mil cruzados, e não se acham fàcilmente pessoas, que tenham, nem queiram emprestar mais dinheiro. E com isto padecem os Nossos farta necessidade sem haver remédio. Até agora, como os tempos eram outros, sempre havia algum modo de pagar, mas, agora, nem bem nem mal» [1].

O Procurador a Roma, António Gomes, aconselha como remédio a compressão de despesas, reduzindo-se o pessoal assalariado [2].

O Visitador prestou a sua atenção à cêrca do Colégio, onde realizou várias obras, «muito aceitas dêste Colégio: a primeira foi um poço de noventa palmos de alto, e sessenta em roda, todo empedrado, de boa água, que deu muito alívio a êste Colégio, que, por estar em um monte alto, carecia de água suficiente para as oficinas; e também fêz um eirado sôbre colunas de pedra, aberto por tôdas as partes, e fica eminente ao mar, e vaus que estão no pôrto, que servem de repousos; e é tôda a recreação dêste Colégio, porque dêle vêem entrar as naus, descobrem boa parte do mar largo, e ficamos senhores de todo êste recôncavo, que é uma excelente, aprazível e desabafada vista» [3].

A casa do noviciado deve-se ter construído também neste tempo, porque, em 1590, só faltavam escolas e oficinas novas, que ainda levaram tempo a edificar-se, havendo necessidade de mudar o plano, se é que não houve mais do que um.

3. — Com efeito, existem em Roma três planos diferentes do Colégio e igreja da Baía. Conforme ao segundo e terceiro plano, o edifício seria uma construção simétrica, tendo ao centro a igreja com onze altares e de cada lado um pátio. Cada pátio dispunha de um corredor: ao sul, *corredor para a banda da Sé;* ao norte, *corredor para a banda do Carmo,* unidos ambos por um maior de duzentos palmos, *para a banda do mar.* A fachada do *Terreiro de*

---

1. *Lus. 68,* 339.
2. *Lus. 68,* 416 (2.º).
3. Cardim, *Tratados,* 364

Jesus ficaria na linha da antiga Rua Direita e a igreja ao centro da fachada.

O primeiro plano, que é a *estampa antiga da igreja*, traz esta ao lado do Colégio como existe actualmente [1]. Nenhum dêstes planos dá indicação do autor; poderia ter sido algum dêles enviado já no tempo de D. Duarte da Costa. Como quer que seja, o Colégio construíu-se sob a direcção do Irmão Francisco Dias, vindo de Portugal expressamente para isso. Efectivamente, começando as obras, verificou-se logo a falta de alguém entendido que as dirigisse e assegurasse a sua continuïdade.

Gozava então fama, em Portugal, aquêle irmão. Tinha trabalhado na construção da Igreja e casa de S. Roque, de Lisboa [2]. Gregório Serrão, quando foi a Roma, como procurador do Brasil, pediu-o ao P. Geral Everardo Mercuriano, que lho cedeu por algum tempo. E ainda que de Portugal o tornaram a pedir, por fazer lá falta, e de Roma veio ordem para o mandar, o certo é que não tornou a Portugal. Chegando, em 1577, assumiu logo a direcção dos trabalhos.

Interveio também activamente, com as suas sugestões, na elaboração dos planos, o Visitador Cristóvão de Gouveia. No Memorial da sua visita, de 1 de Janeiro de 1589, quando o Colégio estava quási concluído, estranha êle que se tivessem feito mudanças ao que tinha aprovado e ordenado, o que causava prejuízos, proïbindo que, daí em diante, se fizessem modificações, pois os planos tinham sido elaborados « com muito cuidado e acôrdo do Irmão Francisco Dias, arquitecto », diz êle [3]. Algumas destas improvisadas alterações tiveram o inconveniente de colocar as oficinas do lado da cidade, expostas aos olhares indiscretos de

1. Roma, Gesù, *Colleg.*, 13 (Baya).

2. F. Rodrigues, *A Formação*, 504.

3. Roma, Gesù, *Colleg.*, *13; Bras. 2*, 142. O Ir. Francisco Dias, que sofria duma grave doença, a que chamam de Santo Antão ou Cobrelo, e que foi curado em Nossa Senhora da Ajuda, de Pôrto Seguro, teve uma vida larga, sendo por muitos anos, além de arquitecto, pilôto do navio do Colégio. Faleceu em 1632 (*Hist. Soc. 43*, 68v). Um ano antes de falecer, estava no Colégio do Rio de Janeiro, e diz o respectivo catálogo: « Francisco Dias, de Nossa Senhora da Merciana, Diocese de Lisboa, 97 anos, boa saúde. Admitido em Lisboa, no ano de 1562. Arquitecto e pilôto durante 38 anos. Formado desde o ano de 1583 ». — *Bras. 5*, 132v.

quem passava. Antes ficavam do lado de dentro. Marçal Beliarte explica a mudança, dizendo que os planos previam a construção das escolas e oficinas nuns terrenos separados do corpo principal do Colégio por uma rua pública, aquela, de-certo, do alvará de 1575. Alguns dêsses terrenos já se haviam comprado, outros porém tinham casas, habitações e quintais. Quando os seus donos souberam que os Padres os pretendiam, e se lhes falou em preços, pediram-nos tão excessivos, («onde vale *um* pedem *dez*») « que por nenhuma via se podem comprar »— diz Marçal Beliarte, que, como provincial, tomou então a iniciativa de reparar o edifício antigo das escolas, para nelas funcionarem as do novo Colégio [1].

Assim pois, dada a última demão, inauguraram-se as aulas solenemente, sem prejuízo de obras posteriores, sendo reitor o P. Fernão Cardim. Houve grandes festas literárias. Foi nesta ocasião que o bispo Barreiros instituíu o seu prémio anual de 15 arrôbas de açúcar.

Não há escritor antigo de renome que se não refira à grandiosidade dêste Colégio da Baía. Das descrições, que nos legaram, retenhamos uma — a de quem foi também, em parte, obreiro dela. Escreve Fernão Cardim, em 1585:

O Colégio « é uma quadra formosa, com boa capela, livraria, e alguns trinta cubículos; os mais dêles teem a janela para o mar. O edifício é todo de pedra e cal de ostra, que é tão boa como a de pedra de Portugal. Os cubículos são grandes, os portais de pedra, as portas de angelim, forradas de cedro; das janelas descobrimos grande parte da Baía e vemos os cardumes de peixes e baleias andar saltando na água, os navios estarem tão perto que quási ficam à fala » [2].

Esta proximidade e situação privilegiada sempre se conservou, mas o Colégio foi ainda objecto de grandes remodelações e reconstruções nos dois séculos seguintes. A seu tempo as referiremos, assim como os vários acontecimentos históricos de carácter religioso, literário ou político de que foi teatro êste célebre Colégio.

---

1. Carta de Gouveia, *Lus. 69*, 131; Carta de Pero Rodrigues, *Bras. 15*, 407v; Carta de Beliarte, *Bras. 15*, 369v (14.º).

2. Cardim, *Tratados*, 288; Anch., *Cartas*, 429.

« Espanha e Portugal estabeleceram bispados e abriram Colégios para os meninos gentios. Dêste simples facto se podem ufanar, mais que da conquista do Continente ou de qualquer outra emprêsa », diz Ricardo Hakluyt [1].

O Colégio da Baía veio, com o tempo, a ser Hospital Militar e é hoje a Faculdade de Medicina.

4. — Entre os Superiores ou Reitores dêste famoso Colégio contam-se, no século XVI, algumas das mais importantes figuras da Companhia: Nóbrega, Luiz da Grã, Gregório Serrão, Fernão Cardim, etc.

a) MANUEL DA NÓBREGA (1549). — A *Casa* da Baía foi fundada pelo P. Manuel da Nóbrega; o *Colégio*, como entidade jurídica, fundou-se depois; mas houve sempre unidade moral com a casa de 1549, donde se segue que, na série dos Superiores da Baía, Nóbrega deve ser citado em primeiro lugar.

b) MANUEL DE PAIVA (1551-1552). — O P. Manuel de Paiva, vindo logo na segunda expedição, ficou a governar a casa da Baía, emquanto Nóbrega foi a Pernambuco. A êle, como « maioral » dos Padres de Jesus, se pagavam na Baía, os mantimentos assinados por El-Rei [2]. Ao mesmo tempo ocupava-se êle « em carpintejar e fazer taipas — e também em confessar e prègar e fazer as práticas das sextas-feiras, a que assistia o Governador com a gente principal » [3]. Manuel de Paiva anda unido a muitos sucessos dos primeiros trinta anos da Companhia no Brasil. Com êle se deu o caso da venda fingida, a-fim-de chamar a atenção do povo para as condições precárias do Colégio de Jesus [4]. Na Capitania de S. Vicente, foi caluniado, despedido e readmitido com honra, sendo nomeado primeiro Superior de S. Paulo de Piratininga, dizendo lá missa, no dia 25 de Janeiro de 1554. Era parente de João Ramalho. Acompanhou as duas expedições contra os Tamóios, onde deu provas de extraordinário zêlo e

---

1. Ricardo Hakluyt, citado no *Times*, Educational Supplement, 17 de Maio de 1924, cf. Constantino Bayle, *España en América* (Vitoria 1934), 388.

2. *Doc. Hist.*, XIV, 29, 57, 58, 67, 76, 78, 91-92; *CA*. 82-86, 112.

3. *CA*, 112.

4. *Fund. de la Baya*, 4(79); Carta de D. Pedro Sardinha, *Bras. 3 (1)*, 102 v.

valor, pelo qual deve ser considerado *o primeiro capelão militar do Brasil*[1].

Depois destas expedições voltou para a Baía, em 1562[2], passando algum tempo depois, em 1564, para o Espírito Santo, onde ficou como Superior e, mais tarde, como operário. Um dos seus primeiros actos foi libertar uns náufragos, cativos dos índios, arranjando, com esmolas, o seu resgate[3]. Paiva parece que passou, no Espírito Santo, os últimos 20 anos da vida, ensinando os meninos, catequizando os Índios e assistindo aos brancos. Intrépido e piedoso, tinha duas horas de meditação diária[4]. Natural de Águeda, distrito de Aveiro, Paiva entrou já Padre, no Colégio de Coimbra, a 18 de Junho de 1548[5]. Faleceu em Vitória, a 21 de Dezembro de 1584. E «a sua morte foi muito sentida de tôda aquela vila por ser muito amado de todos»[6].

c) VICENTE RODRIGUES (1553). — Retirando-se Nóbrega para o Sul, ficaram três Jesuítas na Baía, o P. Salvador Rodrigues e os irmãos Vicente Rodrigues e Pecorela. A-pesar-de ainda não ser sacerdote, Vicente Rodrigues ficou como Superior[7]. Natural de S. João da Talha, junto a Sacavém, entrou na Companhia em Coimbra, no dia 16 de Novembro de 1545, para coadjutor[8]. Era irmão do célebre Ministro do Colégio de Coimbra, P. Jorge Rijo (daqui o chamar-se também às vezes Vicente Rijo). Sem estudos de latim, os seus bons modos supriam a falta de cultura. Tinha, no entanto, suficiente instrução para ser mestre-escola, e, 15 dias depois de chegar, já Nóbrega escrevia que êle ensinava a doutrina aos meninos, e tinha «escola de ler e escrever»[9]. Além

---

1. Cf. infra, livro IV, cap. I, § 2.
2. *CA*, 379.
3. *CA*, 457.
4. *Annuae Litt. 1585*, 137; Franco, *Ano Santo*, 751.
5. *Lus. 43*, 3v.
6. Carta de Cristóvão de Gouveia ao P. Geral, 19 de Agôsto de 1585, *Lus. 69*, 133. Esta carta dá, por equívoco, a morte do P. Paiva um ano antes. Mas foi naquela data (Cf. *Bras. 5*, 29; *Hist. Soc.* 42, 32v; Anch. *Cartas*, 314; Évora, Cód. CVIII/2-5, f. 131v). O seu nome ainda vem no catálogo de 1584, que lhe dá, nesta data, 75 anos de idade *(Bras. 5*, 23v).
7. Vasc., *Crón.*, I, 139.
8. *Lus. 43*, 2v.
9. Nóbr., *CB*, 72.

desta circunstância cronológica, importante na história da instrução brasileira, o nome de Vicente Rodrigues anda associado a outros factos da Companhia de Jesus no século XVI, fundando com o P. Francisco Pires a ermida de N.ª S.ª da Ajuda, em Pôrto Seguro [1]. Ordenado de sacerdote, trabalhou na Baía e arredores. Indo para o sul, em 1553, estava nos campos de Piratininga, quando se fundou S. Paulo.

Fêz os votos de coadjutor espiritual, em S. Vicente, no mês de Abril de 1560 [2]. Governou várias Residências, em diversos tempos, por espaço de vinte anos, como diz o catálogo de 1598 [3]. Era Superior de São Paulo de Piratininga no grande assalto de 1562; estava também no acampamento do Rio de Janeiro, quando se deu o ataque naval dos Tamóios durante a conquista [4]. Sofreu naufrágios e moléstias, sendo aliás de precária saúde, mesmo antes de chegar ao Brasil, pois sofria de uma otite [5]. Por causa dos seus padecimentos pensou em voltar a Portugal, dissuadindo-o disso, em 1585, o Visitador Cristóvão de Gouveia [6]. «Fiel companheiro», dos Padres, Vicente Rodrigues faleceu, no Colégio do Rio de Janeiro, a 9 de Junho de 1600 [7], com «cincoenta e um anos de Brasil, diz o Provincial Pero Rodrigues, *plenus dierum*, de grande bondade, paz, humildade e edificação para com todos os de casa e de fora» [8].

d) LUIZ DA GRÃ (1554-1556). — O quarto Superior da Baía foi o P. Luiz da Grã. Escreve Braz Lourenço que estêve êle próprio para ser Reitor da Baía, mas depois ficou Grã, por ser prègador, e, «muito querido da gente, principalmente do Governador», D. Duarte [9].

---

1. Cardim, *Tratados*, 297.
2. *Lus. 1*, 134.
3. *Bras. 5*, 39.
4. António de Matos, *Prima Inst.*, 19.
5. Orlandini, *Hist. Soc. Iesu*, 180.
6. *Lus. 68*, 340; *Lus. 69*, 133v; *Hist. Soc. 42*, 33; *Hist. Soc. 43*, 65. Cf. Serafim Leite, *Um Autógrafo inédito de José de Anchieta*, na *Brotéria*, vol. XVII, 263-266; Id., *Páginas*, 189-194.
7. *Bras. 5*, 50.
8. Carta de Pero Rodrigues, *Bras. 3 (1)*, 170v; cf. Vasc., *Anchieta*, 178; Franco, *Imagem de Coimbra*, II, 204-209; Id., *Ano Santo*, 308; A. de Alcântara Machado, nota 19 em Anch., *Cartas*, 56.
9. Carta de Braz Lourenço, 26 de Março de 1554, *Bras. 3 (1)*, 108.

e) AMBRÓSIO PIRES (1556). — O P. Ambrósio Pires exercia o cargo de Reitor da Baía, quando voltou de São Vicente o P. Nóbrega, em 1556, e exercia-o desde que o P. Grã seguiu para o sul [1]. Nóbrega, ao chegar, meteu-o a trabalhar na cozinha [2], não como castigo, mas para exercício de humildade. Nóbrega tinha, de-facto, boa opinião do P. Ambrósio Pires, das suas lições de latim e de português e das suas prègações: «é muito aceito de todos» [3]. Numa grande desordem entre os duma nau da Índia e os da terra, em 1557, meteu-se de permeio, apaziguando os ânimos. Ambrósio Pires retirou-se, em 1558, para Portugal com o Governador D. Duarte da Costa [4]. Lastimou-o Nóbrega: «vale por cinco» [5]. Pelo conteúdo desta carta, vê-se que Nóbrega aspirava a que êle voltasse ao Brasil. Não voltou; nem mesmo ficou na Companhia. Faltam-nos os motivos explícitos da sua saída. Ambrósio Pires, já antes de ir ao Brasil, era de importância em Portugal, pois, em 1551, tinha ido a Roma como Procurador do Colégio de Coimbra [6]. Depois de voltar do Brasil ainda foi reitor do Colégio de Santo Antão, em Lisboa, donde era natural, durante um ano [7]. Grande amigo do P. Simão Rodrigues, a sua vinda a Portugal era uma das condições para a concórdia na grande questão em que estêve envolvido o P. Simão Rodrigues [8]. Isto talvez explique a opinião pouco favorável a Ambrósio Pires, de que se faz eco o P. Miguel de Tôrres, dando-o como um dos que «rebolviam» as coisas do Brasil [9]. Destas perturbações não ficaram notícias. Ambrósio Pires trabalhou primeiro em Pôrto Seguro, «onde estive quási todo o tempo que há que em estas partes

1. *CA*, 169.
2. *CA*, 156.
3. Nóbr., *CB*, 161, 171, 184-186.
4. *CA*, 198.
5. Carta de Nóbrega, 30 de Julho de 1559, *Bras. 15*, 65.
6. Fr. Rodrigues, *História*, I, 2.º, 64.
7. *Lus. 43*, 256v.
8. *Mon. Ignat.* 4.ª series I, 696: «Ambrósio Pires se fue bien tentado al Brasil; nuestro senor le aiude; quédanos una su madre para mantenerla; paresce obligación nescessaria, no podemos escusarlo» — Carta de Mirón a S. Inácio, Lisboa, 17 de Julho de 1553, *Mon. Mixta, III*, 397.
9. *Mon. Laines, V*, 398.

ando», escrevia êle, em 6 de Janeiro de 1555 [1]. Depois que voltou para Portugal e algum tempo depois do seu reitorado de Santo Antão, a 29 de Outubro de 1567, S. Francisco de Borja manda ao Provincial de Portugal, P. Leão Henriques, que consulte sete Padres dos mais grados da Província, cujos nomes especifica, cada um dos quais devia dar o seu parecer sôbre o Padre Ambrósio Pires, separadamente, por haver informações contrárias. Em Roma, fazia-se pressão, « por instância do Cardial Francisco Pacheco, *sacrae fidei quaesitor*, para que o desligassem dos votos». S. Francisco de Borja queria evitá-lo [2]. Mas não o conseguiu; e, a 9 de Fevereiro de 1568, dá-se a notícia de que saíra de casa, sem querer voltar a ela. Ambrósio Pires tinha protectores, a quem imprudentemente dava ouvidos [3]. E aconteceu, mais uma vez, o caso de êstes tais protectores serem-no só de nome. E assim morreu, fora da Companhia, e em grande pobreza, um Padre que, no Brasil, tanto tinha trabalhado, — e bem!

f) ANTÓNIO PIRES (1556-1557). — Era Reitor em Agôsto de 1556 e em 1557, tendo sucedido ao P. Ambrósio Pires [4]. Foi duas vezes vice-provincial [5].

g) JOÃO GONÇALVES (1558). — « Neste Colégio da Baía reside um só, que é o P. João Gonçalves com alguns Irmãos» [6]. O P. Nóbrega, presente na Baía, visitava então as aldeias vizinhas. O P. João Gonçalves, de carácter bondoso e suave, faleceu neste mesmo ano, a 21 de Dezembro, como conta o próprio Nóbrega com sentidíssimas palavras [7].

h) FRANCISCO PIRES. (1560-1562). — Francisco Pires entrou na Companhia, em Coimbra, no dia 24 de Fevereiro de 1548 [8]. Natural de Celorico da Beira, é um dos casos raros de religiosos de outra ordem entrarem na Companhia de Jesus. Em 1560,

---

1. *Bras. 3 (1)*, 139. Cf. A. Machado, Anch., *Cartas*, 53; *Bras. 3 (1)*, 89v; Vasc., *Crón.*, I, 140; Ambrósio Pires, em *CA*, 140-141, 144, nota de Afrânio.
2. *Mon. Borgia, IV*, 538; *Lus. 62*, 79, 176.
3. *Lus. 62*, 186.
4. *CA*, 156; Nóbr., *CB*, 171.
5. Cf. Tômo II, Livro IV.
6. *CA*, 203, 205.
7. Nóbr., *CB*, 186.
8. *Lus. 43*, 3v. O catálogo de 1584 diz que em 1547, *Bras. 5*, 23.

andava inquieto por « aver tomado habito de otra religion antes de entrar en ella », inquietação proveniente da promulgação das Constituïções, que dão aquêle facto como impedimento. Nóbrega assegurou-o de que o P. Geral o dispensaria [1]. Neste mesmo ano de 1560, ficou Reitor da Baía [2]. Em 1565 era já Superior dos Ilhéus [3], e alí estava em 1569 [4]. O P. Francisco Pires trabalhou também nas Aldeias de Pôrto Seguro [5], tendo intervenção directa na construção da Igreja de N.ª S.ª da Ajuda [6]. Bom operário. Prègava muito, ainda que não agradava, às vezes, por ser demasiado longo [7]. Faleceu na Baía, em Janeiro de 1586 [8].

i) João de Melo (1562-1563). — O P. João de Melo, natural de Monte-Redondo, entrou na Companhia, em 1551, com 26 anos de idade, diz o catálogo de 1574, que o dá, nesta data, como Superior de Pôrto Seguro. Prègava, aos sábados, na ermida de N.ª S.ª da Ajuda [9]. O catálogo de Portugal tem a sua entrada na Companhia, a 19 de Agôsto de 1550 [10]. Fêz os votos de Coadjutor espiritual, a 3 de Maio de 1568 [11]. «Sofria de dor de

1. Carta de Miguel de Tôrres a Laines, de Lisboa, 10 de Janeiro de 1560, *Lus. 60*, 171v.

2. *CA*, 256, 310-362.

3. *CA*, 466.

4. *Bras. 3 (1)*, 163v.

5. *CA*, 81.

6. Vasc., *Crón. II*, 70-72.

7. *Primeira Visitação: Denunciações da Bahia, 1591-1593*, p. 348.

8. Franco, *Imagem de Coimbra*, II, 215-216; Id. *Ano Santo*, 19, que dá o dia 12 de Janeiro. Mas a *Hist. Soc. 42*, 32v, dá o ano de 1587, sem mais indicações. Cf. A. de A. Machado, em Anch. *Cartas*, 18. A *Fund. del Rio de Henero*, 47v-48 (123), e, de-certo apoiado nela, António de Matos, *Prima Inst.*, 6, dão o P. Francisco Pires como envolvido no escândalo dos Mamelucos, de S. Vicente, sendo despedido e readmitido, com edificação. Pomos em dúvida êste facto. Nóbrega diz: « despedi-os a todos quantos aqui achei, dêsses que andavam por fora ». Pires não podia estar incluído nesse número, porque precisamente chegou a S. Vicente com Nóbrega, conforme ao testemunho dêle próprio: « Y truxe comigo al p.e Fr.co pires ».—Carta de Nóbrega, de S. Vicente, dominga da quinquagésima de 1553, *Bras. 3 (1)*, 106.

9. *Bras. 5*, 13; Carta de Caxa, 2 de Dezembro de 1573, BNL, fg., 4532, f. 43; F.co Soares, *De Alg. cousas*, 372.

10. *Lus. 43*, 4v.

11. *Fund. de la Baya*, 16v (90).

pedra». Em 1562, estava na Baía e tinha a seu cargo a Vila-Velha, onde ia quinzenalmente. Deixou isso para ser Reitor do Colégio [1]. Como Superior de Pernambuco, em 1563, exerceu notável actividade [2]. Faleceu na Baía, em 1576: «*Veteranus Societatis miles et singularis probitatis vir*» [3].

j) GREGÓRIO SERRÃO (1564-1574). — O P. Gregório Serrão, natural de Sintra, entrou na Companhia em 1550, embarcando para o Brasil em 1553 [4]. Era adoentado. Trabalhou algum tempo em Pôrto Seguro, seguindo para S. Vicente com o P. Leonardo Nunes, ainda no próprio ano da chegada [5]. Mestre em Maniçoba, discípulo em S. Paulo, melhorou e viveu em Gerebatiba [6]. Perlustrou os campos de Piratininga, aprendeu a língua, e acompanhou, como intérprete, o P. Manuel de Paiva nas expedições militares, ficando na Capitania de S. Vicente até 1562, ano em que voltou à Baía, em Setembro. Ordenando-se pouco depois, estreou-se, nesse mesmo dia, num grande baptismo, na Aldeia de Espírito Santo [7]. No ano seguinte, adoeceu em Itaparica, *usque ad portas mortis* [8]. Grande operário nas Aldeias, prègava em português e sabia a língua, com o que «jogava com ambas as mãos», diz Blasques [9]. Deve ter sido nomeado Vice-Reitor da Baía, em 1563 ou 1564, e depois Reitor. O catálogo de 1584 diz que ocupara êste cargo durante 12 anos neste primeiro período [10]. Como Reitor da Baía, exerceu o cargo de Vice-Provincial, entre a morte do Vice-Provincial António Pires e a chegada do seu sucessor P. Tolosa [11]. Gregório Serrão fêz primeiro profissão de três votos, na Baía, a 24 de Junho de 1572 [12], e, nove

---

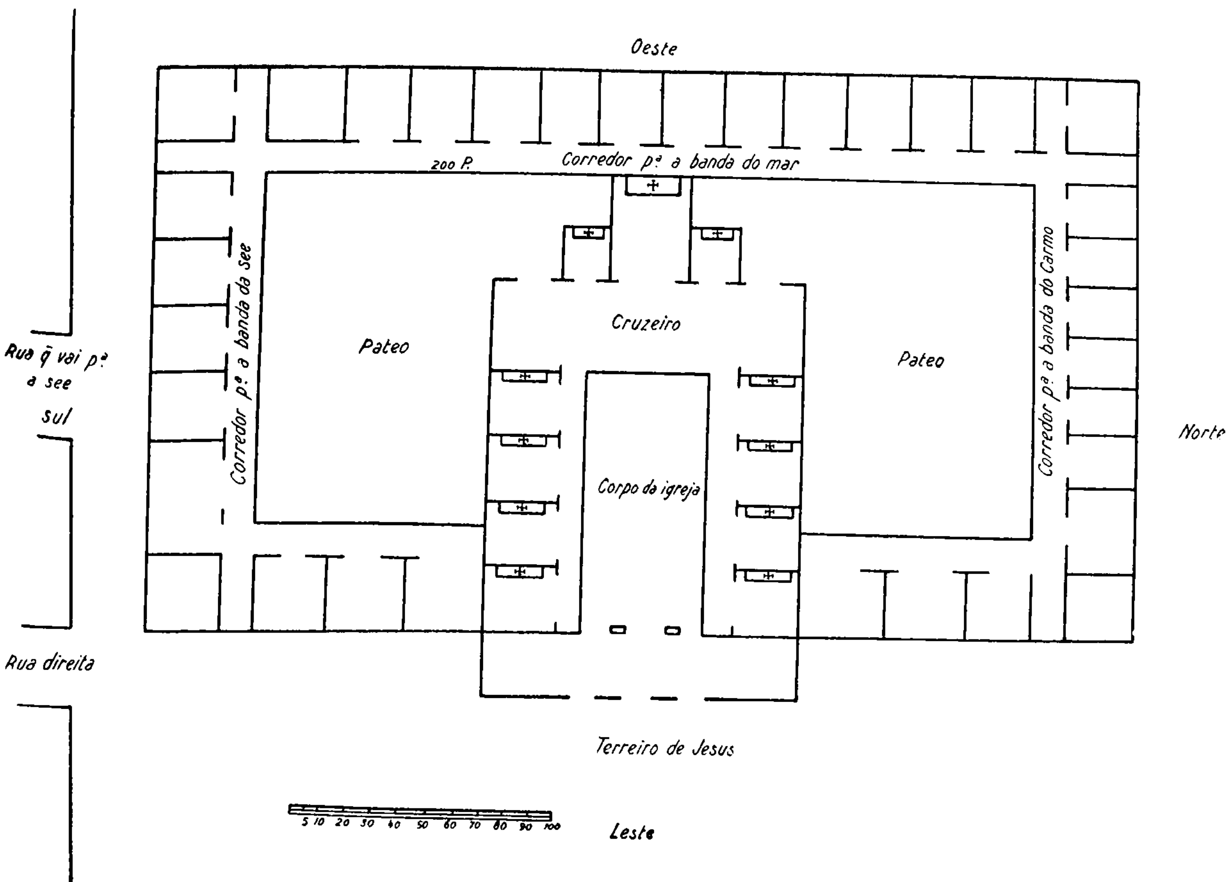
1. *CA*, 362.
2. *CA*, 401-403.
3. Carta de Luiz da Fonseca, *Bras. 15*, 288; *Hist. Soc. 42*, 32.
4. *Lus. 43*, 229.
5. *Bras. 3 (1)*, 111.
6. Anch., *Cartas*, 90, 95, 171.
7. *CA*, 379.
8. *CA*, 384.
9. *CA*, 427; 408, 441; Vasc., *Crónica*, III, 2.
10. *Bras. 5*, 20.
11. Desde 27 de Março a 23 de Abril de 1572, *Fund. de la Baya*, 18-19 (92-93); Anch., *Cartas*, 327.
12. *Lus. 1*, 119-119v; *Fund. de la Baya*, 19v (94).

anos depois, a de quatro votos, também na Baía, em 24 de Fevereiro de 1581 [1]. Em 1573, inaugurou uma lutuosa nas Aldeias da Baía, deixando o cargo de Reitor, em 1574; e, sendo eleito procurador a Roma, em 1575, embarcou para Portugal e Roma, negociando, entre outros assuntos, a dotação do Colégio de Pernambuco [2]. Voltando ao Brasil em 1577, retomou o cargo de Reitor da Baía. Em 1582, era tido já por menos regular, e em 1583 caíu doente. O Visitador, presente na Baía, deu-lhe como substituto o P. Luiz da Fonseca, por Vice-Reitor, e pensou em o aliviar definitivamente do cargo, esperando apenas que melhorasse para lho comunicar, porque temia que a nova lhe causasse sentimento e lhe prejudicasse mais a saúde [3]. Gregório Serrão, indo depois para o Rio de Janeiro, em busca de melhoras da sua doença, « graves delíquios, que o chegavam a perigo », como diz Vasconcelos, ou, mais claramente, alienação mental, como diz Anchieta, faleceu no Espírito Santo, no dia 25 de Novembro de 1586 [4]. Tinha 57 anos de idade, segundo o catálogo de 1584, que lhe dava então 54 [5]. Foi o primeiro Reitor nomeado segundo as Constituïções. Dêle dizia o P. Gouveia, em 1583, que era homem de virtude e confiança; « geralmente amado dos de fora e dos de casa » [6]. Em 1567, ao mesmo tempo que o P. Gregório Serrão, estava na Baía o P. António Pires com o cargo, que depois se suprimiu de « soprastante del Colegio » [7].

k) LUIZ DA GRÃ (1574). — Em Junho de 1574-1575 achava-se outra vez o P. Luiz da Grã à frente do Colégio da Baía [8].

---

1. *Lus. 1*, 65; Vasc., *Anchieta*, 225.
2. *Fund. de Pernambuco*, 70 (38); Carta do Prov. de Portugal, Manuel Rodrigues ao P. Geral, Lisboa, 26 de Setembro de 1575, *Lus. 67*, 196.
3. *Lus. 68*, 343; Cf. *ib.* 340; Anch., *Cartas*, 327.
4. *Hist. Soc. 42*, 32v; Vasc., *Anchieta*, 229.
5. *Bras. 5*, 20.
6. Carta de Cristóvão de Gouveia, 25 de Julho de 1583, *Lus. 68*, 337; António Franco, *Imagem de Coimbra*, II, 217-219, *Vida de Gregório Serrão*, escrita por Anchieta, transcrita em Anch., *Cartas*, 489-492; Cf. *ib.* p. 57, 58, nota de A. de A. Machado.
7. *Bras. 5*, 6. « El P. Luis de la Grana por acudir mejor a todas las partes nombro por Rector deste Collegio al P.e Antonio Pires, entrambos de mucha vertud y prudencia y zelosos del bien de la Compañía y ansi por muchos anos tuvieron cuidado deste Collegio ». — *Fund. de la Baya*, 11 (85).
8. *Bras. 5*, 10; Anch., *Cartas*, 327. Cf. Tômo II *(Provinciais)*.



PLANO DA IGREJA E COLÉGIO DA BAÍA

Redução do 2.º e com os dizeres do 1.º e 3.º que se encontram em Roma (Gesù, *Colleg. 13*).

l) CRISTÓVÃO FERRÃO (1575). — A 15 de Março de 1575, assina o P. Cristóvão Ferrão, como Vice-Reitor da Baía, o registo da sesmaria do Rio de Janeiro, nas notas do tabelião Marçal Vaz [1]. Assina outros documentos jurídicos nesse mesmo ano, como representante da Companhia [2]. O catálogo de 1598 dá-o em Santos com 67 anos de idade e diz que entrou na Companhia, em 1557; estivera durante 5 anos no Colégio da Baía, como professor ou ministro; e como procurador, dois. Professo de 3 votos; natural de Santarém [3]. Faleceu no Colégio do Rio, no dia 2 de Janeiro de 1609, com 78 anos de idade e 52 de Companhia [4]. O facto de o catálogo de 1598 não mencionar o seu Vice-Reitorado da Baía faz supor que o fôsse transitòriamente, só para aquêle efeito de despachar os negócios das terras.

m) QUIRÍCIO CAXA (1576-1578). — Quirício Caxa (é assim que êle assina), natural da diocese de Cuenca, Espanha, entrou na Companhia em 1559. Embarcou em Lisboa para o Brasil em 1563. Logo começou a exercitar o ministério da prègação [5]. Em 1565, começou a ler no Colégio casos de consciência [6]; e, em 1572, além dos casos, ensinou teologia [7]. Constava, em Lisboa, em 1572, depois da morte de Nóbrega, que era o P. Caxa o único que podia resolver, com facilidade, casos de contratos e outras questões difíceis [8]. Fêz profissão de 4 votos, no dia 1 de Janeiro de 1574, estando presentes os dois governadores do Brasil, D. Luiz de Brito de Almeida e Dr. António Salema [9]. Ocupou o cargo de Vice-Reitor do Colégio da Baía, durante a ausência, na Europa, do P. Gregório Serrão. Com êle se aconselhava o Visitador, Cristóvão de Gouveia, ainda que, por essa data, pedia a Roma licença para voltar a Portugal e daí a Andaluzia. Foi-lhe

1. Cf. Serafim Leite, *Terras que deu Estácio de Sá ao Colégio do Rio de Janeiro*, p. 25. Cf. « Brotéria », Fevereiro de 1935 e « Jornal do Commercio », Rio, 17 de Fevereiro de 1935.
2. *Bras. 11*, 441-441v.
3. *Bras. 5*, 40.
4. *Hist. Soc. 43*, 65 ; Ânua de 1609-1610, *Bras. 8*, 109.
5. *CA*, 412, 428, 438, 441.
6. Vasc., *Crón.*, III, 66 ; *Mon. Borgia*, IV, 344.
7. *Fund. de la Baya*, 19 (93).
8. Carta do P. Tolosa ao P. Geral, Lisboa, 22 de Janeiro de 1572, *Lus. 64*, 249.
9. *Lus. 1*, 50 ; *Fund. de la Baya*, 30v (106).

concedida a licença, com a condição de a aprovarem no Brasil [1]. Pareceu ao mesmo Visitador que essa resolução seria motivada por não ter nenhum cargo de govêrno. Bem lho daria o Visitador, por suas qualidades e talentos; mas o P. Anchieta, Provincial, e os seus consultores, eram de opinião diferente, por não contentar aos de fora [2].

Caxa passou os últimos anos da vida adoentado e difícil. Deu-lhe para se sentir pouco estimado de Pero Rodrigues, Provincial [3]. No entanto, foi o mesmo Provincial que o encarregou de escrever a Biografia de Anchieta, a *Breve Relação*, e chama-lhe pessoa de muita virtude e letras [4]. Faleceu na Baía, a 18 de Fevereiro de 1599 [5]. Quirício Caxa foi, de-facto, exemplar, culto e um dos Professores mais assíduos da Companhia [6].

n) GREGÓRIO SERRÃO, pela 2.ª vez (1578-1584).

o) LUIZ DA FONSECA (1583-1587). — O P. Luiz da Fonseca foi primeiro Vice-Reitor, no impedimento e doença do P. Gregório Serrão [7]; e depois Reitor [8]. A sua patente tem a data de 15 de Agôsto de 1584 [9].

---

1. *Epp. NN., 1*, 192.
2. *Lus. 68*, 408.
3. Carta do P. Tolosa ao P. Geral, Baía, 17 de Agôsto de 1598, *Bras. 15*, 469v.
4. Pero Rodrigues, *Anchieta*, em *Annaes*, XXIX, 238.
5. *Bras. 5*, 48.
6. Diz dêle o catálogo de 1598: « P. Quiricio Caxa ex dioeces. Conchensi annorum 60. infirma valetudine, admissus in societatem anno 1557; studuit artibus liberalibus annos 4or, Theologiae duos, docuit latinam linguam tres, casus conscientiae 8, Theologiam speculativam undecim. Fuit Rector Collegii Baiensis anno cum dimidio. Magister in artibus liberalibus. Concionator; Professus 4or votorum, ab anno 1574. Fuit consultor Provincialis et Rectoris per multos annos ». — *Bras. 5*, 36.
7. Carta de Gouveia, 31 de Dezembro de 1583, *Lus. 68*, 343.
8. Anch., *Cartas*, 327; *Bras. 15*, 385v.
9. *Hist. Soc. 61*, 114v. « O P. Luiz da Fonseca, de Alvalade, diocese olisiponense, 35 anos, boa saúde, foi admitido na Companhia, em 1569. Estudou quatro anos letras humanas, fêz o curso de Artes, estudou dois anos de teologia, ensinou gramática dois anos e meio, e casos de consciência três, agora é Reitor [da Baía], foi sócio e admonitor do Provincial três anos, professo de quatro votos desde 1583 [30 Novembro], Mestre em Artes ».—Catálogo de 1584, *Bras. 5*, 20; *Lus. 2*, 10-11v. Segundo o catálogo de 1577, entrou em 1568, com 18 anos e era do têrmo de Lisboa, *Bras. 5*, 11. Alvalade, em Lisboa, é o actual Campo Grande ou Campo 28 de Maio (1938).

O P. Fonseca fazia bem o seu ofício de Reitor. Mas «criou-se cá, e ao sabor do P. Provincial José de Anchieta, observa o P. Gouveia, e tem certa frouxidão em que deixa as faltas e imperfeições irem muito adiante e não adverte tanto a prevenir o futuro, que é condição própria dos que cá se criam» [1]. Não sabendo prevenir, parece que também não sabia remediar convenientemente. Diz o Provincial Pero Rodrigues que «açoitou pela própria mão a um irmão com disciplinas molhadas. Êstes castigos causam mais aversão que emenda» [2]. O seu reitorado foi a época mais crítica do Colégio da Baía. No volume II, ao tratarmos das relações com as autoridades civis, no tempo de Manuel Teles Barreto, vê-lo-emos. Por aquêles testemunhos de Gouveia e Rodrigues, e pela própria correspondência de Luiz da Fonseca, não nos parece que êste Padre fôsse de espírito conciliador. E, mostrando-se ostensivamente amigo do Ouvidor Geral, concorreu de-certo para a tirantez de relações com o Governador Teles Barreto.

Por ser homem de influência, despachado e amigo de Anchieta e Beliarte, e ser dado como «homem de govêrno», numa das informações, que dêle mandaram a Roma, foi nomeado Reitor e depois eleito para ir à Cidade Eterna, como procurador. «Parti em Setembro passado do Colégio da Baía, escreve êle próprio, para achar-me, êste ano, na Congregação de Procuradores em Roma». Viagem breve. 15 dias de grandes tormentas. Ao fim dêles, «estivemos por espaço de quatro horas afogados e o galeão metido debaixo do mar, sem velas, nem leme, ninguém pensou escapar e foi milagre o que Deus fêz em nós, seja êle bemdito! Viemos aportar à Galiza, onde, antes de tomar pôrto, e estando nós à vista de terra, nos saíram seis naus de corsários, mas delas nos livrou o Senhor com muito particular providência sua, como alguma hora espero contar mais por extenso a Vossa Paternidade. Da Galiza vim, por terra, por todos êsses Colégios, até que, dia da Epifania, cheguei a esta casa de S. Roque, ainda que incomodado, tanto do mar como do caminho» [3]. De Lis-

---

1. Carta de Gouveia, 5 de Novembro de 1584, *Lus. 68*, 412v.
2. Carta de Pero Rodrigues, *Bras. 15*, 393v.
3. Carta do P. Luiz da Fonseca ao P. Geral, Lisboa, 22 de Janeiro de 1593, *Lus. 72*, 31. Aquêle galeão era de Viana, segundo a informação de Anchieta, mas a data de saída não concorda com a que tem Luiz da Fonseca. Anch., *Cartas*, 283.

boa o P. Fonseca partiu, com os outros, em princípio de Abril, por mar, numa nau « ragusea » que se dirigia a Veneza [1]. Assistiu à 5.ª Congregação Geral, tomando parte em duas Comissões a XI e a XII [2]. E, depois de ter negociado os assuntos do Brasil, fêz o caminho de volta, vindo a falecer em Madrid, no mês de Junho de 1594 [3].

p) Fernão Cardim (1587-1592). — O P. Fernão Cardim sucedeu ao P. Luiz da Fonseca [4]. E deixou de ser Reitor entre Maio e Agôsto de 1592 [5]. O P. Geral indica, para lhe suceder, o P. Fernão de Oliveira, mas resolveu-se que ficasse o P. Tolosa [6].

q) Inácio Tolosa (1592-1598). — O P. Tolosa, vindo à Baía à Congregação Provincial, foi nomeado Reitor. Já tinha assumido o cargo, em 7 de Agôsto de 1592 [7].

r) Vicente Gonçalves (1598-1602). — Tinha sido já Vice-Reitor de Pernambuco e mestre de noviços [8]. O P. Vicente Gonçalves era natural de Valverde, diocese de Viseu. Em 1598, dizia-se que êle era o « corpo » do Colégio da Baía: e a « alma » era o P. Cardim. Mas outra informação do seu predecessor, P. Tolosa, tem que êle dizia « sim » a tudo e depois não fazia nada [9].

---

1. Carta do P. João Álvares ao P. Geral, de Lisboa, 16 de Abril de 1593, *Lus. 72*, 83.

2. *Congr. I*, 112.

3. « *Livro das Sepulturas do Collegio de Coimbra*, Titolo dos nossos Padres e Irmãos [...] que falecem fora deste Collegio », BNL, n.º 4505, f. 71v; Vasc., *Anchieta*, 314; cf. Serafim Leite, « *De algumas coisas mais notáveis do Brasil* » — *Quem é o autor desta obra*, em « Brotéria », vol. 17, p. 93-97. Neste artigo, onde demos algumas notícias mais sôbre Luiz da Fonseca, emitíamos a opinião provisória de ser êle o autor daquela obra. Posteriores investigações levaram-nos a achar em Madrid o referido trabalho com o nome do P. Francisco Soares. Ao P. Fonseca atribue Capistrano a autoria provável do *Discurso das Aldeias*, ou *Trabalhos dos Primeiros Jesuítas*, in Pôrto Seguro, *HG*, I, 425. Com o seu nome expresso deixou várias cartas, algumas ainda inéditas.

4. Cardim, *Tratados*, 364.

5. Carta de Pero Rodrigues, *Bras. 15*, 393.

6. Carta de Beliarte, *Bras. 15*, 410.

7. Carta de Pero Rodrigues daquela data, *Bras. 15*, 393; cf. *Bras. 5*, 36; *Bras. 15*, 410.

8. *Lus. 68*, 343.

9. Carta do P. Tolosa, de 16 de Maio de 1600, *Bras. 3 (1)*, 190; *Bras. 15*, 469; *Bras. 5*, 36.

Acabou o triénio em Novembro de 1601 [1]. Professo de 4 votos, em 28 de Abril de 1596 [2]. Faleceu a 3 de Dezembro de 1602, na Baía [3].

---

1. *Bras. 8*, 28.
2. *Lus. 2*, 137.
3. *Hist. Soc. 43*, 65. Cf. Pero Rodrigues, *Bras. 8*, 40.

Reitores seguintes até 1638, com a data da respectiva patente (*Hist. Soc. 62*, 60):

Fernão de Oliveira (26 de Agôsto de 1603). Tinha sido Vice-Reitor do Rio de Janeiro. Professo de 4 votos. Natural de Extremoz. Em 1598, tinha 46 anos, e era então mestre de noviços na Baía *(Bras. 5*, 46), onde mais tarde faleceu, em 1614 ou 1615, pois a sua morte vem narrada na relação dêsse biénio, que traz também um breve elogio seu *(Bras. 8*, 191-191v).

Outras patentes:

Manuel de Oliveira, 30 de Maio de 1605;
Pedro de Toledo, 9 de Setembro de 1608;
Domingos Coelho, 23 de Abril de 1612;
Simão Pinheiro, 7 de Dezembro de 1615;
Manuel Fernandes, 30 de Abril de 1618;
Fernão Cardim, 13 de Março de 1621;
Manuel Fernandes, 29 de Abril de 1623;
Simão Pinheiro, 12 de Abril de 1627;
Domingos Coelho, 10 de Setembro de 1629;
Baltazar de Sequeira, 13 de Dezembro de 1638.

CAPÍTULO V

Educação e instrução

1 — O « Ratio Studiorum »; 2 — Letras Humanas; 3 — O Curso de Artes; 4 — Teologia moral; 5 — Teologia especulativa; 6 — Os Estudantes; 7 — Os Estudantes externos; 8 — Os Professores; 9 — Disciplina colegial; 10 — Férias; 11 — Graus académicos; 12 — Prémios e festas literárias.

1. — As primeiras normas de estudos na Companhia foram as *Constituïções*, cuja Quarta Parte lhes é tôda consagrada. Depois de Santo Inácio e da prova prática dos Colégios, organizou-se o célebre *Ratio Studiorum*, verdadeiro código pedagógico dos Jesuítas. O primeiro esbôço do *Ratio* data de 1586, sendo consultados homens sábios e experimentados no ensino. Imprimiu-se, como manuscrito, em 1591, e promulgou-se, depois da impressão definitiva, como lei geral da Companhia de Jesus, no dia 8 de Janeiro de 1599 [1].

Havia, além do *Ratio Studiorum*, certas ordenações, adaptadas aos diversos países, pedidas pelas circunstâncias locais. Vê-las-emos, bem como o estabelecimento das três faculdades de Letras Humanas, Artes e Teologia, ciclo geral dos estudos na Companhia de Jesus, ciclo longo, porque « num Jesuíta a ciência é absolutamente necessária, quási tão necessária como a virtude » [2]. No Brasil, nos Colégios pròpriamente ditos, devia haver, por direito, algumas aulas de ensino secundário, pelo menos

---

1. F. Rodrigues, *A Formação*, 118; Manuel Múrias, *O seiscentismo em Portugal* (Lisboa 1923) 31. Beliarte assinala a chegada ao Brasil do *Ratio*. No século XIX (1832) e no século XX, o *Ratio* foi objecto de reforma; isto, porém, é já alheio à nossa história.

2. Cf. M. A. Ferreira Deusdado, *Educadores Portugueses* (Coimbra 1910) 27.

Gramática ou Humanidades. Fora dos Colégios existia nas casas, espalhadas pelas capitanias, escola de ler, escrever e cantar. Mas êste ensino primário pode e deve considerar-se prolongamento da catequese.

2. — Depois do estudo elementar, que também houve sempre nos Colégios do Brasil, o primeiro curso, segundo S. Inácio, abrangia as Letras Humanas, o latim, o grego e o hebreu. Entendia êle por Letras Humanas, além da Gramática, a Retórica, a Poesia e a História. Mas o fundador da Companhia tinha-lhe assinalado, como fim próprio, a evangelização, na Europa e fora dela. Daqui, a necessidade de preparação adequada. Os que fôssem destinados aos mouros ou turcos deveriam aprender a língua arábica ou caldaica; os que fôssem para a Índia, a índica, e assim para as outras [1]. A língua é o instrumento apto e próximo para a conquista das almas. Aqui está a razão porque os Jesuítas tanto urgiram no Brasil o estudo da língua indígena, o tupi.

O *Ratio* de 1599, já de experiência feito, divide o curso de Letras Humanas em três grandes secções, Retórica, Humanidades e Gramática, subdividindo esta última em Suprema, Média e Ínfima, primeiro estádio de todos os estudos na Companhia. Quando se lê nos documentos que havia duas classes de latim, isto significa, em todo o século XVI, no Brasil, não alguma das subdivisões da Gramática, mas duas daquelas três grandes secções: Gramática e Humanidades.

A primeira classe de latim, no Colégio da Baía, ensinou-a o Irmão António Blasques, em 1553, pouco depois de chegar de Portugal, na expedição em que vieram, entre outros, Grã e Anchieta. A Gramática, que depois se adoptou, no Brasil como em todo o mundo, foi a do Padre Manuel Álvares, português, natural da Ilha da Madeira.

Ao estudo do latim, juntou-se, no Renascimento, o da língua grega, igualmente clássica. O latim, guardou, porém, evidente predomínio. Nêle estavam então escritas ou traduzidas tôdas as grandes obras da antiguidade e nêle se escreviam ainda todos os documentos científicos do tempo. Os pedagogos do século XVI

1. *Constitutiones*, P. IV, C. XII, 2.

davam importância decisiva ao estudo do latim, e defendiam-no por tôdas as vias possíveis. Herman conta os casos de Melancton, que proscrevia a língua alemã dos programas do Saxe; e a reforma da Universidade de Paris eliminava o francês. Por tôda a parte, o latim. O legislador da Universidade de Estrasburgo, J. Sturm, mandava punir quem usasse outra língua que não fôsse a latina [1].

Esta defesa do latim, então geralmente usado, revestiu carácter mais humano no Colégio da Baía. Não havia castigos, mas exigia-se que os grandes exercícios escolares se escrevessem na língua do Lácio. Também se devia falar latim nos dias de aula. O português era permitido durante os recreios e nos dias feriados [2]. Obedecia ao mesmo critério a recomendação, que deixou o Visitador Cristóvão de Gouveia, em 1586: « Procurem os Superiores com tôda a diligência que nunca faltem às lições públicas nem os mestres nem os estudantes de casa, dando-lhes todo o tempo e mais ajudas necessárias para as estudar. Não se façam coplas em romance nas escolas, sem licença do Padre Provincial, nem representações algumas, fora das classes, e muito menos em procissões de estudantes, nem usem de foguetes, sem a mesma licença » [3].

Cortando assim o caminho a distracções repetidas e demasiadas, pois que tudo isto admitia o Colégio, mas com a devida ordem, os estudantes progrediam ràpidamente, no estudo das Letras Humanas, que sempre se cultivaram e recomendaram expressamente. Até uma vez, em que por falta de alunos se deixou de começar um curso de Teologia especulativa (1579), o P. Geral, consentindo naquela supressão provisória, acrescenta que se mantenha o de Teologia moral e o de Letras, « porque, ainda que sejam poucos os alunos e o fruto pouco, se deve estimar em muito » [4]. Note-se que nada disto impediu o cultivo da

---

1. «Qui sermone utuntur alio quam latino, puniantur». — J. B. Herman S. I., *La Pédagogie des Jésuites au XVIe siècle* (Louvain 1914) 213; Fournier, *Les Statuts et Privilèges des Universités Françaises*, IV (Paris 1894) 25, citado por F. Rodrigues, *A Formação*, 36.

2. *Bras. 2*, 124.

3. *Bras. 2*, 144.

4. *Bras. 2*, 46v.

língua portuguesa, antes o favoreceu com a disciplina clássica. Coincidiu, com o ensino dos Jesuítas, o período mais brilhante da Literatura portuguesa [1]. Aliás Vieira não teve outros mestres nem outros métodos, e não há escritor, que lhe leve vantagem no conhecimento e propriedade da nossa língua.

O curso de Letras, na Baía, desde que começou em 1553, tirando um curto período, não deixou nunca de funcionar, desde 1556, a não ser à roda de 1560, em que faltaram os estudantes da Sé. A partir de 1564, data da dotação oficial do Colégio por El-Rei, não consta que se interrompessem os estudos de Letras Humanas, que sempre existiram nalguma das duas formas, de Humanidade ou Gramática, havendo quási sempre ambas classes [2]. Neste ano de 1564, o irmão Luiz Carvalho, chegado no ano anterior, lia «uma hora de poesia do livro 2.º da *Eneida* aos mais adiantados» [3].

Como exercício escolar existiam as disputas semanais, aos sábados (sabatinas). Naquele mesmo ano de 1564, vinha argumentar com os alunos da escola elementar o Bispo D. Pedro Leitão, «e pela bondade do Senhor, para estudantes brasis, fazem-no muito bem» [4]. Semelhantes disputas existiam em todos os cursos, à proporção que se foram instituindo.

As aulas, ao princípio, duravam duas horas de manhã e duas de tarde. Em 1579, quiseram introduzir meia hora a mais, de manhã, e outra meia, de tarde. Mas viu-se que não era prático em terra de tanto calor e conservou-se o costume *ab antiquo* [5]. Em todo o caso, o P. Visitador Cristóvão de Gouveia, que trouxe ordens terminantes para a reorganização dos estudos [6], urgiu de

1. M. A. Ferreira Deusdado, *Educadores Portugueses*, 18.
2. Não se lê Retórica, *Bras. 15*, 407v.
3. *CA*, 428-429. Tendo ido para o Brasil doente e não achando melhoria, o Irmão Luiz Carvalho voltou para Portugal em 1565. O Ir. Carvalho, «que por orden de los médicos se auia embiado al Brasil a procurar si la tierra le ayudaria a su trabajosa indisposicion y por no sentir mejoria e hazer poco alla le boluieron a embiar y queda ahora en esta casa». (Carta do P. Manuel Godinho ao P. Geral, de Lisboa, a 31 de Maio de 1565, *Lus. 61*, 289). O P. Luiz Carvalho, natural de Lisboa, ordenou-se depois de sacerdote e, em 1577, tinha 38 anos de idade (*Lus. 42*, 27v; *CA*, 434, 463, 465).
4. *CA*, 428, 429.
5. *Bras. 2*, 47v.
6. Roma, Gesù, *Coleg. 20* (Brasil).

novo aquêle horário, deixando a seguinte ordem em 1586: «Nas aulas de latim, escrever e Artes, se gastarão duas horas e meia de manhã e outro tanto à tarde, começando no inverno às oito e no verão às sete» [1].

Para estimular os estudos, propusera Santo Inácio a erecção de Academias, correspondentes às respectivas aulas. Fariam parte delas os alunos de maiores esperanças, onde se recrutavam depois os Professores. Era a especialização antecipada do que se faz hoje nos Seminários universitários. Num momento em que, faltando professores, se pediam da Europa, responderam de Roma (11 de Fev. de 1584) que tratassem de prescindir da Europa, e se preparassem os futuros professores nestas academias literárias, que se deviam, portanto, promover e amparar no Brasil [2].

No curso de Letras Humanas estudavam-se todos os clássicos, desde Ovídio a Horácio, e desde Demóstenes a Homero. Mas os mestres de estilo, mais recomendados pelo *Ratio*, eram Cícero e Virgílio [3]. Grego não se estudou no Brasil, no século XVI. Em compensação, havia o que os Padres classificavam pitorescamente de grego da terra, que era a língua dos índios. E dela fêz-se Gramática e ensinou-se no Colégio [4].

3. — Depois do curso de Letras vinha o de Artes ou Ciências Naturais, como então se denominava o curso de Filosofia, e abrangia a Lógica, a Física, a Metafísica, a Ética e a Matemática [5]. No *Ratio* desenvolveu-se isto mais no que toca sobretudo ao método, autores e doutrinas. Quanto ao Brasil em particular, vemos que se recomendou o mesmo que se tinha indicado para

---

1. *Bras. 2*, 144-144v.
2. *Bras. 2*, 54.
3. *Institutum*, Reg. Prof. Rhet. 1 (Cícero); Reg. Prof. Humanit. 1 (Cícero e Virgílio). Conservam-se os catálogos dos livros usados nos Colégios de Coimbra, Évora, Lisboa e Braga. Nesta última cidade, havia três classes de Humanidades e ensinava-se, em 1563, na 1.ª: Rudimenta grammatices, epistolae familiares selectae; na 2.ª: *Cato Maior* Ciceronis, Ovidius *de Tristibus*, *Orationes* Ciceronis, Virgilius, Syntaxis, syllabarum quantitas: na 3.ª: Rhetorices epitome, *Orationes* Ciceronis, Ovidius *de Fastis*, Virgilius, Ars Graeca (*Mon. Paedagogica*, 698).
4. Pero Rodrigues, *Anchieta* em *Annaes*, XXIX, 199.
5. *Constitutiones*, P. IV, Cap. XII, Decl. C.

Coimbra em 1567, isto é, que durasse o curso três anos, ao modo do Colégio Romano [1].

Em 1568, pedia a Congregação Provincial da Baía faculdade para começar o curso de Dialéctica e Teologia, logo que houvesse número suficiente de alunos [2].

O curso começou quatro anos depois, em 1572, e foi o primeiro curso de Artes (Filosofia e Ciências) no Brasil, sendo lente o P. Gonçalo Leite, recém-chegado de Portugal [3]. Curso mais elevado já que o de Letras, escasseavam também mais os estudantes. Por isso, para se iniciar um triénio, esperava-se às vezes algum tempo até haver número bastante. Geralmente havia um curso de Artes, de quatro em quatro anos, e durava cada curso três anos e às vezes quatro [4]. O P. Visitador, em 1586, regulando as condições do curso para os externos, mantém o triénio e exige que haja pelo menos dez alunos. Facilita, porém, os estudos, dando licença para se suprimirem as glosas, « onde não haja definições ou as suas explicações », que se não preguntariam nos exames. Determina também que as disputas, que se costumam ter em casa, se fizessem diàriamente na última meia hora de aulas, tanto de manhã como de tarde; e tanto de manhã como de tarde houvesse duas horas e meia de aulas [5].

Havia também Disputas Magnas, anualmente, ao comêço do curso.

O curso de Artes, em 1593, começou com 20 estudantes e, em 1598, com 40. Acentuavam-se os progressos [6].

---

1. *Bras. 2*, 123v.

2. *Congr. 41*, 299v.

3. *Fund. de la Baya*, 19; « El P.e Leite lector del curso y prefecto de los estudios començarloa de aqui a quinze dias, tiene doze discipulos, 8 hermanos y 4 de fuera » (Carta do P. Tolosa, da Baía, 17 de Maio de 1572, BNL, fg, 4532).

4. Carta de Pero Rodrigues, *Bras. 15*, 407v.

5. *Bras. 2*, 143v-144v.

6. Sílvio Romero dizia no seu livro, *A Philosophia no Brasil:* « Pode-se afirmar, em virtude da indagação histórica, que a filosofia nos três primeiros séculos da nossa existência nos foi totalmente estranha ». Citado por Alcides Bezerra em *A Philosophia na Phase Colonial* (Rio 1935) 4. Alcides Bezerra contesta, com razão, o que diz Sílvio Romero e dá a seguinte lista de autores que escreveram alguma coisa sôbre filosofia no Brasil durante o período colonial: P. António Vieira (1618-1676), Diogo Gomes Carneiro (1618-1676), Manuel do

4. — O curso de Teologia dividia-se em *moral*, que estuda os actos, virtudes, vícios, etc. (a célebre « lição de casos ») e em *especulativa*, que estuda o dogma católico.

A lição de casos sempre existiu nas casas do Brasil. Na Baía começou de forma regular em 1565, dando o curso o P. Quirício Caxa [1]. Se não constantemente, ao menos com freqüência, assistiam a êle os clérigos da cidade. Tratavam em particular dos casos mais ocorrentes no Brasil e arquivavam-se as soluções dos principais: liberdade dos índios, sacramentos, negócios, etc. Além da questão da liberdade dos índios, em que intervieram Quirício Caxa e Nóbrega, conservam-se as resoluções tomadas acêrca de outros assuntos morais como os *Pareceres sôbre os casamentos dos Índios do Brasil*, em que deram a sua opinião vários Professores de Portugal (Fernão Pérez, Gaspar Gonçalves, Molina) e os Padres do Brasil José de Anchieta, Francisco Pinto, Leonardo Armínio, Inácio Tolosa, etc. [2]; *Pareceres sôbre o baptismo dos Índios do Brasil* [3]; *sôbre o preceito de ouvir missa* [4], e outros, cujas respostas foram dadas, em Portugal, por aquêles referidos Padres Pérez, Gonçalves, Molina e pelo Dr. Navarro. São 5, a que cada Padre responde separadamente: *Sententiae circa resolutionem aliquorum casuum qui in Brasilia frequenter occurrunt*: se é lícito vender a crédito mais caro do que a pronto pagamento;

Desterro (1652-1706), Fr. Mateus da Encarnação Pina (1687- ?), Nuno Marques Pereira (1652-1728), Matias Aires (1705- ?), Fr. Gaspar da Madre de Deus (1715-1800), Francisco Luiz Leal (1740- ?), Frei Caneca (1779-1825). A esta lista, além do P. Vieira, podemos acrescentar, desde já, os seguintes nomes de Jesuítas: P. Alexandre de Gusmão com o livro, sôbre moral, *Arte de bem educar os filhos*; o P. Luiz de Carvalho, natural do Pôrto, falecido na Baía, a 22 de Junho de 1732, que deixou pronto para a imprensa *Quaestiones selectiores de Philosophia problemathice expositae*; o P. António de Andrade, nascido no Rio de Janeiro, e falecido na Aldeia de Natuba, que deixou também concluído um *Cursus Philosophicus*; o P. Manuel Ribeiro, de Coimbra, cuja morte, na Baía, a 17 de Dezembro de 1745, interrompeu um tratado moral sôbre a Escravatura (Cf. Apêndice A, *Scriptores Brasiliensis Provinciae)*. O P. Manuel da Nóbrega pode-se considerar o primeiro que, no Brasil, escreveu sôbre filosofia ética ou natural. Data de 1568 o seu breve tratado sôbre a Liberdade dos Índios, de que falaremos no tômo II.

1. Vasc., *Cron.* III, 66.
2. Bib. P. de Évora, CXVI/1-33, f. 100-163.
3. *Ib.*, 159-162 e 179v-182.
4. *Ib.*, 175.

se é lícito confessar um escravo que não saiba português; se é lícito, em caso de naufrágio, dar uma absolvição geral; se é lícito aos Portugueses vender entre si escravos, quando é certo que muitos os possuem sem justo título; se é lícito ao pároco omitir as proclamas para os matrimónios, etc. [1].

O que se estatuíu sôbre esta matéria consta da Visita de Cristóvão de Gouveia, em 1586; «As conferências dos casos nos Colégios se terão pelo menos duas ou três vezes na semana, em que, por um quarto, se lerá ou repetirá alguma coisa. Na Quaresma e nas Férias, poderão deixar-se. Os Superiores devem achar-se nelas muitas vezes para que, com a sua presença e direcção, se façam como convém» [2]. O próprio Gouveia antes de embarcar para o Brasil, fêz diversas consultas em Portugal, como diz Cardim [3].

5. — O curso de Teologia especulativa principiou com o de Artes, em 1572, com o Tratado *de Incarnatione*, lido pelo P. Provincial, Inácio Tolosa [4]. Dêste primeiro professor de teologia dogmática no Brasil chegou-nos até nós um episódio revelador de quanto os Jesuítas eram superiores ao seu tempo, dando a explicação científica duma crendice popular, à custa do próprio prestígio. Na viagem de Lisboa até à Baía deu-se o fenómeno do fogo de Santelmo. «O dia de S. Pedro Gonçalves, que é festa dos marinheiros, *porque êles estavam sentidos de mim, porque lhes disse que aquela candeia que aparecia no mastro no tempo da tempestade, que era coisa natural,* foi mister para incitá-los à verdadeira devoção do santo, celebrar-lhe a sua festa» [5].

O curso de Teologia para os externos começou em 1575. Achamos, entre as Ordenações dêste ano, uma pregunta de Roma sôbre a lição da Sagrada Escritura e o modo como se fazia [6]. Pode entender-se como leitura à mesa, ou como aula. Neste último caso, se existiu, englobou-se na Teologia. Em 1581, houve

---

1. *Ib.*, 109-130; Cunha Rivara, *Catalogo dos Manuscriptos da Bibliotheca Publica Eborense*, I, 15-17, traz a enumeração de vários dêstes casos.
2. *Bras. 2*, 154.
3. Cardim, *Tratados*, ao comêço da *Narrativa.*
4. *Fund. de la Baya*, 19 (93).
5. Carta de Inácio de Tolosa, da Baía, 17 de Maio de 1572, BNL, fg, 4532.
6. *Bras. 2*, 28v.

dois cursos de Teologia especulativa, um destinado exclusivamente aos que tinham feito com brilho o curso de Artes[1].

Em 1586, já se anunciava a vinda do *Ratio Studiorum* no seu primeiro esbôço. Emquanto não chegava, o Padre Visitador deixou as seguintes instruções: «Haverá também uma lição de Teologia na qual, emquanto não chegar a ordem dos estudos, que de Roma se enviará a tôdas as províncias, se guardará esta, a saber: que explicarão as três partes de São Tomaz, com tal ordem que, em quatro anos, se leiam as principais matérias do especulativo: no 1.º ano a matéria de *Beatitudine, Scientia Dei, Voluntate Dei, Praedestinatione, Trinitate, et Angelis;* no 2.º e 3.º ano, de *Voluntario, Peccatis, Gratia, Fide, Spe, et Charitate;* no 4.º ano de *Incarnatione* e as mais, que puderem, dentro dos quatro anos. As outras matérias de São Tomaz se poderão deixar para o que ler a lição de casos, na qual sòmente se lerá Caetano ou Navarro, de maneira que, dentro de três ou quatro anos, se leiam as principais matérias morais, de *Contractibus, Restitutione, Voto, Iuramento, Sacramentis et Censuris.* E quando não houver lição de especulativo, poderão ler duas de caso. E não se deem glosas senão em latim e por espaço de meia hora; e a outra meia, pelo menos, gastarão em ler a lição, e tomar conta da lida. E não deem opiniões contrárias às que os Nossos comumente seguem»[2].

Esta ordem dos estudos teológicos previa a interrupção do curso de especulativo, o que sucedia, de-facto, por falta de alunos, pois naquele tempo muitos se contentavam só com a Teologia moral e com alguns estudos abreviados de dogma. Para que não fôsse necessário recorrer a Roma tôda a vez que se quisesse iniciar novo quadriénio, a Congregação Provincial pediu as faculdades necessárias. O Geral não só as concedeu, mas recomendou expressamente que se instituísse o curso, e, se faltassem alunos de fora, ao menos para os de casa[3].

6. — O primeiro discípulo dos Jesuítas no Brasil, logo depois de chegarem em 1549, foi um índio principal, e rezam as cróni-

1. *Bras. 15,* 326v.
2. *Bras. 2,* 144.
3. *Bras. 2,* 78, 6.º.

cas que aprendeu o ABC todo em dois dias[1]. Foi excepção com certeza. Os alunos que realmente merecem tal nome, não foram índios adultos mas os seus filhos, e os filhos dos portugueses, que iam nascendo na terra. Os netos do *Caramuru*, na Baía, e os de João Ramalho, em S. Vicente, contaram-se entre os primeiros. Não tinham chegado os Jesuítas há um mês, e já o irmão Vicente Rodrigues ensinava a ler e escrever aos meninos da Baía.

Os órfãos de Lisboa, chegados em breve, completam o quadro dêstes primeiros estudantes. Grupos idênticos se formaram em S. Vicente, S. Paulo de Piratininga e depois no Rio de Janeiro, Pernambuco, etc.

Com a reorganização do Colégio da Baía vieram também os capelães da Sé, em 1557, para as aulas de latim, uns três ou quatro; êstes, porém, faltaram daí a pouco. « Escola de ler e escrever se tem em casa, diz Nóbrega em 1559, estudo houve muito tempo, até que os estudantes, que era gente da Sé, não quiseram vir: espera-se pelo Bispo [D. Pedro Leitão] para pôr tudo em seu lugar »[2].

As aulas reabriram em 1564, com grande fervor, entenda-se entre os Padres e Irmãos, « que a gente de fora pouco se dá disso », diz Blasques. Os de casa estudavam Virgílio[3].

Para reforçar a freqüência das aulas, sugeriu Grã que viessem de Portugal jovens que servissem para a Companhia[4]. Nóbrega tinha também os olhos postos nos meninos índios e dêles esperava tirar bons discípulos. Mandou admitir, em 1557, vinte de 10 a 11 anos; ordenou que estudassem Gramática e queria enviar os melhores à Europa para voltarem depois homens de confiança, preparados condignamente em letras e virtude. Mas para isso haviam de ficar lá muito tempo, acrescenta êle[5].

---

1. Nóbr., *CB*, 72.

2. Nóbr., *CB*, 190. O Caramuru faleceu em 1557 e deixou um legado a favor do Colégio; o vigário levou isso a mal. Teria êste facto influído no abandôno dos estudantes da Sé? É certo que na ausência do Governador houve certa frieza e desordem, informa Rui Pereira (*CA*, 270). As cartas da rainha D. Catarina ao Governador Mem de Sá e à Câmara da Baía, em 1558, puseram têrmo a semelhante efervescência.

3. *CA*, 428, 429.

4. *CA*, 292.

5. *CA*, 177, 204; Carta de Nóbr., *Bras.* 15, 64-65, 114v.



IGREJA E COLÉGIO DA BAÍA

Desenho dos meados do século XIX (oferta do Dr. Afrânio Peixoto)

Era o primeiro anseio de vocação e o temor de falta de perseverança!

Já, em 1552, queria Nóbrega enviar dois. Não os mandou então por falta de embarcação capaz e com temor dos Franceses[1]. Enviou-os depois. Ambos «morreram na Companhia, no Colégio de Coimbra»[2].

Entre os estudantes da Baía, andava, aí por 1573, um, resgatado pelos Padres no sertão de Pôrto Seguro. Achava-se já em cordas para ser comido pelos índios selvagens, uma vez que foram lá os Padres. Conseguiram libertá-lo, pagando o que pediram. Levado para o Colégio da Baía, baptizou-se, e dava mostras de bom talento[3].

Estabilizado o Colégio, depois da dotação de El-Rei, melhoraram os estudos e aumentou a freqüência. Em 1575, os alunos da escola elementar eram 70 e os das superiores, 50[4].

Na *Informação para Nosso Padre* vem a distribuïção dos alunos pelas respectivas disciplinas, com aumento sôbre 1575[5]; mas, como não se especificam os estudantes da Companhia, preferimos uma estatística de 1589, completa. Ela confirma igualmente os progressos.

Estudantes na Faculdade de *Teologia*: de casa, um; externos, cinco; de *Casos de Consciência* (Teologia moral): de casa, três; externos, seis; Curso de *Filosofia* (Artes): de casa, oito; de fora,

---

1. Nóbr., *CB*, 131.

2. Anch., *Cartas*, 474. Um dêles, pelo menos, chamado Cipriano, brasil, ainda vivia em 1561 ou 1562. No exame feito então pelo P. Nadal, diz êle o seguinte: «Chamo-me Cipriano; sou de vinte anos; sou de São Vicente, bispado da Baía, do Brasil... Recebeu-me o Padre Leonardo Nunes em São Vicente. Há nove anos que entrei na Companhia. Não tenho Ordens algumas. Estive no Colégio do Brasil, de São Vicente, no Colégio de Coimbra, Santo Antão e agora em S. Roque». — *Mon. Nadal I*, 693n; *Lus. 43*, 384. No livro das sepulturas do Colégio de Coimbra: *Titolo dos nossos Padres e Irmãos que falleceram neste Collegio de Coimbra desdo anno de 1555*, aparece falecido, a 2 de Dezembro de 1558, um Ir. Pero de Góis (BNL, fg, 4505, f. 23). Ora, recebeu-se na Baía, em 1555, um moço, com o mesmo nome, filho dum fidalgo muito amigo da Companhia (Carta do P. Luiz da Grã, *Bras. 3 (1)*, 143; Polanco, *Chronicon V*, 631). Será o mesmo?

3. Carta de Caxa, de 2 de Dez. de 1573, BNL, fg, 4532, f. 43; *Fund. de la Baya*, 30-30v.

4. *Bras. 11*, 329-330,

5. Anchieta, *Cartas*, 415.

dezasseis; *Humanidades*, primeira classe: de casa, um; externos, quinze; na segunda classe: de casa, um; de fora, quarenta. Os meninos da classe de *instrução elementar* eram, nesse ano, 120 [1]. Esta estatística mostra o desenvolvimento notável da instrução; indica também, infelizmente, a ausência de vocações, entre os naturais, para o apostolado. É diminuta a percentagem dos estudantes de casa. Para fomentar os estudos e facilitá-los aos meninos do interior, o P. Visitador, indo a Pernambuco, propôs ao P. Geral a criação dum Colégio ou Seminário, « aonde os homens principais, que estão pelos engenhos e fazendas, enviassem seus filhos a aprender, como todos desejam, porque, por não ter na cidade onde os ter, nem quem os sustente, os deixam de enviar a aprender e se perdem e estragam lá por fora. Falámos com o Senhor Bispo; pareceu-lhe muito bem, como a todos parece, contudo, como sempre estas coisas do bem comum são muito difíceis nestas partes, duvidamos se terá isto efeito » [2].

O P. Geral não desaprovou a ideia e pediu informações. E o mesmo Visitador estende a necessidade dêsses Colégios internos, como já se fazia em Goa, à Baía e Rio de Janeiro, para a formação dum clero digno e como fonte, também, de vocações sacerdotais tão necessárias. Infelizmente, o projecto, que teria talvez adiantado de muitos anos a cultura geral do Brasil, não pôde ir adiante. O próprio Visitador diz que consultou várias pessoas gradas, « mas, porque vejo muito bem que nada se fará, não escrevo mais sôbre esta matéria ». Era o tempo do Governador Manuel Teles Barreto, avêsso à Companhia [3].

Entre os estudantes jesuítas havia duas categorias. Uns que se destinavam a letrados: professores e prègadores; outros, à conversão do gentio. Dependia isso do talento de cada qual, com as demais qualidades pessoais, próprias daqueles respectivos destinos. Influía também o conhecimento da língua indígena, sendo em geral escolhidos, para o mister da conversão, os que a falavam melhor. Acabados os estudos de Gramática, e às vezes durante êles, iam para as aldeias dos índios, aprendiam a língua

---

1. *Bras. 5*, 32.
2. Carta de Crist. de Gouveia, de Pernambuco, a 6 de Setembro de 1584, *Lus. 68*, 403.
3. Carta de Gouveia, da Baía, a 19 de Agôsto de 1585, *Lus. 69*, 131-131v.

e aplicavam-se à Teologia moral, o necessário apenas para a conscienciosa administração dos sacramentos. Os demais seguiam os cursos superiores de Artes e Teologia. Tinha-se cuidado que os estudantes jesuítas se ocupassem nos seus estudos especiais para que, ao chegarem ao sacerdócio, tivessem a preparação requerida. O P. Gouveia, notou que, na Baía, ocupavam os Irmãos em assuntos alheios ao estudo, pelo que perdiam o gôsto por êle. E tratou de cortar êsse abuso [1].

Como bons observadores, anotavam os Padres, nas suas cartas, o que lhes sugeria a disposição da terra para os estudos. Quanto ao talento são quási todos de acôrdo (há uma ou outra excepção) em afirmar que eram bem dotados os estudantes; mas, por ser a « terra relaxada, remissa e melancólica, tudo se vai em festas, cantar e folgar » [2]. Pero Rodrigues traz êste símil, que abrange até os Padres letrados: « Como nesta província nasce um bicho, como raposas, a que chamam preguiça, não sei como também se pega em muitos a pouca curiosidade do estudo e contentam-se com pouco, donde entra a ociosidade e com ela suas filhas e isto se vê mais nos naturais » [3]. Resultado: falta de aplicação aos estudos e perigo de desistência. A-pesar disto, ou tendo precisamente isto em conta, « não se faz pequeno fruto com êles e já há alguns casuístas, que são Párocos, e alguns formados em Artes, que são professores, e dois ou três teólogos, prègadores na Sé desta cidade, e cónegos da matriz e Párocos das paróquias ». Isto em 1583 [4]. Dizia o Prelado D. António Barreiros, referindo o grande fruto, que tiravam dos estudos tanto os portugueses como os filhos da terra, que « já saem pessoas que eu sem escrúpulos ordeno de Ordens sacras e aos quais seguramente encarrego minhas ovelhas » [5]. Eram os primeiros frutos; depois multiplicaram-se. « E cada dia se vão fazendo mais . . . » [6].

---

1. Carta de Gouveia, *Lus. 68*, 411. Carta de Beliarte, *Bras. 15*, 397v-398.
2. Anchieta, *Cartas*, 415.
3. *Bras. 15*, 428v.
4. Anchieta, *Cartas*, 415, 326.
5. Certidão de D. António Barreiros, 26 de Março de 1582, *Bras. 15*, 330-330v.
6. *Bras. 15*, 386v (27.º).

7. — Os estudantes externos vestiam como tôda a gente. É o que se depreende daquele menino de Pernambuco, bem inclinado, que em 1574, sendo ainda aluno, pediu à mãi batina e barrete, dizendo que queria ser da Companhia e que os outros vestidos havia de dar por amor de Deus. Assim foi. A mãi deu-lhe o que pedia: e êle distribuíu os vestidos, que trazia, pelos meninos pobres da escola [1]. Êste costume de andar com batina devia ser contudo bastante freqüente, em particular nos que pensavam em ser eclesiásticos. É o caso daquele estudante que, achando na propriedade de seu pai, nos arredores do Salvador uma escrava, quási moribunda, a mandou para a cidade, envôlta na sua própria roupeta [2]. Esta roupeta devia distinguir-se da dos Jesuítas, porque se recomendava expressamente que, quando algum se despedia, « se lhe desse outro vestido de maneira que não pareçam da Companhia » [3].

De batina andava Bento Teixeira, aluno do Colégio da Baía em 1580, mancebo alto, grosso, de pouca barba, que estudava « para se ordenar de missa ». Bento Teixeira não chegou a sacerdote e parece ser o autor da *Prosopopeia* [4].

Entre os primeiros discípulos dos Jesuítas, na Baía, estava, em 1555, no curso de Gramática, « Pero de Góis, nobre e de bom talento », admitido no Brasil [5]. No dia 28 de Agôsto de 1591, faz um depoïmento o licenciado em Artes, Bartolomeu Fragoso, que se formara, havia pouco, na Baía e cita, como testemunhas presentes, o licenciado Domingos Pires e o mestre em Artes Júlio Pereira, natural de São Tomé, « que ora vai para o Reino » e o licenciado Bartolomeu Madeira [6].

Muitos discípulos dos Jesuítas se celebrizaram nos séculos seguintes, e, mais que todos, António Vieira, mas ainda neste se deve incluir a Fr. Vicente do Salvador, autor da *História do Brasil* [7], e

---

1. *Fund. de Pernambuco*, 67v (32).
2. *Fund. de la Baya*, 35 (111).
3. *Bras.* 2, 142.
4. *Primeira Visitação do Santo Ofício: Denunciações de Pernambuco (1593-1595)* (S. Paulo 1929) 288, 289, e XXVI-XXIX, *Introdução* de Rodolfo Garcia.
5. Polanco, *Chronicon*, V, 631.
6. *Primeira Visitação : Confissões da Bahia 1591-1592* (Rio 1935) 44.
7. Cf. Capistrano de Abreu, *Nota Preliminar* à mesma História (S. Paulo 1918) IX.

o Capitão-mor de Rio Grande do Norte, Jerónimo de Albuquerque Maranhão, nascido de Jerónimo Albuquerque e da filha do índio Arcoverde [1]. E, também, Gregório Mitagaia, filho de Mitagaia, índio que se apresentou, em 1584, ao Visitador Gouveia, vestido de damasco com passamanes de oiro e de espada à cinta. O espectaculoso índio entregou o filho ao P. Grã. E o jovem Gregório em breve aprendeu português, a ajudar à missa e a ler, escrever e contar [2].

Termina o século XVI com um curso de Artes aumentado e florescente. Iniciou-se em Junho de 1598, com 40 estudantes, seis de casa, e cinco religiosos carmelitas.

«E os estudantes aproveitam bem o seu tempo . . .» [3].

8. — Não seria alheia a êste aproveitamento a qualidade dos Mestres. Como é sabido, a formação dos Professores da Companhia de Jesus é feita com demora e tempo, para se conhecerem bem as suas aptidões respectivas. Naturalmente, aplicam-se depois àquilo para que teem mais inclinação. E supõe-se que possuem, além de talento, virtude bastante para os discípulos tirarem das suas lições, «juntamente com as letras, costumes dignos de cristão» [4]. Quando os Jesuítas chegaram ao Brasil, a falta de Padres obrigava-os a diferentes ministérios ao mesmo tempo. Tal desvantagem foi-se corrigindo à proporção que surgiram vocações. Mas quási não houve desafôgo durante o século XVI.

Na Baía, como vimos, o primeiro mestre-escola foi Vicente Rodrigues (1549), o primeiro professor de latim, António Blasques (1553, depois de 13 de Julho), o primeiro leitor de Casos de consciência, Quirício Caxa (1565), o primeiro professor de Artes ou Filosofia, Gonçalo Leite (1572), e o primeiro lente de Teologia especulativa, Inácio Tolosa [5].

---

1. Augusto Tavares de Lima, *A Colonização da Capitania do Rio Grande do Norte*, na *Revista do Inst. Bras.* 77, 1.ª P. (1914) 11.

2. Cardim, *Tratados*, 331.

3. *Bras. 15*, 469v. Cf. Hélio Viana, *Formação Brasileira* (Rio 1935) 224-226.

4. *Ratio Studiorum*, 2.ª reg. Profes.

5. Dêstes Padres teremos ainda ocasião de falar, excepto de António Blasques. Natural de Alcântara, diocese de Placência, em Espanha, António Blasques

S. Vicente, como veremos, precedeu a Baía no estudo de Gramática e de Casos. Daria as primeiras aulas de latim o próprio Leonardo Nunes, no Colégio dos Meninos de Jesus, que ali fundou. No dia 15 de Junho de 1553, diz Nóbrega, que era professor «um mancebo gramático de Coimbra que para cá veio desterrado» [1]. Substituíu-o José de Anchieta, ao passar-se o Colégio ao Campo de Piratininga, em 1554. Neste mesmo Colégio leu os primeiros casos de consciência o P. Luiz da Grã, em 1555, curso que também precedeu o da Baía.

É possível que, nesta cidade, houvesse alguma aula de teologia antes de 1572, porque já nesse tempo haviam subido ao sacerdócio alguns irmãos: a vinha era grande, e os operários poucos. A necessidade dispensava maiores estudos, bastando um pouco de moral. Se houve alguma lição de teologia foi esporádica, sem forma regular, e sem deixar vestígios.

Esta mesma necessidade imperiosa de catequese, que levava à formação rápida de sacerdotes, cerceava o número de professores. E pediam-se reiteradamente de Portugal e de Roma. Nesta cidade andavam dois estudantes portugueses destinados ao Brasil. Indo à Cidade Eterna o P. Gregório Serrão, ficou encarre-

---

entrou na Companhia, em Coimbra, aos 19 de Setembro de 1548 (*Lus. 43*, 3v). Dizia-se dêle, em 1552: «tiene cerca de quatro años, quasi siempre estudó mal por indisposición de la cabeça» (*Lus. 43*, 232). No ano seguinte, embarcou para o Brasil, na expedição de Luiz da Grã, chegando à Baía a 13 de Julho de 1553, e ficou ali mestre de latim, que ensinou durante um ano (*Bras. 3 (1)*, 89; *Bras. 5*, 36v). Foi depois para Pôrto Seguro (*Bras. 3 (1)*, 100v, 111), onde se encarregou da escola elementar, voltando pouco depois à Baía, continuando o seu mister de professor de primeiras letras (*CA*, 140, 143, 156, 171, 369; *Bras. 3 (1)*, 145v). Com êste ofício entremeou outros de catequese, excursões às Aldeias da Baía, preparação e confissões e amanuense para as cartas dos Superiores, como se vê das *Cartas Avulsas* (*CA*, 369, 412, 439). Nisto gastou a sua longa vida. No dia 1 de Novembro de 1559, fêz os votos de Coadjutor Espiritual (*Lus. 1*, 133. Cf. *Mon. Nadal*, IV, 189). Já devia ser então sacerdote. Em 1561, tinha padecido duma grave doença (*CA*, 293), e, para o fim da vida, foi um tanto achacado (Carta do P. Armínio, de 24 de Agôsto de 1593, *Lus. 72*, 124-125v). Não vimos indicação de êste Padre ter ido nunca às Capitanias do sul. Faleceu na Baía, no dia 27 de Dezembro de 1606, com 78 anos de idade, segundo o catálogo de 1598, que lhe dava então 70, *Bras. 5*, 36v.

1. Carta de Nóbrega, S. Vicente, 15 de Junho de 1553, *Bras. 3 (1)*, 97.

gado de os trazer, quando voltasse. O P. Geral respondeu à sua petição: *fiat* [1].

Rogava a mesma Congregação Provincial, que enviara o P. Serrão a Roma, que de Portugal viessem dois Professores, um para ensinar Artes, outro Teologia [2]; e, em 1583, pediam-se nada menos que oito, três para Casos, um para Teologia, outro para Filosofia e três para Gramática [3]. tais pedidos não supõem necessàriamente que estivessem vagos os quadros. De-facto, em 1584, estavam cheios com seis professores, como refere Anchieta [4].

Não se podia, porém, contar indefinidamente com professores de fora. Pedindo-se mais da Europa, respondeu o Geral que iriam dois, competentíssimos, de Humanidades: mas, ao mesmo tempo, recomendava que para as classes menores de latim, não estivessem atados, no Brasil, à espera que lhos mandassem já feitos de Portugal, porque em tôda a parte eram precisos, e, pela distância, não chegariam a tempo, quando mais fôssem necessários. Com o fim de preparar professores, observava êle, existiam, nos Colégios, as Academias de Letras Humanas [5]. Vigilavam e intervinham os Reitores e Superiores para que as aulas dessem o devido rendimento. Quirício Caxa, professor de Teologia, lembrou-se de fazer grandes ditados e volumosos cartapácios. Num dado momento, os discípulos emmaranhavam-se na quantidade, sem aprender o essencial. Determinou o Visitador, Cristóvão de Gouveia, que se expusesse São Tomaz em quatro anos, como se

1. Êste *fiat* não chegou a ter repercussão no Brasil. O P. Anchieta tornou a pedir os dois estudantes, que estavam em Roma, ao que parece por conta do Colégio da Baía. Responde o P. Geral: « Ninguno se cria en Roma a costa de ninguna otra provincia; y ya los dos estudiantes se han embiado aunque Pedro Aluares por alguna indisposicion no acabó en Roma sus estudios » (1584, *Congr. 95*, 159v; *Congr. 93*, 213). Não chegou ao Brasil nenhum Jesuíta com êste nome. Mas teve um irmão, o P. Vicente Gonçalves, que foi reitor do Colégio da Baía no fim do século: «é irmão de Pedro Álvares, que está lá em Roma », escreve o Visitador Gouveia em 1583, *Lus. 68*, 343.

2. *Congr. 93*, 213.

3. *Lus. 68*, 415.

4. *Annaes* XIX, 58; *seis* professores e não cinco como se traduziu (Anchieta, *Cartas*, 395).

5. *Bras. 2*, 54, 55v.

usava em Portugal. E comenta que, segundo o método de Caxa, nem 15 anos chegariam [1].

Também, para que não faltasse aos professores o tempo indispensável para a preparação das aulas, urgindo o P. Geral em 1597 a prègação aos domingos, acrescenta: «que seja, se puder ser, sem dispêndio dos mestres» [2].

Com semelhantes precauções mantinham-se os estudos a boa altura. E, ao terminar o século XVI, nos três Colégios da Baía, Rio de Janeiro e Pernambuco, vamos encontrar um claustro respeitável de 12 Professores, alguns dêles graduados, capazes de ensinar Teologia, Artes e Humanidades em qualquer parte do mundo [3].

9. — Não basta haver bons Professores. É mister a disciplina. Ora a disciplina colegial, no século XVI, era rigorosa. No Brasil, menos do que na Europa. Naquele tempo, além das repreensões, reclusão ou privação de recreios, usavam-se castigos corporais. Ficaram célebres os do Colégio de Montaigu, em Paris, merecendo um dos seus principais, Pierre Tempête, o apôdo de vergastador-mor das crianças *(grand fouetteur des enfants)*.

Sturm, no estatuto que deu à Universidade de Estraburgo, em 1538, determinava que fôsse açoitado quem não chegasse à hora, sem razão suficiente e provada; fôsse castigado o aluno que nos exercícios escolares usasse língua diferente do latim; e até o aluno decurião, se fôsse negligente no seu ofício de avisar, informar ou acusar, *virgis corrigendus*, fôsse açoitado. Os golpes costumavam dar-se com uma vergasta fina, em número regulado de antemão pela natureza da falta, e em sítio onde não ferisse nem quebrasse ôsso, ao fundo das costas. Intervinham dois nessa delicada operação, um para segurar o delinqüente, outro para dar os açoites. O Reitor da Universidade de Paris, em 1520, escrevia a um amigo, que lhe pedia conselhos sôbre a educação de meninos, que a norma decisiva, era o castigo, sempre o castigo *(frapper très fort et ne cesser de frapper)* [4].

A-pesar dalgum raro opositor, como Erasmo e Montaigne,

---

1. *Lus. 68*, 408.
2. F. Rodrigues, *A Formação*, 35-36.
3. *Bras.* 2, 131.
4. *Bras. 15*, 482v.

tal era a doutrina e prática nesta matéria, quando apareceram os Jesuítas e as suas Constituïções. Santo Inácio suavizou aquêles meios coercitivos, dando mais importância ao elemento moral, — *ubi verba valent, ibi verbera non dare* — recomendando, de preferência, o estímulo e a emulação. Não os proscreveu, porém, totalmente [1]. Em todo o caso, proïbiu que os desse o próprio Jesuíta. Nomeassem em cada Colégio uma pessoa de fora, para êsse ofício. As Constituïções de Santo Inácio, nesta matéria, podem-se concretizar tôdas nesta: « Quanto aos pais, que não querem que se toque nos filhos, uma destas três coisas é necessária: ou que os meninos se corrijam por palavra, ou se lhes bata, se não bastam palavras, ou que os levem para outra escola, porque não se pode tolerar que estejam nas nossas sem tirar fruto » [2].

No Brasil, como em tôda a parte, usaram-se, pois, os açoites como medida de disciplina escolar. Ocasionava isto, às vezes, actos de extraordinária energia moral, como o sucedido em Pernambuco, em 1574. Acusaram a um estudante de qualquer falta contra o regulamento. O mestre mandou-lhe dar os açoites da praxe. Pois o delinqüente colocou-se tão acima da desforra, e mostrou-se tão agradecido a quem o acusou, que o levou a sua casa e disse à mãi: « êste moço acusou-me e açoitaram-me: dê-lhe alguma coisa. E, com licença da mãi, deu-lhe uns calções e um gibão de sêda» [3].

Um dos fins, com que Mem de Sá instituíu tronco e pelourinho em cada vila, foi para mostrar que tinham o mesmo que os cristãos e para o meirinho meter os moços no tronco, quando fogem da escola, explica o mesmo Governador [4].

Na legislação da Companhia, não achamos nada determinado expressamente para as escolas do Brasil no século XVI, a não ser que não recebessem açoites os estudantes de 16 anos para cima [5], e não se castigassem por ninguém da Companhia, mas

---

1. *Constitutiones*, P. IV, Cap. VII, 2.
2. Cf. José Manuel Aicardo, *Comentario a las Constituciones de la Compañia de Jesús*, III (Madrid 1922) 197.
3. *Fund. de Pernambuco*, 67v (32).
4. Carta de Mem de Sá a El-Rei D. Sebastião, do Rio de Janeiro, 31 de Março de 1560, *Annaes* XXVII (1906) 228. Portanto, um dos castigos, nas vilas ou aldeias, era a reclusão por mais ou menos horas.
5. *Bras.* 2, 144v.

pelo Corrector, como ordenavam as Constituïções[1]. Os Colégios dos Jesuítas regiam-se no Brasil provàvelmente pelo que foi ordenado na metrópole pelo Visitador Jerónimo Nadal, em 1561. Dividiu êle os estudantes externos em três grupos, menores, médios e grandes. Os menores podiam ser açoitados, os médios receberiam apenas palmatoadas, e os grandes nem palmatoadas nem açoites. Seriam sòmente repreendidos, primeiro em particular, depois em público. Se não aproveitasse a repreensão, nem houvesse emenda, seriam então expulsos. Ninguém poderia receber castigos corporais dos professores ou prefeitos; pertencia ao Reitor determinar quais alunos poderiam ser castigados, quais não; só depois é que se entregavam ao Corrector[2].

Ora, com a ida ao Reitor e dêste ao Corrector, dissipavam-se os assomos de ira e evitavam-se repentes, sempre desmoralizadores, não só na pedagogia colegial mas também na familiar. Esta, no Brasil, era deficiente. Os Índios tinham grande debilidade para com os filhos, demasiado amimados, o que produzia dois efeitos contraditórios. Efeito bom: os Índios « estimam mais fazerem bem aos filhos que a si próprios e agora estimam muito e amam os Padres, porque lhos criam, ensinam a ler, escrever, cantar e tanger, coisa que êles muito estimam » [3]. Efeito mau: como, nesta criação e ensino, nem sempre se pode levar tudo a cantar e a tanger, o demasiado mimo dos filhos irritava os pais, quando se tornava mister usar de energia. Queixavam-se já disso os primeiros Padres, que os Índios não se podiam castigar nem se lhes podia ralhar forte, porque se melindravam e ressentiam mais do que se lhes batessem [4]. « Todos criam seus filhos viciosamente, diz Magalhãis Gandavo, sem nenhuma maneira de castigo; e mamam até à idade de sete, oito anos, se as mãis té então não acertam de parir outros que os tirem das vezes » [5]. « Nenhum género de castigo teem para os filhos, escreve Fernão Cardim,

1. *Bras.* 2, 137v.

2. Cf. F. Rodrigues, *A Formação*, 32. Os açoites seriam ordinàriamente seis e não podiam passar de oito. O Corrector não podia aceitar presentes dos alunos nem ter familiaridade com êles, e ser homem de integridade e bom exemplo (Aicardo, *Comentario*, III, 201-202).

3. Cardim, *Tratados*, 170-171.

4. *CA*, 176, 225; Carta de Grã, *Bras 3 (1)*, 142v, 149.

5. Gandavo, *História*, 129.

nem há pai nem mãi que em tôda a vida castigue nem toque em filho, tanto os trazem nos olhos» [1]. E «só o ver dar uma palmatoada a um dos mamelucos basta para fugirem» [2].

Êste fraco dos pais índios não ficou totalmente nêles. E nisto residia um dos maiores obstáculos aos educadores do Brasil. No sul, parecia menor a dificuldade. Dizia Pero Correia que, quando algum menino da escola de Piratininga «é preguiçoso e não quere ir à escola, o Irmão o manda buscar pelos outros, os quais o trazem prêso e o tomam às cavaleiras com muita alegria. E seus pais e mãis folgam muito com isso» [3].

Entre os castigos disciplinares mais usuais em todos os estabelecimentos de ensino, antigos e modernos, está o da exclusão. Os Padres não podiam deixar de o usar, quer na sua forma individual quer mesmo colectivamente a tôda uma classe, quando assim o exigia o bem comum. Indiquemos um, sucedido na segunda metade do século XVII, mas que convém recordar desde já para o rectificar. É sabido que os Portugueses, e é esta uma das suas glórias, nunca fizeram distinção de raças nas terras que a Providência confiou à sua colonização. Os Jesuítas, portugueses e brasileiros, muito menos. Se não se admitiram nas escolas do Brasil os escravos, a razão foi a mesma que atinge hoje a grande massa do proletariado; não o permitiam as circunstâncias económicas da terra, nem os senhores compravam escravos para os mandar estudar. Até a-respeito dos meninos índios, que Nóbrega fazia estudar, diz êle que os colonos não gostavam disso e preferiam-nos mais para escravos do que para estudantes [4].

Mas se os escravos não freqüentavam as escolas, já não sucedia o mesmo com os filhos, que os brancos iam tendo das suas escravas negras. Seriam êstes alunos, modelos sempre de disciplina e moralidade?... Parece que não. É certo que, num dado momento, foram excluídos dum Colégio, o da Baía. Houve reclamação; e El-Rei mandou inquirir do sucedido e que, se o Governador achasse que os Padres eram obrigados a ensinar,

1. Cardim, *Tratados*, 310.
2. Carta de Grã, 27 de Dez. de 1555, *Bras. 3 (1)*, 142v.
3. Carta de Pero Correia, de 18 de Julho de 1554, de S. Vicente, *Bras. 3 (1)*, 113; *CA*, 139.
4. *Bras. 15*, 116v.

fizesse que fôssem readmitidos, «porque as escolas de ciências devem ser comuns a todo o género de pessoas sem excepção alguma», e porque os moços pardos estavam já «*de posse há muitos anos de estudarem nas escolas públicas do Colégio dos Religiosos da Companhia*».

Pelo teor desta recomendação vê-se que se tinha obliterado o motivo da fundação dos Colégios, conforme aos padrões, que não é a obrigação do ensino público, mas sustentar e preparar os obreiros da catequese dos Índios. «A intenção, que teve S. A. em fundar Colégios no Brasil, não foi abrir estudos para os filhos dos Portugueses, senão criar ministros para a conversão, que é tanto da sua obrigação, como consta dos Padrões» [1]. Nem por isso deixaram os Padres de ser os fundadores da instrução no Brasil e de aceitarem nos seus Colégios todo o género de pessoas sem excepção alguma. Aquela exclusão, portanto, explica-se por um dêstes motivos: ou como sanção contra distúrbios ou imoralidades cometidas por tais alunos, ou como imposição dos moradores brancos, em qualquer dos casos, medidas transitórias de disciplina colegial, admitida em tôdas as regiões e em todos os tempos [2].

Mais do que castigos de natureza física e de exclusão, usavam-se os morais. Como exemplo seja êste, que se deu na escola de S. Paulo de Piratininga. Mandou-se a um menino buscar umas limas doces. O menino foi, mas escondeu algumas no quintal. José de Anchieta, que estava sentado na escola com o P. Vicente Rodrigues, chamou então outro menino estudante, Domin-

---

1. *Bras. 15*, 386v (27).

2. Gilberto Freire, ao transcrever êste documento, que lhe mostrou o Cónego Carmo Barata, de Pernambuco, no seu livro *Casa Grande & Senzala* (Rio 1934) 442, elogia a cultura portuguesa e com sobrada razão; mas tem palavras injustas para com os Jesuítas, portugueses e brasileiros, deslocando do seu ambiente próprio e generalizando um facto isolado. No espírito do leitor fica a impressão de que os Jesuítas repeliam, por sistema, os homens de côr. Ora o mesmo documento prova precisamente o contrário; que êles «há muitos anos» estudavam nos Colégios dos Jesuítas; portanto, que se não fazia diferença. O motivo tem de ser forçosamente local e transitório. Sangue negro tinha-o António Vieira e foi não só aluno, mas, na ocasião em que se deu aquêle episódio escolar, era até Jesuíta e dos mais ilustres do mundo. — (Cf. Lúcio de Azevedo, *História de António Vieira*, II (Lisboa 1931) 12; Oliveira Lima, *O movimento da Independência*, 1821-1822 (S. Paulo 1922) 31.

gos Gracia (mais tarde Padre e grande sertanista) e disse-lhe que fôsse ao quintal e lhe trouxesse as limas que acharia escondidas em certo buraco, que lhe indicou. Chegadas as limas, Anchieta entregou-as ao menino que as escondera, dizendo-lhe: Toma-as, são para ti, mas não furtes!

O menino «arrebentou em lágrimas e não as quis comer de vergonha». A lição fôra expressiva e humana [1].

10. — Para entrecortar as tarefas escolares, tinham os estudantes os seus dias de descanso e férias. Feriados semanais ou periódicos. O assueto semanal era um dia por inteiro, à moda de Roma, e não meio dia apenas, como nalgumas partes [2]. Tinha-se às quartas ou quintas-feiras, segundo as conveniências. Os estudantes da Baía, depois que houve Casa de Campo, pertencente ao Colégio, iam a ela ou espalhavam-se pelas ribas do mar ou pelas margens daquele formoso tanque, junto da cidade, onde, diz Cardim, poderia andar um bom navio e onde entravam «algumas ribeiras de boa água em grande abundância» [3].

As férias anuais passavam-nas, a princípio, nalguma aldeia ou fazenda próxima, onde houvesse ermida. As primeiras férias do Colégio da Baía, em 1556, para os irmãos estudantes e para os órfãos, que ainda então havia, foram numa quinta entre o Rio Vermelho e a cidade. A Aldeia do Rio Vermelho estava, nesse ano, a cargo do Irmão António Rodrigues. O grande catequista tinha vindo ali com 70 índios, a maior parte meninos, e com êles fêz uma luzida procissão até à cidade. Os da cidade pagaram-lhe a visita e aproveitaram a ocasião para passar as férias. «Daí a quatro dias, que foi véspera de Todos os Santos, por lhes pagar esta vinda, mandou o Padre à aldeia os meninos órfãos a que lhe cantassem as vésperas e oficiassem à missa. Estiveram os estudantes em a ermida dois meses, refazendo-se em as fôrças corporais, porque do contínuo trabalho estavam muito debilitados e haviam enfermado alguns, assim que, como dizem, fizeram de uma via dois mandados, porque indo a cobrar saúde do corpo,

1. Pero Rodrigues, *Anchieta*, em *Annaes*, XXIX, 256-257.
2. *Bras. 2*, 164.
3. Cardim, *Tratados*, 289.

davam a outros a saúde da alma, ensinando aos filhos dos Índios a doutrina cristã, tomando-lhes também conta de sua lição. Também tomavam seu trabalho em os ir a buscar, porque o caminho, por onde os vão chamar, é de areais, que com a fôrça do sol estão tão abrasados, que lhes convém, aos que vão em sua busca, ir correndo e descansar em alguma sombra por não poder tal sofrer».

«Não estimam os Irmãos êste trabalho, porque sabem por quem o padecem, nem os espinhos que se lhe metem pelos pés, nem os ardores que lhes queimam os pés, nem a fome que sofrem; mas o que lhes dá pena e angústia é ver que, não se contentando com os ir buscar uma vez, indo outras, ainda com tudo isso não veem todos, porque, dado que dizem ao som da campainha: *hitia*, que quere dizer: *logo vou*, nunca acabam de vir. Isto lhes acontece por serem naturalmente muito preguiçosos, e tais, que o que lhes é necessário para seu mantimento, por esta causa o deixam de buscar. Não se esfriam por isso os obreiros, mas antes os vão tirar às suas rêdes, *scilicet:* camas, ora fingindo palavras ásperas, ora dando-lhes em rosto com seu demasiado descanso, pondo-lhe outros espantos, com os quais se movam a ouvir a palavra de Deus. Tudo isto, e mais, é necessário para a gente que não tem rei, nem conhece senhorio senão fazer quanto se lhe vem à vontade sem lhe ir à mão alguém, agora seja bom, agora mau o que fazem» [1].

Estas e outras ocupações usaram-se sempre durante as férias. Mas ao diante, entremearam-se, com as honestas distracções, alguns ofícios humildes, como de servir na cozinha, varrer, etc. A lista dêstes ofícios afixava-se de antemão, e cada qual escolhia livremente os que queria. Ficaram também para essa época os Exercícios Espirituais de Santo Inácio, que todos os Religiosos da Companhia devem fazer uma vez por ano. Isto, porém, só começou, quando houve casa apropriada. Já desde 1561, tratou Nóbrega de a construir, preguntando-o para Roma, e referindo-se a «certos outeiros» que para isso destinava [2]. E alguma coisa se fêz, porque ao chegar, em 1572, o P. Tolosa encontrou já duas

1. *CA*, 161.
2. *Epp. NN. 36*, 256.

quintas, «uma para os dias de repouso, outra para as férias, légua e meia daqui, à beira-mar» [1]. Numa destas quintas mandou êle, como Provincial, edificar uma casa de taipa coberta de palha, para os estudantes «irem lá os dias de assueto; como a Companhia procura ter em tôdas as partes para a conservação da saúde dos seus». Depois, o Visitador Cristóvão de Gouveia reconstruíu-a e melhorou-a. No Rio de Janeiro, também tinham os estudantes casa própria para as férias; mas os feriados semanais iam passá-los a uma ilheta, que ficava na Baía de Guanabara, defronte do Colégio [2].

As férias grandes, na Baía, andaram sempre à roda do Natal, com ligeiras variantes. As de 1556 começaram, ao que parece, no fim de Outubro. Ordenou-se, em 1572, que fôssem desde Santa Luzia (13 de Dezembro) até à Purificação (2 de Fevereiro) [3]. Depois, fixaram-se nos meses de Dezembro e Janeiro, inaugurando-se os estudos, a 4 de Fevereiro, a seguir às festas da Purificação e da distribuïção dos prémios, dia de S. Braz (2 e 3 de Fevereiro). As férias não eram iguais para todos. Os ouvintes de Teologia, especulativa ou moral, ordena em 1586 o Visitador, que as tenham completas; para os de letras e da escola elementar serão da véspera de Natal em diante. Contudo as aulas, durante o mês de Dezembro, ficaram reduzidas a hora e meia. Eram, na realidade, férias menores. Na Páscoa, os do Curso superior tinham 15 dias; os estudantes dos outros cursos metade, de quarta-feira de trevas a quarta-feira de Páscoa. Infere-se dum aviso de 1589 que havia também férias no Espírito Santo, pois, a não ser por doença ou causa grave, não era permitido a ninguém pernoitar na quinta *fora do tempo de férias e das oitavas de Páscoa e Pentecostes.* Durante o ano, havia ainda alguns feriados especiais. Não se davam aulas na véspera das festas solenes celebradas na igreja do Colégio, nem no dia do Carnaval, nem no de S. Nicolau [4].

De vez em quando, recebiam-se, na Casa de Campo, hóspedes da cidade. Para evitar a dissipação dos estudantes, durante as

1. BNL, fg, 4532, f. 33.
2. Anchieta, *Cartas*, 421.
3. *Fund. de la Baya*, 23v (98).
4. *Bras. 2*, 144v.

férias, limitou-se a admissão apenas ao Governador Geral e ao Bispo e a uma ou outra pessoa amiga e benemérita. Nessa quinta mandou fazer o Visitador, Cristóvão de Gouveia, « umas casas com capela, refeitório, cozinha, uma sala com suas varandas e um formoso terreiro com uma fonte que lança mais de uma manilha de água muito sadia para beber; mandou plantar árvores de espinho e outras frutas, que tudo faz uma boa quinta que se pode comparar com as boas de Portugal » [1]. Lê-se, numas ordens do mesmo Visitador, que êle determinou se fizesse o «cano da água que vai ter à fonte; e tenha-se sempre limpo o tanque grande » [2]. Esta frase permite-nos a identificação do local, que era a famosa *Quinta do Tanque*, celebrizada mais tarde pelo Padre António Vieira que nela viveu os últimos anos da sua vida [3].

11. — Nesta matéria de estudos deve-se assinalar um facto importante: a iniciação dos graus académicos no Brasil e os debates que suscitou. Os primeiros graus de bacharel em Artes datam de 1575 e conferiram-se aos alunos que principiaram o curso, em 1572, com o P. Gonçalo Leite. *São os primeiros graus académicos que se deram na América Portuguesa;* portanto, é uma data a marcar na História da Instrução Luso-Brasileira. O próprio redactor da *Carta Ânua* correspondente pressentiu a transcendência dêsse facto, porque diz, não sem ênfase, que foram os primeiros a que *ninguém até ali tinha subido no Brasil desde todos os séculos*. Como era natural, assistiu em pêso a cidade do Salvador [4].

A êste primeiro passo seguiram-se outros. E assim, no ano seguinte, deu-se a licenciatura a alguns estudantes externos e a quatro Jesuítas, com as costumadas festas; e, em 1578, conferiram-se as primeiras láureas de Mestre em Artes. Foi o acto, que revestiu pompa extraordinária, na Igreja do Colégio, com a assistência do Governador Geral e do Bispo. Precedeu disputa

---

1. Cardim, *Tratados*, 365.
2. *Bras. 2*, 148.
3. Ainda hoje se chama *Quintas* ao bairro da cidade em que ficava a *Quinta do Tanque*, actualmente hospital de *lázaros*.
4. Carta de Caxa, *Bras. 15*, 273.

pública, recitaram-se epigramas, e houve música de instrumentos e vozes. Receberam aquela dignidade três externos e dois da Companhia, para poderem depois por sua vez dar graus [1]. O grau de Mestre em Artes « era então mais estimado do que é hoje o de doutor por qualquer academia » [2].

Em 1581, novos doutoramentos. Foi um espectáculo europeu. Diz-se numa carta inédita assinada por Anchieta: « o número de estudantes aumentou êste ano: 100 além dos meninos da escola elementar, que são quási outros tantos. Nestas regiões, onde ninguém cultiva as letras, e todos se dão a negócios, é o máximo. E ainda que não aumentassem numèricamente, contudo, em letras e virtude, fizeram mais progressos do que nunca nesta Província. Além das lições de Teologia e de casos de consciência, houve outra de Teologia exclusivamente destinada aos que tinham concluído o curso de Artes; o grande aproveitamento nos estudos funda boas esperanças na sua doutrina. Êste ano elevaram-se à dignidade de Mestre alguns externos. A cerimónia fêz-se ainda com maior solenidade e com o aparato que se costuma nas Academias da Europa, como nunca se tinha feito aqui. Não faltou nem o anel, nem o livro, nem o cavalo, nem o pagem do barrete, nem o capelo feito de estôfo de sêda » [3]. O capelo de Artes era azul. Numa das Academias da Europa, na de Évora, que era dos Jesuítas, o « magistrando » seguia à direita do Reitor, com o capelo de sêda azul vestido. Ia o padrinho, que devia ser nobre ou constituído em dignidade. Iam os Mestres e Professores e, à frente do cortejo, « os trombetas e charamelas ». Ninguém podia ser magistrado sem ter 18 anos cumpridos [4].

---

1. Carta de Fonseca, *Bras. 15*, 288v, 302v; Carta de Beliarte, *ib.* 369v.
2. Moreira de Azevedo, *Instrução Pública nos tempos coloniais do Brasil*, na *Rev. do Inst. Bras. 55*, P. 2.ª (1892) 142.
3. *Bras. 15*, 326v.
4. *Ordem das Disputas conforme o capítulo 4.º do Instituto, que se há-de praticar no Colégio da Companhia de Jesus da cidade de Évora, cap. 10* (BNL, fg, 6657). Cf. *Estatutos de D. Sebastião para o Colégio das Artes* (20 de Fevereiro de 1565) in *Documentos para a história dos Jesuítas em Portugal*, por António José Teixeira (Coimbra 1899) 416-435. A fórmula para a colação do grau de Mestre em Artes, como se usava em Portugal, no Colégio de Santarém, era a seguinte: « Ego N. in praeclara artium facultate magister, et in sacrosancta theologia doctor et huius scalabitani collegi Rector, auctoritate Apostolica creo, constituo et

A imponência dêste cortejo e a pompa da imposição das insígnias provocaram indescritível alvorôço na cidade. Tais festas e doutoramentos marcam o apogeu dos estudos no Brasil, no século XVI.

Segue-se um interregno de debates e indecisões. Reparemos na data. Ela talvez o explique. Em 1583, o P. Miguel Garcia receou que se elevasse o Colégio a Universidade e comunicava para Roma os seus temores: « Com darem-se neste Colégio graus em letras, parece que querem meter ressaibos de Universidade; e assim uma vez se matricularam os estudantes, pagando cada estudante um tanto a um homem de fora, que serviu de escrivão. Eu avisei, mas foi tarde. Determinou-se que não se fizesse mais. Queria saber, pelo que se tem cá tratado, se, para dar grau de doutor em Teologia a algum estudante externo neste Colégio, é necessário que os examinadores sejam doutores em Teologia. Porque a bula do Papa *innuit* (parece dizer) que sim » [1].

Levantada a questão, protelou-se ela durante anos; até que assumiu aspecto agudo no tempo do P. Marçal Beliarte. Tinha êste Provincial, por inclinação sua, gôsto pela magnificência. Ergueu os estudos quanto pôde e, se não transformou o Colégio em Universidade de facto, foi porque o contrariaram na Baía e em Roma. No dia 2 de Julho de 1590 (Visitação de N.ª S.ª), deu o grau de bacharel a 12 alunos externos com as costumadas festas, assistindo o Bispo D. António Barreiros [2]. Tal acto deve

---

declaro te magistrum in eadem praeclara artium facultate; et concedo tibi omnes facultates, functiones et immunitates, quae iis, qui ad hunc gradum promoventur, concedi solent, in nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti.

In huius autem tam praeclarae dignitatis signum, his quoque externis ornamentis condecorandus es, quae in praesentiarum adhiberi solent.

Imprimis Pileum coeruleum diademate ornatum capiti impono. Deinde trado tibi Philosophiae Librum clausum et apertum ut illam publice profiteri et interpretari possis. Tandem infero digito tuo annulum scientiae splendoris signum. Postremo accedat etiam osculum pacis ». — Lino de Assunção, *O Catholicismo da Côrte ao Sertão* (Paris 1891) 99. Livro sem senso crítico, mas com notícias úteis.

1. Carta do P. Miguel Garcia ao P. Geral, da Baía, 26 de Janeiro de 1583, *Lus. 68*, 335v.

2. Carta de Beliarte, *Bras, 15*, 364v; *Ann. Litt. 1590-1591*, p. 821. Aqui diz-se que foi *die sacro Conceptae-Virgini*, mas no *ms.* lê-se *die Deiparae Virginis Visitationi sacro*.

ter suscitado reparos, porque, em 1592, reünindo-se a Congregação Provincial, pregunta ela se é « lícito promover tanto os externos como os nossos aos graus de Filosofia e de Teologia, quando fôr necessário para examinar os externos » [1]. Acompanhava êste postulado da Congregação Provincial uma carta de Beliarte. Nela dizia que, nesse ano, concluíram os estudos com grande exactidão, como se pudera fazer *em qualquer boa Universidade*, 19 alunos. Os que eram externos, em número de 10, graduaram-se todos de Mestre em Artes; dos de casa, receberam êsse grau três Padres. A resposta de Roma ao postulado da Congregação foi que « não parece necessário no Brasil tal promoção, porque não seria essa faculdade de nenhuma utilidade » [2]. Os graus dos anos anteriores, conferidos aos da Companhia, deveriam ter sido com alguma licença particular ou interpretativa. Diante da recusa do P. Geral, que implicava uma repreensão, justificou-se Marçal Beliarte com dizer que teve por si todos os consultores e que não havia tempo de chegar a resposta de tão longe antes do fim do Curso.

A negativa visava os de casa evidentemente. Contesta Marçal Beliarte que a intenção, com que dera aquêles graus de Mestre em Artes, foi, porque os julgou necessários aos Padres que tivessem de examinar os outros, sobretudo os externos. Advertiram-no também de ter chamado alguns Irmãos a mais altos estudos *(ad altiora studia)*. Aplicou-os a estudos superiores — respondeu êle — por virem já de Portugal com êsse destino, ou por julgar que tinham as aptidões requeridas [3].

Com tais resoluções havia o perigo de se estancar o brilho e emulação nos estudos, que estavam então altos.

Gabriel Soares, nos seus *Capítulos*, presta indirectamente homenagem ao Colégio do Salvador. Pretendia êle apoucar os estudos da Companhia no Brasil, para levar a Côrte de Madrid a suprimir as rendas e os Colégios do Rio de Janeiro e de Pernambuco. « E se em Portugal, antes, não havia mais que a Universidade de Coimbra, porque não bastará ao Brasil a da Baía

---

1. *Bras. 2*, 78v.
2. *Bras. 2*, 78v.
3. Carta de Beliarte, *Bras. 15*, 409v; *Lus. 72*, 94-94v; Ordinationes, *Bras. 2* 63v, 78v.

para todo o Estado?» [1]. Se a intenção é má, a comparação redunda tôda em louvor do Colégio da Baía, que êle equipara nada menos que à Universidade de Coimbra.

Não era tanto assim; mas alguma coisa era; e seria pena que se inutilizasse o movimento.

Felizmente, não terminaram os debates com aquelas decisões de Roma. E foi causa de uma solução favorável, quem tinha talvez concorrido para as primeiras negativas. Em 1592, estava de passo na Baía, onde arribara, o P. Pero Rodrigues, Visitador de Angola. Dada esta sua alta patente, foi ouvido nas coisas do Brasil, a-pesar-de não pertencer a esta Província. Rodrigues mostrara-se contrário ao pedido de Beliarte para se conferirem graus. Era de opinião que primeiro se elevasse o Colégio a Universidade e, dado o número das suas aulas e estudantes, não lhe parecia que tivesse então categoria para isso [2]. Ora, sucedeu que êste mesmo Pero Rodrigues, depois de realizada a sua Missão em Angola, voltou ao Brasil como Provincial, sucessor de Beliarte. Investido na responsabilidade do mando, apalpou as possibilidades e necessidades da terra, e pediu, por sua vez, para Roma, os poderes de conferir graus de Mestre em Artes. Alegava, como motivo suficiente, o mesmo que se tinha proposto antes, a saber, a conveniência de dar também êsse grau aos Padres da Companhia, que, sendo destinados a Professores, o não tivessem ainda. Mais feliz do que Marçal Beliarte, alcançou êle, em 1597, a faculdade de conferir essa prerogativa académica [3].

Chegamos, assim, ao fim do século com os estudos outra vez em maré alta. E pôde então escrever o mesmo P. Rodrigues, em 1605, que no Colégio da Baía «há estudos públicos das faculdades que os Padres costumam ensinar que são ler, escrever, contar, lições de humanidades, curso em que se agraduam em Mestre em Artes, e Teologia moral e especulativa, donde saem muitos bons filósofos, artistas e prègadores» [4].

---

1. *Bras. 15*, 386v (27).
2. *Bras. 15*, 407v.
3. *Bras. 15*, 467.
4. Pero Rodrigues, *Anchieta*, em *Annaes*, *XXIX*, 192.

12. — O curso, em todos êstes estudos, começava dia de S. Braz, 3 de Fevereiro. Inaugurava-se com solenidade. E desde que os estudos assumiram envergadura, tinha-se, nesse dia ou na véspera, a *Oração de Sapientia* e a Profissão de Fé, ordenada pelo Concílio Tridentino. Assistiam Professores e alunos[1].

As festas, que acompanhavam inauguração, repartiam-se pelas respectivas classes, segundo a ordem ascendente.

Em 1574, no dia de Nossa Senhora da Purificação, depois do discurso da praxe, distribuíram-se os prémios aos discípulos mais adiantados ou que mais se distinguiram no estudo da caligrafia, aritmética e do catecismo: era o dia dos estudos elementares. O segundo dia reservou-se aos estudos superiores, duas aulas de humanidade e uma de Artes ou Filosofia. Cada qual teve as suas festas privativas. Na segunda classse de Humanidades, houve Diálogo latino, entrecortado por um discurso em verso e outro em prosa; na primeira classe, declamaram-se duas peças oratórias igualmente em prosa e verso.

O curso de Filosofia assumiu carácter científico, como era natural. Realizou-se um acto público em que os alunos, disputando entre si, mostravam o respectivo adiantamento. Assistiam as pessoas mais importantes da cidade, com o Governador Luiz de Brito e Almeida, a quem se dedicou também, por ocasião da sua chegada, em 1573, um Diálogo aparatoso. O Governador, bem impressionado, prometeu concorrer daí em diante, com prémios aos alunos[2].

Quando o Governador Manuel Teles Barreto fêz a sua primeira visita ao Colégio, em 1583, Manuel de Barros proferiu um discurso de recepção, « onde entraram todos os troncos e avoengos dos Monizes, a que pertencia o novo Governador com as maravilhas que teem feito na Índia ». Três dias antes, tinha também visitado o Colégio o P. Cristóvão de Gouveia: «Foi recebido dos estudantes com grande alegria e festa. Estava todo o pátio enramado, as classes bem armadas com guadamecins, painéis e várias sêdas. O P. Manuel de Barros, lente do curso, teve uma eloqüente oração, e os estudantes duas, em prosa e em verso.

---

1. *Bras. 2*, 84v.
2. Carta de Caxa, *Bras. 15*, 253; *Fund. de la Baya*, 23v (34).

Recitaram-se alguns epigramas, houve boa música de vozes, cravo e descantes. O P. Visitador lhes mandou dar, a todos, *agnus Dei*, relíquias e contas bentas, de que ficaram agradecidos »[1].

Estas festas, com serem de recreação e alívio aos estudantes e ao povo, eram essencialmente pedagógicas: a preparação do próprio estudante; por isso incluíam também manifestações oratórias, como na visita do mesmo P. Gouveia se fêz, prègando três irmãos estudantes, do púlpito, discursos, nas três línguas da Companhia no Brasil: português, latim e tupi-guarani[2].

O Colégio de Pernambuco não se deixou vencer pelo da Baía. Logo em 1573, antes mesmo da dotação real, mas já de-certo com mira nela, inauguraram-se os estudos, no dia 2 de Fevereiro, « com tanto aparato e concêrto que disse o Dr. António Salema [Ouvidor Geral do Brasil e futuro Governador do Rio de Janeiro], que se achou presente, que em qualquer Universidade não se faria melhor »: *Oração de Sapientia*, um Diálogo, prémios, enigmas e profissão de fé. Concorreu tôda a gente da vila e dos engenhos e fazendas vizinhas[3]; e no ano seguinte o mesmo; só que, em vez do Diálogo, representou-se uma Écloga pastoril.

A cultura humanística desenvolvia-se, pois, no Brasil e ia atirando a barra cada vez mais alto. No fim dos estudos, em 1575, a representação foi já da tragédia aparatosa *História do Rico Avarento e Lázaro Pobre*[4].

Nem eram só motivos escolares de comêço ou fim de curso. Outras datas se tomaram para pretexto de festas, que, ao mesmo tempo que as solenizavam, serviam para cultivar as faculdades dos alunos. Tal foi a que se realizou no Colégio de Pernambuco, no dia 15 de Julho, em que se « festejou dentro de casa, como cá é costume, o martírio do Padre Inácio de Azevedo e seus companheiros, com uma oração em verso no refeitório, outra em língua d'Angola, que fêz um irmão de 14 anos com tanta graça que a todos nos alegrou, e tornando-a em português com tanta

1. Cardim, *Tratados*, 286.
2. *Annaes*, XIX, 63.
3. *Fund. de Pernambuco*, 64 (24); *Fund. de la Baya*, 28v (104).
4. *Fund. de Pernambuco*, 68 (33), 70v (45).

devoção que não havia quem se tivesse com lágrimas »[1]. Como se vê, o apostolado com os escravos negros não andava alheio às preocupações daquela generosa juventude.

O verdadeiro valor destas festas pode inferir-se pela descrição indirecta, que faz das da Baía o P. Marçal Beliarte. Propunha êle a Roma que ficasse, para depois das festas da Páscoa ou do Espírito Santo, o Acto Público dos Filósofos, porque, já no comêço do curso, havia festa solene e se prejudicariam mùtuamente. «Não se podem juntar, diz êle, os Letrados de fora, Religiosos, Bispo, Cabido, para as disputas menos das três, e também por motivo das vésperas e completas, que primeiro se hão-de dizer na Catedral. Em recitar-se a Oração do princípio do ano, com música de instrumentos e vozes, que sempre há, se gasta até às quatro; fica só hora e meia para disputar em três matérias, que só as provas das conclusões hão-de gastar a meia e é nada; e assim fica tudo muito frívolo e amesquinhado. Além disso, é impossível dar conclusões [teses] a estudantes e estudá-las em tempo de férias, que tôdas se passam fora da cidade em suas recreações »[2].

Esta carta é de 4 de Janeiro de 1590. Houve, de-facto, êste ano alguma alteração na ordem das festas, porque ficou para a Visitação de Nossa Senhora (2 de Julho) a colação dos graus. Para aquela música de instrumento e vozes, que sempre havia, se preparavam os alunos mais novos dos Jesuítas, durante o ano. Depois da doutrina e da lição, reüniam-se a « cantar cantochão e canto de órgão e outros a tanger frautas e charamelas para oficiarem as missas em dias de festas e ornavam as procissões, na aldeia e na cidade e em outros autos públicos, como quando se examinam na sala os estudantes do curso para bacharéis e licenciados e quando tomam os graus »[3].

As festas do comêço do ano foram também, em 1590, mais solenes, por se inaugurarem juntamente várias dependências novas do Colégio. Assistiu o Bispo e a cidade. O Professor de Humanidades disse um « grave e elegante » discurso; recitaram-se epigramas em louvor da Sabedoria e de D. António Barreiros. Êste

---

1. Cardim, *Tratados*, 327.
2. *Bras. 15*, 369v.
3. Pero Rodrigues, Anchieta em *Annaes*, XXIX, 244

ilustre Prelado mostrou-se à altura da homenagem, que lhe prestaram. E para não ficar só em agradecimentos verbais, instituíu um prémio anual de 15 arrôbas de açúcar, « que valem 30 cruzados », a repartir pelos estudantes mais distintos [1]. Depois instituíu outro prémio em Pernambuco, de 20 cruzados, que se repartia anualmente e era grande ajuda aos pobres [2].

A periodicidade dêstes prémios fá-los precursores dos que distribuem as Academias modernas.

1. *Bras. 15*, 364v ; *Ann. Litt.*, 1590-1591, p. 821.
2. Ânua de 1597, *Bras. 15*, 431 ; *Ann. Litt. 1597*, p. 500.

LIVRO SEGUNDO

MEIOS DE SUBSISTÊNCIA

CAPÍTULO I

Dotação real

1 — A pobreza religiosa e a necessidade de bens; 2 — Informações para o sustento dos Colégios; 3 — O alvará de D. Sebastião, de 7 de Novembro de 1564; 4 — Escrúpulos e dificuldades; 5 — Parecer do Visitador Cristóvão de Gouveia; 6 — Pagamento em açúcar.

1. — Para viver uma corporação, como a dos Jesuítas no Brasil, convinha que possuísse meios de subsistência — e grandes! Se tivessem acção isolada como a do eremita, não precisariam dêles: bastava que arroteassem alguns palmos de terra, e a caridade dos crentes faria o resto. Mas a sua actividade ficaria restrita à penitência, oração e edificação, obras magníficas em si, carecidas porém do alcance catequístico, educativo ou cultural, que se propunha a Companhia de Jesus. Os Jesuítas, além daqueles meios comuns de perfeição religiosa, tinham um fim particular mais vasto. Se não possuíssem os meios indispensáveis para o realizar, não ficaria frustado?

Determinou S. Inácio, nas *Constituïções*, que a pobreza dos Padres e Irmãos da Companhia fôsse rigorosa, e que só os Colégios, como entidade moral, pudessem possuir os meios indispensáveis para a consecução do seu objectivo comum. Entrava nêle a formação de religiosos e a educação gratuita da juventude. Os encargos de comer, vestir, calçar e tôdas as demais achegas necessárias à sustentação honesta da vida, com a multiplicação dos estudantes, com a construção do colégio e igreja, tornavam-se insensìvelmente graves e onerosos. Requeriam bens. E naturalmente avultados, sob pena de ficar tudo em pouco. A mesquinhez é alheia ao espírito da Companhia, cujo lema *ad maiorem Dei gloriam* esperta o zêlo de preparar o maior

número possível de missionários, professores e estudantes, e obras de apostolado.

Não podiam, pois, os Jesuítas ganhar o próprio sustento com ocupações alheias ou impeditivas do seu fim próprio, nem podiam confiar só na caridade dos fiéis. É certo que sempre, mais ou menos, existiram esmolas em tôdas as Capitanias. Talvez se distinguissem o Espírito Santo e Pernambuco. Esta última casa ministra-nos uma lição. Até 1572, vivia a casa de Pernambuco, parte de esmola dos moradores, parte com a ajuda do Colégio da Baía. O P. António Pires, então Vice-Provincial, um dos dois primeiros Padres que estiveram em Pernambuco, conhecendo bem os recursos e generosidade da terra, determinou que vivesse só de esmolas. Assim o fêz o P. Grã, indo com um saquinho de porta em porta. É até uma prescrição das Constituïções esta de andar de porta em porta, se a necessidade o requerer. Em S. Vicente, em 1556, alguns Irmãos, poucos, poder-se-iam realmente sustentar assim [1]. Em Pernambuco, onde êle fêz o mesmo, a gente acorria generosamente, queixando-se, porém, de serem culpados em êle andar a pedir [2]. Como exercício de pobreza actual, é realmente meritório êste acto do P. Grã e doutros, mas já isso não era possível nas aldeias, muito menos tratando-se dum Colégio formado. Se os Padres, em vez de estarem a dar aulas, tivessem que andar nesse peditório, quem não vê a desorganização, que tal sistema traria ao andamento normal do Colégio?

Em 1576, com a dotação real deixou de vigorar a ordem de viver só de esmolas. Ora, com o tempo, vieram estabelecer-se, em Pernambuco, outras instituïções religiosas ou de assistência pública. Ampliando-se o círculo da caridade, podia ser que uns reparassem no que se dava aos outros; podia ser que se criassem movimentos de simpatia ou antipatia, prolongados ou passageiros. Movimentos de opinião, inevitáveis. E mal iria a uma obra, que requere continuïdade e segurança, estar dependente de tais flutuações. A lição, a que me referi, é a seguinte. Em 1598, os Irmãos da Misericórdia de Olinda pediram a El-Rei esmolas e recorreram aos Capitãis e Governadores, para corro-

---

1. *Bras. 3 (1)*, 148.
2. *Fund. de Pernambuco*, 63-64, 74 (19, 48); *Fund. da Baya*, 22 (96); *Bras. 15*, 381.

borarem o seu pedido. Com o fim de alcançar o donativo real, faziam prevalecer as dificuldades económicas da terra, que tinha muita opressão, por haver nela quatro mosteiros religiosos, « como são o Colégio da Companhia de Jesus, o mosteiro dos Capuchos e de S. Bento e de Nossa Senhora do Carmo, que viviam de esmolas ». Assinam Manuel Mascarenhas Homem, no *Rio Grande;* Feliciano Coelho de Carvalho, na *Paraíba;* Alexandre de Moura, em *Olinda*[1].

Advirtamos que, a êste tempo, já o Colégio dos Jesuítas não vivia de esmolas, a não ser as que espontâneamente lhe quisesse fazer a devoção do povo; em todo o caso citam-no, juntamente com os outros, como elemento de encargos para a terra. Queremos dizer que, se o Colégio vivesse só de esmolas, ver-se-ia, como no caso presente, a braços com dificuldades insuperáveis. Felizmente, já estava ao abrigo de semelhantes perturbações, devido à previdência dos Padres anteriores.

E sob o ponto de vista da pobreza religiosa? É simples. Se estas rendas dos Colégios, garantiam, por um lado, a estabilidade do apostolado, deixavam intacto, por outro, o voto de pobreza. Os Colégios possuíam *colectivamente.* E só êles podiam possuir. Por isso, no Brasil do século XVI, dividiam-se as propriedades dos Jesuítas em três grandes secções ou entidades jurídicas, possuïdoras de bens, correspondentes aos três Colégios da Baía, Rio de Janeiro e Pernambuco, fazendo-se depender de cada qual as Aldeias e residências mais próximas. Pernambuco, por exemplo, só assume esta categoria, em 1576; por isso, ainda em Dezembro de 1573, escrevia Caxa, do Colégio da Baía: « a êste Colégio estão sujeitas Pernambuco, Ilhéus e Pôrto Seguro »[2].

A distinção fundamental, entre colégio e casa, que o não seja, é pois de carácter económico; terá outra distinção ainda no que toca a estudos; os colégios terão alunos de casa e de fora e estudos secundários ou superiores. As casas, só escolas elementares para os de fora — como complemento da catequese[3].

O Jesuíta, cada qual, *pessoalmente,* não podia possuir nada,

---

1. Arq. Hist. Colonial, *Pernambuco — 1605.*
2. BNL, fg, 4532, f. 39-43.
3. Daremos, no tômo II, em Apêndice, os Colégios e casas existentes no Brasil, ao findar o século XVI.

nem, de-facto, possuía. Ao professar, mesmo que não fôssem votos solenes, desfazia-se livremente dos bens que tivesse; abdicava dos que pudesse vir a ter; e não dispunha dos bens próprios dos Colégios, senão em obediência às Constituïções, a cuja guarda se comprometeu com a máxima liberdade.

A pobreza essencial, pessoal, ficava intacta.

Já agora acrescentemos que, algumas vezes, os Padres sentiram pobreza real, com a falta do necessário, como em S. Vicente, no ano de 1553[1]. É conhecido o caso de Nóbrega, na Baía, um ano antes, « comendo pelas casas dos criados desta gente principal, o que fazemos porque não se escandalizem de fazermos roças e têrmos escravos e para saberem que tudo é dos meninos »[2].

Com o desenvolvimento progressivo das casas e colégios, os bens aumentaram, nem sempre na mesma proporção, mas, emfim, aumentaram de volume. Na realidade, o espírito foi sempre aquêle de Nóbrega. No exercício dos ministérios, nas Aldeias, nas entradas do sertão, tiveram inúmeras ocasiões, não buscadas por humildade, mas impostas pelas circunstâncias, de sentirem verdadeiramente a pobreza efectiva. Vejamos os meios de subsistência, com que, no Brasil, se pôde sustentar e desenvolver a obra da Companhia.

2. — Em primeiro lugar: com que rendas se havia de fundar o Colégio da Baía? Antes de se chegar a um acôrdo deram-se vários alvitres, segundo influíram determinadas pessoas ou critérios ou ia mostrando a experiência. Umas vezes, e nisto vê-se a interferência de Luiz da Grã, afastava-se a hipótese de terras com escravos; outras, indicavam-se os dízimos sôbre o gado[3]; ainda outras, os dízimos das miunças. O Reitor da Baía, propôs também que se fundasse, em Lisboa, uma espécie de associação, sob a presidência de Sua Alteza, para vestir os índios que se recolhessem no Colégio da Baía[4]. Havia hesitações e tenteios. Em Roma, também, Santo Inácio seguia o assunto do

1. Carta de Nóbrega, 15 de Junho de 1553, *Bras. 3 (1)*, 97v.
2. Nóbr., *CB*, 129.
3. *Bras. 15*, 114.
4. *CA*, 176.

Brasil e escrevia, em 1556, pouco antes de falecer, ao P. Luiz Gonçalves da Câmara, residente em Lisboa, que, entre outras coisas, fizesse valer a sua autoridade junto de El-Rei e senhores para ajudarem o Brasil em tudo o que tocasse ao aumento e conservação da religião naquelas terras [1]. Mas é evidente que do Brasil haviam de vir as indicações decisivas. No mesmo ano, escrevia Nóbrega: «Na Baía, se El-Rei ordena de fazer Colégio da Companhia, deve-lhe dar coisa certa e dotá-lo para sempre, que seja mantença para certos estudantes da Companhia; e não deve aceitar Vossa Paternidade dada de terras com escravos, que façam mantimento para o Colégio, senão coisa certa ou dos dízimos, ou tanto cada ano do seu tesouro, salvo se lá acharem maneira com que nós em nada nos ocupemos nisso, o qual eu não sei como possa ser. E ordene V. P. que não nos deem cá nada aos Padres que entendemos com os próximos, porque parece que é dar-nos renda e como salário de nossos trabalhos» [2].

Esta primeira sugestão de Nóbrega foi, afinal, a que veio a prevalecer com o tempo, no que se refere à dotação pròpriamente dita, ainda que também êle próprio pediu terras, apenas chegou à Baía. O Padre Francisco Henriques, Procurador da Companhia em Lisboa, e que estava a tratar, na Côrte, do modo como se havia de dotar o Colégio, requereu do Brasil dados certos sôbre os rendimentos da fazenda real. Responde Nóbrega: «quanto a esta Capitania, digo que El-Rei tem nela, de renda dos dízimos, o seguinte, scilicet: as miunças rendem cento e vinte mil réis: nisto andam arrendadas em cada ano. O peixe, mandioca e algodão, que andam arrendadas sôbre si, rendem setenta ou oitenta mil réis em dinheiro. O açúcar de um engenho, que até agora não há outro na terra, anda em cento e cincoenta arrôbas de açúcar, que vale a cruzado a arrôba. Todos êstes dízimos se espera que vão crescendo, segundo a terra se fôr povoando. Daqui podia El-Rei dar o que quisesse, contanto-que fôsse perpétuo. A nós, mais nos serviam os dízimos das miunças, porque entram nelas as criações. De S. Vicente escrevi, conformando-me com o Padre Luiz da Grã, que nos parecia não se haver de acei-

1. *Mon. Ignat.*, s. 1.ª, IX, 507.
2. Nóbr., *CB*, 155.

tar de El-Rei terras nem escravos para granjearia. Agora, conformando-me, com o que de lá escrevem e com o parecer dos Padres de aqui, digo que se aceite tudo, até palhas. E digo que, se Sua Alteza nos quisesse mandar dar uma boa dada de terras, onde ainda não fôsse dada, com alguns escravos da Guiné, que façam mantimentos para esta casa e criem criações, e assim para andarem em um barco pescando e buscando o necessário, seria muito acertado. E seria a mais certa maneira de mantimento desta casa» [1]. E insiste em que o dote seja perpétuo ou de dízimos. Para facilitar o negócio, e porque não via então possibilidade para a construção do Colégio, sugeria que se concentrasse tôda a atenção no assunto da renda.

Entretanto, davam-se ordens provisórias. O alvará de 12 de Fevereiro de 1557, destinava, a cada um dos 28 religiosos do Brasil, quatro panicus de mandioca e um alqueire de arroz, e, quando não houvesse arroz, um alqueire de milho da terra e um cruzado em dinheiro [2]. Em 1559, depois das cartas de Nóbrega, ordenou El-Rei a Mem de Sá que desse aos Padres o que êles precisassem, durante quatro anos, esperando que, ao fim dêsse tempo, estivesse tudo ultimado para uma dotação em regra [3]. O Governador Geral ordenou, pois, que se desse a cada religioso, por ano, além do estipulado no alvará de 12 de Fevereiro, cinco mil réis e doze cruzados em ferro [4].

Estas negociações, entre o Govêrno de Lisboa e Mem de Sá, continuaram por algum tempo; e delas se faz eco o Provincial de Portugal, transmitindo-as a Roma. Mas, em 1561, tudo eram ainda indecisões quanto ao modo de fundação, «nada fácil». Sabia-se apenas que El-Rei tinha vontade de fundar tantos Colégios quantas fôssem as povoações firmes, e prevalecia a ideia de lhes dar terras, «para lavrar seus mantimentos e ajuda de escravos» [5].

---

1. Carta de Nóbrega, *Bras. 15*, 42-42v.
2. *Registos do Conselho ultramarino*, na *Rev. do Inst. Bras.* 67, 1.ª P. p. 60.
3. *Lus. 68*, 156.
4. Pôrto Seguro, *HG*, 392; *Annaes*, XXVII, 265.
5. *Mon. Laines*, V, 398; *Epp. NN. 36*, 256v.

3. — Assim se prolongaram as informações desta natureza. Ao terminar o prazo dos quatro anos, fêz-se, emfim, um acto definitivo.

«D. Sebastião, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, daquém e dalém mar em África, Senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia, e como governador e perpétuo administrador, que sou, da ordem e cavalaria do Mestrado de Nosso Senhor Jesus Cristo, faço saber a quantos esta minha carta de doação virem, que, considerando eu a obrigação, que a coroa de meus reinos e senhorios tem à conversão da gentilidade das partes do Brasil e instrução e doutrina dos novamente convertidos, assim por as ditas partes serem da conquista dêstes reinos e senhorios, como por estarem os dízimos e fruitos eclesiásticos delas, por bulas dos Santos Padres, aplicados à ordem e cavalaria do dito Mestrado de Nosso Senhor Jesus Cristo, de que eu e os reis dêstes reinos meus subcessores somos governadores e perpétuos administradores; e havendo também respeito a El-Rei, meu senhor e avô, que santa glória haja, vendo quão apropriado o Instituto dos Padres da Companhia de Jesus é para a conversão dos infiéis e gentios daquelas partes e instrução dos novamente convertidos, ter mandado alguns dos ditos Padres às ditas partes do Brasil com intenção e determinação de nelas mandar fazer e fundar Colégios à custa de sua fazenda, em que se pudesse sustentar e manter um copioso número de religiosos da dita Companhia, porque quanto êles mais fôssem e melhor aparelho tivessem para exercitar seu Instituto, tanto mor benefício poderão receber as gentes das ditas partes, na dita conversão e doutrina; e, emquanto se lhe não faziam e dotavam os ditos Colégios, mandava o dito senhor prover de sua fazenda os ditos Padres, nos ditos lugares, em que estavam, de mantimentos, vestidos e tudo o mais necessário a suas pessoas, igrejas, casas e habitações. E vendo eu o intento e determinação de El-Rei, meu senhor e avô, neste caso, e o muito fruito que Nosso Senhor em a dita conversão e doutrina faz, por meio dos Padres da dita Companhia, e a esperança que se tem de, com ajuda de Deus, pelo tempo em diante ir em maior crescimento, tendo êles, nas ditas partes, fundadas casas e Colégios para seu recolhimento, conforme a seu Instituto e Religião, mandei tomar informação do modo que se poderia ter para

se melhor poder fazer, havendo respeito ao estado em que minha fazenda ao presente está. E, depois de havida a dita informação, assentei, com parecer dos do meu conselho, de mandar acabar nas ditas partes um Colégio da dita Companhia, na cidade do Salvador, da Capitania da Baía de Todos os Santos, onde já está começado; o qual Colégio fôsse tal que nêle pudessem residir e estar até sessenta pessoas da dita Companhia, que parece que por agora deve haver nêle, pelos diversos lugares e muitas partes em que os ditos Padres residem e a que do dito Colégio são enviados pera bem da conversão e outras obras de serviço de Nosso Senhor; *e pera sustentação do dito Colégio, e religiosos dêle, hei por bem de lhes aplicar e dotar, e de feito por esta minha carta de doação, doto e aplico, uma redízima de todos os dízimos e direitos que tenho e me pertencem e ao diante pertencerem, nas ditas partes do Brasil, assim na Capitania da Baía de Todos os Santos, como nas outras Capitanias e povoações delas; para que o dito Reitor e Padres do dito Colégio tenham e hajam a dita redízima do primeiro dia do mês de Janeiro do ano que vem, de quinhentos sessenta e cinco, em diante, pera sempre*» [1].

Portugal, assumia assim, na pessoa do seu Chefe supremo, o encargo oficial de sustentar os Padres da Companhia de Jesus no Brasil.

---

1. « Padrão da Redizima de todos os dizimos E direitos que pertencerẽ a Elrey em todo o Brasil de que S. A. faz esmola pera sempre pera sostentação do collegio da Baya », *Bras. 11*, 70-71v. Cf. *Treslado da provisão da carta de doação por que S. A. dota e aplica ao Colégio da Companhia de Jesus que se há-de acabar na cidade do Salvador das partes do Brasil de sua redízima de todos os dízimos e direitos que S. A. tem na cidade.* Em Lisboa, a sete de Novembro de 1564, Arq. H. Col. *Registos*, I, 232-233; *Treslado do Alvará sobre o Mantimento que hão-de auer os sessenta Padres da Companhia de Jesu das partes do Brasil.* Em Lisboa, a sete de Novembro de 1564, id. *ib.* 233-234v; *Prouisão de El-Rei de Portugal en que manda al capitãn de la Baya que vea quanto han menester sesenta personas de la Compa. en el Colegio de St. Saluador; y si la redezima que les ha dado por fundacion no les basta supla lo que faltare de la hazienda de S. A.*, *Bras. 11*, 1-4. É o documento autêntico em português com o sêlo e armas reais e a assinatura do Dr. Jorge da Cunha, desembargador, etc.; Treslado do mesmo Padrão, também com as armas reais, dirigido aos Padres de S. Roque, id. *ib.* 5-7v, e cópia, *ib.*, f. 61-64. O Padrão, citado nesta nota em primeiro lugar, tem a particularidade de trazer os dois *cumpra-se*, autógrafos, do Governador Geral do Brasil, Mem de Sá, e do Provedor-mor, Braz Fragoso, além de outras assinaturas, ao ser registado na Baía. É já documento brasileiro. Damo-lo, completo, no *Apêndice B.*

Os *títulos*, que invoca, são três: a sua obrigação em consciência, como rei cristão, de cuidar da dilatação da fé; a sua qualidade de governador e perpétuo administrador da Ordem de Cristo; e a vontade de completar a obra começada pelo seu real avô, D. João III [1].

O *motivo* da dotação era: saber «quão apropriado é o Instituto da Companhia para a conversão do gentio e instrução dos novamente convertidos», fim portanto catequístico e religioso, a visar estritamente a conversão e os convertidos. Não se alude sequer a ministérios com os Portugueses nem à instrução dêles. Se os Jesuítas fizeram, depois, gratuitamente, uma e outra coisa, não foi obrigação consignada no Padrão real ou na intenção do fundador. «Sôbre a conversão do gentio estão fundadas as rendas do Colégio e não sôbre estudos», dirá, em 1600, o Provincial Pero Rodrigues, e o mesmo se repetirá em tôdas as informações da época [2].

4. — Os têrmos, em que estava redigida a doação, suscitaram escrúpulos e dúvidas, se os Padres a poderiam ou não utilizar para o próprio sustento. Em Portugal, foram de opinião que sim, que podiam [3]. Mais tarde, voltaram os escrúpulos, como veremos, provocados, também, um pouco, pelo modo como se fazia o pagamento. Mas, antes dos escrúpulos, vieram as dificuldades. E logo desde o comêço. O sistema da redízima era complicado. Colocava os Padres à disposição dos humores dos funcionários públicos e dos seus interêsses ou política. Determinou-se que cada religioso recebesse 20$000 réis por ano. A princípio, não recebiam nem 10. Escreve o Reitor da Baía, Gregório Serrão, em 1570: «A renda, que El-Rei manda dar a êste Colégio, quando muito, se poderá pagar a metade nesta terra, e o mais fica em dívida, para se nos pagar quando Deus Nosso Senhor ordenar. E ainda isso, que nos dão, por não haver dinheiro na terra, a maior parte nos passam por letra para nos ser pago em

---

1. Os privilégios e sufrágios que, na Companhia, se costumam atribuir aos fundadores, ficaram reservados a D. Sebastião, neste Colégio da Baía, até à perseguição pombalina.

2. *Bras. 3 (1), 194*; *Bras. 15*, 386v; *Bras. 5*, 35-35v.

3. *Lus. 62*, 14.

Portugal, de modo que por esta causa padecem os de cá muita necessidade »[1].

Quando a Côrte se informou dêste precário estado, deu-se algum remédio, mandando que se pagasse[2]. Não foi remédio definitivo. Diante de novos adiamentos, pediram informações: a Côrte[3], o P. Vale-Régio, Procurador em Lisboa, e, até de Roma, o P. Geral. Responde o Provincial do Brasil: « O Colégio da Baía tem três mil cruzados de renda. Para isto tem aplicado El-Rei uma redízima de todos os dízimos que tem no Brasil. Mas esta ainda não chega àquela quantidade, e por isso os oficiais de El-Rei a pagam em dinheiro, parte nesta cidade, parte em Pernambuco, e parte no Reino. Estão a dever sete mil cruzados. Cobra-se com muita dificuldade »[4]. Tudo isto deu ocasião a um novo mandado de El-Rei, que se pagasse a dotação com o rendimento das Alfândegas[5]. Protestaram contra a determinação real o Governador e o Contratador. O Procurador, a pedido dos Padres do Brasil, ficou de alcançar outras provisões, para remediar a dificuldade[6].

É inegável um facto histórico, que honra sôbre-modo Portugal: o auxílio, que a Coroa prestava à expansão da civilização

1. *Bras. 15*, 198v.

2. *Treslado do alvará per que S. A. manda que nas partes do Brasil se paguem aos Padres da Companhia que nelas residem os ordenados e esmolas que teem cada ano a custa da fazenda de S. A. e do que lhe fôr devido dos anos passados*. Em Almeirim, 5 de Maio de 1570, Arq. H. Colonial, *Registos*, I, 236v.

3. *Alvará de El-Rei ao Governador do Brasil ordenando que veja quanto rende a redízima dos rendimentos reais. E que tudo vá em certidões autênticas (Bras. 11*, 11).

4. Carta de Tolosa, 16 de Junho de 1575, *Bras. 11*, 329, 332.

5. Arq. H. Col., *Registos*, I, 134-134v.

6. Pelo que toca ao Colégio do Rio de Janeiro, ordena El-Rei, em 14 de Fevereiro de 1576, que se paguem os ordenados atrasados « e não se façam outras despesas até não serem pagos » (Arq. H. Col., *Registos*, I, 242). Não havia meio de haver regularidade nos pagamentos. E vemos que, referindo-se ainda ao Colégio do Rio, manda El-Rei a Bento Dias de Santiago que se paguem, nos dízimos da Baía, Pernambuco, Itamaracá, os ordenados do Colégio do Rio, « porque se lhe não pagam a tempo » (Arq. H. Col., *Registos*, I, 151). Por outro lado, como os assuntos do Rio de Janeiro tinham que ser tratados, em grande parte, na Capital da Colónia, determina o P. Gouveia, na sua visita de 1589, que haja no Colégio da Baía « um Padre de prudência e autoridade, nomeado pelo Provincial, que faça os negócios do Colégio do Rio de Janeiro e procure arrecadar os seus pagamentos ». — Roma, Gesù, *Colleg. 13* (Baya).

Cristã nas Colónias. Informa o Beato Inácio de Azevedo a S. Francisco de Borja: «El-Rei mostra particular afecto em favorecer esta Província, e o Cardial e todo o Conselho real; e tôdas as coisas que se apontaram, que convinham para o bem e aumento dela, o concederam e aprovaram, com muita satisfação de tudo o que se representou e deu por memória, para executar-se. E deu mais da sua fazenda boa parte dos direitos, que neste reino se cobravam das coisas que vinham do Brasil, o que *quere que se expenda em benefício da mesma terra lá*, e para gasto e custo que se faz com os ministros eclesiásticos e senhores da justiça» [1].

Nem sempre correspondiam, infelizmente, a esta alta compreensão de Portugal, os oficiais subalternos, encarregados mais imediatamente de satisfazer os encargos assumidos por El-Rei. Tirando um ou outro período, nunca os Jesuítas receberam, em paz e sem lutas, uma dotação, que parecia prometer segurança na catequese e colonização do Brasil, mas que, na realidade, obrigava os Religiosos, para se não endividarem, a buscar por outro lado os meios necessários de subsistência, imprescindíveis para a vida e para a construção de um Colégio digno do Brasil. Das dificuldades, na Baía e no Rio de Janeiro, e dos debates, em Lisboa, dá ideia esta carta do Procurador, Sebastião Sabino, ao P. Geral, de 20 de Agôsto de 1579:

«As rendas dos Colégios da Baía e do Rio de Janeiro são assinadas sôbre certa redízima dos engenhos de açúcar, porque o Rei de Portugal, como Mestre da Ordem de Cavalaria de Jesus Cristo, por autorização apostólica, recebe a dízima destas partes. E, para pagamento das rendas dos Colégios sobreditos, ordenou El-Rei *uma dízima sôbre os ditos dízimos*, a qual assinou aos Padres dos ditos Colégios, até à quantidade das respectivas rendas, e a esta chamam *redízima*. Eu não entendo êste embrulho de Portugal nem sei como El-Rei, sem autoridade do Papa, sôbre os dízimos possa assinar outros dízimos, e não vejo como

---

1. Carta do B. Inácio de Azevedo ao P. Geral, de Évora, a 16 de Março de 1570, *Mon. Borgia*, V, 321. Foi movido por êste espírito, que El-Rei atribuíu, por alvará de 4 de Janeiro de 1576, para o culto divino dos três Colégios do Brasil, a quantia anual de 500 cruzados, a repartirem-se por êles (Arq. H. Col., *Registos* I, 132, 222v-224v).

esta coisa seja legítima e firme. Ora os pobres Padres sempre no pagamento são prejudicados [strapazati] pelos oficiais de El-Rei, que pagam mal e tarde. Escrevem de lá, a ver se se pode alcançar de El-Rei que estas rendas se assinassem e mandassem pagar sôbre os dízimos do açúcar, *em açúcar*, como se faz com a renda do Colégio de Pernambuco. Seria o melhor modo para se haver e cobrar sem tantos trabalhos e sem passar por mãos de oficiais de El-Rei, e assim se aumentariam as ditas rendas. E queríamos deixar os redízimos, para nos desaparecerem os escrúpulos de que seja alienação e, mesmo que não fôsse alienação, para assegurar melhor a coisa, e porque mais fundadas estarão as rendas sôbre os *dízimos*, do que sôbre a *redízima*. V. P. dirá o que se há-de fazer sôbre êste negócio » [1].

Eternizando-se as questões, trouxe o Visitador Cristóvão de Gouveia a incumbência de examinar tudo de raiz e propor as medidas, que lhe parecessem óbvias, para liquidar uma situação tão vexatória e molesta.

O primeiro, que êle verificou, foi a desproporção existente entre o que recebia o Colégio e as despesas que fazia: cada Padre e Irmão recebia 20$000 réis, anualmente: o dôbro não chegaria, por ter tudo encarecido. Depois, as rendas eram só para 60, e os religiosos já passavam de 70 [2]. Além dos 130 Jesuítas, que no Brasil recebiam sustentação de Portugal (Baía, 60; Rio, 50; Pernambuco, 20), havia mais dez nas Aldeias do sertão a ensinar a doutrina aos Índios. Feita a devida representação a El-Rei, mandou (30 de Novembro 1582) que se desse a cada um dêstes dez o que recebiam os outros « por um ano », até ver as informações que mandava pedir do Brasil [3].

As informações de Manuel Teles Barreto, desafeiçoado à Companhia, foram, porém, contrárias; e as do próprio Bispo, D. António Barreiros, também não foram favoráveis. O Prelado, aliás amigo dos Jesuítas, andava político com êles, nos meados

---

1. Carta do P. Sebastião Sabino ao P. Geral, de Lisboa, 20 de Agôsto de 1579, *Lus.* 68, 229, em italiano. Já antes, tinha dito o P. Sabino que o pagamento da renda do Colégio de Pernambuco, em açúcar, além de ser mais fácil, vinha a ficar *no dôbro*.

2. *Lus.* 68, 339, 348.

3. Arq. H. Col., *Registos*, I, 264.

de 1583. Entre êle e alguns homens do govêrno ergueram-se certas desinteligências. Os Padres, conhecendo as más disposições do Governador e da sua gente, não as querendo agravar, mantiveram-se no seu pôsto, à margem da questão, melindrando-se o Prelado, de que o não apoiassem. Gouveia diz que o Bispo, assim magoado, informa a El-Rei de modo contrário aos Padres acêrca das rendas — e que o remédio, visto que os Padres não deram ocasião a isso, era encomendar o negócio a Deus[1].

5. — Diante desta situação dolorosa, tomou o Visitador o assunto em mãos. Apalpou as possibilidades da terra, estudou os padrões reais, conheceu por experiência os abusos dos oficiais de El-Rei e a necessidade de pôr têrmo, por uma vez, a tal estado de coisas. Os resultados do seu estudo, sério e aprofundado, constam de uma relação verdadeiramente notável pela clareza com que está redigida. Dá também ideia nada lisonjeira da burocracia colonial, igual à de todos os tempos, em que os funcionários, salvo excepções, se prevaleciam dos seus cargos para os seus interêsses particulares, à custa do Governo central e dos Padres:

« *O que pareceu ao Padre Cristóvão de Gouveia, Visitador da Província do Brasil, que se deve propor a Nosso Padre acêrca das fundações do Colégio da Baía e Rio de Janeiro, é o seguinte* »:

« O *Primeiro* que não parecem estas fundações ou rendas dêles, pelo modo com que se cobram, tão conformes a nossas Constituïções, antes parecem estipêndio de nossos ministérios, e que por êsse respeito e fim foram feitas, o que se pode fàcilmente coligir de muitas coisas »:

« A 1.ª, porque El-Rei dá isto para descargo da sua consciência, por entender que, já que levava o dízimo desta terra, ficava obrigado a procurar a conversão dos naturais dela, e assim o dizem nos padrões, com palavras muito claras, e nas provisões que, para que se nos façam bons pagamentos, passa. De maneira que, ao modo com que paga os estipêndios ao Bispo, Cónegos e Vigários das igrejas, que aqui há, para cumprir com a obrigação

1. *Lus. 68*, 339.

que tem ao culto divino e bem espiritual dos Portugueses por levar os dízimos, a êste mesmo nos manda pagar a nós, porque o descarregamos da obrigação da conversão e de dar párocos aos Índios. E assim, deu três mil cruzados para sessenta, que haviam de residir no Colégio da Baía, e dois mil e quinhentos para cincoenta no do Rio de Janeiro, à razão de 20$000 réis a cada um, mandando que déssemos conta do número dos Nossos, que em cada Colégio havia em cada ano, para que, conforme a isso, se fizesse o pagamento dos que eram, ainda que depois nos tirou esta obrigação».

«A 2.ª, porque obrigam a pagar dízimos aos Índios cristãos, que residem nas Aldeias, de que a Companhia tem cuidado; e, alegando nós em seu favor que como lhes podiam levar êsses dízimos, pois não tinham outros ministros a quem fôssem obrigados a sustentar senão aos Padres da Companhia, foi respondido que El-Rei os podia levar, pois lhes dava ministros que lhes ministrassem os sacramentos e apascentassem com a palavra de Deus, que eram os Padres da Companhia. E êste é o modo de falar, corrente na terra, e dizem que estamos obrigados a residir nas Aldeias e Capitanias, e que o trabalho, que levamos, bem no-lo paga El-Rei. E, assim, comumente não agradecem isto à caridade e Instituto da Companhia, senão à obrigação que pensam temos pelo que nos dá El-Rei».

«A 3.ª, para mais confirmação do dito, enviou agora Sua Majestade uma carta ao Bispo, encarregando-o lhe avisasse do número dos Nossos e se eram necessários dez mais, que estavam nas Aldeias, ou se bastavam menos, e em que nos ocupávamos e se havíamos mister acrescentamento na renda, com outras minudências, quais podia querer saber de oficiais seus, a quem êle paga salário. E, ao que parece, tão ruim côr teem estas fundações como os três mil cruzados, que a Universidade de Coimbra dava ao nosso Colégio, depois que lhe entregaram os estudos de Humanidades e Artes, o que pareceu tão escrupuloso na segunda Congregação Geral, que se fêz decreto que aquilo se pusesse em melhores têrmos e fora de escrúpulo, *vel Collegium dissolveretur*».

«O *Segundo*, que me parece propor a Vossa Paternidade, é que parecem estas fundações muito pequenas, no caso de se julgar que são sem escrúpulo, porque realmente não bastam para o

número assinalado, quanto mais para muitos mais que somos. E se nós não lavrássemos as nossas terras com escravos, que para isso comprámos, e se não criássemos algumas vacas com os mesmos, de nenhuma maneira nos poderíamos sustentar, fora outros gastos muito grandes que temos para o edifício, como de embarcações para a madeira, cal e coisas semelhantes e meneio contínuo do Colégio, que é muito para aqui, carros, bois, ferreiros, carreiros, carpinteiros e pedreiros, que todos levam grandes salários, e para a igreja, livraria, enfermaria, além de tudo o mais, que é necessário para o serviço de Colégios tão grandes, em refeitório, cozinha, dispensa, o qual tudo há-de sair dos 20$000 réis que para cada um dão. Ajunte-se a isto que, como as mais destas coisas mandamos vir de Portugal por mais barato, a metade se dá em fretes, avarias e tudo isso muitas vezes o levam os Franceses. Fica ainda mais fácil o requerer acrescentamento nelas, considerando os dois motivos principais que houve para arbitrar aquela quantia de 20$000 réis para cada um: o 1.º, o estado, que a fazenda de El-rei àquele tempo tinha nestas partes, que era muito pouco; o 2.º, o custo das coisas, que se achavam tôdas muito baratas, assim as que dava a terra, como as que vinham de Portugal, o qual tudo está mudado, porque a fazenda de El-Rei cresceu muito e tôdas as coisas valem o dôbro e tresdôbro. E assim, nos é necessário fazer mui estreita provisão e padecer muitas necessidades assim no comer e beber, azeite, vinagre, e outras coisas desta sorte, como no vestir».

«O *Terceiro*, que me ocorre, é que ainda que estas fundações fôssem sem escrúpulo, e se hajam de acrescentar, não convém muito e é sumamente necessário mudar-se o modo que se tem em pagá-las, que é passar o Governador ou Provedor-mor mandados para que nos pague o Tesoureiro ou Almoxarife, o qual nos atormenta muito. E se passamos necessidades grandes pela renda ser pouca, muito maiores nos fazem passar êstes oficiais de El-Rei, por não a quererem pagar a seu tempo senão com mil desgostos e aflições. Em particular, se seguem quatro inconvenientes grandes desta maneira de pagamento, que se devem remediar»:

«O 1.º, a nossa desinquietação contínua, porque, primeiro que paguem um pouquinho, é necessário ir muitas vezes a suas casas,

sem alcançar nada, e o Governador nos remete ao Provedor e o Provedor ao Tesoureiro, o qual, primeiro que cumpra o mandado, se passam muitos dias, nos quais é necessário que não cessemos de tornar lá uma e muitas vezes, e, quando pensamos que temos feito alguma coisa, sai-nos com dizer que não tem, e que El-Rei tem muitas necessidades, nunca faltando para êles, nem para os amigos com quem se entendam. Outras vezes nos saem com dizer que o cobremos noutras Capitanias, que nos darão letras ou cédulas, nas quais há as mesmas dificuldades, e porque mais não podemos, muitas vezes as aceitamos com muita perda nossa. Outras vezes, nos dão respostas ásperas e com palavras não devidas a religiosos e, se teem qualquer agravo de nós sôbre os Índios, cuja liberdade desejamos defender, ou por não lhes emprestar o barco ou carros ou madeira ou serras ou coisa desta sorte, logo é certa a vingança na má paga. E como êstes sejam os principais na terra e El-Rei está longe, não há senão padecer, porque como sejam muitos êstes oficiais, é impossível trazê-los sempre contentes, sem muito dispêndio da religião. Outras vezes nos põem dúvidas em nossas provisões, não as querendo guardar, e tudo isto por não tirar o dinheiro da mão e a-fim-de ganhar com êle alguns anos e fazerem-se ricos; e, primeiro que o remédio nos venha do reino, não há que gastar nem a quem peçamos emprestado».

«O 2.º inconveniente é que, além de se pagar tão mal como está dito, muitas vezes compramos fiado por sessenta o que, com dinheiro na mão, compraríamos por trinta. Outras, não compramos as coisas a tempo e em conjunção, pela mesma causa. Outras, nos pagam em uma loja de um mercador onde nos dão o que querem e como querem e não o que havemos mister, nem como corre na terra com dinheiro. Outras, nos pagam em açúcar o que nos custa muito, assim pelas quebras que tem, como pelo trabalho de cobrá-lo e beneficiá-lo e custas que nisto se fazem: e tôdas estas pagas nos convém aceitar. Outras, dizem que, para que El-Rei pague aos muitos que deve, nos hão-de deixar de pagar a nós *pro rata* do que nos devem para que chegue a todos, sendo verdade que muito mais devem a El-Rei, com que a todos poderiam pagar, mas nisto não se fala e anda a coisa como querem».

«O 3.º é que, como neste negócio é necessário ser importunos,

pois êles são tão descuidados, sucede, muitas vezes, quebrarem connosco e não nos podem ver. E por êsse respeito, não se querem aproveitar de nossos ministérios, principalmente sendo necessário, alguma vez, tirar instrumento de agravo contra êles para os oficiais de El-Rei em Portugal, como de lá somos avisados dos Nossos que façamos, se queremos ter remédio. E como êstes sejam os principais na terra e as cabeças, segue-se daí ser isso muito notado. De maneira que, se queremos usar do remédio que nos avisam, ficamos muito odiosos e com ofensa notável dos maiores e de quem depende o bem universal das almas e mal de muitos; e, se não queremos usar dêle por evitar isto, ficar-nos-emos sem comer nem vestir. E deve Vossa Paternidade avisar-nos como nos haveremos nesta dificuldade, quando não se desse nenhum outro remédio, porque realmente há-de ser necessário despovoar o Colégio da Baía, porque deve quatro mil cruzados, por causa dêstes maus pagamentos. E o pior é que não há para onde os enviar, onde não tenham mais trabalhos, porque das esmolas do Brasil não há que fazer caso, porque não são para sustentar tantos e de tudo o que hão mister, em especial agora, que, na Baía, há de novo dois mosteiros de religiosos, que, ainda que são poucos, não se podem manter».

«O 4.º, que disto se segue, é um escândalo do povo, que segue a êstes como a cabeças e nos teem por pedintões e interesseiros e que, por coisas temporais e não perder um vintém, como êles pensam, nos pomos de mal com o Governador e Provedor-mor e mais oficiais da fazenda de El-Rei, o que tudo redunda em diminuïção dos nossos ministérios. E até os escrivãis, ou seja porque são do mesmo parecer, ou por mêdo dos seus maiores, que são os ditos, não nos querem fazer uma diligência necessária tocante a êste negócio. E chega a tanto que, se temos alguns amigos, não ousam ser muito públicos nem vir mui descobertos a êste Colégio, por não agravar a quem temem».

«Para evitar, em alguma maneira, todos êstes inconvenientes, se oferecia um de seis modos para que Vossa Paternidade procure o mais acomodado com Sua Majestade»:

«O 1.º, que a nós parecia melhor e mais fácil, é que Sua Majestade ordenasse que os que arrendarem as suas rendas nesta terra sejam obrigados a pagar-nos, sem que os oficiais seus nisto entendam e que com certificados nossos, êles levem

em conta o que nos pagarem, e, quando assim não o fizessem, o nosso Conservador ou o Ouvidor de El-Rei pudesse compeli-los a que pagassem ».

« O 2.º, que S. M. nos desse, lá em Portugal, alguns mosteiros ou igrejas, que rendessem os 5.500 cruzados, que são as fundações do Colégio da Baía e Rio de Janeiro. Com isto, os Nossos no-las cobrariam lá, e S. M. não gastaria connosco de suas rendas, nem os seus oficiais teriam de que ofender-se ».

« O 3.º, é que conceda S. M. que se pague a êstes dois Colégios em açúcar, que nós possamos cobrar sem ter necessidade dos seus oficiais, da maneira que se paga ao de Pernambuco, como está em seu padrão, e que ao Colégio da Baía se pague nela e ao do Rio em Pernambuco, emquanto lá não há engenhos que bastem ».

« O 4.º, que S. M. conceda que Bento Dias de Santiago, que tem as rendas de S. M., ou quem lhe suceder, pague em Portugal o que se deve a êstes dois Colégios, sem intervir nisto os oficiais da fazenda, e que os desobrigue de pagar cá o que lá nos houver de pagar. Nisto Sua Majestade não perde nada e nós recebemos proveito, porque de lá nos vem o necessário, e para o de cá nunca faltarão letras de pessoas que se vão para Portugal ».

« O 5.º, haver provisão de S. M. que o seu tesoureiro nesta terra seja obrigado a pagar-nos, sem mais outro mandado de Governador nem Provedor, e juntamente dê licença para, não pagando conforme à provisão, poder proceder contra êle por nosso conservador ».

« O último, é que a redízima de tôdas as rendas nesta terra, que está dotada ao Colégio da Baía, S. M. a conceda sem nenhuma limitação, porque, como consta do padrão, depois de ser concedida absolutamente, se limitou que tomássemos dela até três mil cruzados, não mais, assim por El-Rei ter ainda então pouco proveito do Brasil, como por parecer conforme aos preços que então as coisas tinham, se podia remediar um de nós regularmente com 20$000 réis; o qual tudo está já mudado, como acima se disse. E, se S. M. isto conceder, há-de ser de maneira que os seus oficiais não entendam nisso, como não entendem nas redízimas dos Capitãis, mas que fique desmembrada de suas rendas e aplicada perpètuamente à Igreja, para que nós a cobre-

mos da mão dos lavradores, como quisermos e melhor nos parecer. Mas, para o Colégio do Rio de Janeiro, tem que procurar-se o seu pagamento nalgum modo mais fácil e proveitoso dos cinco que estão ditos »[1].

O Visitador enviou cartas a apoiar esta minuciosa exposição. E, ao mesmo tempo, resolveu não aceitar mais ninguém no Brasil, emquanto não viesse satisfação aos seus requerimentos, visto não haver com que sustentar os novos candidatos e para não se endividar o Colégio. Fazia excepção a favor de algum de maiores predicados[2]. Deu várias prescrições de economia, até pelo que tocava à mesa[3]. O Reitor, Luiz da Fonseca, escreve também sôbre a deselegância dos oficiais de El-Rei que não pagam e ainda zombam. E que se escolha algum dos meios propostos pelo Visitador[4]. No Memorial do Procurador do Brasil a Roma, António Gomes diz que a renda, que se dá para 60, não chega nem para 30, e que, portanto, no Colégio da Baía não fiquem senão 40. Tinha instruções êste Procurador para não voltar ao Brasil sem levar despacho para o melhor pagamento das rendas[5]. Por sua vez, a Congregação Provincial pedia remédio, porque estavam-se a dever as coisas e víveres necessários para a vida no Brasil, e os credores exigiam o pagamento, e o pedirem os Padres as rendas incomodava o Governador e os Oficiais.

Diante de tal unanimidade de informações, o P. Geral assegura que tratará do caso com Sua Majestade e recomenda, entretanto, aos Padres paciência e bons modos para com os funcionários públicos[6]. Mas dêles nada, por então, era de esperar. Manuel Teles, na Baía, e Gabriel Soares, na Côrte de Espanha, desenvolviam grande actividade contra a Companhia. A intervenção de Gabriel Soares não a conheceram logo os Padres. Da do Governador diz o P. Jerónimo Cardoso, em 1586, que « emquanto lá estiver aquêle Governador, não terão os Padres

1. *Bras. 11*, 330-331.
2. *Lus. 68*, 407v.
3. Roma, Gesù, *Colleg. 13* (Baya).
4. *Lus. 68*, 399.
5. *Lus. 68*, 414, 416, (1.º).
6. *Congr. 95*, 158; *Lus. 68*, 415; *Bras. 2*, 53-54.

sossêgo nem remédio»[1]; e António Gomes explicitava, em 1587, que, em Lisboa, nas esferas oficiais, tudo são dificuldades provenientes das más informações que do Brasil teem ido êstes últimos tempos[2]. Teles Barreto faleceu neste mesmo ano e as coisas melhoraram com a *Junta do Govêrno* que lhe sucedeu. No *Regimento*, que levou Francisco Giraldes, saído de Lisboa em Março de 1588, encomendava-lhe já El-Rei todos os que tratavam do ministério da conversão, mas «tereis nisto particular respeito aos Padres da Companhia de Jesus, como a principiadores desta obra em que há tanto tempo continuam, havendo-vos com êles de maneira que se devam satisfazer do modo que com êles tiverdes, e lhes fareis fazer bom pagamento do que cada ano teem, da minha fazenda, para sua mantença por minhas provisões»[3].

Ainda tornou a haver faltas no pagamento. Solução verdadeiramente satisfatória só se devia alcançar no século XVII, em 1604. Por então, e a seguir àquelas reclamações de 1583-1584, deram-se várias ordens a Bento Dias de Santiago, arrematante das rendas de El-Rei, que pagasse aos Padres o corrente e o atrasado, visto que os oficiais da fazenda não o pagam, «com o que padecem muito detrimento»[4].

6. — Determinou-se, depois, que o pagamento se efectuasse, como pediram os Padres, nas redízimas do açúcar. Tal medida facilitava a cobrança dos 3.000 cruzados, mas tinha ainda o inconveniente de marcarem os oficiais os engenhos mais difíceis ou distantes, ou marralhentos, o que criava aos Padres novas ocasiões de conflito. Representaram a El-Rei, que «recebiam

---

1. *Lus. 69*, 240.
2. *Lus. 70*, 60.
3. *Treslado do Regimento que levou Francisco Giraldes que Sua Majestade ora mandou por Governador do Estado do Brasil em Março de 88*, in *Rev. do Inst. Bras.* 67, 1.ª P., p. 222. Francisco Giraldes arribou a Portugal. E pouco tempo depois faleceu, sem ter chegado a tomar posse do cargo.
4. Arq. H. Col., *Registos*, I, 150v, 225, 264, etc., com as datas de 2 de Novembro de 1584, 1 de Dezembro de 1584, 6 de Fevereiro de 1585, etc. Cf. *Documentos interessantes para a história e costumes de S. Paulo*, vol. 48, p. 45, 47-49, onde veem publicadas duas provisões, a de 11 de Dez. de 1584, a outra com data de 2 de Fevereiro de 1584, referentes ao Colégio do Rio de Janeiro.

muito trabalho e opressão, por não terem renda certa e aplicada em que lhe fôsse feito o dito pagamento, a seu tempo». Requeriam lhes desse a faculdade de indicarem os engenhos em que isso se fizesse. As faltas contínuas no pagamento, sôbre o qual contava legìtimamente o Colégio, causaram dívidas grandes, cada vez maiores desde o tempo de Teles Barreto, e não foi possível extingui-las com os pagamentos parciais [1].

Perante semelhante situação, deferiu El-Rei ao pedido de indicação dos engenhos e recomenda às autoridades que assim o façam cumprir por «oito anos». A provisão indica as condições em que se faria a cobrança e os preços do açúcar (800 réis a arrôba, na Baía).

Os Padres puderam emfim respirar [2].

Com a mesma data que a da Baía (20 de Julho de 1604), é a Provisão, concedendo, aos Padres do Rio de Janeiro, a «faculdade de apontarem êles mesmos os engenhos em que houvessem seu açúcar, pagos em Pernambuco, o conto de réis que tinham para a sua sustentação». Motivos: porque, não tendo engenhos certos, não recebiam a renda a tempo de lhes valer em suas necessidades. A provisão adverte as autoridades que assim o façam cumprir. E indica os preços: «à razão de setecentos réis a arrôba de açúquere branco e mascabado um per outro, verde, na balança, assim como sair da pilheira, conforme a arbitração

---

1. Movimento destas dívidas nos últimos anos do século XVI: Em 1593, devia o Colégio mais de 5.000 cruzados (*Lus. 72*, 424); em 1594, 7.000 (*Bras. 3 (2)*, 354v); em 1598, 7 a 8.000 (*Bras. 5*, 35); em 1601, 18.000 (*Bras. 8*, 30v), e em 1604, 20.000. O atraso da fazenda real subiu a 13.000 só ao Colégio da Baía. O Colégio do Rio devia 5.500 e tinha a haver de El-Rei, 4.000 cruzados (*Congr. 51*, 311 e 318).

2. *Registo de segunda Prouisão aos mesmos Padres do Colegio do Saluador da Baia de Todos os Santos, de 20 de Julho de 1604*, Arq. H. Col., *Registos*, I, 252-253v. Êste prazo de oito anos foi prorrogado por várias vezes. Cf. *Treslado de hũa prouisão ao Reitor e Religiosos do Colegio da Companhia de Jesu da Bahia de Todos os Santos no Estado do Brasil*, para que se pague a tença dos dízimos nos engenhos que êles próprios indicarem. Há nêles um despacho de 22 de Maio de 1610. (Arq. Hist. Col., Papéis soltos ainda não classificados quando os consultámos em 1935). Novo Alvará, prorrogando, por mais oito anos e nos mesmos têrmos, o de 20 de Julho, em 16 de Maio de 1621. Tendo-se perdido os livros em que êste alvará se registou na Baía, no saque dos holandeses, foi registado novamente em 3 de Fevereiro de 1627. Transcreve-se em Accioli-Amaral, *Memorias*, p. 359.

que se fêz na dita capitania de Pernambuco, o ano de seiscentos e um, pelos oficiais a que foi cometida»[1].

Êste alvará de El-Rei significa um verdadeiro triunfo. Mas com justiça. O Papa confiara ao Rei de Portugal o encargo de converter os pagãos das suas Conquistas. Estado Missionário, Portugal exercia a função *vicária* da evangelização do mundo. Se a Coroa Portuguesa houve por bem utilizar os serviços da Companhia nessa magna e gloriosa emprêsa da instrução, conversão, civilização e defesa dos Índios do Brasil e lhes assinalou dote, com que se sustentasse, não é justo lhe desse também os meios de o receber, sob pena de ser letra morta ou contraproducente? A falta do pagamento colocava os Jesuítas em condições angustiosas. E como a sua actividade e organização não se podia sustar de um dia para o outro, chegou o Colégio da Baía ao comêço do século XVII com dívidas avultadas.

Notemos que desta dotação régia do Colégio se valiam também as casas isoladas pelas Capitanias e até outras fora do Brasil e de difícil sustentação, «como é a de Angola», que o Provincial do Brasil visitara, havia pouco[2].

Pôrto Seguro classifica de «escandalosas» aquelas Provisões. Também parece levar a mal que os Padres tivessem os Colégios e diz que êles ficavam com a têrça parte dos rendimentos que El-Rei deixava no Brasil. Capistrano de Abreu, em nota, já corrige em parte a Varnhagen[3]. Para se compreender o modo como Varnhagen fala dos Jesuítas, convém atender à

---

1. Arq. Hist. Col., *Registos*, I. 251-252. Andava-se a agenciar esta solução desde 1601, como se depreende duma série de documentos, de que, a petição do Procurador do Colégio do Rio de Janeiro, se tiraram jurìdicamente duas públicas formas, em Novembro de 1601. Destinava-as o Procurador à Côrte de Lisboa, como documentação prévia para a Provisão de 1604. Por êles se vê o trabalho insano que dava a cobrança das rendas, a papelada que originava, com os avaliadores ajuramentados, os despachos dos oficiais de El-Rei, e mais trâmites burocráticos e pesados daquele tempo. São 30 páginas em letra tabelioa. Uma das vias originais estava no códice 241 da biblioteca do Dr. Lamego (Brasil) e possuímos dela cópia fotográfica. — Arq. Prov. Portuguesa, *Pasta 188*.

2. Carta de Pero Rodrigues, de 24 de Março de 1596, *Bras. 15*, 418v.

3. Pôrto Seguro, *HG*, I, 485-486 (e notas de Capistrano); II, 59. No Arq. H. Col., *Baía, 1668*, achamos que os dízimos só da Capitania da Baía foram arrendados por três anos a Mateus Lopes Franco, ao preço de 67.000 cruzados, *cada ano*. A pescaria das baleias tinha sido arrematada por 542$000 réis. Sôbre Var-

Final do Padrão de El-Rei D. Sebastião para a fundação do Colégio da Baía
(7 de Novembro de 1564)

Notem-se os dois «cumpra-se» autógrafos de Mem de Sá, Governador Geral do Brasil, e de Braz Fragoso, Provedor-mor da Fazenda. Segue-se o reconhecimento do tabelião Marçal Vaz.

época em que escreveu, às suas ideias morais e políticas e, também, a que era partidário do cativeiro dos Índios. Resta saber se foi, porque os Jesuítas defenderam a sua liberdade, que êle a ataca ou se foi, por ser partidário do cativeiro, que êle maltrata os Jesuítas [1].

nhagen cf. o estudo de Gonçalves de Magalhãis, hoje esquecido, mas que convém recordar, *Os Indigenas do Brasil perante a historia*, na *Rev. do Inst. Bras.*, XXII (1860) 48.

1. Não é exclusivo do século XVI protegerem os Governos as Missões. Nos tempos modernos fazem o mesmo as nações coloniais da Europa. Para só falar de Portugal, é bem conhecido o decreto com fôrça de lei n.º 12.485, de 13 de Outubro de 1926, art.º 6.º, e § 1 do artigo 10.º, em que isenta os Colégios missionários portugueses do pagamento de tôdas as contribuïções, tanto gerais e locais, como de registo predial. — Cf. para o Colégio de Cucujães, João Domingos Arede, *Breve notícia histórica da Freguesia e Vila do Couto de Cucujães* (Cucujãis 1935) 32.

CAPÍTULO II

Procuratura em Lisboa

1 — Atribuïções do Procurador; 2 — Na côrte de Filipe II; 3 — Contas da Província do Brasil; 4 — Permutas, compras e vendas.

1. — Ainda que a Província do Brasil se separou canònicamente da de Portugal em 1553, contudo Lisboa ficou sendo o centro donde irradiavam para o Brasil os missionários quer portugueses quer doutras nações; por outro lado, o Estado Português, pelos seus Soberanos e Ministros, dotou com rendas próprias os Colégios do Brasil. Dêstes dois factos decorria a necessidade da assistência em Lisboa de algum Padre, encarregado de prover ao embarque dos missionários e agenciar na Côrte não só o pagamento da dotação dos Colégios, mas despachar as coisas necessárias no Brasil: «vestido, vinho, azeite, farinha para hóstias e outras que não há na terra e hão-de vir necessàriamente de Portugal», com todos os negócios emergentes, que o desenvolvimento do Brasil ia sugerindo e postulando [1].

O Padre, encarregado dêstes assuntos, chamava-se Procurador. Convém saber que na Companhia se distinguem duas espécies de funções com êste nome. O delegado das Congregações Provinciais, que vai a Roma levar, em períodos trienais, os postulados dessas Congregações; e o que tem a seu cuidado as contas e assuntos materiais necessários à subsistência duma casa, colégio ou província. Dêste último falamos.

O cargo de Procurador em Lisboa era difícil e complexo.

---

1. Anch., *Cartas*, 326.

Em 1561, escrevia o P. Francisco Henriques: « Tenho, por ordem de Roma, o ofício de Procurador Geral desta Província [de Portugal] e das três transmarinas, scilicet, Índia, Etiópia e Brasil, inclue-se Angola [...]. Ao ofício de Procurador tocam os negócios, assim de pleitos como despachos de El-Rei, e expedição dêles e doutros, que há com outras pessoas, como Cardial, Núncio, Cidade, etc. Também lhe tocam as provisões dos Colégios e casas desta Província e das outras três, que se fazem por via desta cidade; algumas, que aqui se negociam e compram; outras, que se mandam trazer de Flandres, França, Castela, África, Algarves, etc. Cobram-se também os dinheiros que se dão da fazenda de El-Rei, açúcar, especiaria e outras esmolas, que ordinàriamente se pedem, assim para os Colégios e casas da Província como para as outras fora dela. Fazem-se alguns negócios de pessoas de fora da Companhia, a que há obrigações » [1].

Os negócios, que tocavam mais directamente ao Brasil, eram promover o pagamento em dia da dotação dos Colégios, e receber, agasalhar e prover à viagem e embarque para o Brasil dos missionários portugueses ou vindos de outras nações; cobrar da fazenda real a matalotagem, ou seja o subsídio que El-Rei dava para ajudar estas despesas, — cincoenta cruzados a cada um dos que embarcavam. A cobrança de tais verbas umas vezes era fácil, outras um tormento [2].

Como o Procurador em Lisboa trabalhava para o Brasil, era natural que o Brasil concorresse também para a sua manutenção e a dum Irmão coadjutor, que o auxiliava [3].

---

1. Carta de Francisco Henriques, de 8 de Novembro de 1561, *Lus. 61*, 47.

2. Exemplos. Em 1560 — *fácil*: «Tambien les fue [para o Brasil] buena provision de mantenimiẽtos, camas, vestido, y otras cosas para ellos y para las nuevas yglesias que se han hecho, y procurarseha de continuar con lo que piden para que quanto sea posible no sientan alla falta», *Lus. 60*, 171v.; *Lus. 60*, 171.

Difícil, em 1562: « Al Brasil uaan 4 este anno, y a la India uaan 6; y es tanta la pobreza a que este misero reino uino, que quasi se no poden sacar de los oficiales lo prouision necessaria, y essa que se saca es contanto trabajo e escandalo dellos, que dudamos se seria mejor ir sin nada. Y daqui nasce la dificultad en todo». — *Mon. Nadal*, II, 152.

3. Em 1583, tinha êste ofício o Irmão Sebastião Gonçalves. Graças à sua previdência e às coisas com que abasteceu os Padres Gouveia e Freitas, melhoraram êles, na viagem do Brasil, de graves doenças: « E tudo se deve à caridade

A pensão anual de cada um, em 1578, estava arbitrada em 50 cruzados, a repartir-se pelas três Províncias ultramarinas[1].

O primeiro encargo do Procurador em Lisboa foi a dotação dos Colégios do Brasil; e estas e outras fundações, em diversas Províncias, fizeram que se criasse, em Roma, o cargo de Procurador Geral da Companhia, a quem estivesse anexo um secular para tratar, nos tribunais eclesiásticos, do pagamento das rendas. Receberia êste secular 80 ou 100 cruzados e deviam pagá-los os Colégios e Províncias das diversas Assistências. Diogo Mirão escreveu ao P. Araoz, que não havia motivo para que a Assistência de Portugal pagasse mais do que as outras, «porque a Índia e o Brasil nenhum negócio temporal teem em Roma nem o tiveram até agora, nem há fundamento de pensar que os possam ter ao diante, porque as dotações daquelas partes não se podem fazer de rendas da Igreja, que as não há lá, senão dos dízimos, que todos pertencem a El-Rei, como Mestre de Cristo; e Sua Alteza dota os Colégios de sua fazenda; e o mais, que teem ou podem ter, é de pessoas particulares, que lhes fazem esmolas perpétuas ou temporais». Negócios puramente temporais não os tinha, pois, o Brasil, em Roma. Para o expediente, costumado com as graças espirituais, concordava Mirão que o Brasil desse, como as demais Províncias, a sua quota parte[2].

A construção dos Colégios também exigia actividade especial. Quando se tratou da construção do da Baía, a seguir a 1572, requeria-se auxílio de Lisboa. E o P. Alexandre Vale-Ré-

---

do Irmão Sebastião Gonçalves que com grande amor, mais que de pai e mãi, provê a todos que se embarcam para estas partes». — Cardim, *Tratados*, 284.

Êste Irmão, soto-ministro do Colégio de Santo Antão em Lisboa, tinha escrito uma carta ao P. Geral, a 15 de Novembro de 1575, a pedir a Missão do Brasil. *Lus. 67*, 233; *Lus. 68*, 414.

1. *Lus. 68*, 29. Também ordenou o P. Mercuriano que as Províncias, a que se destinavam os missionários, em trânsito por Lisboa, contribuíssem para as despesas da sua estadia naquela cidade. O P. Cristóvão de Gouveia, em 1581, ainda reitor do Colégio de S. Antão em Lisboa, diz-nos o que se praticava nesse ano. Pelos primeiros dias que os missionários estão em casa não se leva nada. Se demoram mais, leva-se o costume, um real de prata por dia. Os missionários, que viessem doutras Províncias, não deviam ir logo juntos para Lisboa, mas repartirem-se pelos diversos Colégios e só chegarem a Lisboa na proximidade do embarque. — *Inform. ao P. Geral*, de Lisboa, 31 de Abril de 1581, *Lus. 68*, 296v.

2. De Almeirim, a 15 de Dezembro, 1564, *Lus. 61*, 263v, 265.

gio, Procurador, obteve, de-facto, várias provisões e alvarás, que facilitaram aquelas obras [1].

Com esta actividade coordenava-se a do Procurador do Brasil a Roma, de passagem na metrópole. Foi o que sucedeu com Gregório Serrão, Luiz da Fonseca, António Gomes e Fernão Cardim. Em 1576, levou o P. Gregório Serrão a incumbência de tratar com El-Rei o aumento das rendas dos Colégios da Baía e do Rio. O P. Geral aconselhou-o a que se entendesse com o Ministro Martim Gonçalves [2]. Tratava-se de alcançar, para as casas das Capitanias, algum subsídio extraordinário de El-Rei, e estender também a elas a esmola ordinária do culto, que se dava para os Colégios; e pedia-se que as dotações fôssem pagas nos dízimos de açúcar, *em açúcar*, como se fazia em Pernambuco. Geriam então êste e outros negócios os Padres Sebastião Sabino, Procurador em Lisboa, e Leão Henriques. Mas em que condições se havia de exercitar a acção dos Procuradores? Subordinação ou independência? Escrevendo para o Geral em 1579, queixa-se o P. Sabino dalgumas morosidades de Leão Henriques. Parecia-lhe que antepunha os interêsses da sua Província aos das ultramarinas. Era de opinião que o Procurador pudesse tratar com El-Rei, por si mesmo, sem depender de superior algum [3]. Aludia evidentemente à regra 48 das Comuns, segundo a qual, quem fôr tratar dalgum negócio a alguma parte, o não leve adiante sem o conselho e direcção do superior do lugar aonde fôr [4].

---

1. Cf. *Copias das prouisões e aluaras q̃ este anno de 75 alcançou o p.e Alexandre Vallereggio de Su Alteza em fauor dos Collegios e Capitanias da prouincia do Brasil (Bras. 15,* 11-14v). O P. Vale-Régio, italiano, tinha sido zeloso missionário do Japão, embarcando em Lisboa para a Índia, em 1565. Vindo a Roma, e suspirando por voltar ao Oriente, ficou encarregado de gerir, em Portugal, os negócios do Japão, juntamente com os da Índia e Brasil. Esteve em Álcácer-Quibir. Escapando da batalha, voltou a Portugal, e foi mandado por D. Henrique a Marrocos resgatar os cativos. Faleceu em Ceuta, servindo aos empestados, no dia 11 de Janeiro de 1580. — *Ephemerides da Companhia de Jesus,* BNL, Col. Pomb. 514, p. 8; Franco, *Ano Santo,* 16.

2. *Congr. 93,* 211v.

3. Carta de Sebastião Sabino, Lisboa, 31 de Maio de 1579, *Lus. 68,* 150-151; *Bras. 2,* 25.

4. Por esta ocasião, tinha ido a Lisboa tratar directamente dos assuntos do Brasil o P. Rodrigo de Freitas, antigo tesoureiro da fazenda real da Baía. Depois

No mesmo sentido lembra o P. Anchieta, sendo Provincial em 1584, o inconveniente que tem a regra de consultar o superior local, quando se trate de idênticos negócios. Há o perigo, na verdade, de o superior angariar primeiro os seus, deixando para o fim os outros ou mesmo omitir positivamente os alheios, com pretexto de que muitas coisas juntas não se alcançam. Em 1600, constava ao Provincial do Brasil, Pero Rodrigues, que tratavam de dissuadir, em Lisboa, ao Procurador Fernão Cardim, que não pedisse nem exigisse certas vantagens para o Colégio da Baía. O Provincial do Brasil chegou a escrever a Roma, para de lá animarem o Padre Cardim e lhe mostrarem a necessidade em que se achava o Brasil [1]. Responde o Geral que a regra de consultar o Superior era necessária para evitar confusões; contudo, recomendaria se desse preferência, em tudo, aos assuntos do Brasil e da Índia [2].

2. — Êste primeiro esbôço de separação de poderes, entre o Procurador do Brasil e os da Europa, tomou importância com a residência da Côrte fora de Lisboa, durante o reinado de Filipe II de Espanha. Para evitar possíveis atritos, elaboraram-se, em Janeiro de 1584, umas *Instruções* para o Procurador das Províncias de Portugal, Brasil e Índia Oriental, residente na côrte de Valladolid. O projecto impunha demasiada subordinação; introduziram-se, portanto, nêle as modificações necessárias. Na minuta, que se conserva, vêem-se dum lado as próprias instruções; do outro as mudanças. Começa por algumas indicações técnicas, (como se deve enviar a correspondência para Roma); e, depois, prescreve a subordinação do Procurador de Portugal ao Provincial de Castela e ao Reitor de Valladolid. As modificações, feitas talvez em Roma pelo Assistente de Portugal, consideram esta

---

de negociar « muitas coisas », de interêsse para o Brasil, voltou, em 1583, com o Visitador Cristóvão de Gouveia e Fernão Cardim (Cardim, *Tratados*, 282, 292). Entretanto ficou, ao que parece, algum tempo encarregado dos negócios do Brasil, em Lisboa, o P. Gabriel Afonso, porque o Visitador sugere, em carta de 31 de Dezembro de 1583, que fique em lugar dêle o P. António Gomes, vindo do Brasil, como Procurador a Roma. E diz a razão : « porque o P. Gabriel Afonso não tem tanta notícia e experiência das coisas desta província do Brasil », *Lus. 68*, 341.

1. Carta de Pero Rodrigues, 1 de Janeiro de 1600, *Bras. 3 (1)*, 169.

2. *Congr. 95*, 160.

dependência prejudicial ao bom andamento dos negócios e aos interêsses das Províncias Portuguesas (Metrópole, Brasil e Índia). E atenuavam-na. «A subordinação, no que toca às regras, deve ser ao Reitor, mas a direcção deve ser do Procurador de Portugal em Côrte e do Provincial de Portugal, que tem as suas ordens particulares e separadas». Outras notas dêste género destinam-se a distinguir completamente as respectivas esferas de actividade, de maneira que os Portugueses pudessem tratar dos seus negócios, com isenção, e fora da órbita dos Castelhanos [1].

Por êste tempo, deu-se uma grande tribulação dos Procuradores em Lisboa, semelhante e correspondente à que sucedia no Brasil com a oposição de Manuel Teles Barreto. Partidário seu e adversário dos Jesuítas, tinha saído da Baía para Espanha, em 1584, o Capitão Gabriel Soares de Sousa, a quem já nos temos referido. Em Madrid desenvolveu grande actividade contra a Companhia de Jesus. Restam-nos dessa campanha os seus *Capítulos*, que deveriam ser entregues a Dom Cristóvão de Moura, em Madrid por volta de 1587 [2].

Ignoravam os Padres, em Lisboa, donde provinham as dificuldades dos oficiais da fazenda. Recorreram à Imperatriz, mas não havia meio de alcançar nada, e a Imperatriz escreveu ao Cardial Alberto, sôbre os negócios do Brasil. O Prepósito da Casa de S. Roque, com o P. Jerónimo Cardoso, falaram igualmente com êle e apresentaram-lhe um memorial. O Cardial, porém, entregou a papelada aos oficiais; e «como os oficiais, diz Jerónimo Cardoso, sentem que El-Rei não nos é afeiçoado, e fazem pouco caso do Cardial, por ver seus poucos poderes, tenho por tempo perdido instar agora nisto». Observando o mesmo Padre que, por causa das grandes armadas contra os Ingleses, não há dinheiro, continua: «faz-me compaixão o pouco favor que se faz àquela Província [do Brasil]». Confiava, contudo, que depois da tempestade viesse a bonança. Pedia, entretanto, aos do Brasil que mandassem documentos *autênticos* dos seus interêsses contra as

1. *Instrucion para el Procurador de las Provincias de Portugal, Brasil y India Oriental, que reside en corte de Valladolid Catolica hecha en Henero de 1584.* Êste *ms.* tem por fora em português: *Instrução velha do Padre Procurador de Corte,* Roma, Bibl. Vitt. Em., *Mss. Gess.* 1255, n.º 7.

2. *Bras. 15,* 383-389.

falsidades «que os nossos émulos nos opõem» [1]. Os negócios corriam tão mal, que El-Rei nem sequer pagava o subsídio do costume aos missionários prestes a embarcar, e, mesmo que o pagasse, era tão escasso que não chegava para as despesas [2]. Bem procuravam os Superiores de Portugal que os Padres se não mostrassem desafectos a D. Filipe. O P. Manuel de Sequeira, vice-Provincial, escreve porém que os súbditos nem sempre o eram. Fala em particular do P. João Soeiro, Procurador mais tarde das Províncias Ultramarinas, como sucessor de Amador Rebelo. Filipe I de Portugal, mostrava-se nìtidamente avêsso. E, no entanto, diz o P. Sequeira: «Nesta Província sempre os Superiores foram por Sua Majestade, e quási todos os outros e agora mais que nunca. E quanto mais somos por êle, mais o achamos contra nós». Atribuía esta má vontade de Filipe I a que, a-pesar daquela atitude, por assim dizer oficial, vários Padres não escondiam aos seculares as suas opiniões favoráveis ao Prior do Crato. Os seculares comunicavam-nas a outros e assim chegavam aos ouvidos do monarca. El-Rei queria até suprimir as rendas ao Colégio de Santo Antão, de Lisboa [3]. Felizmente, o pagamento das rendas do Brasil melhorou, ainda em vida daquele soberano. Assumindo o Govêrno do Brasil D. Francisco de Sousa, as informações voltaram a ser mais justas. Por outro lado, tiveram os Padres, em 1592, conhecimento dos Capítulos difamatórios de Gabriel Soares e contestaram-lhe à letra, capítulo por capítulo, enviando a resposta para a Côrte [4].

---

1. Carta de Jerónimo Cardoso ao P. Geral, Lisboa, 23 de Maio de 1587, *Lus. 70*, 140.

2. *Lus. 70*, 80.

3. Carta de Manuel de Sequeira ao P. Geral, de 5 de Setembro de 1592, *Lus. 71*, 231, 232. Rebelo da Silva, fundado na correspondência de D. Juán de Zúniga, ofício de 10 de Janeiro de 1579, alude a esta questão e à recomendação que o P. Geral, Everardo Mercuriano, movido pelos agentes do Rei de Espanha, fizera aos Padres Portugueses de se absterem de intervir na contenda dos pretendentes. O qual cometeu « a um padre italiano, procurador da Província do Brasil, a essa hora residente em Lisboa, a informação mais severa acêrca do exacto cumprimento destas ordens». — Rebelo da Silva, *História de Portugal*, I (Lisboa 1860) 328. Êste Padre italiano, cujo nome não cita Rebelo da Silva, era o P. Vale-Régio.

4. No exemplar, que se encontra no Arquivo Geral, estão as assinaturas de Marçal Beliarte (Provincial), Inácio Tolosa, Rodrigo de Freitas, Luiz da Fonseca,

Em conclusão, diz-se que o fim dêste apontamento de Gabriel Soares contra a Companhia era induzir El-Rei a não lhes fazer mercês. « Mas o coração de El-Rei está nas mãos de Deus e não do informante », diziam os Padres na contestação, como homens que já tinham então experimentado a mudança [1].

3. — O cargo de Procurador em Lisboa era espinhoso, não só pelas dificuldades opostas pelos de fora, mas também pelos de casa. Dêmos-lhe uma breve referência para se ajuïzar delas e dos costumes da época. Havia, em Lisboa, um comerciante que devia 3.000 cruzados ao Colégio da Baía. Precisando o Procurador do Brasil dêsse dinheiro, para ocorrer às despesas com uma grande expedição de missionários e outros negócios, tratou de os receber. Não sabemos porquê, recusou-se o mercador a pagá-los ou, pelo menos, diferiu o pagamento. O Procurador instaurou-lhe processo. Deu-se o caso de o devedor ser amigo do P. Beliarte, eleito já como Provincial do Brasil, em substituïção de Anchieta. Opôs-se êle ao litígio. Cardoso, que tinha letras a vencer e não dispunha doutros meios com que as pagar, vendo, além disso, que Beliarte dispendia dinheiro em coisas diferentes da missão, perdeu a paciência e disse que êle era provincial eleito, mas não provincial em exercício. Melindrou-se Beliarte. E pouco depois aparecia o P. Amador Rebelo, procurador das Missões [2].

António Gomes, Procurador do Brasil a Roma, então em Portugal, narrando o facto, dá a entender que teria sido melhor que o Provincial deixasse a livre cobrança ao P. Jerónimo Cardoso, por ser da sua competência [3].

Quirício Caxa, Fernão Cardim, as pessoas mais categorizadas da Província. Dêle cortaram duas assinaturas. Uma delas devia de ser de Anchieta. O próprio recorte da tesoura segue a forma habitual da sua assinatura. Talvez a levassem como relíquia.

1. *Bras. 15*, 389.

2. Cf. Carta do P. Amador Rebelo ao P. Geral, de Lisboa, a 10 de Junho de 1587, *Lus. 70*, 202.

3. Cartas do P. Jerónimo Cardoso ao P. Geral, de 13 e 20 de Fevereiro de 1587, *Lus. 70*, 70, 79v e 80; carta do P. António Gomes ao P. Geral de 13 de Fevereiro de 1587, *Lus. 70*, 60. O P. Jerónimo Cardoso faleceu, na casa de S. Roque, a 3 de Agôsto de 1605. — Vítor Ribeiro, *Obituários da Igreja e Casa Professa de São Roque* (Lisboa 1916) 18.

O mesmo P. Beliarte prometeu, por sua conta e risco, enviar da sua Província ao Procurador em Lisboa, 100$000 réis, anualmente, para ocorrer aos gastos do Brasil. Amador Rebelo, fundado nessa promessa, começou logo a girar com dinheiros, que do Brasil recebia, conforme as necessidades mais urgentes, facto que motivou reparos do sucessor de Beliarte no Provincialado, P. Pero Rodrigues [1]. Em tudo isto, é bom notá-lo, havia apenas diferenças de critério e não falta de lisura. Veremos, mais abaixo, as contas correntes entre o Brasil e o novo Procurador em Lisboa.

Amador Rebelo, êste novo procurador, tinha sido Mestre de El-Rei D. Sebastião e é clássico da língua. Também era homem de negócios, mas não tanto como homem de letras. Ao tomar conta da Procuradoria das Províncias Ultramarinas, achou grandes dívidas por causa dos pagamentos em atraso. Havia mesmo o risco da falência, diz êle, em Lisboa e no Brasil. Mas o Brasil tem com que pague, desde que lhe paguem a êle. O pior foi que um mercador, a quem se recorria nestes e semelhantes apuros, acabava também de perder uma nau com muitos mil cruzados. Como recurso imediato, Amador Rebelo pedia ao Geral que as Províncias, de que era Procurador (Índia, Japão e Brasil), pudessem emprestar dinheiro umas às outras. Entretanto, insistia com os oficiais da fazenda para a cobrança das dívidas em atraso e das despesas feitas havia pouco com o embarque da expedição de missionários, chefiada por Beliarte, saída de Lisboa a 18 de Março de 1587. Mas foi inútil. Responderam-lhe os oficiais de El-Rei: « Não vêdes como vai o tempo? ... » [2].

O caso era sério, porque as letras tinham prazo fixo, e o seu pagamento « tocava ao crédito da Companhia ».

As contas-correntes, a que nos referimos, são duas entre a Procuradoria de Lisboa e a Província do Brasil. Uma é de 1586, outra de 1589. Para se compreenderem as suas verbas, recordemos que, na Companhia, só os Colégios podem possuir bens: no Brasil do século XVI, as demais casas ficavam anexas a algum Colégio e, portanto, dependentes dêle no que se refere às subsis-

---

1. Carta de Pero Rodrigues, de 9 de Dezembro de 1594, *Bras. 3 (2)*, 354.
2. Cartas de Amador Rebelo ao P. Geral, 18 de Julho e 14 de Agôsto de 1587, *Lus. 70*, 218, 219 e 229.

tências, se as esmolas e ministérios locais não bastassem. Além das contas dos Colégios, existia uma conta flutuante, adstrita à Província, para gastos emergentes com os deslocamentos dos Provinciais e despesas com Padres e Irmãos, que se formassem fora da Província ou então, estando já formados, emquanto se não destinavam a alguma casa ou colégio. Era o que sucedia com os Missionários que de várias nações passavam por Lisboa com destino à América Portuguesa. As suas despesas entravam na conta da Província do Brasil.

As conclusões da conta-corrente geral de 1586 são estas:[1].

«A Província do Brasil deve ao Procurador de Portugal	325$754 réis
«O Colégio da Baía » » » » »	873$533 »
«O Colégio do Rio de Janeiro deve ao Procurador de Portugal	175$187 »
	1.374$474 »

O Procurador de Portugal deve ao Colégio de Pernambuco 455$698 réis. Isto em 1586.

A conta-corrente de 1589 menciona apenas as contas da Província do Brasil e do Colégio da Baía. A do Brasil assinala saldo, êste ano. Entre outras entradas, estão 300 cruzados, recebidos da fazenda, «à conta de mor contia, que está devendo a esta Província» [2].

Conclusão:

« Soma a receita	592 cruzados
« Soma a despesa	550 »
« Fica devendo o P. Amador Rebelo	42 »

A conta do Colégio da Baía apresenta, porém, *deficit* e revela grande movimento:

« Soma a despesa	5.470 cruzados
« Soma a receita.	4.710 »
« Fica devendo o Colégio ao Procurador	760 »

1. *Bras. 15*, 30v-31: 1586 e 1589 são as datas da visita de Cristóvão de Gouveia. Devem ser, portanto, efeito delas.
2. *Bras. 11*, 333v-334.

Não especifica Amador Rebelo a natureza da receita do Colégio da Baía. Diz apenas que recebeu os 4.710 cruzados por quatro vezes, e se pagaram várias letras, sacadas pelo Reitor da Baía, Fernão Cardim. Era o Colégio que se edificava. O Reitor queria-o concluir quanto antes, e os materiais e mão de obra custavam caro.

Na prestação de contas, havia algumas vezes demoras ou descuidos. Em 1602, o Provincial do Brasil pedia providências ao Geral contra o facto de o Procurador, em Lisboa, não as prestar durante os últimos 8 anos, tendo recebido muito âmbar e açúcar. E propunha que se não enviassem para a Baía, com a marca dêsse Colégio, as coisas encomendadas por outras casas ou Colégios. Isto por causa da Alfândega [1]. A negligência do Procurador, em Lisboa, levou os Padres do Brasil a comprar directamente o que precisavam aos mercadores de Lisboa, sem se preocuparem com o Procurador, ainda então Amador Rebelo. O Provincial de Portugal, Francisco de Gouveia, escreveu, em 1595, ao P. Geral que assim não estava bem, nem aquelas compras directas eram úteis, por várias razões: porque os géneros, enviados pelos Padres, não pagavam direitos, pelos mercadores, sim; porque os mercadores teem os seus lucros, que é justo tenham, mas podendo-se evitar, melhor; porque é pouca edificação; e porque, finalmente, agora o Procurador é o P. Soeiro, diligente [2].

Proïbiram-se as compras directas e tudo continuou a passar pelas mãos do Procurador em Lisboa. João Soeiro encarece as vantagens disso para os Colégios do Brasil, motivo porque não estão endividados, «por custarem lá muito as coisas de cá» [3].

---

1. Carta de Pero Rodrigues, *Bras. 8*, 16v.

2. Provisão de El-Rei D. Henrique, de 22 de Maio de 1579, em que isenta os Padres de pagarem direitos de pão, vinho, azeite, carnes, pescados, bêstas, nem de qualquer outro móvel que comprarem, venderem, escambarem em quaisquer partes de meus reinos [...] e sendo as tais coisas para as Ilhas ou para a Índia, Brasil ou outras partes, onde houver casas da Companhia, será a dita certidão do superior ou reitor da casa ou Colégio, onde se as tais compras, vendas ou escambos fizerem». Transcrito por António José Teixeira, *Documentos para a História dos Jesuítas em Portugal*, 185. Cf. Carta de Francisco de Gouveia, Lisboa, 23 de Dezembro de 1595, *Lus. 73*, 77.

3. Carta do P. João Soeiro ao P. Geral, de Lisboa, 11 de Maio de 1596, *Lus. 73*, 130. João Soeiro faleceu em Lisboa, a 5 de Abril de 1604. — Livro das Sepulturas do Colégio de Coimbra — *Titolo dos que falecem fora* — BNL, *Jesuítas*

O procurador do Brasil, no comêço, era o mesmo de Portugal. O transtôrno, que as freqüentes mudanças dêste Procurador causavam, era já assinalado por Nóbrega, em 1557, que não podia repetir, em cada carta, o que dissera na anterior. Recebendo-a, em Lisboa, Procurador diferente, quebrava-se, nos assuntos do Brasil, a sequência indispensável ao bom êxito [1]. Começaram, portanto, a pedir Procurador próprio. Tendo que ir quási tudo de Portugal, sob pena de se comprar « a pêso de ouro » no Brasíl, um Procurador, dividido em muitos negócios, não atende bem ao que o Brasil necessita [2]. Tal separação, que já existia em 1574, ainda não satisfazia plenamente o Brasil, que aspirava a ter Procurador exclusivo, diferente do da Índia, ou ao menos assistido por alguém da sua Província.

Cristóvão de Gouveia mostrava, em 1584, a necessidade de estar em Lisboa um Padre e um Irmão do Brasil, para se não dar o caso, como se deu, de mandarem para o Brasil coisas destinadas à Índia e vice-versa. Por um engano dêstes, chegou a faltar, no Brasil, para as missas, o vinho e o trigo [3]. Pedia o mesmo a Congregação Provincial da Baía (1583). O postulado rejeitou-se por então [4]. E foi pena. A-pesar-de tôdas as bôas-vontades, um Procurador único, desconhecedor da terra e coisas do Brasil, havia por fôrça de se prestar a queixas dos que sentiam, ao longe, mais ìntimamente, as conseqüências de tal desconhecimento. Além disto, os Procuradores em Portugal faziam às vezes gastos comuns, que depois era difícil repartirem-se pelas diversas Províncias, surgindo a natural estranheza em quem as havia de pagar, por não ter tido delas conhecimento, nem as ter encomendado [5].

Representando, de novo, o P. Pero Rodrigues a necessidade

---

fg, 4505, f. 72v. Os seus predecessores tinham sido, por ordem de sucessão, Francisco Henriques, Alexandre Vale-Régio, Sebastião Sabino, Jerónimo Cardoso e Amador Rebelo.

1. Carta de Nóbrega, de 2 de Setembro de 1557, *Bras. 15*, 41.

2. Carta de Vale-Régio ao P. Geral, de Lisboa, 24 de Agôsto de 1574, *Lus. 66*, 231-231v.

3. *Lus. 68*, 407v.

4. *Congr. 95*, 158; *Bras. 2*, 53; *Lus. 68*, 415, 415v; *Lus. 69*, 269v: *Lus. 70*, 61-62.

5. *Bras. 2*, 135.

de Procurador privativo do Brasil em Lisboa, o P. Geral permitiu, finalmente, que, «se quisesse», podia enviar para Lisboa um companheiro ao P. Soeiro, para êsse fim [1]. E «visto ter de tratar com os Ministros de El-Rei, que seja de bom exemplo e edificação» [2].

A resposta era razoável. Mas ainda por então se não efectuou. Em 1604, era Procurador do Brasil, em Lisboa, o P. António Colaço [3].

4. — Um dos encargos do Procurador era cuidar também dos objectos enviados do Brasil para a Europa. Convém conhecer as origens e intuitos de semelhantes permutas. Escreve Nóbrega, em 1561, numa carta clarividente e ousada: «O mestre [do navio] leva estas conservas, para os enfermos, scilicet, ananases para dor de pedra, os quais, pôsto que não tenham tanta virtude, como verdes, todavia fazem proveito. Os Irmãos, que lá houvesse desta enfermidade, deviam vir para cá, porque se achariam cá bem como se tem por experiência. Vão também marmeladas de ibas, camucis, carasases para as câmaras, uma pouca de abóbora. Disto podemos cada ano de cá prover a nossos Irmãos, se fôr coisa que lá queiram. Açúcar pudéramos mandar também, mas não o permitiu o P. Luiz da Grã, porque lhe parece que será tratar. A mim me parece que até dois pares de caixas, que vão para nossos Irmãos, não haverá escândalo, pois sabem todos que estão lá muitas casas em que há-de haver enfermos, que o hão lá mister. Disto nos avise o que se fará. Eu, segundo sou pouco escrupuloso nisto, não tivera de ver com o escândalo, se alguém o tomara por mandar de cá, não sòmente para os Irmãos enfermos de lá, mas também para com êle se mercar lá coisas para os enfermos de cá. Maiormente que a moeda, que nesta Capitania corre, não é senão açúcar e nêle nos pagam a esmola de El-Rei. Se lá o aprovarem, pode-lo-emos mandar desta Capitania de S. Vicente [4]».

---

1. *Bras. 2*, 94.
2. *Congr. 51*, 318.
3. *Congr. 51*, 311 e 318v.
4. Carta de Nóbrega a Francisco Henriques, de S. Vicente, a 12 de Junho de 1561, *Bras. 15*, 114.

O P. Geral, informado, responde a Nóbrega, que não há inconveniente em mandar açúcar e outras coisas do Brasil, *que, em certa maneira, serve de moeda*, para que de Portugal vá o que fôr necessário aos doentes e sãos do Brasil[1]. E quanto à conserva de ananases e mais fruta, que lá mesmo, em Roma, «para ver se aproveitava, fariam a prova de boa vontade...»[2].

Assim se manifestou, pela primeira vez, um intercâmbio que havia de tomar, com o tempo, grande envergadura. Na simplicidade do comêço, aparecem já os motivos essenciais, e que serão sempre os mesmos, através dos tempos. Razão fundamental: no Brasil não haver dinheiro, para comprar os objectos necessários, nem alguns então se achavam na terra, ainda que houvesse dinheiro, por serem de importação. A economia local permanecia ainda quási no estado primitivo da *commutatio rerum*. O Beato Inácio de Azevedo repete o mesmo: no Brasil há mantimentos, mas não há dinheiro com que possa sustentar, em Portugal, os que se destinarem ao Brasil. Que embarquem logo, para serem recebidos na Baía[3]. A falta de dinheiro, por um lado, e a abundância de alguns produtos, por outro, sugeriu e impôs, naturalmente, no Brasil, a forma primitiva do comércio humano, o intercâmbio de géneros. São os célebres *resgates*. Davam-se uns objectos e recebiam-se outros em troca. O açúcar, por muito tempo, quási fazia de moeda.

Na remessa de objectos para Portugal, começou-se, como vimos, pelos mais úteis ou medicinais, a princípio, por motivo de caridade e boa correspondência entre Irmãos; depois, para se obterem os materiais e rendimentos precisos para a construção e manutenção do Colégio; mais tarde, alargou-se o âmbito a pessoas de fora da Companhia, a quem se deviam favores e a quem os Padres Procuradores, quando iam à Europa, levavam coisas do Brasil, em particular, macacos e papagaios. Mas isto, por ser menos próprio de religiosos, proïbiu-se em 1593[4]. Entre as casas da Europa, que mais ajudavam as do Brasil, conta-se o Colégio de Coimbra. Em 1552, pensava Nóbrega em plantar algo-

---

1. *Mon., Laines, VI*, 578-580.
2. De Trento, 25 de Março de 1563, *Epp. NN. 36*, 256.
3. *Mon. Borgia, V*, 29-30.
4. *Bras. 2*, 64.

S. JORGE DE ILHÉUS — CAMAMU — BOIPEBA

Notar, à esquerda, « Aldea dos Indios dos Padres »
(Da « Descripção de toda a costa », códice *ms.* da Ajuda)

doais, para mandar, depois, o algodão e voltar de Portugal transformado « em pano de que se vistam os meninos; e não será necessário que o Colégio de Coimbra cá nos ajude senão com orações, antes de cá lhe seremos bons em alguma coisa » [1]. Temos já, mencionados como objecto de remessa, frutas, açúcar e algodão. Com o desenvolvimento e necessidades dos Colégios, enviaram-se bois, carnes, farinha e pau brasil. Sôbre êste último, consultado o P. Geral, diz que não haverá inconveniente, contanto que concorram estas três condições: seja necessário para o sustento dos Padres e Irmãos; não se escandalize a gente de fora, como se fôsse negócio; e não se gaste o produto dêle em coisas supérfluas [2]. Sôbre o pau brasil, houve no século XVII algumas questões. Mas, por emquanto, fiquemos no século XVI.

A organização dêstes assuntos exigia escrita em regra. Como também a de cada casa ou Colégio. Para se saberem a todo o tempo os gastos respectivos, ordenou o Visitador Inácio de Azevedo que houvesse em cada casa um livro, em que se apontasse o que entrava e o que saía, e fôsse revisto pelos Superiores maiores nas suas visitas [3]. Devia haver outro livro dos móveis da casa e igreja [4]. Não chegou até nossos dias nenhum dêstes livros do século XVI, mas depara-se-nos uma lista de gastos, feita pelo P. Provincial Beliarte, entregue ao seu sucessor, Pero Rodrigues (1594). Encontram-se nela objectos de uso corrente, com os respectivos preços, cális, vestimentas de tafetá, resgate de anzóis, contas, espelhos, facas, cadeados, pão da China, tesoiras de barbear, panos de Portalegre, vinho de Jerez, biscoito de Portugal, camisas de pano de linho delgado, com suas carapuças e lenços; chapéus, forrados de coiro, com seus cairéis e fitas; baús, chapeados de ferro estanhado; uma alcatifa grande, que deu Martim Leitão para a capela; uma colcha da Índia, com que se cobriam os doentes das Aldeias, quando iam comungar; cinco caixões de açúcar, que lhe deram, e enviou para os Colégios de Portugal, São Roque e Santo Antão, em Lisboa, e os de Pôrto, Braga e Bragança; resmas de papel, bom, para cartas; panelas de ferro coado de Paraíba; peças de guingão para roupetas e

1. Nóbr., *CB*, 130.
2. Carta do P. Geral, 12 de Dezembro de 1573, *Bras.* 2, 43, 57, 64.
3. *Bras.* 2, 139.
4. *Bras.* 2, 146v.

gibões, e peças de grise com que se fizeram roupetas e mantéus para alguns Padres e «uns calções para o P. Joseph» [1].

A utilidade daqueles livros de contas era para ir tudo bem apontado e não se quebrantar o voto de pobreza. E, também, para estabelecer mútuas relações, entre as diversas casas. É sabido que, na Companhia, cada casa vive sôbre si-mesma seja de rendas, como os Colégios, seja de recursos locais. As casas das Aldeias distantes utilizavam-se dos bons ofícios das melhor situadas, nos portos da costa, para lhes fazerem, por sua conta, as compras indispensáveis. É o caso que narra Pero Rodrigues, para mostrar a generosidade de Anchieta. Sendo êle Superior na Capitania do Espírito Santo, «provia de vinho, azeite, sal e mais coisas necessárias a um Padre, que tinha cuidado de uma aldeia, comprava e pagava por êle, e o deitava em livro, até que lhe disse uma vez: V. R. cuida que tudo há-de ser levar e nunca pagar, não há ela assim de ser; façamos conta que hoje o hei-de esfolar. Fizeram conta e ficou devendo uma boa soma de cruzados; disse então o P. José, como quem conclue contas: é certo que cuidava V. R. que lhe havia de levar alguma coisa, nós não somos Irmãos? V. R. não ajuda a manter esta casa? Emfim, já tem pago; eu sou o que devo. E com esta benignidade lhe perdoou tôda a dívida» [2]. Ponto, que ainda importa mencionar nesta matéria, era a tentação de ceder a terceiros as mercadorias recebidas com isenção alfandegária. Com a construção do Colégio em 1572, de que El-Rei se declarou Patrono, para a favorecer, em terra onde faltavam tantas coisas, e onde era tão cara a mão de obra, passou êle um Alvará, isentando de direitos de entrada e saída tôdas as coisas que os Padres recebessem e enviassem, e isto valia tanto dos direitos alfandegários, então existentes, «como dos que ao diante se pagarem» [3].

A falta de dinheiro obrigava aos Padres a pagarem a pedreiros, carpinteiros e mais oficiais, que trabalhavam nas obras

1. *Bras. 3*, (2), 358-359.

2. Pero Rodrigues, *Anchieta*, em *Annaes*, XXIX, 235.

3. Alvará de D. Sebastião, Lisboa, 4 de Maio de 1573. — Tôrre do Tombo, *Jesuítas*, maço 80. Não cuidemos que tal isenção de direitos fôsse privilégio único dos Jesuítas. Em 1559, passou também El-Rei um Alvará, isentando todos os moradores dos direitos dos açúcares, por três anos, e depois por mais sete com determinadas condições. Arq. H. Col., *Registos*, I, 196.

do Colégio, naquilo que tinham: panos, vinho, azeite. Mas a que preço se haviam de dar? Pelo da terra? Não parecia bem aos Padres, porque lhes ficavam êsses objectos, pela isenção alfandegária, mais baratos que aos outros. Pelo preço que os tinham? Neste caso, os oficiais revendiam géneros ao povo e faziam concorrência aos mercadores. Coisa semelhante sucedia no Rio de Janeiro com a Armada de Flores Valdés. O P. António Gomes, nomeado Procurador a Roma, em 1583, diz que o povo murmura e pede providências [1]. A construção do Colégio da Baía implicava não raro dificuldades financeiras, sérias. Convinha haver um fundo de reserva para garantir empréstimos de urgência. Para êsse efeito, comprou o Visitador Cristóvão de Gouveia, em 1589, quinhentos cruzados em oiro e determinou que se não pudessem alienar [2].

Para evitar quanto possível que os Padres se imiscuíssem directamente em assuntos comerciais, de si odiosos, ainda que imprescindíveis, dado o modo de ser da terra, e, também, para que não sofresse o espírito religioso, deixou ordenado Cristóvão de Gouveia, que houvesse um feitor, homem fiel, de fora da Companhia, que se encarregasse de arrecadar o açúcar, farinha e mais coisas necessárias para os de casa [3]. Parece, contudo, que isto não se fazia ou não era fácil, porque achamos uma recomendação do Geral, de 16 de Julho de 1594, para que os noviços não cumprissem a peregrinação que se costuma no noviciado, indo com o Procurador, quando êste discorria pelas fazendas «a negociar» [4]. Esta proïbição supõe que um Procurador, Padre ou Irmão, fazia as arrecadações. Quando, em 1590, o P. Geral permitiu que o Colégio plantasse canaviais, como medida necessária para se desendividar a Província dalguns milhares de cruzados que devia, recomendou, ao mesmo tempo,

1. Do Memorial do P. Procurador, *Lus. 68*, 416, (8.º e 9.º). Segundo Aires do Casal, «mandava El-Rei cada ano uma armada com gente voluntária, órfãos, degredados, materiais e todo o género de mercancias para se venderem aos moradores pelo mesmo custo do reino e repartirem em pagamento pelos que tinham ordenado ou sôldo. Do Colégio se proviam as outras Capitanias». — Aires do Casal, *Corografia Brasílica*, 2.ª ed., II (Rio 1845) 86.

2. Roma, Gesù, *Coll. 13* (Baya).

3. *Bras. 2*, 148.

4. *Bras. 2*, 88.

que se fizesse sem inquietação dos Nossos e que se não metessem êles próprios a fabricar o açúcar [1]. Temeram alguns Padres que isso causasse desedificação nos de fora [2]. O caso é que as condições da terra e o mau pagamento das rendas reais requeriam estas medidas de excepção.

Mais tarde, tendo o Papa exigido o cumprimento da lei do triénio, relativa aos Superiores, representou-se-lhe o inconveniente de mudarem, no Brasil, os Reitores e Provinciais de três em três anos. Entre os argumentos, dados para a dispensa dessa lei, vem um que se refere à matéria de subsistências. Diz que o modo de govêrno temporal no Brasil é diferente do da Europa. Como nada se acha de compra, tudo os Reitores teem de granjear de própria indústria e, assim, é necessário, «ter escravos, quintas, gados, pescarias, currais, e até a cal, pedra e madeira, para o Colégio, é preciso que o Reitor cuide disso. Um ano não chega ao Reitor para se enfronhar bem em tão variados assuntos e, se houver tão freqüentes mudanças, tudo se vai em começar e inventar de novo e tudo descai» [3].

Recebendo os Colégios a sua dotação real não em dinheiro, difícil de se encontrar na terra, mas em açúcar, é evidente que tinham de o vender, para com o seu produto poderem viver e custear as despesas de construções, viagens, etc.

Serão estas vendas uma forma velada de «mercatura»? Não são, nem nunca o foram. Mercatura, ou comércio pròpriamente dito, é *comprar para vender.* Meros actos de compra e venda ficam fora da definição. São actos absolutamente necessários a quem vive no mundo. Uma coisa é mercar, para tornar a vender, outra é comprar o necessário para o seu consumo, ou vender os produtos da sua lavra, para, com a venda, ocorrer às exigências da própria vida [4].

---

1. *Bras. 2*, 61.
2. *Lus. 72*, 424-424v.
3. *Hist. Soc. 86*, 39v. O documento é de 1594 e em castelhano; não traz assinatura, mas a letra é de Luiz da Fonseca, então Procurador em Roma.
4. Cf. Xavier de Ravignan, *Da Existência e Instituto dos Jesuítas* (Lisboa 1889) 220.

CAPÍTULO III

Terras e heranças

1 — Razão de se possuírem terras; 2 — Terras do Colégio da Baía; 3 — Camamu; 4 — Contratos e enfiteuses; 5 — Heranças; 6 — Litígios; 7 — O navio da Companhia.

1. — Quando chegaram os órfãos, em 1550, era preciso começar o Colégio da Baía. Naqueles primeiros dias da cidade, não havia riqueza na terra, nem fundações eclesiásticas antigas, cujas rendas se pudessem aplicar, como se fêz na Europa, à sustentação dos Colégios. O que El-Rei de Portugal dava aos Padres chegava apenas para a sua alimentação individual. Para a construção de edifícios e o sustento dos seus moradores, não Jesuítas, como os meninos e estudantes, recorreu o P. Manuel da Nóbrega ao Governador Geral, Tomé de Sousa e, com o seu parecer, tomou alguma terra. «E logo, assim nós por nossas mãos, como rogando aos Índios da terra, como aos escravos dos brancos, e êles mesmos, começámos a roçar e a fazer mantimentos aos meninos» [1].

Estas primeiras terras, lavradas pelos Jesuítas, seriam emprestadas ou eram já as que lhes doaria daí a pouco Tomé de Sousa, a sesmaria, que recebeu o nome expressivo, e hoje histórico, de *Água de Meninos* [2]. A estas terras vieram-se juntar outras pouco e pouco [2].

Ao tratar-se da reorganização do Colégio, houve as dúvidas,

---

1. Nóbr., *CB*, 138.

2. O instrumento jurídico da doação tem a data de 21 de Outubro de 1550. A posse desta sesmaria, a primeira que possuíram os Jesuítas no Brasil, confirmou-a Mem de Sá, em 30 de Setembro de 1569, *Bras. 11*, 21-22v.

que vimos, se a dotação real havia de ser em terras ou não. Nóbrega, a princípio, declarou-se contra a dotação em terras, para se conformar com Luiz da Grã, e pela dificuldade da sua laboração, numa região em que a mão de obra escasseava tanto, que, nem as que possuíam em 1555, havia meio de aproveitar[1]. Entendeu, depois, que num país eminentemente agrícola, como era o Brasil, não haveria maneira de fazer prosperar os Colégios sem terras próprias, e que aquelas e outras dificuldades se haviam de vencer de qualquer forma. Em Portugal, também se inclinavam a isso. Nóbrega declara então: « conformando-me com o que de lá escrevem e com o parecer dos Padres daqui, digo que se aceite tudo, até palhas ». E sugeria se pedissem terras ao Donatário Martim Afonso de Sousa nas margens do rio de Piratininga. Tal foi a origem da *sesmaria de Luiz da Grã*, assim conhecida, por ser êle quem procedeu à sua encorporação[2].

Em 11 de Junho de 1561, pedia o mesmo Nóbrega para a criação de gado, que era então o que achava mais apropriado para a sustentação das casas, umas terras que estavam destinadas a Adão Gonçalves, que entrara na Companhia, mas que, depois da sua entrada, requerera para si o colono, procurador do mesmo Adão Gonçalves; e outras terras ao longo do mar, de Iguape a Ubaí[3].

Assim pois, reconhecida a necessidade das terras, levou-se o caso a Roma; e reconhecendo-a, por sua vez, o P. Geral aconselha, em 1562, que dirijam os trabalhos do seu aproveitamento pessoas seculares, para se evitar a possível desedificação, e que todos vejam, na administração da Companhia, isenção e integridade[4].

Estabelecido o princípio de que os Colégios podiam possuir bens e verificada assim, pelo que tocava ao Brasil, a necessidade dêles, principiaram a formar-se núcleos territoriais, mais ou menos extensos, por alguma destas quatro vias: sesmaria, doação *inter vivos*, herança, compra. Às vezes, também, troca. Em 16 de Janeiro de 1586, trocou o Colégio da Baía um pedaço de terra

---

1. Carta de Luiz da Grã, *Bras. 3 (1)*, 145.
2. Carta de Nóbrega, 2 de Novembro de 1557, *Bras. 15*, 42v-43.
3. Carta de Nóbrega, *Bras. 15*, 114v.
4. *Mon. Laines*, VI, 578.

por outro de Álvaro Gonçalves Ubacã [1]. Também, conforme as conveniências locais, a propriedade oriunda dalguma daquelas vias arredondava-se por alguma ou algumas das outras.

Com o tempo, surgiram dificuldades: urgia a documentação legal de tôdas as terras. Organizou-se o respectivo cadastro; demarcaram-se e registaram-se. E, em 1586, mandou o P. Visitador Cristóvão de Gouveia que se fizessem «tombos das nossas terras, para que conste em todo o tempo as que são do Colégio e se aproveitem» [2].

2. — Ao tratar das fundações doutras casas, daremos notícia das respectivas terras. Eis aqui as do Colégio da Baía, postas cronològicamente, segundo os documentos que pudemos apurar.

1550, 21 de Outubro. — Carta de sesmaria da *Água de Meninos*, na cidade da Baía, pelo Governador Tomé de Sousa, a pedido do P. Manuel da Nóbrega [3].

1557, 5 de Outubro. — Diogo Álvares Caramuru, falecido nesta data, deixa ao Colégio metade da sua têrça [4].

1563, 27 de Janeiro. — Doação de 12 léguas de terra, no Camamu, por Mem de Sá [5].

1563, 22 de Maio. — Doação das primeiras terras que deram no sertão de Passé (Iapacé) [6].

---

1. *Bras. 11*, 17-20v. Estas combinações atingiam, às vezes, terrenos da Câmara. Assim, por volta de 1581, trocou-se uma rua pública por outras terras. Gabriel Soares, inimigo de Cosmo Rangel, o funcionário que sancionou a operação, tem que dizer, apresentando o caso não como troca, mas como doação pura e simples. A doação seria legítima, porque Cosmo Rangel tinha autoridade para isso. Mas os Padres restabelecem a verdade e que foi realmente troca: e, se receberam da Câmara umas terras, deram-lhe o «Terreiro do Mosteiro», igualmente público, *Bras. 15*, 385v(ao 20.º).

2. *Bras. 2*, 142.

3. *Bras. 11*, 22.

4. «O Padre [Ambrósio Pires] dará relação do que ca passamos com os clerigos da See acerca de hum legado que nos deixou hum Diogo Alvares Caramelu, o mais nomeado homem desta terra, o qual, por nos ter muito credito e amor, nos deixou a metade da sua terça». *Apontamento de cousas do Brasil que mandou Manuel da Nóbrega por Ambrósio Pires*, Arq. Prov. Lus.

5. *Bras. 11*, 43-45.

6. *Bras. 11*, 55-56.

1566, 10 de Março. — Nova sesmaria dada por Mem de Sá, no Passé. Ao lado, diz-se: 2 léguas. Inclue-se a que já havia desde 1563. Estas terras iam até ao Rio Jacuípe, o que desagua no mar [1].

1566, 20 de Maio. — Doação de terras no Passé, contíguas às anteriores, feita por Lázaro de Arévolo [2].

1575. — « *Pedaços de terras e casas, que tem o Colégio da Baía, de que parece se não devem levar escrituras:*

1) Êste Colégio, conforme a traça, está sôbre o mar, até o qual tem terra pera cêrca, em que se podem prantar árvores, com lhe fazerem uns taboleiros por ser a terra íngreme.

2) Tem uns chãos defronte de todo o edifício, da parte da cidade, que servem pera terreiro do mesmo Colégio, e pera o afastar agora no edifício novo um pouco pera fora que lhe é necessário, conforme a traça; e, defronte das escolas, tem um pedaço de chão pera terreiro daquela parte.

3) Ao longo do mar, tem uma casa nova de pedra com seu cais pera desembarcar a barca e se recolher nela o que logo se não pode trazer arriba e as coisas necessárias à mesma barca.

4) *Item* mais, ao longo do mar, tem um pedaço de chão pera umas casas, que se pode aforar pera coisas semelhantes e vale pouca coisa.

5) Antre o nosso Colégio e a Sé temos umas moradas de casas, que teem chãos pera quintal sôbre o mar; e rendem ao presente tôdas ao Colégio trinta e oito mil réis, cada ano, de aluguer.

6) Tem um pedaço de terra, fora da cidade defronte de uma ermida de São Sebastião, que está aforada por dez cruzados cada ano, mas arrepende-se o aforador por lhe parecer muito.

7) Tem mais, junto a esta terra, uma ponta do mar em que se faz uma camboa, e se toma peixe alguns meses do ano. Rendia sete tostões e agora ninguém a quere.

8) Tem mais, no cabo desta cidade, uns chãos pera umas casas com seu quintal que se pode aforar; e valerão de fôro até um cruzado.

9) Tem mais, defronte do Colégio, um pedaço de chão pera

---

1. *Bras. 11*, 479-479v.
2. *Bras. 11*, 57-58v.

se poderem fazer nêle umas casas. Êste está incerto, por dizer a câmara da cidade que é seu.

10) Tem uma terra, aqui defronte da cidade, que está aforada por nove anos em 7 tostões cada ano.

11) Outra, logo além desta, do mesmo tamanho que, por ser já gastada, estêve alugada, êstes anos, por cinco tostões cado ano.

12) Tem uma veiga pequena dentro nesta baía, terra fraca, que está aforada por 9 anos, a dez cruzados por ano.

13) Junto desta, tem outra mais pequena, que está aforada por outros nove anos, a dois mil réis por ano.

14) Tem uma ponta de terra nesta baía, dentro dum braço de mar, que rende seis tostões cada ano. Está aforada em três vidas; anda agora na segunda vida.

15) Tem mais, dentro na baía, a casa de Nossa Senhora da Escada, ao longo do mar, com 150 braças de terra, em que está situada. Dista do Colégio duas léguas por mar » [1].

1584, 24 de Setembro. — Carta de compra de 150 braças de terra a Maria de Almeida [2].

1585, 28 de Setembro. — Compra de um pedaço de terra a António da Fonseca, para os lados do Rio Vermelho [3].

1586, 13 de Fevereiro. — Doação de Francisca Velha, de 300 braças de terra [4].

1586, 24 de Abril. — Compra de 300 braças de terra em quadra a Fernão Ribeiro de Sousa [5].

1586, 16 de Maio. — Doação que Braz Afonso fêz de tôda a sua fazenda ao Colégio da Baía [6].

---

1. Relação de Inácio Tolosa, com data de 6 de Abril de 1575 (*Bras. 11*, 59). As terras, mencionadas em último lugar, são as doadas por Lázaro de Arévolo. Em 1572, « falećió Lazaro darevolo muy devoto ñro el qual hizo donacion a este Collegio de la Iglesia y casas de ñra Snra de la geada [leia-se Escada] con las tierras que alli tenia y dejó en su testamiento su hazienda para el Collegio ». Arévolo ficou sepultado na igreja do mesmo Colégio (*Fund. de la Baya, 20* (94). A festa de N.ª S.ª da Escada celebra-se a 21 de Novembro (Apresentação de N.ª Senhora). A ela costumavam assistir os Padres e Irmãos do Colégio da Baía. — Pero Rodrigues, *Anchieta*, em *Annaes*, XXIX, 272.

2. *Bras. 11*, 23-26v.

3. *Bras. 11*, 35-38v.

4. *Bras. 11*, 31-34.

5. *Bras. 11*, 39-42v.

6. *Bras. 11*, 27-30v.

1590, 8 de Maio. — Doação, feita pela Segunda Junta Governativa do Brasil, de duas léguas de terra no Rio de Joanes, com as seguintes confrontações: « Da banda donde entra a ribeira de Camaçaripo e o rio de Joane e caminhando pela dita ribeira acima, entrando pela ribeira da aguada, que foi dos índios de S. João até sua nascente; e da nascente da ribeira de Camaraipio e daí cortará direito até o Rio de Joane, ao pôrto que vem do Iapacé pera S. João, ficando o dito rio e ribeiras, acima nomeadas, por marco » [1].

1590, 6 de Outubro. — Aforamento enfitêutico de 3 léguas nas terras do Conde de Castanheira « onde chamam o Jacuípe, que é dentro nesta capitania pera a banda do Norte, e as ditas três léguas de terra partirão pelo rumo e confrontações seguintes, convém a saber: do pôrto de Jacoim-mirim, por onde agora passam pera São João, e onde estêve assentado o arraial que foi ao Seregipe no ano de oitenta e nove; e daí irão passar o rio de Jacoim-açú pelo caminho que vai pera a aldea de Santo António, e daí até à várzea de [palavra ilegível] ao longo da ribeira de Ibirapitanga, e daí virão ao longo da dita várzea, ficando ela dentro, e tornam daí outra vez ao Rio de Jacoim-açú, até à foz da ribeira de Ibirapitanga e daí tornarão a buscar o pôrto da aldea do dito São João, onde estêve o arraial que atrás dito fica; e daí cortarão ao leste até entestar no Icoaboçú-una, que se mete no Jacoim-açú, que atrás dito fica, onde se acabará a medição » [2].

1600, 11 de Maio. — O Bispo D. António Barreiros, falecido neste dia, deixou, para a construção da nova igreja do Colégio da Baía, umas casas que valeriam seis mil cruzados. Mas, como também deixou grandes dívidas, as casas teriam que se vender para as pagar [3].

3. — As terras mais importantes do Colégio da Baía foram as do Camamu, na Capitania de Ilhéus, doadas por Mem de Sá no dia 17 de Janeiro de 1563, doação confirmada por êle próprio em 1569. As terras constavam, como declara no seu testamento,

---

1. *Bras. 11*, 47-48
2. *Bras. 11*, 49-51.
3. Carta de Tolosa, *Bras. 3 (1)*, 190.

de «dez ou doze léguas de terra desde o Rio das Contas até Tinharé». Pensou Mem de Sá reservar para si e com destino aos seus herdeiros, onde mais lhe aprouvesse, uma água para engenho com légua e meia de terra. Antes de falecer, cedeu também isto ao Colégio, arredondando-se assim as terras do Camamu. Na escritura de doação, diz Mem de Sá que a fazia por «amor e graça sem interêsse algum de nenhuma maneira e qualidade que seja», sòmente por ser «serviço de Deus e pelas boas obras e trabalhos e gastos que os ditos Padres e Colégio teem e sustentam; e lhes dá as ditas *doze léguas* de terra para sempre, com tôdas suas entradas e saídas, direitos e pertenças, serventias logradoiros, e com todalas cláusulas e condições da dita doação feita a êle dito senhor, Mem de Sá, pelo dito Jorge de Figueiredo. Assim poderão dar e doar, vender, trespassar, permudar e aforar, emprazar, arrendar, escambar as ditas léguas de terra», etc.

Reüniram-se as testemunhas e o tabelião «nas pousadas do Senhor Mem de Sá [...] e pelo dito Senhor foi dito que êle tinha e possuía umas *doze léguas* de terra na Capitania de Ilhéus, de que foi capitão e governador Jorge de Figueiredo Correia, como agora o é Lucas Giraldes, as quais doze léguas de terra, *que são em quadra,* eram no Rio das Contas e no Camamu, e as tinha por doação e carta de sesmaria»[1].

Não se incluem aqui as demarcações nem existiam então. Aquêle modo de falar, umas *doze léguas de terra,* é igualmente indefinido. Daqui se originaria, de-certo, uma questão que depois houve com Francisco Giraldes, filho e sucessor de Lucas Giraldes na Capitania dos Ilhéus.

Diz o P. Visitador, Cristóvão de Gouveia, em 25 de Julho de 1583, que alguns colonos se queixam de estarem as terras do Camamu defeituosamente demarcadas, possuindo portanto os Jesuítas terras que lhes não pertencem. O Visitador acha que

---

1. A escritura de doação, autenticada com a assinatura de Mem de Sá, acha-se em *Bras. 11,* 43-43v; a segunda doação, da légua e meia de terra, tem a data de 23 de Julho de 1572 *(Bras. 11,* 15-15v); o testamento de Mem de Sá existe na Tôrre do Tombo, e foi publicado por R. Garcia in Pôrto Seguro, *HG,* I, 451. Segundo um documento da Tôrre do Tombo, a escritura de doação de Jorge de Figueiredo a Mem de Sá tem a data de 1544 e remonta a 1537, estando ainda Mem de Sá em Portugal. Cf. Malheiro Dias, *O Regimen Feudal das Donatarias,* na *Hist. da Col. Port. do B.,* III, 247.

essas queixas teem fundamento, precisamente por não estarem feitas demarcações rigorosas. Como trouxe licença de El-Rei, vai proceder a novas demarcações [1].

A primeira notícia, de que Francisco Giraldes movia demanda à Companhia, encontrámo-la numa carta do P. Jerónimo Cardoso, Procurador em Lisboa, datada de 20 de Junho de 1586. Refere êle que o P. António Gomes, Procurador do Brasil a Roma, de passagem em Portugal, estava inclinado a fazer composição com o donatário dos Ilhéus; contudo, Jerónimo Cardoso seguia o parecer do Visitador, oposto a que se fizesse tal composição [2]. Não alega o motivo dêste parecer contrário. Supomos que seria porque, uma vez feitas as demarcações legais, não havia que tocar mais no assunto.

Ora, Francisco Giraldes estava em Lisboa e foi eleito para Governador Geral do Brasil. O P. Gonçalo Leite, recém-chegado da Baía, visitou-o, e Francisco Giraldes deu a entender que eram falsidades muitas coisas que do Brasil lhe mandavam dizer, mas que, a-pesar disso, desejava uma arbitragem [3]. Os tempos não eram propícios para se acalmarem os ânimos atiçados contra os Jesuítas, simultâneamente, em Madrid, por Gabriel Soares e, no Brasil, por Teles Barreto. Francisco Giraldes, em conversas particulares, ameaçava os Padres de que, no Brasil, lhes havia de tirar as Aldeias [4].

Temendo represálias, ou por estar em Lisboa e não saber até que ponto assistia justiça ao Colégio da Baía, do que começou a duvidar, propôs o P. Jerónimo Cardoso, contra o seu primeiro parecer, que se fizesse composição ou cedência das terras [5]. Em vista desta opinião, ordenou o P. Aquaviva ao novo Provincial do Brasil, Marçal Beliarte, que, antes de embarcar, se entendesse com Francisco Giraldes e terminasse o litígio. Quando a ordem de Roma chegou a Lisboa, Beliarte já tinha embarcado [6].

---

1. *Lus. 68*, 338v-339.
2. *Lus. 69*, 240.
3. *Lus. 69*, 243.
4. *Lus. 69*, 270-270v.
5. *Lus. 70*, 46v.
6. *Lus. 70*, 140.

O P. Amador Rebelo, que sucedeu a Jerónimo Cardoso na Procuradoria de Lisboa, escrevendo para o P. Geral, em 11 de Setembro de 1587, informa que Giraldes está renitente na demanda. E que no Brasil verá; se as terras se avaliarem por um tanto, êle dará mais; a opinião de Amador Rebelo é que se lhe cedam as terras pura e simplesmente, porque, ainda que a justiça está do lado dos Padres, na maior parte dos pontos, como o « *Governador no Brasil tem tanto poder, pode ser que lhe achem justiça!* »[1]...

Nada mais sabemos sôbre êste assunto. Francisco Giraldes embarcou para o Brasil a tomar posse do seu cargo de Governador Geral, em Março de 1588, e no seu *Regimento* levava recomendação expressa de El-Rei a favor dos Padres da Companhia, como principiadores da obra da conversão, e que se houvesse nos pagamentos de modo a que os Padres tivessem dêle satisfação[2].

Francisco Giraldes não chegou ao Brasil. Arribou duas vezes e não ousou meter-se terceira vez ao mar[3]. Falecendo em Portugal algum tempo depois, talvez a sua morte pusesse têrmo ao litígio. Podia também ser que já se tivesse realizado a composição sugerida por Amador Rebelo. Como quer que seja, os Padres ficaram, daí em diante, na posse pacífica daquelas terras[4].

A princípio, iam os Padres ao Camamu, só de vez em quando, em missões volantes, por não oferecer segurança a residência lá fixa.

---

1. *Lus. 70*, 258.

2. Vd. Regimento de Francisco Giraldes, in *Rev. do Inst. Bras.*, 67, P. I (1904) 222.

3. Pôrto Seguro, *HG*, II, 31.

4. Uma das acusações, apresentadas em Madrid por Gabriel Soares contra os Padres, era que o Ouvidor, Martim Leitão, por ser amigo dêles, lhes dera as terras do Camamu. Respondem os Padres que Martim Leitão lhes não podia dar o que já possuíam. Se fêz a demarcação, foi por ter recebido para tanto uma provisão de El-Rei (*Bras. 15*, 385v). Aliás, o próprio Gabriel Soares (*Tratado*, 44) afirma que foi Mem de Sá quem as deu. Reduz, contudo, a doação a dez léguas de costa. Os documentos autênticos falam claramente de doze.

No *Livro que dá rezão do Estado do Brasil*, datado de 1612, e atribuído ao Governador Diogo de Meneses ou ao secretário do Govêrno, Diogo de Campos, lê-se que o Colégio da Baía tem no Camamu « um engenho e a maior quantidade de índios que aqui se recolhem e estão à ordem da sua doutrina, tem outras muitas fazendas da gente leiga, que estão arrimados a *esta sua data, que começa na*

Quási duas décadas, as últimas do século XVI, estiveram ocupadas aquelas terras pelos Aimorés, selvagens e antropófagos [1]. Depois de vencidos e pacificados, no comêço do século XVII, criou-se nelas um engenho e estabeleceram-se várias aldeias e povoações, a mais importante das quais foi a de Nossa Senhora do Camamu (Macamamu), iniciada já, em 1561, pelo P. Luiz da Grã, a pedido do índio cristão, Luiz Henriques, de Ilhéus. O Camamu transformou-se, com o tempo, num grande centro abastecedor do Colégio da Baía. Visitando-o, em 20 de Agôsto de 1584, escreve o P. Fernão Cardim: « O Camamu são doze léguas de terra, por costa, e seis em quadra, para o sertão: tem uma barra de três léguas de bôca, com uma baía e formosa enseada, que terá passante de quinze léguas, em roda e circuito; tôda ela está cheia de ilhotes mui aprazíveis, cheios de muitos papagaios; dentro nela entram três rios çaudais, tamanhos ou maiores que o Mondego de Coimbra, afora muitas outras ribeiras, aonde há águas para oito engenhos copeiros, e podem-se fazer outros rasteiros, e trapiches, as terras são muito boas, estão por cultivar por serem infestadas dos Guimarés, gentio silvestre, tão bárbaro que vivem como brutos animais nos matos, sem povoação, nem casas. A enseada tem muitos pescados e peixes-bois: os lagostins, ostras, e mariscos não teem conta. Se estas terras foram povoadas, bem puderam sustentar todos os Colégios desta Província e ainda fazer algumas caridades, maxime de açúcar a esta Província, mas como agora está, rende pouco ou nada. O Governador Mem de Sá fêz doação destas ao Colégio da Baía » [2].

Barra do Rio de Contas e chega até à Barra de Boipeba ». — Accioli-Amaral, *Memorias*, I, 428-429.

A barra de Boipeba fica na altura de Tinharé. Do *Rio de Contas até Tinharé*: são as próprias palavras de Mem de Sá no seu testamento. Freire, *Hist. Territorial*, 174, escreve, e o teem repetido e ampliado outros, citando o códice manuscrito do Instituto Histórico Brasileiro, n.º 242, datado de 1783, a seguir já à perseguição pombalina, que os Padres, naquela medição, passaram do Rio de Contas para o sul até à praia de Itacaré, contando por duas léguas o que eram quatro. Entre os dois documentos de 1612 e 1783, temos que optar pelo primeiro, nada também favorável aos Padres nem à sua influência. A data, atribuída por Felisbelo Freire à demarcação, 20 de Setembro de 1543, é também êrro evidente. Nesta data não havia ainda Jesuítas no Brasil.

1. Anchieta, *Cartas*, 414.

2. Cardim, *Tratados*, 295; cf. Viana, *Memória*, 434.

4. — Entre as terras do Colégio da Baía, vê-se que, já em 1575, havia algumas arrendadas e outras aforadas em três vidas. Atendendo, porém, às necessidades crescentes dos Colégios e, dada a experiência que os Padres iam tendo das terras, e que elas valiam menos depois de lavradas (naquele tempo não havia ainda adubos químicos), convinha arrendá-las a largos prazos ou até aforá-las perpètuamente. Gregório Serrão, quando foi de Procurador a Roma, levava essa incumbência, porque o serem bens eclesiásticos colocam as terras dos religiosos sob a alçada do direito canónico, o qual não permite aos Superiores locais senão a venda e compra de coisas miúdas. Para transacções maiores requere-se, hoje como então, o recurso a Roma. O Padre Geral, consultado, disse a princípio que se procedesse, no Brasil, como se fazia em Portugal, com os bens da Igreja. Entretanto, impetrou da Santa Sé as necessárias faculdades. O Papa concedeu-as em 18 de Dezembro de 1576 e, depois, já mais amplas, por meio de um breve, datado de 23 de Agôsto de 1579[1]. Explica-o e delimita o seu uso o P. Geral, Everardo Mercuriano, em carta a Anchieta, de 19 de Agôsto de 1579: «Propôs-se a Sua Santidade o proveito que se seguia da licença, que de lá se pede, para aforar as nossas terras *in perpetuum*. Ainda que Sua Santidade fêz dificuldade nisso, todavia, pela informação que lhe demos da qualidade das terras, a concedeu *absolute*. O que se deve entender das que são nossas até o dia da concessão [ao lado: 23 de Agôsto de 1578; a cópia do Breve de Gregório XIII diz 1579]. A-pesar do Breve, que se envia, levar a licença *absolute*, todavia nem V.ª R.ª nem os seus sucessores usarão dela, senão quando não puderem còmodamente arrendar as ditas terras por certos anos ou aforá-las por vidas. Porque sempre se julga que cada um dêstes meios é melhor que a enfiteuse *in perpetuum*[2]. Como se vê, não se fechava o caminho à enfiteuzação perpétua; a intenção do Padre Geral era, porém, manifestamente inclinada a que se não efectuasse. Nasceram daqui escrúpulos e embaraços para os Superiores do Brasil, porque o arrendamento e aforamento a prazos não tinha muitos pretendentes, e, por outro

1. *Bras. 3 (1)*, 174.
2. *Bras. 3 (1)*, 173; *Bras. 2*, 48v.

lado, o Colégio não dispunha ainda de pessoal bastante nem de possibilidades económicas para explorar em grande escala todos os seus latifúndios. Com o mesmo pensamento de salvaguardar o património do Colégio, determinara-se que, quando se vendessem algumas terras, se aplicasse o produto noutra propriedade e não na construção de edifícios como o Colégio [1]. Deviam guardar-se, pois, nestas transacções, as devidas cautelas, consultando-se primeiro os Padres graves e entendidos, para não haver surprêsas desagradáveis com escândalo de estranhos ou prejuízo da religião [2].

Medida prudente e útil. Mas a dupla proïbição de se não aplicar a edificações o produto das vendas de terras, nem fazerem-se aforamentos perpétuos, mostrou a experiência que foi contraproducente. Proposto o primeiro caso ao Padre Geral, levantou êle a proïbição em 1598, permitindo que se vendessem terras ou se construíssem casas para ajudarem ao pagamento das dívidas, então avultadas [3]. Quanto à enfiteuse perpétua, o seu impedimento causava conseqüências até de ordem moral. Entre os pretendentes à construção de engenhos nas terras maiores dos Padres (Passé, Camamu, Rio de Janeiro), contava-se o próprio Governador do Brasil, D. Francisco de Sousa, afecto e bemfeitor da Companhia. Ora a cedência da terra, a prazo, não lhe convinha. Dá-la em enfiteuse perpétua, tinham escrúpulos os padres, lembrados das determinações de Everardo Mercuriano. Consultaram, portanto, Roma. E para preparar o ambiente e moverem o seu sucessor, P. Cláudio Aquaviva, a conceder a devida autorização, tanto o Provincial, Pero Rodrigues, como o P. Inácio Tolosa, encareceram a necessidade dela e exprimiram-se por forma a que a licença se não fizesse esperar: « Um queixume teem contra nós, neste Estado do Brasil, os moradores dêle, diz o Provincial, em que cuidam teem alguma razão, e é que, tendo o Colégio do Rio de Janeiro e Baía algumas ou muitas léguas de terra, muito boa para fazer engenhos e plantar canas, com que novos moradores tenham remédio de vida, os Colégios mais alguma renda, e as rendas de Sua Majes-

---

1. *Bras. 2*, 47.
2. *Bras. 2*, 50, 142.
3. *Congr. 49*, 455-456.

tade vão em mor crescimento [...], nós não as aforamos e cresce nelas o mato e enchem-se de Aimorés». O P. Tolosa emprega linguagem idêntica [1].

Com tais informações, a resposta veio pronta. Em carta de 16 de Abril de 1601, o P. Geral tira as limitações postas ao breve de Gregório XIII. Os padres do Brasil poderiam utilizar-se dela, em pleno, daí em diante, conforme lhes parecesse. O P. Provincial aforou logo terras, no Rio de Janeiro, para um engenho, facto que vemos aprovado pelo Padre Aquaviva [2]. Em breve, se estabeleceram engenhos no Camamu, a que se juntou, depois, o deixado pela Condessa de Linhares, filha de Mem de Sá, em Sergipe do Conde. Iniciava-se, assim, um período de cultura intensiva nos latifúndios dos Jesuítas. Mas estamos já em pleno século XVII.

5. — Mantenhamo-nos no século XVI e passemos a outra fonte dos bens da Companhia, as heranças. Sôbre elas não havia no comêço ideias claras, se se deviam aceitar ou não. Em 1553, pregunta Nóbrega para Roma o que se havia de fazer com uma de Alvaro de Magalhãis, a favor de Santo António, e, por não haver êstes religiosos na terra, queriam os herdeiros fôsse para a Companhia [3]. Não achamos resposta a esta pregunta, mas conhecemos a que deu o P. Geral, em 1561. Morrera um amigo da Companhia e deixara algumas terras ao Colégio da Baía com a obrigação de rezarem certas missas. Como isto parecia estipêndio, renunciou-se à herança. Para casos futuros, Nóbrega pede de Roma as normas indispensáveis. A resposta, datada de Trento, 25 de Março de 1563, diz que, se o legado tem efectivamente a forma de estipêndio, se não aceite; mas se há desproporção ou se se oferece primeiro, e só depois se pedem as missas, então aceite-se. Parecia ao Geral que se deviam aceitar semelhantes legados, para que os Padres e Irmãos do Brasil tivessem com que se sustentar independentemente de esmo-

---

1. Carta de Pero Rodrigues, 16 de Setembro de 1600, *Bras. 3 (1)*, 193; *Bras. 8*, 10-11; Carta de Inácio Tolosa, 5 de Setembro de 1600, *Bras. 3 (1)*, 191-191v.

2. Carta de Pero Rodrigues, 25 de Agôsto de 1603, *Bras. 2*, 94v.

3. *Bras. 3 (1)*, 107.

las e provisões de El-Rei, que então nem eram perpétuas, nem certas [1].

Esclarecida assim a situação, aceitaram-se algumas heranças. *Nos Inventários e Testamentos*, de S. Paulo, acham-se alguns legados pios ao Colégio de Jesus para missas: coisa de pouca monta [2]. Doação maior é a de D. Águeda Gomes Cabral, em Pernambuco (200$000 réis, com duas vacas e umas casas), mas essa fê-la para ter as honras e os benefícios de fundadora da capela de Santa Ana, na Igreja do Colégio de Olinda [3].

Diogo Álvares, o Caramuru, e alguns outros deixaram algumas terras, como vimos. Os que entravam na Companhia também às vezes lhe legavam ou doavam os bens. Poucos também: em todo o Brasil, no século XVI, não chegam a meia dúzia. O Irmão Pero Correia, que doou os seus bens à Confraria dos Meninos de Jesus, de S. Vicente; o P. Luiz de Mesquita, o P. Gonçalo de Oliveira e uns dois ou três mais, de que achamos vagas referências.

O P. Mesquita, chegando de Portugal à cidade do Salvador, no dia 2 de Março de 1574, faleceu logo ao 1.º de Novembro dêsse ano. Legou a sua legítima ao Colégio da Baía. Quando Gregório Serrão foi a Roma, em 1576, soube em Lisboa que êle tinha duas irmãs. Preguntou ao P. Geral o que havia de fazer. Respondeu que se informasse, por via de Coimbra, de quanto valia a herança: se fôsse grande, desse às irmãs do P. Mesquita o que fôsse mister para viverem e o resto ao Colégio da Baía; senão, que ficasse tudo para elas [4].

O P. Gonçalo de Oliveira, que tinha saído da Companhia, quando tornou a entrar nela em 1584, fêz doação da sua fortuna ao Colégio da Baía. Mas, tornando a sair em 1590, ou 1591 foram-lhe restituídos « todos os seus bens com aumento » [5].

---

1. *Epp. NN. 36*, 256.

2. *No 1.º volume:* 6 cruzados (p. 69); 8 cruzados (p. 125); cinco cruzados (p. 195); dois cruzados (p. 285); mil réis (p. 449); *no 2.º volume:* dois mil réis, que foram pagos em três arrôbas e quatro arráteis de carne de porco (p. 42); outros dois mil réis (p. 113 e p. 148). Coisa idêntica se fazia com as outras casas religiosas ou com a matriz, segundo as inclinações piedosas de cada qual.

3. *Bras. 11*, 487-487v.

4. Memorial do P. Gregório Serrão, *Congr. 93*, 211.

5. *Bras. 15*, 373-373v.

Êste caso levantou um problema: e se as coisas doadas estivessem já aplicadas a obras ou gastas? Para se evitar tal tecer e destecer, determinou-se, em 1617, que as doações ou não se aceitassem ou se fizessem sempre com documentos legais [1].

6. — A falta dêstes requisitos podia prestar-se a equívocos e demandas. Como em tôdas as actividades humanas, onde se entrechocam interêsses, também nalgumas demandas se viram envolvidos os Padres. E nem sempre estaria a justiça da sua parte. Aos Colégios fizeram-se doações, cujos títulos poderiam oferecer, depois, dúvidas. A solução, em último recurso, estava nos tribunais. Em todo o caso, como as demandas teem sempre uma parte odiosa, proïbiram-se expressamente, em 1565, as civis, sobretudo as que tratassem de negócios temporais. Buscassem os Superiores do Brasil, por todos os meios, chegar a um acôrdo. E, mesmo quando êste se tornasse impossível, não se iniciasse a demanda sem licença do P. Geral ou de quem tivesse dêle expressa autoridade [2]. Movido, pois, por um pensamento semelhante, resolve e acaba, em 1553, o P. Nóbrega uma demanda com Braz Cubas, que de inimigo, que era, se transformou logo em amigo dedicado.

« Eu achei nesta Capitania, diz o P. Nóbrega, uma demanda em aberto, que trazia Pero Correia com Braz Cubas, antes que entrasse na Companhia; e, quando entrou, concertou-se o Padre Leonardo Nunes com Braz Cubas e antes que se assentasse o concêrto, foi-se Braz Cubas fugido para Portugal por coisas mal feitas nesta terra, sendo capitão. Agora, que veio, negou o concêrto a Leonardo Nunes; e, sendo êle o que devia, se andava queixando que lhe deviam. A cujas vozes mandei eu saber a coisa, como passava, e achei que Pero Correia lhe demandava dois mil e seiscentos cruzados de tôda a sua fazenda, que lhe destruíu evidentemente, pelo qual fêz Pero Correia uma doação aos meninos de tudo quanto tinha; e os mordomos seguiam a demanda. De maneira que conveio a Braz Cubas vir com lágrimas a pedir misericórdia ao mesmo Pero Correia. E onde, antes,

---

1. *Congr. 55*, 256 e 257v.
2. *Congr. 1*, 38.

o Padre Leonardo Nunes se contentava com nada, agora, por concêrto, deu os escravos, que tinha tomado a Pero Correia, e mais dez vacas para os meninos ter leite e outras coisas, e creio que lhe tirariam tôda a sua fazenda, porque, ainda que é o mais rico da terra, nem tudo bastara para pagar a demanda, se se acabara. E disse que será verdadeiro servo dos meninos. Eu consenti no concêrto por forrar a nossa vexação e outros trabalhos grandes e não destruir um próximo, e é melhor um, com paz, que vinte com contenda» [1].

Ainda na mesma vila de Santos, fundada por Braz Cubas, houve outra questão, para o fim do século: não temos os elementos para a reconstituir em todos os seus pormenores. Mas devia tratar-se ou dalguma questão de pagamento de impostos ou de casa, à qual a Companhia se julgasse com direito, por qualquer motivo, ou ser construída em terreno seu ou ter-lhe sido doada. O Provincial, Pero Rodrigues, achou melhor fazer a cedência ou composição. E o P. Geral, Cláudio Aquaviva, aprovou o facto, em carta de 4 de Outubro de 1597: «Julgamos por bem feito haver-se largado a alfândega de Santos aos oficiais de El-Rei. Pois, vistas as razões que V. R. nos refere na informação, não se podia insistir sem desgôsto do Governador e das outras justiças e procuradores de Sua Majestade. E foi boa a condição que se lhes ajuntou com seu consentimento» [2].

O Colégio da Baía possuía, em 1561, algumas léguas de terra, ainda que nalgumas delas lhe punham embaraço outras pessoas [3].

Tais diferenças resolveram-se ràpidamente, bastando para a conclusão dalgumas as cartas de El-Rei a Mem de Sá, em que lhe ordenava garantisse aos Padres a posse das terras e procedesse nisso sem apelação nem agravo [4].

D. Duarte da Costa, Governador Geral do Brasil, tinha dado a seu filho D. Álvaro da Costa, umas terras em Jaguaripe com as condições de sesmaria. D. Álvaro pediu a El-Rei que as decla-

---

1. Carta de Nóbrega, *Bras. 3 (1)*, 97v.
2. *Bras. 2*, 130v.
3. Carta de Tôrres a Laines, de Lisboa, Março, *Mon. Laines, V*, 399.
4. Carta de 10 de Janeiro de 1564, Tôrre do Tombo, *Jesuítas*, maço 80; Carta de 11 de Novembro de 1567, *Bras. 11*, 21-22v.

rasse Capitania, prometendo para isso edificar povoações e vilas. Não fêz tais edificações. As terras vieram depois a pertencer à Companhia de Jesus, em regime de sesmaria. D. Gonçalo da Costa, sobrinho de D. Álvaro, apresentou-se um dia a reclamar essas terras, alegando que eram de Capitania. Os Padres, possuïdores legítimos, com perigo de serem esbulhados, defenderam-se, declarando que as terras lhes tinham sido doadas como sesmaria; e, fora êste título, havia outro: o facto de não terem sido realizadas as condições de Capitania, que prometera D. Álvaro da Costa [1].

Outras demandas se produziram no andar do tempo. E ainda no século XVI surgiu, ameaçadora, uma com Francisco Giraldes, Governador eleito do Brasil, sôbre as terras do Camamu e dela já falámos.

Gabriel Soares acusa os Padres do Brasil, perante Cristóvão de Moura, ministro em Madrid de El-Rei Filipe, de êles deitarem os moradores fora de terras que lhes pertencem. Os Padres respondem com serenidade: «prova-se o contrário com as suas escrituras, e sempre procederam em justiça e direito». E acrescentam que se acabaram os litígios com os colonos, «depois que a justiça deu a cada um o seu» [2].

Um caso, narrado pelo mesmo Gabriel Soares, mostra o estado de espírito dos acusadores da Companhia, que se deixaram surpreender na sua boa fé por informações fantasistas e inverosímeis (já então!) como a seguinte. Diz êle: Um «agravo fizeram os Padres da Baía a João de Barros, que agora está morador em Lisboa, a quem pediram licença para que lhes deixasse fazer nas suas terras, junto do seu engenho, um curral pera receber nêle umas poucas de vacas, até que se lhes despejasse outra terra, que tiravam a quem a possuía de renda, o qual lha deixou fazer, cuidando pedirem esta licença sem malícia; os quais Padres, como tiveram feito o curral, uma noite de luar trouxeram em carros uma casa feita de peças, a qual, nesta noite, armaram e telharam e assentaram-lhe as portas, de maneira que, ao outro dia, amanheceu feita. E como João de Barros lhes deu licença pera cur-

1. Cf. *Pleito com os Jesuítas sôbre terrenos de Sesmaria no Brasil*, BNL, Col. Pombalina, 475, f. 396.

2. Capítulos, *Bras. 15*, 384 e 388 (6.º, 7.º e 41.º).

ral, não atentaram os seus pelo feitio da casa, entendendo que também lhe daria licença pera se fazer. E, passando o sobredito pera a cidade, vendo a dita casa, pasmou de tamanho atrevimento. Queixando-se disto ao Reitor, lhe respondeu que aquela terra era do Colégio e que por isso estavam de posse dela e que lha não haviam de despejar e que, se quisesse alguma coisa contra o Colégio, que mandasse requerer perante o seu juiz, que tinham em Roma. Pelo que, estêve êste homem em risco de se perder com êles, senão acudiram outras pessoas a o persuadir que tivesse paciência ».

Os Padres responderam, simplesmente, com a afirmação da posse jurídica das terras e a negação pura do resto, por inútil. « A terra é do Colégio e dela está de posse há mais de 40 anos, como consta da carta de sesmaria, que dela temos, por onde o Colégio não tinha necessidade de pedir licença para fazer o curral. O que diz da casa não passou pola imaginação, salvo a êle, nem houve tais brigas com João de Barros nem se achou passar assim coisa nenhuma das que aqui diz » [1].

É extraordinária a credulidade de Gabriel Soares, quando se trata da Companhia — um precursor! Ao falarmos da questão da liberdade dos Índios, veremos o motivo verdadeiro e profundo que o movia contra o Colégio. O ser parte naquela questão enfraquecia-lhe o critério apreciativo, quanto aos bens e intenções dos Padres. Afirmando que êles só começaram a ser mal vistos, depois do Provincialado do P. Luiz da Grã, respondem: « Os Padres sempre procederam com os moradores como agora, mas êles não procedem como quando eram poucos e não faziam coisas com que cerrassem a porta aos sacramentos, com que os Padres os consolavam. O qual agora e em todo o tempo hão-de achar menos, os que fazem o que não devem com os Índios. E daqui nascem as queixas e durarão emquanto êstes agravos durarem, os quais muito cresceram, depois que o sertão foi aberto por Luiz de Brito, que haverá dezóito anos, pouco mais ou menos, do que o *informante bem sabe pela parte que lhe coube.* E se os Índios não foram, de que a Companhia tem particular protecção, pelo que importa à conversão, os Padres foram,

---

1. Capítulos, *Bras. 15,* 384 (10.º).

ainda agora, adorados como deuses, a dito de todos. Mas êles teem conta com o que mais importa »[1].

Compreende-se que, para atingir os Padres na questão dos Índios, lhes movessem dificuldades noutros campos. E êles não podiam deixar-se esbulhar impunemente dos seus bens ou ludibriar nos seus direitos. Para evitar possíveis surprêsas, deixou o Visitador, Cristóvão de Gouveia, em 1589, a seguinte ordem: « Quando a justiça fôr clara da nossa parte e não houver tempo pera dar conta ao Provincial, bem poderá o P. Reitor intentar e prosseguir demanda, *auditis consultoribus*, sendo coisa de importância e haver perigo *in mora* ». Êle próprio justificava para Roma: « esta faculdade parece que é necessário ter o Reitor, porquanto o Provincial está ausente, muitas vezes um ano e dois, sem poder ter resposta sua »[2].

Nas demandas, segundo a legislação do tempo e por se tratar de bens da Igreja, as comunidades religiosas podiam nomear (não em Roma, como dizia Gabriel Soares, mas nas respectivas cidades) um Conservador que, depois de estudar a questão, dava a sentença. Preguntaram uma vez do Brasil, se o Conservador do Colégio podia sentenciar contra êle. De Roma responderam, que se elegesse conforme aos privilégios da Companhia. Feito isto, o Conservador podia dar a sentença, como lhe parecesse, a favor ou contra, segundo os ditames da sua consciência e da justiça[3].

Não eram só demandas sôbre questão de bens materiais aquelas em que, às vezes, se viam envolvidos os Padres. Achamos também outro género, em que estão do lado da Companhia os interêsses superiores e espirituais dos Índios. É o caso de os Jesuítas irem ao sertão descer gente para a catequese e trazerem juntamente antigos escravos dos colonos. Fugidos no sertão, ninguém os poderia obrigar a descer. E se não viessem com os Padres, por lá ficariam, abandonados e inúteis para a doutrina e a civilização. Nestas circunstâncias, os Padres convenciam-nos a baixar, mas é natural que lhes prometessem a liberdade. Os colonos, porém, tendo à mão os seus antigos escravos, procuravam

1. Capítulos, *Bras. 15*, 383v(4.º).
2. Roma, Gesù, *Colleg. 13* (Baya).
3. *Bras. 2*, 83v.

logo rehavê-los. Surgia então a luta e a demanda, como esta que conta o P. Provincial, Pero Rodrigues:

«Quando, por mandado de V.ª Paternidade, vim de Angola e entrei nesta Província, que foi a 19 de Julho de 94, achei uma missão ordenada pelo P.ᵉ Provincial, Marçal Beliarte, de que ia por Superior o P. António Dias, com três companheiros, à serra do Arari, continuarem a missão como estava ordenado. E indo pelo sertão, além do Rio Real, encontraram com algum gentio, que desejava de vir pera a Igreja, mas tinham um grave impedimento que era terem entre si muitos parentes, que tinham sido escravos dos Portugueses. Os Padres se viram em muito apêrto, porque ou não haviam de trazer gente nenhuma ou haviam de trazer os escravos com perigo de revoltas, que cá podiam suceder sôbre êles, como de-feito sucederam. Vendo-se nesta dúvida, e que estavam em perigo de se levantar o gentio e matá-los, se resolveram em trazer os livres e escravos juntamente, dando-lhes palavra que viveriam em sua liberdade, que por todos seriam quatrocentas almas. Foram bem recebidos dos parentes que estavam nas Aldeias, mas logo se começou a levantar grande poeira da parte dos senhores, cujos escravos ali vinham, que eram os principais da terra, contra os Padres, pedindo que lhos entregassem. O Superior dêste Colégio teve mão em lhos não dar, pola palavra de liberdade, que o Padre lhes tinha dado no sertão. Chegou o negócio a demanda formada, arrezoando e alegando direito de parte a parte; nós pela liberdade dos Índios e êles por seus escravos. Neste meio tempo, mandou o Governador Geral que, emquanto ia a apelação e vinha sentença do Reino, fôssem aquêles escravos postos em uma fronteira contra os Aimorés, porque, estando em serviço de El-Rei, e defendendo a terra, ninguém pudesse, entretanto, bulir com êles. Correu a demanda em Lisboa, e finalmente se deu sentença que não fôssem os tais escravos entregues a seus senhores. E o fundamento da sentença é que, visto terem fugido a seus senhores pera suas próprias terras e parentes, tinham em direito alcançada liberdade. Foi esta uma grande mercê de Nosso Senhor assi pera os Índios como pera os Padres que, daqui por diante, com mais segurança, quando prègarem ao gentio, lhes farão o campo franco, prometendo-lhes liberdade, pois assim se tem julgado no Supremo

Tribunal do Reino. Quando o Padre Procurador nos mandou esta sentença, escreveu que, depois dela dada, alguns letrados, que tinham contrário parecer, se desceram dêle, e que já se começava também de praticar em África e outras partes sujeitas à Coroa do Reino de Portugal»[1].

7. — Concluamos esta matéria com uma palavra sôbre a forma especial de propriedade, que era o navio ou navios da Companhia, e como se originou a necessidade de os possuir. Durante todo o século XVI, as comunicações regulares do Brasil eram marítimas. O movimento para o interior, de penetração catequética, agrícola ou pastoril, que se ia operando lentamente, vinha desembocar todo em povoações costeiras por onde se escalonavam, como colar luminoso, os Colégios e grandes residências, excepto S. Paulo. Todavia, também êste era servido pelos portos de S. Vicente ou Santos. A obrigação, que incumbia ao Provincial, de visitar canònicamente as diversas casas do Brasil tinha, pois, que se efectuar por via marítima e acarretava despesas extraordinárias. Nóbrega e o P. Grã fizeram as suas primeiras visitas aproveitando as armadas, mas nem sempre poderiam ficar dependentes da irregularidade de tais viagens. Portanto, recorreram a Lisboa e, no dia 14 de Fevereiro de 1575, passou D. Sebastião um alvará, em que ordenava aos governadores das Capitanias do Brasil, dessem embarcação e mantimento ao Provincial ou Visitador e a dois companheiros seus, quando fôssem visitar as casas e Colégios, de três em três anos. «Isto com diligência e de maneira que por falta destas ajudas se não deixe de fazer a costumada visitação»[2].

Alvitrou-se depois que seria mais prático fazer o pagamento pelo almoxarifado real. Calcularam-se as despesas em 80$000 réis, como mandara El-Rei, cada três anos. Mas o Visitador, em 1583, escreveu que nem 100$000 réis, por ano, che-

---

1. Carta de Pero Rodrigues, Baía, 19 de Dezembro de 1599, BNL, fg, cx. 30, 82 (7.º); *Bras. 15*, 369 (10), 473v-474.

2. Arq. Hist. Col. *Registos*, I, 241, Tôrre do Tombo, *Jesuítas*, maço 80; *Bras. 11*, 13v. Já antes tinha El-Rei mandado dar ao Bispo do Salvador embarcação para as viagens, que êle, como Prelado, também era obrigado a fazer nas visitas pastorais. — Alvará de 9 de Setembro de 1559, Arq. Hist. Col., *Registos*, I, f. 197; Cf. *Rev. do Inst. Bras.* 67, 1.ª P., (1894) 61.

gariam, quanto mais 80$000 só de 3 em 3. E observava que tais visitas não eram úteis apenas à observância ou regime interno da Companhia, mas aos próprios Portugueses que se ajudavam espiritualmente dos Padres da Companhia, ao passarem assim nas suas terras[1]. El-Rei, em 1589, manda aumentar efectivamente para 100$000 réis trienais os 80$000 anteriores[2].

Entretanto, acharam os Padres que era mais útil possuir navio próprio, construindo-o à sua custa e aplicando depois à manutenção dêle o subsídio de El-Rei. Para ser menos oneroso, começaram também a receber passageiros, que pagariam o respectivo frete. Pareceu ao Geral que era maneira de negociar e ordenou a Anchieta que o vendesse. Em carta de 15 de Janeiro de 1582, recebida em Roma a 20 de Julho, punha Anchieta as suas dificuldades. Era êste um dos pontos que o Visitador levava para resolver no Brasil[3]. O P. Gouveia, feitas as consultas do estilo e vendo que até a gente de fora reconhecia vantagem em se manter a embarcação, determinou que se não vendesse, e organizou êle próprio o modo como se havia de proceder daí em diante:

«Havendo navio de casa, como é bem que haja, em que o Padre Provincial visite a Provincia, não se levem nêle mulheres. E a matalotagem, assim para os Padres e Irmãos como para os marinheiros e moços de navio, se fará à custa do Colégio para onde fôr; e, depois de chegados, se sustentarão uns e outros à custa do mesmo Colégio; e sòmente se porá em conta à custa de tôda a Província o que se gastar em benefício do navio e em soldadas dos marinheiros, que nêle servem. O preço das coisas, que derem, será o que lhes custaram, e as que se não compraram, se darão pelo mais baixo da terra e as coisas miúdas não se devem levar em conta. O gasto, que assim se fizer por conta de tôda a Provincia, se compensará com os fretes tanto das pessoas como das demais coisas, que forem para cada Colégio, e, quando os fretes não bastarem, se repartirá o gasto *pro rata* pelos três Colégios, ao cabo de cada ano, à razão de sessenta ao Colégio da Baía, cinquenta ao do Rio de Janeiro e vinte ao de Per-

1. Carta de Gouveia, de 25 de Julho de 1583, *Lus. 68*, 340.
2. *Bras. 3 (2)*, 359.
3. Roma, Gesù, *Colleg.* 20 (Brasil).

nambuco; e de cada Colégio *pro rata* darão os escravos necessários para o govêrno e serviço do navio »[1].

Em 1592, havia dois navios da Companhia: um em que viajou o P. Marçal Beliarte, quando foi visitar o Rio de Janeiro, e « *outro* navio da mesma Companhia », que foi tomado e saqueado pelos corsários ingleses[2].

Êste facto de ser tomado pelos corsários um navio da Companhia fêz que o P. Beliarte pensasse em arranjar outro mais ligeiro. Vendeu, portanto, o que tinha e mandou fazer um, com seis remos por banda, menor, para em caso de necessidade, durante as calmarias, escapar aos corsários[3].

O dinheiro, que El-Rei dava para o custeio do navio — aplicavam-no, às vezes, os Provinciais a missões entre os Índios, Amoipiras, Carijós, etc.[4].

---

1. Visita do P. Gouveia, 1586, *Bras.* 2, 142v; Cf. *Lus. 68*, 340. Franco, *Imagem de Évora*, 178.

2. Carta de Beliarte, de 9 de Agôsto de 1592, *Bras. 15*. 409.

3. Carta de Beliarte, de 15 de Maio de 1593, *Lus. 72*, 94.

4. Pero Rodrigues destinou-o, uma vez, à missão dos Amoipiras *(Congr. 49*, 466). O facto repetiu-se. Nas respostas a um Memorial do P. Provincial do Brasil do ano de 1608, lê-se: « Ao 6.º, haver o *placet* dos 250 cruzados que gastei da esmola do navio com a missão do P. Lobato ». O *placet* do Geral veio: « Que por hũa vez o podia fazer, mas veia que nam se agrave a Província ». — *Congr. 51*, 220. Tratava-se da célebre Missão aos Carijós dos Patos.

CAPÍTULO IV

Indústria pastoril e agrícola

1 — Criação de gado; 2 — Indústria agrícola; 3 — Canaviais; 4 — Os bens da Companhia.

1. — Os Portugueses levaram para o Brasil, logo nas primeiras expedições colonizadoras, os animais domésticos de uso corrente em Portugal. Segundo a *Informação das Terras do Brasil*, de Nóbrega, havia ali bois, vacas, ovelhas e galinhas, em grande quantidade [1]. E, em 1555, dizia o P. Luiz da Grã, que os Índios antes não tinham carne «senão de mato, que êles caçavam com as suas flechas e laços, e agora também com cãis, que lhes deram os cristãos. Mas todo o género de gado se cria em abundância, porque os cristãos teem muitos porcos, bois, cabras, galinhas, patos, etc.» [2].

Os Jesuítas promoveram essa criação em tôdas as casas que abriram e nas Aldeias que administraram. E vemos que, na visita do P. Cristóvão de Gouveia, os Índios vinham prestar-lhe as suas homenagens, oferecendo-lhe, entre outras coisas, patos, galinhas e leitões. Vasconcelos enumera também perdizes e rôlas [3]. O mesmo Cardim, tratando *dos animais, árvores, ervas, que vieram de Portugal e se dão no Brasil*, enumera cavalos, vacas, porcos — «é cá a melhor carne de tôdas, ainda que de galinha» — ovelhas, cabras, galinhas, perus, adens, cãis, tão estimados dos Índios por os ajudarem na caça que «os trazem as mulheres às costas de

---

1. Nóbr., *CB*, 98.
2. Carta do P. Luiz da Grã ao P. Geral, 2 de Dezembro de 1555, *Bras. 3 (1)*, 140v.
3. Cardim, *Tratados*, 293; Vasc., *Crón.*, 149.

uma parte para outra e os criam como filhos e lhes dão de mamar ao peito » [1].

Entre os animais caseiros, começaram também os Padres a criar coelhos e pombas; vemos, porém, em duas observações, emanadas de Roma, de 1589 e 1598, que era melhor que os Padres se não ocupassem com essa criação, considerada superfluïdade ou alimento de luxo [2].

O comêço do gado dos Jesuítas, no Brasil, foram 12 novilhas que diz o P. Nóbrega, em 1552, ter conseguido, no valor de 30$000 réis. Pertenciam às que enviara ao Brasil El-Rei D. João III [3].

Nóbrega não tinha com que pagar aquêles 30$000 réis e pedia que, em Portugal, lhe alcançassem de El-Rei, como efectivamente se alcançou, a respectiva provisão ou condonação [4]. Algumas destas vacas iriam para as casas das Capitanias. Indicando Nóbrega, em 1561, que o melhor para o Colégio era a criação de vacas, por se aproveitar tudo, « carnes e couros e leite e queijos », (indústria de lacticínios e curtumes) acrescenta que o Colégio de S. Vicente já tem 100 cabeças de 7 ou 8 que houve; e mais teria, se não fôssem as opiniões do P. Grã, que tendiam a encurtar os bens da Companhia em oposição ao P. Nóbrega.

1. Cardim, *Tratados*, 104-106; cf. Francisco Soares, *De algumas coisas mais notáveis*, 374; José Ribeiro de Sousa Fontes, *Animais europeus introduzidos na América*, na *Rev. do Inst. Bras.*, XIX (1856) 508 ss., quási não fala do Brasil, por desconhecer as fontes históricas brasileiras.

2. Gesù, *Colleg. 13* (Baya); *Congr. 49*, 455.

3. « Este ano passado veo a esta cidade a caravellà *Galga* de V. A. com guado vacuum, que he a mayor nobreza e ffartura que pode aver nestas partes ». — Carta de Tomé de Sousa a El-Rei, Baía, 18 de Julho de 1552, Tôrre do Tombo, *Corp. Cron. I*, maço 86, doc. 96, publicada por Pedro de Azevedo, na *Hist. da Col. Port. do B.*, III, p. 362. No texto, dá o mesmo Azevedo à caravela o nome de *Galega*. Diz Tomé de Sousa que, em 18 de Julho de 1552, ela tinha voltado a Cabo Verde, a buscar mais gado « e um ano que é partida daqui ». Portanto, deve ter chegado à Baía em 1551. Com efeito, em 1551, chegou a armada comandada por António de Oliveira: « Llevó tambien esta armada y otras que cada año fue continuãdo el magnanimo Rey, ganado, semillas y muchos mercaderes, y hacienda para que se ocupasse muy de proposito la tierra ».—Frey Antonio San Roman, *Historia General* (Valladolid 1603) 694.

4. Nóbr., *CB*, 130; cf. *Registos do Conselho Ultramarino*, na *Rev. do Inst. Bras.*, 67, 1.ª P., p. 57.

O Colégio da Baía terá outras tantas, de 6 novilhas que o mesmo Nóbrega tomara das que El-Rei enviou ao Brasil [1]. As de S. Vicente foram doadas por Pero Correia e Braz Cubas, que para fechar a contenda que teve com êle, entregou 10 vacas para o leite dos meninos estudantes [2]. O gado do Colégio de Pernambuco começou por 80 vacas, que se compraram em 1576 para sustento do Colégio, que funcionava desde 1568, mas que naquele ano dotou El-Rei D. Sebastião [3].

Assim pois foi-se espalhando o gado pelas casas dos Jesuítas. E a previsão de Nóbrega realizou-se plenamente: a indústria de lacticínios prosperou. Alguns anos depois, em 1584, passou Fernão Cardim por uma fazenda situada nos arredores da Baía, entre as Aldeias do Espírito Santo e Santo António. «Fomos jantar a uma fazenda do Colégio, diz êle, onde um Irmão, além de muitas outras coisas, tinha muito leite, requeijões e natas que faziam esquecer Alentejo» [4].

---

1. *Bras. 15*, 114.

2. Nóbr., *CB*, 155; *Bras. 3 (1)*, 97v; Carta de Luiz da Grã, *Bras. 3(1)*, 147v.

3. *Bras. 11*, 447; *Fund. de Pernambuco*, 74v (63), edição do Pôrto. Na edição do Rio, p. 49, houve salto, omitindo-se a referência às «ochenta bacas».

4. Cardim, *Tratados*, 311. Notemos, de passo, que esta sumária exposição responde a uma pregunta, que se tem feito, sôbre a origem do primeiro gado do Brasil. A ela respondeu Ferdinand Denis confusamente: «Uns dizem que dos gados abandonados no comêço do século XVI nas margens do Paraguai. Pinheiro Fernandes diz que o Rio Grande do Sul recebeu de S. Vicente os primeiros animais. Por sua vez dizem os Jesuítas que todo o gado do Brasil provém de 11 vacas e um touro que os seus missionários tinham levado para o Guairá». — Fernando Denis, *Brasil*, I, 81, texto e nota. O que se conhece, diz Afonso Taunay, é que Cipriano de Góis levou (em 1555) para Assunção 7 vacas e um touro «origem do colossal rebanho que hoje povoa a pampa argentina». — Taunay, *Bandeiras Paulistas*, I, 41.

Ferdinand Denis ignorava a *Informação do Brasil para Nosso Padre*, há muito publicada e escrita alguns anos antes da fundação das Missões do Guairá: «Há nesta terra (do Brasil) abundância de gados, como bois, porcos, galinhas, perus, patos e carneiros e cabras, ainda não muitos porque começam agora; e *tudo isto veio do reino*». — Anchieta, *Cartas*, 428. Aliás, na mesma época, Antón de Pablos, pilôto da Armada do General Diogo Flores Valdés, num *parecer*, que deu em Espanha «sobre lo que debe hacerse para socorrer a dicho Estrecho» de Magalhãis, diz que «de ganados bibos para multiplicacion se podra tomar en la costa del Brasill como es en el Rio de Jenero y Puerto de san Viçente bacas puercos algunas cabras y tambien se podra sacar destos puertos dos dozenas de yeguas e cavallos». — Arq. de Sevilha, *Patronato real*, I-12-23, n.º 3, r.º 51. Publicado por Pastells, *El Descubrimiento*, 736.

Em resposta ao que dizia o P. Nóbrega, em 1561, sôbre a criação de gado bovino, o P. Geral Diogo Laines não só aprova o seu modo de proceder, mas encarece a necessidade das fazendas para a sustentação dos meninos índios e mamelucos, que estudam nos Colégios[1]. Todavia, o P. Francisco de Borja, que lhe sucedeu no Generalato, manifestou-se de opinião contrária: « que se não criasse gado para vender; sobretudo agora que El-Rei deu a dotação da redízima, e que vissem no Brasil se era possível passar sem tais encargos », « para o fim que pretendemos, que é a salvação das almas, nossas e alheias »[2]. Como não era fácil prescindir de tais encargos, num postulado da Congregação Provincial de 1568, levado a Roma pelo próprio Padre Visitador Beato Inácio de Azevedo, representa-se ao P. Geral que o Colégio e as casas podem e devem ter as vacas e escravos, que forem precisos, se não houver meio de se sustentarem sem isso[3].

Aceito o postulado, desde então desapareceram as dificuldades de carácter interno. E a criação de tôda a espécie de gado tomou grande incremento, dado o espírito de economia e previdência, que usaram os Padres. Escreve Anchieta a respeito de Nóbrega. O P. Nóbrega « com a certeza que tinha da multiplicação dos Irmãos no Brasil, no princípio em Piratininga, ainda que se padecia muita fome, mui raramente mandava matar alguma rez, emquanto eram poucas as vacas, para que multiplicassem para os vindoiros. Bem mostra a experiência o espírito de Deus, que o movia, porque ainda que os Colégios da Baía e Rio teem fundação de El-Rei, contudo era impossível sustentarem-se com ela, se não foram as terras e vacas, que o P. Nóbrega com tanta caridade foi granjeando, que é a melhor sustentação que agora teem, com que se criam tantos Irmãos, que fazem tantos serviços a Deus no Brasil »[4].

Em geral, perto das Aldeias dos Índios a cargo da Companhia, havia alguns currais, não só para ocupação da gente, mas

1. *Mon. Laines VI*, 578-580.

2. Carta de 30 de Janeiro de 1567 ao P. Inácio de Azevedo, *Mon. Borgia, IV*, 399-400; e de 22 de Setembro de 1567, *ib.*, 524.

3. « Ex vaccis et seruis potest et debet haberi quod necessum fuerit tam in hoc Collegio quam in oppidis quae dicunt Capitanias: si alius modus quo Nostri sustentari possint, inveniri nequeat », *Congr. 41*, 299v.

4. Anchieta, *Cartas*, 475-476.

para sustento dela mesma, evitando assim que os Índios levassem a vida anterior, semi-errante e venatória. É o caso das que ficavam ao norte da Baía, Santo António, Espírito Santo e São João: « à sombra e circuito destas aldeias teem os Padres quatro ou cinco currais de vacas, ou mais, que granjeiam, de que se ajudam a sustentar » [1].

Dêste sustento beneficiavam não só os Padres, alunos e Índios, mas gente de fora, a quem se dava carne na portaria no Colégio da Baía. E dava-se tanta, aí por 1588, que foi preciso pôr moderação nisso para não ser preciso comprar gado. E para o mesmo efeito, determinou o Visitador que « andem sempre vivas quinhentas vacas parideiras » [2]. Aquelas poucas vacas adquiridas pelo P. Nóbrega tinham proliferado bem! Esta ordem é de 1 de Janeiro de 1589, quando ainda persistiam algumas dificuldades externas, comuns a todos os colonos, provenientes das qualidades das terras, fracas a longo prazo, como as da Baía, o que obrigava o Colégio a mudar com freqüência os currais duns pastios para outros. A Junta Governativa do Brasil concedeu, a 8 de Maio de 1590, campos mais vastos no Rio de Joanes. Dificuldades desta ordem quási não existiam em S. Paulo, onde há « muito pasto nos campos que são mais grandes que os de Santarém » [3].

2. — Ao mesmo tempo, e precedendo a própria criação de gado, davam-se os Padres à agricultura e anotavam o que viam e faziam. A *Informação das Terras do Brasil*, em 1549, dá conta das plantas portuguesas, que encontraram, uvas, cidras, limões e figos. As uvas, diz Nóbrega, davam duas vezes por ano; porém

1. Gabriel Soares, *Tratado*, 39.

2. Roma, Gesù, *Colleg. 13* (Baya).

3. *CA*, 483. Também «antes de 1600, já havia criação bovino no litoral fluminense, sendo um dos principais núcleos a Real Fazenda de Santa Cruz, no Realengo, o que se conclue, diz o Dr. Vieira Fazenda, pela existência então de curtumes na cidade do Rio de Janeiro », Henrique Silva, *Indústria Pastoril*, em *O Brasil, suas riquezas naturais.—Suas industrias*, II, (Rio 1908) 403. A Fazenda de Santa Cruz só se desenvolveu verdadeiramente no século XVII. O gado para aquêles curtumes poderia provir da fazenda de Iguaçu nas terras que deu Estácio de Sá ao Colégio do Rio de Janeiro, onde houve criação de gado desde 1569, ano em que mandou para lá algumas vacas o P. Luiz da Grã, *Bras. 3 (1)*, 163v.

são poucas por causa das formigas; os figos eram tão bons como os de Portugal[1]. Lery escreve que os Portugueses levaram também para o Brasil laranjeiras e limoeiros[2]. E, em 1551, já as vides tinham dado uma vez uvas na cêrca dos Padres, em S. Vicente. Na mesma cêrca existiam laranjeiras, cidreiras e limoeiros[3]. Em Piratininga, mais tarde, havia, além disto, marmeleiros, limeiras, roseiras, cravos amarelos e vermelhos, cebola, cecém, rosas de Alexandria, etc.[4]. Já existia a cana em tôda a costa, onde quer que houvesse gente branca[5]. Tais eram as plantas principais, que os Portugueses levaram para o Brasil desde os primeiros dias da colonização, e que os Jesuítas, por sua vez, cultivaram e desenvolveram.

Todos os Padres tecem elogios à fecundidade da terra; mas, bons observadores, distinguem os prós e os contras e a diversidade das regiões. « A terra é mui grossa e larga, diz Nóbrega, e uma planta, que se faz, dura dez anos aquela novidade, porque, assim como vão apanhando as raízes, plantam logo ramos e logo arrebentam » [6]. A experiência mostrar-lhes-ia que as terras se não podiam lavrar muitos anos seguidos e que enfraqueciam ao fim de dois ou três, sendo preciso deixá-las descansar algum tempo. Acharam também estarem as costas cobertas de areais e que os cristãos, excepto em S. Vicente, ainda se não atreviam, em 1555, a penetrar nas terras do interior, melhores que as da costa. Havia, além disto, um inimigo terrível da agricultura, as formigas, que « teem na bôca umas como tenazes » e dão cabo da mandioca e da videira, que « hoje está cheia, e amanhã só serve para se pôr ao fogo » [7]. Mas, precavendo-se o homem contra êstes inimigos, o triunfo é certo e fácil, porque tirando os areais da costa, dizem os Padres, « nem a água nem o muito sol causa fome como em Portugal e outras partes, mas em todo o tempo que um quiser trabalhar e pôr o têrço da diligência, que

---

1. Nóbr., *CB*, 97-98.

2. Jean de Lery, *Histoire d'un voyage faict en la terre du Brésil autrement dite Amérique*, cap. XIII, na *Rev. do Inst. Bras.* 52, II (1889) 242.

3. *CA*, 106.

4. Cardim, *Tratados*, 356.

5. Cardim, *Tratados*, 107-108; Anch., *Cartas*, 429.

6. Nóbr., *CB*, 80.

7. *CA*, 142; cf. Anch., *Cartas*, 432.

põem os lavradores da Beira e do Alentejo, terá que comer e que dar»[1].

As primeiras roças dos Padres datam de 1550, quando chegaram à Baía os meninos órfãos de Lisboa. Começaram pelo mais necessário e urgente: mandioca, que era o pão da terra, legumes, frutas e algodão.

Luiz da Grã escrevia, em 1555: «Pão de trigo não há senão de Portugal, ainda que em S. Vicente se semeia e colhe, muito formoso; mas, nem ali nem nas outras Capitanias, se trabalha por o semear, porque êste mantimento da terra, de raízes de árvores, a que chamam mandioca, aipim, farinha, é suficientemente bom, e ainda que a mandioca é peçonha, se se bebe a sua água, contudo a farinha, que dela se faz, não faz mal à saúde. O aipim come-se cru, como muitas outras raízes, de que usamos, e desta farinha se faz pão de muitas maneiras. Há, contudo, muito milho, e arroz muito bom, e em muita quantidade. As frutas próprias da terra são de muitas diferenças e muito estranhas. Tem-se experiência que quási tôdas as que há no Reino se dariam cá muito bem. E se não fôsse a destruïção, que faz a formiga nas árvores, já houvera todo o género de plantas. Vinho se faz nesta Baía, que eu vi»[2].

Trinta anos depois, descreve Fernão Cardim o que existia nas cêrcas de cada casa e Colégio[3]. A *Informação do Brasil para Nosso Padre*, a seguir a uma belíssima descrição da fruticultura do Brasil, conclue: «Tôdas estas frutas se dão nas hortas e nos campos em grande quantidade e delas se fazem conservas, como laranjadas, cidradas, limões, ananases em conserva e outros; e cruas não faltam aos Nossos para antepasto. Da terra há poucos legumes, mas de Portugal há muitos, scilicet, couves, rábãos, alfaces, pepinos, abóboras, gravanços, lentilhas, perrexil e erva boa e outras muitas; e, em Pernambuco e Rio de Janeiro, muitos melões da terra e Guiné: há muitas abóboras e favas, que são melhores que as de Portugal; e são tão sãs como ervilhas e feijões e outros legumes; e todo o ano não faltam de ordinário aos Nossos, e muitos dêles teem em suas roças»[4].

1. *CA*, 383.
2. Carta ao P. Geral, de 2 de Dez.º de 1555, *Bras. 3 (1)*, 140v.
3. Cardim, *Tratados*, 289, 296, etc.
4. Anch., *Cartas*, 430.

Fernão Cardim, além das frutas mencionadas, assinala a existência de romãs, em Pernambuco [1].

Oliveira Lima, descrevendo a païsagem pernambucana, árida ao tempo da descoberta, sem os diademas farfalhantes dos coqueiros nem a folhagem densa e sóbria das mangueiras, escreve que foram os Jesuítas «os principais importadores não só dos coqueiros e das mangueiras, como de outras espécies vegetais da Ásia e da África, que muito enriqueceram a flora brasílica. Antes, eram só cajueiros ralos e de fôlhas claras, que se espalhavam pelo litoral, confundindo-se com a vegetação rasteira dos mangues [2].

Diz Borges de Barros que o algodão já era cultivado na Baía, em 1587 [3]. Os Jesuítas cultivaram-no muito antes. Nóbrega observa a sua existência, logo que chegou, e mandou plantá-lo pouco tempo depois: e «agora mando fazer algodoais», pensando remetê-lo para Portugal e com êle se tecerem os panos e as roupas dos Padres, Irmãos e alunos do Colégio da Baía [4]. Afinal, os Jesuítas resolveram fabricá-lo ali mesmo, no Brasil, dando-se o Irmão (depois Padre) Vicente Rodrigues a aprender o ofício de tecelão, ensinando-o aos Índios [5]. E, já em 1558, se podia dar para a Europa esta notícia de extraordinário alcance civilizador: «Um dêstes moços, que os anos passados criámos e se ensinou a tecelão, está com o seu tear em S. Paulo [aldeia da Baía] e já faz pano; e o cuidado, que antes tinham todos nas festas da carne humana e em suas guerras e cerimónias, o convertem em plantar algodão e fiarem-no e vestirem-se; e êste é agora seu cuidado, geralmente, e é comêço para todos se vestirem e de-facto muitos o andam» [6].

Outro género agrícola de grande importância moderna é o tabaco ou fumo. Não foi cultivado directamente pelos Jesuítas, pelo menos ao comêço. Mas ficou ligado ao seu nome Luiz de Góis, que, segundo o autor da *Crónica de D. Manuel*, o deu a

1. Cardim, *Tratados*, 328.
2. Oliveira Lima, *A Nova Lusitânia*, na *Hist. da Col. Port. do B.*, III, 292-293.
3. *Annaes do Archivo Publico e Museu do Estado da Bahia*, 14 (1927) 42.
4. Nóbr., *CB*, 130.
5. *Fund. de la Baya*, 4v ; Vasc., *Cron.*, I, 83.
6. *CA*, 204-205.

conhecer na Europa. É a erva a que os Índios chamam *betum*. «Esta erva trouxe primeiramente a Portugal Luiz de Góis que depois, sendo viúvo, se fêz na Índia dos da Companhia do nome de Jesu» [1].

Nóbrega, em 1550, assinala já as qualidades desta erva [2].

3.—Quando o mesmo Nóbrega, em 1561, enviou, para Portugal e Roma, ananases, compotas de ibas, cararases e abóbora, asseverou que não mandava açúcar, porque se escandalizariam alguns com isso [3]. Era açúcar provindo de engenhos alheios. Os Jesuítas não possuïriam engenho próprio no Brasil durante todo o século XVI e o açúcar, que remeteram a Portugal, recebiam-no de particulares ou da fazenda real. Supuseram êles que as dotações de El-Rei bastariam para o seu sustento, junto com as terras que reservaram para as culturas de géneros indispensáveis ao uso quotidiano do Colégio e para pastio do gado, ou então como fonte de rendimento, por meio de aluguéis, sem ser preciso assumir a exploração directa das terras, em grande escala, com a natural concorrência aos demais senhores de engenho e outras inquietações administrativas. As terras, porém, davam pouca renda, na Baía: Em 1575, as que se tinham arrendado produziam apenas 15.000 réis [4]. E, assim, quando se construíu o Colégio e as despesas aumentaram com o número crescente de Padres e estudantes, ficando as rendas de El-Rei estacionárias, e, o que é pior, adiados muitas vezes os pagamentos, não acharam outra saída senão buscar por si-mesmos os

---

1. Damião de Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Emanuel*, I, cap. 56, *Dalgumas particularidades da terra de Santa Cruz, e costumes da gente della* (Coimbra 1790) 135.

2. Nóbr., *CB*, 111-112. « Pelo que é do Brasil, cabe ao frade André Thevet, companheiro de Villegaignon na expedição de 1555, a precedência nas notícias sôbre a cultura do fumo entre as nossas tríbus indígenas. «Domingos Sérgio de Carvalho, *Considerações Historicas sobre a cultura do fumo*, in *O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias*, II, 232; F. C. Hoehne, *Botânica e Agricultura no Brasil*, século XVI (S. Paulo 1937) 93.

A data da carta de Nóbrega, 1550, coloca-o à frente dêsse e de todos os autores conhecidos que escreveram sôbre a existência da preciosa planta no Brasil.

3. *Bras. 15*, 114.

4. *Bras. 15*, 329.

recursos necessários e urgentes para cobrir as despesas imediatas e pagarem-se as dívidas, que se iam amontoando e orçavam já por 5.000 cruzados. Eram as circunstâncias imperativas da Colónia a exigir dos Padres uma acomodação ou transigência com as realidades. Pediram, pois, licença a Roma para plantarem canaviais no Camamu. Concedeu-a o P. Geral, contanto que o Colégio não fabricasse o açúcar por si mesmo. Licença, portanto, para canaviais, não ainda para engenho [1].

O Reitor do Colégio começou a tratar dos canaviais. Todavia, alguns Padres e Irmãos temeram escândalo na terra e que a Companhia perdesse muito do seu crédito e reputação. Fêz-se eco dêsses temores o P. Leonardo Armínio, acrescentando que alguns Irmãos nunca pensaram que haviam de ver com os seus olhos a Companhia lançar mão de semelhante recurso [2]. O P. Geral Cláudio Aquaviva, em carta ao Provincial, Pero Rodrigues, um ano depois, a 22 de Agôsto de 1594, responde: «Escrevem-me que há desedificação em que o Colégio da Baía faça canaviais para remédio de suas necessidades. De cá se escreveu que isto não repugnava nem às Constituïções nem à pobreza dos Colégios. Mas V.ª R.ª verá lá e consulte se pela ofensão que disso há, ou pelo modo, se porventura fazem lavrar aos naturais da terra contra a sua vontade, ainda que se lhes pague, conviria deixar essa lavrança, e nos avise». Ao lado da transcrição desta carta, no livro das *Ordenações* do Colégio, que se conserva ainda, está esta nota sôbre canaviais: «Sem desedificação os teem os frades de S. Bento e do Carmo». E a seguir: «Ainda os não tínhamos a êste tempo; mas os tomámos em Agôsto de 1601» [3].

---

1. Carta do P. Geral, de 19 de Julho de 1590, *Bras. 2*, 61. Borges de Barros diz que, em 1561, tinham os Jesuítas um engenho de açúcar em Pitanga, *Catálogo de documentos, notas e comentários para a História da Agricultura na Baía*, nos *Anais da Baía*, 14, p. 4. Necessita de ser rectificada a lista dos engenhos da Baía, que aí dá o mesmo autor. Nóbrega, em carta de 2 de Dezembro de 1557, na qual enumera tôdas as fontes de riqueza da Baía, para se calcularem os possíveis dízimos de El-Rei, escreve: « o açúcar de um ingénio, *até agora não há outro na terra*, anda em cento e cincoenta arrôbas de açúcar que vale a cruzado a arrôba», *Bras. 15*, 42.

2. Carta de Leonardo Armínio ao P. Geral, a 24 de Agôsto de 1593, *Lus. 72*, 124-125.

3. *Bras. 2*, 89v. Pero Rodrigues esclarece que aquêles canaviais dos Beneditinos e Carmelitas eram dirigidos por feitores, com escravos da Guiné, *Bras. 8*, 28v.

Tais foram os começos da indústria açucareira dos Jesuítas. Além do benefício, que auferiam, prestaram serviços à agricultura do Brasil. Os Índios da América não conheciam, antes do descobrimento, nem o arado, nem a nora, nem os quadrúpedes de tiro para as lavranças. Agricultura rudimentar, muito mais ainda no Brasil. Com os Portugueses exercitaram tôdas as indústrias agrícolas e em particular com os Jesuítas chegaram a realizar emprêsas hidráulicas, de grande envergadura, reprêsas, canais, etc., como as que veremos a seu tempo. Utilidade pública e civilizadora evidente. Mas notemos que a Companhia de Jesus não era associação de carácter industrial ou agrícola. Por isso só recorria, como a contra-gôsto, a recursos que implicavam movimento e complicação de negócios. Contudo, desde que se justificasse e urgisse a necessidade de tais emprêsas para garantia dos seus fins educativos, instrutivos, catequéticos e missionários, então assumia tais encargos, conscienciosamente, e procurava que dessem, pelo método e boa administração, o máximo rendimento, donde nascia o progresso. É o que sucederá, daqui em diante, com os canaviais e engenhos e outros elementos de riqueza, em que havia também de sobressair, ao Norte, a plantação do cacau.

4. — A lista geral de todos os bens da Companhia de Jesus no Brasil: subsídio real, colégios, terras, criação de gado e canaviais, parece à primeira vista impressionante e é-o de-facto, considerada em si mesma. Todavia uma visão assim isolada presta-se a equívocos, que se desfazem fàcilmente, indo ao fundo das coisas. Recordemos aqui, sumàriamente, os diversos títulos que impunham a existência dêsses bens.

Catequese: Dizia Nóbrega, já em 1553: « Não se pode falar com os gentios « sem facas, anzóis, contas, espelhos e outros objectos . . . »

Edifícios: Construção e manutenção dos grandes Colégios, igrejas, residências das Capitanias.

Instrução: Depois de construídos os Colégios, os Jesuítas sustentam nêles professores e alunos internos e administram a instrução elementar, secundária e superior, gratuitamente, sem que os alunos pagassem nada. Comparemos isso com o que sucede hoje com as universidades ou ginásios ou colégios parti-

culares e as enormes despesas, que importa a instrução pública ou privada, e conclua-se se não se fazia mister possuir rendimentos — e grandes! Se os não tinham, sucedia o que lastimava Leonardo Nunes: não pôde ir, em 1551, à missão dos Carijós porque não teria quem sustentasse o Colégio de S. Vicente [1].

O Colégio da Baía «não escusa uma fazenda grossa para se poder sustentar, dirá uma relação redigida pelos anos de 1611, pagar as dívidas e acabar de fazer os cubículos, igreja, oficinas e provação e classes onde hão-de ficar, porque a falta destas coisas não sòmente é falta de comodidade temporal, mas também redunda em faltas espirituais». E depois, comparando-se com a Europa: «No Brasil, não há outras fazendas de momento senão canaviais e engenhos e quem isto não tem é assaz pobre. Porque estas são cá as quintas, as vinhas, os olivais» . . . [2].

Obras de Misericórdia: esmolas na portaria do Colégio, esmolas aos presos e doentes, esmolas aos parentes pobres dos próprios religiosos, esmolas aos pobres envergonhados, como se verá ao tratar-se da assistência . . .

Terras e criação de gado: Era uma necessidade imprescindível no Brasil. No fim do século XVI, os Religiosos da Companhia chegavam a 163. Ao mesmo tempo havia, no Brasil, alguns grandes proprietários, e um dêles, na Baía, Garcia de Ávila, possuía quási tantos bens como todo o Colégio [3]. Ora o Colégio era uma colectividade, Garcia de Ávila um só. O mesmo sucedia em S. Paulo, onde, na primeira metade do século XVII, António Pedro de Barros, natural de S. Paulo, filho do capitão-mor Pedro Vaz de Barros, foi juntando terras a terras e índios a

---

1. *CA*, 81.

2. *Algumas advertências para a Província do Brasil*, Roma, Vittorio Em. *Gess. 1255*, 23v. A história repete-se. A seguir à proclamação da 2.ª repùblica espanhola, o Govêrno confiscou os bens dos Jesuítas em Espanha, que se consideravam fabulosos. Verificou-se, porém, que, «con todo lo que pueda sacar el Gobierno de la confiscación, apenas si tendrá para mantener *un solo colegio* del Estado». — Amado González, *Las grandes riquezas de los Jesuítas* (Burgos 1933) 270.

3. «Êle e os seus descendentes transformaram-se nos maiores criadores do sertão baïano, chegando a possuir duzentas e cincoenta léguas de testada na margem do Rio São Francisco e dêste ao Parnaíba setenta léguas». — Roberto C. Simonsen, *Historia Económica do Brasil*, 1500-1820 I (S. Paulo 1937) 231; André João Antonil, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* (S. Paulo 1923) 264; Oliveira Viana, *Evolução do Povo Brasileiro*, 2.ª ed. (S. Paulo 1933) 57.

índios. Índios, tinha mais de mil, e as suas terras estendiam-se num vasto circuito no distrito de Parnaíba, que são as actuais de Sorocaba, Itu e Campinas [1]. Manuel Preto, o « herói de Guairá », chegou « a possuir mais de mil índios de arco e frecha » [2]. Não é luminoso êste confronto entre indivíduos, *só por si*, tão ricos, tão individualistas, com todo um Colégio, entidade colectiva?

Modo como possuíam as terras: Francisco Nunes da Costa escreve sôbre as do Camamu: « Êles, que não perdiam palmo de terra, deixaram sempre os redores desta vila para logradouro do povo, as lenhas francas e as madeiras, para constituïção de casas e cêrcas dos quintais; as fontes públicas e os pastos comuns, para a criação de animais domésticos e repouso das cavalgaduras dos roceiros e dos moradores da vila » [3].

Rendas e dívidas: As terras e prédios arrendados dos Padres da Baía rendiam, em 1598, 2.000 cruzados. A renda de El-Rei, 3.000; ao todo 5.000 cruzados. Com isso, e com o produto imediato das suas roças, viviam os professores e mais religiosos, todo o pessoal externo do Colégio, ministrava-se a instrução a mais de 150 alunos igualmente externos, compravam-se os livros indispensáveis, edificavam-se ou concluíam-se obras no Colégio e Igreja, mantinham-se os encargos do culto com dignidade e brilho, aviavam-se os missionários que tinham de fazer entradas ao sertão, abasteciam-se as Residências pobres das Capitanias. Da dotação do Colégio do Rio proviam-se as casas do Espírito Santo, de Santos, de S. Paulo, com as respectivas Aldeias, « por serem a êle anexas e entrarem no número dos cincoenta para que tem dote » [4]. Cuidava-se dos doentes e satisfazia-se aos demais encargos da catequese e da caridade. Com tôdas estas despesas inevitáveis, com o atraso nos pagamentos da renda, o Colégio devia, ao começar o século XVII, 20.000 cruzados. As aparências enganavam. E, já em 1590, observando o P. Marçal Beliarte que as terras pouco rendiam, e que era melhor vendê-

---

1. Azevedo Marques, *Apontamentos*, I, 28.
2. Id., *ib.*, II, 66.
3. Ofício do Desembargador de Ilhéus, Francisco Nunes da Costa in *Os fundos das doze leguas*, por Augusto Silvestre de Faria (Baía 1927) 11.
4. Cardim, *Tratados*, 345; *Bras. 3 (1)*, 201v.

-las, escrevia para Roma que se fazia «grande polvoreda de terras e rendas não sendo nada» [1].

Não diremos tanto. Eram bens avultados. Mas, perscrutando a fundo a complexa actividade dos Jesuítas, o homem de bom senso tem forçosamente de concluir que os seus bens eram, na realidade, pequenos para tão grande obra.

Tal obra vê-la-emos nos diversos tomos desta História. Propondo-nos, porém, neste primeiro, estudar sobretudo o Estabelecimento da Companhia de Jesus no Brasil, fechemos o parêntese das Subsistências, incluído aqui, como esclarecimento indispensável.

E sigamos, sem mais delongas, os passos daquele punhado de apóstolos, que desde a Baía, recém-fundada, como traço de união na Costa imensa, se abalançaram à gloriosa conquista do Brasil para a civilização cristã.

---

1. *Bras. 15*, 368.

LIVRO TERCEIRO

A caminho do Sul

CAPÍTULO I

Capitania de S. Jorge de Ilhéus

1 — Chegada dos Padres e construção de edifícios; 2 — Defesa contra os Aimorés e piratas; 3 — Ministérios; 4 — Obstáculos e imprudências.

1. — Poucos meses depois de chegados os Jesuítas, foram mandados aos Ilhéus o P. Leonardo Nunes e o Ir. Diogo Jácome [1]. No fim dêsse mesmo ano de 1549, também passou por ali o P. Nóbrega; passou, depois, o P. Afonso Braz e passaram todos os que se dirigiram para o sul ou ali arribavam com freqüência, por ficar nas proximidades da Baía [2]. Faziam alguns ministérios, mas sem demora, a-pesar-de os moradores pedirem residência efectiva, prometendo casas para a habitação dos Padres [3]. A ida de Nóbrega para o sul, em 1552, com o empenho de estabelecer na Capitania de S. Vicente a maior fôrça dos Padres e Irmãos, retardou por algum tempo êsses desejos. E a gente não estava desamparada, por haver vigário na vila. Passando, porém, nos Ilhéus, em 1560, o P. Luiz da Grã, a êsse tempo Provincial, com o Governador Mem de Sá, tratou-se disso de-propósito. Tanto mais que também o pedia António Ribeiro, um dos heróis da tomada do forte de Villegaignon, deixado por Mem de Sá, como capitão de Ilhéus, amigo dedicado dos Padres. O próprio Governador oferecia, para se fazer a casa, 40 arrôbas de açúcar, e tôda a gente da terra concorreria com alguma coisa: os pobres dariam a tarefa « de trinta dias de seus ofícios e outros o traba-

---

1. Nóbr., *CB*, 74, 86.
2. *CA*, 87, 466; *Bras. 3 (1)*, 90, 108; *CA*, 383-284.
3. *CA*, 131.

lho de suas peças, por alguns dias». Escolheu-se um bom lugar e mandaram ao P. Provincial os planos do edifício [1].

Tais entusiasmos não se mantiveram por então. Mas voltando o Governador e o Bispo a insistir, e vendo o P. Grã a necessidade verdadeira de cultivar aquela vinha, que tão ardentemente o pedia, a-pesar da falta de gente, enviou a Diogo Jácome e Luiz Rodrigues [2].

Os Padres Diogo Jácome e Luiz Rodrigues saíram da Baía no dia 3 de Janeiro de 1563. Chegando aos Ilhéus, logo começaram os ministérios. Fizeram uma comunhão solene no dia de N.ª S.ª das Candeias (2 de Fevereiro) e trataram de edificar casa, concorrendo o povo e facilitando tudo, como escreve um dos Padres: «Hão-me feito muitas esmolas; com ser a terra pobre, pera fazer a nossa igreja e casa passam de duzentos cruzados, sem muitos serviços de escravaria, que me prometeram; deram-me um chão muito bom para nossa igreja, o melhor que na vila havia, sôbre o mar, e o Conselho me deu umas casas suas e desfazem a cadeia por me darem o chão com ser muito. Custou haver de fazer outra e o Capitão, visto como eu pedia aquêle, fêz que mo dessem, fazendo êle outra cadeia à sua custa. Começarei a carretar a pedra a 15 dêste, com o favor do Senhor, com duas juntas de bois, de uma pedreira muito perto, e assi esperamos de estar acabada pera o Natal, porque a gente anda muito devota e com grão fervor. Vim muito pobre de ornamentos; sòmente trouxe uma vestimenta velha, porque na Baía não as havia, que esperando por armada não se povoou antes esta Capitania, por falta de ornamentos» [3].

As obras começaram; contudo, em 1565, ainda estavam por concluir, porque o povo andava ocupado na defesa da vila contrá os Aimorés. Em todo o caso, Jorge Rodrigues, outro Irmão recém-chegado, esperava que se concluíssem em breve e em

---

1. *CA*, 271.

2. Borges de Barros escreve que os primeiros, que começaram a residir em Ilhéus, foram os Padres Francisco Pires e Baltazar Álvares. — Borges de Barros, *Memória sôbre o Município de Ilheus* (Baía 1915) 45. Êstes estiveram lá, de-facto, e por muitos anos, mas a seguir àqueles. — *CA*, 466-469; *Fund. de la Baya*, 22v(97).

3. *CA*, 376-377, 381.

Setembro pudesse começar a aula de ler e escrever, « por os pais estarem ansiosos de mandar os filhos à escola » [1].

A 15 de Agôsto, dia de N.ª S.ª da Assunção, Padroeira da nova Igreja [2], se fizeram festas solenes com grande movimento de sacramentos. Jorge Rodrigues elogia a gente da terra, « amiga de Deus », e compraz-se na descrição do templo, novo e bem ornado, com grades de pau vermelho e delicados lavores, obra do P. Francisco Pires: além do altar-mor, « fizemos outros dois, fora da capela, de uma banda e doutra: estavam todos mui bem ornados, em todos se disse missa; as vésperas foram cantadas em canto de órgão; o padre Francisco Pires prègou. Tudo se fêz mui bem, bemdito o Senhor, e com muita alegria espiritual, assim dos de casa como de fora » [3].

A residência ainda estava em construção, em meados de Março de 1569. Construíu-se, segundo ordem e plano deixado pelo Beato Inácio de Azevedo [4]; e ajudou muito a generosidade dos moradores de Ilhéus [5]. Em 1572, estava tudo pronto: igreja pequena, mas boa; a casa tinha quatro câmaras assobradadas e ao todo seis ou sete cubículos. Ficava em situação esplêndida, desanuviada, alta e voltada ao mar. Possuía uma « cêrca aprazível, com coqueiros, laranjeiras e outras árvores de espinho e frutas da terra: as árvores de espinho são nesta terra tantas que os matos estão cheios de laranjeiras e limoeiros de tôda a sorte e por mais que cortam não há desinçá-los » [6].

Ligada econòmicamente ao Colégio da Baía, a Residência de Ilhéus recebia dêle « vestido, calçado, vinho, azeite, vinagre e outras coisas, que não há na terra » [7].

2. — Possuía a igreja de Ilhéus uma relíquia de S. Jorge, patrono da vila. Enviara-a o P. Geral, em 1575. A-respeito dela, conta a ânua de 1581 que os Aimorés atacaram a vila. E, se

---

1. *CA*, 466-467.
2. *Ann. Litt. 1583*, p. 202; *Bras. 15*, 18-18v.
3. *CA*, 468.
4. Carta de Grã, *Bras. 3 (1)*. 163.
5. *Bras. 8*, 4v; *Ann. Litt. 1583*, p. 202.
6. Cardim, *Tratados*, 296; *Fund. de la Baya*, 12v(87); *Bras. 8*, 4v; Anch. *Cartas*, 417.
7. Anch., *Cartas*, 417.

outras vezes tinham levado vantagem, desta vez foram derrotados. Os Portugueses levaram a relíquia para o combate. Venceram e o povo atribuía à protecção de S. Jorge essa vitória. E celebrava-lhe a festa com solenidade e veneração [1].

Por muito tempo êstes triunfos contra os Aimorés foram simplesmente defensivos, porque os colonos não tinham fôrças para os repelir nem reduzir. A êste círculo de ferro, que apertou a Capitania durante todo o século XVI, vieram juntar-se, no fim dêle, os ataques dos piratas. A ânua de 1597 refere um terrível assalto que lhe deram uns hereges. Os Padres perderam tudo. «Fugindo os moradores, saíram [os Piratas] do pôrto carregados de despojos. No saque profanaram torpemente as sagradas imagens. Os sinos de bronze foram arrancados; os objectos do culto divino, calcados aos pés; as igrejas, arrasadas; e perpetraram outras façanhas dêste género os desertores da fé. Nesta calamidade o que mais sofreu foram as nossas coisas» [2].

3. — Na Capitania de Ilhéus, além do comum a todos os ministérios, houve uma particularidade. Como os Aimorés não deixavam tranqüilos os moradores e apertavam o cêrco à roda da Capitania, o território útil e cultivado foi-se reduzindo, e os que possuíam fazendas, confinantes com os índios contrários,

---

1. *Ann Litt. 1581*, p. 110-111.

2. « Annotationes annuae Provinciae Brasiliae, anni Domini 1597 », *Bras. 15*, 430-430v; *Ann. Litt. 1597*, p. 497. Não especifica a ânua a nacionalidade dos assaltantes. Os Ingleses foram assinalados na costa do Brasil em 1596. Em todo o caso, parece tratar-se de Franceses. A êles se refere expressamente o P. Pero Rodrigues, em 1597, como inimigos temíveis que tinham feito estragos e saqueado alguns lugares do Brasil (Amador Rebelo, *Compendio de algumas cousas*, 215). Conta o *Santuário Mariano* que, em 1595, vieram os Franceses aos Ilhéus e estiveram senhores da vila durante 27 dias. E diz que, a princípio, fugiram os moradores, mas, depois, foram-se refazendo e contra-atacaram, comandados por António Fernandes, o *Catucadas* (assim manda que se leia Capistrano de Abreu, em Fr. Vicente do Salvador, *H. do B.*, 244. No *Santuário Mariano*, em Jabotão e Pôrto Seguro, lê-se *Catuçadas*), matando em terra 57 franceses entre os quais o capitão; e, « se tiveram mais advertência, os matariam a todos e lhes tomariam os navios ». Fr. Agostinho de Santa Maria elucida que esta informação lhe foi enviada pelo vigário da matriz da Baía (*Santuário Mariano*, IX, 231-232). Não achamos vestígios de tal sucesso nas ânuas de 1594-1595 e 1596, coevas dos acontecimentos. A de 1597 conta o assalto dos piratas como coisa dêsse ano e do modo referido.

eram atacados por êles e viam a cada passo arrancadas as suas sementeiras. Seguia-se a penúria e a fome. Nestas circunstâncias aflitivas, os Padres intervinham com uma medida de alcance social. Estendiam a mão aos mais abastados e com a mesma o redistribuíam aos pobres. Em 1573, os donativos, assim recebidos e feitos, subiram a 300 cruzados, soma respeitável para aquêle tempo e lugar[1]. A residência de Ilhéus não tinha à sua conta Aldeias de Índios que doutrinassem. Apenas achamos referência, em 1591, a uma em que um índio principal, que por muito tempo recusara ser cristão, sendo ferido pelos Aimorés, mandou chamar um Padre, que logo foi. Baptizou-se e morreu abraçado a uma cruz. Caso idêntico refere a ânua de 1594[2].

Êstes Índios eram Tupinaquins, sempre amigos dos Portugueses, excepto em 1558-1559, em que se rebelaram e puseram em perigo a Capitania, causando pânico, por o donatário não ter meios de resistência. Acudiu então o Governador Geral, Mem de Sá: e, em « menos de dois meses, deixou os Índios sujeitos e tributários e restituíram o mal todo que tinham feito, assim aquêle presente como todo o passado, e obrigados a refazerem os engenhos [que tinham queimado] e a não comerem carne humana e a receberem a doutrina, quando houvesse Padres para lha dar; de maneira que já agora a geração dos Tupinaquins, que é muito grande, poderá também entrar no Reino dos Céus » [3].

Não havendo Aldeias fora da Vila, em que os Padres morassem de modo estável, cuidavam êles da assistência religiosa aos Índios, indo visitar os engenhos e fazendas, « a duas e mais léguas por mar e por terra ». Andavam nisso na roda do ano um Padre e um irmão, com grande fruto das almas e também

---

1. *Fund. de la Baya*, 28v, 29, 45 (104, 120); *Bras. 15*, 292v.

2. *Bras. 15*, 376; *Ann. Litt.*, 1594-1595, p. 795.

3. Nóbr., *CB*, 211-213, 221-222. *CA*, 230-239. Nóbrega, na carta a Tomé de Sousa, de 5 de Julho de 1559, narra êstes sucessos com mais desenvolvimento, mostrando a necessidade da fôrça para prestígio da autoridade, referindo a actuação valente do capitão Vasco Rodrigues Caldas, « cujo esfôrço tira o mêdo aos Cristãos desta terra ». — Nóbr., *CB*, 212-216; Pôrto Seguro, *HG*. I, 383-384, segue a narração de Nóbrega; *Documentos relativos a Mem de Sá* nos *Annaes*, XXVII, 127ss; Vasc., *Crón.*, II, 93-94, equivoca-se chamando Aimorés àqueles Índios.

com muitas fomes e sêdes e perigos de caírem nas ciladas dos Aimorés [1].

Em Ilhéus, como em tôdas as terras, e mais naqueles tempos e circunstâncias, houve graves desavenças entre os colonos, « gente inquieta e de bandos », sem excluir as autoridades. São freqüentes os testemunhos relativos à intervenção eficaz dos Padres para aquietar os ânimos [2].

4. — Os Jesuítas estiveram sempre bemquistos em Ilhéus. Sirva de prova o que sucedeu na arribada dos Padres Gonçalo de Oliveira e Rui de Pereira, em 1560.

Foram recebidos por Henrique Luiz, feitor do donatário Lucas Giraldes, e sua mulher D. Marta, com todo o carinho. « E quando nos houvéramos de partir, proveram-nos de açúcar e muita conserva e outras coisas de açúcar e adens, e ainda dizia que estava corrido de irmos mal providos. A outro engenho nos levou um Tomaz Alegre, criado que foi de Lucas, onde nos mostrou muito gasalhado e nos proveu dalgumas coisas » [3].

Só no tempo do Governador, Manuel Teles Barreto, tiveram dificuldades, expressas nos dois casos seguintes:

O primeiro conta-o António Franco na vida do Visitador Cristóvão de Gouveia. Diz que, indo êle visitar a Capitania dos Ilhéus, « achou a gente amotinada pelas imprudências com que

---

1. *Bras. 15*, 303v, 423; *Bras. 8*, 4v; Anch., *Cartas*, 318.

2. *Bras. 8*, 4v; *Bras. 15*, 292, 327, 423; *Ann. Litt.*, 1588, p. 320. Salientou-se neste ponto o P. Sebastião de Pina, que « tem boa maneira e alcança o que quere », *Fund. de la Baya*, 28v-29(104). Êste Padre, natural de Aviz, entrado em Évora, em 2 de Agôsto de 1577 (*Lus. 43*, 332), depois duma vida de incontestável zêlo, saíu da Companhia, na Baía, em 1577, por motivo que se ignora, e embarcou para Portugal. Num depoïmento do P. Baltazar de Miranda, da Companhia de Jesus, há uma referência ao « P. Sebastião de Pina, que foi da dita Companhia, ora morador em Lisboa », *Primeira Visitação: Denunciações da Baía, 1591-1593*, p. 350; *Bras. 5*, 53.

3. *CA*, 283-284. A êste Tomaz Alegre deve referir-se Fr. Vicente do Salvador. Parece que Tomaz Alegre enviou a Lucas Giraldes mais boas palavras do que açúcar. « Pelo que êle escreveu a um florentino chamado Tomaz que lhe pagava com cartas de muita eloqüência: *Thomazo, quiere que te diga, manda la asucre deixa la parolle*, e assinou-se sem escrever mais letra ». — Fr. Vicente, *H. do B.*, 100.

um nosso se tinha havido em uma prègação, de que os principais se mostraram sentidos». O Visitador «castigou a desatenção do Padre e mandou dar satisfação aos que estavam agravados. Com isto lhe ficaram todos mui afeiçoados e se evitaram alguns inconvenientes que justamente se temiam» [1].

Caso mais grave foi o ocorrido com o P. Diogo Nunes, em 1584, residente nas terras do Camamu, Ilha de Boipeba, complicado num caso de homicídio, atribuído a sugestões suas. O capitão de Ilhéus, Lourenço Monteiro, apoiado pelo governador Manuel Teles Barreto, moveu-lhe processo-crime, que levantou celeuma [2].

Tal escândalo, junto com outras dificuldades de momento, levaram o Visitador P. Gouveia a propor ao Geral que se fechasse a residência de Ilhéus e se substituísse por missões anuais que lá fariam do Colégio da Baía. Haveria assim, justificava êle, mais Padres disponíveis para outras emprêsas, não se sobrecarregaria a gente da terra, para os sustentar, e, com a ausência dos Jesuítas e da sua falta para os ministérios, ficariam a ter-lhes mais estima e desejá-los-iam mais [3].

Entretanto, esclareceu-se o ambiente. Não se chegou a fechar a residência nem se tornou a falar nisso, continuando os Padres com os seus trabalhos apostólicos, com grande aceitação dos moradores e autoridades locais [4].

Infelizmente, a Capitania fôra decaindo. Em 1599, escreve Pero Rodrigues, não era possível fazer missão alguma pelos arredores dos Ilhéus, infestados completamente de Aimorés [5].

Êste decaïmento entrou até pelos princípios do século XVII,

1. Franco, *Imagem de Évora*, 178.
2. Cf. infra, Tômo II, *Relações com as autoridades civis*.
3. Carta de Gouveia, 1 de Nov. de 1584, *Lus. 68*, 407v-408.
4. *Bras. 15*, 365.
5. *Bras. 15*, 473v. Pode ver-se reflectida esta decadência na seguinte estatística da administração de Sacramentos nos últimos anos. Em *1581*: Confissões, 500; Baptismos, 500; (*Ann. Litt. 1581*, 110-111). Em *1588*: Baptismos, 200; Casamentos, 47 (*Ann. Litt. 1588*, 320). Em *1589*: Confissões, 4.000; Comunhões, 1.500; Baptismos, 65; Casamentos, 42 (*Ann. Litt. 1589*, 455). Em *1590*: Confissões, 12.000 (*sic*, mas é desproporcionado aos mais anos); Comunhões, 1.900; Baptismos, 60; Casamentos, 47 (*Bras. 15*, 365). Em *1592*: Comunhões, 520; Baptismos, 12; Casamentos, 8 (*Bras. 15*, 379v). Tanto em 1588 como em 1592, não se dão as cifras das confissões. Em 1574, só numa festa, tinha havido 500 comunhões (*Bras. 15*, 262v, 263).

mesmo depois das pazes com aquêles Índios. Em 1604, conta Fernão Cardim que os moradores, agravando-se as condições económicas locais, iam procurar modo de vida noutras partes [1]. Contudo, os catálogos continuam a registar a permanência dos Padres nos Ilhéus, com a menção especial de que os que ali moravam em 1606, Domingos Monteiro e João de Azevedo, já sabiam, além do tupi-guarani, a língua aimoré. Era a captação que se operava.

Os Jesuítas iam desenvolvendo assim, dentro do possível, o seu zêlo, instruindo as crianças na escola, catequizando os Índios domésticos, e ajudando os colonos, como elemento forte de moralização, incutindo a todos confiança com a sua presença.

1. *Bras.* 8, 49v.

CAPÍTULO II

Capitania de Pôrto Seguro

1 — Os primeiros Padres; 2 — Condições morais e económicas da terra; incêndios; 3 — Trabalhos apostólicos; 4 — Conflito com as autoridades locais; 5 — A ermida e peregrinação de Nossa Senhora da Ajuda; 6 — Actividade nas Vilas e Aldeias da Capitania.

1. — Os Jesuítas chegaram ao Pôrto Seguro no mesmo ano da sua vinda ao Brasil. O primeiro parece ter sido o P. Manuel da Nóbrega, que ali passou, com o Ir. Diogo Jácome, o Natal de 1549 [1]. Leonardo Nunes, enviado a Ilhéus e a Pôrto Seguro, com o mesmo Irmão, não consta que fôsse além daquela primeira vila. Pelo menos não ficaram notícias de ter ido então a Pôrto Seguro [2].

Estiveram aqui também vários padres e Irmãos, Afonso Braz, Francisco Pires, Vicente Rodrigues, João de Azpilcueta Navarro, que substituíu o P. Pires, até que, em 1552, tornou a passar por ali o P. Nóbrega, de caminho para o sul com o Governador Tomé de Sousa. Acharam ao P. Navarro, que principiara, o ano anterior em casa provisória, a ensinar três ou quatro meninos, primeiro esbôço duma escola que prometia muito, mas depois deu pouco [3].

---

1. Nóbr., *CB*, 107.

2. Nóbr., *CB*, 74, 86, 106.

3. *CA*, 69, 127. Pela proximidade da Baía, houve nos primeiros tempos grande movimento de Padres em Pôrto Seguro, e todos, mais ou menos, ali estiveram ou por ali passaram. No dia 29 de Abril de 1554, chegou o Padre Ambrósio Pires com o Ir. Gregório Serrão. Achava-se ainda ali o P. Navarro, mas, já a 5 de Maio, tinha iniciado a entrada ao sertão de Minas. Também antes desta data passou por ali o P. Leonardo Nunes que levou o Ir. Gregório, dei-

Estava já construída a igreja de Nossa Senhora da Ajuda, e nela se recolhia João Navarro, quando vinha das Aldeias dos Índios. Aproveitando esta passagem do Padre Nóbrega, reüniram-se os homens principais da Capitania e pediram-lhe, como a Superior, «que fizesse ali uma casa para se sustentar e ensinar os meninos, que êles todos ajudariam o que pudessem. O Padre tratou isto com o Governador, que é muito amigo da Companhia; o qual, imitando-o todos os principais, foi com o Padre ver o sítio que melhor se achasse. E assim escolheu um lugar muito cómodo, que tinha perto um laranjal. E logo prometeram muito açúcar e escravos e se elegeram quatro homens para pedir esmola e a fazer. E um homem, que sabe a língua, afirmava que trariam ali tantos filhos dos Índios, quantos a casa pudesse sustentar» [1].

Aquêles quatro homens deveriam ser o núcleo da Confraria do Menino Jesus, que se tentava organizar para a instrução e educação de meninos; mas não prosperou, porque as condições morais e económicas da terra revelaram-se precárias. Caso típico: chegando alguns órfãos portugueses, enviados da Baía, assediaram-nos as índias por tal forma que êles, por falta de preparação espiritual, não resistiram suficientemente. A estas dificuldades morais acrescia outra. A-pesar-de tôdas as promessas anteriores, escassearam os recursos. E os Padres escrevem com desalento: «já começamos a vender os bérnios, que [os órfãos] traziam, para lhes dar a comer» [2].

A escola fechou. Mas, voltando os Padres em 1563, tornou-se a abrir e dava bons frutos em 1566 [3]. Duraria muito desta vez? A condição da terra não nos dá garantia bastante; e talvez sobreviesse outra interrupção, porque um menino de 7 ou 8 anos, resgatado da mão dos Índios, em vez de se ensinar em Pôrto Seguro, foi para a Baía [4].

---

xando, em seu lugar, o Ir. Blasques (Cartas de Ambrósio Pires, *Bras. 3(1)*, 111, 89v). O P. Navarro prègava então na vila e em Santo Amaro e visitava os Índios.

1. Carta de um Irmão de S. Vicente, 10 de Março de 1553, *Bras. 3(1)*, 90.
2. Carta de Ambrósio Pires, *Bras. 3(1)*, 139v.
3. *CA*, 472.
4. Carta de Caxa, BNL, fg, 4532, f. 43.

A escola de ler e escrever, de Pôrto Seguro, funcionava em 1581 e 1583 [1]. E assim continuaria, com maior ou menor dificuldade, talvez com intermitências, conforme a sorte da Residência, até se fechar de todo.

2. — Quando Nóbrega estêve nesta vila pela primeira vez, em 1549, os Brancos deixaram-lhe má impressão; os Índios, favorável; ainda assim, numa situação de revolta ou pelo menos de indiferença para com a civilização. Os colonos, por um lado, abusavam dêles e não faziam caso do seu progresso moral, dando-lhes péssimo exemplo com uma vida desregrada, resultando de tudo isto que os Índios perdiam o respeito aos Brancos [2]. E o pior ainda para a prosperidade local era que os Brancos não se entendiam entre si: « achei o povo muito revôlto e uns com outros mui alvorotados » [3]. Esta observação, já de Leonardo Nunes, ao passar por ali em 1551 (onde fêz alguns ministérios frutuosos), dá-nos a fisionomia habitual desta Capitania, em todo o século XVI, apenas modificada por alguns momentos desanuviados, de pouca duração. Semelhantes alvoroços e dissenções degeneraram, em 1553, numa fúria incendiária de que se faz eco o P. Navarro: « a gente aqui só tem nome de cristãos, diz êle, embebidos em malquerenças, metidos em demandas, envoltos em torpezas e deshonestidades pùblicamente ». O Padre sentiu-se desanimado a princípio; reagiu, começou a prègar « e quis Nosso Senhor que alguns se apartassem dos pecados, uns tirando-os de si, outros casando-se; e fizeram-se algumas amizades. Nisto começa um barulho noutra povoação e vila desta Capitania de muitos ódios e malquerenças até vir em bandos sem se poderem aplacar ». De-repente, conta o P. Navarro, « salta o fogo, sem se saber donde, nem de quem, e queimou a maior parte do lugar com muita fazenda de moradores; e acharam uma mulher nova queimada, o que mais se sentiu; disse-me depois uma mulher de crédito que, estando dentro da sua casa, ouviu umas vozes como de meninos gritando que saísse a ver; não vira nada, sòmente o fogo que começava a

1. *Ann. Litt. 1583*, p. 202.
2. Nóbr., *CB*, 107-108.
3. *CA*, 57.

arder e tudo foi um instante, sem poder acudir ninguém». Êste caso singular e trágico repetiu-se noutra «vila principal», onde o Padre tinha grande dificuldade em mover a gente à penitência. Do mesmo modo, «saltou o fogo sùbitamente e queimou quási tôda a vila dos muros a dentro, sem se poder valer a casas nem fazenda, que ardeu em muita quantidade; e as casas contaram cincoenta e tantas». Escapou a casa de um homem, com fama de rico e de mau viver, que se gabou da sua incolumidade. Pois, logo no dia seguinte, «se lhe pegou o fogo na cumieira da sua casa e se queimou tôda e o que tinha nela» [1]. Não consta que se descobrisse o incendiário ou incendiários, mas infere-se a ausência de escrúpulos e fraqueza da autoridade, incapaz de impedir ou punir tais crimes, que não achamos se dessem noutras Capitanias. Num meio dêstes trabalhavam os Jesuítas como podiam, mas sempre com desalento e pouco fruto a não ser de paciência para êles próprios. Em 1555, atribue Ambrósio Pires êstes sáfaros resultados à «falta de disposição dos que habitam a terra» [2].

Assim se sumiam as primeiras esperanças. Cremos que ficou alguns anos a Residência sem Padres. Não achamos nenhuma referência a Pôrto Seguro, desde a passagem de Nóbrega por ali, em 1556, até 1563, em que foram enviados os Padres Francisco Viegas e António Gonçalves, depois de o instarem ao Provincial Luiz da Grã, «assim a Câmara em nome de tôda a Capitania, como outras pessoas honradas e devotas em particular» [3].

3. — O Padre António Gonçalves deixou-nos a carta mais simpática que se conhece sôbre Pôrto Seguro. Dá notícias circunstanciadas dos ministérios dos Padres e deixava entrever dias melhores. A-pesar dos Jesuítas passarem fome por causa dos Aimorés, que infestavam a Capitania, impedindo que a gente fôsse ao mato roçar e caçar, como antes, nem haver gado vacum, foi, com certeza, êste o período mais fervoroso de Pôrto Seguro o século XVI [4]. Como a Câmara é que tinha

---

1. *Bras. 3(1)*, 100v.
2. *Bras. 3(1)*, 139.
3. *CA*, 382.
4. *CA*, 475-476.

chamado os Padres, aplanaram-se as dificuldades e ao seu zêlo efectivo correspondeu fruto espiritual, senão duradoiro ao menos abundante. Celebraram-se três jubileus solenes: o de nossa Senhora da Ajuda, o de S. Pedro, orago da Residência dos Padres, o do Nome de Jesus, onomástico da Companhia. Festas religiosas na quaresma com as suas penitências, e « não era devoção fingida, pelos sinais das bofetadas que nos rostos se viam »; e na Páscoa, com festas também externas, já com foguetes, e argolinhas, como numa Aldeia de Portugal, característica futura das festas nacionais brasileiras, anota Afrânio Peixoto.

Estava então em Pôrto Seguro o P. Braz Lourenço que, desde 1564, era o Superior, homem dotado do dom de gentes, amado de todos, desterrando as blasfêmias com a Confraria da Piedade, atraindo pessoas e dissipando inimizades que naquela terra pequena tomavam às vezes proporções mortais [1].

Na Capitania de Pôrto Seguro, além desta vila existiam mais quatro núcleos de Portugueses e, por 1574, alguns engenhos e fazendas. Disseminavam-se também, aqui e acolá, 11 Aldeias de Índios [2]. Com todos e com os escravos negros exercitavam os Padres os seus ministérios, no meio de grandes trabalhos, chuvas, calores e perigos dos Aimorés [3].

Em 1583, visitou Cristóvão de Gouveia esta Capitania. A Informação respectiva diz: « Aqui temos casa em que vivem de ordinário seis dos nossos: três Padres e três Irmãos. Vivem de esmolas, ajudados da Baía, como a casa dos Ilhéus. O sítio é amplo, de bom prospecto ao mar; tem quatro câmaras térreas forradas e oficinas acomodadas. A igreja é pequena, bem aca-

---

1. Carta de Grã, *Bras. 3(1)*, 163v; *CA*, 473-474; *Ann. Litt. 1588*, p. 321; *Ann. Litt. 1589*, p. 466. O Padre Braz Lourenço foi substituído, em Dezembro de 1572, pelo P. João de Melo, seguindo aquêle para o Rio de Janeiro, em companhia do Provincial, *Fund. de la Baya*, 27(97).

2. *Bras. 15*, 263; *Bras. 8*, 4v.

3. Anch., *Cartas*, 418. As últimas ânuas trazem a lista dêles e, como se verá, em forma decrescente. Em *1590*: Confissões, 5.000; Comunhões, 2.700; Baptismos, 230; Casamentos, « quási o mesmo » (Carta de Beliarte, *Bras. 15*, 365v). Em *1594*: Confissões, 3.000; Comunhões, 2.067; Baptismos, 44; Casamentos, 28 (*Bras. 15*, 416). Em *1595*: Confissões, 1.040; Comunhões, 1.300; Casamentos, 20; Baptismos, 20 (*Bras. 15*, 423).

bada, ornada de bons ornamentos. Tem sua cêrca grande com muitas laranjas, coqueiros, limões e outros frutos »[1].

4. — Em 1578, houve desgostos entre os Jesuítas e as autoridades locais, por causa dos Índios. A Câmara tirou instrumentos jurídicos contra os Padres e os Padres contra a Câmara. O Bispo interveio, excomungando alguns homens da terra. O P. Geral, informado, chama a atenção do Provincial para que o zêlo dos Padres não excedesse os limites da edificação que sempre se deve dar[2].

Êstes despiques que por causa dos Índios se manifestaram aqui e além, agravando-se em terras pequenas, levaram os Padres a encarar a possibilidade de deixar Pôrto Seguro. Tanto mais que a malevolência aumentava e, já em 1581, arregimentava contra a Companhia um sacerdote que de Padre só tinha o nome, diz uma carta assinada por Anchieta[3].

Cristóvão de Gouveia, na sua visita, viu as Aldeias, apalpou a terra. E, observando que os Capitãis e outros homens eram pouco favoráveis à Companhia; e que, tirando os ministérios com os Índios, não se fazia maior fruto, propôs ao Geral a supressão da residência. As razões, que apontava, além da má vontade das autoridades, eram que, por um lado, os moradores estavam tão embaraçados moralmente, que não queriam nada com os Padres, antes os evitavam; e por outro lado, tornava-se difícil encontrar Superiores e Padres, tão escolhidos e provados em virtude, fôrças e vontade, para estar em tal terra. E como era necessário, dadas as condições dela, que só fôsse para lá gente desta, ficavam privados os Colégios dos melhores Padres.

Propunha êle, portanto, que, para dar conta de todo o serviço, bastaria que fôssem lá anualmente dois Padres *per modum missionis*[4]. As dificuldades revestiram feição aguda em 1591. O Ca-

---

1. Anch., *Cartas*, 418; Cardim, *Tratados*, 299. Não achamos documentos de que os Padres possuíssem outros bens nesta Capitania, durante o século XVI.
2. *Bras. 2*, 45v.
3. *Bras. 15*, 327.
4. Carta de Gouveia, 1 de Nov. de 1584, *Lus. 68*, 407-408. Anch., *Cartas*, 417. Aires do Casal dá, como explicação do pouco fruto colhido em Pôrto Seguro, o irem para ali, de preferência teólogos antes de aprenderem a língua, homens, portanto, que para pouco mais serviriam que para a catequese. — *Coro-*

pitão de Pôrto Seguro, Gaspar Curado, e os Oficiais da Câmara, davam evidentes provas de má vontade contra os Jesuítas e dificultavam o acesso às Aldeias que êles catequizavam. O Capitão chegou a lançar pregão « que ninguém desse embarcação e passagem a pessoa alguma para a banda donde está a Aldeia de Santo André dos Índios da terra », onde os Padres costumavam ir. E constou, depois, que o fazia por causa dêles. Os Padres, que eram Pantaleão de Banhos e Agostinho de Matos, avisaram o Provincial, Marçal Beliarte, o qual, já farto de tantos obstáculos e, talvez por isso mesmo, precipitadamente, denunciou o Capitão Curado à Inquisição, no dia 19 de Agôsto de 1591, como homem que impedia a conversão e não era para tais cargos[1].

O Capitão foi deposto. Chegando a Roma os ecos dêste caso, pediu o Geral informações e deu-lhas já o novo Provincial, Pero Rodrigues, severo na apreciação dos actos do seu antecessor. Rodrigues, com reconhecer que o Capitão de Pôrto Seguro era mal afecto aos Padres, nem favorecia os Índios das Aldeias, continua: depois da sentença do Inquisidor Heitor Furtado de Mendonça, foi o P. Beliarte « visitar Pôrto Seguro, levou consigo um clérigo secular, que lhe intimou a provisão por parte do Santo Ofício, e foi deposto o dito Capitão, e veio aqui. E como justificasse a sua causa e que tudo era vento, entendeu o Inquisidor que fôra paixão do Padre e daí a 3 ou 4 meses o tornou a enviar com honra à sua Capitania. E está servindo o cargo »[2].

Naturalmente, depois dum incidente dêstes, as relações do Capitão com os Padres foram ainda piores. Tornou-se insustentável a sua permanência em Pôrto Seguro. Perder tempo para quê, se não faltava campo para a sua actividade? Indo a Roma, o P. Luiz da Fonseca levou incumbência de urgir o encerramento da Residêndia. O Geral deu-se por informado em Janeiro

---

grafia Brasilica, II, 2.ª ed. (Rio 1845) 66. Não satisfaz a explicação. Colocar ali missionários novos, em terra tão desorganizada, era expô-los a graves perigos. Os Superiores sentiam a necessidade de enviar Padres já experimentados. A razão do fruto diminuto tem que se buscar nas insuperáveis dificuldades que opunham aos Padres as condições mesológicas, económicas e políticas desta Capitania.

1. *Primeira Visitação: Denunciações da Baía* (1591-1593) 371.

2. Carta de Pero Rodrigues, Baía, 29 de Setembro de 1594, *Bras.* 3(2), 360v.

de 1594, mas, sentindo-se pouco disposto a suprimir casas, escreveu, em 1595, ao Superior do Brasil, rogando que o informasse miüdamente, antes de tomar qualquer resolução [1].

Respondeu Pero Rodrigues, em 1602: «Em uma de 15 de Fevereiro de 95, me encomenda V. P. que não tire os Padres da Capitania de Pôrto Seguro e ajunta V. P.: mas convém prevenir os perigos, quando forem urgentes. Por êste respeito, fui conservando até agora esta Residência, com trabalho. Porém como os perigos foram sempre crescendo e os moradores despovoando a terra e de presente não chegam a 30, por vezes consultei se mandaria vir os Padres, antes que acontecesse a morte de algum ou de todos. Êste ano foi visitar aquela Residência, em meu nome, o P. Vicente Gonçalves e finalmente, com sua informação e de outros Padres, dignos de fé, e parecer dos Padres consultores, os mandei vir daquela casa. As razões, que o Padre e outros homens apontaram, são as seguintes:

1.ª — A terra está já ocupada dos Aimorés, nem teem já os moradores onde cavarem mantimentos, porque lhes teem mortos êstes bárbaros seus escravos e a muitos dos moradores. E como se não podem sustentar a si, menos podem acudir a sustentar os Padres.

2.ª — Queixam-se os moradores que, por nós não despejarmos, êles estão na terra consumidos, sem irem buscar por outras seu remédio.

3.ª — Os Índios, que tínhamos a cargo, são já muito poucos e já os Padres os não podem ir visitar sem perigo de vida e ainda na mesma vila correm perigo os Padres e os mesmos moradores.

4.ª — Ùltimamente o Capitão da terra, para a gente não despejar, não tem outro remédio senão tomar-lhes as velas e impedir a fugida, o que como intentasse um dia dêstes, sucedeu um criado seu ferir ou matar a um homem principal, pelo que o Capitão foi prêso e largou o cargo, e, sem falta, acabar-se-á de despovoar a terra. Por estas razões, com parecer dos Padres consultores, me resolvi a mandar vir os Padres, cujas vidas estão arriscadas sem nenhum fruito» [2].

---

1. *Bras.* 2, 80-87.

2. Carta de Pero Rodrigues, Baía, 15 de Setembro de 1602, *Bras.* 8, 16, 18. Cf. Fernão Guerreiro, *Relação Anual*, I, 390.

Assim acabou a Residência desta Capitania, tão cheia de complicações e trabalhos. Mas os Padres iam lá em missões volantes. Em 1610, sucedeu o grande ataque dos Índios a Pôrto Seguro, intervindo os Jesuítas da Baía, para que se socorressem eficazmente os sitiados [1]. Depois, tornando-se mais respirável o ambiente, e, mediante pedido da Câmara, que se dirigiu expressamente a Roma ao Geral, a 20 de Julho de 1620, voltaram para ali os Jesuítas e reconstituíu-se a casa, por obra dos Padres Mateus de Aguiar e Gabriel de Miranda, no ano de 1621 [2].

5. — Mas ainda não terminaram os trabalhos dos Jesuítas em Pôrto Seguro no século XVI.

No mapa, que o Barão Homem de Melo fêz para mostrar as singraduras da Armada de Pedro Álvares Cabral, no descobrimento do Brasil, há as seguintes notações: na margem esquerda do Rio Buranhem, *matriz:* na margem direita: actual *Pôrto Seguro ;* e mais ao sul, num monte, *Nossa Senhora da Ajuda.* Quando os Padres chegaram a Pôrto Seguro, a povoação com êste nome ficava na margem esquerda, e, na direita, Santo Amaro. Nossa Senhora da Ajuda é fundação dos Jesuítas e data de 1551.

Estavam nesse ano aqui o P. Francisco Pires e o Irmão Vicente Rodrigues. A primeira carta, que se refere à fundação da Ajuda, é de António Pires, a 2 de Agôsto de 1551, e diz: «Francisco Pires está em Pôrto Seguro e com êle estêve até agora Vicente Rodrigues e veio agora a comunicar com o P. Manuel da Nóbrega em esta Costa algumas coisas, em a qual adoeceu e não pôde mais tornar. Fêz uma ermida ali, a qual é mui visitada de romarias. Diz-se, por tôda a Costa, que uma fonte que se abriu, depois da fundação da ermida, dá saúde aos enfermos» [3].

Vicente Rodrigues, que foi o feliz descobridor da fonte,

---

1. *Bras. 8,* 105.

2. *Bras. 8,* 302-305 ; 309-309v ; *Lettere Annue d'Ethiopia, Malabar, Brasil e Goa* (Roma 1627) 127.

3. *CA,* 81 ; Pero Rodrigues, *Anchieta,* em *Annaes,* XXIX, 193 ; *Fund. de la Baya,* 29v(104) ; Amaral, *Resumo Cronológico* na *Rev. do Inst. da Baía,* 47, p. 558, dá como data inicial para a edificação da igreja, 26 de Dezembro de 1551. Não aduz documento. Nesta data só poderia ser reedificação.

conta o caso com esta singeleza: «Estando dois Padres em Pôrto Seguro fundando uma casa, e não tendo água que fôsse boa para beber, desejavam ali perto uma fonte. Quis Deus que, neste comenos, caíu um monte e com o abrir da terra se abriu a mais formosa fonte que agora há naquela terra. E porque a casa, que fundavam, é da invocação de Nossa Senhora, se chama a fonte, entre cristãos e gentios, da mesma Senhora» [1]. O povo gostava de ouvir o ruído da água que corre debaixo do altar e da terra até sair à fonte [2].

Outros contam que foi ao cair uma árvore, que se abriu a terra, desabrochando a água. Ambrósio Pires, que viveu ali pouco depois, escreve, em 1554, que estava um homem em cima da árvore a podá-la ou a cortá-la, quando caíu, não sofrendo êle mal algum. «E assim brotou no lugar, onde foi a árvore, uma fonte, bebendo da qual vários enfermos sararam, e todos, sem mais, se curam. Se isto houvesse acontecido noutro lugar, tornava-se objecto de grande devoção, qual outra Guadalupe» [3]. Compara êle a ermida de Nossa Senhora da Ajuda à de Monserrate e, se o lugar fôra tão seguro como é bom sítio, seria o melhor do Brasil. Mas fica num êrmo e portanto exposto aos assaltos dos Índios [4].

---

1. *CA*, 119.
2. Vasc., *Crón.*, II, 70.
3. *CA*, 141.
4. *Bras. 3(1)*, 111v. O tratado de *Algumas coisas mais notáveis do Brasil* conta várias curas milagrosas, que ali se operaram, de mordeduras de cobra, câmaras de sangue, quebraduras; e acrescenta que tudo isto se autenticou pelo Sr. Administrador Eclesiástico (*Rev. do Inst. Bras.*, 94, p. 372). Cf. António Gonçalves em *CA*, 476, que narra vários milagres, de que foi testemunha de vista.

Pero Rodrigues conta que o Ir. Francisco Dias, arquitecto e pilôto, ficou são da doença do cobrelo ou Santo Antão, passando ali no navio da casa com Anchieta. — Pero Rodrigues, *Anchieta* em *Annaes*, XXIX, 274; Vasconcelos, *Anchieta*, 247-248. Mas o ano que êste dá de 1567 é êrro, talvez do copista. Francisco Dias só veio de Portugal 11 ou 12 anos depois.

Segundo Fr. Vicente do Salvador, Nossa Senhora da Ajuda fica «em um monte mui alto e, no meio dêle, no caminho que se sobe, uma fonte de água milagrosa, assim nos efeitos, que Deus obra por meio dela, dando saúde aos enfermos que a bebem, como na origem, que sùbitamente a deu o Senhor ali, pela oração de um religioso da Companhia, segundo me disse, como testemunha de vista e bem qualificada, um neto do dito Pero do Campo Tourinho, e do seu próprio

A-pesar disto, a devoção de Nossa Senhora da Ajuda, de Pôrto Seguro, foi em aumento, e tornou-se lugar de grande romaria ou peregrinação, tanto que Simão de Vasconcelos a classifica no seu tempo como o mais famoso Santuário do Brasil, comparável a Nazaré e Loreto; ou, como diríamos hoje, dada a eficácia e uso da sua água, a Lourdes ou Fátima.

Tal foi a primeira igreja dos Jesuítas na região de Pôrto Seguro e também a sua primeira residência.

Os Padres umas vezes viviam nela, outras não. Moraram no começo, não moravam no tempo do P. Navarro (1553); e achamos que, em 1556, deixando o Padre Nóbrega dois da Companhia, um em Pôrto Seguro, determinou que o outro morasse na Ajuda, « o qual tinha cuidado de ir com dia a uma Aldeia dos gentios, que está a uma légua de Nossa Senhora, e depois tornava a fazer o mesmo à povoação de Santo Amaro; e, feito êste serviço ao Senhor, fazia a sua volta para a ermida » [1]. Talvez para evitar tão grande isolamento, o Provincial Inácio Tolosa, na visita que fêz às Capitanias (1572-1573), passando ali, ordenou que se fizesse casa conveniente para agasalhar o missionário que lá fôsse cada semana. A gente da terra prometeu construir um tanque para a água [2]. Mas pouco depois, à semelhança da igreja da Ajuda, da Baía, foi também esta entregue ao Bispo, por proposta do mesmo Provincial, aprovada pelo Geral, Everardo Mercuriano, em carta de 2 de Dezembro de 1574 [3]. Continuaram, porém, a ir os Jesuítas todos os sábados à Ajuda prègar e afervorar o povo. Em 1584, havia confraria e bons ornamentos [4].

No dia 22 de Setembro de 1583, estiveram ali em romaria os Padres Cristóvão de Gouveia, José de Anchieta, Fernão Cardim, com outros Jesuítas. Partindo de Pôrto Seguro,

---

nome, meu condiscípulo no estudo das Artes e Teologia, e depois deão da Sé desta Baía », *H. do B.*, p. 98. Observa Rocha Pombo, comentando estas palavras de Fr. Vicente, que talvez quando escreveu (1627) já não estivesse a ermida no primitivo lugar.— Rocha Pombo, *H. do B.*, III, 240; *Santuário Mariano*, IX, 257-258; Jaboatão, *Orbe Seráfico*, I, 81; A. de Alcântara Machado em Anch., *Cartas*, 341, nota 404.

1. *CA*, 154.
2. Carta de Caxa, de 2 de Dezembro de 1573, BNL, fg, 4532, f. 43.
3. *Bras. 2*, 43-v.
4. Anch., *Cartas*, 317.

«passámos um rio caudal mui formoso e grande; caminhámos, diz Cardim, uma légua a pé em romaria a uma Nossa Senhora da Ajuda, que antigamente fundou um Padre nosso; e a mesma igreja foi da Companhia. E, cavando junto dela o P. Vicente Rodrigues, irmão do Padre Jorge Rijo (que é um santo velho, que dos primeiros que vieram com o Padre Manuel da Nóbrega, êle só é vivo) cavando, como digo, junto da igreja, arrebentou uma fonte de água, que sai debaixo do altar da Senhora e faz muitos milagres ainda agora. Tem um retábulo da Anunciação de maravilhosa pintura e devotíssima. O Padre, que edificou a casa, que é um velho de setenta anos, vai lá todos os sábados a pé a dizer missa e prègar a quási tôda a gente da vila, que ali costuma ir aos sábados em romaria, e pera sua consolação lhe deu o Padre licença que se enterrasse naquela igreja, quando falecesse; e bem creio que recolherá a Virgem um tal devoto e receberá sua alma no céu, pois a tem tão bem servido»[1].

6. — Na catequese dos Índios de Pôrto Seguro, seguiu-se o sistema de missões volantes. Da sede da Capitania os Padres irradiavam, pela Costa e pelas margens dos rios, por todos os principais núcleos de Índios Tupinaquins. Nóbrega passou o seu primeiro Natal em Pôrto Seguro e logo com Diogo Jácome

---

1. Cardim, *Tratados*, 297. Êste Padre, que tinha licença de se enterrar na igreja, dissemos nós em *Um autógrafo inédito de José de Anchieta*, in «Brotéria», XVII, 272, que era o P. Vicente Rodrigues. Hoje temos alguma dúvida: tanto poderia ser êle como o Padre Francisco Pires. Se existisse o catálogo de 1583, estava resolvida a dificuldade, vendo que Padres viviam em Pôrto Seguro nesse ano. Mas não existe. O de 1584 tem o P. Vicente Rodrigues na Baía e o P. Francisco Pires em Pôrto Seguro. Examinando os documentos referentes a Nossa Senhora da Ajuda, todos consideram o P. Vicente Rodrigues como descobridor da fonte; quanto à edificação da ermida, atribuem-na a ambos e mais ao P. Francisco Pires, por ser o Superior local. Na hipótese verosímil de estar em Pôrto Seguro em 1583, a êle se podem aplicar aquelas palavras de Cardim: «O Padre *que edificou a casa*, que é um velho de setenta anos, vai lá todos os sábados»; a êle se referiria, portanto, a licença de se enterrar naquela ermida. O certo é que nenhum dos fundadores faleceu em Pôrto Seguro. Francisco Píres morreu no Colégio da Baía, em 12 de Janeiro de 1586 (Franco, *Imagem de Coimbra*, II, 216), ou, segundo o *ms. de Defunctis*, em 1587, «Sine mense neque die» (*Hist. Soc. 42*, 32v). Vicente Rodrigues faleceu no Rio de Janeiro, a 9 de Junho de 1600, *Bras. 5*, 50.

percorreu a costa para o sul, chegando ao Rio do Frade, « que eu já atravessei com muito pouco perigo » — escreve êle, a 6 de Janeiro de 1550[1]. E, como em tôda a parte, trataram também aqui os Padres de se porem em contacto com os Índios. O Padre Navarro pernoitava na ermida da Ajuda, quando os ia visitar. Diz Ambrósio Pires que, em 1554, existiam « quatro ou cinco povoações ao redor [da Ajuda] de uma légua ou duas ou três. Uma está mais longe, que é onde Braz Teles tem uma fazenda de açúcar que está a sete léguas. A esta ainda não fui senão uma vez e estive nela alguns dias, porque tem aquêle mui temeroso e rápido rio em que se afogou aquêle bemdito frade capuchinho, que cá deixou muito boa fama »[2].

Por volta de 1573, começaram a descer do sertão muitos Índios Tupinaquins para se catequizarem. Repartiram-se por diversas Aldeias e como não era possível ao P. João de Melo, que então morava em Pôrto Seguro, assistir em tôdas, de maneira a fazer catequese seguida, combinou fazê-la numa Aldeia mais central acorrendo os Índios das outras, às vezes de três e quatro léguas[3].

Em 1574, chegaram mais, vindos de montes distantes, a que a hipérbole dos mesmos Índios dava distâncias de 100, 200 e 300 léguas. E, produto já certamente da catequese anterior, baptizaram-se 434 e, pouco depois, 270[4].

Pediam-se missionários. Mas se havia espírito de seqüência nos anseios dos missionários e nas canseiras, que padeciam, não o havia nos resultados, muito desiguais.

Uma *Informação* dá-nos o estado da Capitania de Pôrto Seguro, poucos anos depois de 1573:

«Tem esta Capitania, em si, duas vilas e duas povoações, afora os engenhos e trapiches de pilão.

1. Nóbr., *CB*, 108.

2. Carta de Ambrósio Pires, 5 de Maio de 1554, *Bras. 3 (1)*, 111v; Anchieta, *Cartas*, 71; Nóbr., *CB*, 108. Frade *Capuchinho:* Anchieta chama-lhe de S. Francisco; e Nóbrega « Padres de Santo António », e acrescenta que eram italianos. Não encontramos referência alguma no livro « *Os missionários Capuchinhos no Brasil* » pelos Padres Fr. Modesto Rezende de Taubaté e Fr. Fidelis Motta de Primerio (S. Paulo 1930).

3. Carta de Caxa, BNL, fg, 4532, f. 43.

4. Carta de Caxa, *Bras. 15*, 278v; Oliveira, *Anual do Rio de Janeiro* 38v; *Fund. de la Baya*, 45v-46; Cf. *Annaes*, XIX, 104.

«A principal destas vilas é a de Pôrto Seguro, a qual tem 78 vizinhos e terá 500 escravos. A vila de Santo Amaro dista desta para a parte do sul três quartos de légua; tem 36 vizinhos e terá 220 escravos. Antre estas duas vilas vai um rio grande, a que chamam Cerianhaia, ao longo do qual estão as mais fazendas desta terra, por ser navegável para embarcações. Estão, ao longo dêle, 3 engenhos e 3 trapiches. Os engenhos, dois dêles não fazem açúquere, um por estar já todo desbaratado e o outro pouco menos; mas agora o tornam a consertar. O outro e os trapiches são os que fazem algum açúquere. Estão ao longo dêste rio 4 Aldeias de Índios, pequenas, ainda que as três já estão fornecidas de gente que veio do sertão. A mais pequena é uma em que temos uma igreja de S. Mateus, que tem 96 almas. Tem pouca gente, por ser o principal dela no sertão, a buscar a gente que lá tem. Desta aldeia os 60 serão cristãos, os mais dêles inocentes. É gentio êste Tupinaquim de muito bom entendimento para caírem nas coisas de Deus. Começaram-se a converter na era de 73. Está esta nossa igreja perto da maior parte das fazendas dos Portugueses, por onde se pode fazer muito fruito na sua escravaria, havendo quem nisso entenda».

«Da Vila de Santo Amaro para o sul três quartos de légua, está uma povoação a qual chamam Igtororém. Tem 13 vizinhos, terá 100 escravos. Tem ali um engenho. Êste não faz agora açúquere, por falta de gente. Além desta povoação, légua e meia para o sul, está um trapiche que faz honestamente açúquere, por ter gente para isso. Uma légua desta para o sertão está uma Aldeia com honesta gente, a qual se começa agora a converter. Dêste trapiche, três léguas para o sul, estão duas Aldeias: uma delas é pequena, a outra terá 1.000 almas ou mais. Destas Aldeias, uma légua para o sul, estêve a outra vila com um engenho que chamavam Aun-acema. Êste destruíram os Tapuias e nunca se mais tornou a fazer».

«Na vila de Pôrto Seguro, para o norte meia légua, está outro engenho a que chamam Itaicimirim. Êste já não faz açúquere, por estar já todo desbaratado».

«Desta vila para o norte, 3 léguas, está a povoação de Cerenambitipe. Tem 28 vizinhos; terá 150 escravos. Por outro nome se chama povoação Santa Cruz, porque assim se chamava o outro lugar, onde ela já estêve, que era o engenho da Riaga, que

despois foi do Duque de Aveiro. Êste engenho queimaram também os [Ta]puias segundo alguns dizem. Nunca mais o Duque o consertou. E assim ficou tudo desbaratado. É êste rio de Cerenambitipe mui fermoso e grande. Tem algumas águas para engenhos. Duas léguas desta povoação para o sertão estão duas Aldeias».

« São estas Aldeias por tôdas 9. Terão de quatro mil almas para cima. A mais longe delas está 6 léguas de Pôrto Seguro».

«Falta a esta Capitania, para ser boa, ter senhor que se doa dela para a povoar, porque do mais tem muito pau de Brasil e está muito perto das povoações dos Portugueses e, tirando o de Pernambuco, êle é o melhor. Tem muitas águas para engenhos. É verdade que as terras ao longo do mar são fracas, por ser antigamente mui povoada de gentio; mas 3 léguas para o sertão vão muito boas terras. Os Tapuias já agora não fazem tanto mal, porque teem já cobrado mêdo aos Portugueses» [1].

As visitas a tôdas estas Aldeias continuavam de modo regular em 1581 e em 1583 [2]. Mas neste ano os Padres « quási que residiam » numa. E eram grandes os trabalhos e perigos, por causa dos calores, chuvas e rios caudais que passavam e também por causa dos Aimorés [3]. Neste ano, dão-se os nomes explícitos de duas Aldeias de Índios: uma de Santo André ao norte, em frente de Santa Cruz, outra S. Mateus, ao sul, ambas a distância, mais ou menos igual, de Pôrto Seguro (5 léguas). Esta última visitaram-na, no dia 22 de Setembro de 1583, os Padres Cristóvão de Gouveia, Anchieta, Cardim e outros. Foram recebidos com « uma dança mui graciosa de meninos todos empenados, com seus diademas na cabeça e outros atavios das mesmas penas, que os faziam mui lustrosos» [4]. Em 1589, como os

1. Informação da Capitania de Pôrto Seguro, *Bras. 11*, 473-473v. Anónima. Escrita por um Padre da Companhia, letra do século XVI. Posterior a 1573, citado no texto. Uma carta do P. Luiz da Fonseca, de 1578, diz que os Padres visitavam as Aldeias dos Índios, que eram muitas: uma delas é quási já só de cristãos, *Bras. 15*, 303v-304. Êste pormenor de uma Aldeia quási só de cristãos, poderia ser S. Mateus, expressa na *Informação*, o que ajudaria a fixar a data da mesma *Informação*.

2. *Bras. 15*, 323; *Bras. 8*, 4v; *Ann. Litt. 1583*, p. 202-203.

3. Anch., *Cartas*, 308, 418.

4. Cardim, *Tratados*, 297.

selvagens incomodavam os Índios cristãos, puseram-nos os Padres em locais mais defendidos. E fizeram igreja melhor e maior[1].

Em 1592, os Aimorés atacaram as Aldeias dos Índios cristãos, quando os homens estavam para o campo. As mulheres, assustadas, refugiaram-se na igreja sem reparar num menino que ficou fora. Depois viram-no. E então, empunhando os arcos, as mulheres atacaram o inimigo, não consentindo que se aproximasse da criança, que assim se salvou de ser comida[2].

Os ataques repetidos dos Aimorés, a questão da liberdade dos Índios, as querelas entre colonos, envolvendo as autoridades, o descaso com que o Duque de Aveiro tratava a sua Capitania, pràticamente pobre, desagregaram as suas possibilidades de coesão e resistência. Escrevia o P. Rodrigues, no fim do século: «Não se pode tratar acêrca de missões, porque se não pode daí fazer nenhuma: e a razão é estarem postas em grande apêrto há muitos anos e a gente as ir pouco e pouco desamparando. E assim dizem que, se os Nossos ali não estiveram, já foram de todo despovoadas, tanto aperta com a gente uma praga de gentio bravo, cuja língua se não pode entender, e que chamam Aimorés. Os nossos assaz fazem em ter mão em alguns Índios do serviço dos moradores, acudindo-lhes em suas necessidades espirituais, além dos ministérios da Companhia de prègar e confessar e o mais que por tôdas as partes exercitam com muita edificação dos próximos e glória de Nosso Senhor»[4].

As coisas chegaram a têrmos que foi mister, daí a pouco, interromper a catequese por alguns anos. O sector da actividade dos Padres no século XVI, nesta região de Pôrto Seguro, ia do Rio de Santo António, ao norte, até o rio Graminuã, ao sul, dando daí um salto a Caravelas, que, não sendo então povoação de importância, é, hoje, entre as que sobreviveram, a mais florescente[4].

---

1. *Ann. Litt. 1589*, p. 466.
2. *Bras. 15*, 380.
3. Carta de Pero Rodrigues, da Baía, 19 de Dezembro de 1599, BNL, fg, Cx. 30, 82, n.º 7; *Bras. 15*, 473v; Amador Rebelo, *Compendio de algumas cartas*, 235.
4. Além de Caravelas, Vicente Viana dá também procedência jesuítica à vila de Trancoso, que viria duma Aldeia de Índios, chamada S. João «fundada em 1586 pelos Jesuítas». — Vicente Viana, *Memória*, 436, 556. Que os Padres iam ao Rio das Caravelas consta em *Bras. 5*, 18v, e em Anchieta, *Cartas*, 319.

Capitania do Espírito Santo

1 — Estado da Capitania; 2 — Ministérios; 3 — Acção contra os piratas franceses; 4 — Acção contra os piratas ingleses; 5 — A Igreja de Santiago; 6 — Situação económica.

1. — No dia 23 de Maio de 1535, oitava de Pentecostes, aportou Vasco Fernandes Coutinho, antigo herói da Índia, à sua Capitania do Brasil. Esta circunstância do tempo da chegada vinculou à terra o nome de Espírito Santo [1].

Vasco Fernandes Coutinho não a pôde valorizar, por falta de recursos, nem conseguiu impor-se com perfeita autoridade a brancos e Índios. E a intranqüilidade, que reinava na Capitania, era às vezes pior que a guerra declarada [2]. Ainda assim, tem que se reconhecer a sua presença como útil para a terra, pois foi precisamente durante uma ausência sua em Portugal, que houve os dois maiores desastres bélicos do Espírito Santo, morrendo em cada um dêles algumas das personagens principais da Capitania [3].

Noutro grande perigo foi oportuna a intervenção dos Padres, que salvou a situação crítica em que já se viam os cristãos. Infelizmente, Anchieta, que nos refere o facto, não deixou mais pormenores senão que, « estando quási todos os moradores sôbre uma forte Aldeia, daí 30 léguas, já desconfiados e em perigo de se perder, pelas palavras de outro nosso Padre, se entregou aquela Aldeia e outras » [4].

---

1. Rocha Pombo, *H. do B.*, III, 225.
2. *Bras. 3 (1)*, 137.
3. Nóbr., *CB*, 199, 207.
4. Anch., *Cartas*, 323-324.

Esta perturbação e falta de recursos para a defesa da Capitania fêz que se pedisse a El-Rei a tomasse para si. Mem de Sá tomou-a, e, diz expressamente, que por amor dos Padres[1]. Nóbrega regozijou-se com isso e transformou o pessimismo anterior em esperança: «esta Capitania se tem, diz êle, pela melhor coisa depois do Rio de Janeiro»[2]. A sua expectativa não se frustrou pelo que toca ao trabalho da conversão do gentio, ponto que êle principalmente visava nas suas esperanças. Na verdade, o Espírito Santo recebeu mais gente do sertão do que nenhuma outra Capitania, refere em 1584 Fernão Cardim[3].

Sob o aspecto material não se desenvolveu tanto. A proximidade do Rio de Janeiro neutralizou a sua influência marítima; a posição inegualável de S. Paulo, na encruzilhada dos caminhos fluviais, antecipou por aquêle lado a penetração do território de Minas, geogràficamente unido ao Espírito Santo.

2. — A esta Capitania de Vasco Fernandes Coutinho chegaram, pois, os Jesuítas, em 1551. Eram o P. Afonso Braz e o Irmão Simão Gonçalves, soldado português, que entrara na Companhia logo depois de vindo o P. Nóbrega, em 1549. Tinham estado antes em Pôrto Seguro. A viagem e as primeiras impressões conservou-as a pena do próprio Afonso Braz: «Partimos aos 23 de Março de 1551, ficando a gente mui desconsolada, e muitos com lágrimas, chorando. Há do Pôrto Seguro ao Espírito Santo 60 léguas. Receberam-nos, quando chegámos, os moradores com grande prazer e alegria; e desde que cheguei até Páscoa, não me ocupei, nem entendi em outra coisa senão em confessar e fazer outras obras pias. Passada a Páscoa, ordenámos de fazer uma pobre casa para nos podermos recolher. Ela está já coberta de palha e sem paredes. Trabalharei que se edifique aqui uma ermida junto dela, em um sítio mui bom, e em a qual possamos dizer missa, confessar, fazer a doutrina e outras coisas semelhantes»[4].

O P. Afonso Braz ficou encantado. Já conhecia a costa

---

1. *Instrumento*, em *Annaes*, XXVII, 228.
2. Nóbr., *CB*, 197-199, 223.
3. Cardim, *Tratados*, 339; Anch., *Cartas*, 419.
4. *CA*, 87; Orlandini, *Hist. Soc.*, 264; Vasc., *Crón.*, I, 95-97; Id., *Anchieta*, 43; Aires do Casal, *Corographia*, 2.ª (Rio 1845) 54.

desde a Baía. Segundo o que vira, a vantagem ia para a terra do Espírito Santo: « esta onde ao presente estou é a melhor e a mais fértil de todo o Brasil » [1].

Não havia pároco na terra, nem existiu durante algum tempo outra igreja na vila da Vitória senão a dos Jesuítas. Assim ficaram, meia dúzia de anos, recaindo sôbre êles todo o pêso dos ministérios, tanto em Vitória, como na Vila Velha, primeiro sôbre Afonso Braz e depois sôbre Braz Lourenço, que foi Superior do Espírito Santo, por duas vezes, e por muitos anos [2].

Ministérios os do costume: administração de sacramentos, prègação aos Portugueses, escola de ler e escrever, doutrina às crianças, Índios e escravos, visitas aos enfermos, aos engenhos e às Aldeias dos Índios, cuja liberdade defendia o P. Braz Lourenço até contra os pais, que vendiam os próprios filhos [3].

Algumas vezes, iam os Padres em pessoa ao sertão a buscar os Índios ou os parentes dos que já viviam no Espírito Santo, e iam « a mais de cem léguas por caminhos mui ásperos e não seguidos, em que padecem muitos trabalhos de fome e sêde e outros perigos de vida, sem dêles pretenderem mais que a salvação das suas almas e a glória de Deus » [4].

---

1. *CA*, 88, 81.

2. Matos, *Prima Inst.*, 26v; Vasc., *Crón.*, 186-187; *CA*, 337-338; *Fund. del Rio de Henero* em *Annaes*, XIX, 131. O P. Afonso Braz, primeiro missionário do Espírito Santo, era natural do têrmo de Coimbra, de Arcos ou Avelãs (os últimos catálogos teem Avelãs; os primeiros, Arcos). Entrou na Companhia na mesma cidade de Coimbra, a 22 de Abril de 1546 (*Lus. 43*, 2v). Chegando ao Brasil, logo na 2.ª expedição (1550), aqui trabalhou por mais de 60 anos, falecendo depois de 1610. Reza o catálogo dêste ano: « P. Afonso Braz, de Avelãs, diocese de Coimbra, 86 anos, fraca saúde, entrou em 1548. Estudou gramática e casos de consciência quanto bastou para as sagradas Ordens. Foi Superior nas Residências quási 7 anos. Trabalhou na construção das nossas casas e em ouvir confissões. Coadjutor espiritual formado, desde 1557 », *Bras. 5*, 82v. Já não está no catálogo seguinte (1613). Faleceu, portanto, entre estas duas datas, 1610-1613. Como data de sua entrada deve preferir-se a do catálogo português (1546). Também só fêz os votos de Coadjutor espiritual no mês de Abril de 1560, em Piratininga, mas mãos do P. Luiz da Grã (*Lus. 1*, 135; Cf. *Mon. Nadal*, IV, 189). O que caracterizou a vida do P. Afonso Braz, além dos ministérios comuns, foi a sua qualidade de carpinteiro e arquitecto, que exercitou não só no Espírito Santo, mas em S. Paulo e no Rio de Janeiro.

3. *CA*, 215, 217, 218.

4. Pero Rodrigues, *Anchieta* em *Annaes*, XXIX, 195.

São unânimes as referências elogiosas à piedade local; devoção à água benta, às relíquias de S. Maurício, e, no fim do século, a S. Inácio de Loiola. Em 1552, confessava-se a gente de oito em oito dias ou de quinze em quinze, hábito de-veras extraordinário para o tempo [1].

Visitando o Espírito Santo em 1568, o P. Inácio de Azevedo apertou a concessão de baptismos aos Índios, pela facilidade com que voltavam aos seus antigos costumes. Já tinham os Padres três Aldeias. Pareceu ao Visitador, por motivos justos, que os Padres não residissem nelas, mas que fôssem lá, de Vitória, quando houvesse necessidade. Há várias disposições dos Superiores determinando, umas vezes, que residissem os Padres nas Aldeias, outras não, sinal de que eram quási de igual pêso as vantagens e desvantagens de tal residência [2].

Uma das ocasiões, que tinham os Padres para exercitar mais o seu zêlo, paciência e caridade, eram doenças: « o sítio não é muito sadio, nem aprazível por estar em lugar baixo », dizem algumas cartas [3]. Umas vezes, eram os Padres que caíam doentes: Luiz da Grã, indo lá em 1568, achou-os a todos convalescentes com grandes febres [4]. Outras vezes, eram epidemias gerais, que atingiam a todos. Em 1564, houve uma de bexigas, sobretudo na Aldeia da Conceição. Periòdicamente se referem outras, como em 1594 e 1595, esta última agravada com uma sêca terrível. O povo, vendo-se em aflição, recorreu a S. Maurício, de que se conservava uma relíquia na Igreja dos Jesuítas, e era advogado contra a sêca; e logo choveu [5].

Para amostra do ambiente capichaba recordemos ainda alguns factos arquivados nas cartas jesuíticas.

---

1. *Bras. 3 (1)*, 90v ; *Bras. 8*, 43 ; *Bras. 5*, 18v. Também, segundo o costume então admitido, faziam-se algumas confissões por intérprete. Em 1556, era o Ir. escolástico Lucena, *CA*, 153.

2. Carta de António da Rocha, 26 de Junho de 1569, *Bras. 3 (1)*, 161v-162. Os sacramentos administrados no Espírito Santo acham-se algumas vezes englobados com outros. Em 1587, vemo-los separados. *Nas Aldeias:* 300 baptismos; 3.000 confissões; 1.500 comunhões e 90 casamentos. *Na Vila:* 5.000 confissões e 3.000 comunhões (*Annuae Litt. 1589*, p. 468-470).

3. Anch., *Cartas*, 419 ; Carta de Grã, *Bras. 15*, 200v.

4. Carta de Grã, *Bras. 3 (1)*, 163v.

5. *Bras. 15*, 423; *Annuae Litt. 1594-1595*, p. 798; *Bras. 3 (1)*, 176.

Um índio cristão, recebidos os últimos sacramentos, morreu ou assim se julgou. Preparado já o entêrro, voltou a si três horas depois, e disse: em tal sítio está um arco escondido. Furtei-o. Tragam-mo que quero restituí-lo, antes de morrer. Entregue o arco a seu dono, deu a alma a Deus. Foi caso que abalou o povo, diz Pero Rodrigues [1]. Outro facto, mais raro e importante: em 1585, faleceu um rapaz em quem se tinha realizado o duplo milagre de *não beber* e *ser casto* [2].

Prègou um Padre um dia contra o vício de jogar. O Donatário Vasco Fernandes Coutinho (filho) mandou por tôdas as casas que se recolhessem os jogos. Assim se fêz. E acabou-se o vício [3].

Junto com a prègação frutuosa, fundam-se associações de defesa. Logo que chegou ao Espírito Santo, em 1554, erigiu Braz Lourenço uma Confraria contra as *juras e blasfêmias*, cuja multa se destinava ao dote de orfãs para o casamento [4]. O mesmo Padre levou muitas vezes os senhores a casarem-se com as escravas índias, com quem viviam maritalmente e de quem tinham filhos, — factos êstes de evidente alcance social [5].

Existia, em 1586, outra Confraria de *S. Maurício*: chegando a 20 de Agôsto dêsse ano ao Espírito Santo os Padres, que iam para o Tucumã, demoraram-se até o dia 4 de Outubro, com o fim expresso de ganharem o jubileu de S. Maurício (a 22 de Setembro) [6].

E já antes, em 1583, funcionava uma *dos Reis*, constituída por escravos índios. Na ocasião da Visita do P. Christóvão de Gouveia, quiseram dar-lhe vista das suas festas: «Vieram um domingo com seus alardos à portuguesa, e a seu modo, com muitas danças, folias, bem vestidos, e o rei e a rainha ricamente ataviados, com outros principais e confrades da dita Confraria: fizeram no terreiro da nossa igreja seus caracóis, abrindo e fechando com graça por serem mui ligeiros, e os vestidos não carregavam muito

1. *Bras. 15*, 417.
2. *Quae duo in hos homines, si quando reperiuntur, pro miraculo habentur* (*Litt. Ann. 1585*, 138).
3. Carta de Fonseca, *Bras. 15*, 304v.
4. Carta de Braz Lourenço, *Bras. 3 (1)*, 109; Vasc., *Crón.*, I, 185.
5. *Bras. 3 (1)*, 104v.
6. Cf. *Relacion del Viage*, em Pastells, *Paraguai*, I, 40; *Annuae Litt. 1589*, p. 470.

a alguns, porque os não tinham. O Padre lhes mandou fazer uma prègação na língua, de como vinha a consolá-los e trazer-lhes Padre para os doutrinar, e do grande amor com que sua Majestade lhos encomendava. Ficaram consolados e animados, e muito mais com os relicários, que o Padre deitou ao pescoço do rei, da rainha e outros principais » [1].

3. — Os Índios do Espírito Santo prestavam bons serviços contra as piratarias francesas e inglesas. Os Franceses várias vezes vieram à Capitania do Espírito Santo. Em 1558, foram capturados vinte pela gente do Maracajaguaçu, em Itapemerim [2]. Depois que Mem de Sá destruíu o forte de Villegaignon, os Franceses infestaram a Capitania do Espírito Santo dois anos a seguir. Em 1561, entraram no pôrto « duas naus mui grandes e bem artilhadas ». Ancoraram defronte da vila; e causaram grande terror aos habitantes, porque eram poucos, as casas cobertas de palha, e não tinham fortaleza. O Capitão-mor da terra, Melchior de Azeredo, um dos heróis do Rio de Janeiro, tratou de organizar a defesa. Antes do combate foi encomendar-se êle, com tôda a gente, a Santiago, conforme ao seu costume. Foi preciso ao P. Braz Lourenço servir de alferes da Bandeira. « Tomando a bandeira do bem-aventurado Santiago, se foi com êles até o lugar do combate ». Os Franceses bombardearam a vila sem dano para ela, « antes, um dos nossos lhe deu um falcão ao lume da água em uma das suas naus; com o qual se puseram em fugida. E os cristãos, seguindo seu capitão, se foram após êles em almadias, com muita escravaria, às frechadas, até os lançarem fora do pôrto ». Achou-se também ali uma nau portuguesa, de passagem para o reino, vinda de S. Vicente. Prestou bom concurso [3].

---

1. Cardim, *Tratados*, 342-343.

2. *CA*, 210. Passando os Franceses pelo Espírito Santo, exageraram-lhes tanto as fôrças da vila que êles atemorizaram-se e levantaram ferro, indo carregar pau brasil a Itapemerim. « Consultaram os da vila darem lá com êles e levaram Vasco Fernandes, aliás Gato, com sua gente. Os quais, adiantando-se dos cristãos, deram nos Franceses, que estavam em terra, que seriam alguns vinte, os quais trouxeram; e duas chalupas e uma ferraria e muito resgate e roupas, de maneira que todos os negros vinham vestidos », *CA*, 213.

3. *CA*, 339, 342 (nota de Afrânio Peixoto), 363.

Os Franceses deviam ficar escarmentados desta vez, porque, voltando no ano seguinte, já se não atreveram a entrar; mandaram uma chalupa a explorar o pôrto; sendo logo corrida pela gente da terra, retirou-se [1].

Em 1581, tornaram ao Espírito Santo. Eram as mesmas três naus, que estiveram algum tempo antes no Rio de Janeiro. Os moradores, atemorizados, não acharam quem os defendesse senão quási só, diz Anchieta, os Índios das Aldeias jesuíticas. Apenas desembarcaram, saíram os Índios dos esconderijos, matando e ferindo a muitos. Surpreendidos por tal resistência, recolheram-se os piratas franceses às naus e levantaram âncoras. O povo não se cansava de elogiar os Índios das Aldeias e de confessar que nêles estava tôda a sua defesa. O que não impedia, comenta a carta, de voltarem, passado o perigo, às suas costumadas artimanhas contra os mesmos Índios [2]. Alusão ao abuso de se servirem dêles, «a torto e a direito», segundo se exprimirá, em 1594, o Ven. Padre Anchieta [3].

4. — Também em 1582, apareceram três naus inglesas por alturas do Espírito Santo. Não fizeram então mal nenhum à terra. Atirou apenas cada qual um tiro e fizeram-se de volta ao mar [4].

Grave foi, em 1592, o ataque de Cavendish que vinha de Santos. Governava a Capitania D. Luiza Grinalda, viúva de Vasco Fernandes Coutinho, e era seu adjunto o Capitão Miguel de Azeredo. Já esperavam o ataque e tiveram tempo de se prevenir. A gente construíu à pressa dois fortins perto da vila. Armaram-se ciladas nos lugares mais altos para esmagar o inimigo com pedras e flechas. Os Padres trouxeram os Índios das Aldeias [5].

---

1. *CA*, 340.
2. *Bras. 15*, 328.
3. Anch., *Cartas*, 291.
4. Foram êstes mesmos que roubaram a nau do P. Comissário, Fr. João de Ribadaneira, que ia para o Rio da Prata. O encontro dera-se no Pôrto de D. Rodrigo, a 4 léguas de Santa Catarina. — Sarmiento, *Relacion*, de 1/6/1583, in Pastells, *Descubrimiento*, 604, 621.
5. *Enformação e Copia de Certidões sôbre o Govêrno das Aldeias*, Tôrre do Tombo, *Jesuítas*, 88.

Não suspeitando tal vigilância, viram-se os piratas ingleses reduzidos a combater num espaço limitado e, sem poderem subir à vila, escorregavam na água. Uns afogados, outros mortos pelas frechas e pedras, outros cativos, poucos foram os que voltaram a bordo, e «com as mãos nos cabelos», frase expressiva de Pero Rodrigues[1]. Das naus fugiram também quatro ingleses que se entregaram. A-pesar-de tão grande vitória, não esqueceram os Padres os sentimentos de humanidade. A todos receberam com amor. «Cuidaram os feridos, procuraram a liberdade aos prisioneiros, vestiram os andrajosos e fizeram que fôssem recebidos em casa de homens honrados»[2]. O P. João Vicente Yate, narrando êste facto, diz que Cavendish «perdeu 40 pessoas»; e oito dos seus homens foram tomados vivos; e, «vendo água e terra pelejando contra êle, queimou um dos navios por falta de marinheiros e de mastros e prosseguiu seu rumo para onde ninguém sabe»...[3]

---

1. Pero Rodrigues, *Anchieta* em *Annaes*, XXIX, 265. Cf. Braz da Costa Rubim, *Memorias historicas e documentadas da Provincia do Espirito Santo*, na *Rev. do Inst. Bras.*, XXIV (1861) 221-222.

2. *Bras. 15*, 380.

3. «The thirth was Thos. Cavendish, who departed England, 26 Aug. 1591, with five ships of his own, to sail into the South Seas, where he took a great ship laden with gold, silks, and much riches, as also three boys of Japan, and returned rich to England, upon the words of the Japanese boys, to lade there, and come back. After three years, he came 150 leagues from thence; last Christmas he took a village called St. Vincent, misused and violated the churches and relics, and then went towards the straits of Magellan, but before he got there, he lost two of his ships in a storm; not being able to sail through contrary winds, he turned back to St. Vincent, on his passage lost two more great ships, and arrived there with only two ships, and his men dying with hunger; he sent a boat on shore with 26 soldiers, who, except two or three, were all slain by the Portuguese. Thereupon he sailed to another village called Spiritu sancto, where he lost 40 persons, and eight of his men were taken alive; and seeing water and earth fighting against him, he burnt one of his sails, for lack of mariners and masts, and went his way, but whither no man knoweth; being well whipped with the scourge of God, for the irreverence he committed against His Divine Majesty and His saints, especially against a holy head of one of the 11,000 virgins of England.

One of the eight prisoners taken is an Irishman; another, Robert Arundel, an Englishman, calls himself of kin to Sir John Arundel, and states that Sir John died a Catholic in London, and that his body was carried to Cornwall with great pomp, to be buried. Asks if it was so; cannot believe that a Catholic would be

Diferem as relações quanto ao número de mortos. Knivet, um dos soldados ingleses presentes, diz que foram a terra 120 homens, faltaram 80 e « dos quarenta que voltaram não havia um que não estivesse ferido de flecha e alguns o estavam em cinco ou seis partes do corpo » [1].

5. — A Companhia de Jesus não achou no Espírito Santo algumas das dificuldades, que acompanharam o seu estabelecimento noutras partes. Em 1551, dando o P. Braz Afonso princípio a uma casa, os seus ecos chegaram logo à Baía, envoltos numa aura de ampla esperança. Escrevia Nóbrega, referindo-se àquele Padre: « tem grande Colégio e manda pedir meninos para o principiar » [2]. Depois quando o próprio Nóbrega com Tomé de Sousa passou em Vitória, no ano de 1552, já encontrou o Colégio de Santiago: grande casa e igreja. Entrando com o Governador geral na igreja, Nóbrega entoou o *Veni Creator Spiritus,* alusão ao nome da terra que pisavam. A igreja, ou recebeu o nome dalguma capelinha, que ali existisse, anteriormente, ou talvez fôsse inaugurada no dia 25 de Julho de 1551, o que explicaria a invocação de Santiago. Como quer que seja, a 4 de Maio de 1552 já se chamava assim [3].

A igreja, ao princípio, era pobríssima; ainda em 1561, estava desprovida de retábulos, ornamento, galhetas [4]. Urgia, portanto, edificar outra: a ocasião para isso não tardou a apresentar-se, motivada por um naufrágio que, em 1573, ia vitimando os Padres Tolosa (Provincial), Luiz da Grã, António da Rocha, Vicente Rodrigues, Fernão Luiz, e os Irs. Bento de Lima e João de Sousa. Tinham saído do Espírito Santo no dia 28 de Abril,

---

suffered to be buried after that sort. Robert Arundel, who is a youth, has little knowledge of the Catholic religion; has written him good advice ». — Yate, *Calendar of State Papers,* 356.

1. António Knivet, *Relação da Viagem,* 203; *Nova e completa collecção de viagens e jornadas ás quatro partes do mundo,* traduzida do inglês (editor J. H. Moore) por José Vicente Rodrigues, I (Pôrto 1790) 344-345. Fernão Guerreiro, *Relação Anual,* I, 377; Barco Centenera, *Argentina* (Lisboa 1602) Canto XXVIII (último): « En este canto se cuenta la gran victoria que tuvieron los Portugueses contra el señor de Mitiley (Candish) y su perdida y desbarate de su armada » (p. 224).

2. *CA,* 81; Nóbr., *CB,* 131.

3. *Bras. 3 (1),* 90v; *Bras. 11,* 475.

4. *CA,* 339.

quando sobreveio um terrível naufrágio, nesse mesmo dia à noite, na foz do Rio Doce. Perdeu-se o navio e tudo quanto levavam. Grã livrou-se a custo da morte. Retrocedendo, foram agasalhados com amor por tôda a população. Depois de feita uma romaria, por terem escapado com vida, a Nossa Senhora da Penha, ermida que se vê ao longe, no mar, e é refrigério e devoção de mareantes, resolveram os Padres aproveitar esta demora forçada, de 5 meses, para construir a nova igreja [1].

Diz Tolosa: « começámos logo uma igreja capaz, de mais de cem palmos de comprido, fora a capela, e quarenta e cinco de largo; as paredes de taipa, por não haver aqui pedreiro: os alicerces todavia são de pedra e cal, que fizeram os Padres de casa como souberam ». O Capitão Belchior de Azeredo « com tôda a mais gente principal ajudaram com suas próprias mãos a trazer umas pedras grandes para os alicerces. Todos mandam os seus escravos para a obra. Outros mandam as coisas necessárias para nosso mantimento e da gente que trabalha. Uma pessoa nos tem dado três bois. E com andarem quási cincoenta pessoas nas obras, com a gente da casa, tôda se sustenta de esmolas, que é para espantar em Capitania tão pequena, onde há mais gente pobre que rica » [2].

Os espírito-santenses enriqueceram pouco e pouco a igreja de Santiago com os objectos necessários para o culto, — e genero-

1. Esta ermida da Penha (os antigos escreviam *Pena*, e Cardim compara-a expressamente a N.ª S.ª da *Pena*, Sintra), deve-se a Fr. Pedro Palacios, leigo, a quem Anchieta chamou capucho, e Jaboatão, religioso menor, leigo por profissão, descendente de uma família de Rio Seco, perto de Salamanca. Segundo o mesmo Jaboatão, veio para Portugal, foi da Província de Arrábida, serviu de enfermeiro muitos anos no Real Hospital de Lisboa, passando depois ao Brasil com licença. — Jaboatão, *Orbe Seráfico*, II, 18-29. O *Santuário Mariano*, X, 93, tem que foi a 2 de Maio de 1575. Confessava-se com os Jesuítas e comungava com freqüência. Como não tinha letras e ignorava a língua brasílica, deram-lhe os Jesuítas um formulário com que se pudesse guiar. Nas *Cartas de Anchieta* (p. 319), onde se lê *com* Ordens sacras, deve ler-se *sem*, como é óbvio, pois era leigo. Frei Pedro Palacios chegou ao Brasil por 1558, e apareceu morto na sua ermida, a 2 de Maio de 1570. Cf. Vasc., *Anchieta*, 333; Machado de Oliveira, *O Convento da Penha na Província do Espírito Santo*, na *Rev. do Inst. Bras.*, V (3.ª ed.) 127; Rodolfo Garcia, nota a Cardim, *Tratados*, 406-407; Fernando de Macedo, *O Brasil Religioso* (Baía 1920) 8-10.

2. Carta de Inácio Tolosa, incluída na *Anual do Rio de Janeiro*, Nov. de 1573, BNL, fg, 4532, f. 37-38v; Matos, *Prima Inst.*, 28v; *Fund. del Rio*, 56-56v. Bel-

samente. Em 1584, já se diz que a « igreja é nova, mui capaz para a terra e bem ornada » [1]. Em 1596, por ocasião de epidemias, ofereceram ornamentos ricos, cruz e turíbulo de prata. Deram uma coluna, igualmente de prata, para uma relíquia das santas virgens. Havia outra relíquia de S. Maurício, tebeu, a quem o povo tinha extraordinária devoção, do qual existia a Confraria, que dissemos, e em cuja honra compôs um auto o P. Anchieta [2].

Nesta igreja de Santiago desejou ser enterrado o Donatário Vasco Fernandes Coutinho, filho, falecido em 5 de Maio de 1589 [3]. E nela, como de costume, se enterraram os Padres da Companhia. Coube-lhe, portanto, a esta igreja a honra de possuir o túmulo do Ven. Anchieta, falecido nesta Capitania em 1597.

Quanto ao Colégio, passando Nóbrega pelo Espírito Santo, no último trimestre de 1552, já encontrou a funcionar uma Confraria dos Meninos de Jesus, à semelhança da Baía e S. Vicente [4]. Freqüentavam-no crianças mamelucas e índias, sob a direcção de Afonso Braz. Sendo, porém, encarregado êste Padre, em 1554, de construir o Colégio de Piratininga, veio para o Espírito Santo, tendo viagem tormentosa no mar entre Pôrto Seguro e Caravelas, o P. Braz Lourenço: « e me deixaram aqui só, diz êle, com um irmão [António de Atouguia, que depois saíu] e nove meninos ». As condições dêste Colégio, a-pesar da boa vontade ambiente, eram precárias. Tôda a biblioteca de Braz Lourenço constava dum livro, a *Vita Christi* [5].

Juntaram-se outras dificuldades, como a da situação dos meninos. Voltando o P. Nóbrega de S. Vicente para a Baía, em 1556, parou no Espírito Santo para explicar as *Constituïções*. Interpretavam-se elas, então, no sentido de que não podiam morar os meninos com os Padres nem os Padres se podiam encarregar de meninos sob a forma jurídica de Confraria. Nóbrega resolveu

---

chior de Azeredo teve dois sobrinhos, Marcos de Azeredo e Miguel de Azeredo, a quem Anchieta escreve uma Carta que se conserva (Anch., *Cartas*, 280; cf. *Enformação e copia de certidões sobre o Governo das Aldeias*, Tôrre do Tombo, *Jesuítas*, 88).

1. Anch., *Cartas*, 419.
2. *Bras. 15*, 423.
3. César Marques, *Dic. Histórico do Esp. Santo*, 112.
4. Anch., *Cartas*, 316.
5. *Bras. 3 (1)*, 109.

o seguinte. Tirou os mamelucos e filhos dos Índios « de nossa casa e pô-los noutra a par da nossa, tomando-os a seu cargo um homem leigo, bom homem; emquanto se não efectuou isso, tinham-nos alguns devotos em suas casas, por amor de Deus » [1].

Com isto terminou o Colégio dos Meninos de Jesus do Espírito Santo. Fundando-se o Rio de Janeiro, preferiu-se aquela cidade para o Colégio.

Em vez dêle, abriu-se escola de ler e escrever e contar. Quem quisesse seguir maiores estudos, ia para a Baía ou para o Rio, de que ficou dependente a casa do Espírito Santo.

Desta escola achava-se encarregado, em 1571, o P. Manuel de Paiva, já conhecido na terra, pois ali viera, algum tempo antes de ir para S. Paulo como primeiro superior: « o P. Paiva tem 60 anos, prega e ouve confissões e tem cuidado da escola dos meninos portugueses, que serão quarenta » [2].

A casa do Espírito Santo era bem acomodada, diz Cardim em 1584, com sete cubículos. Na cêrca havia « laranjeiras, limeiras doces, cidreiras, acajus e outras frutas da terra, com todo o género de hortaliça de Portugal » [3]. O terreno da casa descia até o porto, onde havia cais de embarque e desembarque privativo [4].

Anchieta compôs e fêz representar aqui alguns dos seus melhores autos. É notável sobretudo o da *Vila da Vitória*, com que honrou a capital do Espírito Santo, escrito em português e castelhano. Uma das personagens do auto é o *Govêrno* e fala em português, naturalmente, como quem era. Anchieta propõe as qualidades do bom govêrno e nêle encarna a figura de Vasco Fernandes Coutinho [5].

Vasco Fernandes Coutinho merecia, com efeito, a homenagem de Anchieta, porque sempre se mostrou amigo dos Padres e, naquilo que podia, protector dos Índios [6]. Esta amizade do pri-

---

1. *CA*, 153.
2. *Bras. 15*, 231.
3. Cardim, *Tratados*, 344; Anch., *Cartas*, 419.
4. Quando chegou ao Espírito Santo o Ir. Manuel Quintal, estava na vila o P. Anchieta e « foi recebê-lo ao pôrto *dentro de uma cêrca nossa* ». — Vasc., *Anchieta*, 321.
5. *Opp. NN. 24*, 109v-130.
6. Vasco Fernandes Coutinho faleceu no mês de Fevereiro de 1571.

meiro Donatário manteve-se nos seus sucessores, que consultavam os Padres e os atendiam. Assim é que levantando-se, em 1583, uma grave discórdia entre o governador e o povo, interveio Anchieta e sanou-se o conflito[1]. Tal atenção e amizade tornou-se quási fraterna com o capitão-mor Miguel de Azeredo, cujos interêsses, como os da donatária D. Luíza Grinalda, urgia e amparava na Baía o próprio Anchieta[2].

6. — Esta boa harmonia com os Donatários provinha dos primeiros tempos e ela facilitou a questão das subsistências necessárias para o bom andamento da catequese. Em 1552, chegou da Baía ao Espírito Santo o P. Manuel de Paiva. Trazia a incumbência de assegurar a situação económica do Colégio de Santiago, que se acabava de instituir. Duarte de Lemos tinha oferecido, na sua Ilha de S. António, algumas terras, mas faltava legalizar essa doação. Legalizou-a Bernardo Sanches Pimenta, loco-tenente do Donatário, ampliando a doação com outras terras de sesmaria. Duarte de Lemos oferecera terras suficientes, para a construção do Colégio e mantimentos dêle. O loco-tenente acrescentava-lhe outras na própria Ilha e fora dela. Na Ilha, eram uns montes maninhos em Jacurutucoara com as seguintes demarcações: «partiam com Diogo Fernandes, da parte do sul, cortando ao cume da serra; e, pela parte do nordeste, com Jerónimo Diniz; e, em riba da serra, partia com Diogo Álvares e Manuel Ramalho, assim tôdas as terras que estavam em aquêle limite e não eram dadas. E assim outra terra, que partia com Gonçalo Diniz, por metade do meio, por um brejo acima; e assim partia com Fernão Soares pouco mais ou menos, pela banda do susueste». Dava-se também «um pedaço de terra que foi do Caldeira, que estava da banda dalém Rio, que partia com Jerónimo Diniz, conforme ao que achasse no livro das dadas. E assim, um bananal, que foi de Afonso Vaz, o qual está da banda dalém do Rio, ao longo do campo».

Enumeradas desta forma as terras e matos, o loco-tenente do Donatário, vendo que era serviço de Deus, dava posse delas

1. *Bras. 8*, 7.

2. Anch., *Cartas*, 280-284 e notas de Alcântara Machado, 321, 328, 329; *Bras. 15*, 376; *Litt. Ann. 1590*, p. 825.

« à dita casa de Santiago e Colégio dos Meninos », livres de todos os encargos fiscais, « salvo dízimo a Deus » [1].

Além de Vitória, foram-se estabelecendo os Padres em diversas Aldeias da costa; e naturalmente possuíam, em cada uma delas, a respectiva casa e cêrca. Depois foram-se ampliando casas e fazendas (Muribeca, Orobó, etc.), à proporção que se desenvolviam, nos séculos seguintes, as povoações e os seus ministérios.

Em 1571, estava a residência do Espírito Santo dependente do Colégio do Salvador. E dêle recebia 125 cruzados para ajuda dos gastos [2]. A princípio viveu com dificuldades. Sentia-se isolada: « há perto de dois anos que por aqui não passa algum dos Nossos », e às vezes não se podia dizer missa por falta de vinho [3]. Em 1554, Braz Lourenço, fazendo notar a pobreza da igreja, sem ornamentos, nem farinha para hóstias, rogava que se remetessem de Portugal, mas advertia: « o que se mandar, venha logo para aqui, porque o que de lá vem, tudo se leva a S. Vicente » [4].

A situação económica di-la, em 1562, o mesmo Braz Lourenço. Além de dois Padres e dois Irmãos « há mais nesta casa 5 ou 6 meninos dêste gentio, já cristãos, a que os Padres ensinam a doutrina, e servem de levar o Padre Fabiano em uma almadia à Aldeia dos Índios, e vão pescar e pedem esmola para seu comer. Os nossos Padres se manteem do que Sua Alteza manda dar, ainda que aqui lhe não dão mais que pera dois, e êles são os que digo, de modo que lhes é necessário viverem também do trabalho de suas mãos *ut neminem gravent;* nem pedem esmola » [5].

---

1. *Bras. 11*, 475-475v. Esta questão dos dízimos originou, depois, uma pequena diferença, sanada por dispensa real *(Bras. 3 (1)*, 145v). Aquelas terras, ou parte delas, rendiam, em 1575, a quantia de 6$000 réis *(Bras. 15*, 329-330). A Ilha de Santo António, de Duarte de Lemos, é a mesma em que está a capital do Espírito Santo; e Jarucutucoara ou Jacutucoara, como escreve Braz Rubim, é « um saco, praia e morro na margem norte da baía do Espírito Santo, entre a fortaleza de S. João e a ponta de Bento Ferreira ». — Braz da Costa Rubim, *Diccionario Topographico da Provincia do Espirito Santo*, na *Rev. do Inst. Bras.*, *25*, 622.
2. *Bras. 15*, 232.
3. *CA*, 337.
4. *Bras. 3 (1)*, 110.
5. *CA*, 338-339.

Depois que esta Residência pôde laborar as suas terras, tirou delas alguns recursos, os quais, junto com a generosidade local e com o auxílio do Colégio do Rio de Janeiro, para cujo âmbito passou, suprimiram aquêles primitivos apertos. Fernão Cardim escrevia, em 1584: «vivem os nossos [no Espírito Santo] de esmolas e são muito bem providos; e o Colégio do Rio de Janeiro os ajuda com as coisas de Portugal» [1].

Esta Residência da capital do Espírito Santo passou mais tarde a Colégio, fundado em 1654 [2]. E, desenvolvendo-se a região económica e civilmente, o Colégio transformou-se com o tempo num majestoso edifício, o maior e mais importante do Espírito Santo [3].

---

1. Cardim, *Tratados*, 344.

2. Fr. Rodrigues, *A Companhia de Jesus em Portugal e nas missões*, 2.ª ed. (Pôrto 1935) 64.

3. Para avaliar a sua importância local, basta saber o que êle era em 1879. «Numa das suas vastas dependencias reside o Presidente da Provincia, e noutras funcionam a secretaria da Presidencia, o Lyceu, a Thezouraria da Fazenda, a Administração do correio, o armazem de artigos bellicos, a Bibliotheca publica, uma escola de primeiras letras e o quartel de pedestres». — César Marques, *Dic. Historico do Espirito Santo*, 244; Braz da Costa Rubim, *Dic. Topographico*, in *Rev. do Inst. Bras.* 25, 648.

CAPÍTULO IV

Aldeias do Espírito Santo

1 — Características gerais; 2 — Aldeias do Maracajaguaçu ou da Conceição; 3 — Aldeia de S. João; 4 — Aldeia de Guaraparim; 5 — Aldeia dos Reis Magos; 6 — Reritiba.

1. — É extremamente difícil determinar hoje com exactidão todos os lugares onde os Padres trabalharam com os Índios, não só nesta Capitania como noutras. A confusão resulta, por um lado, de usarem às vezes documentos coevos o têrmo genérico de Aldeias, sem mais denominação; e, por outro lado, pelo menos ao comêço, do hábito de os Índios mudarem as suas povoações de sítio para sítio. Assim o chefe Temiminó, Vasco Fernandes Maracajaguaçu, vendo-se, num dado momento, importunado pelos brancos, «pôs-se da outra banda com tôda a sua casa» [1].

Os autores modernos dão origem jesuítica, e com razão, às principais povoações da costa do Espírito Santo. Mas a época rigorosa dessa origem é de averiguação custosa. Tentemos esboçar o seu quadro com dados certos.

Nas cartas jesuíticas aparecem referências a elas, logo desde o comêço. Nos catálogos, a primeira vez que se nos deparam Aldeias com residência fixa de Padres é em 1586. Fala-se apenas de duas: Nossa Senhora da Conceição e S. João. Três anos depois, em 1589, dá-se conta de uma terceira com o nome de S. Cristóvão, e de que era Superior o P. Diogo Fernandes. Nunca mais se fala de semelhante Aldeia, nesta Capitania. Achamos, porém, em 1598, uma nova Aldeia de Nossa Senhora da Assunção, que tem como Superior o mesmo Padre Fernan-

1. *CA*, 212.

des. Mas sucede que Nossa Senhora da Assunção é Reritiba. Aquêle S. Cristóvão ou seria nome de Aldeia desaparecida nalguma transferência, ou o de alguma ermidinha transformada depois em igreja de Nossa Senhora, ou simplesmente lapso de amanuense. Como quer que seja, no último catálogo existente do século XVI, mencionam-se, no Espírito Santo, quatro grandes Aldeias com residência fixa: S. João, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Assunção, S. Inácio dos Reis Magos. No primeiro catálogo do século XVI (1606), surge-nos já nas mesmas condições a Aldeia de Nossa Senhora de Guaraparim.

Fora estas, achamos ainda referências vagas, em 1558, a Itapemerim, onde foram tomados então 20 franceses [1].

Não se conservam nomes explícitos de outras Aldeias do Espírito Santo no século XVI. Mas deviam existir. Em 1581, diz Anchieta que eram dez, duas sob a administração imediata dos Padres, e mais oito, « quatro ao sul e quatro ao norte, separadas da vila, a iguais intervalos, e distantes dela 72.000 passos. Os Padres vão visitá-las por mar, nem podem ir de outra maneira » [2]. Em 1584, por ocasião da visita do P. Gouveia, só se nomeiam oito, ao todo. E eram: « quatro léguas da vila, por um rio muito ameno acima, uma Aldeia de Índios da invocação de Nossa Senhora, e outra a meia légua desta, que se diz S. João, e nelas haverá até 3.000 Índios cristãos. Na da Conceição residem, de ordinário, dois dos Nossos e a de S. João visitam quási cada dia. Além destas, visitam outras seis Aldeias mais longe, que são de Índios, cristãos e pagãos, e terão até mil e quinhentas almas; e com estas ocupações estão bem ocupados. São amados do povo » [3]. A ida a estas Aldeias faz-se « com muito trabalho, por ser a visita necessàriamente por mar e pela costa brava com muitas águas, tormentas e perigos de vida » [4]. Aquelas dez

1. *CA*, 208, 210. Escreve Felisbelo Freire que o P. Anchieta visitou, em 1595, uma povoação existente às margens do Rio Cricaré, chegando lá no dia 21 de Setembro, consagrado a S. Mateus. Daqui o nome que o rio tomou (F. Freire, *Hist. Territ.*, 377). César Marques assegura que foi em 1596; e acrescenta que neste ano ou no seguinte se edificou uma ermida, e lá ia, de Vitória, um Padre a ministérios. — César Marques, *Dic. Hist. do Espírito Santo*, 215.

2. *Bras. 15*, 328.

3. *Enformaçion*, Évora, cód. XCVI, 1/33, f. 39v; Anch., *Cartas*, 419, 319.

4. Carta de Gouveia, *Bras. 5*, 18-19.

Aldeias de 1581 tinham, pelo menos algumas delas, começado antes. Em 15 de Junho de 1571, escreve Luiz da Grã que se visitam duas Aldeias a miúde; e outras mais raramente[1].

César Marques refere-se a uma Aldeia de Índios Goitacazes, que dataria do fim do século XVI; e diz que o P. Afonso Braz fundou duas Aldeias: « Campo » e « Velha », « aquela em 1556 e esta em 1553 »[2].

Averiguamos o seguinte. Pelo que se refere a Goitacazes, é sabido que se organizou, em 1594, no Espírito Santo uma expedição contra êles. Não foram Jesuítas. Mas Pero Rodrigues e Vasconcelos narram algumas predições de Anchieta, a-respeito dos expedicionários[3]. Pelo que toca a « Velha » e « Campo », ou se identificam com alguma das aqui apontadas ou foram localidades, onde estiveram assentes temporàriamente algumas delas. Marques identifica também a Aldeia Velha, que diz fundada por Afonso Braz em 1556 e regida por Maracajaguaçu, com a Vila de Santa Cruz, a 3 léguas de Nova Almeida[4]. Não encontramos em documentos coevos confirmação disto. É certo que, em 1556-1557, não vivia na Capitania do Espírito Santo Afonso Braz, mas Braz Lourenço. Semelhante confusão, fácil por causa do nome comum, verifica-se também com freqüência noutros autores, a-respeito dos mesmos Padres.

Os Índios, que constituíram as Aldeias do Espírito Santo, foram Temiminós e Tupinaquins (ou Tupininquins). E, além dos Goitacazes, vieram outros no fim do século para a Aldeia dos Reis Magos. Oriundos de tão longe, valeria a pena que os antropólogos lhes prestassem um pouco de atenção para determinarem, quanto possível, o seu habitat e raça. Procurou impedir-lhes o passo a tríbu ou sub-tríbu dos Apiepetangas. Quem são? Identificação que parece sumamente dificultosa a Métraux[5].

As Aldeias do Espírito Santo formaram-se quási sempre a seguir a alguma entrada ao sertão. Por volta de 1555, data dos primeiros aldeamentos do Espírito Santo, além dos Temiminós,

---

1. *Bras. 15*, 200v.
2. César Marques, *Dic. Hist. do Espirito Santo*, 142.
3. Pero Rodrigues, *Anchieta*, em *Annaes*, XXIX, 248; Vasc., *Anchieta*, 330.
4. César Marques, *Dic. Hist. do Espirito Santo*, 5, 208.
5. Métraux, *La civilisation matérielle*, 18-19.

da Baía de Guanabara, fala Vasconcelos doutros Índios chefiados por Pirá-Obig (Peixe verde)[1]; e, no primeiro trimestre de 1569, houve guerras cruéis entre os Índios duma Aldeia, onde já existiam 600 cristãos, que afinal fugiram para o mato. Todavia, há males que veem por bem. Passados poucos meses, tornaram aquêles Índios e trouxeram consigo duas novas Aldeias que principiaram a ouvir a palavra de Deus[2]. Também em 1573, estêve no interior Melchior de Azeredo em guerra com Índios inimigos, de quem triunfou. Com êles andavam outros já baptizados. Desceram com o capitão; e com êles outros ainda, voluntàriamente, « vieram para a igreja e serão por todos mais de duzentos. Estão, [escreve Gonçalo de Oliveira] na Aldeia com outros nossos, mui contentes e alegres. Dizem êstes, que vieram, que estão muitas Aldeias de caminho quási para se virem à nossa igreja. E não aguardam senão que tenham cá mantimentos para o fazer »[3]. A igreja, a que se refere a passagem anterior, deve ser a da Conceição, que já existia há muito com a de S. João. Pouco depois, formou-se uma terceira Aldeia, cujo nome se não diz, a 1.400 passos da vila da Vitória[4]. A Ânua de 1576 fala da entrada dum Padre da Companhia, que desceu do sertão mil Índios[5]. E ainda em 1584, chegou outro grupo importante de Índios, dos quais se ocupou o Visitador P. Gouveia. Deu êle « ordem com que fôssem dois Padres daí a vinte e oito léguas à petição dos Índios, que queriam ser cristãos; espera-se grande fruto desta missão e descerão logo quatro ou cinco mil, e ficará porta aberta para descer grande multidão de gentios, para o qual efeito o Governador desta terra, Vasco Fernandes Coutinho, filho daquele Vasco Fernandes Coutinho, que fêz as maravilhas de Malaca, detendo o elefante que trazia a espada na tromba[6], deu grandes provisões sob graves penas que ninguém fôsse saltear ao caminho. Deu-lhes três léguas de terra, que os Índios pediam, e perdão dalgumas mortes de brancos e alevantamentos, que tinham antigamente

---

1. Vasc., *Crón.*, I, 204-205; Id., *Almeida*, 32-33.
2. Carta de António da Rocha, 26 de Junho de 1569, *Bras. 3 (1)*, 162.
3. Oliveira, *Anual do Rio de Janeiro*, 38v.
4. Ant. de Matos, *Prima Inst.*, 29.
5. *Bras. 15*, 295v.
6. João de Barros, *Decadas*, II, livro VI, cap. IV (Lisboa 1777) 61.

feito. E quando foi ao assinar da provisão, não a quis ler, nem viu o que se dizia, antes vindo-a selar a nossa casa, disse que tudo o que o Padre Visitador pusesse havia por bem, e que pedisse tudo quanto quisesse em favor dos Índios, que êle o aprovaria logo » [1].

A porta ficou de-facto aberta para a descida de Índios. Entre outros, veio, em 1589, por ocasião da visita ao Espírito Santo do P. Marçal Beliarte, o chefe Tujupabuco, de grande talento e juízo recto. E trouxe consigo inumerável multidão para se doutrinar [2].

Assim se formaram as Aldeias do Espírito Santo. Receberam os benefícios da catequese e civilização; e prestaram, por sua vez, serviços inestimáveis à vila com andarem vigilantes contra os seus inimigos.

Residiram os Padres, ao menos por temporadas, nas Aldeias da Conceição, S. João, Guaraparim, Reis Magos e Reritiba.

2. — No mês de Abril de 1555, estava de passagem no Espírito Santo o P. Luíz da Grã. Ia para S. Vicente, saíu do pôrto e tornou a arribar. Escreve êle: « Depois que eu tornei a arribar a esta Capitania, chegou aqui um principal que chamam *Maracajaguaçu*, que quere dizer Gato Grande, que é mui conhecido dos Cristãos, e mui temido entre os gentios, e o mais aparentado entre êles. Êste vivia no Rio de Janeiro, e há muitos anos que tem guerra com os Tamóios, e tendo dantes muitas vitórias dêles, por derradeiro vieram-no pôr em tanto apêrto, com cêrcas, que puseram sôbre a sua Aldeia e dos seus, que foi constrangido a mandar um filho seu a esta Capitania a pedir que lhe mandassem embarcação para se vir, pelo apêrto grande em que estava; porque êle e sua mulher e seus filhos e os mais dos seus se queriam fazer cristãos. Moveu isto a piedade aos moradores por saberem quanta bondade e bom tratamento e fidelidade usara sempre com os cristãos; e que os mesmos cristãos, que então vieram dessa mesma parte, afirmavam a extrema necessidade e lhes parecia que daí a mui poucos dias seriam comidos dos contrários; e que aquela vontade de ser cristão tinha êle dito, muito havia, a muitas pessoas e assim o disseram a Tomé de Sousa. Mas não ousa-

1. Cardim, *Tratados*, 342.
2. *Ann. Litt. 1589*, p. 468-470.

ram a fazê-lo por ser êle de Capitania alheia, que é S. Vicente, a quem êle não mandou pedir êsse socorro, por serem seus contrários também os Índios de S. Vicente. E assim se tornou seu filho sem ajuda. E depois que chegou Vasco Fernandes Coutinho, parece que sabendo, tornou-se outra vez do caminho a pedir-lhe êste socorro. Pedimos-lhe então muitas pessoas que, sendo certa a extrema necessidade, em que diziam estar, pois, assim como assim, haviam de ser comidos dos contrários, que mandassem por êles, porque com isso salvar-se-iam aquelas almas e principalmente os filhos pequenos, e cumpririam os cristãos com o que deviam a tão boa amizade, como nêle sempre tiveram. Tirou Vasco Fernandes Coutinho sôbre isso 7 testemunhas e mandou 4 navios para que fôssem seguros dos Franceses, que sempre há naquele rio, e que lhe dessem todo o favor com artilharia e mantimentos que levaram, mas que não os trouxessem se não estivessem em extrema necessidade. Chegando lá os navios, estando já com casas e fato queimado, dentro em dia e meio se embarcaram com tanta pressa, que havia pais que deixavam na praia seus filhos; e dois, que ficaram na praia para expirar, já de fome, baptizaram logo e no-los deram. Êstes fazem sua Aldeia, apegada com esta vila. Fazia eu de conta, se estivera aqui, de ir morar entre êles, mas o P. Braz Lourenço se ocupará dêles. E espero no Senhor Deus que se farão cristãos e que daí ajuntaremos alguns meninos e que serão mais fiéis do que êles costumam ser » [1].

Esta carta de Luiz da Grã dá a primeira origem da Aldeia de Nossa Senhora da Conceição.

No dia 20 de Janeiro de 1558, dia de S. Sebastião, baptizou-se um filho do « Gato Grande », que estava doente. Por êsse motivo ficou a chamar-se Sebastião, sendo seu padrinho Duarte de Lemos, que lhe deu o seu próprio apelido. Sebastião de Lemos casou-se por essa ocasião com a índia, com quem vivia, e que se baptizou igualmente. Além de Duarte de Lemos, foram padrinhos Bernardo Pimenta e André Serrão. Como já estava gravemente enfêrmo, Sebastião de Lemos sucumbiu a 2 de Abril, assistido pelos Jesuítas. Fizeram-lhe ofícios solenes. Por essa

1. Carta de Luiz da Grã, desta Capitania do Espírito Santo, hoje 24 de Abril de 1555, *Bras. 3 (1)*, 137v.

ocasião, o Donatário Vasco Fernandes Coutinho honrou o Maracajaguaçu, sentando-o entre si e o seu filho Vasco Fernandes. E depois, aproveitando esta oportunidade, o Donatário, a instâncias do P. Francisco Pires, convidou o Maracajaguaçu, a que, já que era tão amigo dos Padres, o fôsse totalmente, recebendo a mesma fé que êles. Maracajaguaçu respondeu que sim. E então disse o Governador que «lhe queria fazer uma grande festa no dia do seu baptismo e que por êste amor queria que tomasse o seu nome, e sua mulher o de sua mãi, e seus filhos os nomes dos seus; e assim os pôs a cada um. E assim assentamos em baptizá-lo para a festa do Espírito Santo» [1].

Com isto conseguiu-se que o Maracajaguaçu viesse a estabelecer-se perto da vila, deixando o lugar para onde se tinha retirado, agreste e fragoso. Para o fixarem mais à civilização e cristandade, fingiram os Padres que se queriam retirar do Espírito Santo, não por êle, mas pelos seus, com quem não faziam fruto. Respondeu o chefe índio que, se os Padres se fôssem embora, êle também iria. E acrescentou que viera por amor dos Padres, e não era justo irem-se êles agora e deixarem-no, depois de já ser cristão [2]. Não desejavam os Padres ouvir outra resposta e procuraram tirar partido destas disposições. Ora sucede que os Índios não se educam nem modificam de um dia para o outro. Um dos seus hábitos ancestrais era a mudança periódica de sítio, com grave desarranjo para todos. Depois de se escolher local para casa e igreja, lembravam-se os Índios de levantar pouso inopinadamente e ir para outra parte. Os Padres combinaram pois com Maracajaguaçu que impusesse a sua vontade aos Temiminós (alguns parece que não lhe obedeciam tão dòcil-

---

1. *CA*, 196. A mulher do Maracajaguaçu recebeu o nome de D. Branca e gozava de grande influência, diz António de Sá: «Dona Branca mulher do principal, é muito minha devota, e eu trabalho por estar bem com ela, porque, tendo-a de minha parte, tenho tôda a Aldeia e não se faz nada senão o que ela quer». *CA*, 220. Em 1558, a festa de Pentecostes foi a 29 de Maio. Nas *Cartas Avulsas* lê-se uma vez Jaraguai e Maraguai, corrupções de Maracaiá ou Maracajá (Gato). Também não traz data, mas nos *Nuovi Avisi delle Indie di Portugallo* (Venetia 1562) 51, tem *l'ultimo d'Aprile 1558*. Deve ser, portanto, posterior a 20 de Janeiro de 1558 a morte de Bernardo Pimenta, à mão dos Índios, referida em Pôrto Seguro, *HG*, I, 352.

2. *CA*, 213.

mente como seria para desejar) e que, pois, tinham já feito casas novas havia pouco, não deviam mudar-se tão de-pressa. Assim estavam as coisas em Junho de 1559 [1], quando sobreveio a jornada do Rio de Janeiro e a tomada da ilha de Villegaignon, em cuja emprêsa tomaram parte muitos Temiminós.

A formação da Aldeia entrou na fase definitiva em 1560, depois que Fabiano de Lucena, que desde 1556 estava no Espírito Santo, se ordenou e tomou conta dela: « os Índios de que o Padre Fabiano tem cárrego estão em uma grande Aldeia, que lhes êle fêz fazer aqui, arriba da povoação dos cristãos, em um bom sítio onde lhe fêz fazer uma grande igreja, mui airosa e bem guarnecida, com uma casa para os Nossos, quando ali vão. Esta igreja é da invocação de Nossa Senhora da Conceição e muito pobre, porque nem cális tem; um dêsses ornamentos, de que lá não fazem muita conta, lhe fôra cá mui bom para as festas. Fêz também fazer outra grande casa, na qual está um homem devoto com sua mulher, que ali tem muitas moças daqueles Índios, debaixo de sua disciplina, e as ensina a alfaiatas e a fiar, etc. Estas se casam com os mancebos já doutrinados e instruídos nos bons costumes. A esta Aldeia vai o mesmo Padre Fabiano todos os dias haverá dois anos, partindo ante-manhã desta casa em uma almadia, ora contra a maré, ora com chuva e frio, que é um trabalho incomportável. Haverá nesta Aldeia mil almas. E são Índios que para aqui vieram do Rio de Janeiro, êstes anos passados, os quais sempre foram amigos dos cristãos » [2].

---

1. *CA*, 219-220.

2. *CA*, 340-341, cf. 153. O P. Fabiano de Lucena, depois de uma vida apostólica, digna de melhor futuro, pediu um dia ao P. Grã, que o deixasse voltar para a sua terra, alegando doença. Não pareceu ao Provincial motivo suficiente e negou-lhe a licença indispensável. Fabiano tomou-a por si e embarcou em 1565. Ao chegar a Lisboa, sabendo-se já o modo ilegal como embarcara, não foi recebido na Companhia. « Este se vino a mi y me no pareció admitirlo » (Carta do Prov. de Portugal, Leão Henriques, ao P. Geral, S. Francisco de Borja, de Lisboa a 12 de Fev. de 1566, *Lus. 62*, 11). Fabiano embarcou em Olinda para Lisboa com Jorge de Albuquerque « em uma nau nova de duzentos tonéis por nome Santo António ». Saíu a 20 de Junho de 1565. Na viagem foram tomados pelos Franceses. Sobreveio depois uma terrível tempestade, que desarvorou a nau. Os Franceses, então, depois de a saquearem, abandonaram-na. Alguns pediram ao capitão que permitisse comerem os cadáveres, o que êle não consentiu. Muitos morreram de pura fome. Várias vezes se viram perdidos, por a nau meter

No ano de 1564, grassou violenta epidemia de varíola nesta Aldeia. Vivia então já nela permanentemente o P. Diogo Jácome e o Ir. Coadjutor Pedro Gonçalves. As mortes eram às três e quatro por dia. Os Índios fugiam dos doentes e, por fim, da própria Aldeia, mudando mais uma vez de sítio. Com o acréscimo de trabalho não só para a construção da mesma casa, como porque os Índios «são gente de muitas castas e muitas vontades e nenhuma boa ordem sabem tomar», tiveram os dois grande fadiga, sucumbindo em breve o Irmão Pedro Gonçalves [1].

Ficando só, redobrou o trabalho para o Padre Jácome e, com o cuidado da construção da nova igreja e com o cansaço acumulado da epidemia anterior, caíu doente e em três dias se finou, morrendo «na semana de Lázaro dêste ano de 1565, uma têrça-feira à noite» (10 de Abril). Conta o P. Pero da Costa, que lhe assistiu à morte, que «foi o seu trânsito de muita pureza, humildade e paciência nos trabalhos e caridade com os próximos e resignação na santa obediência com que havia servido ao Senhor alguns 15 ou 16 anos, que estêve na Companhia». Ambos se enterraram na igreja do Colégio de Santiago [2].

água. Finalmente, nos começos de Outubro, chegou à costa de Portugal. E no dia 4 dêsse mês foi trazida por uma galé, por ordem do Infante D. Henrique, «que neste tempo governava», e ficou defronte da igreja de S. Paulo. Lucena aparece com o nome de Álvaro de Lucena, por lapso, originado talvez da abreviatura da palavra invulgar de Fabiano (p. 38). No comêço do naufrágio, vendo-se perdidos, «se achegaram todos a hum Padre da Companhia de Jesvs por nome Aluaro de Lucena, que com elles vinha & com elle se confessarão com as mais breues palauras que cada hum podia». — Bento Teixeira Pinto, *Naufragio que passou Iorge Dalbuquerque Coelho Capitão e Governador de Pernambuco* (Lisboa 1601) 16v; *Relação do naufrágio que passou Jorge de Albuquerque Coelho vindo do Brasil no anno de 1565*, *Rev. do Inst. Bras.*, XIII (1850) 279-314; *História Trágico-Marítima*, III, 133,

1. O Ir. Pedro Gonçalves, cujo ofício era andar sempre com a enxada na mão, faleceu nos primeiros dias de Novembro de 1564, *CA*, 459-460; cf. Vasc., *Crón.*, III, 70.

2. Diogo Jácome entrou na Companhia em Coimbra, no dia 12 de Novembro de 1548 *(Lus. 43,* 3v). Chegando ao Brasil com o P. Nóbrega, participou dos trabalhos da catequese dos primeiros Padres, na Baía, em Pôrto Seguro, nos Ilhéus, em S. Vicente, em Piratininga. Irmão coadjutor, a princípio, trabalhou com os Índios. Aprendeu, por si só, a manobrar o tôrno e ensinou esta arte aos Índios (Anch., *Cartas*, 151). Ordenou-se de sacerdote, na Baía, em 1562 *(CA*, 370). Pouco depois, foi para Ilhéus, donde passou ao Espírito Santo. O P. Luiz Rodrigues, em carta de Ilhéus, de 11 de Março de 1563, diz o seguinte: «o meu compa-

Com a morte dêstes dois obreiros ficou sem Padres a Aldeia. Entretanto, deu-se a conquista do Rio de Janeiro por Estácio de Sá, que levou do Espírito Santo muitos Índios, que por lá ficaram. Reorganizada a Aldeia, os Padres não deixaram de ir a ela, aos domingos e festas de guarda. Assim era em 1573[1].

Mas não tardaram em morar outra vez na Aldeia da Conceição, exercitando-se nos costumados ministérios de cura de almas, sacramentos e catequese. Da visita que lhe fêz, a 8 de Dezembro de 1584, o Visitador, deixou-nos Fernão Cardim esta primorosa página: « Véspera da Conceição da Senhora, por orago da Aldeia mais principal, foi o Padre Visitador fazer-lhe a festa. Os Índios também lhe fizeram a sua: porque duas léguas da Aldeia em um rio mui largo e formoso (por ser o caminho por água) vieram alguns Índios *murubixaba,* scilicet, principais, com muitos outros em vinte canoas muito bem equipadas, e algumas pintadas, enramadas e embandeiradas, com seus tambores, pífanos e frautas, providos de mui formosos arcos e frechas mui galantes; e faziam a modo de guerra naval muitas ciladas em o rio, arrebentando poucos e poucos com grande grita, e perpassando pela canoa do padre lhe davam o *Ereiúpe,* fingindo que o cercavam e o cativavam. Neste tempo, um menino, perpassando em uma canoa pelo Padre Visitador, lhe disse em sua língua: *Pay, marape guarinime nande popeçoari?* scilicet, em tempo de guerra e cêrco, como estás desarmado! E meteu-lhe um arco e frechas na mão. O Padre assim armado, e êles dando seus alaridos e urros, tocando seus tambores, frautas e pífaros, levaram o Padre até

---

nheiro é o Padre Diogo Jácome, que veio com o Padre Leonardo Nunes; é língua e serve para a escravaria, que é muita, de confessar e doutrinar, que tem bem em que entender, e emprega o seu talento de maneira que eu lhe tenho grã inveja. Seja glória ao Senhor: também anda polos engenhos, instruindo os pagãos em nossa Santa Fé Catolica e confessando e doutrinando aos Cristãos que é uma emprêsa grandíssima, com a qual êle anda em meio de seus trabalhos tão alegre que não ha coisa na terra a que o possa comparar e assi os caminhos se lhe fazem curtos com ser muito compridos, e as calmas não sente, que são muito grandes nesta terra, porque o calor do Espírito Santo, que êle traz dentro, vence o de fora». — *CA*, 373; 381; 457, 459-461; A. de Alcântara Machado em Anch., *Cartas,* nota 22, p. 57; Vasc., *Crón.*, III, 68-71; Franco, *Imagem de Coimbra,* II, 203-204.

1. Oliveira, *Anual do Rio de Janeiro,* 38v.

à Aldeia, com algumas danças que tinham prestes. O dia da Virgem, disse o Sr. Administrador missa cantada, com sua capela, e o Padre Visitador, pela manhã cedo, antes da missa, baptizou setenta e três adultos, em o qual tempo houve boa música de vozes e frautas, e na missa casou trinta e seis em lei de graça, e deu a comunhão a trinta e sete. Por haver jubileu, concorreu tôda a terra, e tôda a manhã confessámos homens e mulheres portugueses. Houve muitas comunhões e tudo se fêz com consolação dos moradores, Índios e nossa».

Depois, procissão solene, o Diálogo da Avé-Maria, de Álvaro Lôbo, danças, músicas e festas...[1].

3. — Parte daqueles Temiminós vindos do Rio de Janeiro foram-se internando pela terra dentro, misturando-se com os Tupinaquins. Pelo ano de 1562, o Capitão Belchior de Azeredo fêz que se mudassem «para um bom sítio, que está por êste rio arriba, aonde teem muitas e boas terras, e estão muito mais à mão e melhor aparelhados, apartados dos Tupinaquins, para nêles podermos fazer fruto. Fomo-los ver um dia dêstes; e o Principal, que é homem entendido e desejoso de se fazer cristão, nos agasalhou com galinhas e caça do mato, mostrando-nos o lugar, que já tinha limpo, para nos mandar fazer a Igreja. Determinam os Padres de o casar cedo, fazendo-o cristão. A mulher para êste, que é uma moça dos seus, ensina a mulher do Capitão em bons costumes»[2].

No que acabamos de ler, há duas referências igualmente vagas: uma nova Aldeia que começa e um novo chefe Temiminó. Nada mais se adianta. Mas, logo daí a dois anos, se dão como existentes no Espírito Santo «duas Igrejas feitas, scilicet, na Aldeia do Gato, uma de Nossa Senhora da Conceição; e, na Aldeia de Arariboi, outra de S. João»[3].

É esta a primeira vez que em documentos coevos se encontra o nome célebre de Araribóia. E é obvia uma dupla conexão: a primeira entre a igreja que se estava para fazer em 1562 e a que se encontra já feita em 1564; a segunda en-

1. Cardim, *Tratados*, 339-340.
2. *CA*, 341.
3. *CA*, 457.

tre aquêle principal, entendido e ainda não baptizado, e Araribóia[1].

Acima desta Aldeia de S. João, légua e meia ou quási duas, existiam então umas três pequenas Aldeias de Índios. Na de S. João morava, em 1567, o P. Pero da Costa com um mocinho da terra e dali visitava essas duas ou três Aldeias. Depois da morte do P. Jácome, também ia à Conceição e lá dizia missa de quando em quando. A epidemia, que assolou a do Maracajaguaçu, foi mais benigna em S. João e nas Aldeias vizinhas. Mas também ela, como a de câmaras de sangue, que se lhe seguiu, matou muitas pessoas, em especial crianças. Tratou o Padre que morressem baptizadas. Em 27 de Junho de 1567 (data das informações de Pero da Costa), tinham-se baptizado passante de 400 pessoas, muitas das quais escaparam do contágio. Baptizaram igualmente e casaram « alguns Índios principais desta povoação, os quais teem até agora dado muito boas mostras de perseverança » [2].

Não residiram sempre aqui os Padres, umas vezes por falta

1. Não sabemos com que fundamento diz Fr. Vicente do Salvador que Araribóia se baptizou em 1530, sendo seu padrinho Martim Afonso de Sousa *(H. do B.,* 195). Como de costume não cita fontes. O ter Araribóia o nome de Martim Afonso não é prova bastante. Verificando-se aquela conexão, o facto explicar-se-ia fàcilmente. Tendo-se baptizado o Maracajaguaçu com o nome de Vasco Fernandes, Donatário do Espírito Santo, não quereria o chefe Araribóia, ao baptizar-se por sua vez, ficar atrás; e para não haver repetição e confusão, receberia o nome também dum Donatário, mas o da Capitania, donde era natural. Opor-se-ia a esta identificação, se fôsse verdadeiro, o facto narrado por alguns de que Araribóia estivera com Mem de Sá na tomada de Villegaignon, em 1560. Mas se estêve, foi como soldado anónimo, não como chefe. Contudo, nem disto se encontra a menor referência em escritos da época, omissão já notada pelo próprio Simão de Vasconcelos *(Crón.,* II, 81).

2. *CA,* 461. O P. Pedro da Costa, natural da Portela de Tamel, diocese de Braga, entrou na Companhia de Jesus, no Brasil, em 1556. Gastou a vida a catequizar os Índios, cuja língua sabia. Em 1559, estava na Aldeia de S. Paulo da Baía *(CA,* 225); em 1561, na de Santiago *(CA,* 299); em 1562, na de S. Miguel de Camamu *(CA,* 268). Ainda estava no Espírito Santo em 1569 *(Bras. 3 (1),* 161v). Em 1598 era Superior da Ilha de Boipeba. Diz o catálogo dêste ano: « P. Petrus a Costa Superior ex Portela de Tamel dioec. Bracharensis annorum 69 firma valetudine admissus in societatem anno 1556. Studuit Grammaticæ casibus consciencíæ quantum fuit satis ad sacros ordines. Didicit Brasilicam linguam et annos jam 39 in Indorum conversione versatur. Coadiutor spiritualis formatus ab anno 1560 » *(Bras. 5,* 38). Faleceu em adiantada e santa velhice, na Baía, em 1616 *(Bras. 8,* 213).



Espírito Santo e Aldeia dos Reis Magos

(Da « Rezão do Estado do Brasil », códice *ms.* da Bibl. do Pôrto)

de obreiros, outras por disposição superior; nesses casos, a assistência espiritual era feita de Vitória ou da Conceição. Mas, sempre que era possível, morava lá um ou dois Jesuítas.

No dia 9 de Dezembro de 1584, visitaram esta Aldeia os Padres Gouveia e Cardim. A Aldeia de S. João estava a meia légua da Conceição. Foram «por água, por um rio acima mui fresco e gracioso, de tantos bosques e arvoredos que se não via a terra, e escassamente o céu. Os meninos da Aldeia tinham feito algumas ciladas no rio, as quais faziam a nado, arrebentando de certos passos com grande grita e urros, e faziam outros jogos e festas na água, a seu modo, mui graciosos, umas vezes tendo a canoa, outras mergulhando por baixo e, saindo em terra todos com as mãos levantadas, diziam: Louvado seja Jesus Cristo! — e vinham tomar a bênção do Padre, os principais davam seu *Ereiupe*, prègando da vinda do Padre com grande fervor. Chegámos à igreja acompanhados dos Índios, e os meninos e mulheres com suas palmas nas mãos, e outros ramalhetes de flores, que tudo representava ao vivo o recebimento do dia de Ramos. Porém neste tempo, ainda que os Índios fazem a festa, tudo é pasmar, *maxime* as mulheres, do *Païguaçu*».

«Ao dia seguinte baptizou o Padre Visitador trinta e três adultos, e casou na missa outros tantos em lei de graça, e tudo se fêz com as mesmas festas. Estavam êstes Índios em ruim sítio mal acomodados, e a igreja ia caindo; fêz o Padre que se mudassem a outra parte, o que fizeram com grande consolação sua» [1].

No mesmo sítio, ou já noutro, porque não se pode bem saber ao certo, dada a facilidade de tais mudanças, morava em 1596 o P. Sebastião Gomes, que escreve a 26 de Outubro dêsse ano: Nesta Aldeia, de que estou incumbido, «que é da invocação do glorioso apóstolo S. João, haverá oitocentas almas cristãs; e como nesta Capitania se dá o algodão mais que em nenhuma outra, quási todos veem à igreja vestidos. Dêstes cristãos se teem escolhido e examinado cento e quarenta, que recebem o Santíssimo Sacramento nas três páscoas do ano [Natal, Ressurreição, Espírito Santo] com tanta quietação, modéstia e lágrimas, que os Portugueses se edificam, por uma parte muito, de os ver e, por

1. Cardim, *Tratados*, 340-341.

outra, se envergonham. Êstes que comungam são avantajados de todos os outros, assim nos bons costumes e devoção, como no conhecimento e justiça das coisas da fé e doutrina cristã».

Depois de ter referido vários casos particulares desta devoção singela dos Índios, fala da porta aberta que há para descerem do sertão muitos outros a receber a fé, se não fôssem os obstáculos que os colonos põem, cativando-os. E continua: «Castiga Nosso Senhor êstes cativeiros injustos e outros pecados do Brasil, com molestar os Portugueses uma nação de gentios que chamam Tapuias ou Aimorés, os quais teem feito despovoar a Capitania de Pôrto Seguro, e vão por outras partes fazendo muitos danos e estragos. Desta Aldeia de S. João teem ido os Índios cristãos em busca dêles por três vezes. Onde pousavam, arvoravam logo uma cruz e, antes de pelejar, se punham todos de joelhos diante dela. Feito isto, arremetiam aos inimigos com tanto esfôrço e confiança de vitória, que sempre Nosso Senhor lha deu»[1].

4. — Em 1558, tencionava estabelecer-se em Guaraparim um irmão de Maracajàguaçu, de apelido Cão Grande. Veio por sua conta e risco do sertão e ali ficaria com sua gente por conselho e gôsto do Donatário[2]. Talvez datem desde então as visitas que lá faziam periòdicamente os Padres. É certamente uma das dez Aldeias assinaladas, em 1581, ao longo da costa do Espírito Santo. César Marques diz que, em 1585, fundaram os Padres uma residência no alto da embocadura do Rio Guaraparim e ali edificaram uma igreja dedicada a Santa Ana[3]. É verosímil. Tanto mais que, em 1587, fêz o Padre Anchieta o gracioso Diálogo, com que os Índios de Guaraparim receberam na sua Aldeia o P. Provincial, Marçal Beliarte, recém-chegado do reino: «Vinde pastor desejado [...], para nós sois cá mandado, do reino de Portugal»[4].

---

1. Carta de Bastião Gomes, incluída noutra de Pero Rodrigues, de 1 de Maio de 1597, em *Annaes*, XX, 263-264; cf. Amador Rebelo, *Compendio de algumas cartas*, p. 235.

2. *CA*, 196.

3. César Marques, *Diccionario do Espirito Santo*, 137.

4. *Opp. NN. 24*, 21; cf. Fr. Rodrigues, *A Formação*, 477; Afrânio, *Primeiras Letras*, 92-104.

Segundo Vasconcelos, assistiam nesta Aldeia, por volta de 1596, os dois Padres Dias (António e Manuel); e Anchieta, sentindo-se doente em Reritiba, mandou-os consultar e foi com o P. Manuel Dias até à vila do Espírito Santo, recuperando a saúde [1].

Residência efectiva de Padres nesta povoação só no-la dá o catálogo de 1606. Mas a ânua de 1604 já traz a seguinte informação: «Guaraparim é uma célebre Aldeia de Índios, onde êste ano se realizaram com grande pompa os ofícios da Semana Santa. Fêz-se um belo sepulcro; e, fora as tochas de cera, viam-se dependuradas quarenta lâmpadas. Houve música de instrumentos e vozes» [2].

5. — Segundo César Marques a Aldeia dos Reis Magos foi fundada pelos Jesuítas em 1580 em um lugar alto que goza de lindo panorama [3]. A Aldeia dos Reis Magos era com certeza visitada por êles em 1581, mas só o catálogo de 1598 a dá como residência fixa. Em todo o caso, já lá moravam os Padres antes, porque dali mandou fazer o P. Domingos Garcia uma grande entrada, em Dezembro de 1595. Falam os bons dos Índios em 400 léguas. Não tinham êles meios de as calcular e talvez encarecessem as distâncias para ampliar o merecimento. Ainda assim, dando todos os descontos, a julgar pelo tempo que levou, quer por terra quer pelo Rio Doce, a entrada devia ter chegado pelo menos ao centro de Minas Gerais. Desde a foz do Rio Doce até à Aldeia dos Reis Magos vieram os Índios por terra. O P. Garcia esperava-os já, com uma pobre igreja, a 3 léguas da costa. Uma simples inspecção ao mapa, e vemos que êsse local devia coincidir sem grandes diferenças com a actual cidade de Santa Cruz [4].

---

1. Vasc., *Anchieta*, 338.
2. Carta de Fernão Cardim, *Bras.* 8, 50.
3. César Marques, *Diccionario do Espirito Santo*, 7.
4. Reis Magos já aparece no Mapa de 1599, feito em Norimberga por Levinum Hülsiüm, publicado em Schmidel-Lafone, *Viaje al Rio de la Plata*, in fine. Na *Noite Ilustrada*, Rio, 16 de Maio de 1934, veem três fotogravuras de « O mais antigo Convento do Brasil », « A igreja do convento dos Reis Magos, em Nova Almeida considerado o mais antigo do Brasil », « Ruinas dos Claustros do Con-

Escreve o P. Pero Rodrigues: «No mês de Dezembro de 1595, foram dois Índios cristãos da Aldeia dos Tupinaquins por mandado do P. Domingos Garcia, que dêles tem cuidado, chamados um dêles Miguel de Azeredo, e na sua língua Arco Grande, e outro Inácio de Azevedo, com trinta Índios, e entraram polo sertão, obra de quatrocentas léguas, em busca de seus parentes que, por fugirem dos Portugueses, se ausentaram tanto do mar».

«As primeiras cem léguas, encontraram com um principal cristão, chamado Pero Luiz, que vinha já por caminho pera a igreja, com passante de cem almas, aos quais os nossos Índios deram aviso de como haviam de vir seguramente para não serem salteados. O que guardando, chegaram a uma das Aldeias e foram recebidos do P. Domingos Garcia e dos Índios com muita festa e alegria. Os dois Índios Principais, que tenho dito, seguiram seu caminho até acharem seus parentes em duas Aldeias. Deram-lhes as boas novas do muito cuidado, que os nossos Padres dêles tinham, e do muito zêlo com que procuravam sua salvação, ensinando-lhes as coisas de nossa santa fé, de como os defendiam das injúrias dos Portugueses. Com estas e outras particularidades, que lhes contaram e em especial da honesta vida e bons costumes dos Padres, os moveram a vir para a igreja e, duvidando alguns e não se fiando de-todo dos parentes, disse o principal de todos:

— *Ora vamos, ainda que não seja mais que pera ser escravos de tais Padres como êsses!*»

«E, depois de fazerem mantimentos pera o caminho, começando de se abalar, se partiu diante o Inácio de Azevedo com quatro Índios a dar aviso ao Padre como vinham já os seus, com

---

vento dos Reis Magos, que tem quatrocentos anos», «Altar da Igreja do Convento, vendo-se ao alto, a tela célebre, que é atribuída a Miguel Ângelo». O articulista afirma que examinou essa obra de arte, pela qual tinham oferecido 200 contos e que «conserva bem vivo o seu colorido e as suas imagens de uma perfeição admirável. Segundo afirmaram conhecedores da História, aquêle Convento foi fundado pelo P. Gouveia, em 1534». O artigo não traz assinatura. O P. Cristóvão de Gouveia passou por Nova Almeida não em *1534*, mas em *1584*. Nem Cardim, nem algum outro documento coevo falam de tal construção, que é de-facto grandiosa, para simples residência, como foi sempre a dos Reis Magos. Não é obra do século XVI.

tanta alegria e contentamento, que não estimou desandar quatrocentas léguas, por meio de contrários, por vir dar tão boas novas; os que ficaram continuaram seu caminho, fazendo-o em muitas partes de-novo por serras e matos bravos. Por todos eram passante de quatrocentas almas, e por virem, assim homens como mulheres e crianças, a pé, gastaram em chegar alguns seis meses. E antes de chegar ao mar, obra de oito jornadas, foram avisados como uns contrários seus os estavam aguardando em canoas, em certa paragem do Rio Doce e em ciladas por terra, para os matarem e comerem. E pôsto que foram de súbito acometidos, ajudou Deus os desejos de seu novo exército, dando-lhes tal vitória que destruíram seus inimigos e mataram obra de duzentos e, aos que fugiram, frechados, tomaram as armas».

«Vendo isto o Arco-Grande, que com êles vinha, lhes disse que, pelos desejos que traziam de vir para a Igreja, os ajudara Nosso Senhor, que lho agradecessem, com que os animou a prosseguirem sua viagem. O que sabendo o P. Domingos Garcia por três Índios, que de-novo lhe mandaram do caminho, lhes mandou refrêsco de farinha, peixe e outros mantimentos em seis canoas, com quarenta homens, que chegaram a bom tempo, pola falta que já tinham dêles. Com êste refrêsco tomaram todos alívio do trabalho; e, em breve, chegaram com saúde à barra do Rio Doce, que dista oito léguas da nossa Aldeia. Foi-os esperar o Padre com seu companheiro e trezentos frecheiros, afora muitos meninos e mulheres, três léguas da aldeia, onde fêz uma choupana para dizer missa, o seguinte dia, que era do glorioso São Miguel, em cuja manhã chegaram os Índios novos por esta ordem: vinham diante os meninos com seus arcos e frechas, em uma mão, e na outra seus bordões; após êles se seguiam as mulheres, trazendo algumas delas as crianças às costas; seguia-se depois a gente de guerra, e, no cabo, vinha o principal, todo empenado ao seu modo, com uma pedra verde muito fina no beiço, e sua espada ao hombro, o qual, tanto que viu os Padres, se pôs de giolhos e deitando-se de-bruços estêve sem poder falar um grande pedaço, tendo o Padre abraçado pelos pés. Levantou-o o Padre e dando-lhe os parabéns da vinda, o levou com tôda a gente à igreja, com tambor e frautas, de que ficaram muito espantados. O que vendo o principal disse aos Padres:

— Eu venho pera a Igreja abalado com a boa fama de vos-outros, e do bom tratamento que nos fazeis, o que já comecei de experimentar, porque, estando no sertão e correndo muitas terras, nunca senti em minha alma quietação como agora sinto, depois que me determinei de vir pera a Igreja».

«Os antigos agasalharam os novos com o que levaram e descançaram ali todos aquela noite. Ao dia seguinte, ante-manhã, lhes fêz o Padre uma prática, de que os mais velhos ficaram não menos consolados que espantados, dizendo: se êste Padre fôr ao sertão, não ficará lá pessoa que não venha para a Igreja. Finalmente chegaram ao pôrto, aonde o restante da Aldeia os estava aguardando, e ali se renovaram as lágrimas de alegria, vendo a igreja que de propósito estava para isso concertada com ramos e lata, que os novos cuidaram ser ouro, e espantados diziam: com razão se chama isto *Tupã ôca* que quer dizer *Casa de Deus*».

«Em companhia dêstes Índios veio um principal de outras quatro Aldeias, com um seu companheiro, a ver se era verdade o que lá no sertão lhe diziam dos Padres para que, com mais certeza, pudesse abalar sua gente. Êstes estiveram seis meses na nossa Aldeia, na qual adoecendo o principal, foi curado pelo Padre com tanta caridade que, em sarando, começou a prègar pela Aldeia, conforme o seu costume, que os que estavam na Igreja não tinham necessidade de pai, nem mãi, pois tudo tinham nos Padres. Tornou-se com seu companheiro para o sertão e levou outros quatro, dos que tinham vindo para testemunhas do que passava, para com isso abalar tôda sua gente. Não são ainda vindos, mas espera-se por êles êste Junho de noventa e sete» [1].

Como se demoraram em voltar os seis Índios, que tinham ido, mandou o P. Garcia outros, aviando-os do necessário para a expedição. Comandavam-na quatro Índios de confiança, cristãos,

---

1. Carta de Pero Rodrigues, da Baía, 13 de Junho de 1597, *Bras. 15*, 436-437v. Nos *Annaes*, XX, 261-263, acha-se outra do mesmo Padre, com data de 1 de Maio, de 1597, com algumas variantes e omissões; e em Amador Rebelo, *Comp. de alg. cartas*, 227-232. Cf. Ânua de 1597, *Bras. 15*, 431; *Annuae Litt. 1597*, 499; Carta de Pero Rodrigues, 19 de Dezembro de 1599, *Bras. 15*, 473v e BNL, fg, Cx. 30, 87(7).

Miguel de Azeredo (Arco Grande), Manuel Mascarenhas, António Dias, Inácio de Azevedo.

O Índio principal, que tinha vindo a Reis Magos e tinha por nome *Jaguaraba* (Cabelo de Cão), abalara de-facto, com a sua Aldeia, a caminho da costa. Atacado, porém, pelos Índios Apiapetangas, retrocedeu. Com os mesmos Apiepetangas tiveram que lutar os Índios de Reis Magos, enviados agora pelo P. Garcia. Os cristãos levaram a melhor, mas não sem morte de alguns, entre os quais o valente Manuel Mascarenhas.

Depois de vencerem dificuldades sem conta, chegaram finalmente à Aldeia de Reis Magos muitos Índios, um dos quais, principal e destemido, chamado Piraguaçu, substituíu Manuel Mascarenhas. Também veio a viúva de Jaguaraba, que entretanto falecera. Trouxe todos os seus filhos e filhas e genros. Recebeu-os o Padre a todos com a costumada festa e caridade. A viúva do Jaguaraba era « índia mui grave e acatada dos seus e quando os meninos brincavam e dançavam no terreiro, mandava armar uma rêde mui limpa à sua porta e dizia aos seus: — *Vêdes vós outros? Isto é ser filhos de Deus e dos Padres, e nós estávamos nos matos como filhos do diabo, sem participarmos do que agora vemos* » [1].

Estas e outras lutas semelhantes, introduzindo no interior do continente o nome de Jesus, são páginas obscuras da conquista do Brasil. É ainda uma luz difusa. Mas, através dela, adivinha-se já o sol da civilização cristã [2].

6. — Reritiba é a mais famosa Aldeia do Espírito Santo. Deve-se isto ao facto de ter vivido e falecido nela o Ven. P. José de Anchieta, em 1597. Alguns dão ao mesmo Anchieta como seu fundador, em 1565 ou 1567, na rampa da montanha, defronte do Rio Iriritibá ou Reritiba [3]. Não vimos confirmação. Entre 1565 e 1567, não vivia Anchieta no Espírito Santo. Passou

1. Fernão Guerreiro, *Relação Anual*, 386-389; Jarric, *L'histoire des choses*, 485-490.

2. O P. Domingos Gracia ou Garcia era natural de S. Paulo: « Grande língua e persuasivo », « célebre entre todos os Índios ». Faleceu com 60 anos de idade e 40 de Companhia, em Reritiba a 2 de Outubro de 1618, *Bras. 8*, 240; *Hist. Soc. 43*, 66; Vasc., *Almeida*, 39.

3. César Marques, *Diccionario do Espirito Santo*, 16.

ali, visitando-o, sendo ainda estudante, quando deixou o acampamento de Estácio de Sá, no Arraial do Pão de Açúcar, e foi ordenar-se na Baía; tornou a passar no Espírito Santo, junto com o Visitador B. Inácio de Azevedo, o Provincial Luiz da Grã e outros, na armada de Mem de Sá, a caminho do Rio. Não é verosímil que se detivesse a fundar Aldeias, não podendo assistir-lhes, num momento sobretudo em que não se tratava de fixar gente na terra, mas de arregimentar a que houvesse para a conquista do Rio de Janeiro.

Não se pode, pois, assinalar com exactidão o ano em que se fundou. Mas que por ali passassem os Padres da Companhia, depois da tomada de Villegaignon, é provável; e que Reritiba fôsse uma das Aldeias que os Padres visitavam periòdicamente em 1581, é mais que provável. O primeiro Superior de Reritiba, que assinalam os catálogos já depois desta data, é o P. Diogo Fernandes[1].

Estêve algum tempo nesta Aldeia o P. Martim da Rocha. Escreve êle, já de Piratininga, a 12 de Junho de 1600: «Quando eu estava na Aldeia de Reritiba (Reritiba quer dizer, na língua dos Índios, *lugar de muitas ostras)* foi ao sertão o P. Diogo Fernandes, onde andou oito meses. E neste tempo fiquei eu só na Aldeia. Como o Padre desceu muita gente, que seriam obra de duas mil almas e a terra os apalpava, eu andava vigilante sôbre isso, porque, como o Padre os ia mandando adiante de si para a Aldeia, acudi eu logo a bautizar todos os inocentes e fazer práticas aos adultos». Uma terrível epidemia de bexigas matou mais de 400 daqueles Índios, que o Padre não deixou morrer sem baptismo[2].

Anchieta compôs em Reritiba várias das suas poesias, algumas das quais recordam o próprio nome da terra: uma no «*dia da Assunção quando levaram a sua imagem a Reritiba*», estando presente o P. Marçal Beliarte, Provincial; outra, cujo título é *Parati — Reritiba — Tupitamba;* e ainda outra *Reritiba Xeretama*, tôdas três em língua tupi[3].

---

1. Jaz ali enterrado com outros grandes missionários: Jerónimo Rodrigues, António Dias, Domingos Garcia. — Vasc., *Almeida*, 36 e 39.

2. *Bras. 3(1)*, 175-176.

3. *Opp. NN. 24*, 27, 31, 167v. Aquela imagem de Nossa Senhora da Assunção, padroeira de Reritiba, que Anchieta celebrou com cânticos, talvez seja a

Reritiba teve depois maior incremento, embalsamada pela memória de Anchieta, cuja tradição perdura indelével nestas paragens. O seu nome anda anexo a muitas circunstâncias históricas locais, nem tôdas rigorosamente verídicas, indício porém de grande popularidade. Reritiba recebeu mais tarde o nome de Benavente e é hoje a actual cidade de *Anchieta*, em memória do glorioso apóstolo que nela acabou os dias [1].

---

mesma a que se refere o *Santuário Mariano:* « imagem mui fermosa, e obrada sem dúvida em Lisboa, aonde sempre os Padres da Companhia mandam fazer as suas imagens por se obrarem naquela cidade com muita perfeição e por se acharem nela artífices excelentes em tôdas as artes ». — Fr. Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano*, X, 71.

1. A Residência que os Jesuítas deixaram, por ocasião da perseguição pombalina, repartiu-se em três secções que serviam, ainda nos meados do século XIX, uma para residência paroquial, outra para Tribunal de Justiça e outra para Câmara Municipal. — César Marques, *Dic. do Espirito Santo*, 16.

CAPÍTULO V

Capitania de S. Vicente

1 — Situação da Capitania de S. Vicente à chegada dos Jesuítas; 2 — Colégio dos Meninos de Jesus; 3 — Terras e bens; 4 — Zêlo e actividade dos Padres; 5 — Os Jesuítas no pôrto de Santos.

1. — A Vila de S. Vicente foi fundada pelo Donatário Martim Afonso de Sousa, no dia consagrado àquele santo, uma têrça-feira, 22 de Janeiro de 1532. Pero Lopes de Sousa, irmão do Donatário, descreve assim a fundação: Martim Afonso «fêz uma vila na Ilha de S. Vicente e outra, 9 léguas dentro pelo sertão, à borda de um rio, que se chama Piratininga; e repartiu a gente nestas duas vilas e fêz nelas oficiais; e pôs tudo em boa ordem e justiça, de que a gente tôda tomou muita consolação, com verem povoar vilas e ter leis e sacrifícios e celebrar matrimónios e viverem em comunicação das artes; e ser cada um senhor seu; e [in]vestir as injúrias particulares; e ter todos os outros bens da vida segura e conversável» [1].

Como se vê, logo desde o comêço existiram os elementos essenciais para o progresso, que são a religião e a justiça. Mas deviam levar existência precária. A povoação da margem de Piratininga desaparecera; e, no dizer de Anchieta, o P. Leonardo Nunes, que saíu da Baía no dia 1.º de Novembro de 1549, com a armada de Pero de Góis, que visitava a costa, foi enviado de Pôrto Seguro adiante e recebido na Capitania de S. Vicente pelos Portugueses «como anjo ou apóstolo de Deus; e, vi-

---

1. Eugénio de Castro, *Diário da Navegação, de Pero Lopes de Sousa, 1530-1532*, I (Rio 1927) 340-342. Cf. Luiz Chaves, *Os Pelourinhos de Portugal nos domínios do seu Império de Além-Mar*, na Revista *Ethnos*, Lisboa, I (1935) 110.

vendo êles dantes tão mal ou pior que os brasis, fizeram tão grande mudança de vida, que ainda agora se enxerga naquela terra um *nescio quid* de mais virtude, devoção e afeição à Companhia que em tôda a Costa » [1].

Não generaliza tanto nem a corrução dos costumes nem a conversão, Nóbrega, em 1553, quando veio à Capitania de S. Vicente.

Em todo o caso, vai dizendo que « esta terra está tão estragada que é necessário levar alicerces de novo » [2]. Achou gente de « má qualidade », diz êle; mas não tôda. Separa-os a questão da liberdade dos Índios. Os escravagistas hostilizam-nos quanto podem; « os que estão livres desta praga amam-nos muito ». A « terra é a melhor do mundo » [3].

Esta visão das terras vicentinas é o retrato fiel do que sempre haviam de ser para os Jesuítas, no decorrer dos anos. Os Padres do Espírito Santo lastimavam que a sua Capitania estivesse ao abandôno, porque as coisas do Reino iam primeiro a S. Vicente e só depois se repartiam por ela [4]; Nóbrega, por sua vez, escreve que S. Vicente está muito abandonada de El-Rei e do Donatário e que era preciso atender mais a esta Capitania. É « a mais sã de todas » e dela « se devia fazer mais fundamento do que de nenhuma, por quanto, por esta gentilidade, nos podemos estender pela terra dentro » [5].

Esta circunstância local foi bem aproveitada pelos missionários. A rapidez com que se deslocava o primeiro Jesuíta, que pisou terras vicentinas, mereceu-lhe o nome de *Abêré Bêbê*, Padre voador...

2. — Leonardo Nunes chegou a S. Vicente, em fins de 1549 ou princípios de 1550, com dez ou doze meninos. Não levou mais, diz Nóbrega, por não haver lugar [6]. Chegou, pois, com a intenção formada de abrir escola de instrução e catequese. Na sua entrada aos Campos de Piratininga trouxe outros meninos, filhos

1. Anch., *Cartas*, 315; *CA*, 62; Vasc., *Crón.*, I, 65.
2. *Bras. 3 (1)*, 97.
3. *Bras. 3 (1)*, 104v-105.
4. *Bras. 3 (1)*, 110.
5. *Bras. 3 (1)*, 96, 98, 110.
6. Nóbr., *CB*, 106-107.

dos povoadores Portugueses e dos Índios, com os quais, juntos a outros de S. Vicente, começou uma espécie de Seminário ou Colégio, onde se ensinou a falar português, a ler e a escrever, e, a alguns mais hábeis, latim. A todos « sustentou do necessário para o corpo com grande trabalho seu e dos Irmãos até o ano de 1554 », quando se passaram a S. Paulo de Piratininga, onde se podiam manter melhor. A outro, escreve Luiz da Grã, que não tivesse as fôrças do P. Leonardo Nunes, não seria isso possível [1].

Não nos repugna crer que desse o próprio Padre Nunes as primeiras aulas de latim. Nóbrega, quando chegou, diz: « em casa teem os meninos os seus exercícios ordenados. Aprendem a ler e escrever, vão muito adiante, e alguns a cantar. E outros, de melhor engenho, aprendem já a gramática. Aproveitam em devoção. Cremos que virão êstes a ser verdadeiros operários pela muita esperança que nos dão seus princípios » [2].

Em 15 de Junho de 1553, era professor de latim « um mancebo gramático de Coimbra, que para cá veio desterrado » [3]. Nóbrega, que nos dá a notícia, em carta daquela data, não cita o nome do mestre.

Quem eram os alunos? O mesmo Nóbrega, noutra carta, escrita igualmente de S. Vicente, informa que viera com o Governador Tomé de Sousa e que achara « 7 Irmãos grandes e muitos meninos órfãos e outros filhos dos gentios, dos quais não queremos já tomar senão os grandes e principais, por não têrmos com que os manter; e quanto ao vestido sofre-se que os meninos andem nus. Aqui achei o P. Nunes e trouxe comigo o P. Francisco Pires » [4].

Nóbrega, nesta sua chegada, teve grande recepção. Só do Colégio passava de 80 o número de pessoas entre Padres, Irmãos e meninos, sem contar os pais dêstes que, sendo do Campo, sempre vão e veem para os ver [5].

---

1. Carta de Luiz da Grã, *Bras. 3 (1)*, 17; Anch., *Cartas*, 315-316; Vasc., *Crón.*, I, 71.
2. Carta de Nóbrega, *Bras. 3 (1)*, 93.
3. Id. *ib.*, 97.
4. *Bras. 3 (1)*, 106.
5. *Ib.*, 91.

Ao primeiro contacto com esta terra e esta gente, previu Nóbrega o futuro. Mais pobre nesse tempo do que a Baía, dificuldades maiores do próprio clima a exigir resguardos de vestuário, relativamente inúteis na cidade do Salvador, contudo comunicava que esta Capitania de S. Vicente era a de «maiores esperanças» [1].

Com quatro meninos órfãos, que trouxe, e com os alunos, que já achou, pensou em estabilizar o Colégio e dar-lhe forma jurídica semelhante à da Baía, instituindo, como lá, a Confraria dos Meninos de Jesus. A base económica desta Instituïção foram os bens doados pelo Irmão Pero Correia. Ficaram a dirigi-la dois mordomos e um provedor. Os Padres reservaram para si «sòmente a erudição e doutrina dos meninos» [2].

Inaugurou-se o Colégio dos Meninos de Jesus, de S. Vicente, com festa solene, no dia da Purificação de Nossa Senhora, 2 de Fevereiro de 1553. Prègou o próprio Manuel da Nóbrega [3].

Os meninos afeiçoaram-se aos Padres e em particular a Leonardo Nunes. Quando êle embarcou para a Europa, em Junho de 1554, como primeiro Procurador do Brasil, muitos queriam ir com êle; e «os Índios, diz Pero Correia, morriam por mandar os filhos. O Governador não o permitiu, mas um meteu-se debaixo da coberta e foi...» [4].

O navio, infelizmente, naufragou. *Leonardo Nunes foi a primeira vítima da Companhia de Jesus na evangelização do Brasil.* Alguns já tinham falecido antes dêle, mas de morte natural. O naufrágio deu-se a 30 de Junho de 1554. O P. Nunes animou heròicamente os náufragos, com um crucifixo alçado, até que se afundou, conforme testemunharam alguns sobreviventes [5].

Leonardo Nunes tinha entrado na Companhia, em Coimbra, no dia 6 de Fevereiro de 1548. Era natural de S. Vicente, da Beira, Bispado da Guarda. Aproximando êste facto e a data da sua entrada, é provável que fôsse um dos sacerdotes convertidos por

1. *Ib.*, 97v.
2. *Ib.*, 10v, 97.
3. Carta de Nóbrega, *Bras. 3 (1)*, 91; Vasc., *Crón.*, I, 133.
4. Carta de Pero Correia, *Bras. 3 (1)*, 113-114; Carta de Nóbrega, *Bras. 15*, 116v.
5. Menológio, *Bras. 13*, 85; *Ephemerides da Companhia de Jesus*, BNL, Colecção pombalina, 514, p. 88; *Mon. Mixtae*, IX, 781.

Nóbrega, quando por ali andou em missões, aquêle que desejava entrar na Companhia, como conta o próprio Padre Nóbrega [1].

Nunes era de espírito apostólico, resoluto e incansável. Segundo a carta de Diogo Jácome de 1552, já tinha feito então estas viagens e entradas: uma ao sul, donde trouxe o homem chagado; outra ao Campo de Piratininga, onde se encontrou com a gente de João Ramalho e Tibiriçá; outra, de-novo, ao longo do mar, donde trouxe o homem casado em Portugal [2]. Fêz ainda outras viagens à Laguna dos Patos, a buscar as senhoras castelhanas naufragadas, outra à Baía para acompanhar os Irmãos recém-chegados de Portugal, outras ao Campo, e ardia em desejos de ir ao Paraguai: *Abêrê-Bébé*, Padre Voador!

« Nosso Senhor tem cá obrado grandes coisas por nosso Padre, diz dêle o Irmão Pero Correia, ainda que só, mas os trabalhos, que êle tem tomado, não sei quem os sofrera » [3].

Leonardo Nunes pode e deve ser considerado o *primeiro Apóstolo do Estado de São Paulo* [4].

3. — A êste Colégio dos Meninos, como património próprio, foram dadas as primeiras terras dos Padres de S. Vicente. Doou-as, como dissemos, o Ir. Pero Correia. Constavam de dois lotes, um na própria vila de S. Vicente, outro mais ao sul, em Iperuíbe. As terras de S. Vicente tinham pertencido a « um Mestre Cosmo, bacharel », e ficavam « a partir do Pôrto das Naus, partindo com terras de António Rodrigues [diferente do Irmão António Rodrigues] até ir partir com terras de Fernão de Morais » [5]. As terras de Iperuíbe começavam « a partir de um regato que está aquém da dita Aldeia [dos Índios de Peruíbe],

1. Serafim Leite, *Nóbrega em Portugal*, carta inédita de 31 de Julho de 1547, em *Brotéria*, vol. XXI (1935) 189.

2. *CA*, 103-105.

3. *Ib.*, 95.

4. Cf. Vita del Padre Leonardo Nunes, *Lus. 58 (Necrol. I)*, 31v-37; Franco, *Imagem de Coimbra*, II, 193-199; Idem, *Ano Santo*, 349-350; Afrânio, em *CA*, nota 9, p. 63; A. de Alcântara Machado, em Anch., *Cartas*, p. 50; Vasc., *Crón.*, I, 168.

5. Eugénio de Castro, *Diário da Navegação, de Pero Lopes de Sousa, 1530-1532*, vol. 2.º, *Documentos e Mapas*, mapa 9.º: *O antigo e novo porto de S. Vicente*. Vê-se indicado o Pôrto das Naus e a residência de António Rodrigues.

que chamam, em língua dos Índios, Tapiiranema, que é desta banda do Levante. E da outra banda do Poente, passando o rio grande, que se chama Guraípe e em nosso nome lhe puseram de Santa Catarina, partindo pelo mar, assim como vai a costa». Era terra em quadra: «tanto terá de largo como de comprido». Incluía-se, neste lote de terras, a Ilha de Guaraú, em frente de Iperuíbe. Quer as terras de S. Vicente, quer as de Iperuíbe tinham sido confirmadas a Pero Correia pelo Capitão António de Oliveira, loco-tenente de Martim Afonso de Sousa, em 5 de Maio de 1542; e, num codicilo de 22 de Março de 1553, lê-se que Pero Correia «que é metido na Ordem de Jesus, êle as tem dadas à Confraria, que ora ordena, no Colégio da Vila de S. Vicente». Indo de Santos à Cananeia por terra, em 1605, os Padres João Lobato e Jerónimo Rodrigues passaram por ali: «ao terceiro dia, diz Jerónimo Rodrigues, subimos por uma serra não muito íngreme, que dizem ser da casa de Santos, na qual serra me parece haver mais de 15 águas fermosíssimas e excelentíssimas» [1].

Depois da fundação de S. Paulo, para sustento do Colégio, pediu Nóbrega a Martim Afonso de Sousa terras à margem do Rio de Piratininga. E que as não negasse Martim Afonso, «pois há homens particulares em S. Vicente, a quem se dá muito mais terra; e creio que, se alguma coisa pode fazer que os moradores não despovoem aquela Capitania, será estar ali aquela casa» [2]. As requisições de Nóbrega não foram inúteis, porque o Donatário concedeu-lhe duas léguas de terra ao longo do Rio de Piratininga. Mas, depois que se mudou para S. Paulo a vila de S. André, tornaram-se necessárias aquelas terras à expansão da vila de S. Paulo. Cremos que a cedência delas entrou nas estipulações preliminares. Como quer que seja, a 26 de Maio (sic) de 1560, o P. Luiz da Grã, sucessor de Manuel da Nóbrega no

---

1. *Bras. 15*, 74; *Bras. 11*, 477-477v. B. Calixto publica o documento, excepto o codicilo, e dá as indicações topográficas modernas da localização das terras, tanto de S Vicente como de Iperuíbe no seu livro *A villa de Itanhaem* (Itanhaem 1895) 120-125. Publicamo-lo agora, completo, no *Apêndice C*.

2. Carta de Nóbrega, de 2 de Dez. de 1557, *Bras. 15*, 43. E, no seu *Apontamento*, de 8 de Maio de 1558, a-respeito das terras do conde da Castanheira, onde tinham as suas roças os Índios da nova vila de S. Paulo, diz que as terras serviam de pouco ao Conde e, portanto, que as cedesse àqueles Índios.



SÃO VICENTE — SANTOS

Observe-se também « Villa de nossa Sñª da cõceicam » (Itanhaém) e o « caminho pera o sertão » (S. Paulo) (Do « Roteiro de todos os sinaes », códice *ms.* da Ajuda)

Provincialado, propôs a troca nos seguintes têrmos: « O P. Luiz da Grã, Provincial da Companhia de Jesus destas partes do Brasil, faz saber a Vossa Mercê como o Senhor Martim Afonso de Sousa fêz esmola à Companhia, nesta sua Capitania de São Vicente, de duas léguas de terra ao longo do Rio de Piratininga, como mais largamente se contém na provisão que é a presente. E porque, tomando-se ao longo do dito Rio, faz muito prejuízo à nova vila, que agora aí se faz, em Piratininga, pera donde se muda a vila de Santo André da Borda do Campo, pede a Vossa Mercê que, havendo respeito ao bem comum dos moradores e a dizer na provisão que as ditas duas léguas serão em parte, que não façam prejuízo aos moradores do Campo, e ao supricante desistir das ditas duas léguas, ali ao longo do rio, contanto que lhas deem em outra parte, haja por bem de lhe dar e mandar demarcar as ditas duas léguas, indo pera Piratininga, pera o mar, pelo caminho novo, que ora se abriu, passando o campo por donde soía a ir o caminho da Borda do Campo pera Geraïbativa, as quais duas léguas começarão logo passando o Campo, entrando o mato, caminho do rio, que se chama Geraïbatiba, assim e, porque há de ser tão largo como comprido, o comprimento será pelo caminho, duas léguas, e de largo terá uma légua, pera uma parte, e a outra, pera a outra parte; a qual terra estará de Piratininga perto de duas léguas, pouco mais ou menos ».

A troca, assim proposta, foi aceita. E tomou posse da terra, alguns meses depois, a 12 de Agôsto de 1560, o Irmão Gregório Serrão, que então era ministro do Colégio de S. Paulo[1].

O P. Fernão Luiz Carapeto possuía umas terras na Ilha de

---

1. *Bras. 11*, 481. Pedro Taques escreve que Martim Afonso de Sousa, « em 10 de Dez. de 1562, concedeu duas léguas de terra aos Padres Jesuítas do Colégio de S. Paulo » (*Historia da Capitania de S. Vicente*, na *Rev. do Inst. Bras.*, 9, 2.ª ed. (1870) 148). Ou há equívoco ou trata-se de algum registo da doação de 1560. Êste documento foi publicado por Azevedo Marques, *Apontamentos*, II, 145-146, e no artigo *Santo André da Borda do Campo*, por Gentil de Assis Moura, *Rev. do Inst. de S. Paulo*, 16 (1914) 9-10. O primeiro publicou-o truncado; o segundo transcreveu-o como o achou. Assis de Moura publica um mapa onde, na sua opinião, deviam ficar as terras dos Jesuítas. Cf. também Teodoro Sampaio: *Restauração Historica da Villa de Santo André da Borda do Campo*, na *Rev. do Inst. de S. Paulo*, 9 (1904) 19, e *S. Paulo no tempo de Anchieta*, in *III centenário do Veneravel Padre Joseph de Anchieta* (Paris-Lisboa 1900) 141. Ambos êstes estudos de Teodoro Sam-

Santo Amaro, as quais, com umas braças de chãos, nos arredores de Santos, caminho de S. Vicente, foram dadas a José Adorno em troca de outras no Guaratiba (fazenda de Santa Cruz)[1].

Além de terras de cultura ou criação, possuíam os Padres, naturalmente, nas povoações, em que se estabeleciam, os solares das suas casas ou Colégios, com as respectivas cêrcas. Primeiro em S. Vicente, depois em S. Paulo; a seguir em Santos, e, já no fim do século, na vila de Cananeia.

Em S. Vicente, logo que chegou Leonardo Nunes, ofereceram-se os moradores a construir-lhe casa, ajudando por suas mãos, como se fêz na Baía e em quási tôdas as povoações portuguesas daquele tempo[2]. Ao lado da casa, que era de moradia e de escola, edificou-se a igreja. Na cêrca havia muitas plantas e árvores fruteiras[3]. A primeira missa, que se celebrou na igreja dos Jesuítas de S. Vicente, foi da Invocação do Nome de Jesus, no dia consagrado, então, litùrgicamente a esta festa, 1.º de Janeiro. A carta de Diogo Jácome, que narra o facto, não traz data. Provàvelmente a 1 de Janeiro de 1552, porque Leonardo Nunes dizia que, em Agôsto de 1551, faltava ainda emmadeirar, mas esperava que o fôsse em breve[4]. Quando se concluíu, ficou a maior igreja do Brasil. E até em Portugal não possuíam ainda então os Jesuítas outra melhor[5].

Quanto ao sustento pròpriamente dito, os Padres de S. Vicente recebiam o mesmo que os da Baía, ou seja 5$600 réis por ano, cada um, para «vestiaria e mantimento»[6]. Mas cediam-nos para os meninos do Colégio; e, ainda que o povo também ajudava e os meninos tinham o necessário, é certo, diz Nóbrega,

---

paio trazem mapas com os caminhos de S. Vicente a S. Paulo. Divergem as opiniões quanto à localização de S. André. Talvez o texto exacto da doação acima referida, que damos no *Apêndice D*, concorra para essa identificação histórica.

1. Cf. *Rev. do Inst. Bras.*, 38, 2 P. (1875) 172.
2. Vasc., *Crón.*, I, 66.
3. *CA*, 65.
4. *CA*, 62. Também o P. Jácome, depois de narrar a inauguração, a 1 de Janeiro, diz: haverá «*um ano e meio ou mais* que nem da Baía, onde está o P. Nóbrega [...] temos novas», *CA*, 106.
5. Carta de Nóbrega, *Bras. 3 (1)*, 106, 91, 96.
6. *Doc. Hist.*, XIV, 396.

que os Padres passavam privações [1]. Porque 80 bôcas (tais eram as que pertenciam ao Colégio e foram esperar a Nóbrega, quando chegou) supõem grande despesa. Êle próprio escrevia aos Padres de Portugal, para conseguirem de El-Rei que ajudasse o Colégio de S. Vicente. E anunciava que o Governador lhe dera « esperanças de alcançar de Sua Alteza o dízimo do arroz desta Capitania, que lhe rende pouco e para nós será muita provisão » [2]. Para a Capitania ser mais favorecida, era de parecer que El-Rei tomasse conta dela, como fizera a outras [3].

4. — Os ministérios dos Jesuítas em S. Vicente começaram logo com a chegada do P. Nunes. Além da direcção do Colégio, dedicou-se em cheio ao apostolado entre os Portugueses e seus filhos; e teve realmente êxito na reforma dos costumes, desterrando mancebias, jogos, juramentos e murmurações [4]. A-respeito dos Índios, « tem feito cá muitas almas cristãs e fizera tôda esta geração [...] se não viera a esta terra só, como veio, porque não quere baptizar nenhum até primeiro o não doutrinar » [5]. Quando foi ao Campo de Piratininga, levou como guia e língua, o Ir. Pedro Correia. O Irmão prègava duas e mais horas e, de madrugada, à maneira dos pagés. Em S. Vicente, prègava aos Índios, a princípio, dia sim outro não; depois às quintas-feiras e aos domingos e dias santos [6]. Não andando o Padre em missão pelo interior, havia o Santíssimo em casa [7].

Em S. Vicente os ministérios revestiram a dupla feição de todos os ministérios do Brasil: saneamento moral contra as mancebias; saneamento social contra o cativeiro injusto dos Índios. O primeiro choque foi com João Ramalho, de quem falaremos detidamente no segundo tômo. O caso foi sério e Leonardo Nunes chegou a ser ameaçado. Nóbrega, em 1553, acalmou tudo. A prègação de Pero Correia, o único Jesuíta que então prè-

1. Carta de Nóbrega, *Bras. 3 (1)*, 96v, 97v.
2. *Bras. 3 (1)*, 105.
3. *Bras. 3 (1)*, 96v, 105v.
4. *CA*, 66.
5. *CA*, 98.
6. *CA*, 90-91.
7. *CA*, 65.

gava na língua dos Índios, preparou o terreno [1]. « Nesta casa tem-se feito muito fruto na gente da terra, filhos e filhas de cristãos, mamalucos e com os escravos. Há grande fervor nas confissões. Muitos veem chorando, pedindo confissão e com grande dor de não se saberem confessar. Todos sabem a doutrina, e melhor que muitos cristãos velhos de nação. Casam-se muitos escravos, que estavam em pecado. Outros se apartam. Muitos se disciplinam com tão grande fervor que põem confusão aos brancos » [2].

« Ensinamo-lhes cada dia aqui a doutrina, chamando-os pela vila com uma campainha e veem com muito desejo de aprender » [3].

Trabalhou-se tanto e tão bem que já em 1555 reinava harmonia entre os Jesuítas e os Portugueses.

Por êste tempo, estava em S. Vicente o mais forte núcleo de Padres no Brasil. Começou a declinar em 1556, porque Nóbrega, ao fundar ou reorganizar, na Baía, o Colégio, levou alguns, assim como a fundação do Colégio do Rio de Janeiro, depois da conquista, atraíu outros. A resolução de se fundar Colégio no Rio tomou-se em fins de 1567 ou princípios de 1568, numa Consulta em S. Vicente, onde se juntaram os Padres mais importantes: Inácio de Azevedo (Visitador), Luiz da Grã (Provincial), Manuel da Nóbrega, Anchieta, etc. [4].

A actividade dos Padres em S. Vicente foi grande — « o que lhes vale é ser a terra sã », — diz um dêles [5] — e ficou assinalada com alguns factos de significação histórica, além dos apostólicos pròpriamente ditos.

Daqui enviou Nóbrega valiosos reforços ao Rio de Janeiro, tanto em 1560 como em 1565. Daqui irradiavam os Padres línguas pelos campos, aldeias, e engenhos dos arredores, com positivo fruto e mudança de vida, e tanto os escravos como os senhores « mostram grande contentamento e gratidão » [6].

---

1. *Bras. 3 (1)*, 97.
2. Carta de Nóbrega, *Bras. 3 (1)*, 93v.
3. *Bras. 3 (1)*, 91v.
4. *Mon. Borgia*, IV, 591.
5. Carta de Luiz da Grã, *Bras. 3 (1)*, 164.
6. *CA*, 449; Cartas ânuas, de Luiz da Fonseca, de 1576 e 1578, *Bras. 15*, 294-295 e 304.

Era extraordinário o prestígio dos Jesuítas. Quando Francisco Morais Barreto terminou o prazo de seu cargo de loco-tenente do Donatário, levantou-se questão para a eleição do sucessor. Houve bandos de parte a parte. Lavrava o desassossêgo quando, requerido pelo povo, Nóbrega presidiu às eleições, recolhendo os votos. Pela sua autoridade e isenção, restituíu a paz à Capitania. Foi eleito Pedro Colaço Vieira[1].

S. Vicente tinha, aí por 1585, uns 80 vizinhos com seu vigário. «Aqui teem os Padres uma casa, onde residem de ordinário seis da Companhia: o sítio é mal assombrado, sem vista, ainda que muito sadio. Tem boa cêrca com várias frutas de Portugal e da terra, e uma fonte de mui boa água. Estão como ermitãis, por tôda a semana não haver gente, e aos domingos pouca». Tal isolamento denunciava já a decadência de S. Vicente, «por se lhe fechar o pôrto e a barra, e estar gasta a terra»[2].

Também por êste tempo (que era o de Manuel Teles Barreto) surgiram dificuldades à vida da Companhia, e houve escassez de missionários de confiança para se colocarem nas residências. Alvitrou-se a ideia de se fecharem as casas de Ilhéus e Pôrto Seguro e também a de S. Vicente, bastando que ali fôssem dois Padres missionar[3]. Em compensação, abriu-se casa do outro lado da Ilha, em Santos. Desde 1576 que Santos pedia residência de Jesuítas. A transferência realizou-se em 1585.

Seis anos depois, foi queimada a vila de S. Vicente pelos piratas ingleses de Cavendish, incluindo o cartório[4].

Na actual vila de S. Vicente, mantém-se ainda viva a recordação oral dos Jesuítas. A fonte da sua cêrca tem o nome de

---

1. Anch., *Cartas*, de 12 de Junho de 1561, p. 174 e nota 194 de A. Alcântara Machado, *ib.*, p. 175.

2. Cardim, *Tratados*, 358; Carta de Gouveia, *Lus. 69*, 133-133v; Anch., *Cartas*, 422.

3. Gouveia, *Lus. 68*, 408.

4. Pero Leme, fazendo testamento em 9 de Setembro de 1592, determinava que « se o mosteiro de Jesus se consertar me enterrarão lá na cova de minha mulher que Deus haja »; e deixava aos Padres de Jesus « cinco cruzados de esmola, os quais lhes darão nas coisas que por casa houver, e não o consertando não lhos » . . . Está ilegível o manuscrito. Provàvelmente concluía que se não consertassem a igreja, não lhos dessem. — *Inventários e Testamentos*, I (S. Paulo 1920) 27-28.

«Biquinha de Anchieta». E é objecto de veneração dos naturais da terra e visita certa dos forasteiros, que ali vão de Santos.

A vila de S. Vicente não se tornou a levantar depois da passagem de Cavendish. E deu-se então o inverso. Antes era de S. Vicente que iam os Padres a Santos. Desde 1585 eram os daqui que iam a S. Vicente, de oito em oito dias [1]. Desde então os ministérios das duas vilas englobaram-se. Mas quem aparece é Santos.

5. — Santos fica na mesma Ilha de S. Vicente. Fundou-a Braz Cubas, vindo na armada de Martim Afonso. A origem desta povoação costuma datar-se de 1543 e o fundador foi nomeado capitão dela, em 8 de Junho de 1545.

Braz Cubas erigiu na sua vila uma instituïção de caridade, a Misericórdia, que à imitação da de Lisboa recebeu o nome de Todos os *Santos*. Tal é a procedência, simples e gloriosa, do nome desta cidade [2].

A-pesar-de ter Misericórdia, Santos não possuía ainda hospital, quando chegou Leonardo Nunes, em fins de 1549 ou princípios de 1550, indo hospedar-se, à falta dêle, numa casa particular [3].

Esta primeira ida dos Jesuítas a Santos, foi comêço de muitas outras, sobretudo à proporção que S. Vicente decaía, e Santos, graças ao seu maravilhoso pôrto, crescia e prosperava. Iam regularmente lá um Padre e um Irmão intérprete. Entre os Irmãos conta-se Anchieta, e entre os Padres o Beato Inácio de Azevedo e Manuel da Nóbrega, que duma vez adoeceu de tal forma que foi preciso levá-lo em braços para S. Vicente [4].

---

1. *Ann. Litt. 1594-1595*, p. 799; Azevedo Marques, *Apontamentos*, I, 90.

2. «No *Islario General de todas las islas del mundo*, dirigido a la S. C. R. M. del Rey Don Felipe Nuestro Señor por Alonso de Santa Cruz su cosmógrafo maior» (falsamente atribuido a Céspedes) com data de 1555, ainda não aparece Santos nem S. Paulo; vê-se apenas S. Vicente. — Bibl. Nac. de Madrid, *ms.* exposto na Exposição de Cartografia organizada em Sevilha, por ocasião do XXVI Congresso Internacional de Americanistas, Outubro de 1935.

3. *CA*, 60. Há grande confusão nas datas desta carta. Mas Nóbrega dá a saída do P. Nunes da Baía para S. Vicente, a 1 de Novembro de 1549, *CB*, 106; Anch., *Cartas*, 315; Orlandini, *Hist. Soc.*, 207.

4. Anch., *Cartas*, 169, 178; *CA*, 482, 499; Oliveira, *Anual do Rio de Janeiro*, 37.

Não morando os Padres em Santos, não podiam, é claro, atender aos casos urgentes. Os moradores pensaram naturalmente em ter os Padres de modo fixo. Santos era então a principal povoação da Capitania de S. Vicente. Braz Cubas tomou por si mesmo a iniciativa de os convidar. Di-lo o Padre Luiz da Grã, a 30 de Julho de 1569. Queriam os Padres nalgumas terras, «principalmente na vila de Santos, onde me fizeram instância que fizéssemos ali casa, para a qual doou um bom sítio Braz Cubas, que o tempo passado, muitos anos, nos moveu demanda e agora é muito nosso amigo» [1].

Talvez no sítio, doado por Braz Cubas, se erguesse a princípio alguma pobre morada. Na escritura de 1585, alude-se a casas que em Santos tinham, já principiadas, os Jesuítas. Dada a insistência, resolveram os Padres propor, em 1576, ao Geral a mudança da Residência de S. Vicente. Respondeu Everardo Mercuriano afirmativamente, com a condição de que os moradores, pois requisitavam os Padres, lhes dessem os meios de viverem, a saber, casa e igreja [2]. Os santistas não se fizeram rogados, e trataram disso com Anchieta, Provincial. O assunto demorou algum tempo; até que, aproveitando a vinda do Visitador Cristóvão de Gouveia, de quem tudo dependia, lhe falaram outra vez nisso os oficiais da Câmara e ultimou-se o acôrdo.

Refere-o assim o próprio Visitador:

«Os moradores da vila de Santos pediram-me com instância lhes desse Padres que residissem nela. E para isso deram certas casas e a cadeia pública com um bom sítio, à beira-mar, bem acomodado e aprazível, que tudo valerá mais de quinhentos cruzados, que, para gente tão pobre, é o sumo que se poderia fazer; e ajudam a obra com os seus donativos com grande fervor, conforme a sua possibilidade. E porque o P. Everardo, de boa memória, tinha concedido que se mudasse a residência de S. Vicente para esta vila, por ser terra mais acomodada, por ter pôrto de mar e mais gente, pareceu-me devê-lo conceder, principalmente porque a vila de S. Vicente, onde até agora residem os Nossos, está quási despovoada, nem teem esmolas de que se sustentar, e o sítio é pouco acomodado e melancó-

1. Carta de Grã, *Bras. 3 (1)*, 164.
2. *Bras. 2*, 23.

lico. Em tôda esta Capitania há quatro vilas em que poderão haver trezentos vizinhos, os quais todos são como feitura e filhos da Companhia e lhe teem grande amor e respeito».

Os santistas ofereceram a própria casa do Conselho, junto ao local em que os Padres ergueriam a sua morada e igreja. Para a Câmara, arranjar-se-iam outras casas, já em andamento. Interveio na transferência o Capitão Jerónimo Leitão, cedendo o Donatário Pero Lopes os direitos, que tinha, à casa do Conselho. Do novo edifício e Igreja dos Jesuítas devia ser arquitecto o Irmão Francisco Dias. Tudo isto vem expressamente declarado na escritura, que refere também que a Câmara consultou com o povo e a todos pareceu bem, «por ser muito serviço de Nosso Senhor e bem e prol desta vila e aumento dela» [1].

Erecta desta forma, canònicamente, a casa de Santos prosperou logo. E, assim como de S. Vicente se tinha ido socorrer o Rio de Janeiro no tempo da conquista, assim de Santos se enviou um precioso socorro a Piratininga, cercada em 1596 pelos Índios [2].

Santos sofreu muito dos piratas ingleses. No Natal de 1591, foi tomada e saqueada por Cavendish.

Marçal Beliarte, que era Provincial, e fazia a visita das casas do sul, tendo saído da Baía, a 2 de Novembro de 1590, e voltado a ela, a 5 de Maio de 1591, conta os perigos de que Deus

---

1. Carta de Cristóvão de Gouveia, da Baía, 19 de Agôsto de 1585, *Lus. 69*, 133-133v; Anch., *Cartas*, 422 e nota de A. de Alcântara Machado, p. 443; *Annuae Litt. 1585*, p. 141. A resolução da Câmara foi a 17 de Março de 1585 e a escritura, nove dias depois, a 26 de Março. O documento acha-se no Cartório da Tesouraria, *Próprios Nacionais*, maço 4, e transcreve-a Azevedo Marques, *Apontamentos*, I, 96-98. O primeiro Superior de Santos foi o P. Pedro Soares, que exercia êsse cargo em S. Vicente, à chegada do Visitador Cristóvão de Gouveia. Pero Soares, informa êle, era bemquisto dos de fora (não tanto dos de casa, por ser de condição pouco amável) e de grande virtude e exemplo. — Carta de Gouveia ao P. Geral, Baía, 17 de Agôsto de 1585, *Lus. 69*, 133. Foi Superior em S. Vicente, Santos, Pôrto Seguro e S. Paulo *(Bras. 3 (1)*, 170). Professo de 4 votos (segundo os catálogos, em 1593; segundo a sua fórmula, em 20 de Março de 1594, *Lus. 2*, 94-95). Nasceu na cidade de Évora, em cujo noviciado entrou no ano de 1565. Fêz o curso de Artes *(Bras. 5*, 38v). Faleceu no Colégio do Rio, em 1614. Nos últimos anos de vida *insania laborabat*, mas não era molesto a ninguém. Foi homem de virtude, humilde e sofrido *(Bras. 8*, 136v).

2. *Bras. 15*, 366-366v; *Annuae Litt. 1590-1591*, pp. 826-827.

o livrou: «Porque deixando os perigos do mar e navegação nos livrou quási milagrosamente de uma armada de ingleses luteranos, que por esta costa anda, havendo tomado outro navio da nossa Companhia, e feito, nos que iam nêle, grandes pesquisas por nós. Depois do qual deram na Capitania de S. Vicente, que é a última da banda do sul, e, tomando-a de improviso, a entraram, queimando uma vila tôda e parte de outra, fazendo grandes desacatos às imagens, templos, relíquias, etc. Os Nossos, contudo, tiveram algum tempo para se acolherem, consumindo primeiro o Santíssimo Sacramento, e levando a prata e alguns ornamentos. Depois de haverem estado os ingleses quarenta dias senhores da terra, e feito muitos insultos, se partiram com intento, segundo cremos, de passar o Estreito de Magalhãis e dar no Peru».

«Tôda a nossa pobreza roubaram e desejaram bem e procuraram haver os Nossos às mãos. Entraram a 26 de Dezembro de 91 e foram a 3 de Fevereiro de 92. E porque aquela terra ficou sem defesa alguma, por lhe haverem êles levado tôda a artilharia, com intento de fazerem ali sempre escala e fornecerem-se de bastimentos, ordenei aos Nossos que, emquanto El-Rei ou os seus Governadores não a provêem, não tenham ali mais fato que o que, em os ingleses entrando, se possa logo levar e passar à serra, em terra firme, onde tudo é seguro» [1].

A importância do saque da vila, incluindo tôda a artilharia, calcula-a o P. Tolosa em mais de 100.000 cruzados. «A nós também nos coube parte da perda, porque, ainda que os Padres puseram algumas coisas a salvo, não pôde ser tudo. Desampararam a casa; e nela se alojou o general, tomando a capela-mor e a sacristia para seus aposentos. Mas nenhuma perda sentimos tanto quanto a cabeça das Onze Mil Virgens. Como estava bem ornada, apanharam-na e nunca se soube dela. Imaginamos que aquêles malditos ingleses a atirariam ao mar» [2].

Também não puderam os Padres salvar tôdas as reservas monetárias, que destinavam à construção da casa. Por isso, diz o Padre que perderam tôda a sua pobreza. Um dos piratas, António Knivet, que se alojara na Residência, achou, conta êle, de-

1. Carta de Beliarte, Baía, 9 de Agôsto de 1592, *Bras. 15*, 409.
2. Carta de Tolosa, 11 de Maio de 1592, *Bras. 15*, 42.

baixo de um leito, uma pequena caixa, que ali estava, posta a um canto escuso. «Essa caixa estava bem pregada e tinha os ângulos ornados de veludo branco. Puxando-a para mim, vi que pesava bastante; despreguei-a e encontrei nela mil e setecentas piastras [cruzados], valendo cada piastra quatro shellings ingleses. Assentei morada nesta cela e ninguém soube do meu feliz achado».

Não tardaram os piratas a voltar a Santos, de retôrno do Estreito; mas, desta vez, a terra estava prevenida. Avisou-se para Piratininga que se esperavam Ingleses e que era mister organizar a resistência [1]. Portanto, sucedeu-lhes mal. Conta o caso o mesmo Knivet e também o P. João Vicente Yate. Cavendish chegou a Santos «só com dois navios e com os homens a morrer de fome. Mandou uma embarcação a terra com 26 soldados; os quais, excepto dois ou três, foram todos mortos pelos Portugueses» [2].

Como a segurança da vila de Santos era tão precária que dificilmente resistiria aos «ladrões do mar», o P. Beliarte enviou ao Geral um postulado em que lhe pedia ficasse «em mãos do Provincial poder deixar a casa de Santos, em caso que aquela vila não tenha mais defesa contra os corsários, que a que agora tem, por ver quão arriscados estão ali os nossos». A resposta foi que, «quando vier algum perigo iminente, se poderão os nossos retirar por ordem que para isso dará o Provincial emquanto durar o perigo; mas não de modo que se deixe de-todo a casa» [3].

Os moradores, entretanto, faziam fôrça para que ficassem, o perigo parecia afastado e os ministérios corriam com aceitação e proveito geral. Depois do incêndio de S. Vicente, a vida da costa, nesta Capitania, concentrou-se em Santos. Daqui irradiavam os Padres pelos demais portos vizinhos [4]. Também iam visitar os

---

1. *Actas da Câmara de S. Paulo*, I, 472.

2. Yate, *Calendar of State Papers*, 356, §§ 32, 33; *Bras. 15*, 380; Rodolfo Garcia in Pôrto Seguro, *HG*, II, 98. Cavendish tinha feito uma viagem com Dracke à volta do mundo. De Santos foi ao Espírito Santo. Repelido, retirou-se para a Inglaterra, morrendo no mar em 1592, como dissemos. Cf. Lúcio José dos Santos, *O Domínio Espanhol* na *Rev. do Inst. Bras.* Tômo Especial (1914), 1.ª P., p. 303-305; Knivet, *Narração da Viagem*, 190-191.

3. *Bras. 2*, 80.

4. Conserva-se notícia dos ministérios feitos pelos Padres da Residência de Santos em *1594:* Confissões, 2.995; Comunhões, 1.189; Casamentos, 97; Con-

engenhos e fazendas, onde houvesse almas a salvar. A igreja do engenho de S. Jorge foi muitas vezes visitada por êles e até se prende a ela uma graça que Anchieta teria ali recebido [1].

Assente que a Residência de Santos se havia de manter, tratou-se de a dotar dos requisitos indispensáveis para o seu bom funcionamento. Em Maio de 1600, havia «feito de novo, um corredor de 8 cubículos por traça do Irmão Francisco Dias; querem agora começar a consertar a igreja, tudo de esmolas e indústria do Irmão Diogo Álvares». Superior ficou o P. Manuel de Oliveira, que o era também de Piratininga, onde residia, por causa do Governador D. Francisco de Sousa, grande amigo seu e da Companhia. Em Santos, à frente da casa, ficou o P. Francisco de Oliveira, vindo expressamente do Rio [2].

Desde que se fundou a Residência de Santos, funcionou sempre uma escola para os filhos da terra. Escola gratuita, visto que para ela não havia nem dotação especial nem rendas próprias. O Colégio de S. Miguel, de Santos, fundou-se, em 22 de Junho de 1652, por Salvador Correia de Sá e Benevides, depois de se ter acalmado completamente o dramático motim de 1640 por causa da liberdade dos Índios. A história dêstes factos importantes pertence, porém, ao século seguinte.

---

versões de adultos, 122. Parece pouco: pela exigüidade dos moradores da terra são grandes resultados.

1. Pero Rodrigues, *Anchieta*, em *Annaes*, XXIX, 228, 261; Vasc., *Anchieta*, 139. Êste engenho pertencia aos Schetz, nobre família de Flandres. Sendo mais tarde malbaratado o engenho pelos seus feitores, recorreram os Schetz aos Jesuítas e em particular ao P. Fernão Cardim, que tinha estado na Bélgica, para que interviessem a seu favor. Cf. Cartas e documentos sôbre êste assunto, em Alcibíades Furtado, *Os Schetz na Capitania de S. Vicente*, nas *Publicações do Archivo Nacional*, 14 (Rio 1914) 2-31.

2. *Bras. 3 (1)*, 170.

CAPÍTULO VI

São Paulo de Piratininga

1 — Fundação de São Paulo; 2 — Os fundadores; 3 — Os primeiros edifícios; 4 — A mudança de Santo André da Borda do Campo; 5 — Guerras; 6 — O Colégio de Jesus; 7 — As Aldeias dos Jesuítas; 8 — Actividade apostólica.

1. — Verificou Nóbrega, na vila de S. Vicente, que os pais dos meninos, que freqüentavam o Colégio, viviam quási todos no interior e iam e vinham ver os filhos, com grande incómodo. Do Campo traziam farinha e outros géneros através da serra difícil. Nóbrega atravessou a serra e foi ver o Campo. Ficou maravilhado com o que viu, regiões próprias para a criação do gado e todo o género de cultivos. «É tão bom o mantimento desta terra que não alembra o pão do reino», dirá mais tarde, numa frase expressiva, Baltazar Fernandes [1].

Verificou também que era ali «escala para muitas nações de Índios», condição esplêndida para o apostolado directo. Assim, referindo-se mais tarde à fundação de S. Paulo, afirmava Nóbrega que tirara os meninos de S. Vicente e os colocara «em casa de seus pais, em Piratininga, onde por sua contemplação principalmente fiz aquela casa» [2].

Tais foram os motivos de carácter económico e topográfico que sugeriram a Nóbrega o estabelecimento ali do Colégio. A êstes motivos veio juntar-se ainda um terceiro, mas de carácter interno. Nóbrega compreendera que a convivência dos estudantes e noviços com os colonos de S. Vicente prejudicava a

---

1. *CA*, 483.
2. *Bras. 3(1)*, 148; *Bras. 15*, 116-117; Serafim Leite, *Páginas*, 154; Vasc., *Crón.*, I, 49.

sua formação religiosa e moral. Daqui, a questão dos mamelucos e a necessidade, em que se viu, de proceder a investigações e até de expulsar alguns. Para evitar a repetição de incidentes tão desagradáveis, decidiu fundar casa separada dos colonos. Era medida urgente não só para a formação adequada e robusta dos futuros Jesuítas, mas também para a imunização dos Índios recém-convertidos, emquanto não assimilavam a civilização cristã e não se defendiam, por si próprios, da cobiça e maus exemplos daqueles que incoerentemente se diziam civilizados. Nóbrega estudou o local, entendeu-se com João Ramalho, conquistou a amizade de Tibiriçá e Caiubí, e escolheu sítio junto do Tieté, perto da confluência do Tamanduateí, entre êste e o Anhangabaú, posição magnífica, defendida naturalmente das incursões do mar pela serra altíssima, com um clima suave, de ares puros, despejados e largos, que favoreciam o estudo, ou, como escreve António de Matos, *ibi et purius et frigidius coelum quo Minerva gaudet*[1].

Foi uma intuïção de génio. Além dêstes predicados, abrindo um mapa hidrográfico da América do Sul, vê-se que o Tieté pertence à grande Bacia do Rio da Prata. A povoação, que fundavam agora os Jesuítas nas suas margens, seria o centro mais importante da expansão territorial do Brasil.

Os Jesuítas convidaram Caiubí a estabelecer-se nas imediações do sítio escolhido; e com Tibiriçá, morador da terra, arranjaram o demais. Assim, diz Anchieta, « mudou o Padre Manuel da Nóbrega os filhos dos Índios do Campo a uma povoação nova chamada Piratininga, que os Índios faziam, *por ordem do mesmo Padre*, para receberem a fé »[2].

Três Aldeias se queriam juntar numa, escreve Nóbrega em 12 de Junho de 1553; e, pouco depois, a 30 de Agôsto, dá esta notícia fundamental: « Ontem, que foi dia da Degolação de S. João Baptista, vindo a uma Aldeia, onde se ajuntam novamente e apartam os que se convertem, e onde pus dois Irmãos para os doutrinar, fiz solenemente uns 50 catecúmenos,

---

1. António de Matos, *Prima Inst.*, 5. Teodoro Sampaio faz dêste local uma descrição literária em *S. Paulo no tempo de Anchieta*, in *III centenario do Veneravel Joseph de Anchieta* (Paris-Lisboa 1900) 126.
2. Anch., *Cartas*, 316.

dos quais tenho boa esperança de que serão bons cristãos e merecerão o baptismo e será mostrada por obras a fé que recebem agora. Eu vou adiante, buscar alguns escolhidos, que Nosso Senhor terá entre êste gentio: lá andarei até ter novas da Baía, dos Padres que creio serão vindos. Pero Correia foi adiante a denunciar penitência em remissão dos seus pecados » [1].

Esta carta de Nóbrega é a *certidão de idade* de S. Paulo.

Aquela aldeia, « onde se ajuntam novamente e apartam », não é Maniçoba, como à primeira vista parece. Precisamente, da povoação, onde fêz os catecúmenos, seguiu Nóbrega adiante, até Maniçoba, com o Ir. António Rodrigues, quatro meninos, e alguns Índios.

Como « guia, e para autorizar os seus ministérios », levou o filho mais velho de João Ramalho.

Não constam os nomes dos dois Jesuítas, postos em Piratininga por Nóbrega em 1553. Um talvez fôsse Manuel de Paiva, que depois ficou Superior, parente de João Ramalho, com o qual manteria as boas relações, necessárias para suprimir possíveis atritos com o fogoso guarda-mor do Campo. O outro poderia ser Manuel de Chaves, língua, e já homem feito. São simples conjecturas, ainda que verosímeis.

Tal foi, humildemente, como em geral nas grandes coisas, o primeiro princípio da povoação que havia de adquirir no futuro tão capital importância!

Continuando o caminho, Nóbrega foi encontrar-se com Pero Correia ao lugar de Maniçoba (ou Japiúba, como também lhe chama Vasconcelos), a 90 milhas dali, ou 35 léguas, no sertão, « junto de um rio donde embarcam para os Carijós », disseminados pelas margens do Paraná. O sonho de Nóbrega era então o Paraguai. Tomé de Sousa e o Rei de Portugal impediram-lhe a ida. Mas êle, adiantando-se meio século aos bandeirantes, sentia a atracção do Guairá. Aproximava-se...

Ora, constando aos Índios Guaranis que havia Padres em Maniçoba, começaram a afluir, acompanhados de Castelhanos. Mas custou-lhes caro. Os Índios Tupis, por terem com êles contas

---

1. *Bras. 15,* 116. Cf. *Rev. do Arquivo Municipal de S. Paulo,* II, 45; *Rev. da Academia Brasileira de Letras,* 160, p. 462.

antigas a ajustar, ou porque fôssem prevenidos pelos Portugueses, para cortar o passo a tais adventícios, saíram-lhes ao caminho, e destroçaram-nos, sem lhes valerem os Padres. Outros Índios vieram depois, com três Espanhóis, que foram igualmente mortos, excepto um, que pôde fugir e acolher-se à protecção dos Jesuítas.

Soube Nóbrega que dois Espanhóis, daquela primeira vinda, se conservavam ainda com vida entre os inimigos. « Os quais estavam, do lugar onde o Padre o soube, 100 léguas; mandou lá um Irmão que, com o favor do Senhor, os livrou e trouxe ». O cronista dêste sucesso é o Ir. Pero Correia. O lugar, onde estavam os Espanhóis, não o conta êle. Simão de Vasconcelos chama-lhe Paranaitu [1].

Nóbrega esperava de Portugal a vinda de alguns Padres e Irmãos. Enviou à Baía Leonardo Nunes para trazer os que pudesse, porque pensava então que o Colégio principal da Companhia havia de ser na Capitania de S. Vicente [2].

De volta da Baía, chegou Nunes, dia 24 de Dezembro de 1553, com dois Padres, Afonso Braz e Vicente Rodrigues, e dois Irmãos, José de Anchieta e Gregório Serrão [3]. Os dois Irmãos vinham de Portugal, doentes, em busca de melhoras. Como sabiam latim, Nóbrega, que os fôra esperar ao desembarque, resolveu confiar-lhes o ensino dessa língua aos que entrassem na Companhia no Brasil.

Tendo já duas casas, Piratininga e Maniçoba, achou melhor repartir por ambas os Padres e Irmãos, deixando na vila de S. Vicente apenas os Jesuítas estritamente indispensáveis aos ministérios locais.

Assim pois, a seguir às festas do ciclo do Natal, que findam no dia de Reis, puseram-se a caminho « alguns 12 Irmãos, para que estudassem gramática e juntamente servissem de intérpretes para os Índios » [4]. Chegando a Piratininga, acharam casa; e no dia 25 de Janeiro de 1554, dia da *Conversão de S. Paulo*, que ia dar o nome à casa e à terra, « dissemos a primeira missa em

---

1. *CA*, 138; Vasc., *Crón.*, I, 132.
2. *Fund. del Rio de Henero*, 49v(125).
3. *Bras. 3 (1)*, 111 ; Vasc., *Crón.*, I, 144.
4. Anch., *Cartas*, 316.



S. PAULO — O PÁTIO DO COLÉGIO EM 1860

Segundo o barão de Tschudi. Gravura obsequiosamente cedida pelo Dr. Afonso de E. Taunay, Director do Museu Paulista

êste lugar »[1]. Quem disse esta primeira missa? Estavam alguns Padres, pelo menos dois; e não teria já dito missa ali o P. Nóbrega, no dia 29 de Agôsto de 1553, quando fêz solenemente os catecúmenos?

Superior da casa ficou o P. Manuel de Paiva; professor de latim o Ir. José de Anchieta, que tanto havia de ilustrar depois o Brasil com a aura do seu nome. Para Maniçoba foram outros. A 18 de Julho de 1554, Pero Correia dá notícia do estado das duas casas ou colégios incipientes: « Pela terra dentro algumas cincoenta léguas, ou mais, também já há princípio em outro lugar [Maniçoba] onde estão dois Padres e Irmãos e o Ir. Gregório Serrão com escola de gramática. E José também está com certos estudantes no outro lugar de que acima falei » (Piratininga)[2].

Aquela carta de Pero Correia é datada de S. Vicente, onde estavam então o P. Manuel da Nóbrega e êle, vindos a despachar o P. Leonardo Nunes, enviado a Lisboa e a Roma, para os assuntos do Brasil. Também veio Anchieta como secretário de Nóbrega e estavam prestes a tornar para o Campo[3].

Já existia, a êste tempo, uma terceira Aldeia, onde residiam os Padres Francisco Pires e Vicente Rodrigues e alguns Irmãos[4]. Deve ser Geribatiba, perto de S. André, pois vamo-la encontrar daí a pouco expressamente nomeada.

S. Paulo converteu-se logo em centro destas povoações, incluindo S. André, que havia de assimilar. Daqui a sua população flutuante. Anchieta escreve que chegaram a estar lá umas vinte pessoas: em Julho não passavam de oito[5]. Para se chegar àquele número de 20 era mister incluir os pretendentes à Companhia, ainda não admitidos, como Leonardo do Vale e outros. O próprio Anchieta, dando o catálogo geral dos Jesuítas do Brasil,

1. Id., *ib.*, 72, 321; Vasc., *Crón.*, I, 152; Cardoso, *Agiológio Lusitano*, I, 290.

2. *Bras. 3 (1)*, 113v. Anchieta dirá mais tarde, na vida de Gregório Serrão, que êste também estudou latim em Piratininga e teve escola de meninos em Geribatiba (Anch., *Cartas*, 490). Compaginam-se as duas informações, de Pero Correia e José de Anchieta, se em Maniçoba a escola de latim fôsse rudimentar, como de-facto era, e em Piratininga, superior. Nada impede que Gregório Serrão, tão doente, verificasse depois a vantagem de aperfeiçoar o seu próprio latim.

3. Carta de Pero Correia, *Bras. 3 (1)*, 114; Anch., *Cartas*, 63.

4. Anch., *Cartas*, 44.

5. Id., *ib.*, 42-43; Vasc., *Crón.*, I, 149.

em Julho de 1554, ainda os não menciona. Em compensação, já se encontrava agora em S. Paulo ou imediações o Ir. Gregório Serrão, a quem se refere sem o citar: « Um Irmão, que chegou de Portugal, sofrendo na saúde, como vivesse em uma Aldeia, distante desta nossa 90 milhas [Maniçoba], tendo por alimento diário uma galinha, que com bastante trabalho, e todavia por baixo preço, se ia procurar a diversos lugares, o seu estômago não a podia conservar e logo vomitava; veio para junto de nós e, com as paupérrimas comidas, que usamos, se fêz mais robusto » [1].

Esta questão do clima deve ter decidido da sorte de Maniçoba ou Japiúba.

A distância, a que se encontrava, e a turbulência dos Índios fizeram o resto. Desde êste ano em diante não se torna a falar em tal povoação. Teodoro Sampaio, no seu mapa da Capitania de S. Vicente, distingue geogràficamente Maniçoba de Japiúba [2]. Simão de Vasconcelos diz Maniçoba ou Japiúba, e pelo contexto parece que se deve identificar. Gentil de Moura vai mais longe: além desta identificação faz outras: « Biesaie, mais tarde Maniçoba e hoje Itú » [3].

Culpam alguns a gente de João Ramalho pelo abandono de Maniçoba [4]. É possível que também houvesse algumas intrigas neste sentido. João Ramalho era fronteiro, e veria com maus olhos a vinda de Carijós e Espanhóis. Mas a *História da Fundação do Colégio do Rio de Janeiro* é omissa, e aquelas razões são, por si mesmas, suficientes. Piratininga oferecia melhores garantias do que Maniçoba, tanto para os estudos como para a segurança e facilidade de comunicações. Os Padres e Irmãos de Maniçoba distribuiram-se por S. Paulo e Geribatiba e, daí a pouco, por Iberapuera, onde já existiam alguns Padres e Irmãos em 1556.

De maneira que os núcleos jesuíticos, formados no Campo, durante a estada de Nóbrega na Capitania de S. Vicente, foram por sua ordem: Piratininga (Agôsto de 1553), Maniçoba

---

1. Anch., *Cartas*, 44.
2. Teodoro Sampaio, in *III Centenario do Veneravel Joseph de Anchieta*, p. 141.
3. Cit. por Alfredo Romario Martins, *Caminhos históricos do Paraná*, no livro *Cincoentenário da Estrada de Ferro do Paraná* (Curitiba 1935) 26.
4. Vasc., *Crón.*, I, 163; Jacques Damien, *Tableau racourci*, p. 111.

(Setembro), Geríbatiba (Junho de 1554?), Iberapuera, pouco depois.

Prevaleceu a todos êstes agrupamentos, S. Paulo de Piratininga. E « vai-se fazendo uma formosa povoação », diz Nóbrega ainda em 1554 [1].

Notemos que os Jesuítas, ao estabelecerem a sua casa em Piratininga, tiveram simplesmente em vista (com uma visão aliás avançadíssima) ensinar os meninos, e preparar, cómoda, económica e pacìficamente, nos próprios locais, os futuros apóstolos da catequese e civilização brasileira. Não se vislumbra, em nenhuma fonte histórica, motivo diferente.

Carecem, pois, de objectividade, as asserções dalguns, segundo os quais a fundação de S. Paulo obedeceria a uma intenção de exdrúxula grandiosidade de estabelecer uma capital para impérios indígenas. Chegou-se a escrever, tratando daquela fundação, que os Jesuítas do Brasil « contavam por seguro formar um império indígena não inferior ao guaranítico do Paraguai, com o qual, logo depois de constituído êste, presto se puseram em comunicação » [2].

O império guaranítico dos Jesuítas espanhóis do Paraguai é uma das grandes lendas do século XVIII. Deixemos o assunto para o seu lugar próprio. Mas uma coisa sabemos já com certeza: é que nada disto podia ser no século XVI. A primeira missão do Paraguai, foi feita pelos Jesuítas da Assistência de Portugal, idos do Brasil, em 1586. Colocar, portanto, na origem de S. Paulo uma intenção de semelhança com o que ainda não existia é um contra-senso histórico.

Recordemos o veredicto de Carlos Pereyra: « El Paraguay fué eregido por la Compañia en provincia separada, y las Misiones Jesuíticas del Rio de la Plata formaron un cuerpo desligado del Brasil. Este fué el llamado Imperio Jesuítico del Paraguay, más conocido por las mentiras de una leyenda mañosamente formada, que por los hechos de la realidad estabelecidos con rigor objetivo » [3].

---

1. Nóbr., *CB*, 145.

2. Basílio de Magalhãis, *Expansão Geographica do Brasil Colonial*, 2.ª ed. (S. Paulo 1935) 107.

3. Carlos Pereyra, *Historia de América Española* (Madrid 1920-1926) IV, *Las Repúblicas del Plata*, p. 131.

2. — Teem procurado os historiadores averiguar quais foram os Jesuítas fundadores de S. Paulo[1].

Simão de Vasconcelos organizou a seguinte lista de discípulos de Anchieta. Como certos: Padres Manuel de Paiva, Afonso Braz, Vicente Rodrigues, Irmãos Pero Correia, Manuel de Chaves, Gregório Serrão, Diogo Jácome, Leonardo do Vale e Gaspar Lourenço; prováveis: P. Braz Lourenço e Irmãos João Gonçalves e António Blasques[2].

Em primeiro lugar, não se confunda a qualidade de discípulo com a de fundador. Nem mesmo como discípulos a lista é exacta. No Catálogo dos Padres e Irmãos da Companhia, feito por Anchieta, em Julho de 1554, já depois da fundação de S. Paulo, ainda não constam os nomes de Leonardo do Vale e Gaspar Lourenço. Outros dois, Gregório Serrão e António Blasques, eram professores como Anchieta, e o primeiro foi para Maniçoba, com outros Irmãos, e o segundo ficou em Pôrto Seguro[3]. Os Padres Afonso Braz e Braz Lourenço vieram já sacerdotes de Portugal, onde Afonso Braz entrara na Companhia muito antes de Anchieta. Aliás o P. Lourenço ficou no Espírito Santo, e Afonso Braz foi para Piratininga, não como discípulo, mas para construir os edifícios indispensáveis, ocupação em que já se tinha assinalado no Espírito Santo. O Ir. João Gonçalves êsse ficou na Baía com Luiz da Grã e nunca foi à Capitania de S. Vicente[4].

Vejamos o que se pode dar realmente como certo e o que se deve admitir como provável.

Em Julho de 1554 existiam na Capitania de S. Vicente repartidos por quatro povoações (S. Vicente, Piratininga, Maniçoba e Geribatiba) 16 Jesuítas: Padres Manuel da Nóbrega, Vicente Rodrigues, Afonso Braz, Francisco Pires, Manuel de Paiva; Irmãos José de Anchieta, Gregório Serrão, António Rodrigues, Manuel de Chaves, Pero Correia, Diogo Jácome, Mateus Nogueira João de Sousa, Fabiano de Lucena, António Gonçalves e Gonçalo[5]. Em Janeiro ainda estava o P. Leonardo Nunes e não é

1. Cf. A. de Alcântara Machado, *Cartas de Anchieta*, p. 60, nota 33; Id., *Anchieta na Capitania de S. Vicente*, na *Rev. do Inst. Bras.*, 159, p. 29-30.

2. Vasc., *Anchieta*, 21, 40-46.

3. *Bras. 3 (1)*, 111.

4. Carta de Braz Lourenço, *Bras. 3 (1)*, 108.

5. Anch., *Cartas*, 37-38.

certo que já estivessem os dois últimos, Fabiano e Gonçalves. Em Julho morava em Piratininga o P. Nóbrega com sete Irmãos, entre os quais Anchieta, António Rodrigues e Mateus Nogueira. Aqueles 12 ou 13, de que falam Anchieta e Vasconcelos, deviam ser todos os que saíram de S. Vicente para o Campo[1]. Por onde se vê — sem a menção explícita de nomes, e com a dispersão que tiveram — a dificuldade, quási insuperável, de organizar a lista definitiva dos fundadores[2].

O exame objectivo dos documentos dão-nos estas certezas: no dia 29 de Agôsto de 1553, andavam no Campo de Piratininga Manuel da Nóbrega e António Rodrigues, e tinha passado pouco antes Pero Correia. No dia 25 de Janeiro de 1554 estavam os Padres Manuel de Paiva, Afonso Braz e o Ir. José de Anchieta. Êstes são fundadores. Quem mais? Entre os primeiros alunos dos Jesuítas contam-se igualmente alguns jovens, que entraram depois na Companhia. Mas onde começaram os estudos? Em Piratininga? Em Maniçoba? Com José de Anchieta? Com Gregório Serrão?

Conjecturas e probabilidades podem formular-se muitas.

Uma coisa é certa — e não se pode esquecer — que a Nóbrega se deve, pessoalmente, a escolha do sítio, a primeira casa, os primeiros catequistas, que ali colocou. E também, sob o ponto de vista de apostolado, se não teve as primícias do Campo (estas pertencem a Leonardo Nunes) realizou o primeiro e grande acto solene dos 50 catecúmenos de Piratininga, no dia 29 de Agôsto de 1553, festa do Santo Precursor, sugestão litúrgica do próximo advento da civilização cristã nestas regiões.

Por êstes títulos, Nóbrega é, incontestàvelmente, o primeiro e principal fundador de S. Paulo[3].

---

1. Anch., *Cartas*, 316.

2. A. de Alcântara Machado, *Anchieta na Capitania de S. Vicente* in *Rev. do Inst. Bras.*, 159, p. 29, diz que aquêle Irmão Gonçalo, que em Anchieta traz o nome de Gonçalo António, era Gonçalo António Monteiro. Achamos, de-facto, êste nome entre os moradores de S. Vicente, mas não nos consta, por documento algum, que tivesse entrado na Companhia. Em compensação, conhecemos Gonçalo Alves, que estava na Companhia em 1559 e Nóbrega faz dialogar com Mateus Nogueira, o ferreiro de Jesus Cristo (Nóbr., *CB*, 229), e Gonçalo de Oliveira, já então na Companhia, e em S. Vicente. As probabilidades vão para êste último. Cf. *Apêndice K*.

3. A vinda de Nóbrega a Piratininga vem consignada já em Polanco, *Chro-*

3. — Os Padres e Irmãos encontraram já casa feita, na qual trabalhara o chefe Tibiriçá com as «suas próprias mãos» [1]. Não seriam alheios à feitura desta casa, os dois Irmãos, que ali deixou Nóbrega em 29 de Agôsto de 1553. Anchieta descreve-a assim: «desde Janeiro até agora estamos, sendo algumas vezes vinte pessoas, em uma casa feita de madeira e palha [noutra carta diz de barro e paus, coberta de palha], a qual terá de comprido 14 passos e 10 de largo, que nos serve de escola, dormitório, refeitório, enfermaria, cozinha e dispensa. E, com recordar-nos que N. S. Jesus Cristo nasceu em um presepe entre dois animais e morreu em outro lugar muito mais estreito, estamos muito contentes nela e muitas vezes lemos a lição de gramática no campo» [2]. No mesmo campo diziam missa os Padres, quando o bom tempo o permitia.

Semelhantes apertos exigiam novas construções. Em breve se principiou outra casa, perto da primeira, e todos ajudavam, Índios, alunos e mestres. Dirigia os trabalhos o P. Afonso Braz, vindo do Espírito Santo com êsse fim expresso. Êle «fazia os petipés, traçava paredes, lavrava madeira com sua enxó na mão, sem que nunca tal ofício aprendesse. Êle era juntamente obreiro com os demais, trazendo os cestos de terra às costas, a água da fonte e o mais necessário» [3].

Ao pé da casa ergueu-se a igreja; e ao lado da igreja fêz-se em 1561, por ordem do P. Nóbrega, um recolhimento para os irmãos estudantes terem os exercícios próprios do noviciado e juniorado, têrmo técnico com que se designa o período dos estudos de Letras [4].

---

nicon, III, 472. Afonso de E. Taunay, *S. Paulo no século XVI* (Tours 1921) 70, aponta a opinião de Capistrano de Abreu, segundo a qual a primeira ideia da fundação de S. Paulo caberia provàvelmente a Leonardo Nunes, nascida das suas freqüentes incursões serra acima, pertencendo a Manuel da Nóbrega a sua realização. É uma observação justa. E já se vai generalizando esta verdade. Cf. Pinheiro da Fonseca, *Quelques aperçus sur le Brésil moderne* (Bruxelas 1930) 19.

1. Anch., *Cartas*, 187.

2. Vasconcelos resume da seguinte maneira a carta de Anchieta: « Vem a dizer que dos princípios de Janeiro até a feitura daquela (carta), se fêz ali uma casinha de torrão e palha » (Vasc., *Anchieta*, 24). Anchieta não escreveu *fizemos*; escreveu *estamos* (Anch., *Cartas*, 73, 43).

3. Vasc., *Anchieta*, 43; Id., *Crón.*, I, 158, 202; Anch., *Cartas*, 94.

4. Anch. *Cartas*, 174.

A êste tempo já se tinha inaugurado a igreja, no dia 1.º de Novembro de 1556 [1]. Luiz da Grã, que visitou Piratininga nesse mesmo ano, achou a casa «muito boa e no melhor lugar que se podia escolher» [2].

Com efeito, do alto do Colégio dominava-se tôda a amplitude da veiga feracíssima, «muito semelhante ao sítio de Évora», observa o alentejano Fernão Cardim, quando passou por S. Paulo em 1585, com o Visitador, P. Cristóvão de Gouveia. Todo o edifício era novo, escreve êle, «com um corredor e oito cubículos de taipa, guarnecida de certo barro branco e oficinas bem acomodadas. Uma cêrca grande com muitos marmelos, figos, laranjeiras e outras árvores de espinho, roseiras, cravos vermelhos, cebolas, cecém, ervilhas de borragem e outros legumes da terra e de Portugal. E na claustra, um poço de boa água. A igreja é pequena, tem bons ornamentos, e fica muito rica com o Santo Lenho e outras relíquias que lhe deu o P. Visitador» [3].

Fernão Cardim fala trinta anos já depois da fundação de S. Paulo.

Os começos foram mais modestos. Contudo, na sua modéstia envolviam uma alta ideia civilizadora e social naquele ambiente de nomadismo indígena.

Afonso Braz não se contentou com fazer as casas dos Jesuítas. Pode ser considerado o primeiro arquitecto de S. Paulo, porque estendeu o seu mester de construtor às obras dos próprios Índios. Êle, com os seus companheiros e discípulos, «feitos tracistas uns, outros pedreiros, outros carpinteiros», ajudavam «a fábrica das casas necessárias para cada família, arruadas e feitas à moda portuguesa, trazendo, junto com os Índios, a terra e a água às costas» [4].

Com esta cooperação verdadeiramente prática, foram-se

---

1. Id., *Ib.*, 94.

2. Carta de Luiz da Grã, *Bras. 3 (1)*, 174v. No século XVII reconstruiram-se, em maiores proporções, igreja e colégio. Para a confrontação do Colégio de Piratininga com os modernos locais da grande cidade, cf. António de Toledo Piza, *A Igreja do Collegio da capital do Estado de S. Paulo* na *Rev. do Inst. Bras. 59*, 2.ª P. (1896), 58-60.

3. Fernão Cardim, *Tratados*, 356-357; Anch., *Cartas*, 424.

4. Vasc., *Anchieta*, 28.

aconchegando à roda do Colégio, moradias de taipa para os Índios dispersos [1].

Era, depois de algumas indecisões iniciais, a fixação ao solo, o primeiro passo para a catequese e a civilização.

A mudança da vila de Santo André para junto do Colégio ia ser também outro passo decisivo para a estabilidade e o progresso de S. Paulo.

4. — A povoação, que Martim Afonso de Sousa, depois de fundar a vila de S. Vicente tinha instituido no interior, não chegou a ter vida municipal efectiva, ou só a teve efémera, dispersando-se a breve trecho os seus moradores [2].

Leonardo Nunes, quando transpôs a serra e os foi visitar, achou-os neste estado: « Aqui me disseram que no Campo, 14 ou 15 léguas daqui, entre os Índios, estava alguma gente cristã derramada e passava-se o ano sem ouvirem missa e sem se confessarem, e andavam numa vida de selvagens ».

« Vendo isto, determinei de ir por lá, tanto por dar remédio a êstes cristãos, como por me ver com êstes gentios, os quais estão mais apartados dos cristãos que os de tôdas as outras Capitanias. Levei comigo duas línguas, as melhores da terra, as quais depois se determinaram de servir a Deus em tudo o que eu lhes mandasse, e eu o aceitei, assim pela necessidade como por êles serem mui aptos para isso e de grande respeito, principalmente um dêles, chamado *Pero* Correia [3]. E indo na derradeira jornada topámos um mancebo com umas cartas para mim, que me estavam esperando, porque já tinham novas que eu desejava de os ver ».

---

1. Anch., *Cartas*, 151.

2. Nóbr., *CB*, 154.

3. Na carta está escrito, por lapso de cópia, *António* Correia; mas é com certeza *Pero* Correia; o outro deve ser Manuel de Chaves, já na Companhia em 24 de Agôsto de 1551, data certa desta carta, e não 1550, como dão as *Avulsas*, Leonardo Nunes faz um como resumo do seu apostolado neste período, utilizando porém conhecimentos posteriores, à guisa de comentário: diz que foram com êle intérpretes, que *depois* entraram na Companhia; diz que no Espírito Santo foi recebido pelo Vigário, por não haver ninguém ali da Companhia; mas já estava em Agôsto de 1551 o P. Afonso Braz e por isso diz que não podia bastar *(non poteua bastare)*. O texto conhecido em português traz « abastava », fazendo supor simultaneidade entre a estada de Afonso Braz e a passagem de Leonardo Nunes. Cf. *Avisi Particolari* (Roma 1552) 144-145, que trazem 24 de Agôsto de 1551.

«Trabalhei muito com os cristãos, que achei derramados naquele lugar entre os Índios, que se tornassem às vilas entre os cristãos, no qual os achei mui duros. Mas enfim acabei com êles que se ajuntassem todos em um lugar e fizessem uma ermida e buscassem algum Padre, que lhes dissesse missa e os confessasse. Puseram-se logo à obra e tomaram campo para a igreja. Gastei dois ou três dias com êles e confessei alguns e dei-lhes o Santíssimo Sacramento. Depois disto fomos dar com os Índios às suas Aldeias, que estavam 4 ou 5 léguas dali; e indo, achámos uns Índios, que andavam com grande pressa, fazendo o caminho por onde havíamos de passar, e ficaram muito tristes, porque o não tinham acabado. Chegando à Aldeia veio o principal dela e me levou consigo a sua casa, e logo encheu a casa de Índios e outros que não cabiam fora, que trabalharam muito por me ver».

«Considerai vós, meus Irmãos em Cristo, o que minha alma sentiria, vendo tantas almas perdidas por falta de quem as socorresse. Algumas práticas lhes fiz, aparelhando-os para o conhecimento da fé; e lhes disse, pela tristeza que mostravam por me eu haver logo de tornar, que não ia senão a vê-los, e que outras muitas vezes os visitaria, se tivesse tempo. Também achei ali alguns homens brancos; e acabei com êles que se tornassem aos cristãos. E dali me tornei outra vez a S. Vicente» [1].

Faltam neste documento os nomes de locais, de pessoas e datas. Mas pelas distâncias, ainda que não rigorosas, pode-se talvez situar uma das paragens de Leonardo Nunes por altura de Santo André, outra na taba de Martim Afonso Tibiriçá. Na verdade, Tomé de Sousa, ao fundar em 1553, uma vila no Campo, resolveu chamar-lhe « Santo André, porque onde a situei estava uma ermida dêste apóstolo » [2]. Não seria esta ermida a mesma que o P. Nunes ordenara algum tempo antes, no lugar em que confessou os cristãos e lhes administrou o Santíssimo Sacramento? Para êste efeito devia ter celebrado o Santo Sacrifício da Missa (sem ela não poderia dar a comunhão); e esta foi a primeira missa dos Jesuítas nos Campos de Piratininga.

O Governador Geral deixou capitão da vila de Santo André

---

1. *CA*, 61-62.

2. Carta de Tomé de Sousa a D. João III, de Junho de 1553, na *Hist. da Col. Port. do B.*, III, 365.

a João Ramalho, fronteiro-mor do Campo. Daí a pouco recebeu Santo André o pelourinho municipal, a 8 de Abril de 1553, segundo Fr. Gaspar, ou a 8 de Setembro do mesmo ano, segundo Azevedo Marques, que parece ter consultado o livro das vereanças [1].

A vila de Santo André não teve pároco nem padre algum. Depois da fundação de S. Paulo, iam lá os Jesuítas aos domingos e dias santos. Celebravam missa, administravam os sacramentos, prègavam aos brancos, doutrinavam os Índios [2].

Porque não se fundou em Santo André o Colégio de Piratininga? Porque agradou mais a Nóbrega o actual sítio da cidade de S. Paulo; e também porque não eram afectuosas as relações da gente de Ramalho com os Jesuítas. Sem dúvida que no momento em que Nóbrega passou em Piratininga (Agôsto de 1553), iam já a caminho de solução, como consta da famosa carta que êle próprio então escreveu a favor de João Ramalho. E tudo se desanuviou depois. A 25 de Março de 1555, refere o Padre que, quando chegara, dois anos antes, havia alguns escândalos. Puse-ra-lhes remédio; e « como se cortou e tirou tudo, e a verdade apareceu, gozamos já de tranqüilidade no Senhor » [3].

Assim, pois, desapareceram os inconvenientes de ter a casa de formação dos Jesuítas perto dos brancos; e começou a despontar a ideia de reünir as duas povoações numa só, por motivos que a experiência e as circunstâncias do tempo e do lugar iam sugerindo.

Os documentos coevos indicam três motivos para essa mudança: o incómodo que era para os Padres irem de S. Paulo a Santo André para a paroquialidade e administração dos sacramentos; maiores facilidades económicas de S. Paulo; e a neces-

1. Azevedo Marques, *Apontamentos*, II, 212; Pedro Taques de Almeida Leme *Historia da Capitania de S. Vicente*, na *Rev.* do *Inst. Bras.*, IX, 2.ª ed. (1870) 149; Porto Seguro, *HG.*, I, p. 325; Afonso de E. Taunay, *João Ramalho e Santo André*, na *Rev. do Inst. de S. Paulo*, 29, p. 57. Quanto ao local exacto da vila de Santo André, existe vasta literatura e até polémica, na qual intervieram Teodoro Sampaio e Assis Moura. Também escreveram sôbre êste assunto Luiz de Toledo Piza, Benedicto Calixto, Afonso Taunay, etc. *Rev. do Inst. de S. Paulo*, IX, 1-19; XIII, 203-227; XIV, 3-38; 53-70; XV, 253-263.

2. Anch., *Cartas*, 321; Vasc., *Crón.*, II, 11.

3. Carta de Nóbrega, *Bras. 3 (1)*, 136v.

sidade de uma comum defesa contra os Tamóios e Franceses de Guanabara, que alvoroçavam e incitavam, pelo menos indirectamente, os Tupis contra os Portugueses e Índios amigos.

O incómodo da assistência espiritual indica-o expressamente Anchieta em duas cartas suas. Fêz-se a mudança, porque além dos perigos espirituais, mais importantes, havia também o perigo «dos inimigos corporais», que é já, também, o elemento de defesa pública a postular a mudança[1].

Os motivos de ordem económica e defensiva aparecem em vários documentos. As Actas da Câmara de Santo André da Borda do Campo elucidam-nos perfeitamente sôbre o estado de espírito dos seus moradores pouco antes da transferência. Umas vezes, conta-se que a vila estava aberta aos ataques dos Índios contrários e urgia a defesa; outras, que na Borda do Campo morría o gado, frechado pelos Índios; outras ainda que a mandioca, espremida ao pé dos caminhos, matava os suínos e não raro escorria para a aguada donde bebiam os homens. No dia 20 de Setembro de 1557 expressa-se o desejo dos andreenses nesta frase, cheia de desalento e pouco lisonjeira para a sua vila: «Requereu o procurador do conselho aos oficiais, em nome do povo, como estavam em esta vila e morriam de fome e passavam muito mal e morriam o gado, e que fôssem dentro do têrmo dela, de longo de algum rio»[2]... A sugestão era clara.

Nóbrega, por sua vez, escreve uma carta onde transparece o abatimento a que chegou a Capitania de S. Vicente, e a importância que tinha o Colégio da mesma Capitania para fixar a gente da terra. Depois continúa: «Também me parece que se devia pedir a Martim Afonso e a Sua Alteza que se quer que aquela Capitania não se despovoe de todo, que deem liberdade aos homens para que os do Campo se ajuntem todos no Rio de Piratininga, onde êles escolherem. E os do mar se ajuntem também, todos juntos, onde melhor fôr, por estarem mais fortes, porque a causa de despoarem é fazerem-nos viver na vila de Santo André, à Borda do Campo, onde não teem mais que farinha, e não

---

1. Anch., *Cartas*, 321, 170.
2. *Actas de Santo André da Borda do Campo* (S. Paulo 1914) 67

se podem ajudar do peixe do rio, porque está três léguas daí, nem vivem em parte conveniente para suas criações, e se os deixassem chegar ao rio tinham tudo e sossegariam »[1].

Mais tarde, revelam-nos as Actas da Câmara de S. Paulo que não se podiam fazer mantimentos à beira-mar e que as vilas da costa tinham necessidade da vila do campo, para mantimentos e criação do gado vacum; e, por isso, o povo de S. Vicente, o de Santos e os Padres da Companhia requereram a Mem de Sá « que as provesse, fortalezasse esta vila, pelas razões acima ditas, as quais, vistas por êle, o fêz, com o despovoamento da vila de Santo André e os moradores dela recolher e fazer viver nesta dita vila de S. Paulo »[2].

A transferência operou-se em 1560. Pediram-na, como vimos, o povo de S. Vicente, o de Santos e os Jesuítas. E Santo André? Também o seu procurador, em nome do povo, o desejava. Mas existe um documento capital, que o prova de maneira positiva. Pouco depois da mudança, os camaristas de S. Paulo, antigos vereadores de Santo André, escrevem à Rainha D. Catarina. E, referindo-se à actividade dos Tamóios e Franceses e às medidas urgentes, que convinha tomar, acrescentam: « Este ano de 1560 veio a esta Capitania Mem de Sá, governador geral e [...] mandou que a vila de Santo André, em que antes estávamos, se passasse para junto da casa de S. Paulo, que é dos Padres de Jesu, porque nós todos lho pedimos por uma petição, assim por ser o lugar mais forte e mais defensável, assim dos contrários como dos nossos Índios, como por muitas outras coisas, que a êle e a nós moveram[3].

O pelourinho de Santo André ergueu-se no terreiro, diante do Colégio dos Padres. E a vida municipal duma vila continuou na outra.

S. Paulo já possuía foral desde 1558, diz Azevedo Marques[4]. E João Ramalho, a 24 de Junho de 1562, dia do seu santo onomástico, jurou aos Santos Evangelhos, o cargo de ca-

---

1. Carta de Nóbrega, *Bras. 15*, 43-43v. Serafim Leite, *Páginas*, 88; Nóbr., *CB*, 154; Vasc., *Crón.*, II, 84.

2. *Actas da Câmara da vila de S. Paulo*, I (S. Paulo 1914) 42.

3. Pôrto Seguro, *HG*, I, 400-401.

4. Azevedo Marques, *Apontamentos*, II, 214.

pitão-mor de S. Paulo de Piratininga, para que fôra designado « por vozes e eleição »[1].

Era uma eleição provocada pelas ameaças bélicas dos Índios, porque a existência da vila de S. Paulo nem sempre foi pacífica.

5. — Efectivamente, os moradores de S. Paulo, situados no Campo, entre Índios, tiveram algumas vezes que se defender dêles com as armas na mão. Não está feita ainda a história crítica destas guerras. Por agora, os documentos, publicados e inéditos, falam-nos de guerras no século XVI, nos seguintes anos, 1554, 1561, 1562, 1578, 1590, 1591, 1593.

Nesta matéria, o primeiro acto dos Jesuítas foi suprimir o abuso de dar armas aos Índios, « que era mui geral fazê-lo sem nenhum escrúpulo »[2].

---

1. *Actas da C. da V. de S. Paulo*, I, 14; Frei Gaspar da Madre de Deus, *Memórias para a História da Capitania de S. Vicente*, 3.ª ed. (S. Paulo, 1920) 223. Disseram alguns escritores modernos que êste episódio da mudança de Santo André para S. Paulo foi vingança dos Jesuítas contra João Ramalho. A origem da lenda deve provir, por um lado, dos exageros dos Vasconcelos contra os Ramalhos, e por outro de Frei Gaspar escrever que « depois de contenderem alguns anos por êste modo, chegaram os Padres a cantar vitória ». Os documentos históricos, que aduzimos (e não existem outros conhecidos), não justificam tal contenda nem tal vitória. Dizia Capistrano que a carta dos camaristas de S. Paulo à raínha D. Catarina rasgaria muitas páginas de história fantasiada. Cf. Madureira. *A liberdade dos índios, a Companhia de Jesus, sua pedagogia e seus resultados, I* (Rio 1927)17n. É lamentável que, depois daquela advertência do grande historiador, ainda se deslustrasse a *História do Brasil*, de Handelmann, transcrevendo-se, em nota, o arrazoado de Machado de Oliveira no seu *Quadro Histórico*, corrigindo-se, assim, para mal a exposição dos factos, feita com regular bom senso pelo autor alemão. Cf. Henrique Handelmann, *História do Brasil*, in *Rev. do Inst. Bras.* *162* (1930) 77-80.

2. *CA*, 66. Que armas eram? Entre outras, « facas grandes e pequenas da Alemanha », diz Pero Correia em carta de 10 de Março de 1553, *Bras. 3 (1)*, 86. Contra esta prudente medida, de se não darem armas ao gentio, se prevaricou muitas vezes e em diversas partes do Brasil. Entre as confissões de 1592, depõe, a 2 de Fevereiro, um André Dias, mestiço, e do seu depoimento se conclue que se deram no sertão, aos Índios, espadas, pistoletas, uma espingarda, pólvora, um tambor de guerra e até cavalos, dizendo-lhes que se lá fôssem os brancos da Baía que se defendessem dêles com aquelas armas, e « sendo preguntado dixe que os dittos gentios são infieis que quando acham tempo e ocasiam matão aos brancos, e já os gentios do ditto sertão matarão brancos » *(Primeira Visitação: Confissões da Bahia,* 1591-1592 (Rio 1935) 146; cf. *ib.*, 97.

A primeira guerra, depois da existência de S. Paulo, foi logo em 1554, mas, desta vez, apenas entre Índios, uns com os outros. Contudo, como os de uma parte eram de Piratininga, assinalamo-la, porque já se faz sentir nela a catequese jesuítica. Conta-se que, num momento de apêrto, a mulher do chefe piratiningano, fazendo o sinal da cruz, esforçou os combatentes, e alcançaram vitória [1].

Ainda neste ano, segundo refere Pero Correia, ter-se-iam revoltado os Índios do interior, se não estivessem lá os Padres [2].

Perigo maior foi em 1558. Os Tupis, acossados pelos Castelhanos e Carijós, puseram-se em grande alvorôto. Vinham já «com determinação de matar os cristãos de Geribatiba, e lá houveram de ir também os meus Irmãos de Piratininga [é Nóbrega quem fala] se Nosso Senhor não socorresse; e foi que meteu na vontade a dois principais do Campo, os quais detiveram a muita gente, que já caminhava com aquêle mau propósito, e fizeram-nos tornar» [3].

A história conserva o nome de dois principais, amigos dos Padres: Tibiriçá (Piratininga) e Caiubí (Geribatiba). Seriam êles os defensores, a que alude Nóbrega.

Com o estabelecimento dos Franceses na Baía de Guanabara, os Tamóios, inimigos dos Tupis, ganharam alento e atreviam-se a rondar, subindo pelo Paraíba, os campos de Piratininga, que pouco e pouco iam arroteando os Portugueses e seus filhos. Ora aqui, ora ali, matavam e roubavam, causando inquietação a S. Paulo e aos Índios aliados.

«Por estas causas, escreve Anchieta em 1561, determinaram os moradores de Piratininga, com alguns mestiços, vendo que não se acudia a êstes males, fazer guerra a um lugar dos inimigos fronteiros, para que pudessem viver com alguma paz e sossêgo, e juntamente começassem a abrir algum caminho para se poder prègar o Evangelho, assim aos inimigos como a êstes Índios, sôbre os quais já temos sabido que por temor se hão de

---

1. Maffei, *Hist. Indicæ*, 319; Vasc., *Crón.*, I, 164-166. Levado pelas informações de Vasconcelos, Rocha Pombo atribue o ataque dos Índios a Piratininga a instigações da gente de Ramalho, *H. do B.*, III, 406-407.

2. Pero Correia, *Bras.* 3 *(1)*, 113.

3. Nóbr., *CB*, 217.

converter mais que por amor. E para isto se prepararam todos, confessando-se e comungando, mais zelosos da honra de Deus e dilatação da Fé do que de seus próprios interêsses. Foi com êles um sacerdote dos nossos, para os Índios baptizados, que com êles iam » [1].

« O seu caminho é desta maneira: vão primeiro por um rio, algumas jornadas, em almadias, as quais não são mais, cada uma, que o âmago de uma árvore, mas tão grandes, que numa cabem vinte a vinte e cinco pessoas, com seus mantimentos e armas [2]. Chegados ao ponto do primeiro rio, para onde vão, saem fora delas e as levam às costas, por quatro ou cinco léguas de bosques, de mui maus caminhos; e aí, descarregando-as, vão seguindo jornada até entrar em outro rio, que está já em guerra, com inimigos ».

« Partiram, pois, de Piratininga, onde então estávamos, esta quaresma passada, dizendo o Padre cada dia missa, e prègando-lhes antes de chegar aos inimigos. Tornaram-se a confessar e a comungar muitos dêles, fazendo igreja daqueles bravos e espantosos matos. E com isto lhes deu Deus Nosso Senhor grande vitória, destruindo o lugar sem escapar mais que um só. Sendo para êles a coisa mais forte que até hoje se tem visto nesta terra de inimigos. O que bem se mostrou nos muitos daqueles Índios, que morreram e foram flechados, ao passo que dos Portugueses, que logo de entrada os tomaram quási todos, morreram três. De maneira que só dez ou doze homens, com a ajuda da Real Bandeira da Cruz, que o Padre trazia adiante, animando-os, queimaram e assolaram o lugar, do qual vieram muitos inocen-

---

1. Não se sabe ao certo o nome daquele Padre e Irmão, que os acompanharam. Mas sabe-se, com certeza, que foram a duas expedições o Ir. Gregório Serrão e o P. Manuel de Paiva (Anch., *Cartas*, 486). Capistrano de Abreu, em nota a Pôrto Seguro, *HG*, I, 387, diz que fôra o Ir. Anchieta, por intérprete. Como se verá, por esta mesma relação, Anchieta estava, durante êste tempo, na vila, excitando o povo à oração e à penitência para alcançar do céu o almejado triunfo. Antes de Capistrano tinham-no dito outros, por exemplo, Pereira da Silva, *Os Varões illustres do Brazil*, I (Paris 1858) 75, e Basílio de Magalhãis, a quem seguiu Taunay, *Bandeiras Paulistas*, I, p. 170. Cf. também Gentil de Assis Moura, *As bandeiras paulistas*, na *Rev. do Inst. Bras.* Tômo especial II (1914) 224.

2. No texto diz-se erradamente *com armadilhas*. Estas almadias, pela descrição que delas faz Anchieta, são as *ubás* indígenas.

tes, que estão já metidos no grémio da Santa Igreja pelo baptismo» [1].

«Emquanto êles andavam em guerra, meu ofício consistia em ajudá-los com orações públicas e particulares, repartindo a noite de maneira que sempre havia oração até de manhã; e, acabada a oração, cada um tomava a sua disciplina, e o mesmo faziam muitas mulheres devotas e as mestiças, fazendo sua disciplina, vigília e oração. E ordenou Nosso Senhor que a batalha se desse em dias de sua Paixão, nos quais eram tantos os gemidos, choros e disciplinas no fim dos ofícios, de joelhos, assim os de casa como os de fora, que tôda a igreja era uma voz de pranto, que não podia deixar de penetrar os céus, e mover ao Senhor a ter misericórdia de nós, tendo padecido assaz trabalho os homens que cansaram pelos caminhos desertos» [2].

Vencidos aquêles Índios, não tardou a surgir inimigo pior, animado por um desastre sucedido aos Portugueses, na costa, para os lados de Iperoig [3].

Quando menos se esperava, insurgiram-se os próprios Tupis. Diz Anchieta mais tarde, em 1584, que foi essa a única vez, e depois se mostraram amigos como dantes. Em todo o caso, narrando a guerra no momento dela, e ainda sob a impressão do perigo de que se livraram êle e os companheiros, dá-lhes côres mais negras e chama-lhes «ladrões de casa», os piores evidentemente, por ser uma como guerra civil, e por conhecerem bem os métodos e os locais da luta.

Começaram, pois, êstes Tupis do sertão a fazer depredações e até mortes, arrebatando uma índia cristã, mulher de um Português, que mataram. Era índia fervorosa. Querendo êles abusar dela (os Índios consideravam isso uma honra por ela ter sido mulher de branco) a cristã preferiu morrer a consentir em tal.

Com estas e semelhantes tropelias ganharam ânimo os Índios e apregoaram guerra contra S. Paulo. Organizou-se a defesa.

---

1. Trecho imperfeitamente traduzido por Baltazar da Silva Lisboa. Tentamos restituir-lhe aqui o seu sentido óbvio.

2. Anch., *Cartas*, 171-173; Carta da Câmara de S. Paulo à Raínha D. Catarina, de 20 de Maio de 1561, in Pôrto Seguro, *HG*, I, 401.

3. Anch., *Cartas*, 487; Vasc., *Crón.*, II, 130.



COSTA DO RIO DE JANEIRO A S. VICENTE

Notem-se, no centro da gravura, *Uvatuba*, equivalência de Iperoig, e mais abaixo, *Curral dos Padres*, origem da famosa Fazenda de Santa Cruz. (Do «Livro que dá rezão do Estado do Brasil»)

Estavam então ali dez Jesuítas e todos os moradores brancos da vila e arredores. Superior dos Jesuítas era o P. Vicente Rodrigues. Chefe militar, Martim Afonso Tibiriçá. Reüniu êle os seus Índios, que trazia repartidos por três Aldeias, abandonou aos inimigos as sementeiras e preparou-se para a resistência.

Tibiriçá recordou aos seus que « defendessem a igreja, que os padres haviam feito para os ensinar a êles e a seus filhos », que Deus lhes daria vitória contra seus inimigos, que tão sem razão lhes queriam fazer guerra ».

O ataque foi no dia 9 de Julho[1]. Os Índios « deram de manhã sôbre Piratininga com grande corpo de inimigos, pintados e emplumados, e com grandes alaridos, aos quais saíram logo a receber os nossos discípulos, que eram mui poucos, com grande esfôrço, e os trataram bem mal, sendo coisa maravilhosa que se encontravam às flechadas irmãos com irmãos, primos com primos, sobrinhos com tios; e, o que é mais, dois filhos, que eram cristãos, estavam connosco contra seu pai, que era contra nós. De maneira que parece que a mão de Deus os apartou e os forçou, sem que êles o entendessem, a fazerem isto ».

« As mulheres dos Portugueses e meninos, ainda dos mesmos Índios, recolheram-se a maior parte à nossa casa e igreja, por ser um pouco mais segura e forte, onde algumas das mestiças estavam tôda a noite em oração com velas acesas ante o altar, e deixaram as paredes e bancos bem tintos de sangue, que se tiravam com as disciplinas, o qual não duvido que pelejava mais rijamente contra os inimigos que as flechas e os arcabuzes ».

«Tiveram-nos em cêrco dois dias sòmente; dando-nos sempre combate, ferindo muitos dos nossos Índios, e ainda que eram flechadas perigosas, nenhum morreu por bondade do Senhor, pois que se recolhiam a nossa casa, e aí os curávamos de corpo e alma, e assim fizemos depois, até que de-todo sararam. Mas dos inimigos foram muitos feridos e alguns mortos, dentre os quais foi um nosso catecúmeno, que fôra quási capitão dos maus, o qual, sabendo que tôdas as mulheres se haviam de recolher a

---

1. Costuma dar-se como data do assédio a Piratininga o dia 10 de Julho de 1562; Anchieta escreve que foi no « oitavo da Visitação de Nossa Senhora ». A oitava das festas obtém-se, juntando sete à data festiva. A Visitação cai a dois; acrescentando-lhe sete, temos 9 de Julho, que é de-facto, a oitava da Visitação.

nossa casa, e que aí havia mais que roubar, veio dar combate pela cêrca da nossa horta, mas aí mesmo achou uma flecha, que lhe deu pela barriga e o matou, dando-lhe a paga, que êle nos queria dar, pela doutrina que lhe havíamos ensinado, e pelas boas obras que lhe tínhamos feito, tendo-o já curado, no tempo em que estava connosco, a êle e a seus irmãos, de feridas mui perigosas de seus contrarios» [1].

No dia seguinte, vendo-se desbaratados, fugiram os Índios, desordenadamente, matando o gado e talando as fazendas. Saíu-lhes no encalço Tibiriçá e, afugentando-os, matou os que pôde. Ainda continuaram algumas escaramuças pelos caminhos, até que os Índios cristãos e catecúmenos, com três Portugueses, entraram pelo sertão umas vinte léguas e limparam o campo, libertando mais de quarenta pessoas, que o inimigo tinha levado e por lá andavam como cativas» [2].

«Esta guerra foi causa de muito bem para os nossos antigos discípulos, explica Anchieta, porque são agora forçados pela necessidade a deixar tôdas as suas habitações, em que se haviam esparzido, e a recolherem-se todos a Piratininga, que êles mesmos cercaram agora de-novo com os Portugueses; e está segura de todo o embate. E desta maneira podem ser ensinados nas coisas da Fé, como agora se faz, havendo contínua doutrina de dia, às mulheres, e de noite aos homens, a que concorrem quási todos;

---

1. Segundo Vasconcelos, êste índio seria sobrinho de Tibiriçá, e filho de Ararig ou Piquerobi. O seu nome, Jagoanharó, cão bravo (Vasc., *Crón.*, II, 136). Cf. Domingos José Gonçalves de Magalhãis, *A Confederação dos Tamoyos* (Rio 1857) 250-254.

2. Gaffarel diz que foram os Franceses de Villegaignon que cercaram S. Paulo. « *Bientôt nos colons passèrent de la défensive à l'offensive. Aidés par les Tamoyos ils attaquèrent à la fois par la côte et par les montagnes les Portugais de Piratininga, et leur firent subir de nombreux échecs. Ils attaquèrent même la cité naissante de San Paolo, et l'auraient prise sans l'énergique résistance des neophytes commandés par un chef brésilien, Martin Alfonso Tebyreza* (1561) ». — *Histoire du Brésil français au seizième siècle* (Paris 1878) 243. Gaffarel deve ser lido com circunspecção. É verdade que os Franceses espicaçaram e ajudaram os Índios contra os Portugueses; mas que êles próprios se atrevessem a ir a S. Paulo, em som de guerra, não consta de documentos contemporâneos. É inverosímil que não tivesse aparecido algum dêles, morto, ferido ou prisioneiro. Bolés e os seus companheiros apresentaram-se, não há dúvida, em S. Vicente; mas êsses vieram dois anos antes, e não para combater; pelo contrário buscavam refúgio contra os seus compatriotas do Forte Coligny.

havendo um alcaide que os obriga a entrar na igreja. Teem-se já baptizado e casado alguns dêles, e prossegue-se a mesma obra com esperança de maior fruto, porque êstes não teem por onde se apartem, sendo inimizados com os seus. E, estando sempre junto de nós, como agora estão, não podem deixar de tomar os costumes e vida cristã, ao menos pouco e pouco, como já se tem começado. Parece-nos, agora, que estão as portas abertas nesta Capitania para a conversão dos gentios, se Deus Nosso Senhor quiser dar maneira, com que sejam postos debaixo de jugo, porque para êste género de gente não há melhor prègação do que espada e vara de ferro, na qual, mais que em nenhuma outra, é necessário que se cumpra o *compelle eos intrare*».

«Vivemos agora nesta esperança, ainda que postos em perigo, por estar tôda a terra levantada; e como são ladrões de casa, em cada dia veem assaltar-nos pelas fazendas e caminhos» [1].

Os Tupis revoltados ainda deram que falar de si em 1563, indo a Itanhaém com propósito, ao que parece, de matar os Índios Tamóios, que estavam em reféns em S. Vicente, em lugar do P. Nóbrega e Anchieta, igualmente reféns em Iperoig. Mas os Portugueses, com os Tamóios, venceram-nos, levando êstes Tamóios alguns para as suas festas antropófagas. Foi enorme o desgôsto dos Padres, porque não era muito certo que os Tupis tivessem vindo com aquela intenção; e, mesmo que viessem, não se devia permitir que os Tamóios os comessem [2].

O ataque de 1562 foi o maior perigo, em que se viu Piratininga desde a sua fundação, pelas precárias condições de defesa em que se achava.

Tudo estava dependente da lealdade de Tibiriçá. Por felicidade, o chefe Goianás mostrou-se digno da confiança que nêle depositaram os Padres; e, com o seu esfôrço, se salvou a civilização nascente naquela guarda avançada do interior do Brasil. Este herói principal era filho da terra, como o seu contrário igualmente o era. Discute-se se seriam irmãos. Se eram, temos um símbolo. Um apegava-se ao passado, estacionário, selvagem; o outro pronunciava-se pelo futuro, cristão e civilizado [3].

---

1. Anch., *Cartas*, 179-187; Vasc., *Crón.*, II, 132-136; Id., *Anchieta*, 68-72.
2. Anch., *Cartas*, 210.
3. Simão de Vasconcelos escreve que êsse contrário se chamava Ararig. João Mendes de Almeida afirma que Ararig é nome de lugar, o lugar onde

Martim Afonso Tibiriçá faleceu pouco depois, no dia de Natal de 1562. Os Jesuítas tributaram-lhe a maior homenagem, que fazem aos seus amigos, ainda que sejam reis [1].

Segundo Vasconcelos, veio-lhe assistir à morte, a pedido seu, o P. Fernão Luiz [2].

A-fim-de liquidar os restos daquela inquietação dos Índios, foi eleito para suceder a Tibiriçá o Capitão João Ramalho, antigo fronteiro-mor.

Tudo se aquietou pouco a pouco, concorrendo para isso, mais que nada, a ida de Nóbrega e Anchieta a Iperoig. Nóbrega conseguiu que se abraçassem, na igreja de Itanhaém, Tupis e Tamóios. Em Piratininga, o caso foi solene. Vieram nada menos de 300 Tamóios do Paraíba. E um Índio tupi, na igreja dos Jesuítas, subindo a um banco, disse que tinha mortos muitos Tamóios, mas agora, por amor de Cristo, se apartava dos Tupis desertores; e, por êsse mesmo amor, se unia aos Tamóios contrários, transformados em amigos [3]. Dois anos depois, já os Tupis de Piratininga iam, a pedido dos Padres, ajudar Estácio de Sá, na conquista do Rio de Janeiro [4].

---

morava Piquerobi, irmão de Tibiriçá, inimigo dos Portugueses. Piquerobi seria, portanto, na sua opinião, o chefe dos inimigos (*Qual foi o principal chefe da nação Tupi na região nomeada Piratininga? Quem comandou o cêrco e ataque de Piratininga em 10 de Julho de 1562?* in *Rev. do Inst. de S. Paulo,* VII, 448-457; A. de Alcântara Machado, in Anch., *Cartas,* nota 210, p. 195; Southey, *H. do B.,* I, 402, onde confessa que os Jesuítas salvaram Piratininga).

1. Os Jesuítas declararam-no bemfeitor e fundador, aplicando-lhe como tal os respectivos sufrágios. O seu corpo ficou sepultado na igreja do Colégio (Anch., *Cartas,* 187). Hoje encontra-se na nova e grande catedral de S. Paulo em construção. Cf. Taunay, *Ascendencia paulista e vicentina de Francisco José Teixeira Leite e Anna Alexandrina Teixeira Leite, Barão e Baronesa de Vassouras* (1 fôlha), S. Paulo, 1932.

2. Vasc., *Crón.,* II, 138. Êste Padre fêz os últimos votos em S. Vicente, a 8 de Abril de 1557 (*Lus. I,* 156). Contudo, o catálogo de 1574 tem que entrou com 43 anos em 1556. Sabe a língua. « Es del término de feria » (*Bras. 5,* 14. Traduzimos Feria por Feira. Fernão Luiz, o primeiro sacerdote entrado na Companhia no Brasil, faleceu santamente em 1583, no Colégio do Rio de Janeiro, que ajudara a conquistar (Carta de Anchieta, *Bras. 8,* 4v-5). Fernão Luiz Carapeto tinha sido, antes de entrar na Companhia, Vigário da Vila do Pôrto de Santos, cargo que começou a servir em 25 de Maio de 1550; e da Igreja de Santiago, da vila de Bertioga, para que foi nomeado a 22 de Dezembro de 1555 (*Docum. Hist.* XXXV, 81, 312).

3. Anch., *Cartas,* 225.

4. *CA,* 450.

O triunfo na costa deve ter fortalecido o predomínio dos brancos no interior. Porque só em 1578 achamos referências a nova guerra, provàvelmente um ano antes. A ela foram dois Padres da Companhia de Jesus, como capelãis militares e conselheiros, e também como elemento de prestígio para assegurar a colaboração dos Índios. Iam em especial para a assistência religiosa a uns e outros. A notícia desta guerra é extremamente sumária, sem mais indicações senão de que foram frutuosos os seus ministérios espirituais [1].

Por êste tempo, ajudavam os Padres de Piratininga noutras guerras, que se faziam fora da Capitania. Basta ver a carta que Anchieta dirige, de amigo para amigo, ao Capitão Jerónimo Leitão: nela dá conta do que andou tratando para a viagem, das pessoas que angariou, e armamento que levavam [2]. Trabalhavam também muito os Portugueses por conservar a amizade dos Índios, que traziam os parentes para junto dos brancos [3]. Não admira que se seguisse um período de paz relativamente longo, em Piratininga, quási indiferente às mudanças que se operavam em Portugal e às piratarias do mar, quando de súbito, em 1590, irromperam os Tupinaquins sôbre S. Paulo, pondo em risco a vida dos habitantes, devastando as Aldeias vizinhas, queimando igrejas, como a de Pinheiros, profanando imagens sagradas. À de Nossa Senhora, daquela Aldeia, feita de argila, quebraram os selvagens a cabeça. Avisado a tôda a pressa o Capitão Jerónimo Leitão, residente em Santos, apressou-se a socorrer S. Paulo com muitos homens. Foi também o Padre Superior de Santos, porque os Portugueses sem êle não queriam ir *(negabant enim Lusitani se pedem domo elaturos nisi Pater praeiret: tanta apud illos est existimatione).*

Não existe catálogo de 1590. Mas o de 1589 dá como superior de Santos o P. João Pereira. Em Piratininga, era Pedro Soares; e estavam também aqui os Padres Leonardo do Vale, Manuel de Chaves e Manuel Viegas, todos três grandes línguas; e os irmãos António Ribeiro e António de Miranda [4].

---

1. *Bras.*, *15*, 304.
2. Anch., *Cartas*, 268.
3. Anch., *Cartas*, 317.
4. *Bras.*, *5*, 32v.

O P. Manuel de Chaves faleceu a 18 de Janeiro de 1590[1]. O ataque deve ter sido posterior a esta data, porque, segundo Anchieta, emquanto morou em S. Paulo o P. Chaves, só uma vez houve guerra, que logo acabou; e só tornou a haver depois que morreu, porque êle era o «que suspendia os arcos guerreiros entre os Índios e os Portugueses; nunca jamais, emquanto estêve em Piratininga, se abriu guerra entre uns e outros. Uma só vez se ausentou e foi o mesmo que rompesse a guerra, que com a sua presença depois parou, durando a paz tôda a sua vida, e acabando-se com a sua morte»[2].

Com o auxílio vindo de Santos, coadjuvados pelos Índios cristãos, puderam os Paulistas afugentar os Tupinaquins. O profanador da estátua caíu vivo nas mãos das autoridades; e, atado à cauda dum cavalo, foi arrastado pela Aldeia para escarmento de todos[3].

---

1. *Bras.*, *15*, 374v (8.º); *Hist. Soc. 42*, 32v; *Ann. Litt. 1590-1591*, 826.

2. Cf. Azevedo Marques, *Apontamentos*, II, 60. O P. Manuel de Chaves, natural da vila de Moreira, diocese do Pôrto, entrou na Companhia em S. Vicente, com 36 anos de idade, em 1550. O seu nome anda unido a todos os sucessos da Capitania de S. Vicente, e falam sempre com elogio — «muito boa coisa» — os Padres que, por qualquer circunstância, a êle se referem (Nóbr., *CB*, 175; Carta de Nóbrega, de 2 de Dezembro de 1557, *Bras. 15*, 43). Fêz os votos de Coadjutor espiritual formado, dia de S. Pedro de 1567, nas mãos do B. Inácio de Azevedo, em S. Vicente (*Lus. 1*, 146). Escreve, a 1 de Janeiro de 1591, o Provincial Beliarte, de Pernambuco: «Foi dos primeiros homens que vieram ao Brasil, onde viveu alguns anos muito estragadamente, depois entrou na Companhia, em que estêve com notável virtude e exemplo quarenta anos. Homem de rara inocência e simplicidade, que parecia que nunca soubera que coisa era mundo nem se criara com êle, e na serenidade do seu aspecto e suavidade de costumes representa um retrato da vida do céu. Era dos melhores línguas, que tínhamos e, como já ao tempo que entrou na Companhia o era, todos êstes quarenta anos se ocupou na conversão pela qual passou infinitos trabalhos e muitos perigos e riscos de vida entre os gentios, estando muitas vezes a ponto de ser dêles morto: e tão incansável era que, com ser de *73 anos* e ter já a vista de um ôlho de todo perdida e do outro quási, sem ter mais que pele e ossos, ainda andava a pé por águas frigidíssimas, morto de fome, caminhos muito fragosos, de três e quatro léguas, visitando as Aldeias dos Índios e ensinando-os, com os quais trabalhos converteu e baptizou a muitos milhares de almas. Finalmente foi o melhor ou dos melhores operários, que até agora teve esta Província para a conversão» (*Lus. 71*, 4).

3. *Bras. 15*, 366v; *Annuae Litt. 1590-1591*, p. 826-827; Afonso Taunay, *Bandeiras Paulistas*, I, 114.

Derrotados os Tupinaquins, aproveitou S. Paulo a deixa para fazer incursões nas suas terras. A 7 de Julho de 1590, representa a Câmara ao Capitão Jerónimo Leitão que faça guerra aos Tupinaquins, dando como pretexto as mortes e desacatos que fizeram; tanto mais que êles eram gente com quem tinham comunicação e «compadres»; e esperavam auxílio da Paraopoba, ameaçando entregar «o Capitão e os Padres» aos ingleses [1].

Para atrair a participação do Capitão e dos Padres, os camaristas encareciam, de-certo, o perigo dos Tupinaquins mais do que era na realidade.

Contudo, êste estado de espírito mostra que se aproximava o ciclo da caça ao índio, em que as guerras iam ser pretexto para cativeiros injustos.

Logo que se manifestou semelhante espírito, os Jesuítas abstiveram-se de guerras ou contrariaram-nas. Reüniu-se a Câmara, a 3 de Outubro de 1593, para ver se o Capitão Jorge Ferreira havia de ir fazer guerra aos Índios. A resolução foi negativa. O Vigário de Santos, Jorge Roiz, então em Piratininga, diz o mesmo, e para se autorizar, invoca a opinião dos Padres da Companhia, «que se não pode fazer a guerra» [2].

Não obstante, a expedição realizou-se, não logo a seguir, mas pouco depois, contra os Carijós e Tupinais [3].

Estas são as guerras de S. Paulo, de que nos ficaram notícia no século XVI, em que intervieram os Jesuítas.

Examinando os factos, concluímos que os Jesuítas umas vezes as aprovavam, outras não. Parece-nos vislumbrar, na sua atitude, um critério objectivo de justiça. Aceitavam-nas e ajudavam eficazmente, quando as guerras tinham carácter defensivo, a que chamaríamos hoje, patriótico ou nacionalista (1562, 1590); também colaboravam nelas quando eram de carácter vindicativo, para castigar injustas tropelias e impor respeito aos Índios, que inquietavam a vizinhança, matando gente (1561, 1578). Mas

---

1. *Actas da Câmara Municipal de S. Paulo*, I, 403. Dava também como motivo o terem morto muitos brancos e índios e «queimaram muitas igrejas e quebraram a imagem de Nossa Senhora do Rosário dos Pinheiros e fizeram outros delitos por que mereciam gravemente castigo».

2. *Ib.*, 471.

3. A. de Alcântara Machado, em Anch., *Cartas*, 291 e nota 350; Afonso Taunay, *Bandeiras Paulistas*, I, 114.

quando se tratava de meros interêsses escravagistas, o caso mudava de figura: declaravam firmemente «que se não podia fazer a guerra».

6. — O fim imediato da fundação de S. Paulo foram os estudos. Houve-os também algum tempo em Maniçoba. Mas não passaram dos rudimentos e duraram pouco.

Em S. Paulo, freqüentavam o Colégio, além dos Irmãos de casa, «bom número de estudantes brancos e mamalucos, que acudiam das vilas circunvizinhas» [1]. E também Índios. Escreve Anchieta em 1555: «Estamos nesta Aldeia de Piratininga, onde temos uma grande escola de meninos, filhos de Índios, ensinando-os a ler e escrever; aborrecem muito os costumes de seus pais, e alguns sabem ajudar a cantar missa. Êstes são a nossa consolação» [2].

Tibiriçá foi um dos sustentáculos do Colégio, ao comêço, quando escasseavam as esmolas e ainda não havia Portugueses [3].

O Colégio de S. Paulo, estava, sob o aspecto jurídico, nas mesmas condições do Colégio dos Meninos de Jesus na Baía, complicado com a situação de ser também casa de estudos para os Jesuítas. Para que se harmonizasse com o voto de pobreza da Companhia, era mister proceder à reorganização dos estudos, levantando-se vários problemas. Convém recordá-los. Nóbrega expõe-os com a sua costumada clareza: «Nesta Capitania de S. Vicente, o Padre Leonardo Nunes fêz o mesmo que na Baía; ajuntou muitos meninos da terra do gentio, que se doutrinavam nesta casa, e estavam de mistura com alguns Irmãos, que êle recolheu nesta terra; a todos era muito dificultoso, e obrigavam-nos a coisas, que não eram de nosso Instituto, porque para a mantença dêles e por na terra haver poucas esmolas para tanta gente, foi-me forçado, des-que à Capitania vim, a passar os meninos a uma povoação de seus pais, donde era a maior parte dêles; e, com êles, passei alguns Irmãos; e fizemos casa e Igreja; e tivemos connosco sòmente alguns, que eram de outras partes. Esta casa servia de doutrinar os filhos e os pais e mãis e outros

1. Vasc., *Crón.*, I, 154.
2. Anch., *Cartas*, 85.
3. Id., *Ib.*, 187.

alguns, como pelas cartas dos Quadrimestres verá; aqui se visitam outros lugares do gentio, que estão ao redor».

«Nesta casa se lê gramática a quatro ou cinco da Companhia, e lição de casos a todos, assim Padres como Irmãos, e outros exercícios espirituais; a mantença da casa, a principal, é o trabalho de Índios, que lhe dão de seus mantimentos, e a boa indústria de um homem leigo, que, com três ou quatro escravos da casa e outros tantos seus, faz mantimentos, criação, com que manteem a casa; e com algumas esmolas, que alguns fazem à casa; e com a esmola que El-Rei dá. Tem também esta casa umas poucas de vacas, as quais, por nossa contemplação, se deram aos meninos, quando estavam em S. Vicente, e do leite delas se mantém a casa».

«Há cá um Irmão ferreiro, que, por consertar as ferramentas dos de S. Vicente, se ficou para se viver de esmolas, os que se nela pudessem sustentar, que serão dois ou três sòmente».

«Desta maneira vivemos até agora nesta Capitania, onde estamos seis Padres de missa e quinze ou dezasseis Irmãos, por todos; e aos mais sustentava aquela casa de S. Paulo de Piratininga com alguns meninos do gentio, sem se determinar, se era Colégio da Companhia, se casa de meninos [1], porque nunca me responderam a carta que escrevesse sôbre isso, e nestes têrmos nos tomaram as Constituïções, que êste ano de 56 nos fêz Nosso Senhor mercê de no-las mandar, pelas quais entendemos não devermos ter cargo nem de gente para doutrinar na Fé; ao menos em nossa conversação conhecemos também não poderem os Irmãos ter bens temporais nenhuns, se não fôr Colégio; vemos que, para se fazer, daquela casa de S. Paulo, Colégio, não tem mais que a granjearia daqueles homens com aquêles escravos, os quais morrerão, e nós não buscamos outros; assim mesmo o Irmão ferreiro é doente e velho; não sei quanto durará».

« As vacas foram adquiridas para os meninos da terra e são suas; a esmola de El-Rei é incerta; para não ser Colégio, senão

---

1. *Colégio da Companhia*, isto é, entidade jurídica e moral, capaz de possuir bens. *Casa de meninos*, isto é, uma espécie de orfanato, com administração própria à semelhança do que estabeleceu Pero Doménech em Lisboa. Neste caso, os Padres seriam simples gerentes de bens alheios, com os concomitantes atritos e desgostos. Esta distinção esclarece o que segue, e o recurso ao Núncio.

casa, que viva de esmolas, é impossível poderem-se sustentar os Irmãos daquela casa, em tôda esta Capitania, nem com eu agora levar cinco ou seis que imos, uns para o Espírito Santo, outros para a Baía, porque as povoações dos cristãos são muito pobres; e se nesta casa de S. Vicente se não podem manter mais de dois ou três, que é a principal vila, quanto mais nas outras partes! »

« Vendo-nos, o Padre Luiz da Grã e eu, nesta perplexidade, dando conta aos Padres, que nos aqui achamos, nos pareceu escrever estas coisas tôdas a V. P. e ao Padre-Mestre Inácio, para que, com o que lá assentarem, se tomar resolução nas coisas seguintes:

« Primeiramente, se nos convém que aquela casa de Piratinim seja de meninos. A nós cá parecia-nos que não, e que é melhor andá-los doutrinando por suas povoações, a pais e a filhos; e, se todavia El-Rei quisesse casa dêles e os quisesse manter, nós não têrmos mais que a superintendência espiritual sôbre êles. E já que El-Rei os não queira manter, nem nos convenha tê-los, se será bom fazermos daquela casa Colégio da Companhia; e nisto o nosso voto é que, se Sua Alteza quisesse dar àquela casa alguns dízimos de arroz e miunças, já que ali hão-de estar Padres e Irmãos, aplicando-os àquela casa, para sempre, e tirar de nós tôda a esmola que cá nos dão, era muito bem fazer-se Colégio e se serviria muito Nosso Senhor dêle, e a Sua Alteza custaria menos do que lhe custa o que agora nos dá; e podia dar-nos alguns moios de arroz do dízimo, e o dízimo da mandioca da vila de Santo André, que creio que tudo é menos do que nos cá dão: e a nós escusar-nos-ia de mandarmos fazer mantimentos, nem têrmos necessidade de ter escravos, e com isto, e com o mais que a casa tem, seria Colégio fixo, porque já tem casas e igrejas e cêrca, em muito bom sítio, pôsto o melhor da terra, de tôda abastança, que na terra pode haver, em meio de muitas povoações de Índios, e perto da vila de Santo André, que é de Cristãos, e todos os Cristãos desejam ir ali viver, se lhes dessem licença. Ali foi a primeira povoação de Cristãos, que nesta terra houve, em tempo de Martim Afonso de Sousa, e vieram a viver ao mar, por razão dos navios, de que agora todos se arrependem, e todavia a alguns deixaram lá ir viver; assim também ensina-se já ali gramática a alguns estudantes nossos, e

lição de casos a todos: e, sendo Colégio, largando-se de-todo o cuidado dos meninos da terra, será necessário haver trespassação do Núncio ou de quem o puder fazer, para aquelas vacas, que são dos meninos, ficarem para Colégio nosso, no qual não haverá escândalo nenhum; porque, como se houveram por contemplação do nosso Irmão Pero Correia, todos as teem por dos Irmãos; mas elas, na verdade, a êles foram doadas com umas terras, assim mesmo do Irmão Pero Correia»[1].

As licenças do Núncio de-certo se alcançaram. E Nóbrega, com o parecer de Luiz da Grã, aplicou a Piratininga «tôda a fazenda móvel e de raiz que, havia na Capitania de S. Vicente, que pertencia à Companhia». Estavam incluídas as terras e vacas de Pero Correia.

A casa de S. Vicente ficou a viver de esmolas[2].

Assim se constituíu canònicamente o Colégio de S. Paulo de Piratininga. Neste sentido, pode dizer-se que foi o primeiro do Brasil[3].

Infelizmente, os factos não corresponderam às esperanças, no que toca aos estudantes. Assim como em S. Vicente, com o contacto com os de fora, tinha havido o escândalo dos mamalucos, também em S. Paulo o viverem os meninos em casa de seus pais fêz que êles, ao vir a crise da idade, juntando-se ao pendor da natureza o ambiente ancestral, ainda não purificado, dessem nisto, que refere Anchieta:

«Dos moços (que falei no princípio foram ensinados não só nos costumes cristãos, vida quanto era mais diferente da de seus pais, tanto maior ocasião dava de louvar a Deus e de receber consolação) não queria fazer menção por não refrescar as chagas, que parecem algum tanto estar curadas; e daqueles direi sòmente, que, chegando aos anos da puberdade, começaram a apoderar-se de si, vieram a tanta corrupção, que tanto excedem agora a seus pais em maldade, quanto antes em bondade, e com tanta maior sem-vergonha e desenfreamiento se dão às borracheiras e luxúrias, quanto com maior obediência e modéstia se entregavam dantes aos costumes cristãos e divinas instruções. Traba-

1. Carta de Grã, *Bras.*, *3 (1)*, 148; Nóbr., *CB*, 152-155.
2. Vasc., *Crón.*, I, 202.
3. Anch., *Cartas*, 324.

lhamos muito com êles, para os reduzir ao caminho direito, nem nos espanta esta mudança, pois vemos que os mesmos cristãos procedem da mesma maneira» [1].

Como já havia em S. Vicente «moços de fora, que podiam estudar», voltaram para lá os estudos, em 1561.

Luiz da Grã corroborava aquelas informações de Anchieta [2]. A Nóbrega, porém, não pareceu bem a mudança; e explica a defecção dos moços índios com o costume, que tinham os pais, de mudarem de terra, o tempo que lhes dura a casa de palha; e depois mudam para outra, de mais a mais dispersos; e, ao retirarem-se, levam os filhos, ficando êstes longe das vistas dos Padres e da indispensável assistência religiosa. Por isso, a muitos sucedeu o que escreve Anchieta; mas, para alguns, o recuar foi aparente. Não vinham à missa, conclue Nóbrega, porque andando agora nús e, estando habituados com os Padres a andarem vestidos, tinham vergonha [3]. De Roma diziam-lhe que, se a experiência de S. Vicente não desse resultado, restituísse o Colégio a S. Paulo [4].

A-pesar da mudança do Colégio para S. Vicente, ficaram alguns Irmãos estudantes ou noviços em Piratininga e, pelo modo de falar de Anchieta, parece que com êsses continuou a haver estudo de gramática. Como quer que seja, poucos meses estiveram os estudos na vila de S. Vicente.

Faltando os alimentos, antes do fim do ano (em Novembro), se trasladaram outra vez a Piratininga [5]. Com as guerras, que sobrevieram, o grande ataque dos Tupis em Julho de 1562, e o dos Tamóios na costa, acabaram os estudos de gramática em tôda a Capitania. De 1562 em diante, ficou a casa de S. Vicente apenas com o título nominal de Colégio. Finalmente, em 1567, o Visitador Inácio de Azevedo, que assistira à tomada do Rio de Janeiro por Mem de Sá e examinara os locais maravilhosos da nova cidade, ordenou que o Colégio do sul, quando se reorganizasse definitivamente, teria a sua sede na baía de Guanabara [6].

1. Id., *Ib.*, 156.
2. Carta de Grã, *Bras. 3 (1)*, 147.
3. *Bras. 15*, 116-117.
4. *Epp. NN. 36*, 256v.
5. Anch., *Cartas*, 171, 175, 178.
6. Id., *Ib.*, 325.

Nem por isso deixou de haver sempre escola de ler, escrever e contar em Piratininga, que subiria de-novo a Colégio, mas já no século seguinte.

Ainda no século XVI, em 1598, a casa e escola de Piratininga tinha três Padres, um estudante e dois Irmãos coadjutores. Sustentava-se parte com donativos dos paulistas, «por a terra ser abastada», parte com subsídios do Colégio do Rio de Janeiro, «vinho, azeite e farinha para hóstias».

A escola era freqüentada por grande número de alunos[1].

7. — Quanto à doutrinação dos Índios, os Jesuítas, além de missões volantes, inventaram os aldeamentos.

Os Padres e Irmãos da Capitania de S. Vicente cruzaram-na em tôdas as direcções. Não ficaria Aldeia de Índios, tanto na costa, como no campo, que não evangelizassem. Infelizmente, por falta de indicações concretas, não é fácil agora identificar êsses lugares. Só nos ficou o nome daqueles em que aconteceu algum facto digno de especial menção, ou porque nêles residiram os Padres ou os visitaram com regularidade. Não são muitas, nestas condições, as que pertencem à órbita de S. Paulo.

As Aldeias indígenas tinham carácter flutuante, sucedendo que o mesmo núcleo de Índios, assinalados num local, aparecia algum tempo depois em local diverso. É uma das dificuldades para a classificação sistemática das raças indígenas e do seu habitat. Métraux, por exemplo, coloca os Tupinaquins ou Tupininquins na região compreendida, primeiro na costa e depois no mato, entre o Camamu ao norte e o Espírito Santo ao sul[2]. No entanto, nos documentos paulistas aparecem os Tupinaquins, como assaltantes de Piratininga no século XVI. E António Rodrigues, vindo em 1553, ou pouco antes, do Paraguai, por terra, até à costa de S. Vicente, diz: «Y asi me vine aqui, que son cerca de 360 legoas, por unos gentiles llamados Tupinachinas»[3].

Entre os Tupis e Goianases da Capitania de S. Vicente era

---

1. *Bras. 5*, 35v.; Anch., *Cartas*, 424.
2. A. Métraux, *La civilisation matérielle*, 14.
3. Carta de António Rodrigues, *Bras. 3 (1)*, 91v-93v; cf. Serafim Leite, *António Rodrigues, soldado, viajante e jesuíta português na América do Sul, no século XVI*. Ed. da Bibl. Nacional do Rio (1936) 18, em *Páginas*, 135.

comum o nomadismo intermitente. Testemunha-o o P. Luiz da Grã na sua carta inédita de 8 de Junho de 1556:

«O que maior dificuldade nos faz é a mudança contínua desta gente, que não atura em um lugar senão muito pouco. Porque como as casas de terra, que usam, ou de palma, não duram senão até três ou quatro anos, vão fazer outras em outro lugar. E é também a causa, que, acabada uma novidade de mantimentos em uma parte, buscam outra em outra parte, derribando sempre, para isso, matos, como fazem os brancos. O pior é que não se mudam juntos senão espargidos. Isto faz que é necessário gastar o tempo com pouca gente; e esta, quando se gastaram três ou quatro anos com ela, muda-se e perde-se tudo, porque não é gente que persevere, se os deixam; e os moços espargidos seguem a seus pais. São também tão sem cuidados que indo ao mar a fazer sal, demoram-se logo um ano e se vão ao campo, muitos, primeiro que voltem» [1].

Sentiam os Padres a necessidade absoluta de fixar os Índios ao solo para ganharem amor à terra, hábitos de trabalho, e os poderem catequizar.

O Colégio de Piratininga foi, na Capitania de S. Vicente, o grande núcleo fixador, formando-se à sua roda uma série de Aldeias, que vieram a ser mais tarde a melhor defesa de S. Paulo.

Da Aldeia de Maniçoba ou Japiúba, que durou pouco, já falámos; de Mairanhaia há apenas vaga referência, relativa a 1563, em Vasconcelos [2]. Geribatiba ou Jaraïbatiba existia florescente em 1556, assim como Ibirapuera, que neste ano se estabeleceu, e ficava, na opinião de Azevedo Marques, na moderna vila de Santo Amaro [3].

Da vida, que se levava em Geribatiba, deixou-nos descrição desenvolvida o P. Anchieta. Geribatiba tinha o seu assento a duas léguas de Piratininga, a caminho do mar, e ali possuía terras o cacique, amigo dos Portugueses, João Caiubi. Ouçamos Anchieta, escrevendo de Piratininga: «Em Jaraïbatiba, que dista daqui seis mil passos, e de que falámos nas anteriores, vai bem a doutrina cristã. Também aqui vão as mulheres, duas vezes à

1. Luiz da Grã, *Bras. 3 (1)*, 148v.
2. Vasc., *Crón.*, III, 31.
3. Azevedo Marques, *Apontamentos*, II, 144.

igreja, e não poucos homens. Não faltam entre os Índios, alguns que, calculando bem a conta dos dias, em chegando ao sábado, se acaso se encontram a trabalhar no campo, deixam o trabalho e voltam à Aldeia, para assistir no dia seguinte à missa solene. E o que é mais, nos outros dias, que são de abstinência de carnes, êles se absteem delas, mesmo quando se acham fora da Aldeia. Assim durante a quaresma, vivendo longe dos Irmãos [Jesuítas], quando outros comem carne, êles, dando a razão de que já teem costumes cristãos, se absteem de alimentos proïbidos. [...]. Anda agora entre êles o P. Luiz [da Grã] trabalhando muito na catequese, ali e noutra Aldeia, a dois mil passos dela, onde lança os fundamentos da fé. Visita-os com freqüência, mas a sua residência é em Jaraïbatiba. Depois de instruídos, uniu alguns em legítimo matrimónio. Baptizaram-se muitos inocentes, que foram para o Senhor. Também se tem cuidado em ensinar os meninos» [1].

Tal é o modo típico duma Aldeia do sul, nestes começos. Jaraïbatiba ou Geribatiba não tardou a dispersar-se. Anchieta, vendo perder-se o fruto da catequese, ou parte dêle, pela instabilidade dos Índios, e que êles, ao retirarem-se para outros sítios, entregues a si-próprios, voltavam aos costumes antigos (excepto o de comer carne humana), lançou um olhar para as Aldeias da Baía e ambicionou o mesmo para Piratininga: «Praza ao Senhor que chegue já o tempo desejado, como aconteceu aos da Baía, com cuja conversão se podem os nossos Irmãos consolar; e, entretanto, rogarão a Nosso Senhor pela conversão dêstes» [2].

Estas más impressões de Anchieta são de 1560, vésperas antecipadas do grande ataque em que haviam de tomar parte alguns dos seus próprios discípulos. Mas, vencidos êles em 1562, e vencidos os Tamóios definitivamente em 1567, começou a fir-

---

1. Anchieta, em *Annaes*, XIX, 56. A tradução do Prof. Vieira de Almeida (Anch., *Cartas*, 89-90) é defeituosa. Em geral enfermam de iguais ou maiores deficiências as traduções portuguesas das cartas latinas da Companhia. Confronte quem souber a língua do Lácio o texto das *Litterae Trimestres*, inserto nos *Annaes*, XIX, 56-64, com a versão daquele professor (Anch., *Cartas*, 395-405). Multiplicam-se os dislates, alguns verdadeiramente imprevistos. Urge a revisão e publicação crítica de todos aquêles documentos, tão importantes para a história do Brasil.

2. Id., *Cartas*, 92-97, 166.

mar-se a autoridade dos brancos. E logo os Jesuítas, nas suas peregrinações apostólicas através das Aldeias dos arredores de S. Paulo (a princípio eram 12, diz Anchieta), a uma, duas e três léguas, por água e por terra, começaram a recolher fruto realmente precioso na administração dos sacramentos e conquista das almas [1].

O discorrer por estas Aldeias, assim dispersas, supõe trabalhos heróicos. « Quási sem cessar andamos visitando várias povoações assim dos Índios como de Portugueses, sem fazer caso das calmas e chuvas, grandes enchentes dos rios, e muitas vezes de noite, por bosques mui escuros, a socorrer os enfermos, não sem grande trabalho, assim pela aspereza dos caminhos como pela incomodidade do tempo, máxime sendo tantas estas povoações, estando longe umas das outras, que não somos bastantes a acudir a tão várias necessidades como ocorrem, e, mesmo que fôramos muitos mais, não poderíamos bastar. Ajunta-se a isto que nós, que socorremos as necessidades dos outros, muitas vezes estamos adoentados e, cansados de dores, desfalecemos no caminho, de maneira que apenas o podemos acabar; e assim mais parece que temos necessidade de médico que os mesmos enfermos. Mas nada é árduo a quem tem por fim sòmente a honra de Deus e a salvação das almas, pelas quais não duvidamos dar a vida » [2].

Nestas excursões apostólicas eram constantes os perigos: de cobras, — por exemplo, uma que Anchieta matou e tinha muitos filhos; também de onças — uma que apareceu a um homem « por um caminho perto de Piratininga, por onde sempre vamos e voltamos » [3].

Para Jesuítas, que ponham todo o seu afecto no exercício da religião, a êstes perigos acrescia um, resultante das enormes distâncias e dificuldades de transporte: de vez em quando, faltavam os objectos indispensáveis para o culto, e viam-se privados de celebrar missa por falta de hóstias ou vinho [4].

Os frutos de tão altos sacrifícios não se fizeram esperar, não

---

1. Id., *Ib.*, 258, 321; *Mon. Borgia*, V, 441; Vasc., *Crón.*, II, 11.
2. Anch., *Cartas*, 149.
3. Id., *ib.*, 115, 117.
4. Id., *ib.*, 144.

só para a civilização cristã, mas até para a expansão e unidade geográfica do Brasil: « a maior parte dos Índios, que a armada de Estácio de Sá levou consigo a povoar o Rio, diz Leonardo do Vale, em 1565, são os nossos discípulos de Piratininga, os quais tanto conhecimento teem do amor, com que a Companhia os trata, e trabalha por sua salvação, que, com terem bem que fazer em defender suas casas, e, sabendo que se apregoava grande guerra contra êles, sofreram deixar suas mulheres e filhos, e repartirem-se por favorecer a armada que, sem êles, mui mal podia povoar. E lá andam há seis meses, sofrendo mui grandes trabalhos de dia e de noite, por amor de nós, pelo que devem ser mui ajudados espiritualmente de todos » [1].

Com êste amor dos Índios à Companhia foi possível fixá-los mais à terra. Os Padres continuariam a missionar as Aldeias dispersas; mas, no aldeamento dos Índios, transformava-se em assistência intensiva uma actividade que, sem êle, era por natureza disseminada. Jerónimo Leitão, amigo dos Jesuítas, compreendeu todo o seu pensamento e colaborou na formação dêsses grupos estáveis, concedendo terras aos Índios.

Assim, a 12 de Outubro de 1580, dá-lhas « de hoje para todo sempre », porque « me enviaram a dizer os Índios de Piratininga, da Aldeia dos Pinheiros e da Aldeia de Urarai, por sua petição, que os Índios dos Pinheiros até agora lavraram nas terras dos Padres, por serem Índios cristãos e as ditas terras se vão acabando ». Os Índios de Piratininga esperavam outros Índios que haviam de chegar brevemente do sertão. E, se lhas não desse, « ser-lhes-á forçado irem viver tão longe que não possam ser doutrinados, o que não será serviço de Deus, nem de El-Rei Nosso Senhor, nem proveito dos Portugueses, os quais se defendem com os ditos Índios ».

Jerónimo Leitão deu seis léguas de terra em quadra, para os Índios dos Pinheiros, em Carapicuíba, nas margens do Umbiaçaba, tanto de uma parte como de outra; para os Índios de Urarai deu outras seis, ao longo do rio Urarai, contíguas à sesmaria de João Ramalho » [2].

---

1. *CA*, 450.

2. *Registo Geral da Câmara Municipal de S. Paulo*, I, 354-356; *Cartas de Datas de terra*, I (S. Paulo 1937) 21-24; Fr. Gaspar, *Memórias*, 223.

A *Informação do Brasil para Nosso Padre* dá conta de que, em 1583, tinham os Jesuítas a seu cargo as duas referidas Aldeias, onde se haviam juntado a maior parte dos Índios que andavam dispersos, cêrca de mil almas, ao todo. A Aldeia de Nossa Senhora dos Pinheiros (Carapicuíba) distava uma légua de S. Paulo; a de S. Miguel de Urarai, duas léguas [1].

O Visitador Cristóvão de Gouveia estêve em ambas no ano de 1585 e os « Índios receberam-no com muita festa », escreve Fernão Cardim. Em S. Miguel, baptizou trinta adultos e, casou « em lei de graça outros tantos » [2]. Por essa ocasião ordenou que morassem em cada Aldeia dois Jesuítas para ajudarem mais de-propósito aos Índios [3]. Por falta de Padres, a ordem não se cumpriu então, continuando a assistência espiritual dos Índios a cargo dos Jesuítas de S. Paulo, que iam lá aos domingos, alternadamente [4].

A vida destas Aldeias seguiu o ritmo habitual até ao fim do século, entrecortada apenas pelo assalto dos Tupinaquins em 1590 e pelas desordens que periòdicamente ali provocavam os brancos. Os colonos iam de vez em quando a estas Aldeias de « goianases » e faziam « desaguisados », na frase pitoresca dos

---

1. Anch., *Cartas*, 424, 316. O P. Francisco de Morais, num certificado que faz em 1674 sôbre estas migrações dos Índios de umas Aldeias para as outras, escreve que « os Índios dantes se tinham mudado da sua Aldeia de Guapiranga para a de Carapicuíba » (Certificado de 25 de Junho de 1674, em Azevedo Marques, *Apontamentos*, I, 204). Segundo Francisco Eugénio de Toledo, os Índios Goianases foram transferidos do Ipiranga para a terra dos Pinheiros por Fernão Dias com o concurso de Anchieta (*História da Independencia do Brasil*, na *Rev. do Inst. Bras.*, 161 (1931) 146). E, com o mesmo concurso de Anchieta, diz Azevedo Marques, se fundou a povoação que deu origem à actual cidade de S. José dos Campos (*Apontamentos*, II, 150-151). Por sua vez, Fr. Agostinho de Santa Maria cita, no *Santuário Mariano*, X, 160, quatro Aldeias fundadas por Anchieta: S. Miguel, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora dos Pinheiros, Nossa Senhora do Maruim. Há diversas confusões em todos êstes autores. E em lugar de *Anchieta* deve ler-se *Jesuítas*. Também a êste respeito escreveu J. J. Machado de Oliveira uma *Notícia raciocinada sôbre as Aldeias de Índios da Província de S. Paulo*, na *Rev. do Inst. Bras.*, 8, 2.ª ed., p. 204-254; e dá uma lista delas A. de Alcântara Machado, em *Anch.*, *Cartas*, 343-344. Mas nem um nem outro distingue suficientemente as Aldeias do século XVI das que se criaram em data posterior.
2. Cardim, *Tratados*, 355.
3. *Ann. Litterae 1585*, 141.
4. Carta de Cristóvão de Gouveia, *Bras.* 5, p. 18v; Anch., *Cartas*, 316.

camaristas. Com isso — comunicavam à Câmara de S. Paulo — podia haver mortes e perda para a terra. Determinou, portanto, a Câmara, em 1583, que sem licença do Capitão Jerónimo Leitão não fôsse lá ninguém; e, além disso, que nenhuma pessoa construisse casa nessas Aldeias «nem em seus arrabaldes a menos de duzentas braças». Mas podia pedir licença aos oficiais da Câmara [1].

Sôbre isto houve dares e tomares. O assunto das Aldeias andava intimamente ligado ao da liberdade dos Índios, questão que se tinha vindo insinuando pouco e pouco. A protecção oficial e o mêdo dos próprios Índios aldeados impôs, ao comêço, respeito aos cobiçosos do trabalho alheio. Esta magna questão havia de assumir, no século seguinte, proporções trágicas. Entretanto, percebia-se já que o vulcão lavrava no subsolo. Atiçavam-no elementos, na sua maioria, adventícios.

Em todo o caso, durante o século XVI, os Paulistas, tirando alguns arrufos de momento, permaneceram fiéis e unidos aos fundadores da sua terra [2].

8. — Os trabalhos dos Jesuítas em S. Paulo, tanto com os Índios como com os brancos, tiveram carácter de compenetração, mais acentuado do que noutras partes, pelo facto de serem êles

---

1. *Actas da Câmara Municipal de S. Paulo*, I, 211.

2. Escreve Azevedo Marques de José Ortiz de Camargo, filho de espanhóis: «Exerceu na vila de S. Paulo todos os cargos da república, desde 1580 até 1614, tomando parte activa nas primeiras demonstrações contra os Padres da Companhia de Jesus» (*Apontamentos*, II, 35). Alonso Pérez também se pode considerar o cabecilha na recusa em cumprir ordens do Capitão-mor, quando êste, por determinação superior, ordenou que se entregassem aos Padres as Aldeias dos Índios mansos. Cf. Taunay, *S. Paulo nos primeiros annos (1554-1601)* (Tours 1020) 77. Notemos que a grande questão dos Índios foi com os que estavam sujeitos aos Jesuítas espanhóis, e que a crise paulista foi também motivada pela intervenção do P. Taño, igualmente estranjeiro. Êste assunto da liberdade dos Índios requere estudo à parte, que faremos no Tômo II. Na sua fase aguda, não pertence ao século XVI. Mas recordemos, desde já, o que diz Afonso de E. Taunay, o homem que melhor conhece a história paulista, vincando a diferença entre a colonização portuguesa e espanhola e a sua aplicação a S. Paulo, onde se infiltrou tanta gente castelhana. A verificação histórica dêste facto explica muita coisa. Só no fim do século XVII, conclue Taunay, é que o laivo castelhano se dissolveu no bom senso e pacatez lusitana (*Bandeiras Paulistas*, I, 49).

os próprios fundadores. O Colégio era o centro de tôda a vida civil e social. E, ainda depois de se estabelecer em 1560 o Município, continuou a sê-lo por muito tempo.

Os negócios importantes da Câmara, apregoavam-se, ainda em 1585, «ao sair da missa o povo, junto da igreja de S. Paulo[1]. O Colégio era o refúgio de todos nas calamidades públicas, o dispensário geral nas epidemias como a que assolou S. Paulo em 1561 (câmaras de sangue e bexigas)[2]. No comêço, os Padres fizeram de clínicos; e não só no comêço: indo os Piratininganos socorrer a armada do Rio, foram também os «barbeiros». Encarregaram-se os Padres da cirurgia empírica do tempo (flebotomia)[3].

Em 1560, passou por S. Paulo um grande tufão, «depois do sol pôsto». Luiz da Grã e Manuel de Chaves percorreram a vila, «visitando todos, para saber se havia acontecido algum desastre com a caída das casas»[4].

Mais tarde, no dia 4 de Novembro de 1574, havia de causar estragos uma chuva de granizo do tamanho dum punho e algum de «dois punhos»[5].

Tôda a gente se vinha prover na botica do Colégio. Remédios da terra; remédios de Portugal. O Colégio dava-os. E o povo reconhecia «o grande cuidado que se tem com tôdas as suas necessidades assim espirituais como temporais»[6].

A Câmara de S. Paulo, numa representação ao Capitão-mor Estácio de Sá (um dos signatários era António de Mariz, o do *Guarani*), escreve o bem que os Jesuítas faziam às almas. Convertiam muitos Índios, que se faziam cristãos, e diz: «o mosteiro de S. Paulo é uma das coisas melhores que há nesta terra»[7].

Pelo que toca à vida espiritual, a-pesar das dificuldades dos primeiros tempos, já havia, em 1560, alguns bons cristãos e mui-

1. *Actas da Câmara Municipal de S. Paulo*, I, 265.
2. Anch., *Cartas*, 173; Vasc., *Crón.*, 116.
3. *CA*, 431. Sôbre estas sangrias, médicos, doenças e remédios, cf. Alcântara Machado, *Vida e morte do Bandeirante* (S. Paulo 1929) 95ss.
4. Anch., *Cartas*, 150-153.
5. António de Matos, *Prima Inst.*, 30; *Fundación del Rio de Henero*, 59 (138): «como bolas de iugar».
6. *CA*, 431.
7. *Actas da Câmara Municipal de S. Paulo*, I, 44.

tos dêles se confessavam e comungavam cada domingo; e era notável a assistência aos sermões e ofícios divinos[1].

Como em tôda a parte, os ministérios dos Jesuítas em S. Paulo tinham uma feição prática: luta contra a antropofagia, luta contra a superstição, luta contra a mancebia e todos os abusos. Fomentava-se a união do povo e das famílias, aprimorava-se o culto, ensinavam-se cânticos, organizavam-se associações. Os Jesuítas serviam-se de métodos directos; aprendiam a língua brasílica e sistematizavam-na em moldes científicos; ensinavam à indústria os primeiros passos, em especial à agrícola e pastoril; utilizavam os recursos da terra, aclimatando plantas de outros continentes; e faziam de tudo isto elemento ou pretexto para a catequese. Citemos alguns factos mais característicos, do seu apostolado, como pontos de referência, que insinuem a linha geral da actividade jesuítica, na sua qualidade de religiosos pròpriamente ditos.

Comecemos por um facto, sucedido em 1573, que deve ficar histórico nos anais da vida religiosa de S. Paulo.

Até esta data, não havia o Santíssimo Sacramento na vila, fora do Santo Sacrifício da Missa. O Provincial, visitando Piratininga neste ano, ordenou que se conservasse de modo permanente. E «fica-lhes agora companheiro naquele deserto»[2].

Para cultivar a piedade dos fieis instituíram os Jesuítas em 1583 uma cerimónia, ao mesmo tempo singela e brilhante, que seduziria Chateaubriand. Foi a festa ou Bênção das Rosas, que só nesta terra germinam, diz o cronista Anchieta. Inaugurou-se a Congregação de Nossa Senhora do Rosário com grandes festas. Depois da missa solene houve procissão. Os assistentes iam coroados de rosas bentas e outras flores. O sacerdote levava debaixo do pálio de sêda uma linda imagem de Nossa Senhora, tôda igualmente circundada de rosas escarlates[3].

Ter-se-ia perdido a lembrança desta suave *Bênção das Rosas?*...

As Capitanias do sul governavam-se, em geral, por um superior comum; e foram-no durante algum tempo Nóbrega,

1. Anch., *Cartas*, 150-153.
2. Oliveira, *Anual do Rio de Janeiro*, 37.
3. Anch., *Bras.* 8, 5v-7.

Luiz da Grã, Anchieta. Possuía, além dêste, um superior local, permanente. Os catálogos mencionam os seguintes nos anos respectivos: Vicente Rodrigues (1567), Adão Gonçalves (1574), João Salónio (1584-1586), Pedro Soares (1589), Gabriel Gonçalves (1598), Martim da Rocha (1600), Manuel de Oliveira (1601). Antes de Gabriel Gonçalves, foi também superior o P. Francisco Soares durante 2 anos [1].

Em Piratininga estiveram todos os grandes Jesuítas do século XVI: Nóbrega, Anchieta, Grã, Beato Inácio de Azevedo, Fernão Cardim, Cristóvão de Gouveia, Tolosa, Beliarte, António e Pero Rodrigues. Às vezes a sua entrada era acompanhada de festivas demonstrações. Da do Visitador Gouveia, deixou-nos Cardim elegante notícia. Os principais homens da cidade vieram recebê-lo, a três léguas da vila. « Todo o caminho foram escaramuçando e correndo seus ginetes, que os teem bons, e os campos são formosíssimos, e assim, acompanha-

---

1. *Bras. 5*, 39. Aquêle Padre Martim da Rocha, natural de Coimbra, passou os últimos anos da vida em Piratininga, onde faleceu, de idade avançada, no biénio de 1616-1617 (*Bras. 8*, 222v). O catálogo de 1613 dá-o, nesta data, com 70 anos, e que fôra ministro e procurador durante 10 anos nos Colégios da Baía e Rio de Janeiro (*Bras. 5*, 102). Era Professo de 3 votos, que fêz em S. Roque, Lisboa, dia 18 de Janeiro de 1572, pouco antes de embarcar para o Brasil, cuja viagem descreve, numa carta ainda inédita de Setembro de 1572 (BNL, fg, 4532, f. 34v).

No ano em que foi Superior de Piratininga, escreveu três cartas ao P. Geral, em que fala de si próprio e das graças espirituais que recebia, umas *visitas de Nosso Senhor*. A duração destas visitas não sei quanto será, o que sei, dizia, é que nos anos passados, quando Nosso Senhor me tornava a visitar, duravam as tais visitas às vezes um ano, às vezes seis meses, e outras vezes menos tempo, mas sempre de minhas faltas procedia a carência delas » (De Piratininga, 12 de Julho de 1600, *Bras. 3 (1)*, 175-176; cf. *Bras. 8*, 141-151). Mais tarde, em 1613, torna a escrever ao P. Geral uma carta, que tem a particularidade de assinalar no Brasil a devoção a Santo Inácio de Loiola, como advogado de partos difíceis. Possuía êle uma assinatura do Santo, que arranjou em Coimbra, quando ali estêve, diz êle, com o P. Pero Dias, mártir, que « era procurador-mor e eu procurador pequeno », o qual deixou uma patente em pergaminho, dada em Roma pelo Fundador da Companhia. Ora, sabendo que em Roma a assinatura do Beato Inácio fazia tais graças, começou a aplicá-la no Rio de Janeiro. Conta vários sucessos desta natureza e conclue: « nesta Piratininga, onde ao presente estou, tôdas as mulheres prenhes, parem muito bem, aplicando-lhes esta relíquia e é mui buscada para êsse efeito », Carta de Martim da Rocha ao P. Geral, de Piratininga, 3 de Junho de 1613, *Bras. 3 (1)*, 198; cf. *Bras. 8*, 141-151.

dos com alguns vinte de cavalo, e nós também a cavalo, chegámos a uma cruz, que está situada sôbre a vila, adonde estava prestes um altar, debaixo de uma fresca ramada, e todo o mais caminho feito um jardim de ramos. Dali levou o P. Visitador uma cruz de prata dourada com o Santo Lenho e outras relíquias, que o Padre deu àquela casa. E eu levava uma grande relíquia dos Santos Tebanos. Fomos em procissão até à igreja com uma dança de homens de espadas, e outra de meninos da escola. Todos iam dizendo seus ditos às santas relíquias. Chegando à igreja, demos a beijar as relíquias ao povo. Ao dia seguinte, disse o Padre Visitador missa, com diácono e sub-diácono, oficiado em canto de órgão pelos mancebos da terra. Houve jubileu plenário, confessou-se e comungou muita gente. Prèguei-lhes [é Cardim quem fala, e o dia era 25 de Janeiro de 1585] da conversão do Apóstolo. E em tudo se viu grande alegria e consolação no povo »[1].

Como fêz Cardim, prègaram mais ou menos todos os Padres que passaram por S. Paulo. E prègaram muito, como aquêle incansável Padre Luiz da Grã, que falava, por dia, três, quatro e cinco vezes, repartindo « o pão da doutrina aos famintos »[2]; e o Ven. P. Anchieta, « que é muito doente, mas da sua muita caridade tira fôrças para servir ao Senhor, que lhas dá, com muitas freqüentes prègações de que se teem ajudado mui de-veras os moradores dali »; e seus companheiros o ajudam com farto trabalho, tanto que foi preciso recomendar que houvesse moderação[3].

A estas canseiras e desvelos como correspondiam os piratininganos?

« Nesta terra não se podem mover sem os nossos », escrevia Gonçalo de Oliveira em 1573[4]; e, dez anos depois, os Nossos são « muito amados de tôda aquela gente, Índios e brancos » : « quási filhos e feitura da Companhia »[5].

S. Paulo tinha então 120 fogos de moradores brancos, que nem sempre se entendiam entre si. Um facto, repetido com fre-

---

1. Cardim, *Tratados*, 354.
2. Anch., *Cartas*, 152 ; *CA*, 482.
3. Ordinationes, *Bras. 2*, 42v.
4. Oliveira, *Anual*, 37.
5. Carta de Cristóvão de Gouveia, *Lus. 69*, 131-131v ; Anch., *Cartas*, 224.

qüência nas *Cartas Ânuas*, é a habilidade e eficácia dos Jesuítas para congraçar desavindos [1].

Tudo isto junto criou aquêle *nescio quid* de mais virtude, devoção e afeição à Companhia, de que fala Anchieta. E dava a razão: «porque também a vida do P. Leonardo Nunes era muito exemplar e convertia mais com obras que com palavras» [2]. Esta razão do exemplo pode-se generalizar com justiça aos demais Padres. Não houve aqui outro clero senão êles durante quási 40 anos. Os Jesuítas eram mestres catequistas e párocos. Todos os trabalhos próprios dos Vigários — baptizar, confessar, casar e enterrar — estavam a seu cargo, e o faziam «por caridade» [3].

Os Paulistas não queriam outros vigários, testemunham o mesmo Anchieta e Fernão Cardim, em 1585. Foi preciso que os Jesuítas tomassem a iniciativa de proporem a sua vinda. E propuseram-na, porque a Companhia, a-fim-de ficar mais livre para a catequese, ensino e missões, não pode assumir, em virtude do seu Instituto, o múnus paroquial. Dentro da administração eclesiástica é necessário dirimir certas questões ou impor multas. Emquanto exerceram os Jesuítas o ofício de Vigários, havia (para se mostrar em tudo a sua isenção) um ouvidor, homem leigo, nomeado expressamente pelo Administrador do Rio de Janeiro, que tomava conhecimento de tais negócios. Dá notícia da existência dêste ouvidor o P. Gouveia em 1584 [4]. Os Jesuí-

---

1. *Annuae Litt. 1597*, p. 498; Fernão Guerreiro, *Relação anual*, I, 386; Pero Rodrigues, *Anchieta* em *Annaes*, XXIX, 236-237.

2. Anch., *Cartas*, 315.

3. Id., *ib.*, 321. Várias *Cartas Ânuas* trazem a lista dos ministérios umas vezes englobados com os de Santos *(Ann. Litt. 1589*, 470); outras separadamente *(Ann. Litt., 1584*, 144; *1588*, 322; *1589*, 470; *Bras. 15*, 376v (1591) e 381 (1592). Em 1592, a administração dos sacramentos em Piratininga pelos Padres da Companhia foi: 2.250 confissões; 1.250 comunhões; 90 baptismos; 10 casamentos. Muitos documentos dos primeiros tempos falam de baptismos de crianças e de adultos *in extremis* (Anchieta, *Cartas*, 149). Dos que se enterravam na igreja do Colégio conservam-se alguns letreiros. Eis o de Afonso Sardinha, bemfeitor do mesmo Colégio:

NON IACET ALPHONSUS CONIUXVE HIC: SURGIT IN ASTRA
QUI CADIT AD PLANTAS, GRATA MARIA, TUAS.

Cf. António de Toledo Piza, *A Egreja do Collegio da Capital do Estado de São Paulo*, na *Rev. do Inst. Bras.*, 59, 2.ª P., p. 81.

4. Carta de Cristóvão de Gouveia, *Lus. 69*, 131v.

tas apontaram, desde 1576, a situação especial de párocos em que se encontravam em S. Paulo. Indo a Roma, como procurador do Brasil, o P. Gregório Serrão, expôs no seu Memorial que em «Piratininga está uma vila de brancos e por não ter pároco exercitam os Padres êste ofício e por esta causa se enterram na nossa igreja os daquela vila». A resposta do Geral foi: «Já que ali há Portugueses, os Nossos devem fazer que êles tenham o seu pároco, nomeado pelo Bispo». Lêmos, à margem, com outra letra: «já o teem» [1].

Êste *já o teem* deve ser posterior a 1591. No dia 31 de Agôsto dêsse ano foi a S. Paulo o Vigário de Santos, Jorge Rodrigues, e apresentou o Vigário Lourenço Dias Machado, com carta comendatícia do Administrador Eclesiástico do Rio de Janeiro. A Câmara que, já desde 1588, reconhecera a necessidade de ter pároco próprio, aceitou a apresentação no dia seguinte e resolveu edificar a igreja paroquial à custa do povo [2].

A igreja não se construíu logo ou andava em obras no dia 15 de Julho de 1599; neste dia Maria Álvares, fazendo o seu testamento, «pedia que o seu corpo fôsse enterrado na igreja dos Padres da Companhia, que ora serve de matriz» [3].

A Ânua de 1597, falando da Capitania de Santos e Piratininga (notemos esta toponímia singular) reflecte a mesma satisfação antiga. Nestas duas casas os Padres «são tão queridos que os moradores nada fazem de importância sem os consultar, *ita ab oppidanis in deliciis habentur ut ipsis inconsultis nullum prorsus lapidem moveant*» [4]. É o caso do Recolhimento de Nossa Senhora da Luz. Querendo um morador, Domingos Luiz, o carvoeiro, deixar renda certa para o culto da primitiva capela, determinou que o administrador fôsse da sua geração, mas «o que parecesse melhor à justiça ordinária e ao Superior do Colégio de S. Paulo do nome de Jesus» [5].

---

1. Ordinationes, *Bras. 2*, 24; *Lus. 69*, 131-131v; Carta de Anchieta, *Bras. 8*, 5v-7; Vasc., *Crón.*, II, 12, 84.

2. *Actas da Câmara Municipal de S. Paulo*, I, 425-426; *Registo Geral*, I, 30-31; Taunay, *S. Paulo nos Primeiros Annos*, 48 ss.

3. *Inventários e Testamentos*, I (S. Paulo 1920) 195.

4. Annotationes Annuae Provinciae Brasiliae Anni Domini 1597, *Bras. 15*, 431.

5. Azevedo Marques, *Apontamentos*, II, 129.

Termina o século, ou entra o seguinte, com esta informação do Provincial Pedro Rodrigues, que passou em S. Paulo a Páscoa de 1600. Era ali Superior o P. Martim da Rocha. O Provincial mandou que ficasse o P. Manuel de Oliveira, por ser bom prègador, em atenção ao Governador Geral. Achou a todos, Padres e Irmãos, « com boa disposição, ocupados em ajudar ao próximo com nossos ministérios com edificação ; os quais exercitam, assim com a gente ordinária da terra, como com a que lá tem consigo o Governador Dom Francisco de Sousa, que anda agora por aquelas partes, por ordem de Sua Majestade, sôbre as minas de prata e ouro. Está o Governador muito bem com os Padres e muito edificado da virtude de todos ». E como Dom Francisco de Sousa anda pela terra dentro, « contra as bandas do Peru », pode ser que, fazendo-se novas povoações, se venham os Índios « também chegando para nós, convidados com as pazes e bom tratamento de Sua Senhoria » [1].

Era o alargamento material e espiritual do Brasil que andava no pensamento de todos . . .

1. Cartas de Pero Rodrigues, Baía, 19 de Dezembro de 1599, *Bras. 15*, 473, e 29 de Agôsto de 1600, *Bras. 3 (1)*, 170.

CAPÍTULO VII

Ao sul de S. Vicente

1 — Os Jesuítas em Itanhaém; 2 — Em Iguape; 3 — Na Cananeia; 4 — Entre os Carijós; 5 — Missão dos Padres João Lobato e Jerónimo Rodrigues.

1. — Um dos ministérios dos Padres Jesuítas de S. Vicente era a visita às povoações da costa. Chegaram, no século XVI, até ao sul do Estado actual de Santa Catarina; de tôdas estas povoações, aquela, onde haviam de ter com o tempo mais influência, foi Paranaguá, que possuíu Colégio e Seminário. Mas, no século XVI, só estiveram ali de passagem, como aliás em tôdas as demais vilas ao sul de S. Vicente.

A primeira destas vilas é Itanhaém e, diz Benedito Calixto, que foi fundada por Martim Afonso de Sousa em 1532; todavia, afirma Pôrto Seguro que a fundou Tomé de Sousa em 1553. Fala-se, de-facto, numa Aldeia dos Itanhaéns, um pouco ao sul da vila actual. Por Itanhaém passaram os primeiros Padres, Leonardo Nunes, Manuel da Nóbrega, Anchieta, Luiz da Grã, e mais tarde, em 1567, o Beato Inácio de Azevedo [1], e, em 1585, o Visitador Cristóvão de Gouveia, etc. [2].

O documento explícito mais antigo, que se refere aos trabalhos dos Jesuítas em Itanhaém, é com data de 1561; e diz Anchieta que êles não residiam na povoação, mas acudiam lá, com fruto [3]. O próprio Anchieta passou em Itanhaém a quaresma de 1563, antes de ir a Iperoig com Manuel de Nóbrega [4]. Foi nessa

---

1. *CA*, 482.
2. Cardim, *Tratados*, 357-358.
3. Anch., *Cartas*, 169.
4. Id., *Ib.*, 189.

estada, que sucedeu a conversão e morte do velho, que se dizia ter 130 anos, narrada por Simão de Vasconcelos. O qual conta igualmente o seguinte episódio, referido ao tempo em que Anchieta foi Superior da Capitania de S. Vicente (1569-1576): «Achava-se Joseph na igreja da Conceição de Itanhaém, cujo devotíssimo era. Queixavam-se-lhe os mordomos da confraria que não havia azeite». Diziam que a botija estava vazia; Anchieta mandou que a tornassem a ver e encontraram-na cheia [1].

Já antes de Vasconcelos, conta Pero Rodrigues «outros casos *que na praia de Itanhaém aconteceram*», sendo êste o próprio título do capítulo 12 da *Vida de Anchieta* [2].

Também, naquele mesmo ano de 1563, Nóbrega, depois da volta de Iperoig, fêz em Itanhaém as pazes entre os Tamóios de Cunhambeba e os Índios Tupis, discípulos dos Jesuítas. «O P. Nóbrega os fêz ajuntar a todos na igreja, onde se falaram e abraçaram e ficaram grandes amigos» [3].

As visitas dos Padres de S. Vicente não cessaram nunca à vila de Itanhaém e às Aldeias próximas, que eram pelo menos duas, em 1584: «da outra banda do rio, como uma légua tem duas aldeias pequenas de Índios cristãos» (S. João de Peruibe ?) [4].

Nesse tempo a vila não possuía vigário e teria 50 moradores: «Os Padres os visitam, consolam e ajudam no que podem, ministrando-lhes os sacramentos por sua caridade», diz Fernão Cardim [5].

Não só os Jesuitas, mas todos os Portugueses da Capitania eram sumamente devotos de Nossa Senhora da Conceição, de Itanhaém. Concorriam para a sua confraria com esmolas, incorporavam-se nela, faziam-lhe visitas, não a esqueciam nos seus testamentos. Passando por ali, em 1605, os Padres João Lobato e Jerónimo Rodrigues, indo para os Carijós, entregaram ao «mordomo de Nossa Senhora uma esmola de azeite e uma guarda rica com um rosário de cristal, cujos extremos e cruz eram de oiro,

---

1. Vasc., *Anchieta*, 139.
2. Pero Rodrigues, *Anchieta* em *Annaes*, XIX, 21. *O Santuario Mariano*, X, 123-128 repete e amplia aquêles casos.
3. Anch., *Cartas*, 224; Vasc., *Crón.*, III, 31.
4. Anch., *Cartas*, 320.
5. Cardim, *Tratados*, 357-358.

que lhe mandou um João de Alvarenga». Tiveram um desgôsto. Porque, dizem êles, «foi o mordomo de tal condição que, por mais que lhe pedimos pusesse aquêle rosário ao pescoço da Senhora, pera nossa consolação e pera testemunho de lhe ser oferecido, nunca o pudemos acabar com êle; e mais trazendo o Padre Provincial Fernão Cardim esta esmola a seu cárrego, que por nós virmos por ali, e êste estar de pressa, a não trouxe» [1].

Nesta data, já Itanhaém possuía vigário, o P. António Fernandes, que fôra da Companhia [2].

Os ministérios dos Jesuítas em Itanhaém e arredores, durante o século XVI, consistiam em missões mais ou menos prolongadas, feitas pelos Padres de S. Vicente e de Santos [3].

Tais missões produziam fruto, que a tradição avultou com o tempo, sobretudo no que se refere a Anchieta. E com perfeito fundamento, neste caso, porque foi êle, não há dúvida, o principal apóstolo da praia de Itanhaém a que chamava «o seu Peru, pelo rico minério de almas que nêle achava para salvar, entre Índios e Portugueses» [4].

As primeiras relações dos Jesuítas com Itanhaém, teem andado obscurecidas. Sendo tão grande a sua influência, mal podem crer os historiadores que nunca ali morassem com residência estável.

Benedito Calixto escreve: «Logo que chegaram os primeiros Jesuítas em 1549, foram ali residir [em Itanhaém] entre os indígenas e os colonos, antes de fundarem o Colégio de Piratininga; e deram imediatamente comêço às obras da Igreja e estabelecimento do Colégio, florescendo a povoação até o ano de 1561». Calixto chegou a aventar a ideia de haver casa professa em Itanhaém antes de 1553. E o próprio Teodoro Sampaio, geralmente tão seguro, diz que os Padres da Companhia possuiam em

---

1. *Bras. 15*, 74.
2. *Ib.*, 76v. Foi despedido em 19 de Julho de 1603. Dizia o Catálogo de 1598: «Antonius Fernandes, ex Portu Securo, dioeceseos Ianuariensis, annorum 27, firma valetudine, admissus in societatem anno 1587, studuit Grammaticae annos fere quinque, scit Brasilice. Studet casibus conscienciae», *Bras. 5*, 37.
3. Cf. Oliveira, *Anual*, 39.
4. Pero Rodrigues, *Anchieta*, em *Annaes*, XXIX, 239.

Peruíbe, desde 1559, « igreja e noviciado e serviço de catequese entre os Carijós » [1].

Os documentos históricos não justificam tais afirmações. Em Itanhaém ou Iperuíbe nunca houve Colégio, casa professa ou noviciado da Companhia, nem residência fixa dos Padres em todo o século XVI [2].

2. — Um pouco ao sul de Itanhaém, fica a vila de Iguape. Da estada dos primeiros Jesuítas nela não se conservou memória explícita. Passou por lá com certeza o P. Leonardo Nunes, quando foi recolher as senhoras castelhanas naufragadas no «Rio dos Patos». Também por ali passaram os irmãos Pedro Correia, João de Sousa e Fabiano de Lucena, na sua ida para os Carijós [3].

Pouco depois dêstes factos, entrou na Companhia Adão Gonçalves. Trazia êle certa questão com um procurador seu. Encarregara-o de requerer algumas terras em Iguape e o procurador pediu-as para si. Nóbrega, escrevendo de S. Vicente em 1561 expõe o caso ao P. Francisco Henriques, Procurador do Brasil em Lisboa, nos seguintes têrmos: « Um irmão novo en-

---

1. Teodoro Sampaio, *Peregrinações de Antonio Knivet no Brasil no seculo XVI*, in *Rev. do Inst. Bras.* Tômo especial, 1914, Parte 2.ª, p. 366; Benedito Calixto, *A Villa de Itanhaem* (Itanhaém 1895) 17; id., *Os primitivos aldeamentos indigenas e indios mansos da Itanhaem*, in *Rev. do Inst. de S. Paulo*, X, 488-505; id., *Capitania de Itanhaem*, na *Rev. do Inst. de S. Paulo*, XX, 401-744; Liberato da Costa Fontes, *Impressões de Itanhaem* (Jaboticabal 1926) 23 ss., que reproduz as asseverações de Calixto.

2. Pela atmosfera de Anchietismo, em que se acha envôlta, visitámos a vila de Itanhaém no dia 25 de Maio de 1934. A povoação conserva hoje, como poucas terras do Brasil, o seu aspecto colonial, com as casas voltadas para o areal rectangular onde se levanta a igreja.

Nada ali recorda concretamente a passagem dos Jesuítas senão três imagens que se veneram na matriz, uma de Ecce-homo, outra de Nossa Senhora da Conceição, a que o vulgo chama « A Virgem de Anchieta », e a de S. João Baptista. Afiançou-me o Snr. Dr. José Mendes Júnior, morador da terra, meu guia amável nesta romagem, que era tradição, terem vindo estas imagens de Iperuíbe, onde os Jesuítas possuíam casa e onde hoje existem algumas ruínas do século XVIII. Também na igreja do convento de S. Francisco, no morro que domina a vila de Itanhaém, se admiram três curiosos vitrais modernos, obra de Benedito Calixto, melhor pintor do que historiógrafo, com a efígie dos Padres Leonardo Nunes, Manuel da Nóbrega e José de Anchieta.

3. *Rev. do Inst. de S. Paulo*, 20, p. 600.

trou agora na Baía, que tem nesta Capitania boa fazenda, e não tem mais que um filho, que lhe aqui temos, o qual êle deseja que também sirva a Nosso Senhor, e que fique tudo a êste Colégio de São Vicente. Êste deixou encomendado aqui ao seu procurador que lhe pedisse uma terra para trazer seu gado, mas, como são amigos do mundo, pediu-a para si. Aqueixando-me eu disto ao Capitão, o qual nos é afeiçoado e devoto, me aconselhou que mandasse pedir a Martim Afonso nesta forma: que a desse, se a podia dar por direito, e que êste que a tem não a pode agora, nem dentro do tempo da sesmaria, aproveitar, por estar longe daqui, adonde se não permite ninguém morar, por temor dos Índios; mas se fôr nossa, assim por rezão, porque não se perderá por não fazer bemfeitura, pois temos alvará para isso, como porque poderemos lá logo trazer o gado, pois nos é lícito andar entre os Índios, nos ficará esta terra pera as criações do gado do Colégio, porque a melhor cousa de que cá se pode fazer conta pera renda dos Colégios é criações de vacas que multiplicam muito e dão pouco trabalho; porque ater-se tudo a El-Rei não sei quanto durará ou se bastará para manter tanta gente como a conversão de tanta gentilidade requere. E o mesmo aviso se deverá dar à Baía, ao P. Luíz da Grã, para que acrescente e não diminua a criação de gado, que lá deixei. E a terra, que há-de pedir a Martim Afonso é esta, *nempe*: ao longo do mar do Rio de Iguape até o Rio de Ibaí, légua e meia pouco mais ou menos, da costa, e pera o sertão 3 ou 4 léguas. E se Martim Afonso fôr propício, podem pedir mais, *nempe*, do Rio de Iguape três ou quatro léguas, ao longo do mar, e outras tantas pera o sertão de largura, e se fôr caso que esta seja dada, que nos encham esta dada ao diante, donde não estiver dado »[1].

Aquêle capitão afeiçoado aos Padres era Francisco de Morais. Talvez houvesse dificuldades na combinação proposta por Nóbrega, porque não achamos o documento comprobatório de que fôssem restituídas ou dadas aquelas terras ao Ir. Adão Gonçalves. O seu filho chamava-se Bartolomeu e entrou, de-facto, na Companhia, mas faleceu ainda estudante em 1576, quando o pai, já sacerdote, era Superior de S. Paulo[2].

1. *Bras. 15*, 114v.
2. Vasc., *Anchieta*, 143-144.

A Iguape iam de vez em quando os Padres de S. Vicente ou de Santos. E faziam ministérios os que seguiam para Cananeia ou Carijós. Assim é que, em 1605, administraram ali os sacramentos os Padres João Lobato e Jerónimo Rodrigues. Iguape era então « uma povoaçãozinha de brancos, que nos agasalharam muito bem », dizem êles [1].

3. — Na Cananeia também estiveram os Jesuítas no século XVI. Os primeiros foram os que passaram por Iguape e pelos mesmos motivos [2].

Passaram outros e é notável que um documento oficial dos princípios do século XVII chame aos Jesuítas « os fundadores desta povoação ».

No dia 31 de Outubro de 1601, estavam em Cananeia os Padres Agostinho de Matos e um companheiro seu. O Capitão Diogo de Medina, com os oficiais e moradores, foram buscar sítio para « fundar a *vila* ». No sítio, assim escolhido, deram posse ao P. Agostinho do Matos « de umas terras para os Reverendos Padres fazerem as suas casas, quintais e mosteiro ». « Os quais ditos oficiais, capitão e mais povo, por muitos respeitos, pelos Reverendos Padres fazerem muito serviço a Deus e às nossas almas e *serem êles os fundadores desta povoação nos seus princípios* e acharem-se sempre nos trabalhos dela e, por sermos todos contentes, lhas concedemos » [3].

Os Padres João Lobato e Jerónimo Rodrigues, fizeram escala na Cananeia. E com demora, a pedido de Diogo de Medina, por não haver vigário. Chegaram no domingo de Ramos, 4 de Abril de 1605. « Acabada a missa [que êles disseram ainda em Iguape ou perto dali] fomos por um rio abaixo até Cananeia, que são 12 léguas, ficando da banda do mar esta ilha de 12 léguas, muito baixa; e contudo, de dentro dela sai um rio de água doce, ao mar, que é coisa maravilhosa ». É a *Ilha Branca* do

---

1. *Bras. 15*, 75.
2. Anch., *Cartas*, 74-78, 80-83; Vasc., *Crón.*, I, 170-177.
3. O documento é assinado por Manuel Álvares, escrivão, Jorge Martins, André Alves, Martinho da Costa, Capitão Diogo de Medina. Viu-o, no cartório da Tesouraria da Fazenda de S. Paulo, Azevedo Marques, que o transcreve nos seus *Apontamentos*, I, 84.

«Diário de Navegação» de Pero Lopes de Sousa ou *Ilha Comprida*, como actualmente se chama.

Em Cananeia foram recebidos com grandes demonstrações de regozijo. Assinalaram-se sobretudo «o senhor Diogo de Medina, que de todos é tido por um homem mui honrado, mas está mui pobre». E a «pobreza faz muitas vezes não poderem os amigos fazer quanto desejam a seus amigos; e Jorge de Ramos, o mais antigo morador da Cananeia, também mui honrado velho; e êste era o que nos sustentava todo o tempo, que ali estivemos, por estar junto da igreja, na povoação, que Medina está em uma ilha dali a uma légua».

«Não se pode bem descrever a alegria que aquela pobre gente sentiu com a nossa chegada, o amor que todos geralmente nos mostravam, por haver muito tempo que se não tinham confessado, assim por não terem a quem, como por alguns andarem homiziados por algumas mortes. E a todos, com o favor divino, consolámos, confessámos e comungámos, dia de Páscoa, e todo o tempo que ali estivemos».

Tôda esta alegria era temperada pela grande penúria da terra, «por causa dos ratos, que tudo lhe tinham destruído. E até as cascas de algumas raïzinhas comiam os pobres, deixando muitas vezes de comer por no-lo dar. Deus Nosso Senhor lhes pague quanta caridade ali nos fizeram».

Ao mesmo tempo, prepararam os Padres canoa e o mais necessário para a viagem, seguindo, passados três meses, para Paranaguá e Laguna dos Patos, a caminho dos Carijós [1].

4. — Os Carijós viviam ao sul da Capitania de S. Vicente, «como oitenta léguas», diz Fernão Cardim [2]; e Fernão Guerreiro acrescenta que seguiam dali «até o Rio da Prata onde se termina o Brasil» [3]. Métraux, modernamente, guiado por documentos de origem portuguesa e espanhola, situa-os entre a Barra da Cananeia e o Rio Grande do Sul [4].

1. *Bras. 15*, 75-78.
2. Cardim, *Tratados*, 198.
3. Fernão Guerreiro, *Relação Anual*, I, p. 384.
4. Au seizième siècle les Guaranis étaient établis sur toute la côte de l'Atlantique depuis la Barra de Cananeia jusqu'à Rio Grande do Sul. — A. Métraux, *La civilisation matérielle*, p. 35.

Foi com esta gente que se deu a primeira intervenção dos Jesuítas a favor dos Índios do Brasil, Índios « que estão além de S. Vicente, o qual todos dizem que é o melhor gentio desta costa ». O motivo desta intervenção foi que, indo lá um navio, aprisionara, por dolo, alguns Índios trazendo-os para as Capitanias. Nóbrega, informado (o caso sucedera dois anos antes de chegar), resolveu dar-lhes liberdade, recorrendo a Tomé de Sousa. E escreve: « Agora temos assentado com o Governador que nos mande dar êstes negros [assim chamavam então aos Índios por oposição aos brancos], para os tornarmos à sua terra e ficar lá Leonardo Nunes para os ensinar » [1].

Leonardo Nunes pôs-se a caminho da Baía para o Sul. Mas, chegando a S. Vicente, deteve-se para atender aos Portugueses e Índios da região. Não desceu mais, nem já poderia ir, pela falta que faria à casa de S. Vicente, que se fundava [2]. E os Carijós, a quem Nóbrega obtivera a liberdade, por serem já cristãos, quando foram salteados, estabeleceram-se quási todos no Espírito Santo, livres e casados [3].

Ficando em S. Vicente, Leonardo Nunes desceu daí a algum tempo umas trinta léguas pela costa, mas por terra, com grandes trabalhos e fomes. Trouxe daquelas bandas um português, doente, que vivia à maneira dos Índios [4]. Pelo interior sulcou também vários caminhos: e entre êles, pelo menos parcialmente, o chamado Piabiru que ia até o Paraguai, ramificando-se para o sul até o Iguaçu, em cujas margens moravam os Ibirajaras. Por êste mesmo caminho iam os Irmãos Pero Correia e João de Sousa, quando os mataram os Carijós. Veremos depois outras tentativas de Manuel da Nóbrega e Luiz da Grã para a penetração do interior; mas convém conhecer, antes, o esfôrço realizado ao longo da costa. Ainda em vida do P. Leonardo Nunes se avançou na direcção do sul. Iniciou êle próprio as viagens, indo recolher umas senhoras naufragadas no Rio dos Patos. Fôra a pedido de Tomé de Sousa, estava para lá no dia 10 de Março de 1553, e já tinha voltado a 15 de Junho. Neste dia, escreve

1. Nóbr., *CB*, 82.
2. *CA*, 81.
3. Nóbr., *CB*, 139.
4. *CA*, 105.

Nóbrega que estão todos de saúde, « salvo Leonardo Nunes, que veio muito doente do Rio dos Patos, aonde foi buscar umas senhoras Castelhanas, a pedido do Governador ».

Nóbrega temia que os Espanhóis, indo por terra, o levassem consigo até o Paraguai [1]. Tinham vindo aquelas senhoras com o capitão João de Salazar, fundador da cidade de Assunção [2].

Leonardo Nunes achou entre os Carijós alguns cristãos, como os que tinham sido salteados e restituídos à liberdade algum tempo antes. Catequizaram-nos todos Frei Bernardo de Armenta e Fr. Alonso Lebrón, religiosos franciscanos, que acompanharam o Governador de Paraguai, Alvar Núñez Cabeça de Vaca [3].

Daqueles Índios cristãos ficaram vestígios por muito tempo. É possível, também, que outros de S. Vicente ou de S. Paulo se viessem estabelecer por ali. Carijós em S. Vicente estiveram,

---

1. Carta de Nóbrega, *Bras. 3 (1)*, 98; *ib.*, 91; Vasc., *Crón.*, 79.

2. João de Salazar saíra de Sanlúcar, em 1550, como comandante de uma nau e duas caravelas. A nau perdeu-se na Ilha de Santa Catarina; uma das caravelas ou bergantins não apareceu e o outro foi perdê-lo a 20 léguas de Santa Catarina, mais ou menos, à roda duma « laguna mui grande em que entra o mar; e, entrando pela barra, perdemos o bergantim. E prouve a Nosso Senhor salvarmos as vidas e não outra coisa ». As 300 pessoas, que João de Salazar trouxera, « entre as quais vinham cincoenta mulheres casadas e donzelas para povoar », achavam-se reduzidas a 80 homens e 40 mulheres, donzelas e meninos. Entre elas estava D. Mência Calderón, com três filhas. D. Mência era viúva de Diogo de Senábria, pai, falecido em Espanha, recebendo o mesmo cargo de governador um filho, de igual nome, que viria noutra armada. Também estava entre as senhoras D. Isabel de Contreras, com quem se casou no Brasil o próprio Capitão Salazar, antes de seguir para o Paraguai. De S. Vicente foi a Santa Catarina buscar os náufragos uma caravela de Pero Rossel, flamengo, em Setembro de 1552. E depois voltou lá, não se especificando datas, mas antes de 25 de Junho de 1553. — Carta de Juan de Salazar de « Laguna del Embiaça », a 1 de Janeiro de 1552, e outra do mesmo, de Santos e S. Vicente, a 25 de Junho de 1553. — Archivo de Indias, *México*, 168. Esta 2.ª carta já a vimos publicada.

3. Carta de Pero Hernández, de Assunção, a 28 de Janeiro de 1545, publicada por Mariano A. Pelliza, em Schmidel, *Historia y Descubrimiento del Rio de la Plata y Paraguay* (Buenos Aires 1881) e em Schmidel-Lafone, *Viage al Rio de la Plata*, p. 340 e 353. Pero Hernández acoima os dois franciscanos de homens de mau viver, porque « tienen mas de treinta mancebas ». É inverosímil. Tanto mais que êstes frades não se deram bem com o Governador Cabeça de Vaca; e Pero Hernández, panegirista do Governador, malsina todos os que não seguiam o partido do seu amo. — Pedro Fernández, *Comentarios de Álvaro Nunes Cabeça de Vaca*, na *Rev. do Inst. Bras. 56*, 1.ª P. (1893) 202, 203, 207.

com certeza, além daqueles primeiros do tempo de Leonardo Nunes. Veio o irmão dum certo Martinho, Índio principal. E êsse ou outro estêve em S. Paulo e, vendo baptizar, fazia o mesmo na sua terra[1]. Daquele Martinho falava-se em S. Vicente, em 1574. Tinha uma cruz na sua Aldeia. Quando via que alguns Portugueses, que iam a contratar com êle, faziam reverência à Cruz, dizia que aquêle era bom homem e dava-lhe quanto queria de sua casa. E se algum se descuidava nisto, dizia que não era bom e não lhe dava nada[2]. Existiam, pois, freqüentes relações entre Portugueses e Carijós da costa. Contudo, não deviam de ser demasiado amistosas. E os Espanhóis, ao comêço, fizeram todo o possível para que o não fôssem. Escreve o mesmo Capitão Salazar, da Laguna do Embiaça, ao 1.º de janeiro de 1552: Seriam ainda maiores as nossas necessidades se não « achássemos aqui, com êstes Índios, um cristão, que eu tinha enviado a Lisboa, o ano de 1548, que viesse a esta costa a aperceber os Índios como a armada vinha, que fizessem mantimentos. Tem-nos ajudado muito com sua língua, porque não trazíamos nenhuma; e também achámos outro cristão Afonso Bellido, morador em Porcuna, pessoa honrada que veio com Cabeça de Vaca e com sua licença veio com Fr. Bernardo de Armenta. Quando morreu o Padre, o deixou recomendado aos Índios. Estes dois cristãos foram parte para que os Portugueses não tenham feito maiores saltos. E assim procuraram os Portugueses matar a êstes dois cristãos, para poder enganar os Índios com muitas dádivas que lhes dão de roupas e resgates »[3].

O tom com que está escrita esta carta justifica as medidas de precaução que depois Tomé de Sousa tomou contra êle, fechando o caminho de Santa Catarina a Assunção. Explica também, até certo ponto, o requerimento que, em 1585, fizeram os moradores de Santos e S. Vicente ao Capitão-mor, Jerónimo Leitão, para irem atacar os Carijós; invocando, como pretexto, que em 40 anos tinham morto mais de 150 Portugueses e dois Irmãos da Companhia, Pero Correia e João de Sousa. O Capi-

1. Guerreiro, *Relação Anual*, I, 385.

2. Carta de Inácio Tolosa, incluída por Oliveira na *Anual*, 38v-39; *Fundación del Rio de Henero*, em *Annaes*, XIX, 125, 138; Serafim Leite, *Páginas*, 164.

3. Arch. de Indias, *Mexico*, 168.

tão Jerónimo Leitão acedeu. Chegaram a reünir-se os homens suficientes para a emprêsa, mas é desconhecido o resultado[1].

Em 1596, sucedeu um caso grave que veio colocar os Índios em contacto mais directo com os Jesuítas, que os mesmos Índios já conheciam, ou por ouvir falar, ou pelas suas idas a S. Vicente. Indo ao porto dos Carijós um navio, apanhou desprevenidos os Índios e levantou âncora, trazendo a bordo uns 70, entre os quais Caiobig, irmão do principal Facaranha. Chegados a S. Vicente, estranharam o facto os moradores. O Capitão da terra e o Provedor meteram nisso a justiça e obrigaram o capitão do navio a ir restituir os Índios a suas terras, para se não quebrarem as pazes ou, melhor, para se restaurarem, pois com isso ficavam quebradas. Não se atrevia êle a ir «sem levar Padres a cuja sombra fossem melhor recebidos e andassem mais seguros». Foram os Padres Agostinho de Matos e Custódio Pires. A 27 de Novembro de 1596, saíram de S. Vicente; e, a 4 de Dezembro, chegaram a «um pôrto chamado Laguna de los Patos por razão de uma alagoa que junto dela está em que andam muitos patos, os quais não sòmente dão apelido ao pôrto, mas também aos mesmos Carijós, que por outro nome se chamam Patos e teem suas Aldeias de vinte pera trinta léguas afastadas dêste pôrto»[2]. Os Padres arvoraram em terra uma cruz, e junto dela construíram uma igreja. E logo «os Portugueses entregaram os Índios que traziam, e a gente começou de concorrer de muitas léguas a ver os Padres. Houve principal que veio obra de duzentas. Êstes abraçavam os Padres com muitas lágrimas e outros sinais de amor, pedindo quisessem morar entre êles ou ao menos tornar lá cedo; porém não foi possível efectuar-se, porque, como não há entre êles povoação de Portugueses, não é seguro fazermos ali morada»[3].

---

1. Azevedo Marques, *Apontamentos*, I, p. 89; *Rev. do Inst. de S. Paulo*, XX, 605-607.

2. Recordemos que Laguna dos Patos (Santa Catarina) é diferente da Lagoa dos Patos (Rio Grande do Sul).

3. Carta de Pero Rodrigues, da Baía, 1 de Maio de 1597, *Annaes*, XX, 259-260. Do mesmo, da Baía, a 19 de Dezembro de 1599, BNL, fg, cx. 30, n.º 7; Fernão Guerreiro, *Relação Anual*, I, 385; Amador Rebelo, *Compendio de algumas cartas*, 219-227; *Bras. 15*, 431 e 437; Vasc., *Almeida*, 122. Boiteux, em vez de *Facaranha*, lê *Tatarana*, que interpreta *Fogo falso*, e diz que êle «se apresentou ao

Esta falta de segurança, assinalada pelo Provincial do Brasil, era uma razão poderosa para dificultar a estabilização dos Padres e vê-lo-emos concretamente daqui a pouco. Entretanto, duas emprêsas de grande envergadura ocupavam as atenções dos Portugueses: a penetração do interior, via S. Paulo, no engôdo das minas, e a expansão ao norte, ameaçado pelos Franceses na Paraíba e Maranhão. Acrescia ainda que a parte meridional do Brasil era naquele tempo mais acessível pelas vias fluviais do Uruguai e Paraná do que pela costa, sem grandes portos naturais, e um tanto agreste na faixa litoral: « Em tôdas estas 50 léguas [entre Santa Catarina — Rio Grande do Sul] não há terra preta nem vermelha, nem cá a vi: tudo são areias e de areia muito fina » [1].

Urgia, contudo, cultivar aquelas terras. E o P. Fernão Cardim, ao voltar de Roma, trouxe a resolução de iniciar as missões e, até se fôsse possível, fundar residência na região dos Patos.

5. — Assim, no dia 27 de Março de 1605, saíram de Santos os Padres João Lobato e Jerónimo Rodrigues, levando consigo sete Índios cristãos da Aldeia de S. Barnabé, no Rio de Janeiro. Passaram trabalhos inauditos. De Santos até Cananeia foram a pé. Ali chegaram a 4 de Abril, depois de indiscritíveis dificuldades. Não tendo embarcação, arranjaram um « pau de ibiracuí », de que, em uma semana, fizeram uma canoa de cinco palmos de bôca, e de cincoenta e tantos de comprido, mas « de pau que a pique se vai ao fundo, que tôdas as vezes que nisso cuidava, estremecia », diz Jerónimo Rodrigues, relator desta perigosa expedição. Em Paranaguá acharam uma urca de flamengos,

---

P. Domingos Garcia, em missão aos Carijós em 1567 » (Lucas A. Boiteux, *Historia de Santa Catarina* (S. Paulo 1930) 73). Deve ser lapso. Agostinho de Matos, que realizou esta missão, veio de Portugal em 1572, não sendo ainda da Companhia, na qual entrou nesse mesmo ano, na Baía (António de Matos, *Prima Inst.*, 25v). Em 18 de Fevereiro de 1596, pouco antes desta viagem aos Carijós, fêz os últimos votos em Piratininga (*Lus. 19*, 80). Agostinho de Matos, natural de Lisboa, faleceu no Colégio do Rio, no biénio de 1616-1617. Tinha 65 anos de idade e 43 de Companhia, como diz a ânua correspondente, sem acertar bem as datas. Era homem de grande caridade. Fazia os seus caminhos com os pés descalços e não se preocupava, durante a viagem, com o que havia de comer ou beber (*Bras. 8*, 218v-220).

1. Relação de Jerónimo Rodrigues, *Bras. 15*, 91.

encalhada na areia e que preparavam um barco para voltar ao Rio de Janeiro. Os da urca, que estiveram para fazer fogo sôbre êles, por não saber de quem se tratava, alegraram-se depois com a vinda dos Padres. « Todos mostravam serem cristãos da Alemanha ». Demoraram-se os Padres à espera da bagagem, que tinha ficado para trás, e chegaram dia de S. Inácio, 31 de Julho.

Havia, já então, em Paranaguá alguns Portugueses. Porque, ao largarem no dia seguinte para o mar, estava êste tão ruim na barra, que diz o Padre : « Bem creio que as orações dalguns Portugueses, que ali estavam, nos ajudaram muito ». Não puderam entrar em Guaratuba por causa do mar, chegando perto da meia noite ao rio de S. Francisco, que parecia « um rio morto, por ter uma barra mui formosa, grande e funda ». Já ali acharam uma canoa de Carijós, um dos quais era dos que restituíram a suas terras os Padres Custódio Pires e Agostinho de Matos. Retomando a navegação, chegaram à Laguna dos Patos, no dia 11 de Agôsto de 1605 [1].

Os perigos de tempestades, baleias, cachões da costa, naufrágios, frios e fomes, descreve-os o P. Jerónimo Rodrigues com vivas e verídicas palavras. Logo que desembarcaram, vieram ter com os missionários 17 Índios ao todo, entre grandes e pequenos. Deram mostras de alegria. Mas foi alegria fugaz, porque, passadas as primeiras efusões, só olhavam para as coisas que êles poderiam trazer para lhes dar. Julgavam êles que, com a vinda dos Padres, « haviam de ficar ricos e cheios de resgate ».

Trataram os Padres de visitar as Aldeias vizinhas. Acharam, com desapontamento, que aqui « uma casa chamam uma Aldeia ». Quando, emfim, se lhes deparou uma Aldeia com duas casas, ali pararam, para fazer igreja. Esta Aldeia de duas casas tinha ao todo nove ou dez moradores com as respectivas famílias. Chamava-se o *Embitiba*. Havia, entre os moradores, « alguns cristãos antigos a quem uns frades, a quem Deus perdoe, haverá 50 anos

---

1. Oitenta anos mais tarde, em 1684, Domingos Brito Peixoto com seu filho Francisco « se foram a *descobrir* umas alagoas que se chamam dos Patos, por breves notícias que delas tiveram e com efeito se acharam ». E ali fundaram a povoação chamada Santo António dos Anjos da *Laguna*. Consta do atestado, que passou a favor de Francisco de Brito Peixoto, a Câmara de S. Vicente, transcrito por Azevedo Marques, *Apontamentos*, I, 124, 155.

pouco mais ou menos, fizeram cristãos, deixando-os sem doutrina em seus vícios e desaventuras, e todos estavam amancebados e cheios de filhos com diversas mulheres ».

Dia de S. Bartolomeu, 24 de Agôsto de 1605, disseram as suas primeiras missas naquela terra. E « tomou-se posse, da parte de Deus, de gente que o Demónio tantos mil anos tinha em seu poder », diz o P. Jerónimo, acrescentando que neste dia se desencadeou uma terrível tempestade e que apareceu uma nuvem molestíssima de môscas, espectáculo único nos dois anos, que ali ficaram. Percorreram os Jesuítas, naturalmente, as povoações dos arredores. O cronista descreve uma destas excursões ao Rio Ararungaba, onde os brancos costumavam já ir resgatar de vez em quando. O intermediário, escravagista da terra, era um Índio curioso, chamado Tubarão. É uma página, digna de se reter, o primeiro contacto dos Padres com êste índio:

« Chegados, pois, aonde êste índio estava, que era junto a uma alagoa, aonde com grande perigo passámos, entrámos em um tejupar, aonde estavam três ou quatro rêdes armadas. E êle, como raposo, vestido em uma marlota azul, pele dalgum pobre índio, coberto com uma manta listrada, e com um chapéu na cabeça, com grande gravidade, sem fazer caso algum de nós, começou logo a falar com um índio, que connosco ia, mui de-vagar. E depois falou outro pedaço com outro, convidando-os a seu modo, com certa beberagem, que imagino ser o sumo do betele da Índia, conforme as virtudes que dizem ter. E nós, como Joanianes, ouvindo-lhe suas patranhas. Depois acudiu com seu *ereiupe* ao Padre e a mim. O Padre, que já estava enfadado, e com rezão e quási se quisera erguer da rêde, e o fizera se fôra outra gente, em breve lhe disse ao que éramos vindos. E, se quisessem ser filhos de Deus e terem igreja e Padres em suas terras, que se haviam de ajuntar e deixar suas vendas e suas matanças, por ser ofensa de Deus; e que os Tapuias podiam vender em trôco de suas coisas » [1].

---

1. «Neste comenos veio-lhe vontade de oirinar. E assi o fêz, na mesma rêde em que estava assentado junto ao Padre, muito de seu vagar, não deixando por isso sua prática e de beber, de quando em quando, da sua beberagem, que uma de suas mulheres lhe estava dando. Mas tão pouco saber não é de espantar em gente que nenhum parece que tem. E assim muitas vezes me lembra um dito do Padre

« Querendo-nos despedir, disse êle ao Padre que folgava com nossa vinda, que faria primeiro duas guerras, e que depois se ajuntaria connosco, em um lugar, que êle nomeou, que era junto da *Laguna dos Patos*. E, perguntando-lhe o Padre se era seu filho um menino, que ali estava, respondeu: *Sim pera vos outros o açoitardes*. Isto é dito de escravos de brancos, que pera cá fogem. E êles tinham alguns em seu poder, sem os querer dar, dizendo serem seus escravos ».

« Isto é o que passámos com o senhor Tubarão, do qual diz o Padre que nunca no Brasil viu índio tão soberbo, nem que tanto o mostrasse, com não ser principal. E Cristóvão de Aguiar confessa que êle o fêz principal e o assentara naquela cadeira, que agora tem, scilicet, de ser estimado dos brancos, mas isto por êle ser um grande ladrão de Índios pera os brancos » [1].

Desta página realista ressalta a má impressão dos Padres. Outras páginas semelhantes contam a vida dêstes Índios do litoral: indiferentes, preguiçosos, sujos, incestuosos, antropófagos. Vendendo-se uns aos outros, não vendiam nunca algum Tapuia que tomassem na guerra, preferindo comê-lo. Tudo isto é, na verdade, pouco lisonjeiro e em contradição com as informações sôbre os Carijós vistos de longe, acima referidas. O próprio autor dá a razão da diferença de critérios: Se « os brancos dizem ser os Carijós bons, é porque se lhes vendem. E até os mesmos Carijós o estão dizendo: porque lhes vendemos nossos parentes, dizem que somos bons ».

Estas vendas recíprocas, estavam generalizadas, favorecidas pelos colonos. Os Tubarões lançavam o terror entre os Índios e, por isso, nos dois anos que ali estiveram os Padres, não vieram nunca visitá-los os Índios Arachãs com tal temor [2].

Não obstante, algumas qualidades acharam, entre os Carijós, os missionários: bebem, mas não se embriagam; e, sendo ladrões de *pessoas* (vendendo-se uns aos outros), não roubam os *objectos*

Paiva, que Nosso Senhor tem, que ainda que o dizia zombando, parece quadrar em alguma maneira a êstes. E pode passar por entremez. O qual dizia que havia alguma [gente] que Deus Nosso Senhor fizera; outra que mandara fazer; e outra que deixara recado que se fizesse... ».

1. *Bras. 15*, 87.

2. *Bras. 15*, 100.

uns dos outros; e as mulheres não bebem, «que é a melhor coisa que cá vimos».

O motivo, porque não houve grande fruto, além dêste conjunto de circunstâncias, era não haver morada de Portugueses. É a mesma observação de sempre, já reconhecida por Nóbrega e Anchieta, e apontada igualmente por Jerónimo Rodrigues: «Se tivessem mêdo, far-se-ia muito com êles pera as coisas de Deus».

Faltava ali o império e prestígio da autoridade [1].

A ânua de 1608 traz o resultado final e catastrófico desta missão. Os padres, com muito trabalho, tinham conseguido juntar uns 150 índios e índias nos dois anos que ali estiveram. Como não havia então possibilidade de continuarem os Padres na Laguna, os índios acompanharam-nos para serem doutrinados nas Aldeias do Rio de Janeiro. Quando voltaram, durante o ano de 1607, ao passarem por altura de S. Vicente, tiveram ventos con-

1. *Bras. 15*, 73-110. A presente Relação não vem assinada nem tem data; e traz no fim o enunciado de novos capítulos, pelo que parece tratar-se do original. O autor é o P. Jerónimo Rodrigues. Diz-se no comêço que foram enviados àquela missão os Padres Lobato e Rodrigues; e a cada passo lê-se: o Padre Lobato e *eu*. Êste pronome na primeira pessoa identifica o autor. Fernão Guerreiro cita, em resumo, duas cartas do P. Jerónimo Rodrigues, uma de 26 de Novembro de 1605, outra de 11 de Agôsto de 1606. *Relação anual*, II, p. 419-424, e compendiada por Pierre du Jarric, *Troisième Partie des choses*, 481-486. Cf. Rodolfo Garcia, *Introdução* aos *Tratados* de Cardim, p. 17. — Jerónimo Rodrigues reassume, na sua narrativa, o que dissera nas cartas, ordenando-a, enchendo-a de pormenores, que se não vêem em Fernão Guerreiro. O P. Jerónimo Rodrigues escreve com estilo desenfastiado e faz preciosas observações sôbre a etnografia, história natural e vida civil daquela gente. Fala de tôda a região desde Tramandataí (Rio Grande do Sul), onde os Portugueses iam resgatar, até ao Embitiba (Laguna). Algumas páginas da viagem por mar não ficariam mal na *História Trágico-Marítima*. Carlos Teschauer (*História do Rio Grande do Sul*, I (Pôrto Alegre 1918) 33 e 40) dá o ano de 1626 para o descobrimento do Rio Grande do Sul pelo P. Roque González. A narrativa do P. Jerónimo Rodrigues mostra que os Portugueses já conheciam e tinham negócio no Rio Grande do Sul, vinte anos antes daquela data. Jerónimo Rodrigues, natural de Cucanha, diocese de Lamego, entrou na Companhia, em 1572; faleceu, octogenário, em Reritiba, no ano de 1631. Tinha feito os últimos votos em 21 de Setembro de 1594, na Vila da Vitória (*Lus. 19*, 65; *Lus. 58*, 20). O P. João Lobato, de Lisboa, entrou na Baía em 1563, com 17 anos de idade. Foi dos maiores sertanistas do Brasil e tido por santo ainda em vida. Faleceu no Rio, a 22 de Janeiro de 1629 (*Bras. 13*, 13; Vasc., *Almeida*, 38-39).

trários e foram obrigados a arribar a Santos. Então o Capitão de Santos instigou os moradores a que não deixassem sair os Índios para fora da Capitania. E, meio por fôrça, meio por embustes, distribuíu-os pelos próprios moradores: os Índios acabavam de perder a sua liberdade.

Refere a *ânua* que não era fácil o recurso ao Governador Geral, distante, e por conseguinte a injustiça ficou impune [1].

Emquanto sucediam estas coisas na costa, iam os Padres da Companhia de Jesus recortando o interior daquelas regiões do sul do Brasil pelas vias fluviais do Rio da Prata com sorte vária.

No fim do século, os domínios portugueses chegavam ao « Rio de Piquiri, o qual é a cabeça do Rio da Prata e é o marco pelo sertão das jurisdições das duas coroas de Portugal e Castela » [2].

Nesses confins se haviam de dar acontecimentos trágicos.

Mas, limitando-nos por agora ao século XVI e aos Padres da Assistência de Portugal no Brasil, vejamos as tentativas que fizeram para se estabelecerem nessas regiões disputadas.

---

1. Fernão Guerreiro chama àquele capitão « homem poderoso com gente de armas » ; a *ânua* de 1608, latina, tem que era o *dux oppidanus*, o Capitão da vila (*Bras. 8*, 66v; cf. Fernão Guerreiro, *Relação Anual*, II, p. 424). Segundo Azevedo Marques, era Capitão-mor da Capitania de S. Vicente, em 1607, António Pedroso de Barros, tendo sido antes, seu irmão, Pedro Vaz de Barros, *Apontamentos*, I, 86 Guerreiro conclue assim a narração dêste triste sucesso: « Não dizemos isto, por desautorizar nossa gente portuguesa, cuja piedade e cristandade Deus tomou por meio para bem e conversão destas almas, mas para que se veja a impiedade dalguns ».

2. *Bras. 15*, 473.

CAPÍTULO VIII

Fundação da Missão do Paraguai

1 — Primeiras tentativas dos Padres da Assistência de Portugal; 2 — Expedição de 1586 e entrada no Paraguai; 3 — Trabalhos e actividade dos Padres idos do Brasil.

1. — A ideia de fundar missão entre os Guaranis do Paraguai vem de 1551. Neste ano, tencionava Leonardo Nunes, concluída a igreja de S. Vicente, «sair por esta terra dentro quási 200 léguas», onde gastaria seis ou sete meses e levaria consigo quatro línguas, um dos quais era o Irmão Pero Correia [1]

Por sua vez, Nóbrega, em 1552, referindo-se à igreja da Baía, arruïnada, diz que suas mãos já não seriam capazes de levantar outra, senão dali «500 léguas pelo sertão»...

Era o Paraguai [2].

O caminho de 200 léguas, a que se referia o P. Leonardo Nunes, chamava-se Piabiru, caminho pre-colombiano que se estendia da costa de S. Vicente ao Rio Paraná «atravessando os rios Tibagi, Ivaí e Piquiri, por onde os povos indígenas se comunicavam com o mar e com as regiões mais distantes do ocidente. Ao poente do Paraná, o caminho prosseguia, atingindo o Peru e a costa do Pacífico». Podia-se ir ou pelo Tieté, menos freqüentado, ou pela linha-tronco, a principal, cujo «itinerário era S. Vicente, Piratininga (S. Paulo), Sorocaba, Botucatu, Tibagi, Ivaí, Piquiri». A igual distância dêstes últimos rios, Ivaí e Piquiri, bifurcava-se o caminho, indo um ramal para o sul, até «ao Iguaçú, no ponto

---

1. *CA*, 62, 98.

2. Nóbr., *CB*, 115, 132, 135; *CA*, 131; Pastor, *Geschichte der Päpste*, VI (Freiburg im Breisgau 1932) 281.

em que êste rio, na sua margem esquerda, recebe o Santo António» [1]. Êste caminho tornou-se o ponto de junção de Portugueses e Espanhóis: os Portugueses, penetrando no continente americano; os Espanhóis, refluindo do interior para a costa. A sua posse chegou a ser a chave da conquista, num sentido ou noutro, e estas lutas, como veremos, tiveram repercussão na ida dos Jesuítas ao Paraguai, retardando-a. Entretanto, recolhamos as notícias, que chegavam a S. Vicente, do que se passava naquelas paragens.

O P. Leonardo Nunes, em carta de 29 de Junho de 1552, contava a Nóbrega o que lhe referiram uns Castelhanos, vindos por terra, uns do Peru, primeiro, e logo outros do Paraguai. Há nesta terra, diziam, dez sacerdotes seculares de vida pouco honesta, como o resto dos conquistadores. Naturalmente haveria excepções e veremos uma no Padre Gabriel. Mas basta ler a carta de Martim González ao Imperador Carlos v, de Assunção, a 25 de Junho de 1556, e a de Pedro Hernández, secretário do Governador Alvar Núñez Cabeça de Vaca, escrita igualmente de Assunção, a 28 de Janeiro de 1545, para se ter uma ideia lastimosa dos escândalos, mancebias, poligamias, tiranias contra os Índios, assassinatos e dissenções entre os próprios colonizadores [2].

Tal situação pedia remédio urgente. E os Espanhóis, que chegavam a S. Vicente, rogavam ao P. Leonardo Nunes que fôsse lá, que era uma necessidade e seria grande o fruto. Garantiam que os Índios eram dóceis, havia um mancebo para entrar na Companhia e a viagem de ida e volta ao Paraguai não levaria sete meses: um mês ou mês e meio para ir, pelo Anhembi (Tieté), dois meses para lá estar, e três meses para a volta, por

---

1. Alfredo Romario Martins, *Caminhos Históricos do Paraná*, in *Cincoentenário da Estrada de Ferro do Paraná* (Curitiba 1935) 25, com dois mapas. Carlos Pereyra tomando por base os *Comentários* de Cabeça de Vaca, traça o roteiro que seguiu. A inspecção do seu mapa indica que entrou por altura da ilha de St.ª Catarina, subiu até o Rio de Tibaíba e daí em direcção ao Rio Paraná a meia distância entre o Piquiri e o Rio Iguaçu. Desceu o Paraná. E, um pouco ao sul do Mondaí, entra por terra até Assunção. — Carlos Pereyra, *Historia da América Española*, (Madrid 1920-1926) Tômo IV, *Las Repúblicas del Plata*, 66.

2. Cf. Schmidel, *Viage al Rio de la Plata*, ed. Lafone, págs. 325-365, 467-485; *Cartas de Indias*, CIII, p. 604.

ser rio acima. O P. Nunes tinha resolvido partir no dia primeiro de Agôsto. Nóbrega, se os ouvisse, faria o mesmo [1].

Nóbrega, de-facto, quando chegou a S. Vicente, tomou uma resolução: iria êle-próprio. Esta resolução firmava-se e afervorava-se, cada dia, com novas informações. A 13 de Junho de 1553, chegam a S. Vicente o soldado alemão Ulrico Schmidel e um capitão espanhol, Rui Dias Melgarejo [2], que havia de ficar ligado à história dos Jesuítas, por dois motivos. Porque foi o fundador, no Guairá, das três cidades de Vila-Rica, Ciudad-Real e Santiago de Jerez, campo mais tarde da actividade apostólica dos Jesuítas do Brasil; e porque, voltando a S. Vicente, em 1573, fugido como da primeira vez, um filho seu, nascido no Paraguai, de nome Rodrigo Melgarejo, entrou na Companhia: é aquêle filho dum «governador do Paraguai», que celebrou missa nova no Espírito Santo, no dia 25 de Novembro de 1584, e de que fala Cardim, sem lhe citar o nome [3].

Rui Dias Melgarejo, tendo um filho jesuíta no Brasil, não seria estranho às negociações e pedidos que depois se multiplicaram, no Paraguai, para a ida dos Padres.

Antes de Schmidel e Melgarejo, talvez nalguma daquelas expedições a que se refere Leonardo Nunes, tinha vindo, igualmente por terra, um soldado português de nome António Rodrigues. Embarcando para a sua Pátria, tornou a arribar e entrou na Companhia. António Rodrigues, natural de Lisboa, diz Simão de Vasconcelos, embarcara para o Rio da Prata na armada de Pedro de Mendoça, que saíra de Bonança (Sanlúcar) a 24 de Agôsto de 1535. Foi um dos fundadores de Buenos Aires (primeira fase, Fevereiro de 1536) e da Assunção, com João de Salazar (15 de Agôsto de 1537). Tomou parte em duas grandes expedições, uma pelo Rio Paraguai com Ribera, até aos Gatos e Paraís (Parecis?), perto do Amazonas, e outra em 1546-1548 com Irala, até à Fronteira do Peru. Referiu aos Padres de S. Vicente o que vira, as tribus e costumes dos Índios e a catequese dum sacerdote virtuoso, chamado Gabriel, na cidade de Assun-

1. *Bras. 3 (1)*, p. 88-89.

2. Schmidel-Lafone, 279, 285.

3. Cardim, *Tratados*, 338; Félix Azara, *Descripción e historia del Rio de la Plata*, II (Madrid 1847) 131, 202, 206.

ção, e como êste, desgostado do proceder dos Espanhóis, se retirou da cidade, indo numa nova entrada pelo Paraguai acima [1]. Ficando sem pastor, principia a cidade de Assunção a ir ao desbarato. Os conquistadores escandalizam os «novos cristãos, porque lhes não deixam aos pobres Índios nem filha, nem roça, nem rêde, nem cunha, nem escravo, nem alguma coisa boa, que lhes não tomem e roubem. Levam-nos como escravos até ao Peru, e aqui a S. Vicente teem trazido muitos cativos. Assim que, com o desamparo, se perdem, por não haver quem os socorra. Eu falei com o P. Manuel da Nóbrega que fôsse ou enviasse lá um da Companhia, porque ali perto há outros gentios, que não comem carne humana, gente mais piedosa e preparada para receber a nossa santa fé, por terem grande estima e crédito dos cristãos. Quem me dera ser de vinte anos e ter longa vida para ir com alguns Padres da nossa Companhia, por eu ter mais experiência da terra!» [2]

Tomé de Sousa, Governador Geral do Brasil, consultado, tinha prometido o apoio indispensável para a missão. Contudo, a-pesar-de ser amigo de Nóbrega, quando viu as suas disposições, que levava ferreiro (o Ir. Nogueira), capela, cantores e tudo o necessário para fundar a 100 léguas da costa uma cidade, arripiou caminho e opôs-se à viagem. As razões, que deu, foram que se despovoariam estas capitanias «e assim parece que queriam ir muitos homens connosco» [3]; e que também se iriam acolher ali os malfeitores e outros fugitivos; disse mais que, vivendo os Padres no meio dos Índios, quando êstes fizessem algum desacato à gente da costa e merecessem castigo, o Governador

1. Na carta de António Rodrigues vem Nuno Gabriel, talvez por lapso do copista. Entre a gente, que foi na Armada de D. Pedro de Mendoça (1535), está «Juan Gabriel de Lezcano, clérigo, hijo de Juan Sánches de Lescano [y] de Catalina de Villegas vecino del Valle de Salzedo. — Arch. de Indias, *Contratación 5536*, L.º 3.º, p. 389. A Juan Gabriel deixou Ruiz Galán em 1538 como beneficiado e adjunto do P. Francisco de Andrade, sacerdote português, primeiro chefe daquela nascente igreja (Schmidel-Lafone, 489-490 e 440 ss.).

2. Carta de António Rodrigues, de S. Vicente, 31 de Maio de 1553, *Bras. 3(1)*, 93; cf. Serafim Leite, *Antonio Rodrigues, soldado, viajante e jesuita portuguez na America do Sul, no seculo XVI*, separata dos *Annaes da Bibliotheca Nacional*, vol. XLIX (Rio de Janeiro 1936) 18; Paul Groussac, *Mendoza y Garay — Las dos fundaciones de Buenos Aires (1536-1580)*, 2.ª ed. (Buenos Aires 1916) 60.

3. *Bras. 3(1)*, 91.

não lho poderia dar, com mêdo de que se vingassem nos Padres que tinham entre si.

Estas razões eram justas. Nóbrega indica outra, talvez mais forte. Notícias repetidas anunciavam o aparecimento de prata e oiro [1]. Os Castelhanos andavam por lá «e dizem, escreve Nóbrega, que na demarcação de El-Rei de Portugal». Tomé de Sousa decidiu cortar-lhes o caminho de Santa Catarina ao Paraguai e vigiar o de S. Vicente. Por dois motivos: para impedir que os Espanhóis se assenhoreassem daquelas terras, ainda em litígio, e para que os Portugueses, ao som de tão auspiciosas descobertas, não abandonassem o litoral. O caso atingiu a maior acuïdade em 1553, com a presença, em S. Vicente, do Capitão João de Salazar, o mesmo que fundara Assunção, Dias Melgarejo e família do Governador do Paraguai, Diego de Senábria. Pelos louvores, que Tomé de Sousa dará depois, em Portugal, aos Padres, infere-se que pesou também na sua resolução o não deixar o Brasil privado da assistência tão necessária dos Jesuítas. Queria sobretudo que os Padres se fixassem no interior, sòmente à proporção que se alargassem os domínios dos Portugueses. Fora disso, poderiam ir em missões volantes de dois ou três. Tomé de Sousa tinha a sua opinião formada sôbre a cidade de Assunção.

«Parece-nos a todos que esta povoação está na demarcação de Vossa Alteza; e se Castela isto negar, mal pode provar que é Maluco seu. E se estas palavras parecem a Vossa Alteza de mau esférico e pior cosmógrafo, terá Vossa Alteza muita razão, que eu não sei nada disto senão desejar que todo o mundo fôsse de Vossa Alteza e de vossos herdeiros».

Quanto à proïbição, feita aos Jesuítas, acrescenta:

«Sinto isto muito e de maneira que o tomem como martírio, que lhes eu desse. Vossa Alteza acuda a isto logo, porque não quero eu ter com homens tão virtuosos e tanto meus amigos, diferenças de pareceres, porque sempre tenho o meu por pior, e senão, para tôda esta costa, contra esta opinião, não ousava eu de lho impedir» [2].

---

1. Cf. Capistrano, in Pôrto Seguro, *HG*, I, 258.

2. Carta de Tomé de Sousa a El-Rei, do Salvador, 1 de Junho de 1553, na Tôrre do Tombo, Gav. 18, m. 8, n. 8, publicada por Pedro de Azevedo na *Hist. da Col. Port. do B.*, III, 366.

Nóbrega teve que ceder. Mas, escrevendo para Portugal, mantém a intenção de ir, apenas as circunstâncias mudem. Fica à espera dos Padres e Irmãos, que haviam de chegar da Europa e da Baía, aonde foi buscá-los o P. Leonardo Nunes. Depois, tentará de-novo a entrada. E abre-se com o P. Gonçalves da Câmara:

«No Paraguai, 500 homens castelhanos teem sujeitos aos gentios Carijós, que teem mais de 300 léguas de terra. E não os sujeitam ao jugo de Cristo, mas à sua cobiça e tirania, maltratando-os e fazendo-os servir pior que escravos, tomando-lhes suas mulheres e filhas e filhos e quanto teem. Diga V.ª R.ª a Sua Alteza que se aquela cidade ficar sua, a mande prover em breve de justiça. E se mandar gente pela terra dentro, levem Nosso Senhor consigo e um capitão zeloso e virtuoso. Todo êste Brasil é mui fácil coisa sujeitá-lo a Jesus Cristo Nosso Senhor, porque, quando 500 homens castelhanos, e todos divididos entre si, tiveram poder para sujeitar a tão grande gentilidade, que é a maior de todo o Brasil, que fará onde entrar boa ordem e bom zêlo da glória de Deus?»

E lembrava que lhe alcançasse licença ao menos para fazer casa entre a gentilidade, porque nas Capitanias pouco se fará, dada a disposição do Bispo, que vai por vias, «que êle não entende», e a do seu clero, pouco edificante[1].

Tanto para Nóbrega, como para Tomé de Sousa, como até para Anchieta[2], o Paraguai era parte integrante da mesma expressão geográfica, o Brasil. E se esta convicção espertava os Jesuítas a assumir a catequese daquela região, é certo que também de lá enviavam a pedir essa catequese com reiteradas instâncias. Para melhor atraírem os Padres, pintavam, até talvez com côres demasiado encarecidas, tanto as bondades da terra, como a dos Índios. E os Padres viam com olhos favoráveis os emissários que recebiam. É o caso de António de Leiva, índio Carijó, que veio a S. Vicente e deixou a todos maravilhados, rezam os cronistas, pela compostura e discrição com que se houve[3].

---

1. *Bras. 3 (1)*, 96-96v, 91, 98, 104-104v, 106.
2. Anchieta, *Cartas*, 74.
3. Vasc., *Crón.*, I, 198-200; Anch., *Cartas*, 80.

Nóbrega, entretanto, foi explorando a terra e fundara as povoações de S. Paulo de Piratininga e Maniçoba, a 90 milhas de S. Vicente. Eram marcos avançados, postos no interior, a caminho do Paraguai, aonde resolutamente tencionava ir.

S. Inácio, informado, não desaprovou a ida. Escrevendo a Ribadeneira anunciava-lhe que os Nossos de S. Vicente se puseram em comunicação com uma cidade «chamada Paraguai» e que Nóbrega queria ir lá, e que, se fôsse, era necessário o auxílio de Sua Majestade[1].

Sua Majestade era o Rei de Espanha. Ora o auxílio do Rei de Espanha não era exeqüível, nas presentes circunstâncias. As cartas de Salazar e outros já tinham chegado à côrte de Espanha e temia-se lá que os Portugueses se infiltrassem nas colónias espanholas do Rio da Prata. É o que se infere também das informações, enviadas de Lisboa para a côrte de Carlos V, em 1554. Segundo êlas, El-Rei de Portugal enviava ao Brasil uma armada com muita gente, homens casados, com mulheres e filhos, uns para povoar aquelas terras, outros para fazerem entradas no interior do país, e então, a juízo do informador, penetrariam nas possessões espanholas, talvez na colónia de Assunção[2].

Por outro lado, aprestava-se outra armada, em Sevilha, para ir àquelas regiões, e era agora a vez de Portugal de recear que se intrometessem em territórios, sôbre os quais Portugal se julgava com direitos. Seguiram-se diligências diplomáticas dando os dois países garantias recíprocas de que não invadiriam terras alheias[3].

É um período de vivas contestações e mútuas aspirações a territórios pouco delimitados, e sôbre os quais as duas coroas de Portugal e Castela se atribuíam direitos, interpretando cada qual,

---

1. *Mon. Ignat.*, ser. 1.ª, XI, 84-85, carta de Março de 1556.

2. Simancas, *Leg. 377*, 170, encadernado; Cf. *Rev. do Inst. Bras.* vol. 81 (1918) 21.

3. *Reales cédulas al Rey de Portugal y al embajador de España Don Luis Sarmiento de Mendoza en contestación a la respuesta que ambos dieron acerca de los temores que los Portugueses tratasen de ocupar algun territorio perteneciente a España en el Brasil y sobre la falsa creencia que sostenia El-Rei quejándose de que los españoles avían ocupado la ciudad de la Asunción, que decía caer dentro de su demarcación.* Ponferrada, 13 de Junio de 1554. — Arch. de Indias, *Buenos Aires I*, Libro 2, f. 6. Está publicado, aliás com as referências antigas do Arquivo, por Carlos Correa Luna, *Campaña del Brasil, Antecedentes Coloniales*, Tômo I (Buenos Aires 1931) 6-7.

a seu sabor, o meridiano previsto em Tordesilhas. Mais tarde, a contenda havia de decidir-se a favor de Portugal com as bandeiras paulistas e os tratados de limites. Mas, por então, as fôrças equilibravam-se. Parecia até que Espanha preponderava. O capitão Melgarejo, actualmente em S. Vicente, estabelecia-se pouco depois no Guairá com o propósito confessado de cortar o passo aos Portugueses. É evidente que, estando acesas estas lutas e temores, não iria El-Rei de Espanha favorecer oficialmente as missões dos Jesuítas do Brasil. Também o Provincial de Portugal se mostrou contrário à ida dos Padres. Escrevendo para Roma, e referindo-se a cartas enviadas do Brasil para El-Rei, o Cardial D. Henrique e Tomé de Souza, já então em Portugal, achava que os Jesuítas não deviam ir, aduzindo, como razão, o serem poucos e não bastarem para a costa, quanto mais para entrarem pela terra dentro [1].

A conseqüência de tudo isto foram ordens apertadas de El-Rei D. João III ao Governador do Brasil, D. Duarte da Costa, que não permitisse a entrada dos Padres senão em condições de segurança, de maneira que nem êles corressem risco, nem as pessoas que com êles fôssem [2].

Não sabemos se a carta de El-Rei chegou ao Brasil antes da missão do Ir. Pero Correia e João de Sousa ao sul, com o duplo fim de preparar caminho a João de Salazar para o Paraguai e de se pôr em comunicação com os Ibirajaras. O certo é que, em Dezembro dêsse mesmo ano de 1554, foram mortos às frechadas pelos Índios Carijós, a instigação, segundo é tradição constante, do espanhol a quem os Jesuítas tinham libertado das mãos dos Índios, mas a quem tinham também arrancado uma concubina, casando-a honestamente [3]. Como quer que seja, êste facto vinha dar razão aos que dificultavam as entradas ao interior. E as ordens impeditivas redobraram de fôrça, como se

1. *Mon. Mixtae*, IV, 112, carta de 17 de Março de 1554; *Mon. Ignat.* ser. 1.ª, VII, 322-323, carta de 26 de Julho de 1554; *ib.*, *VIII*, 448, carta de 20 de Fevereiro de 1555.

2. Carta régia a D. Duarte da Costa, de Lisboa, a 23 de Julho de 1554, *Documentos Interessantes*, 48, p. 29. Refere-se a esta proïbição António Blasques, quando alude « a uma carta de El-Rei em que ordena ao Governador que não deixe entrar os Padres pela terra dentro », *CA*, 181.

3. Anchieta, *Cartas*, nota 75, p. 84.

vê na que o Governador D. Duarte da Costa transmitiu para S. Vicente, registada, depois, na Câmara da vila fronteira de Santo André da Borda do Campo, a 10 de março de 1556; por essa ordem, nenhum Português podia passar ao Paraguai; e por sua vez, seriam deportados os Espanhóis que dali viessem a S. Vicente [1].

Emquanto se iam desenrolando êstes acontecimentos e debates, de tão diverso carácter, chegou o P. Luiz da Grã, a 15 de Maio de 1555. Veio num momento em que Nóbrega estava prestes a partir, em condições de segurança, tendo-se demorado ùnicamente à sua espera [2].

Deveria ir o P. Nóbrega com uns Castelhanos, diz êle, sem explicitar mais. Perdeu uma boa ocasião. O capitão Salazar, retido à fôrça no Brasil, partiu para o Paraguai, devido a rogos directos da côrte de Espanha [3]. Combinara a ida com o filho de Luiz de Góis, Cipriano, recentemente chegado de Portugal, que levaria a mulher, assim como João de Salazar levou a sua, que a êsse tempo já era D. Isabel de Contreras. Iam mais duas filhas suas, três mulheres casadas e seis Portugueses. Depois de Nóbrega os ter livrado das mãos dos Índios, que os queriam matar no caminho, excitados pela gente de S. Vicente, chegaram a Assunção em Outubro de 1555 [4].

A chegada do P. Grã, que poderia favorecer a ida, não a favoreceu. Reflectindo, sem dúvida, a opinião corrente em Portugal, o P. Grã, colateral de Nóbrega, foi de parecer contrário.

---

1. Taunay, *João Ramalho e Santo André*, in *Rev. do Inst. de S. Paulo*, 29 (1932) 74.

2. *Bras. 3(1)*, 135-136; Nóbr., *CB*, 174; Anchieta, *Cartas*, 49; *CA*, 138; Vasc., *Crón.*, I, 199.

3. *Real Cédula del Príncipe D. Filipe al embajador en Portugal para que hablase al Rey con objeto de que se mandase al Gobernador de San Vincente y Costa del Brasil que libremente dejase ir a las provincias del Rio de la Plata al Capitán Salazar y demás personas que se hallaban con él.* De Valladolid, 19 de Enero 1554. — Arch. de Indias, *Buenos Aires I*, Libro 2, f. 7v.

4. Carta de João de Salazar, de Assunção, a 20 de Março de 1556, *Cartas de Indias* (Madrid 1887) 579; Schmidel-Pelliza, *Historia y descubrimiento del Rio de la Plata, y Paraguay* (Buenos Aires 1881) 199. — João de Salazar, Doutor e Capitão, também aparece com o nome de João de Salazar de Espinosa, Comendador da Ordem de Santiago, para se distinguir de outro, Padre Frei Juan de Salazar. Cf. Schmidel-Lafone, 443, onde se fala de ambos com tôda a distinção.

A-pesar do seu veemente desejo, Nóbrega acedeu, voltando-se então em cheio para a fundação ou reorganização do Colégio da Baía, para onde partiu em 1556. Com esta reviravolta providencial, achava-se na capital da colónia à vinda do Governador Mem de Sá, sôbre cuja admirável administração havia de influir tão poderosamente.

Nóbrega resignou-se, mas não se convenceu. E para mostrar que esta emprêsa do Paraguai por Padres Portugueses, e por êle em particular, era um dos seus sonhos, ainda em 1557 suspirava por ela [1].

De todo êste seu empenho na conquista do sertão do sul ficou apenas de positivo (e isto é imenso) o Colégio de S. Paulo de Piratininga. Contudo, os seus suspiros transformava-os em esperanças. Para se não desgostar a Côrte de Lisboa, Nóbrega escreveu ao Dr. Tôrres, em 1557, a recomendar-lhe que apresentasse as devidas desculpas a sua Alteza. Se em Espanha temiam os Portugueses, os Espanhóis do Paraguai não temiam os Jesuítas. O Provincial volta a enumerar as razões: pedidos do capitão e principais do Paraguai; o despovoamento ameaçador e rápido de S. Vicente; a necessidade de ter «um ninho» para quando se despovoasse de-todo; dar uma satisfação aos Castelhanos, escandalizados dos maus tratos dos Portugueses, quando vieram a S. Vicente, depois de perdidos na armada do Rio da Prata; e também para ordenar alguns Irmãos, que era mais fácil ir de S. Vicente ali, do que à Baía [2].

A carta de Nóbrega é espelho do desânimo a que chegaram as coisas do Brasil, ao terminar o govêrno de D. Duarte da Costa. Felizmente, daí a pouco, Mem de Sá ia restabelecer o prestígio e a confiança.

Como se vê, Nóbrega, com a sua habitual tenacidade, continuava a insistir para Lisboa pela ida ao Paraguai. E chegaram finalmente instruções do Provincial de Portugal, Dr. Tôrres, colocando a última resolução nas mãos dos Padres do Brasil, que poderiam ir ou não, conforme entendessem. Pôsto o negócio em consulta, em que não entrou Nóbrega por se sentir inclinado mais a uma coisa do que a outra, isto é, à ida, resolveram

1. Carta de Nóbrega, *Bras. 15*, 42-43.
2. Carta de Nóbrega, *Bras. 15*, 42v-43; id. *CB*, 174-175.

os consultores que fôsse Luiz da Grã, visto ser necessária a presença de Nóbrega no Brasil, por ser Provincial [1].

Na Europa, ainda chegou a constar esta ida do P. Grã. Efectivamente, parece que iniciou a viagem [2]. Mas não cremos tivesse vontade verdadeiramente eficaz, como a tinha Nóbrega. Deu-se também a coincidência de andar o sertão revôlto em 1558 e ser perigosa a viagem. Acossados os Tupis do sertão pelos Espanhóis do Paraguaí, voltavam-se contra todos os que achassem nos caminhos dizendo: «todos são uns». Foi talvez por seguir o mesmo critério, que um Capitão do Paraguai se tinha oferecido a sujeitá-los a S. Vicente, se lhe dessem licença [3].

O oferecimento do capitão espanhol não foi aceito, naturalmente. Mas, com tôdas estas vicissitudes, perdeu-se a ocasião da ida do P. Grã. E, entretanto, chegou-lhe a patente de Provincial, cargo que exigia a sua presença no Brasil. Assim terminou, por então, êste tentame porfiado de expansão da Companhia de Jesus ao sul. Não tardaram a vir instruções de Roma (1561), determinando que, para a viagem do Paraguai, se requeria primeiro licença expressa de Sua Alteza em Portugal ou do seu Governador na América Portuguesa [4]. Manteve a mesma proïbição, em 1568, o Visitador, Beato Inácio de Azevedo: que não se abrisse casa fora dos senhorios de Portugal; e em 1576, em Roma, o P. Geral, ao dar-se nova tentativa dos Padres do Brasil, confirmava as proïbições anteriores [5].

Registamos estas tentativas e esforços, não só pelo paralelismo que teem com lutas de carácter político entre as coroas de Castela e Portugal, como também pelo zêlo apostólico que animava os Jesuítas do Brasil, em particular Leonardo Nunes e Manuel da Nóbrega. E, também, porque êstes esforços não foram inúteis. A missão do Paraguai, tão instantemente desejada e tentada pelos Padres do Brasil, havia de fundar-se, de-facto, por êles, mas só depois que a reünião das duas coroas numa só cabeça facilitasse a tarefa.

1. Nóbr., *CB.*, 175; *Mon. Laines*, III, 455.

2. António de Matos, *Prima Inst.*, 9, onde diz que o P. Grã chegou a andar 100 milhas.

3. Nóbr., *CB*, 217-218; Anch., *Cartas*, 101, 156; Vasc., *Crón.*, I, 206.

4. *Epp. NN*, *36*, 256v.

5. *Bras. 2*, 24, 138v.

2. — Ora esta reünião operou-se em 1580. E o Brasil sofreu logo a repercussão correspondente: os inimigos da Espanha tornaram-se inimigos de Portugal. É a época das piratarias por diversas nações europeias e das ocupações holandesas no Brasil. Ao lado, porém, dêstes efeitos funestos, houve um bom. Afrouxaram as barreiras que separavam, na América, os territórios espanhóis dos portugueses, dependentes agora uns e outros do mesmo soberano. Tal conjuntura teve consideráveis conseqüências para a expansão territorial do Brasil. Aproveitaram-na bem os Jesuítas e renovaram mais uma vez o pedido de missões no sul.

Em 1583, propôs a Congregação Provincial da Baía que o Geral mostrasse a Sua Majestade a vantagem de irem os Padres, aproveitando as armadas espanholas, ao « Rio da Prata, ao Paraguai, aos Patos, e a outras partes que se conteem no ininterrupto litoral brasileiro ». Estava então no Brasil a armada de Flores Valdés e Pero Sarmiento, destinada ao Estreito de Magalhãis. Os Padres, que fôssem, ficariam sujeitos ao Provincial do Brasil. De Roma responde o Geral, louvando a iniciativa e zêlo; mas que veria depois quem havia de mandar e que subordinação se guardaria. Apoiava Cristóvão de Gouveia, Visitador, o postulado da Congregação; e comunicava que alguns Padres ardiam com desejos dessas missões e se julgavam deslocados no Brasil, sem elas.

Em carta de 1 de Novembro de 1584 respondeu o P. Geral, Cláudio Aquaviva, afirmativamente: o Visitador podia mandar alguns Padres ao Paraguai *per modum missionis*[1].

Estavam coroadas de êxito, finalmente, as reiteradas instâncias de 30 anos!

Deu-se então uma circunstância que sobremodo facilitou a emprêsa, que se ia iniciar.

Era Bispo do Tucumã D. Fr. Francisco Vitória, a quem faltavam sacerdotes para a sua diocese. A 6 de Março de 1585, enviou uma carta ao Provincial do Brasil, de que foi portador o cónego Francisco Salcedo. Nessa carta, diz o Bispo, que já pedira missionários ao Peru, mas, por haver poucos naquela província, aproveitava a oportunidade de ir um navio ao Brasil, para lhe rogar enviasse alguns Padres da Companhia, de quem se confessa

1. *Lus.* 68, 408, 415 (8º); *Congr.* 95, 157v.

afeiçoado desde criança. O P. Diogo Laines, que fôra Geral da Companhia, era «tio primo-irmão do seu pai», diz êle. Termina desta forma:

«Escrevo ao Bispo e ao Governador para que me favoreçam com V. Paternidade e o animem a esta santa emprêsa. Leva ordem o P. Salcedo para prover de navio e do que fôr preciso aos Padres que vierem a esta breve viagem e *a terra que pertence a essa provincia*, pois é na mesma costa e junto do mar, se pode dizer, porque veem desembarcar vinte léguas do nosso bispado»[1].

Dizia o Prelado que, quando voltasse a Espanha, havia de ir pelo Brasil para o conhecer; e recomendava ao P. Salcedo que recebesse com humildade as homenagens, que lhe prestassem ali, no Brasil, «porque é costume *em nossa terra de Portugal* honrar muito aos hóspedes»[2].

Pelo modo de falar do Bispo, D. Francisco Vitória, a respeito dos hóspedes «em nossa terra de Portugal» e pelo interêsse que tomava pelo Brasil, se infere que D. Francisco Vitória, era português. E era-o, na verdade. O seu nome, pela iniciativa de chamar os Jesuítas, fica indissolùvelmente unido à missão e província do Paraguai. Francisco Vitória foi a princípio comerciante no Peru. Entrou em Lima para a gloriosa Ordem dos Prègadores. Indo a Roma, como Procurador da sua Província, granjeou a amizade de S. Pio V e dos Cardiais. Também, ao passar por Espanha, caíu em graça a Filipe II, que o apresen-

1. *Epp. Ext.* 14, 216.

2. *Epp. Ext.* 14, 219. Exemplo desta caridade, expressa pelo Bispo de Tucumã, foi o que se praticou no Rio de Janeiro, em 1608, com uma expedição de Padres da Companhia, que da Europa se dirigiam ao Paraguai, já então Província organizada e independente. Diz uma relação, feita por um dos expedicionários: «Veio o Procurador [do Colégio do Rio] com seu companheiro ao próprio navio receber-nos com entranhas de caridade que costuma a Companhia. Em desembarcando para ir ao Colégio, saíu a meio da rua, a receber-nos, o P. Visitador, Pero Rodrigues, acompanhado do P. Reitor e dos Padres mais graves do Colégio. Todos com grandes demonstrações de amor e caridade; e acompanhando-nos até nossos aposentos, logo, sem esperar a noite, nos lavaram a todos os pés, sendo o P. Reitor o primeiro que no-los lavou. Dezóito dias estivemos ali, tão regalados e servidos como se fôssemos os Provinciais de Espanha. Levou-nos o próprio Visitador à Casa de Campo, onde nos fêz mil obséquios e atenções e nos enviou carregados de presentes e refrescos que duraram até o pôrto de Buenos Aires». Astrain, *Historia*, IV, 636; *Paraquariae Hist.*, I, 8.

tou ao Papa para a Diocese de Tucumã. Entrou nela em 1582. Zeloso, activo, eloqüente e honesto, além de chamar os Jesuítas, abriu o Rio da Prata ao comércio do Brasil. Teve algumas diferenças com São Toríbio, outros bispos e vários capitãis e governadores daquelas terras. Daí, uma série de queixas contra êle. O Presidente da Real Audiência de la Plata representa a Filipe II, em 3 de Janeiro de 1588, que se proíba o trato com os Portugueses do Brasil e que, «se o Bispo de Tucumã apresenta como merecimento haver sido o primeiro que abriu viagem, caminho e comércio do seu bispado e Rio da Prata, eu entendo que é demérito, por tê-lo feito sem licença de V. Majestade e ter mostrado aquela entrada neste reino aos que a não sabiam, que será (ou por tempo poderá ser) causa que não seja tão freqüentada a viagem de terra firme». Queixas idênticas fêz o governador do Tucumã, João Ramírez de Velasco e outros. Tornando-se difícil o govêrno da diocese, e incorrendo no desagrado de Filipe II, resignou e retirou-se para a Europa, falecendo no Mosteiro de Atocha em 1592 [1].

Enviado, pois, com tôdas aquelas recomendações do seu Prelado, saíu Salcedo com Diogo de Palma Carrilho, de Buenos Aires, a 20 de Outubro de 1585. Chegaram à Baía nos começos de Março de 1586. Foram bem recebidos por todos. Entregaram as cartas, que levavam, ao Governador Manuel Teles Barreto e ao Bispo D. António Barreiros [2].

1. Pastells, *Paraguay*, I, 49-54. Lozano, *Historia de la Compañia*, I, dedica-lhe todo o capítulo VIII (pp. 33-40); Dávila, *Teatro Eclesiástico de la primitiva Iglesia de las Indias Occidentales*, II (Madrid 1655) 52; Roberto Levillier publica o fac-símil da assinatura dêste ilustre prelado e trata-o com desmarcada acrimónia, Rob. Levillier, *Nueva Crónica del Tucumán*, III (Buenos Aires 1931) 197-203. Procura restabelecer o equilíbrio histórico Pablo Cabrera na sua *Introducción a la Historia Eclesiástica del Tucumán*. Cf. *Estudios*, 44 (Buenos Aires 1936) 72. Segundo Cabrera, D. Francisco Vitória saíu de Potosi para a sua diocese « en cierto dia de uno de los primeros meses del año 1582, según presumo » (p. 292).

2. Fr. Vicente do Salvador diz que foi durante o govêrno interino do Bispo D. António Barreiros e Cristóvão de Barros; e que Salcedo viera « a esta Baía a buscar estudantes pera ordenar e cousas pertencentes à igreja, o que tudo levou». *Hist. do Brasil*, 330. Em 1586, ainda vivia Manuel Teles Barreto; e Salcedo não veio buscar estudantes para se ordenarem, mas Padres da Companhia de Jesus para missionarem. Note-se, aliás, a incongrüência que seria irem estudantes, da Baía, ordenar-se tão longe a Tucumã, estando presente, na Baía, o Bispo D. António Barreiros.

O pedido, dirigido ao Provincial do Brasil, foi recebido pelo Visitador Cristóvão de Gouveia, que tinha então a autoridade suprema na Província. Não desejava outra coisa o Visitador, como quem também o pedira de Roma. Os emissários demoraram-se seis meses na Baía, até se construir um navio de 35 a 40 toneladas, que lhes custou, pôsto à vela, 1.000 cruzados (Não desprezemos êste pormenor, índice de que já existia no Brasil, com certo desenvolvimento, a indústria naval). Com outro navio, que tinham comprado em S. Vicente, fizeram-se de volta para Buenos Aires, levando cinco Padres Jesuítas: Leonardo Armínio, Superior, Manuel Ortega, João Salóni, Tomaz Filds e Estêvão da Grã [1].

Os dois navios tiveram próspera viagem, até à entrada do Rio da Prata. Ali foram surpreendidos pelo corsário Roberto Withrington. O pirata inglês mostrou carta de côrso de D. António, Prior do Crato. Os navios foram saqueados de quanto levavam, que era muito, roupas, livros, ornamentos; as relíquias profanadas, os Padres (e só êles) maltratados e presos. Lozano diz que o P. Ortega chegou a ser atirado à água [2]. Ficaram-lhes só as camisas rôtas sôbre o corpo, ou, como informa o Governador de Tucumã, « nem a camisa lhes deixaram ». Os piratas abandonaram depois os dois navios, no alto mar, a 30 léguas da costa, por altura de 41 graus e meio, « sem pilôto, sem velas nem âncoras, só com um pouco de lastro e um pouco de fari-

---

1. *A Relação da Viagem do Brasil* diz que iam seis *Padres*. Se assim foi, um dêles ficou nas Capitanias do sul e não chegou ao seu destino. Astrain, *Historia*, IV, 611, fala daqueles cinco Padres e de um Irmão *coadjutor*. Não achamos tal indicação em nenhum documento da época. Também o P. Estêvão da Grã não chegou a estar, de-facto, no Paraguai. Ou ficou na costa do Brasil, ou voltou antes de chegar ao Paraguai, não passando do Tucumã. O seu nome não aparece, como tendo chegado ao Paraguai, em nenhuma carta ou relação. Pelo contrário, na Ânua de 1588, lê-se que estavam lá quatro *(Annuae litterae anni 1588*, 318); e, no ano seguinte, já o P. Estêvão da Grã era procurador do Colégio do Rio de Janeiro, emquanto os outros quatro (sempre os mesmos: Armínio, Ortega, Salóni e Filds) aparecem no catálogo do Brasil sob a rubrica de *Missão de Tucumã e Paraguai (Bras. 5*, 32v-33); cf. Lozano, *Historia de la Compañia*, I, p. 22. O P. Estêvão da Grã, natural de Ceuta, faleceu na Baía, a 22 de Fevereiro de 1614 *(Hist. Soc. 43*, 66; Ânua de 1614, *Bras. 8*, 155).

2. Lozano, *Historia de la Compañia*, p. 25.

nha e cinco pipas de água para cento e vinte pessoas»[1]. Por felicidade, conseguiram os Padres alcançar o pôrto de Buenos Aires, nos fins de Janeiro de 1587. Esperava-os em terra o Bispo do Paraguai, D. Frei Alonso Guerra, também da Ordem dos Prègadores, o qual os recebeu e agasalhou com todo o amor e os desejou logo para a sua diocese[2].

Uma novidade souberam em terra os Padres do Brasil. Havia ano e meio que já missionavam na diocese de Tucumã dois Padres da Companhia, Francisco Angulo e Alonso Barzana. A rogos do mesmo Prelado, haviam chegado em 1585, em data anterior a 24 de Novembro, dia em que escreve D. Francisco Vitória uma carta ao Provincial do Peru, agradecendo a vinda daqueles Padres e relatando o fruto que faziam[3].

Reüniram-se os Padres das duas Províncias do Brasil e Peru em Córdoba do Tucumã, em Abril de 1587; e parecendo aos recém-chegados que vinham meter foice em seara alheia retraíram-se e comunicaram o facto para a sua Província. Parece também que Filipe II, a-pesar da união das coroas de Portugal e

1. *Relación del Viaje del Brasil que por mandado del reverendíssimo de Tucumán se ha hecho para traer religiosos de la Compañia de Jesús y descubrir este camino del Rio de la Plata hasta el Viasa y de alli al Brasil.* — Archivo de Indias, *Charcas*, 16. Publicada por Pastells, *Paraguay*, I, 29-45; e por Levillier, *Organización de la Iglesia y Órdenes Religiosas en el Virreinato del Perú en el siglo XVI*, I, 399-403: nos *Annaes do Museu Paulista*, I, 2.ª P. (1922) 139-147. O P. Amador Rebelo alude ao facto em carta ao P. Geral, *Lus. 70*, 250. Taunay, *Bandeiras Paulistas*, I, escreve a p. 171, «a região de Santa Catarina ou de Viasa»; e na p. 221, identifica o Viasa com a «zona da Lagoa dos Patos»; deve-se distinguir entre Laguna dos Patos e Lagoa dos Patos, esta no Rio Grande, aquela em Santa Catarina.

2. D. Francisco Salcedo, clérigo, tesoureiro da Catedral de Tucumã, que trouxe os Padres, foi benemérito da Companhia naquela diocese. Mais tarde, em 1602, numa *Informação de Ofício*, assinada pelas principais pessoas da terra e capitãis, e com parecer do Bispo e do Governador de Tucumã e Charcas, invoca-se o trabalho e despesas que fêz com a vinda dos Padres do Brasil. «Los quales en aquel Obispado y en el del Paraguay han hecho mucho fruto, gran servicio a Dios Nuestro Señor y a S. M. en aumento de nuestra Santa Fe Católica». Cf. Pastells, *Paraguay*, I, 105.

3. *Epp. Ext. 14*, 263. Não teem nenhum fundamento as afirmações de Machado de Oliveira, no seu *Quadro Histórico*, ao dar o ano de 1555 para a fundação das reduções jesuíticas do Guairá, como nem as de João Pedro Gay, que dá o ano de 1557, a quem segue Azevedo Marques, nos seus *Apontamentos*, II, 214; Gay, *Hist. da República Jesuítica do Paraguay*, na *Rev. do Inst. Bras.*, 26 (1863) 39.

Castela, não desejava que se confundissem as emprêsas de Espanhóis e Portugueses. E vemos que o P. Geral, em carta de 24 de Janeiro de 1587, dispôs que a nova missão pertencesse ao Peru[1]. Instado do Brasil, o Geral confirmava a ordem de 1587; e, em carta de 1 de Outubro de 1591 dizia ao Provincial do Brasil, que podia mandar retirar os Padres que lá andavam. Assim o ordenou o P. Beliarte[2]. Mas três daqueles Padres tinham-se afeiçoado já ao novo campo de apostolado e obtiveram licença para ficar[3]. Leonardo Armínio voltou. Tendo ido como superior e ficando prejudicada esta sua gestão pela situação de facto que achou, e sendo competente para professor de ciências teológicas, ao reorganizarem-se estas na Baía, tornou-se necessária a sua presença no Brasil[4].

O P. Salóni faleceu em 1599. Num dado momento, os três Padres, que se encontravam no Paraguai, Ortega, Filds e Lorenzana, êste último vindo do Peru, tiveram que retirar-se por determinação do Visitador P. Paes. Ortega foi levado prêso a Lima. Apenas ficou Filds, por estar adoentado. Recorreram os Superiores do Peru aos do Brasil, pedindo de-novo Padres para a missão do Paraguai. Parece mesmo que o Visitador P. Paes, dada a falta de gente com que se debatia, queria entregá-la definitivamente ao Brasil. Filds, interpretando a opinião corrente, dirigiu-se ao Geral, de Assunção, a 27 de Janeiro de 1601, insistindo por aquela entrega, alegando a facilidade de comunicações com o Brasil, contraposta às difíceis e demoradas com o Peru[5].

---

1. Astrain, *Historia*, IV, 613.

2. *Bras. 15*, 397v, 409.

3. Segundo Charlevoix, êles alcançaram licença do P. Armínio para ficar, ou antes, « crurent devoir attendre un ordre de leur Provincial pour retourner à leur ancienne mission: et cet ordre ne vint point ». — Pierre François Xavier de Charlevoix, *Histoire du Paraguay*, I (Paris 1757) 288.

4. O P. Leonardo Armínio, da diocese de Nápoles, partiu do Brasil como superior da Missão. O achar, no Tucumã, Padres do Peru, deve ter modificado ou anulado êste cargo: contudo o catálogo de 1598, *Bras. 5*, 39, diz expressamente que « fuit superior Nostrorum quatuor annos in Missione Tucumanica ». Cf. *Bras. 15*, 369v, 372 (11.º). Faleceu, no Colégio de Pernambuco, a 24 de Julho de 1605. *Hist. Soc. 43*, 65v; Ânua de 1605-1606, *Bras. 8*, 61; *Bras. 15*, 407; *Bras. 3(1)*, 170v; *Lus. 68*, 402-402v.

5. *Peruana Hist. I*, N.º 28; Astrain, *Historia*, IV, 625.

Tolosa, Vice-Provincial do Brasil, escreve ao P. Geral, em 25 de Setembro de 1604; e, a-propósito desta nova requisição de missionários, feita pelo venerando P. Filds, pede que o Paraguai fique dependente da sua Província, como se pensara antigamente. Aduzia, como sempre, o argumento verdadeiro das comunicações, porque mais fácil era ir do Brasil a Buenos Aires, «que é a primeira cidade do Paraguai», do que do Peru [1].

O requerimento do Provincial não foi deferido. Portanto, também êle não acedeu ao pedido de Padres, tanto mais que solicitavam agora missionários as regiões, que se iam descobrindo e ocupando sucessivamente, ao Norte do Brasil.

A solução definitiva só veio em 1607, com a fundação da Província independente do Paraguai, ordenada já desde 1604 pelo Padre Geral Cláudio Aquaviva [2]. A missão, porém, já tinha sido fundada desde 1588, e essa é a glória dos três Padres vindos do Brasil, Ortega, Salóni e Filds, que foram os primeiros a regar com os seus suores apostólicos aquelas históricas paragens. Ficaram algum tempo êstes Padres, depois de chegar, em Santiago del Estero com o P. Barzana. Tendo porém adoecido êste Padre, e não sabendo êles a língua do Tucumã, trasladaram-se todos três ao Paraguai, com a anuência do P. Angulo, superior daquela Missão. Os Padres Salóni, Filds e Ortega foram recebidos festivamente pelo Governador e a gente principal na cidade

---

1. «Los Padres que residen en Córdova y en Tucumán me escriven que tienen alargada la residencia que tenían en el Paraguai en la Ciudad de la Assumpción y los de aquella ciudad y los Padres también piden com mucha instancia que les den desta provincia remedio. Quedóse en la Assumpción el Padre Thomas Fildi sólo, por estar enfermo, y escrive sobre esto con grande lástima. Bien veo que desta provincia se puede mejor dar remedio aquellas almas que del Perú; porque de allá es mucha distancia y están faltos de gente. De acá por mar vase a Buenos Aires, que es la primera ciudad del Paraguay, en 20 dias y van cada anno dos y tres navios e vienen de allá, porque del Brasil se provian los moradores de aquellas partes. Por caridad trate V. R. con nuestro Padre General si será bueno que de acá se les de algun remedio si quiera *per modum missionis*. Bien me acuerdo que al principio asi lo ordenó nuestro Padre, que el Paraguai fuese subieto al Brasil por la comodidad que dixe ay, mas después esfrióse esto por los Padres del Perú tomarlo a su cargo y aguora claramente dize el Provincial del Perú que no puede proveer y por esso largó la residencia», *Bras. 8*, 102.

2. Lozano, *Historia*, I, p. 545.

de Assunção, no *dia 11 de Agôsto de 1588, verdadeira data inicial da Missão do Paraguai*[1].

A diversidade de nações dos seus fundadores, um português, um catalão e um irlandês, é a imagem prévia da universalidade que havia de ter mais tarde esta célebre província.

3. — Logo distribuíram os Padres entre si o campo de apostolado. Salóni ficou como superior na capital e os outros dois partiram para o Guairá. Ao P. Salóni veio juntar-se depois o P. Barzana; e êste, escrevendo ao seu Provincial, de Assunção, a 8 de Setembro de 1594, diz:

«Em Santa Fé estêve o P. Armínio, onde fêz grande fruto com os Espanhóis antes de regressar ao Brasil; e em Vila-Rica do Espírito Santo trabalharam, mais de dois anos, dois da Companhia tanto com Índios como com Espanhóis, acudindo também ao Guairá, que se achava sem sacerdote, e aos Espanhóis que tinham fundado nova povoação, havia coisa de dois anos, nos Niguaras. Os três Padres, que vieram do Brasil, sabem muito bem o guarani, pouco diferente do tupi; e o P. Manuel Ortega tomou a peito no Guairá o estudo da língua Ibirajara, nação numerosa e valente»[2].

---

1. Pastells, *Paraguay*, I, 78; Leonhardt, *Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañia de Jesús* I (Buenos Aires 1927) LXIX; Pablo Hernández, *Organización social de las Doctrinos Guaranies de la Comp. de Jesús*, I (Barcelona 1913) 5; Lozano, *Historia de la Compañia* I,l ibro I; Astrain, *Historia* IV, 613, tem que foi em 1587. Omite porém a estada dos Padres em Santiago del Estero. Furlong segue a Astrain e escreve; « El 11 de Agosto de 1587 partieron del Salado, donde se hallaban misionando y a fines de aquel mismo mes llegaron a la Assunción ». — (Guillermo Furlong, *Un precursor de le cultura rioplatense, Tomas Field, 1549-1625*, em *Estudios* 55 (1937) 148.

2. Cf. Pastells, *Paraguay*, I, 97n. Também vieram depois, em 1593, o P. Lorenzana e o Ir. del Águila, e o próprio P. Romero, Superior da Missão, por ali passou e trabalhou algum tempo *(2.ª parte de la Historia de la provincia de la Comp. de Jhs del Perú*, pp. 378-389, mss. Arch. S. I. Rom.).

Paira alguma dúvida sôbre a localização das cidades de Vila-Rica e Ciudad Real, em que missionaram os Padres Ortega e Filds.

Segundo Funes, Ciudad Real foi fundada, em 1557, por Rui Dias Melgarejo, na bôca do Piquiri, a 3 léguas da vila de Ontiberos. Gregorio Funes, *Ensayo de la Historia civil de Buenos Aires, Tucumán y Paraguay*, 1.º vol. 2.ª ed. (Buenos Aires 1856) 99. O mesmo Melgarejo, diz Azara, fundou, em 1576, Vila-Rica do Espírito Santo e, em 1580, Santiago de Jerez ao sul do actual Estado do Mato

Nesta região começaram, pois, o seu apostolado os dois Padres. Filds deu-se mais aos Espanhóis; Ortega, aos Índios. Foram recebidos com extraordinárias demonstrações de afecto. Daí voltaram a Assunção a servir aos empestados numa terrível epidemia, que grassava em tôda a América Meridional, atingindo os naturais da terra, consumindo famílias inteiras [1].

Passada a peste, tornaram às suas missões. Em nove meses, baptizaram mais de 6.500 pessoas e realizaram 2.800 casamentos [2].

Não teriam êstes Padres influído na formação das reduções do Paraguai? Pablo Hernández nega que os Jesuítas do Brasil

---

Grosso. Diferem destas datas as que dá Pastells: Ciudad Real e Vila-Rica, ambas em 1557, e Santiago de Jerez, em 1580. E elucida: Ciudad Real, destruída por los portugueses; Vila-Rica, desamparada e trasladada; Santiago de Jerez, desamparada.— Pastells, *Paraguay*, I, p. 213; Félix de Azara, *Descripción é Historia del Paraguay y del Rio de la Plata*, vol. 2.º (Madrid 1847), 202-206. O mapa de Seutterus, de 1720, traz Guairá, na margem esquerda do Rio Paraná, entre o Piquiri e o Paranapamena. Ciudad Real vem assinalada na margcm direita do Piquiri perto da confluência; Vila-Rica, na margem esquerda do Ivaí, muito no interior, a meio curso do rio.—*Recens elaborata Mappa Geographica Regni Brasiliae* [...] per Matth. Seutterum, Sac. Caes. Maj. Geograph. Aug. Vind. — 1720, in Rocha Pombo, *Hist. do Brasil, para o ensino secundario*, 17.ª ed. (S. Paulo, s. d.) 52-53). Interpretando-os, de-certo, descreve Leonhardt que Ciudad Real ficava nas margens do Piquiri; e Vila-Rica nas do Ivaí. O curso dêstes rios inclue-se todo dentro do actual Estado do Paraná no Brasil. Teschauer, inclina-se a fazer da barra do Paranapanema o centro do Guairá com uma periferia distante daquela, mais ou menos três graus (*Historia do Rio Grande do Sul*, I (Pôrto Alegre 1918) 114-115). Neste caso, a actividade dos dois Padres ter-se-ia exercido em grande parte dentro do Brasil actual, nos três Estados de S. Paulo, Paraná e Mato-Grosso. Diz João Pedro Gay que o nome de Guairá provém de um famoso cacique, assim chamado naquela região, povoada, antes da conquista dos Espanhóis e Portugueses, por inúmeras tríbus de Índios. A dos Ibirajaras significa «senhores do garrote», por uns garrotes de que usam na guerra com destreza singular, diz o P. Ortega. Os Ibirajaras, notáveis pela sua ferocidade, que tinham sido amigos dos Espanhóis, estavam então alçados contra êles. O P. Ortega aprendeu a sua língua, baptizou 2.800, casou perto de 1.400, e confessou a alguns que averiguou terem sido baptizados pelos Espanhóis, quando eram amigos. O P. Ortega conseguiu que muitos dêles se estabelecessem nas cercanias de Vila-Rica. (Carta do P. Ortega, transcrita em Lozano, *Historia*, I, p. 72; Gay, *História da República Jesuítica do Paraguay*, na *Rev. do Inst. Hist. Bras.*, p. 245-246). Notemos que Homem de Melo, no seu *Atlas do Brasil*, escreve Guayra e Rocha Pombo, *Historia do Paraná* (S. Paulo 1929) 28, Guaíra.

1. Lozano, *Historia de la Compañia*, I, 63.
2. Leonhardt, *Cartas Anuas*, I, LXIX-LXX.

influíssem nelas, aduzindo que só se fundaram vinte anos depois da sua chegada [1].

Distinguindo a questão da fundação da questão da influência, concordamos que as *reduções* do Paraguai se fundaram mais tarde e que diferem dos *aldeamentos* do Brasil em muitos dos seus aspectos, condicionados pela topografia e pelo ambiente fluvial e mediterrâneo do Paraguai. Mas não se pode negar que os Padres do Brasil já tinham visto agitar-se a questão da liberdade dos Índios e já os aldeamentos brasileiros se apresentavam com os seus contornos bem definidos e com o regime do govêrno temporal entregue aos Jesuítas, quando saíram do Brasil. Porque é que, habituados a êste regime, não haviam de falar nêle no Paraguai e propor coisa semelhante? Aliás, um daqueles Padres, Filds, ainda teve contacto e viveu nas primeiras reduções, quando chegaram novos missionários e se fundou a Província.

É incontestável que os Padres introduziram no Paraguai os métodos usados nas Aldeias da Baía. Fizeram um bom catecismo «e com êle instruíu o P. Ortega aos catecúmenos». Catequeses, cantos, procissões, e, sobretudo, por serem poucos, constantes excursões. Lozano conta, com grande luxo de pormenores, os trabalhos e perigos, de que escaparam [2].

A Ânua do Brasil de 1590, no título *Missão do Paraguai*, traz o seguinte:

«Há quatro anos que dois dos nossos Padres, pedidos pelo Bispo do Tucumã, percorrem aquela vastíssima região que os Espanhóis chamam Rio da Prata e a gente da terra Paraguai. Prègam a palavra de Deus, confessam, fazem pazes entre os mal-avindos e exercitam os demais ministérios da nossa Companhia. Pena é que tudo seja rodeado de tantos cardos e espinhos, pois quási que anda esquecida a religião, a piedade e os sacramentos, e a custo se encontra naquela terra sacerdote que sirva de cura

1. Pablo Hernández, *Organización social*, I, p. 440.

2. Lozano, *Historia de la Compañia*, I, p. 70. A-propósito do catecismo, recordemos o que escreve o P. Pero Rodrigues, em carta de 7 de Maio de 1597, exaltando a unidade e extensão da língua tupi-guarani, que a «Arte desta língua [a *Arte de Gramática* de Anchieta] e as práticas e doutrinas, que nela andam escritas, servem também os Padres da Companhia que andam no Peru, para ensinar os Índios do Tucumão, do Rio da Prata e doutras terras que confinam com o Brasil». — Amador Rebelo, *Compendio de alg. cartas*, 236-237.

ou páraco. Encontram-se muitas pessoas de ambos os sexos que há mais de vinte ou trinta anos que se não confessam. Os Nossos, admirados de tão grande pesca, pedem Padres que os vão ajudar. Os próprios Governadores das cidades e as Câmaras [*senatus*] suplicam freqüentemente em cartas ao Padre Provincial do Brasil que mande auxílio aos Nossos. Já se teria satisfeito a êste desejo, se não fôsse a falta de operários. Contudo, àqueles dois reüniu-se um terceiro. Mas que é isto para tantos? Os Nossos até agora não teem tido lugar nem casa fixa, percorrendo tôdas as povoações, quer dos Espanhóis quer dos Índios, a grandes distâncias umas das outras. Algumas distam por terra, a pé, mais de duzentas léguas. É tal a colheita, que acham nestas missões, que às vezes nem lhes fica tempo para comer. Basta dizer que só dois Padres, em oito meses, ouviram sete mil confissões, a maior parte de tôda a vida » [1].

O Loco-Tenente do Governador do Rio da Prata, General Bartolomeu de Sandoval Ocampo, em provisão de 7 de Agôsto de 1595, diz que se não pode explicar todo o serviço que êsses Padres da Companhia de Jesus prestaram na catequese, doutrina e administração dos sacramentos « tanto aos naturais como aos filhos e filhas dos conquistadores e povoadores de tôda esta *Gobernación* ». O mesmo testemunham os Governadores João Ramírez de Velasco e Hernandarias de Saavedra. Em Vila-Rica, construíram casa e Igreja, « a primeira que fêz a Companhia de Jesus nas *Gobernaciones* do Paraguai e Rio da Prata » [2]. Por sua vez Leonhardt, referindo que os Padres Angulo e Barzana, no exercício dos seus ministérios não tinham passado dos confins da Argentina e Bolívia, acrescenta que Ortega, Salóni e Filds foram os « primeiros apóstolos do Paraguai pròpriamente dito » [3].

1. *Notationes Annuae Brasiliensis Provinciae anni 1590 e Bayensi Collegio*, pelo P. Marçal Beliarte, Calendis ian., anni 1591, *Bras. 15*, 367. Outros ministérios em *Annuae Litt.* (1589) 466. No Guairá não existia cura à chegada dos Jesuítas, ou por falta de sacerdotes ou, diz Lozano, por não quererem retirar-se para o « ângulo mais remoto de esta América Meridional ». — Lozano, *Historia de la Compañia*, 59-60.

2. Pastells, *Paraguay*, I, 78-82.

3. Leonhardt, *Cartas Anuas*, LXIX-LXX; Lozano, *Historia de le Compañia*, I, 79. Antonio Ruiz de Montoya, na sua *Conquista Espiritual hecha por los Religiosos de la Compañia de Jesus en las provincias del Paraguay, Paraná, Uruguay y Tape*

Dos três Padres fundadores da Missão do Paraguai, o primeiro a falecer foi João Salóni, catalão, natural de Granadilla, diocese de Lérida. Entrou na Companhia, em 1570. Veio de Barcelona para Lisboa com destino à Índia. O P. Visitador Valignano não o quis levar. Foi então para o Brasil. O Procurador em Lisboa, Vale-Régio, pregunta para Roma em que Província há-de carregar as despesas da vinda até Portugal. Em Roma, escreveram uma nota ao lado: *O Brasil pediu-o*[1]. Embarcou em Lisboa, em 1574. Missionou com o P. Braz Lourenço, logo em 1575, no Rio Real, fronteira dos Estados actuais da Baía e Sergipe, e foi, pouco depois, Superior de S. Paulo de Piratininga, durante seis anos. Dali conheceu directamente pessoas e terras do Paraguai. Em Assunção, lançou os fundamentos da residência que havia de ser mais tarde Colégio da Companhia. Era a casa central da missão. Sôbre êle recaíu o maior pêso dos ministérios até 1599, ano em que faleceu de febres, apanhadas indo confessar um moribundo. Homem de grande virtude e paciência. Faleceu, diz Lozano, «na semana da Páscoa, que caíu aquêle ano por Abril, aos 62 de sua idade, 29 de Companhia e pouco mais de dois de professo de 4 votos[2].

O P. Tomaz Filds (achamos o seu nome escrito das seguin-

---

conta da seguinte forma *Cómo los de la Compañia entraron a la provincia del Paraguay:* «Los Padres Provinciales del Perú enviaron algunos Padres por via de missión a la ciudad de la Assunción, que dista de la Villa de Potosi, último término de la Provincia del Perú, 500 leguas, en donde hecieron casa, predicaron e exercitaron los ministerios de la Compañia por algunos años; pero como los Superiores no pudiesen visitar esta residencia por la longitud de tierra, la deshicieron, llamando a los Padres. Sólo uno, llamado el P. Tomas Filds, irlandés de nación, hombre de muy madura edad y rara virtud, fue detenido allí con providencia del cielo para guarda de nuestra casa y iglesia, que aun con vivir el Padre en ella no faltaron Religiosos que deseasen ocuparla; pero el Padre con la esperanza que siempre tuvo de que havia de ser bien ocupada de nuestros Religiosos que habian de acudir á la miés de Indios gentiles que ya se iba sazonando, nos la conservó». — Edição de Bilbau, 1902, p. 23. — Concisão talvez nímia, tratando-se de *Cómo los de la Compañia entraron a la provincia del Paraguay.* Os primeiros são sempre dignos de particular relêvo!

1. *Lus. 66*, 237v.

2. Lozano, *Historia de la Compañia*, I. p, 394, 404; mas o catálogo de 1584 (*Bras. 5*, 24) diz que tinha então 41 anos; segundo êste cômputo, em 1599 teria 56 anos. — Carta de Caxa, *Bras. 15*, 277; Del Techo, *Historia Provinciæ Paraquariæ Societatis Iesu*, II (Leodii 1673)44; Leonhardt, *Cartas Anuas*, I, LXX.

tes maneiras: Fihilly, Fildio, Phildius, Fildius, Fildi, Filde, Fili, Fids, Fields, Filds, êste com mais freqüência e por isso o adoptamos) nasceu em 1549 na diocese de Limerik, na Irlanda. Era filho de Guilherme Filds, médico, e de Genet Creah. Em virtude das suas crenças católicas, teve que emigrar, na adolescência, para a França e Bélgica. Estudou letras humanas em Paris e Douai, três anos, e Filosofia em Lovaina, outros três, tomando o grau de mestre em Artes. Da Bélgica passou a Roma, onde entrou na Companhia, a 6 de Outubro de 1574, no Noviciado de Santo André. Tinha 25 anos de idade[1].

Conta Du Toict que veio de Roma a pé até Portugal. De Lisboa embarcou, em 1578, para o Brasil. O P. Filds missionou nos sertões do Brasil e, em 1584, estava em S. Paulo de Piratininga. No Paraguai, além dos ministérios comuns a todos, coube-lhe a glória de ser o traço de união entre a missão fundada pelos Padres do Brasil e a Província do Paraguai, erecta em 1607. Tendo morrido o P. Salóni e indo para Lima prêso o P. Ortega, e retirando-se os Padres do Peru, que os tinham vindo secundar (em 1602, havia oito Padres e dois Irmãos), ficou êle só durante muito tempo. Faleceu, já depois de fundada a Província, em Assunção, em 1625. Quatorze anos antes, escrevia o P. Diogo González estas palavras que poderiam ser o epitáfio do P. Filds: « Grande obreiro de Índios e Espanhóis »[2].

---

1. Lê-se no livro de entradas do Noviciado de Santo André, Roma, página referente ao dia 6 de Outubro de 1574: « Thomas Phildius, 6º 8bris 1574. Examinanatus nullum habere impedimentum repertus est. Natus annos 25 Limerici in Hibernia oriundus. Patris nomen erat Gulielmus Phildius qui medicinae scientiam callebat, matris Genet Creah, ambo mortem obiere Parisiis et Duacii tres anos humanioribus litteris vacavit, Lovanii missus Philosophiae tres annos, ubi ad magisterium in artibus promotus fuit... Thomas Phildius » (assinatura autógrafa). — *Codex novitiorum Societatis Iesu qui Romae tyrocinium posuerunt ab anno 1565 ad annum 1586*, manuscrito não paginado, conservado no actual noviciado da Província romana da Companhia. É instrutivo aproximar desta, a referência muito mais simples do Catálogo de 1 de Janeiro de 1584: « Thomas Fildius, dioeces. limerecens. in Hybernia, annorum 32 firmae valetudinis in Societatem admissus est anno 1575. studuit grammaticae annos 4or et dialecticam audivit », *Bras. 5*, 24v; F. Soares, *De algumas cousas mais notáveis do Brasil*, 377; Franco, *Synopsis*, no Catálogo do fim, chama-lhe italiano: outros (cf. Luiz Gonzaga Cabral, *Jesuítas no Brasil*, 199n) chamam-lhe escossês.

2. Leonhardt, *Cartas Anuas*, I, LXXI, 133, 154: Carta de Diogo González de 19 de Janeiro de 1611. O nome de Filds não consta dos Catal. Defunct. — *Hist.*

Manuel Ortega nasceu em Portugal, na diocese de Lamego, em 1561. Diz Lozano que o bispo de Lamego era irmão de sua mãi, senhora nobre e insigne bemfeitora da Companhia [1]. Entrou na Companhia de Jesus, no Rio de Janeiro, a 8 de Setembro de 1580. Indo muito novo para o Brasil, aprendeu com facilidade a língua indígena, que lhe serviu à maravilha no Brasil e no Paraguai. Entre as suas inúmeras excursões apostólicas correu graves perigos. Emquanto estêve no Tucumã com o P. Barzana, faltou-lhes de comer e chegaram a estar « cinco dias naturais contínuos sem provar bocado ». Disseram-lhes que, daí a oito dias de caminho, havia Espanhóis que os poderiam socorrer. O P. Barzana ordenou ao P. Ortega que fôsse lá. Fêz a viagem com um Índio em boas cavalgaduras, gastando apenas onze horas. Só por milagre não caíu nas mãos dos Índios. Êle mesmo conta o caso, pormenorizadamente, em carta sua, que Lozano diz transcrever « a la letra » [2]. Certo dia, em 1597, para acudir aos Índios numa grande enchente do rio, na região de Santiago de Jerez [no actual Mato-Grosso], picou-se numa perna. Quando lhe arrancaram o espinho, no dia seguinte, era tarde e ficou a sofrer disso o resto da vida. Visitou três vezes aquela cidade. O campo principal do seu apostolado foram, no entanto, as cidades de Ciudad Real e Vila-Rica no Guairá. Nesta última, acusaram-no de violar o sigilo sacramental. Levado para Lima, estêve prêso, *stupente tota Peru-*

Soc., 41, 42, 43 (1557-1626). Mas diz Furlong que « todos los catálogos consignan el año 1625 » como o da sua morte. — Guillermo Furlong, *Un precursor de la cultura rioplatense, Tomas Field, 1549-1625*, em *Estudios*. 56 (1937) 410. Sôbre o P. Filds, podem ainda citar-se as seguintes obras: Edmund Hogan S. I. *Irish Worthies of the sixteenth century: Father Thomas Field*, The Month, 70 (1890) 345-358 e 514-524; reimpresso em *Distinguished Irishmen of th sixteenth Century*. First series (London 1894) 128-162: Father Thomas Filde; Aubrey Gwynn S. I. *Father Thomas Fihilly S. I. (1549-1625)* in *The Irish Way* (London 1832) 155-167. Gwynn indica no próprio título o ano da morte; Hogan escreve a p. 158 de *Distinguished Irishmen*: « In 1626 he died at Asuncion in the seventhy-eight or eightieth year oh his age, and the fifty-second of his religious life, during which he spent about ten years in Brazil and forty in the missions of Paraguay, of which he and de Ortega were the founders and in which for more than three years he was the only representative of the Society ». Cf. também *Annaes*, VI, 1.º (1879) 93; Del Techo, *Historia*, cap. XIX, 191; *Bras. 5*, 24v.

1. Lozano, *Historia de la Compañia*, I, 467.
2. Lozano, *ib.*, I, 29-30.

via, em rigoroso cárcere, suspenso dos ministérios sacerdotais, às ordens da Inquisição, durante cinco meses. Consentiu depois o Santo Ofício que ficasse prêso no Colégio de S. Paulo, de Lima. Felizmente, o delator e caluniador, arrependido, confessou, antes de morrer, a falsidade da acusação. E, para mais eficácia, chamou um notário público de Vila-Rica, que reduziu a auto as suas declarações. Quando êstes documentos jurídicos chegaram a Lima, onde residia penitenciado, o P. Manuel Ortega foi conduzido ao Tribunal da Inquisição e declarado livre. Ao voltar num carro com o P. Cabredo, reitor do Colégio, o povo, que soube logo a novidade, aclamou com efusiva alegria pelas ruas da capital do Peru a inocência do P. Ortega.

Em 1607, foi escolhido para a Missão de Tarija, onde prestou grandes serviços aos Chiriguanos. Faleceu no dia 21 de Outubro de 1622, no Colégio de Chuquisaca [1]. Tinha 61 anos de idade e 42 de Companhia, passados mais de 35 nas missões.

Manuel Ortega, sofrido e obediente, cativo dos piratas, confessor da fé, apóstolo dos Ibirajaras, converteu milhares de almas e percorreu imensos territórios, então inexplorados, que se repartem hoje pelas repúblicas do Brasil, Argentina, Paraguai, (Uruguai?), Bolívia e Peru. É um dos grandes da América: *adeo ut inter Americae Heroes iure merito computaretur* [2].

---

1. Hoje Sucre na Bolívia: « La antigua Chuquisaca india, llamada tambien Charcas y la Plata durante el coloniaje, cambió su nombre por el de Sucre ». *Geografía Universal*, Tomo V, *América*, Gallach, Barcelona, p. 434.

2. Del Techo, *Historia*, II, cap. XXXIII, 51; Pastells, *Paraguay*, I, 130, 221-223; *Bras.* 5, 21v, que o dá com 23 anos em 1584; Rocha Pombo, *Hist. do B.*, V, 158, nota 2; Coetlosquet, *Au Paraguay — Missionnaires et Oeuvres sociales*, in *l'Action Populaire*, n. 217, 9; Lozano, *Historia*, I, 274-280, 458-469.

LIVRO QUARTO

RIO DE JANEIRO

CAPÍTULO I

Conquista e fundação do Rio de Janeiro

1 — Os Jesuítas no Rio, antes de Villegaignon; 2 — Expedições contra os Índios Tamóios; 3 — O Armistício de Iperoig por Nóbrega e Anchieta; 4 — A Tomada do Forte Coligny; 5 — Villegaignon tenta trazer para o Brasil Jesuítas franceses; 6 — A campanha de Estácio de Sá; 7 — A parte dos Jesuítas na fundação da capital do Brasil.

1. — No tempo em que os Jesuítas chegaram ao Brasil, a baía de Guanabara era ocupada por duas tríbus diferentes, em guerra entre si: Maracajás e Tamóios.

Os Tamóios viveram em paz algum tempo com os Portugueses; mas então estavam em guerra. Os Maracajás eram amigos [1]. Visitavam com freqüência estas paragens navios de mercadores franceses. Também lá iam os Portugueses de S. Vicente fazer negócio, mesmo com os Tamóios, tomando naturalmente as devidas cautelas [2].

Cunhambebe, chefe Tamóio, que vivia na baía de Guanabara, por volta de 1560, ficou na história com fama de antropófago voraz. Dêste índio, a quem Thevet chama *le plus redouté diable*, compôs êle um retrato na sua *Cosmographia*, reproduzido em Pôrto Seguro e na Revista do Instituto Histórico. O mesmo Thevet, rectificando depois algumas patranhas de Lery (êstes dois excelentes autores dizem-se mùtuamente as últimas), dá um retrato um tanto diverso do primeiro. Cunhambebe está agora com o rosto mais voltado para o ombro direito, e ostenta, perfurando cada face, uma pedrinha redonda; tem as feições mais suaviza-

1. Anch., *Cartas*, 195.
2. Hans Staden, *Viagem do Brasil* (Rio 1930) 93.

das e adorna-se com algumas virtudes e com o gôsto pelos actos do culto. Mas Thevet afirma que nunca vira tamanho fanfarrão. Gabava-se, diz êle, de ter *deffaict* (não escreve comido) milhares de adversários [1].

Entre os Portugueses, que estiveram na baía de Guanabara antes de Villegaignon, conta-se Pero Correia, que depois entrou na Companhia. Por essa ocasião, viu-se em perigo de morte. Livrou-se dela com um hábil estratagema, de caracter psicológico, documento valioso do alto grau a que podia chegar a sugestão entre os Índios. O facto, por inacreditável que seja, é narrado sem dúvidas nem reticências, em carta ainda inédita, escrita de S. Vicente, a 10 de Março de 1553. Lê-se, a-propósito do Rio de Janeiro:

«Aqui veio uma vez o Irmão Pero Correia, estando ainda no mundo, e querendo-o matar os gentios, se fêz filho de uma destas índias e de um homem branco. A qual, por pensar que era seu filho, fêz que não o matassem. Esta mulher, por haver já aqui visto êste Irmão com o P. Leonardo Nunes, nos disse que o seu filho era *Abaré*, que quere dizer abade santo verdadeiro, e logo pediu ao Padre [Nóbrega] que a levasse aonde estava o seu filho. E o Padre a trouxe com um seu filho e uma filha prenhe, que já aqui pariu, em S. Vicente, e se baptizaram todos. Todos ficaram muito espantados dos meios que Nosso Senhor tem para trazer aquelas almas ao verdadeiro caminho da salvação».

Nóbrega, que levou aquêles índios para S. Vicente, passou no Rio, no mês de Dezembro de 1552 ou Janeiro seguinte. Vinha do norte e acabava de tocar no Espírito Santo:

« Daqui viemos ao Rio de Janeiro, onde o Governador quere fazer uma povoação de Portugueses. Ali não saíu gente em terra, porque os Índios estão mal com os brancos. Aqui adoeceram muitos homens, ainda que pela graça de Deus não morreu nenhum. E os Padres tiveram grande trabalho em confessá-los e consolá-

1. André Thevet, *Pourtraits et vies des hommes illustres* (Paris 1584) 661. Thevet estêve com Villegaignon no Forte Coligny. Era franciscano. Secularizou-se em 1558; e foi depois capelão da rainha de França e cosmógrafo real. Escreveu também *Les singularités de la France Antartique*. Cf. Pôrto Seguro, *HG*, I, 354-355.; *Rev. do Inst. Bras.*, 13 (1850) 517. Reproduzindo a efígie de Cunhambebe, o Redactor da Revista dirige-se « aos filósofos admiradores da selvageria » : se vos lisongeáveis de ser governados por um homem-fera, — êle não!

-los, porque faziam grandes calores. Depois foram os Padres pelo rio acima a umas Aldeias de uns Índios, que são amigos dos brancos, onde lhes prèguei na sua língua, e juntava os meninos e lhes ensinava a doutrina. Também lhes fazia decorar cantares de Nosso Senhor em sua língua e lhos fazia cantar» [1].

É a primeira catequese dos Jesuítas no Rio de Janeiro. A carta não menciona o local, onde estiveram os Padres Manuel da Nóbrega e Francisco Pires. Mas os Índios, amigos dos Portugueses, eram os Maracajás, que habitavam a Ilha do seu nome, hoje do *Governador* [2].

Tomé de Sousa, que vinha na armada, escrevendo a El-Rei, diz que ficou maravilhado com o Rio; e se não fêz logo ali fortaleza, como Sua Alteza mandava, foi «por ter pouca gente e não lhe parecer siso derramar-se por tantas partes» [3].

Os Índios Maracajás ou Temiminós, vendo-se em apertos, pediram ao Donatário do Espírito Santo que os socorresse. E êle, aconselhando-se com os Padres Braz Lourenço e Luiz da Grã, enviou-lhes quatro embarcações, e foram fundar uma grande Aldeia naquela Capitania, em Abril de 1555 [4].

Êstes Índios Maracajás e Temiminós parece que se devem identificar entre si. A-pesar dos grandes progressos dos estudos indiográficos no Brasil, a classificação rigorosamente científica dos seus Índios está por fazer, nem é fácil pela prodigiosa mobilidade dos mesmos. Notemos simplesmente que o chefe dos Índios, mudados do Rio, se apelidava Maracajaguaçú (Gato Grande), de

---

1. *Copia de una de un hermano del Brasil para los hermanos de Portugal*, de San Viçente, a diez de março del año de 1553, *Bras. 3 (1)*, 90. Com Nóbrega vinham o P. Francisco Pires e quatro moços estudantes. Um dêstes, de difícil identificação actual, seria o catequista da língua brasílica e o autor da carta.

2. Ocorre naturalmente esta pregunta: saindo os Padres em terra, e demorando-se tempo bastante para os meninos aprenderem e decorarem cantigas, não teriam dito missa ambos os Padres ou o P. Nóbrega, superior de todos?

¿Não seria esta a primeira missa no Rio de Janeiro?

Não podemos afirmá-lo com certeza, mas também não se poderá negar. Pelo menos, será arriscado, daqui em diante, repetir que foi Thevet quem disse tal missa, como se vê, se não estamos em êrro, numa pintura mural do Palácio de S. Joaquim.

3. Pôrto Seguro, *HG*, I, 323; *Hist. da Col. Port. do B.*, III, 364; Afrânio Peixoto, *Enciclopédia pela Imagem — Rio de Janeiro* (Pôrto 1938) 20.

4. Carta de Luiz da Grã, *Bras. 3 (1)*, 137v.

quem já falámos, e ao qual chamam alguns Temiminó. Capistrano identifica-os expressamente. Métraux, contudo, distingue entre Temiminós e Maracajás (Margais, Marakaya, sinónimos, para êle, de Tupinaquins); mas sem a devida clareza [1].

Os Temiminós haviam de alcançar renome na conquista do Rio de Janeiro, sobretudo um dêles, Martim Afonso Araribóia.

Ora, sucedeu que, no mesmo ano de 1555, em que êstes índios se transferiram para o Espírito Santo, chegou, a 10 de Novembro, à baía de Guanabara, o cavaleiro de Rodes, Nicolau Durand de Villegaignon. Aproveitando-se da inimizade dos Tamóios com os Portugueses, estabeleceu-se na Ilha de Sergipe, facto considerável, que implicava as mais funestas conseqüências para a unidade, comércio e catequese do Brasil.

Esta colónia, a quem intitularam depois enfàticamente França Antártica, degenerou num refúgio de calvinistas. Com tal apoio na América, os corsários franceses interceptavam, quando podiam, a correspondência entre o Brasil e a Europa. E preparavam o ambiente para as atrocidades dos 40 Mártires do Brasil, alguns anos mais tarde.

O perigo francês tinha sido assinalado várias vezes, e de modo veemente e claro, por Luiz de Góis, em 1548, em carta a D. João III; e recordou-o Anchieta, em 1560, notando que êles se fortificavam no Rio, para dali assaltarem as naus da Índia, na altura do Cabo da Boa Esperança ou Ilha de Santa Helena [2].

Não seria por si mesmo grave o perigo, se não fôsse a conivência dos Tamóios; êstes, acirrados e armados pelos Franceses, assolavam, insolentes, a costa, roubando, matando e atrevendo-se a ir até às portas de Piratininga [3].

A atitude hostil dos Tamóios e o perigo dos Franceses ia entrar logo num período agudo e ser o problema mais difícil e urgente de resolver no Brasil. Nêle intervieram eficazmente os Padres da Companhia; e a sua intervenção revestiu três aspectos diferentes, segundo as necessidades de momento. Umas

---

1. Capistrano de Abreu, nota a Pôrto Seguro, *HG*, I, 415; A. Métraux, *La civilisation matérielle*, 14.

2. Anch., *Cartas*, 303. Não se confunda êste Luiz de Góis com outro, que deu a conhecer o tabaco na Europa e se fêz jesuíta depois, na Índia. Cf. Pedro de Azevedo, *Os Primeiros Donatários*, na *Hist. da Col. Port. do B.*, III, 213.

3. Vasc., *Anchieta*, 59.

vezes, acompanhavam as expedições organizadas contra os Tamóios; outras, dividiam os inimigos, conseguindo pazes com uma parte dêles; outras ainda, impunham e ajudavam, com a sua influência decisiva, a conquista final do Rio de Janeiro. Nóbrega foi a alma de todo êste movimento. Di-lo formalmente Anchieta: «Do Colégio do Rio de Janeiro foi o primeiro [Reitor] o P. Manuel da Nóbrega, que o começou *a fundamentis*, e nêle acabou a vida, depois de deixar tôda aquela terra sujeita e pacífica, com os Índios Tamóios sujeitos e vencidos, e tudo sujeito a El-Rei, sendo êle o que mais fêz na povoação dela. Porque, com o seu conselho, fervor e ajuda, se começou, continuou e levou a cabo a povoação do Rio de Janeiro» [1].

2. — Das expedições organizadas contra os Tamóios, ficou-nos uma breve relação na vida do P. Manuel de Paiva. Transcreve-a António Franco, copiando a Anchieta, «de cujo manuscrito é à letra esta vida». Diz assim:

«Ordenaram os Capitãis de S. Vicente duas guerras contra os Tamóios, foi necessário mandar o P. Nóbrega em sua companhia ao Padre Paiva, o qual todo o caminho, que foi largo, lhes disse missa, e prègou sempre, esforçando os Portugueses, e confessando-os, e acudindo juntamente aos Índios Cristãos com o Irmão Gregório Serrão, que era o língua que levava. Em uma guerra e em outra, foi sempre o Padre Paiva sem mêdo com a cruz na mão diante, até cêrca das Aldeias, uma das quais foi rendida de-todo, e com o esfôrço do Padre se salvaram muitos dos nossos, que estavam a ponto de fugir com perigo certo das vidas: os quais o Padre fêz esperar, até que de-todo se renderam os inimigos, de que havia ainda boa cópia recolhidos em uma casa forte; e se sentiram covardia nos nossos, houveram de sair, e matar muitos nas canoas, em que se queriam ir com pouca ordem, e com muitos já frechados».

«Pelo grande perigo, em que estavam, se pôs o Padre Paiva sem mêdo algum, defronte daquela casa, donde se tiravam muitas frechadas até que se tomaram os inimigos às mãos, e os nossos ficaram salvos. A outra Aldeia não foi rendida, antes muitos dos nossos feridos, os quais o Padre Paiva ajudava a

---

1. Anch., *Cartas*, 327.

tirar do perigo presente de os acabarem de matar, e recolhendo-se todos pera as canoas, êle foi o último, que ficou no mato; porque, além de êle ser homem velho e pesado, quis que todos fôssem diante, e achando-o menos no pôrto, um Índio cristão o veio buscar e, encontrando-o no mato, já perto, o acompanhou até o embarcar com tôda a gente».

«Neste combate nunca o Padre Paiva se apartou da cêrca com a cruz em a mão, animando a todos, e depois os Tamóios nos perguntavam: Quem era aquêle de uma roupa longa, que estava com uma Cruz junto da cêrca, porque lhe tirávamos muitas frechadas e nunca o pudemos acertar? Desta maneira guardou Nosso Senhor por sua misericórdia, por meio do Padre Paiva, os nossos; e não quis que se destruísse aquela Aldeia, porque depois estêve nela o Padre Nóbrega, fazendo pazes com os Tamóios, muitos dos quais são agora cristãos» [1].

Como se vê, esta última expedição foi adversa aos Portugueses [2]. E aquela Aldeia, onde estêve depois o P. Nóbrega, fazendo as pazes com os Tamóios, foi Iperoig.

3. — Os Tamóios, desde o Cabo Frio à Bertioga, oprimiam a Capitania de S. Vicente e levavam de contínuo «escravos, mulheres e filhos dos cristãos, matando-os e comendo-os» [3].

Os Portugueses foram atacá-los uma vez e venceram-nos; foram atacá-los outra e foram vencidos. Parece que Deus permitia isto como castigo aos Portugueses, pelas muitas sem-razões que lhes tinham feito, explicava-se então. Mas era preciso algum remédio, porque, na Capitania de S. Vicente, em 1563, já «quási não pensam os homens senão em como se hão-de ir e deixá-la» [4]. Nóbrega interveio. Pareceu-lhe que o mais expediente era propor aos Tamóios pazes equitativas. Se êles as aceitassem, estava resolvida a dificuldade; se as recusassem, passava-se a justiça para o lado dos Portugueses [5].

---

1. Franco, *Imagem de Coimbra*, II, 214; Anch., *Cartas*, 486-487; Teles, *Crónica*, I, 494; Jorge de Lima, *Anchieta* (Rio 1934) 130.
2. Vasc., *Crón.*, II, 130.
3. Anch., *Cartas*, 193, 197.
4. Anch., *Cartas*, 194.
5. Anch., *Cartas*, 192; Caxa, *Breve Relação*, 15, em Serafim Leite, *Páginas*, 159; Francisco Soares, *De algumas coisas*, 380.

Nóbrega tinha ido amadurecendo o plano, desde 1561. Era a época das primeiras efervescências dos Índios; os Tamóios já se tinham confederado contra os Portugueses, espicaçados pelos Franceses hereges, de quem recebiam ferramentas, espadas e arcabuzes. A vida dos colonos tornava-se quási impossível em S. Vicente, que pensavam em despovoar, indo para terras mais seguras. Aliás, aquela efervescência impossibilitava a catequese. A intervenção da heresia justificava o contra-ataque dos Padres. Em 1563, o estado da Capitania de S. Vicente era na realidade crítico. Os Tupis do sertão, amigos dos Portugueses, com a tal vitória dos Tamóios, começaram, como tôdas as civilizações inferiores, a desamparar os vencidos, sem reparar que o eram talvez só na aparência ou de passagem. Ergueram-se contra Piratininga. Foram derrotados, é certo; mas inquietavam constantemente as fazendas dos brancos e impediam a penetração catequética.

Nóbrega meditou um golpe audacioso. Nada menos que separar os Tamóios da Costa dos do Rio e confederá-los depois com os Tupis de Piratininga e de S. Vicente. Com o enfraquecimento da confederação geral dos Tamóios, seria possível ou mais fácil a fundação da cidade do Rio de Janeiro. Com a aliança dos Tamóios com os Tupis fiéis, cortava-se o vôo às ousadias dos Tupis sertanejos.

Entretanto, os Portugueses impor-se-iam definitivamente. E a colonização e a catequese prosseguiriam em paz.

Para realizar tão vasto plano, Nóbrega dispunha de um meio simples e directo. Oferecer-se-ia a si mesmo em refém, com risco de perder a vida. Foi a mais perigosa embaixada, de que ninguém jámais se encarregou, diz Southey. Para o bom êxito dela, contava Nóbrega com a ajuda de Deus e o prestígio dos Jesuítas entre todos os Índios do Brasil.

A proposta foi aceita com reconhecimento pelos Portugueses. Nóbrega escolheu para companheiro ao Irmão José de Anchieta, por ser conhecedor da língua brasílica e, ainda que novo, homem de virtude e prudência. Preparada a viagem, saíram de S. Vicente, ao que parece, no dia 18 de Abril de 1553[1].

---

1. Há certa obscuridade nesta data: Anchieta diz que foi na primeira oitava da Páscoa, que em 1563 caíu a 11 de Abril. Como dissemos, ao tratar do

A um de Maio, estavam na Ilha de S. Sebastião, onde Nóbrega celebrou missa. No dia 5, aportaram a Iperoig, povoação de Índios Tamóios, na região de Itaúba, ao norte do moderno Estado de S. Paulo e que êles iam celebrizar para todo o sempre [1]. Iam em dois navios, pertencentes ambos, ou pelo menos um, a José Adorno, natural de Génova, dedicado aos Jesuítas e escolhido por Nóbrega para intermediário entre os Padres e o povo de S. Vicente [2].

Duvidaram a princípio os Tamóios se os recém-vindos eram efectivamente os Padres, de quem tanto ouviam falar. Por acaso havia entre êles certa mulher que estivera em S. Vicente; mandada chamar, reconheceu o P. Nóbrega como Superior dos Jesuítas e que podiam confiar nêle.

Feito assim o reconhecimento, entrou-se no assunto das pazes. Para que durassem, e até se ultimar tudo com os diversos chefes Tamóios, os Padres ficaram em reféns; recìprocamente, era necessário que fôssem também alguns Tamóios para entre os Portugueses. Êste assunto estava já preparado de ante-mão. Os Tamóios, muitos dos quais tinham os Padres impedido de serem

---

assédio a Piratininga, a oitava duma festa obtém-se juntando-se 7 ao dia da mesma festa. A oitava da Páscoa, em 1563, foi a 18 de Abril. Os dias intermédios contam-se, primeiro, segundo... oitavo. A primeira oitava da Páscoa de 1563 é o dia 12 de Abril. Caso saíssem neste dia, a carta de Anchieta, datada de 16 de Abril de 1563, onde diz que « estamos já de caminho para esta jornada », seria escrita da Bertioga, onde ficou 5 dias. Nóbrega administrava os sacramentos; êle escreveria a carta. Mas o contexto de 1565 parece indicar que embarcaram em S. Vicente no dia 18. Então teriam saído não na 1.ª oitava da Páscoa, segunda-feira, mas no dia da própria oitava (Domingo de Pascoela).

1. Sôbre Ubatuba, cf. B. Calixto, *Rev. do Inst. de S. Paulo*, 20, p. 540 ss.

2. Pero Rodrigues, *Anchieta*, em *Annaes*, XXIX, 204; Vasc., *Crón.*, III, 5, chama-lhe Francisco Adorno, equívoco que outros seguiram. Anchieta não diz o nome dos capitãis dos navios no momento em que chegaram, mas fala depois expressamente de José Adorno, « tio de nosso Irmão Francisco Adorno ». Talvez daqui se originasse a confusão. Dêste Francisco Adorno, jesuíta, sabemos que entrou na Companhia em Portugal. Estudou em Coimbra. Depois seguiu para a Itália, sua Pátria, onde foi confessor de S. Carlos Borromeu, fêz parte da Comissão dos 12, nomeada em 1581 para preparar o *Ratio Studiorum*, e foi provincial de Génova (Pero Rodrigues, *Anchieta*, em *Annaes*, XXIX, 204; F. Rodrigues, *A Formação*, 115n). A José Adorno encontramo-lo várias vezes; estêve na conquista do Rio de Janeiro, doou à Companhia alguns bens e quis entrar nela em 1591, não chegando a realizar os seus intentos.

devorados pelos Tupis, quando voltaram para as suas terras espalhavam por lá a fama dos Padres. Portanto, ouvindo a proposta, prontificaram-se logo 12 Tamóios para ir em lugar dos Jesuítas. Meteram-se por si mesmos nos navios e deixaram-se levar[1].

Os Padres haviam de ficar entre os Tamóios o tempo que Deus quisesse. Tratou Nóbrega de organizar a sua vida: para êles, de religiosos, para os Índios, de catequese. No dia 9 de Maio, que era domingo, celebrou ao ar livre a primeira missa. Ajudava Anchieta. Era indizível a curiosidade dos selvagens. No dia 14, os Índios desalojaram uma casa e ofereceram-na aos Padres para sua morada exclusiva. Contudo, como havia à roda de Iperoig outras Aldeias de Índios, para contentar a todos, os Jesuítas viviam uma temporada, ora numa ora noutra.

Começou a correr a novidade da vinda. Os principais Tamóios chegavam-se cautelosos, a princípio, e com disposições nada propícias. Anchieta conservou-nos o nome de dois, Pindobuçu e Cunhambeba, que de inimigos se transformaram logo em defensores, salvando a vida aos Padres contra as arremetidas de outros que vinham para os matar[2].

Além de Cunhambeba e Pindobuçu, aponta Vasconcelos mais dois: Caoquira, que recebeu os Jesuítas em sua casa, nos primeiros momentos; e Aimbiré, Índio crudelíssimo das bandas do Rio, que veio com o firme propósito de matar os Padres[3]. Quando chegou a Iperoig tão espantoso Índio, com dez canoas, Pindobuçu e Cunhambeba não estavam presentes. O perigo foi grande. Mas o tamóio, surpreendido com a atitude serena e suave dos Padres, acalmou um pouco; só desistiu, porém, dos seus inten-

---

1. Anch., *Cartas*, 193.

2. Será êste Cunhambeba o mesmo de que fala Thevet? Segundo Heulhard, *Villegaignon, Roi de l'Amérique*, p. 114, citado por Capistrano em Pôrto Seguro, *HG*, I, 355, Cunhambeba morreu de peste, pouco depois de chegar Villegaignon. Sendo assim, são diferentes. Mas notemos que Thevet, que estêve com Villegaignon precisamente os primeiros meses, nada diz de sua morte, *Pourtraits et vies des hommes illustres* (Paris 1584) 661-663.

3. Vasc., *Crón.*, III, 8, 10. Dêle conta Anchieta a seguinte façanha: « Uma das suas mulheres, de algumas vinte que tinha, fêz-lhe adultério; a qual êle tomou e atou a um pau, de pés e mãos, e com a espada a abriu pelos peitos e barriga e depois a mandou queimar ». — Carta de 8 de Janeiro de 1565, nos *Annaes*, II, 89. Trecho suprimido na tradução portuguesa, Anch., *Cartas*, 206.

tos, quando lhe disseram que um seu genro que tinha, francês, acabava de fazer as pazes com José Adorno, quando ia a caminho do Rio, aonde não chegou, por-lhe dizerem que, se lá fôsse, o matavam. Adorno voltou, portanto, a Iperoig. E Pindobuçu requereu-lhe que saísse em terra para assistir às negociações; como refém ficaria a bordo um irmão do próprio Pindobuçu.

Nóbrega e Anchieta, acompanhados de José Adorno, foram a um outeiro, onde já se achavam os Índios de Iperoig, os de Guanabara e um francês de categoria, diferente daquele genro de Aimbiré. O francês estava sentado no meio de todos, com «uma boa espada na mão e com um saio preto bem fino» [1].

Nóbrega tinha associado José Adorno a esta negociação, porque era amigo dedicado e de absoluta confiança; e porque, sendo natural de Génova, não poderiam os Tamóios, em caso de dissidência, invocar a sua qualidade de português. Também não era indiferente o ter sido educado em França, circunstância favorável para captar as boas graças dos Franceses, fazendo-os falar, se fôsse mister.

Nesta reünião magna, a proposta dos Jesuítas era que os Tamóios fizessem pazes com os Portugueses e com todos os Índios amigos seus, e tivessem trato e comunicação, sem guerras nem assaltos. Os Tamóios exigiam, como condição preliminar, que os Portugueses entregassem alguns Índios principais, Tupis, inimigos dos Tamóios, para os matarem e comerem. Pero Rodrigues concretiza a exigência dos Tamóios, com dizer que êles reclamavam «três principais que entre êles ajudaram a defender os Portugueses e Índios cristãos em um salto que foram dar na vila de S. Paulo» [2].

Os Padres rejeitaram, é claro, semelhante cláusula; e pouco faltou para logo ali se quebrarem as pazes «com quebrarem-nos as cabeças», se Deus lhes desse licença. Alvitrou José Adorno que o melhor seria consultar o Capitão de S. Vicente. Então, Pindobuçu, que estivera sempre calado, interveio e declarou que achava bem.

---

1. Não era Villegaignon, que já se tinha retirado para França. Poderia ser seu sobrinho Bois-le-Comte. Mas êste, diz Heulhard, pouco mais fazia que andar em contínuas viagens entre o Brasil e a França. Cf. Capistrano in Pôrto Seguro, *HG*, I, nota 16, p. 415.

2. *Anchieta*, em *Annaes*, XXIX, 205.

Os Padres escreveram, por José Adorno, aos da governança das vilas vicentinas, o resultado da conferência e que se não entregasse nenhum índio, quer fôsse inocente ou culpado, ainda que isso houvesse de custar a vida a Nóbrega e ao seu companheiro [1].

José Adorno, antes de partir de Iperoig, soube dum francês as maquinações do tamóio Aimbiré, e como vinha apostado, com as suas dez canoas, a impedir as pazes e a matar os Padres.

O facto é que, vendo frustrado o seu intento em Iperoig, seguiu para S. Vicente, em som de guerra, com vontade de atacar a fortaleza da Bertioga. Mas chegou adiante José Adorno. Preveniu o Capitão de S. Vicente, Pedro Ferraz Barreto, que juntou gente para a defesa e enviou ao encontro dos Tamóios alguns dos reféns. E êles, ou por saberem da prevenção da terra ou persuadidos pelos reféns, quando chegaram a S. Vicente, iam já de paz.

Por êste tempo vieram a Itanhaém os Tupis revoltos do sertão, com o fim, ao que diziam, de impedir as pazes. Aquêles Tamóios deram-lhes um assalto, tomaram alguns e os Portugueses consentiram que os levassem consigo e ainda lhes deram outros, como prova de que desejavam selar com isso a amizade e as pazes. Era, em certo sentido, pactuar com êles, contra a opinião expressa dos Jesuítas. Ainda que não levaram os principais, que desejavam, levaram outros. E para o fim que os queriam — matá-los e comê-los — o resultado era o mesmo.

Julgando o Capitão de S. Vicente que com isso ficariam firmes as pazes, enviou um bergantim a Iperoig, para conduzir a S. Vicente o P. Nóbrega e o Ir. Anchieta. Os Tamóios, porém, «crendo a nossa fé e verdade pela sua, que é mui pouca», não deixaram ir a ambos. Poderia ir um, ficaria o outro. Não foi pre-

1. Southey, *H. do B.*, I, 407, confunde José Adorno com Aimbiré e diz que foi êste que se propusera ir pessoalmente a S. Vicente apresentar a exigência da entrega daqueles principais. Anchieta diz expressamente o contrário: « o Capitão [José Adorno], vendo-o [a Aimbiré] tão bravo como lôbo carniceiro, que não pretendia mais que fartar-se de sangue, e não dava nada pela razão, para se desembaraçar dêle, disse-lhe que viria cá [a S. Vicente] e praticaria aquilo com o Capitão », etc. Êste equívoco de Southey tem arrastado outros que o transcrevem, v. g. Galanti, *H. do B.*, I, 282.

ciso pensar muito. Era necessária, em S. Vicente, a presença de um homem decidido. Convinha ficar em Iperoig quem soubesse bem a língua. A escolha era evidente. Nóbrega deixou Iperoig no dia 21 de Junho. Para fazer companhia a Anchieta, ficou um colono de S. Vicente, António Luiz, cuja mulher, filhos, uma cunhada e escravos tinham sido roubados pelos Tamóios, e fôra a Iperoig com a esperança de os resgatar. Infelizmente, não só os não resgatou, como se constituíu uma fonte perene de preocupações para Anchieta. Os Tamóios não lhe guardavam a êle o mesmo respeito que aos Padres e chegou-se a temer que o devorassem.

Evitou-se, pelo que toca ao branco, mas não se pôde impedir que da barraca, em que viviam, fôsse arrancado à fôrça um escravo seu e, ali mesmo, em terreiro, à vista dêle e de Anchieta, fôsse abominàvelmente morto e comido.

Anchieta tratou de proteger António Luiz, e fêz que embarcasse antes dêle próprio. Havia certa freqüência de barcos, que iam e vinham a S. Vicente, e algumas vezes ficavam alguns amigos com Anchieta, como se conta de Aires Fernandes, mas também, como António Luiz, acabavam por lhe dar trabalho, pois com êles não tinham os Índios a mesma consideração [1].

Nóbrega, mal chegou a S. Vicente, revolveu céus e terra para alcançar a volta de Anchieta e se fazer algum acto positivo de pazes entre Tupis e Tamóios.

Com a sua habitual resolução e actividade, conseguiu o máximo, que as circunstâncias permitiam. O representante dos Tamóios de Iperoig foi o próprio Cunhambeba, com outros muitos: as pazes fizeram-se na igreja de Itanhaém, em que Tupis e Tamóios se abraçaram [2]. As pazes com os do Campo realizaram-se na igreja do Colégio de S. Paulo, onde se juntaram mais de 300 Tamóios, vindos do Rio Paraíba, com um chefe que conhecera os Padres em Iperoig. Um Tupi de Piratininga, declarou solenemente, em nome dos mais, que por amor de Cristo deixara os seus Tupis revoltados e que agora, não por mêdo, mas porque assim o queriam os Padres, que ordenavam aquelas pazes, que daí em diante se não falasse mais de guerras passadas e fôssem

1. Pero Rodrigues, *Anchieta*, em *Annaes*, XXIX, 258.
2. Vasc., *Crón.*, III, 31.

todos amigos. A ambos os actos estêve presente Nóbrega, como quem dispusera tudo para êste resultado, que a-final era o seu próprio triunfo.

Quanto a Anchieta, alcançou Nóbrega a promessa clara de Cunhambeba, o « mais desenganado de todos os Índios, de que o traria secretamente a S. Vicente ». Secretamente, isto é, que o não soubessem os do Rio, nem os que ainda estivessem renitentes contra as pazes [1].

Cunhambeba, assim como o prometeu, o cumpriu. Na sua canoa, e em sua companhia, chegou Anchieta à fortaleza de Bertioga, no dia 22 de Setembro [2].

A vida dos Padres em Iperoig foi um constante sobressalto. A-pesar-de significar tréguas a sua estada ali e deverem, portanto, ficar suspensos os ataques dos Tamóios, o certo é que continuaram. Os do Campo deram, pela serra, em uma fazenda, queimando a casa, matando o dono dela e a sua mulher, levando outra mulher e algumas escravas, que mataram depois « com grandes festas e vinhos e cantares » [3].

---

1. Las pazes *no quedaron* tan fixas como se deseaba y assi el P. Joseph tuvo recado del P. Nóbrega que se veniesse secretamente y un indio amigo suio lo truxo secretamente en una canoa a S. Vicente *(Fundacion del Rio de Henero*, 50; Caxa, *Breve Relação*, 16; Serafim Leite, *Páginas*, 162). Nos *Annaes*, XIX, p. 126, vem suprimida a partícula negativa *no*. O P. Luiz da Fonseca, na ânua de 1 de Janeiro de 1576, conta o facto da seguinte maneira: Os Tamóios violavam as pazes: « Quare Anchieta... fugam clanculo arripuit fuissetque ab ipsis interceptus et obtruncatus nisi quidam primarius inter Tamoyos vir eum istorum furori subtraxisset et in Divum Vicentium usque lintri devexisset » *(Bras. 15*, 293). Quási com as mesmas palavras, em castelhano, se exprime o P. Inácio Tolosa, na sua carta de 31 de Agôsto de 1576, *Bras. 15*, 285.

2. No tempo de Cardim, havia duas fortalezas na Bertioga, a maior era « cousa formosa, parece-nos ao longe com a de Belém » (Cardim, *Tratados*, p. 351 e nota de R. Garcia LXXX). A Bertioga (ou Buriquioca) é um canal que separa a Ilha de Santo Amaro da terra, em frente de Santos: « tem de extensão 13 1/2 milhas desde a bôca, fronteira à cidade de Santos, até à barra de S. João na costa do Oceano ». — Barão de Tefé, *O Bertioga (Porto de Santos)*, na *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, Tômo II, 23-26.

3. Isto é o que testemunha Anchieta *(Cartas*, 214). Mas logo Pero Rodrigues diz que os Índios deram na tôrre chamada Bertioga, situada em uma das barras da ilha de S. Vicente e pondo logo fogo às portas, a entraram e mataram um homem com sua mulher e destruíram tôda a família, matando e levando os que quiseram *(Anchieta*, em *Annaes*, XXIX, 206). E Simão de Vasconcelos es-

Coincidiu com aquêle ataque à fazenda do colono a chegada a S. Vicente do P. Nóbrega. Naturalmente, êle evitou que se fizessem represálias para não pôr em risco a vida de Anchieta. O perigo maior, emquanto estiveram em Iperoig, vinha dos Tamóios do Rio, que não chegavam a acôrdo ou resistiam às pazes; e o perigo era imediato, tôda a vez que chegava alguma canoa daquelas bandas e não estava na povoação algum dos seus defensores. Anchieta descreve um dêstes casos angustiosos, em que êle e sobretudo Nóbrega, por ser de mais idade e doente, se viram em risco de ser cativos ou mortos, um dia que andavam na praia, longe do povoado [1].

Idênticos « tragos de morte » se repetiam a cada passo e mais de uma vez os livrou da morte Pindobuçu ou Cunhambeba. Não procedia, contudo, esta defesa tanto de amor como de temor. Persuadidos de que os Padres tinham trato directo com Deus, cuidavam que, se os maltratassem, logo seriam castigados.

Diz Anchieta, depois que ficou só, que se Pindobuçu o defendia era « porque temia, e assim parece que o tinha encaixado no coração, que não tinha mais vida que emquanto me defendesse ».

Anchieta não fêz nada para o desiludir, antes procurava tudo para aumentar êste temor salutar e para êle apelou mais duma vez.

Seria longo contar tudo o que ali passaram os Jesuítas: as impertinências dos Índios, as fomes e perigos de morte; os assédios contra a castidade; a habilidade de que deram provas para inutilizar intrigas e traições; as obras de beneficência ou medicina empírica; e como Anchieta, depois de ficar só, teve de multiplicar a dedicação e solicitude para atrair e, ao mesmo tempo, dominar aquelas naturezas selvagens.

Tudo isto é uma das mais belas páginas da história da Companhia e do Brasil, e da colonização portuguesa. A carta, que o companheiro e secretário de Nóbrega escreveu, narrando êste

---

creve: « os bárbaros entraram a fortaleza de S. Vicente, mataram o capitão dela e sua mulher e levaram cativa a sua família ». A simples *casa* de Anchieta sobe a *tôrre* em Pero Rodrigues e transforma-se em *fortaleza*, com seu capitão, na « Chrónica » de Vasconcelos (*Crón.*, III, 18).

1. Cf. Jonatas Serrano, *Deus o quer!* (Rio 1934) 22, onde se insurge contra o modo jocoso como Vasconcelos narra estas cenas trágicas.

feito heróico, é também um monumento de informações para o conhecimento dos Índios. A ida a Iperoig teve ainda, para Anchieta, outra utilidade. Para fugir à inacção e para ocupar o pensamento num objecto elevado, antídoto contra as tentações ambientes, teve a inspiração de escrever um poema latino, a Nossa Senhora, *De Beata Virgine Dei Matre Maria.*

O efeito imediato, e por assim dizer político, desta célebre jornada, foi impedir que os Tamóios confederados atacassem, com as suas canoas guerreiras, a S. Vicente, numa ocasião em que, andando rebelados os Tupis do interior, se veriam os brancos entre dois inimigos.

Nóbrega envidou todos os esforços, ainda durante muito tempo, para que ninguém fizesse mal aos Tamóios que andavam pela Capitania de S. Vicente.

Queria provar-lhes que as pazes não se quebrariam da parte dos brancos, mesmo que não houvesse reféns entre os Tamóios. Por sua vez, os Tamóios, que aceitaram as pazes, não tornaram a guerrear a Capitania de S. Vicente. Mas Anchieta ainda temia: « agora são todos tornados a suas terras e creio que também a sua natureza cruel, amiga de guerra e inimiga de toda a paz; e a primeira vinda será a roubar e a matar como soem » [1].

Felizmente, pôde obstar-se a isso. A gente de Iperoig mostrou-se sempre fiel, ou por vontade ou por fôrça. Porque, como os Tamóios de Guanabara e Cabo-Frio não quiseram pazes, foi-se preparando Mem de Sá e, entretanto, chegaram navios e reforços de Portugal. E a conquista da baía de Guanabara, desalojando-se dela os Franceses hereges, e a fundação da cidade do Rio de Janeiro foi um facto dentro de pouco tempo. Com êste acto de fôrça impuseram-se os Portugueses. E pôde então implantar-se definitivamente a nossa civilização naquelas paragens, suprimindo-se emfim o hiato perigoso que existia entre o norte e o sul.

4. — Villegaignon, ao estabelecer-se, em Novembro de 1555, na baía de Guanabara, chamou ao estabelecimento, que fundou, na ilha de Sergipe, Forte Coligny, em homenagem ao almirante francês daquele nome. Não haveria nesta homenagem uma inten-

---

1. Anch., *Cartas*, 196-240; António de Matos, *Prima Inst.*, 10-12v.

ção religiosa, divergindo de seus compatriotas, preocupados até ali com fins puramente mercantis, passageiros, — troca de produtos entre êles e os indígenas?[1].

Villegaignon apetrechou-se para êste comércio « do pau e pimenta, gengibre e algodão » com um estabelecimento fixo, contando talvez com a fraqueza de D. Duarte da Costa.

Ora, uma fortaleza estranha no Rio de Janeiro, separando assim o norte do sul, era um evidente perigo político. Perigo que poderia ser funesto não só para Portugal, mas para tôda a Península [2].

E a êste juntava-se outro. Nesta fortaleza viera abrigar-se, sob a protecção ou tolerância de Villegaignon, grande número de protestantes, enviados alguns directamente de Genebra pelo próprio Calvino. Era um grave elemento de desordem. Na verdade, ao estudarmos a vida interna da Colónia, verificamos que os Franceses transplantaram consigo para a América as preocupações e disputas da pátria. Exacerbaram-se as paixões. Houve conspirações, traições, execuções de pena capital, fugas. Uma verdadeira miniatura da França revôlta de então, onde já fermentava a tragédia de S. Bartolomeu.

Um quisto de tal natureza no Brasil inquietava vivamente os Portugueses e os Padres. As reclamações começaram desde S. Vicente à Baía, desde a Baía a Lisboa. Requeria-se maneira forte no modo de governar, para restabelecer o prestígio. Os Jesuítas entraram neste movimento de opinião. Nóbrega, na sua carta de 1559 a Tomé de Sousa, dá-lhe conta do Estado do Brasil e, para não demorar o auxílio, encarece os factos. Nos Ilhéus, diz êle, os colonos, só porque os Índios queimaram uma casa, abandonaram engenhos, casas e tudo, que « nem parecem da casta dos Portugueses, que lêmos nas Crónicas e sabemos que sempre tiveram o primado ». No ponto, a que chegaram as coisas, de duas uma: ou se largava o território ou se conquistava de-todo. Situações dúbias eram a morte do Brasil: nem se povoava a terra, nem se convertiam as almas. O perigo francês viera

1. M. E. Gomes de Carvalho, *D. João III e os Franceses* (Lisboa 1909) 174.

2. « Villegaignon's colony in Brazil seemed a new danger to Spain as well as to Portugal ». — Francis Gardner Davenport, *European Treaties bearing on the History of the United States and its Dependencies to 1648*, Carnegie Institution (Washington 1917) 220.

ennegrecer o quadro. E se alguma Capitania estava mal, era S. Vicente, «já com a candeia na mão», diz Nóbrega, que conclue, invocando a amizade do antigo Governador: pelo amor que me tem, «faça socorrer a êste pobre Brasil» [1].

A 30 de Novembro de 1559, aportava à Baía uma armada sob o comando de Bartolomeu de Vasconcelos. Vinha pròpriamente para guardar a costa. Mas o Governador Mem de Sá não deixou perder a oportunidade. Na Baía, abasteceu-se a armada de gente de guerra, concorrendo as Aldeias dos Padres com o maior contingente; no Espírito Santo, entraram também os Temiminós. Saindo do Salvador, a 16 de Janeiro de 1560, a armada chegou ao Rio, no dia 18 de Fevereiro. Os de S. Vicente enviaram um bergantim artilhado, com algumas canoas de guerra, onde iam mamelucos e Índios da costa e de Piratininga, assistidos pelo Padre Fernão Luiz e Irmão escolástico Gaspar Lourenço [2].

Todos juntos deram sôbre a fortaleza. Estavam nela passante de 60 Franceses de peleja e mais de 800 Tamóios, diz Nóbrega. Mem de Sá escreve números superiores. Os Portugueses seriam 120 com 140 Índios. «Era a fortaleza mui forte, assim pela natureza e situação do lugar, tôda cercada de penhas, que se não podia entrar senão por uma subida, estreita e alta, por rochas, como pela muita artilharia, armas e alimento e grande multidão de bárbaros que tinha, de maneira que, pelo juízo de todos, era inexpugnável» [3].

Ao segundo dia de combate, Franceses e Tamóios abandonaram a fortaleza. «Fugiram todos, deixando o que tinham, sem o poderem levar» [4]. Não se encontrou sinal nenhum de religião católica, crucifixos, imagens de santos, etc. Um missal, que acharam, tinha as estampas roídas. Livros heréticos havia muitos, diz Anchieta [5].

O papel dos Jesuítas na tomada da Ilha de Villegaignon,

---

1. Nóbr., *CB*, 218.
2. Anch., *Cartas*, 159; Vasc., *Crón.*, II, 77; id., *Anchieta*, 65.
3. Anch., *Cartas*, 159.
4. Nóbr., *CB*, 223-228.
5. Anch., *Cartas*, 160. Entrada a fortaleza, celebrou-se missa, *in gratiarum actione*, purificando o ambiente. No último de Março, fundeou a armada em Santos, diz Vasconcelos. — *Crón.*, II, 74-83; cf. Capistrano in Pôrto Seguro, *HG*, I, 385, nota 14.

além do socorro de Índios das suas diversas catequeses, estêve sobretudo na atitude de Nóbrega, que viera na armada. Os capitãis, vendo as disposições topográficas da Ilha, fortificada à europeia, e os meios reduzidos de que dispunham, estavam irresolutos. O Governador, com o apoio de Nóbrega, conseguiu dobrar as opiniões contrárias. O triunfo justificou a resolução e clarividência de ambos [1]. Durante a conquista, Villegaignon estava em França.

5. — E, interessante coincidência, emquanto os Portugueses, com a colaboração dos Jesuítas, destruíam o forte na Ilha, que tem hoje o nome do aventureiro francês, procurava êste, em Paris, a colaboração dos mesmos Jesuítas. Para dar importância à emprêsa, Villegaignon transformara em grande conquista de 200 léguas os escassos palmos da sua ilha.

O P. Liétard narra o caso da seguinte maneira:

«Por muitas vias se nos vão acrescentando as esperanças de alevantarmos muito cedo Colégio, por meio de um cavaleiro principal de Rodes, homem assi nas letras gregas e latinas como em virtude assinalado, o qual haverá cinco anos que, por mandado do Cristianíssimo Rei, foi à Ilha América pera a conquistar. E conquistando perto de duzentas léguas, parte com boas obras que fazia, parte à fôrça de armas, haverá três meses que chegou, não com outro intento, senão a buscar Bispo e sacerdotes pera cultivar esta Ilha e a reduzirem a nossa santa Fé. O Ilustríssimo Cardial Lotarigiense [2], lhe prometeu que lhe daria alguma gente de nossa Companhia. Com esta confiança veio êste cavaleiro a Paris. E pera melhor efeituar isto, tomou por intercessor um doutor, devoto nosso. Por ordem do Padre, falei ao doutor, dizendo-lhe não haver aqui quem com êle a tão longe se pudesse mandar, porque era primeiro necessário que disto se desse conta ao Padre Geral e que em Roma andavam os Nossos tão ocupados todos, que não era de todo certo poder vir de lá alguém pera

---

1. Cf. Nóbr., *CB*, 224; *Documentos relativos a Mem de Sá*, em *Annaes*, XXVII, 141, 182-185, 193. A Ilha de Villegaignon pertencia, em 1754, aos Jesuítas que a traziam arrendada a Simão da Costa por 3$200 réis anuais. — *Arquivo do Distrito Federal*, I, p. 270.

2. Carlos de Guise. Cf. *Mon. Litt. Quadrimestres*, VI, 547.

esta missão. Mostrando-lhe, contudo, o desejo que temos de ganhar almas pera Cristo, lhe demos algumas esperanças. Pôsto êle entre mêdo e esperanças, mais acendido com amor que reprimido com o mêdo, nos começou a dizer que não deixássemos tão boa emprêsa por mêdos de caminho nem por arreceios e falta do necessário, porque êle tomava tudo à sua conta e faria tudo com El-rei, que nos desse todo o necessário, assi de livros como de mantimentos, e que daria, além disso, ordem que ou por petição de El-Rei ou por rogos do Cardial, fôssemos pedidos ao Sumo Pontífice, uma dúzia ou mais, pera esta Ilha; o que, se Deus fôr servido se efeitue, será grande ajuda para nesta Ilha se alevantar o Colégio. Com esta determinação se partiu para a côrte, ficando de se tornar a ver connosco ainda antes da Páscoa. E pera melhor suceder êste negócio lhe aconselhei se confessasse, e, comungando, encomendasse o negócio a Deus, o qual êle tão fàcilmente aceitou, que logo se confessou com um nosso e comungou com os Irmãos em São Germano. Em América há assaz grande lugar, e acomodado, pera se exercitarem nossos ministérios. Há perto de duzentas léguas, onde há muitos infiéis, que se podem reduzir ao grémio da igreja, nem faltam lá mancebos franceses, que entendem já a língua da terra, os quais nos podem servir, na obra do catequismo, de intérpretes, como tenho entendido de um dêles que de lá veio. As naus se ficam aviando em um pôrto daqui perto [1]. O nome dêste Cavaleiro é Nicolau Villegaignon. Rogue Vossa Reverência ao Senhor *ut mittat operarios in vineam suam*» [2].

Anchieta conheceu, de-certo, esta carta de Liétard, porque se refere a Villegaignon em têrmos idênticos, chamando-lhe católico [3].

Lery diz que êle se declarou calvinista. Mas os próprios ataques de Lery são prova do contrário, ou, pelo menos, de

---

1. No original latino diz que é o Havre: « naves adornantur in portu apud Normannos dicto *le Hable de grâce*». *Mon. Litt. Quadrimestres*, VI, 548.

2. Évora, cód. CVIII/2-2, f. 4v-5, 2.º tômo das *Cartas da Europa: Quadrimestre de Paris*, escrita a seis de Março de 1560, por Nicolau Liatarão Paredense. Códice que pertenceu ao Colégio de Coimbra. Publicada em latim em *Mon. Litt. Quadrimestres*, VI, 1559-1560, p. 545-549.

3. Anch., *Cartas*, 311, 313; Pero Rodrigues, *Anchieta*, em *Annaes*, XXIX, 202.

que a atitude dúbia de Villegaignon foi pura tática para atrair gente[1].

Villegaignon faleceu em França, em 1571, sem ter voltado ao Brasil. Depois do estabelecimento definitivo dos Portugueses no Rio de Janeiro, reclamou ao agente de Portugal em Paris, João Pereira Dantas, alguma indemnização. O agente inclinava-se a que lhe fôsse concedida, não por ter direito a ela, mas por ser fidalgo, «e tão bom católico como é»[2].

Villegaignon andava por então empenhado já em grandes polémicas religiosas. Esta figura singular tem afinidade com certos homens de agora, defensores intelectuais da religião, mas sem grandes escrúpulos na prática. Talvez se esclareça assim a aventura em que se meteu na América. Prevalecendo a ambição de renome e a vontade de angariar colaboradores para uma arriscada emprêsa, não olhou à qualidade, admitindo tudo, católicos e não católicos, criando assim uma situação de incoerência religiosa que desagregava os espíritos. Semelhantes tergiversações não poderiam chegar a Lisboa senão com o aspecto de heresia, aliás justificado. Portanto, ao conhecerem-se ali as negociações de Villegaignon em França, já estava preparada a resposta: O P. Miguel de Tôrres escreve ao P. Geral, explicando que aquela terra, para onde queria voltar o tal cavaleiro de Rodes, com Padres da Companhia, era terra de Portugal, onde já trabalhavam Jesuítas. Em Lisboa, diz êle, já se sabe quem é êsse homem: herege, que vive tirânicamente, no Rio de Janeiro, donde foi expulso pelos Portugueses. E acrescenta, que isto mesmo dizia aos Padres de Paris, mas seria bom repetirem-lho de Roma[3]. É claro que, nestas condições, nenhum jesuíta francês embarcaria para o Brasil com Villegaignon. O aventureiro enviou, ao que parece, alguns religiosos de hábito branco, parte dos quais teria morrido, parte voltado a França, pouco depois. Anchieta dá dêles vaga referência[4]. Em 1553, todos os Franceses do Rio eram

1. Jean de Lery, *Histoire d'un voyage faict en la terre du Brésil autrement dite Amérique* (La Rochelle 1578). Há uma tradução de Tristão de Alencar Araripe na *Rev. do Inst. Bras.*, 52, 2.ª P., pp. 111-372. Consultem-se as págs. 160, 161, onde se refere a disputa sôbre a Eucaristia, etc.

2. Zeferino Cândido, *Navegação e Conquistas* (Rio 1899) 149.

3. *Mon. Laines*, V, 397-398.

4. Anch., *Cartas*, 208.

protestantes, conforme confessa um dêles ao mesmo Anchieta, nas praias de Iperoig[1].

6. — A-pesar-de destruído o Forte Coligny em 1560, Mem de Sá não pôde ficar no Rio de Janeiro, «por não ter o Governador gente para logo o povoar e fortificar como convinha»[2]. Ora a fortaleza podia reerguer-se. É o que expõe Manuel da Nóbrega ao Cardial Infante, lembrando a necessidade de se povoar o Rio de Janeiro e de «fazer-se nêle outra cidade como a Baía, porque com ela ficaria tudo guardado, assim a Capitania de S. Vicente como a do Espírito Santo, que agora estão bem fracas». Tal emprêsa deve-se tomar a peito, encarecia êle, «porque a fortaleza que se desmanchou, como era de pedras e rocha, que cavaram a picão, fàcilmente se pode tornar a reedificar e fortalecer muito melhor»[3].

A fortaleza não tornou a erguer-se, mas os Tamóios entricheiraram-se em terra. E os Franceses não desampararam a região. Leonardo do Vale assinala a presença das seguintes naus francesas nos portos do Brasil, uma na Baía, sete no Rio, duas das quais foram atacar o Espírito Santo[4]. Falava-se que viria socorro da França. A Capitania de S. Vicente via-se realmente em situação melindrosa, quando, em 1563, sucedeu o duplo facto do armistício de Iperoig e da volta ao Brasil de Estácio de Sá, com duas naus grandes[5].

Neste ano, precisamente, recolhia Anchieta aquela informação de que todos os Franceses do Rio eram protestantes e até perseguiam e matavam a quem celebrasse missa[6], motivo a mais para se apressar a emprêsa. A rainha D. Catarina, o Governador, a gente do Brasil, os Jesuítas, todos a achavam urgente. E os Jesuítas talvez mais do que ninguém. A experiência de Iperoig mostrava-lhes que os Tamóios, instigados pelos Franceses do Rio e Cabo Frio, queriam a guerra. Anchieta conta as terríveis depre-

1. Anch., *Cartas*, 208.
2. Nóbr., *CB*, 227.
3. Id., *Ib.*, 227.
4. *CA*, 339-340, 362-364.
5. Francisco Soares, *De algumas cousas*, 378; Vasc., *Crón.*, III, 56.
6. Anch., *Cartas*, 208-209.

dações que os Tamóios iam fazer em S. Vicente, depois das pazes, e como «tinham determinado pôr tudo a fogo e sangue» [1].

Em S. Vicente, esperava-se a armada de Estácio de Sá. Depois que chegou à Baía, deu-lhe o Governador alguns reforços. No Espírito Santo, recolheu o Capitão-mor a Melchior de Azeredo e a Araribóia, chefe Temiminó. Mem de Sá encomendou ao sobrinho que não arriscasse nada, sem ouvir primeiro o P. Nóbrega. Estácio assim o fêz; «apenas chegou ao Rio, mandou um navio pequeno a S. Vicente, para com cujo conselho se assentar o que se havia de fazer. Nóbrega, trazendo Anchieta, partiu a 19 de Março e chegou ao Rio a 31, sexta-feira santa, à meia noite. A esquadra de Estácio de Sá, que saíu dois dias antes, voltou, obrigada pelo tempo, no sábado de aleluia» [2]. Esta volta foi a salvação de ambos, senão teriam sido infalìvelmente capturados pelos Tamóios. Domingo de Páscoa, Nóbrega celebrou missa na Ilha de Villegaignon, já abandonada. Havia quási dois meses que viera Estácio de Sá. O Padre, vendo a atitude hostil dos Tamóios e como se haviam entrincheirado, foi de parecer que convinha melhor preparação. A armada portuguesa fêz-se na volta de S. Vicente.

A preparação meticulosa da campanha levou dois meses. Foi extraordinária a actividade de Nóbrega: alistar combatentes, ajudado pelos seus Padres e Irmãos. Havia quem se opusesse «assim do povo de S. Vicente como dos capitãis e gente da armada, aos quais parecia impossível povoar-se o Rio de Janeiro com tão pouca gente e mantimentos». Estavam firmes Estácio de Sá e o ouvidor Braz Fragoso, que também viera da Baía. Estácio de Sá preguntou ao grande jesuíta:

— «Padre Nóbrega! E que conta darei a Deus e a El-Rei, se lançar a perder esta armada? Respondeu êle, com confiança mais que humana:

— Senhor, eu darei conta a Deus de tudo: e, se fôr necessário, irei à presença do Rei e responderei aí por vós» [3].

---

1. Anch., *Cartas*, 235.

2. Capistrano in Pôrto Seguro, *HG*, I, 406; Anch., *Cartas*, 236; Vasc., *Crón.*, III, 58-59.

3. Vasc., *Crón.*, III, 62, citando Anchieta. Antes de Vasconcelos, e citando o mesmo Anchieta, António de Matos: «Qualem, Pater mi, Deo me Regique

Emquanto se aprontou a armada, Nóbrega convidou Estácio de Sá e os outros capitãis a visitar as casas dos Jesuítas em S. Vicente e S. Paulo e apresentou-lhe os Índios principais e publicou perdões em nome do Governador[1]. O resultado não se fêz esperar. Escreve Leonardo do Vale, alguns meses depois, que a maior parte dos Índios, que a armada levou consigo a povoar o Rio, eram os discípulos dos Padres, de Piratininga. E que, a-pesar do temor, em que estavam, de guerras na própria terra, deixaram mulheres e filhos e, por amor dos Padres, lá foram. E «sem êles mal se poderia povoar»[2].

Para assistir a êstes Índios e os animar, seguiram o P. Gonçalo de Oliveira e o Irmão José de Anchieta. Anchieta ia ser o cronista da expedição[3].

No dia primeiro de Março de 1565, estabeleceu-se o Capitão-mor à entrada da baía, no sítio limitado da parte do mar pelos dois morros *Cara de Cão* e *Pão de Açúcar*, e pela parte da baía pelo mesmo *Cara de Cão* e outro morro, que vai até junto ao *Pão de Açúcar*. É o espigão da *Urca*. Aí armaram os soldados as tendas e construíram casas de palha. Do lado dos morros defendia-os a própria natureza. Do lado das praias cravaram-se estacas[4].

---

praestabo, si milites meos Tamoyarum, Gallorumque armis mactandos trucidandosque tradidero? Nam etsi illi fortes aeque ac leones sint, ipsa tamen certe barbarorum multitudine, cum perpauci sint, opprimentur. In me, ait Nobrega, sceleris istius culpa refundatur. Hac ipsa aspergar ignominia. Ego Regi pro te Deoque Optimo Maximo satisfaciam». — António de Matos, *Prima Inst.*, 21; Baptista Pereira, *Pelo Brasil maior* (S. Paulo 1934) 391.

1. Vasc., *Crón.*, III, 63-64.

2. *CA*, 451; J. C. Fernandes Pinheiro, *Breves reflexões sobre o systema de catechese seguido pelos Jesuitas no Brasil*, in *Rev. do Inst. Bras.*, 19, 2.ª P. (1856) 387.

3. Anch., *Cartas*, 245-254. Da sua carta de 9 de Julho de 1565 dão os diversos autores resumos ou interpretações próprias. A mais objectiva é a de Capistrano de Abreu, in Pôrto Seguro, *HG*, I, 427-429. E, antes dêle, Felisbelo Freire, *Historia da Cidade do Rio de Janeiro*, p. 34.

4. Tal é a localização do acampamento de Estácio de Sá, segundo António de Matos. Diz que o Capitão-mor «locum pro castris delegisse ante ipsum Ianuarii sinus ostium quam ex parte littoris maritimi duae ingentes claudunt rupes (una *Canis Vultus* altera *Sachareus Panis* appellatur); ex parte vero alterius littoris sinuosi scilicet, eodem *Canis Vultu* et altera rupe usque ad *Sachareum Panem* decurrente, clauditur. Eo in loco ad planum tentoria ceu mapalia, siccato foeno

O arraial de Estácio de Sá recebeu a invocação de S. Sebastião, homenagem a El-Rei, e deu-se princípio, na cidade que se fundava, a uma administração rudimentar, mas disciplinada. Com o inimigo iniciou-se um regime de ciladas e escaramuças, «de sorte que, até princípio de 1567, todo o dia era de guerra. De manhã, uma emboscada no francês, de tarde uma sortida valente no tamóio. Só a presença dos Padres e a certeza da protecção de S. Sebastião, sem se contar com a valentia provada de Estácio, davam uma coragem religiosa à população, tôda ela tornada guerreira, com a tenção única de desbancar o contrário, extinguindo a heresia e seu aliado selvagem» [1].

O primeiro mês foi para se fixarem e estabelecerem a defesa. Fizeram-se plantações e construíu-se um baluarte de taipa e pilão, munido de artilharia. Ergueram-se guaritas de madeira. Para ficarem ao abrigo de incêndios, cobriram-nas de telha, trazida de S. Vicente. Também se fortificaram numa eminência vizinha, miradouro donde dominavam tôdas as evoluções do inimigo de terra e mar. Maravilha de tática e defesa, posição verdadeiramente inexpugnável para o tempo. Todavia, como os Tamóios, por sua vez, se entrincheiraram em terra e na Ilha do Governador, era mister desalojá-los, sob pena de se eternizarem uns e outros, inùtilmente, nas posições respectivas. Tanto mais que os Franceses iam passando palavra, e não tardariam a concentrar-se no Rio as naus artilhadas, que êles tinham pela costa ou em Cabo

---

tecta, disposuere milites; et ex parte littorum sudibus in terram defixis munierunt; nam caetera natura munivit» *(Prima Inst.*, f. 16). Se êste texto fôsse conhecido antes, poupar-se-iam algumas canseiras tanto a Vieira Fazenda na determinação dêste local, *Fundamentos da cidade do Rio de Janeiro*, in *Rev. do Inst.*, 71, I P., 23-31; 80, p. 532-550, como a Morales de los Rios, *Subsídios para a Historia da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro*, in *Rev. do Inst. Bras.* Tômo especial do Congresso de História, 1914, Parte I, p. 1161-1220. Aliás o *Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas que há na Costa do Brasil*, códice quinhentista da Biblioteca da Ajuda, publicado na *Hist. da Col. Port. do B.*, vol. III, 230-231, indica a *cidade velha* entre o *Pão de Açúcar* e o *Cara de Cão* (morro de S. João) o qual, colocado no extremo da península, vai do mar à baía, como aponta o P. António de Matos, reitor do Colégio do Rio de Janeiro, conhecedor *de visu* dos locais que descreve.

1. Jorge de Lima, *Anchieta* (Rio 1934) 179; Vasc., *Crón.*, III, 76-77, 84; Id., *Anchieta*, 103-118; Anch., *Cartas*, 307; *CA*, 452-454; Pero Rodrigues, *Anchieta*, in *Annaes*, XXIX, 212-213.

Frio ou poderiam vir da Europa. E, de-facto, alguns ataques navais se registaram [1].

7. — Dos dois Jesuítas, presentes no arraial, um era sacerdote, outro não. É inegável que, se ambos o fôssem, mais úteis seriam os ministérios. Resolveu Nóbrega enviar à Baía o Irmão Anchieta para se ordenar. Ao mesmo tempo, informaria Mem de Sá da situação do Rio de Janeiro e da necessidade de vir refôrço para a conquista efectiva. O socorro só havia de chegar em 1567. Anchieta partiu no dia 31 de Março de 1565 [2]. Daí em diante (22 meses), Gonçalo de Oliveira trabalhou incansàvelmente no Rio de Janeiro, com brancos e Índios; e de S. Vicente ia enviando Nóbrega outros companheiros ao P. Oliveira e os ia revezando, «com ocasião de socorros que mandava freqüentemente ao capitão-mor e soldados de refrêsco, canoas e Índios, animando-os e consolando-os» [3]. Os Tamóios de Iperoig permaneciam fiéis. Estava, portanto, assegurada a comunicação pacífica entre o Rio e S. Vicente; e é de crer que, não só por meio de emissários, mas pessoalmente, se tivessem avistado e falado Nóbrega e Estácio de Sá. Chegaram a acôrdo que era de absoluta necessidade a vinda de uma poderosa armada. Nóbrega escreve para Portugal e insiste que venha quanto antes, e que traga também novos obreiros para a Companhia, porque fazem falta. Luiz da Grã corrobora o pedido, «para que se não perca, por negligência e descuido, o que com tantos trabalhos, como cá se sabem, se ganhou» [4]. Anchieta reflecte o mesmo espírito e insinua que Bois-le-Comte se aprestava (ao que corria) para vir em socorro de Tamóios e Franceses [5]. O Governador Geral fazia instâncias semelhantes. Esta unanimidade não deixou de impressionar Lisboa, que aliás ardia no desejo de arrancar, emfim, de Güanabara o escalracho inimigo.

Sob o comando de Cristóvão Cardoso de Barros, chegou a armada à cidade do Salvador, no dia 23 de Agôsto de 1566. Nela

1. Cf. Vasc., *Crón.*, III, 77, 81, 82; Francisco Soares, *De algumas cousas*, 379.
2. Anch., *Cartas*, 252-253.
3. Vasc., *Crón.*, III, 86.
4. *CA*, 454.
5. Anch., *Cartas*, 253.

vieram também o P. Visitador, Inácio de Azevedo, e mais três Padres e quatro Irmãos [1].

A armada constava de três galeões. O Governador Geral junta-lhes três caravelões, gente e mantimentos e vai pessoalmente ao Rio, saindo da Baía em Novembro e chegando no dia 18 de Janeiro de 1567. Vinham na armada, além do Bispo D. Pedro Leitão, seis Jesuítas, Inácio de Azevedo (Visitador), Luiz da Grã (Provincial), José de Anchieta, recém-ordenado, António Rodrigues, Baltazar Fernandes e António da Rocha [2].

A posição dos Tamóios, à chegada de Mem de Sá, é a seguinte. Possuem três redutos fortificados: o de «Biroaçumirim, grande principal e muito guerreiro» (em Vasconcelos e na maior parte dos historiadores, Uruçú-Mirim). Ficava numa posição altíssima onde havia alguns Franceses, sítio, que Capistrano identifica, «sem grande risco de errar», com o actual Morro da Glória [3]. Outro, na Ilha do Governador, a que Mem de Sá chama Paranapecu; outro ainda, guarnecido de muitos Franceses, com três cêrcas fortíssimas, baluartes e casas fortes.

Observada a situação, logo se resolve o ataque geral e sucessivo. No dia 20 de Janeiro, dia de S. Sebastião, patrono da cidade, investe-se Biroaçumirim. É o maior feito de armas desta conquista. Vencem os Portugueses. Mas a luta é renhidíssima e nela fica ferido o Capitão-mor.

A seguir, impugna-se a fortaleza da Ilha do Governador, sendo tomada depois de três dias de combate [4]. A terceira fortaleza não chega a ser combatida: é simplesmente entrada. Os inimigos, desmoralizados com as duas derrotas precedentes, fulminantes, antes de serem atacados, escreve Mem de Sá, «logo

---

1. *Lus. 61*, 289; *Lus. 62*, 22; *Fund. de la Baya*, 16(90); Franco, *Synopis* an. 1566, n.º 6; Vasc., *Crón.*, III, 90. A Armada saíu de Lisboa, antes de 6 de Junho de 1566; nesse dia, escreve o P. Leão Henriques que «o Padre Inácio de Azevedo já partiu com seus companheiros para o Brasil», *Lus. 62*, 44v.

2. Vasc., *Crón.*, III, 93 e 100. De Baltazar Fernandes existe uma carta referente a esta viagem, *CA*, 481-487. A António Rodrigues, como antigo soldado e experimentado já nas guerras do Paraguai e da Baía, foram confiados os Índios, recebidos no Espírito Santo (Ant. Matos, *Prima Inst.*, 22v-23).

3. In Pôrto Seguro, *HG*, I, 430.

4. Vasc., *Crón.*, III, 101-103.

me vieram pedir pazes e lhas outorguei com ficarem vassalos de Sua Alteza» [1].

Para contrastar êstes triunfos, Estácio de Sá sucumbe, no dia 20 de Fevereiro de 1567, aos ferimentos recebidos um mês antes no Morro da Glória, conquistando-a para si eternamente. A morte dêste jovem capitão encerra o ciclo heróico da conquista [2].

Do fundador da cidade do Rio de Janeiro traçou Anchieta as seguintes palavras, que valem pelo maior elogio: «Nesta conquista, que durou alguns anos, andavam os homens como religiosos, confiados em Deus e na presença do capitão-mor, Estácio de Sá, o qual, além do seu grande esfôrço e prudência, era todo exemplo de virtude e religião cristã. E bem mostrou o Padre Nóbrega, que foi regido nesta matéria pelo Divino Espírito, pelas muitas e insignes vitórias que, por misericórdia sua, houveram tão poucos Portugueses de tanta multidão de Tamóios ferocíssimos, costumados por tantos anos a serem vencedores, e dos Franceses luteranos, que consigo traziam» [3].

«É notório a todos, diz Leonardo do Vale, em carta de 23 de Junho de 1565, nos começos da campanha, serem tantos e tão evidentes os prodígios que se viram na fundação desta cidade e nos combates, que houve, que podem já esquecer os da Índia e África» [4].

Mem de Sá mudou, no dia 1 de Março de 1567, a cidade para sítio mais amplo, a uma légua, no Morro do Castelo, actual-

---

1. *Instrumento*, in *Annaes*, 27, p. 136.

2. Estácio de Sá sepultou-se na capela dos Jesuítas da Cidade Velha. Teve exéquias solenes. Antes de 1583, transferiram-se os restos mortais do capitão-mor para a igreja de S. Sebastião. E ali permaneceram até ao presente século (cf. Documentos relativos à sua exumação em 1862, *Rev. do Inst. Bras.*, 26 (1863) 301-316). «Em 1921, informa Rodolfo Garcia, com o desmonte do Morro do Castelo, foram os restos de Estácio de Sá trasladados para o novo convento dos Capuchinhos, à Rua Conde de Bonfim» (In Pôrto Seguro, *HG*, I, 417). Vieira Ferreira publicou a fotografia da lápide primitiva, *Antigas inscripções do Rio de Janeiro e Niteroi*, in *Rev. do Inst. Bras.*, 160 (1930), gravura n.º 96. Cf. Vasc., *Crón.*, III, 105; Manuel dos Santos, *História Sebastica*, cap. VI, p. 38; Max Fleiuss, *Historia da Cidade do Rio de Janeiro* (S. Paulo 1928) 49; Baltazar da Silva Lisboa, *Annaes do Rio de Janeiro*, in *Rev. do Inst. Bras.*, 4 (1842) 248-264, 318-330, 403-420.

3. Vasc., *Crón.*, III, 105; Id., *Anchieta*, 115-118.

4. *CA*, 448.

mente arrasado e que teve também, segundo o Barão do Rio Branco, as seguintes denominações: Morro do Descanso, Alto da Sé, Alto de S. Sebastião e Morro de S. Januário [1].

Neste morro célebre fundaram os Jesuítas o seu Colégio. Estabeleceram-se logo ali mais de 150 moradores [2]. E aqui começou a desenvolver-se a actual capital do Brasil, para cuja posse tinham concorrido Portugueses, mamelucos e Índios de tôdas as missões jesuíticas, numa coadjuvação valente e leal. Nestes dias históricos, o Rio de Janeiro foi teatro de grandes actos de heroísmo individual e colectivo. Silva Lisboa traz uma lista «das pessoas distintas que ajudaram a fundação e edificação do Rio de Janeiro», com os dados biográficos de cada qual [3].

A parte, que coube aos Jesuítas, foi grande. Ferdinand Denis exagera-a, atribuindo a êles tudo: «Emquanto os Franceses trabalhavam por se estabelecer nestas regiões, os Jesuítas, que haviam adquirido já grande influência sôbre os colonos da Capitania de S. Vicente, se decidiram a expulsá-los completamente. Aprestou-se a expedição» e operou-se a conquista [4]. A Heulhard parecia-lhe tão grande a parte dos Jesuítas, que, para a explicar, os multiplica, escrevendo que Tomé de Sousa trouxera «six bons vaisseaux chargés de Jésuites, admirables propagandistes, patients, insinuants, infatigables et disciplinés, tous formés en bataillon carré» [5].

A verdade é que com Tomé de Sousa vieram apenas seis Jesuítas!

Sem chegarmos aos exageros dos historiadores franceses, é certo que a iniciativa, intervenção e laboriosidade dos Padres foi preponderante e decisiva.

Três merecem especial referência.

José de Anchieta, que estêve no arraial o primeiro mês, levou informações a Mem de Sá, e assistiu ao embate final.

---

1. Rio Branco, *Ephemerides Brasileiras*, in *Rev. do Inst. Bras.*, vol. 82 (1917), dia 1 de Março de 1567; *Bras. 15*, 183.

2. *CA*, 482-483.

3. Baltazar da Silva Lisboa, *Annaes do Rio de Janeiro*, I, cap. VII. Esta lista acha-se também na *Rev. do Inst. Bras.*, 4 (1842) 318-330.

4. Ferdinand Denis, *Brazil*, I, 77.

5. Heulhard, *Villegaignon, Roi d'Amérique*, 112, citado por Morales de los Rios, *Rev. do Inst. Bras.* Tômo Especial do Congresso de História (1914), P. I, p. 1172.

Gonçalo de Oliveira, capelão militar da praça, companheiro de Estácio e assistente dos Índios, todo êste tempo, desde o primeiro dia até ao último. A êle se refere êste passo de Pero Rodrigues: « algumas vezes deram os inimigos assalto na cidade, que não era mais que uma cêrca de pau a pique e casas de palha; e, uma delas, ajuntando-se muitos imigos, estava o Padre junto do altar de giolhos, e as flechas, que vinham de mais alto, passavam o telhado de palha e se pregavam no chão, ao redor dêle, sem lhe tocarem». Os soldados, vendo isto, «cobravam ânimo e tornavam ao combate, com mais esfôrço, até que de-todo fizeram fugir o inimigo» [1].

Emfim, Manuel da Nóbrega, que antes e durante a conquista atendeu com energia e providência de chefe, para que nada faltasse aos combatentes e se mantivesse bem desperta a coragem e confiança geral no triunfo definitivo. *Nóbrega foi o verdadeiro animador da gloriosa emprêsa.* Os escritores brasileiros modernos notam que lhe não tem sido feita a devida justiça. Fale por todos Capistrano: «O primeiro reitor do Colégio dos Jesuítas do Rio foi o Padre Manuel da Nóbrega, que tanto concorreu para a fundação da cidade, sem o qual Estácio de Sá não poderia ter vindo reforçado de S. Vicente, de modo a arrostar Franceses e Tamóios durante quási dois anos. Êsse Jesuíta benemérito não tem sido condignamente apreciado; com grande desprêzo da perspectiva histórica, Simão de Vasconcelos esfumou-o na irradiação de Anchieta, seu discípulo querido; tácita ou explicitamente outros o teem imitado» [2].

1. Pero Rodrigues, *Anchieta*, in *Annaes*, XXIX, p. 214.
2. Capistrano de Abreu, in Pôrto Seguro, *HG*, I, 431 e 393.

CAPÍTULO II

O estabelecimento da Companhia no Rio de Janeiro

1 — A igreja de S. Sebastião ; 2 — Relíquias ; 3 — Os Jesuítas e a defesa da cidade ; 4 — Construção do Colégio ; 5 — Os primeiros estudos no Rio ; 6 — Os Reitores ; 7 — Os Jesuítas e as autoridades civis.

1. — Em 1565, fundou o P. Gonçalo de Oliveira « uma casa-igreja da evocação de S. Sebastião », na cidade que Estácio de Sá fundou à sombra do Pão de Açúcar. Era de palha e algumas vezes a furaram as flechas dos Tamóios. Ali exercitou êle os seus ministérios sacerdotais, celebrando missa, confessando e administrando a sagrada comunhão aos combatentes, esforçando-os na luta [1]. Fêz isto dizer a Duarte Nunes que os Jesuítas foram os fundadores, no Rio de Janeiro, da Religião e da Igreja « não só formal, mas material » [2].

Antes, tinha havido na baía de Guanabara alguns actos de culto, parte protestante parte católico, pelos Franceses, e antes dos Franceses pelos Jesuítas, em Dezembro de 1552 ou Janeiro de 1553, quando Nóbrega ali estêve com o Governador Tomé de Sousa [3]. O mesmo P. Nóbrega disse missa no Forte Coligny. Mas tanto uns como outros foram actos sem seqüência. Pelo contrário, aquela igreja de S. Sebastião fundada pelos Jesuítas e onde disse missa o P. Gonçalo de Oliveira, acolitado por Anchieta, ia persistir agora através dos séculos sem solução de continuïdade.

---

1. Anch., *Cartas*, 253.
2. Duarte Nunes, *Almanac Historico*, na *Rev. do Inst. Bras.*, 21 (1858) 120.
3. *Bras. 3 (1)*, 90v.

Quando se mudou a cidade mais para dentro, logo o povo reedificou, de taipa, no morro central, a igreja de S. Sebastião, patrono da cidade, oferecendo-a aos Jesuítas, tomando posse dela, em Agôsto de 1567, o Visitador B. Inácio de Azevedo[1].

Até à nomeação do Pároco todos os ministérios correram a cargo dos Padres. Mem de Sá fala, em 1570, de uma igreja que êle tinha mandado fazer para êles. Parece-nos diferente da primeira capelinha de S. Sebastião, feita pelo povo, nos primeiros instantes da mudança e de que se não torna a falar, sendo provàvelmente substituída por alguma das duas seguintes. Diz Mem de Sá: «fiz a igreja dos Padres de Jesus, onde agora residem, telhada e bem concertada; e a Sé «de três naves», também telhada e bem concertada»[2]. Esta Sé, de que fala Mem de Sá, era a matriz. Assumiu, portanto, para si o nome do titular da cidade, S. Sebastião.

A nomeação do primeiro Pároco tem a data de 20 de Fevereiro de 1569, e recaíu na pessoa de Manuel Nunes, presbítero do hábito de S. Pedro[3].

No dia 19 de Julho de 1576 (per litteras datas XIX Iulii millesimo quingentesimo septuagesimo sexto), foi criada por Gregório XIII uma administração Eclesiástica no Rio de Janeiro e proveu-a no licenciado Bartolomeu Simões Pereira[4].

Os Jesuítas verificaram, em breve, que a sua igreja ia ficando velha e era insuficiente[5]. O culto progredia à proporção que a cidade aumentava. O Visitador Cristóvão de Gouveia deu ordem, em 1585, que se começasse outra[6]. E construíu-se de-pressa: em três anos. A sua inauguração realizou-se no dia de Natal do ano

1. «Sacramque divi Sebastiani aediculam nobis pro templo a civitate ipsa tributam». — António de Matos, *Prima Inst.*, 21v.

2. *Documentos relativos a Mem de Sá*, em *Annaes*, XXVII, 136.

3. *Memoria sobre a fundação da Igreja de S. Sebastião primeira matriz que teve a cidade do Rio de Janeiro*, na *Rev. do Inst. Bras.*, 2 (1840) 175. Diz-se aqui que foi copiado dum *ms.* da Cúria arquiepiscopal do Rio, mas, na mesma Revista, 21 (1858) 119-153, aparece de-novo e como parte já do *Almanac Historico* de Duarte Nunes, acima referido. Cf. Moreira de Azevedo, *O Rio de Janeiro, sua historia, monumentos, homens notaveis, usos e curiosidades*, I (Rio 1877) 136, 126.

4. Cf. Paiva Manso, *Bullarium Patronatus Portugalliae Regum*, II, 167; Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Tômo III, P. I, p. 95.

5. Anch., *Cartas*, 420.

6. *Lus. 69*, 133v.

de 1588, conduzindo-se o Santíssimo Sacramento, com grande pompa, da igreja antiga para a nova. Media esta igreja 115 palmos de comprido, 50 de largo e 45 de altura[1]. Presidiu à construção o P. Reitor, Inácio Tolosa. Tinha três altares. E foram-se pouco a pouco introduzindo nela diversas bemfeitorias. Em 1604, fizeram-se pinturas na parede de entrada[2].

2. — Dentro do Colégio, construíu-se também a capela doméstica, onde se colocou um relicário de mármore branco com elegantes embutidos pretos de jacarandá. Povoaram-no 12 estátuas de Santos, tendo cada qual, incrustada no peito, uma caixinha de cristal com a respectiva relíquia. As estátuas, pintadas de oiro e outras suaves côres, guardavam-se em relicários de madeira, envidraçados.[3] Havia ainda uma preciosa cruz de prata com o Santo Lenho.

É célebre a página de Fernão Cardim, em que descreve a chegada ao Rio de Janeiro, no dia 20 de Dezembro de 1584, da relíquia de S. Sebastião, padroeiro e protector da cidade, e as extraordinárias festas públicas, que se fizeram, no mar e na terra, com o Governador, à chegada dos Padres Gouveia e Cardim, que a trazia, engastada num braço de prata. Houve alarde de arcabuzaria, tambores, pífaros, bandeiras. Missa a bordo do navio, rodeado por mais de 20 canoas. Presente, Martim Afonso Araribóia. Jôgo de artilharia. Procissão solene. Levavam as varas «os da Câmara, cidadãos principais, antigos e conquistadores daquela terra». Houve *Diálogo* do martírio do Santo, com representação do asseteamento. Danças dos mesmos Índios, ornados com várias invenções de diademas de penas, colares e braceletes. «Chegados à igreja, foi a Santa relíquia colocada no sacrário para consolação dos moradores, que assim o pediram»[4].

Vários bemfeitores concorreram, nos começos do século XVII, para o esplendor do culto, ofertando ornamentos e alfaias preciosas. Cada altar possuía a sua lâmpada suspensa, de prata.

1. António de Matos, *Prima Inst.*, 33.
2. Carta de Cardim, *Bras. 8*, 50.
3. Eram de S. Macário, mártir; S. Demétrio, m.; S. Julião, m.; S. Zenão, soldado; S. Sebastião, m.; S. Tiago Maior; S. Maurício, m.; Santa Mónica e três Santas das Onze Mil Virgens.
4. Cardim, *Tratados*, 345-347.

Pouco antes de 1619, chegaram de Lisboa 17 estátuas de madeira para a igreja, revestidas de oiro e diferentes côres. Não tinham chegado ainda as relíquias correspondentes a cada uma [1].

A igreja tomou, depois da canonização de S. Inácio, a invocação do Santo fundador da Companhia de Jesus. A seguir ao ataque dos holandeses à Baía, fortificou-se na expectativa dalgum assalto. E muito mais tarde, começou a construir-se outra igreja, monumental, com « admiráveis lavores em pedra », diz Araújo Viana, obra que interrompeu para todo o sempre a perseguição pombalina [2].

3. — Transferida a cidade para o Morro do Castelo, em 1567, ficou Reitor o P. Manuel da Nóbrega, coadjuvado pelo mencionado P. Oliveira e pelos Padres Fernão Luiz e António Rodrigues, que viera de-propósito para evangelizar os Tamóios, dada a fama extraordinária que alcançara na Baía, com as Aldeias que fundara. Deus, porém, chamou-o a si logo no ano seguinte, a 19 de Janeiro de 1568 [3].

---

1. Eram de S. Fabião, papa, S. Ponciano, p., S. Xisto, p., S. Remígio, S. Basílio, S. Gabínio, S. Domício, m., S. Sebastião, m., S. Ponciano, m., S. Antimo, m., S. Tibúrcio, m., S. Valeriano, m., S. Demétrio, m., Santa Júlia, Santa Inez, Santa Praxedes, Santa Basilissa. Comparando com as da capela, vê-se que há algumas estátuas repetidas, como S. Demétrio e S. Sebastião, padroeiro da cidade. Também se nomeia duas vezes S. Ponciano. — António de Matos, *Prima Inst.*, 33-34; *Bras. 8*, 67.

2. Ernesto da Cunha de Araújo Viana, *Das artes plásticas no Brasil em geral e na cidade do Rio em particular*, na *Rev. do Inst. Bras.*, 78, 2.ª P. (1915) 525.

3. Dá-se geralmente a data de sua morte a 20 de Janeiro, mas a *Fund. del Rio de Henero*, 51v (128), diz expressamente « véspera de S. Sebastião ». Vasconcelos escreve que nasceu em Lisboa, tinha 52 anos de idade (Vasc., *Crón.*, III, 124-128). António Rodrigues tinha sido soldado na América do Sul. Assistiu às fundações das cidades de Buenos Aires e Assunção, foi com Irala ao Peru, através do Chaco, e com Ribera, pelo Rio Paraguai até ao centro do Brasil. Da sua vida anterior à entrada na Companhia, escreveu êle próprio uma carta, de S. Vicente, a 31 de Maio de 1553, já por nós publicada nos *Annaes XLIX (1935)* e em *Páginas*, 117-136, com o título de *António Rodrigues, soldado, viajante e jesuíta português na América do Sul no século XVI.*

Entrando na Companhia em 1553, determina-se em Roma, em 1560, que fôsse coadjutor espiritual: « António Roiz no era anchora ordinato » *(Mon. Nadal*, IV, 189). Disse a primeira missa, a 18 de Novembro de 1562, na Aldeia de S. Pedro da Baía *(CA*, 352, 354).

António Rodrigues, exemplar perfeito dos aventureiros portugueses do nosso

A êste primeiro jesuíta falecido no Rio seguiu-se, dois anos depois, o P. Nóbrega. O santo velho, a-pesar da doença, prègou sempre incansàvelmente até o derradeiro momento, ora na Sé ora no Colégio. Era o homem com quem todos se aconselhavam e resolviam os casos de consciência. Com isto, escreve Luiz da Grã, em 1569, «tem aquela gente suficiente resguardo de sua salvação» [1].

Os Padres do Rio de Janeiro visitavam as Aldeias, que se formavam e as terras dos Tamóios, aos quais o Governador ia concedendo ou diferindo as pazes, como julgasse mais útil [2].

Prestavam, não raro, serviços de carácter público, a que hoje chamaríamos nacional. Refere a ânua de 1590 que estêve em perigo de vida um filho do Capitão-mor do Rio de Janeiro, durante uma expedição ao interior. Salvou-lhe a vida um Padre da Companhia [3].

Em outras dificuldades graves com os Índios do sertão, era aos Padres que se recorria para as ir aplanar. Du Jarric conta que, em 1585, tendo-se sublevado os Índios do interior, as autoridades recorreram aos Jesuítas. Foi lá um Padre. E não só pacificou os Índios, mas desceram com êle 600 para se catequizarem [4].

Quanto aos inimigos externos, estava ainda na lembrança o que fizeram os Jesuítas para a conquista do Rio. Não menos trabalhavam agora para a sua conservação. Em 1581, surgiram no Rio de Janeiro três naus francesas; foram os Padres que em grande parte organizaram a defesa. Com alguns tiros de canhão tinham procurado os Franceses, ao passar em Cabo Frio, despertar inùtilmente o entusiasmo dos Tamóios, seus antigos aliados. Salvador Correia de Sá achava-se ausente do Rio de Janeiro, ocupado em guerras com o gentio. Tinham ido com êle quási todos os homens válidos. O Administrador Eclesiástico, Bartolomeu Simões, que ficara por vice-governador, desenvolveu prodi-

---

século de oiro, foi o grande fundador das Aldeias da Baía. Gozava de enorme prestígio entre os Índios: «Havendo sido no mundo mui contrário a êste Gentio, deixando o mundo, de tal maneira deixou também o aborrecimento e o converteu em fervor e zêlo de o ajudar a salvar, que a todos mete espanto» *(CA*, 354).

1. *Bras. 3 (1)*, 163v.
2. Carta de Gonçalo de Oliveira, *Bras. 15*, 203.
3. *Bras. 15*, 366; não se dizem nomes e o Padre foi do Espírito Santo.
4. Du Jarric, *Histoire des choses plus mémorables*, 467.

giosa actividade, demonstrando que era digno realmente da confiança que nêle depositara o Governador. Êle, com os Jesuítas, e a própria mulher de Salvador Correia de Sá, D. Inez de Sousa, organizaram a defesa, colocando-se a própria D. Inez à frente dum batalhão de mulheres: pondo chapéus militares na cabeça e empunhando arcos e flechas, encheram as fortalezas, dando a impressão de estarem guarnecidas. Os estudantes do Colégio juntaram-se num batalhão semelhante. E os Padres, os mais idosos com as suas orações, e os outros acarretando madeiras e penedos, em companhia do Administrador, punham à disposição da cidade tudo quanto havia no Colégio e sustentavam com palavras e exemplo o entusiasmo de todos. Pela cidade havia extraordinário rumor de militança: multiplicavam-se os toques de caixa e acendiam-se, pela calada da noite, fogos na praia. Os Franceses perderam a esperança de tomar a cidade. E, quando se dirigiam a ela e de terra dispararam o primeiro tiro de artilharia, arriaram velas e ergueram bandeira de paz. Escreveram em latim três cartas ao Administrador, cheias de louvaminhas e promessas. Não sendo ouvidos, levantaram âncoras e retiraram-se. A gente do Rio respirou; era opinião comum que, se os Franceses investissem a cidade, tê-la-iam tomado. E dizia o povo que foi a actividade dos Jesuítas e todo aquêle apresto e aparato bélico, que aterrou o inimigo, e que a êles ficavam devendo as vidas e fortunas[1].

Não deixariam os Padres de prestar idênticos serviços na tentativa de desembarque, que Oliver van Noort fêz em Fevereiro de 1599. O almirante holandês teve que retroceder pelo vivo fogo que lhes fizeram os Fortes de N. S.ª da Graça e de S. Teodósio[2].

---

1. «Hoc igitur beneficio nobis civitatem devinximus ut se nobis vitas fortunasque omnes debere vulgo profiteantur». — Carta assinada por Anchieta, a 1 de Janeiro de 1582, *Bras. 15*, 327-328, resumida em *Annuae Litt. anni 1581* (Romae 1583) 108-109. Fr. Vicente do Salvador escreve que os Franceses traziam cartas do Prior do Crato para o Governador Geral *(H. do B.*, 266). Anchieta nada diz. Rodolfo Garcia transcreve em Pôrto Seguro, *HG*, I, 480, o passo de Fr. Vicente e fala de outra expedição francesa, referida em Hakluyt, III, 705, notando que existe certa confusão nas datas. Pelo que toca à expedição das três naus, o presente documento situa-a em 1581.

2. Cf. Rodolfo Garcia, in Pôrto Seguro, *HG*, II, 108; Fausto de Sousa, *A Bahia do Rio de Janeiro*, in *Rev. do Inst. Bras.*, 44, 2.ª P. (1881) 29; *Nova e com-*

Quando o Visitador P. Gouveia passou pelo Rio, pouco depois, em 1584, achou que os Padres estavam bemquistos da população[1]. Não admira, porque além dêstes serviços e dos que são próprios dos seus ministérios, como administração dos sacramentos, prègações e ensino, ocupavam-se êles em mil obras de zêlo: congregações que floresciam na piedade, catequese a Índios e negros, inimizades que compunham, visitas às Aldeias, entradas ao sertão, consultas a casos de consciência, visitas a doentes e presos, perdões. Por intermédio de Anchieta, perdoou o General Diogo Flores Valdés a um inglês que prendera[2]; e outro inglês célebre, António Knivet, deveu a vida aos Jesuítas, como conta êle mesmo nas suas *Memórias*[3].

Quanto à virtude dos Padres: «sólida e verdadeira», diz Cardim[4]. Também houve no Rio de Janeiro, durante algum tempo, casa de Noviciado, que depois se centralizou na Baía para unidade de formação.

---

pleta collecção de Viagens e Jornadas às quatro partes do mundo, traduzida do inglês por José Vicente Rodrigues, I (Pôrto 1790) 385. No Arquivo de Indias vimos a patente que passara a Oliver van Noort, a 12 de Maio de 1598, Maurício, príncipe de Orange, Conde de Nassau, para fazer guerra e *dañar quanto poder los dichos spañoles y portugueses*. A patente recolheu-se duma nau que lhe tomaram junto a Manila. — Arq. de Indias, *Patronato*, 268-N2-R2.

1. Anch., *Cartas*, 421.

2. Pero Rodrigues, *Anchieta*, em *Annaes*, XXIX, 242.

3. Knivet, *Narração da Viagem*, 216. Ministérios do Rio, segundo as Cartas Ânuas:

Em 1583: Confissões e comunhões, cêrca de 3.000, *qui numerus ut in tali loco exiguus videri non debet;* baptismos, nas 2 Aldeias, 530, no Colégio e Missões, 590 (*Annuae Litt. 1583*, p. 202).

Em 1585: 6.000 confissões e 2.000 comunhões. Não se dá o número dos baptismos; mas no ano anterior foram 160 (*Annuae Litt., an. 1585*, 139; *ib., 1584*, 143).

Em 1589: 6.500 confissões e 4.000 comunhões (*ib., 1589*, 467).

Em 1595: 12.687 confissões, 9.067 comunhões, 555 baptismos e 267 casamentos (*Bras. 15*, 423; *Annuae Litt. 1594-1595*, p. 797).

Êste cômputo final abrange tôdas as casas dependentes do Rio de Janeiro. Só no Colégio: 3.895 confissões, 305 comunhões, 45 baptismos, 7 casamentos (id., *ib.*).

Em 1597: Confissões, 6.556; comunhões, 5.254; baptismos, 42; casamentos, 11. No fim do século XVI, a cidade, pròpriamente dita, teria 2.000 habitantes. Ribeiro da Fonseca atribue-lhe, em 1608, a população de 2.500. — Ribeiro da Fonseca, *Quelques aperçus sur le Brésil moderne* (Bruxelles 1930) 19.

4. Cf. *Tratados*, 350.

4. — Tal Noviciado e mais dependências dos Jesuítas funcionavam num edifício, cuja origem se há-de buscar aos primitivos dias da cidade.

Com efeito, no dia 24 de Julho de 1567 chegavam ao Rio, vindos de S. Vicente, alguns Padres, entre os quais Inácio de Azevedo, Visitador, e Manuel da Nóbrega, que vinha assumir o Reitorado do futuro Colégio. E logo em Agôsto, ao tomarem posse da igreja de S. Sebastião, principiaram a construir, junto dela, um edifício acomodado, onde morassem e que servisse depois de Colégio, quando se ultimassem as negociações com Lisboa (11 de Janeiro de 1568)[1]. Mas tudo ia de-vagar. «Quanto ao material desta casa, informa, em 1570, o P. Gonçalo de Oliveira, está ainda por acabar tudo o começado. Até uma casa, que deixou já principiada o P. Inácio de Azevedo, pera que por entretanto se recolhessem os Padres, está coberta de telha e, à míngua de carpinteiros e taboado, não é acabada. Até agora estamos ainda recolhidos em uma casinha, que será do tamanho de dois cubículos, e nela cabemos com tudo o que temos que sempre nos cheira a santa pobreza, por estarmos faltos de tudo»[2].

As condições precárias, em que se achavam os Padres, e o cuidado que tinham dos colonos e a necessidade de se regularizar a posse da sesmaria, doada por Estácio de Sá, não permitiram mais rápidos aumentos. Por outro lado, Nóbrega, depois de lançar os fundamentos do Colégio e procurar garantir o seu futuro, falecia em Outubro dêsse ano. A perda era irremediável. Assegurou o andamento da casa, como pôde, o P. Gonçalo de Oliveira, procurador do Colégio, até que, em 1572, assumiu o reitorado o P. Braz Lourenço e achamos no Rio, neste mesmo ano, o P. Afonso Braz, «encarregado das obras do Colégio, por ser grande carpinteiro»[3].

El-Rei de Portugal, informado das dificuldades locais e para que o edifício saísse digno da cidade do seu nome, expede, a

1. António de Matos, *Prima Inst.*, 21v, 33; *Fund. de la Baya*, 16-v (90); *Fund. del Rio de Henero*, 51-51-v (127); Vasc., *Crón.*, III, 117.

2. *Bras. 15*, 203v; cf. Serafim Leite, *Por comissão de Manuel da Nóbrega*, na *Brotéria*, vol. XIX, 312; Id., *Páginas*, 137-146.

3. *Fund. del Rio de Henero*, 52-53 (129).

exemplo do que já fizera para a Baía, dois alvarás, datados de 20 de Fevereiro de 1575, dirigidos um ao Governador do Rio e o outro ao Ouvidor Geral, para que mandem dar e façam dar e vender aos Padres « tôda a pedra, cal, madeira e mais achegas que forem necessárias para as obras dos Colégios da Companhia ». E também fareis dar e apenar, « para servirem nas ditas obras, todos os pedreiros, carpinteiros, cabouqueiros, carreiros e embarcações e servidores e quaisquer outros oficiais e coisas que para elas forem necessárias » [1]. Em outro alvará, de Évora, a 2 de Março de 1575, mandava El-Rei ao Dr. Salema que aplicasse metade das multas pecuniárias às obras do Colégio, emquanto durassem [2]. Também se fala numa esmola de 166 cruzados, doados por D. Sebastião, sem mais explicações, senão que ainda se não tinham pago [3].

A-pesar-de tais ajudas de custo, as obras foram-se arrastando e deteriorando. E tornou-se mister, em 1584, erguer outro, de raiz, aproveitando-se do edifício anterior o que fôsse possível. A 1 de Novembro, diz o P. Gouveia que o novo Colégio ainda se não começara [4]. A princípio planearam-se grandes obras; todavia, em meados de 1585, estando no Rio o mesmo Visitador, reduziram-se para metade e ficou o Colégio « mais cómodo e formoso », diz êle [5].

Com planos definitivos, as obras atacaram-se a valer. Em Outubro, já podia escrever Fernão Cardim: a cidade « está situada em um monte de boa vista para o mar, e dentro da barra tem uma baía, que bem parece a pintou o Supremo Pintor e arquitecto do mundo, Deus Nosso Senhor; e assim é coisa formosíssima e a mais aprazível que há em todo o Brasil, nem lhe chega a vista do Mondego e Tejo; é tão capaz que terá vinte léguas em roda, cheia, pelo meio, de muitas ilhas frescas, de grandes arvoredos e não impedem a vista umas às outras, que é o que lhe dá graça ». « Os Padres teem aqui o melhor sítio da cidade. Teem grande vista com tôda esta enseada de-fronte das janelas. Teem começado o edifício novo e teem já 13 cubículos

1. *Bras. 11*, 12v.
2. *Bras. 11*, 14.
3. Anch., *Cartas*, 420.
4. *Lus. 68*, 407.
5. *Lus. 69*, 133v.

de pedra e cal que não dão vantagem aos de Coimbra, antes lha levam na boa vista. São forrados de cedro »[1].

O número de quartos aumentou com o tempo. A Ânua de 1601-1602 refere que se construíram alguns êste ano[2].

Em 1607, concluíram-se algumas dependências do Colégio, com certo gôsto artístico (illustri operis extructura): dispensa, cozinha e refeitório. O Colégio ficou em quadrado e, dentro, um belo pátio[3].

Mudou-se depois a portaria comum da casa para lugar central e ergueu-se sôbre ela a Tôrre do Relógio[4].

Dos sucessos históricos do Colégio do Rio de Janeiro já falámos e ainda falaremos a seus tempos e também das suas remodelações até desaparecer na destruïção do Morro do Castelo em 1922.

5. — Neste Colégio começaram, pois, os primeiros estudos do Rio. Em Janeiro de 1573, chegou o P. Provincial, Inácio Tolosa, com os Padres Luiz da Grã, Braz Lourenço e outros, entre os quais o Irmão Escolástico Custódio Pires. A morte do P. Nóbrega tinha atrasado tudo. Para o substituir, nomeou-se reitor ao P. Anchieta, mas o Provincial resolveu deixar ali o P. Braz Lourenço em vez de Anchieta, que teve de ficar em S. Vicente e não chegou a tomar posse.

Inauguraram-se, êste ano, as aulas no Colégio. Em Fevereiro, com certeza, talvez no dia 3, por ser êsse o dia em que o P. Provincial fixara na Baía para a abertura do ano escolar. Começou humildemente com o curso elementar de ler e escrever e algarismo. Encarregou-se dêle o Irmão Custódio Pires, que foi assim o primeiro mestre-escola do Rio de Janeiro[5].

---

1. Cardim, *Tratados*, 349-350; cf. Anch., *Cartas*, 420.

2. *Bras. 8*, 43-44.

3. *Bras. 8*, 67.

4. Matos, *Prima Inst.*, 33. Vem uma fotografia da igreja de *Santo Inácio*, antes de ser demolida, em *O quadro histórico da fundação da Escola de Medicina do Rio de Janeiro*, pelo Dr. António Gonçalves Pereira da Silva, *Rev. do Inst. Bras.*, LXXIV, 2.ª P., 269, com parte do Colégio, onde funcionou o Hospital Militar e onde se deram as primeiras aulas da Escola Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro.

5. *Fund. del Rio de Henero*, 53v (130); Ant. de Matos, *Prima Inst.*, 25v, 26; *Lus. 64*, 249.

RIO DE JANEIRO — BAÍA DE GUANABARA

Mostra as posições da « Cidade Velha », « Vilaganhão » e « Aldea de Martinho »
(Do « Roteiro de todos os sinaes », códice *ms.* da Ajuda)

No ano seguinte de 1574 instituíu-se a primeira classe de Humanidades. Ficou lente o P. António Ferreira, prègador e mestre de Noviços. Matricularam-se 19 alunos, 5 de casa e 14 de fora. Deu-se ao acto a solenidade devida: oração *De Sapientia*, Profissão de Fé Tridentina, sermão na igreja. Assistiram as pessoas mais representativas da cidade, com o capitão-mor à frente [1].

De vez em quando, entrecortavam-se os estudos com festas escolares, como as que se referem do Colégio da Baía. Por exemplo, em 1578, indo o Administrador Eclesiástico visitar o Colégio, receberam-no os estudantes com demonstrações de carácter literário, declamando um *Diálogo*, curto e elegante [2].

Os estudos progrediam. Em 1583, vamos achar o Colégio com três cursos: elementar, Humanidades e Teologia moral ou casos de consciência para tôda a sorte de gente, como se exprime Anchieta [3].

Uma vez ou outra referem as Ânuas que havia aumento de alunos, como em 1597 [4]; e no ano seguinte começou uma nova classe de Humanidades [5].

A Baía era então a capital do Brasil. É natural que fôsse ela a sede do Colégio Máximo. Em todo o caso, os estudos do Rio de Janeiro iam-se também desenvolvendo, à proporção que a cidade aumentava de população e de importância.

6. — Os Reitores do Colégio do Rio de Janeiro foram os seguintes:

a) MANUEL DA NÓBREGA (1567-1570). — Fundador e primeiro Reitor [6].

---

1. Ant. de Matos, *Prima Inst.*, 29; *Fund. del Rio de Henero*, 57v-58. O P. António Ferreira, natural da Ilha da Madeira, entrou no Noviciado de Évora em 1565. Tinha o curso de Humanidades e de Artes. Era professo de 3 votos *(Bras. 5*, 83). Faleceu neste mesmo Colégio do Rio, a 25 de Julho de 1614 *(Hist. Soc. 43*, 65v). Nos últimos anos sofreu, com paciência, de úlceras nas pernas; gastou grande parte da vida nas Capitanias e Aldeias dos Índios; e tinha especial gôsto em atender os humildes e os escravos africanos (Ânua de 1614-1615, *Bras. 8*, 193v).

2. Carta de Luiz da Fonseca, *Bras. 15*, 303-304.

3. Anch., *Cartas*, 326; *Bras. 5*, 18v.

4. *Annuae Litt. 1597*, p. 498.

5. *Congr. 49*, 461v.

6. Anch., *Cartas*, 327.

b) GONÇALO DE OLIVEIRA (1570-1573). — Assistiram à morte do P. Nóbrega os Padres Gonçalo de Oliveira e Fernão Luiz. Nóbrega, antes de morrer, nomeou o P. Oliveira para Superior. O sucessor de Nóbrega era natural de Arrifana de Santa Maria, distrito de Aveiro, e foi menino para o Brasil, entrando na Companhia em 1552, com 17 anos de idade[1]. Estava nos Campos de Piratininga, como estudante e como intérprete, por ocasião da fundação de S. Paulo, em cuja região se demorou até 1560, ano em que voltou à Baía, onde se ordenou[2]. Seguindo pouco depois para Pernambuco, abriu de novo aquela casa[3]. Voltou para o Sul com a armada de Estácio de Sá, desenvolvendo a maior actividade durante a campanha do Rio e depois como companheiro e amigo de Nóbrega, a quem sucedeu no govêrno da casa. Em 1573, foi nomeado procurador do Colégio. E, assim como tinha alcançado do Capitão-mor Estácio de Sá antes, em 1565, terras para o Colégio do Rio, assim também as defendeu agora com atenção e energia[4].

Em 1574, voltou para a Baía[5], saindo da Companhia algum tempo depois. Correu que saíra com achaque de doença para ficar com sua mãi, herdar e voltar.

O P. Oliveira, emquanto estêve fora da Companhia, possuía uma casa e ermida no caminho das Aldeias da Baía e nela pousavam os Padres, quando por ali passavam[6]. Escandalizavam-se com isso o P. António Gomes e mais alguns; e com visos de razão. Nos primeiros dias de Novembro de 1584, estando a convalescer nas Aldeias da Baía, chegou à cidade José de Anchieta, trazendo consigo o P. Oliveira para ser readmitido. Tinha estado 30 anos na Companhia, diz o P. Gouveia, e saíra com *licença* para ficar com sua mãi, viúva. Depois que ela morreu, retirou-se para uma fazenda da sua propriedade, confessou-se sempre com o P. Anchieta e fêz tôdas as boas obras que pôde ao Colégio, dizendo sempre que ainda havia de morrer na Com-

1. *Bras. 5*, 13.
2. Anch., *Cartas*, 154; *CA*, 269.
3. *Fund. de Pernambuco*, 61(13); *CA*, 281; Vasc., *Crón.*, II, 89, 91, 92.
4. *Bras. 11*, 416-417v; António de Matos, *Prima Inst.*, 26.
5. *Fund. del Rio de Henero*, 53v(131).
6. Memorial do Procurador a Roma, António Gomes, *Lus. 68*, 417 (11.º); Cardim, *Tratados*, 302, 307 e Nota XL de Rodolfo Garcia.

panhia. Há um ano que pedia para entrar. Dilatou-lho o Visitador, por causa dos bens que possuía, três ou quatro mil cruzados em terras, gados e escravos. O Visitador queria que os deixasse aos pobres, êle aos Padres. Nomeando-se uma comissão para resolver o assunto, prevaleceu a opinião do P. Gonçalo de Oliveira, fazendo doação pública de tudo ao Colégio. Levo-o agora para o Rio, acrescenta o mesmo Visitador, para fazer lá a costumada provação [1].

Nesta readmissão fizeram-se algumas cláusulas sôbre a sua profissão e modo de viver na Companhia. Diz Anchieta, que se cumpriram emquanto estêve nas partes do sul. Mas, voltando à Baía, ou por inquietação sua, ou porque o Superior dali, como dá a entender o mesmo Anchieta, não as cumprira bem, fêz-se intolerável a sua permanência na Companhia, e tornou a sair em 1591 [2]. Foram-lhe então restituídos os seus bens, com aumento [3].

Esta questão da herança empanou a vida dum religioso, que durante tantos anos tinha prestado relevantes serviços à religião e ao Brasil. Por felicidade, o P. Gonçalo de Oliveira tornou a entrar na Companhia, em 1610, falecendo com morte edificante, no Colégio de Pernambuco, em 1620, com 93 anos de idade, segundo a ânua correspondente [4].

c) BRAZ LOURENÇO (1573-1576). — O P. Braz Lourenço, que tinha sido Superior no Espírito Santo, onde desenvolveu notabilíssima actividade e onde fêz os últimos votos a 25 de Julho de 1560 [5], era em 1572 Superior do Pôrto Seguro, quando o P. Tolosa, passando por ali, em Dezembro dêsse ano, o levou para o Rio. Nomeado Vice-Reitor do Colégio na ausência de Anchieta, indigitado Reitor, mas que estava adoentado em S. Vicente, e por lá ficou, o P. Lourenço passou à plenitude do cargo [6]. Mais tarde, voltou ao Espírito Santo, cuja casa governava em 1583 [7].

1. Carta de Gouveia, 5 de Novembro de 1584, *Lus. 68*, 412.

2. Anch., *Cartas*, 457-465.

3. *Bras. 15*, 373-373v.

4. *Bras. 8*, 279v; *Bras. 5*, 103v-104; *Hist. Soc. 42*, 33; cf. Serafim Leite *Por Comissão de Manuel da Nóbrega*, em *Brotéria*, XIX (1934) 306-313.

5. *Lus. 1*, 136.

6. António de Matos, *Prima Inst.*, 26.

7. *Lus. 68*, 340.

O Catálogo de 1598 tem que foi Reitor do Rio durante quási quatro anos e superior das Residências durante quási 25[1]. Natural de Melo, diocese de Coimbra, entrou na Companhia, a 9 de Maio de 1549[2]. Faleceu em Reritiba, no dia 15 de Julho de 1605[3]. A Ânua respectiva diz que morreu com 80 anos de idade e 56 de Companhia: «Pai comum de todos»[4].

d) PEDRO DE TOLEDO (1576?-1583). — Foi sete anos Reitor, diz Cardim[5] e terminou, com certeza, em 1583[6]. O P. Toledo, natural de Granada, faleceu a 6 de Março de 1619, na Baía[7]. Foi também Reitor de Pernambuco e da Baía e Provincial, de 1615 a 1618. Por êste motivo falaremos dêle a seu tempo.

e) INÁCIO TOLOSA (1583-1591). — O P. Cristovão de Gouveia, em carta de 31 de Dezembro de 1583, comunica que nomeou Reitor do Rio de Janeiro a Inácio Tolosa, por ter as condições requeridas, ser de confiança e poder visitar o Sul. Pedia para êle a patente[8]. Tolosa tinha acabado de ser Provincial, poucos meses antes. A patente veio, com data de 15 de Agôsto de 1584[9].

f) FERNÃO DE OLIVEIRA (1592). — Era Vice-Reitor em 1592[10]. Mais tarde Reitor da Baía[11].

g) FRANCISCO SOARES (1594). — Era Vice-Reitor em 1594[12]. O P. Francisco Soares chegou ao Brasil em 1587, donde não tornou a sair, até falecer no Rio de Janeiro, a 2 de Fevereiro de 1602[13]. Em 1598, visitou o Colégio de Pernambuco em vez do Provincial, Pero Rodrigues[14]. Natural da cidade do Pôrto e mestre em Artes. Entrou em 1561. Fêz profissão solene no

---

1. *Bras. 5*, 40v.
2. *Lus. 43*, 4.
3. *Hist. Soc. 43*, 65v.
4. Ânnua 1605-1606, *Bras. 8*, 63v.
5. Cardim, *Tratados*, 333.
6. *Lus. 68*, 343.
7. *Bras. 8*, 226v.
8. *Lus. 68*, 343.
9. *Hist. Soc. 61*, 114v. Cf. *Bras. 15*, 410; Cardim, *Tratados*, 301.
10. *Bras. 3*, 361; *Bras. 15*, 410.
11. Cf. supra, p. 69.
12. *Bras. 3*, 354; Anch., *Cartas*, 291.
13. *Hist. Soc. 43*, 65; *Bras. 8*, 43v.
14. *Bras. 15*, 467.

próprio ano da chegada e foi, durante um biénio, Superior de Piratininga. Tornou a ser Vice-Reitor no Rio, em 1598.

h) FERNÃO CARDIM (1594-1598). — Data da sua patente: 22 de Março de 1594[1].

i) FRANCISCO SOARES (1598-1601). —Vice-Reitor pela 2.ª vez. Começou em Novembro de 1598[2]. Em Junho de 1600 dizia dêle o Provincial. « Faz bem o seu ofício, mas custa-lhe já muito, por estar gasto »[3]. De-facto, faleceu daí a ano e meio. Em 1598 tinha 53 anos de idade[4].

7. — Como se deram todos êstes Superiores com as autoridades civis? Em geral bem. E desde o comêço. A amizade entre Estácio de Sá e os Jesuítas foi íntima, como a de seu tio, Mem de Sá. Da colaboração de uns e outros nasceu o Rio de Janeiro. A Estácio de Sá sucedeu o seu primo Salvador Correia de Sá (1568-1572) e, a êste, Cristovão de Barros. Nomeado a 31 de Outubro de 1571[5]. Cristóvão de Barros, saíu de Lisboa, a 29 de Janeiro de 1572, com a 13.ª expedição de Padres Jesuítas. Amigo dêles, na viagem, no Rio, — sempre.

Para contrabalançar tão boa harmonia, veio António Salema, Governador das Capitanias do Sul, simultâneamente com Luiz de Brito e Almeida, Governador das do Norte.

O Dr. António Salema, emquanto estêve em Pernambuco,

---

1. *Hist. Soc. 61*, 114; *Bras. 5*, 39.
2. *Bras. 8*, 28.
3. *Bras. 3 (1)*, 170v.
4. *Bras. 5*, 39. Reitores seguintes:

Leonardo Armínio (1602). Vice-Reitor em Março de 1602 (*Bras. 8*, 10v).

Manuel de Oliveira (1603). Patente com data de 26 de Agôsto de 1603 (*Hist. Soc. 62*, 60; *Bras. 8*, 14). Mas estava na Baía em Maio de 1604, onde fêz a profissão de quatro votos, em mãos do P. Cardim (*Lus. 3*, 124-125).

Domingos Coelho, Reitor em 1601 (*Bras. 5*, 62).

Outras patentes, segundo a *Hist. Soc. 62*, 60:

António de Matos, 7 de Dezembro de 1615;
João de Oliva, 6 de Setembro de 1619;
Francisco Carneiro, 29 de Abril de 1623;
Francisco Fernandes, 12 de Julho de 1627;
Francisco Carneiro, 16 de Abril de 1633;
José da Costa, 13 de Dezembro de 1638.

5. Pôrto Seguro, *HG*, I, 420.

como presidente da Alçada, favoreceu algumas pretensões dos Padres, pois com sua ajuda se celebrou, em 1572, um casamento difícil, onde se temia morte de homem[1]. Na Baía, fêz parte da Junta de 1574, sôbre a liberdade dos Índios, e no Rio pôs em execução algumas ordens reais favoráveis à construção do Colégio[2]; e, ainda em 17 de Junho de 1577, passou uma provisão «para não pagarem dízimos os Padres da Companhia, nem as pessoas que lavrarem as suas terras»[3].

A-pesar destas medidas favoráveis, parece que êle as fazia mais tocado de cima do que por convicção ou por dependerem ùnicamente de si. Porque, em 1584, diz-se dêle que não deu grande ajuda aos Padres[4]. Gabriel Soares alude até a questões que teve com os Jesuítas[5]. Que pendências seriam? Elucida-nos António de Matos. Os Padres do Rio antecipando já a liberdade de António Vieira, estigmatizavam do púlpito os vícios correntes, procurando, como lhes cumpria, zelar e promover a moralidade pública. O Governador mandou-os notificar judicialmente de que não repreendessem do púlpito certas acções; e acrescentou que os Padres violavam o segrêdo sacramental e induziam o povo contra êle, temendo, dizia, um «pretoricídio». O caso chegou a tanto que, na rua, os amigos do Governador escarneciam os Padres. Felizmente, em Fevereiro de 1578, chegou ao Rio o novo Governador Salvador Correia de Sá e o Licenciado Bartolomeu Simões Pereira, Administrador Eclesiástico. O Administrador, vendo o abuso que cometia Salema, intrometendo-se em assuntos de igreja, avocou a si a questão e castigou os mofadores. Salema retirou-se para Portugal, e com êle terminou a experiência perigosa de estar o Brasil dividido em dois governos, facto que, se fôsse por diante, talvez resultasse funesto para a unidade brasileira[6].

Salvador Correia de Sá voltou a governar o Rio e o seu govêrno, desta segunda vez, durou 20 anos (1577-1597). Quando existem boas relações, a história destas relações e mútuo apoio

1. *Fund. de la Baya*, 22 (96); *Discurso das Aldeias*, 366-370.
2. *Bras. 11*, 12v e 14.
3. Caldas, *Notícia Geral*, 156.
4. *Lus. 68*, 416v (6.º).
5. Capítulos, *Bras. 15*, 384v.
6. António de Matos, *Prima Inst.*, 30-30v; Pôrto Seguro, *HG*, I, 476.

conta-se em breves linhas. Salvador Correia de Sá favorecia, quanto podia, os requerimentos dos Padres para o bem público e a catequese. Por sua vez os Jesuítas retribuíam, com a mesma boa vontade, e salvaram, em 1590, uma entrada ao sertão, que se via perdida: comandava-a o próprio filho do Governador [1].

Inácio Tolosa, dando notícias sôbre as depredações, cometidas em Santos, pelos ingleses de Cavendish, e como tinham ido para o Estreito de Magalhãis e talvez voltassem, diz: «mas já não os temem, porque em tôdas as partes estão com cêrcas e postos em armas, esperando por êles. Especialmente os do Rio de Janeiro, que teem fama de grandes soldados. E o Governador Salvador Correia [é] mui animoso e bom capitão» [2].

A Salvador Correia de Sá sucedeu Francisco de Mendonça e Vasconcelos [3]. Pero Rodrigues, que estava no Rio de Janeiro, em Junho de 1600, escreve: «o novo Governador desta cidade é homem áspero e do povo malquisto, mas o P. Reitor [Francisco Soares] o leva com tanta prudência, que temos nêle um grande amigo e defensor» [4].

1. *Bras. 15*, 366.

2. Carta de Tolosa, da Baía, 11 de Maio de 1592, *Bras. 15*, 412. Dêste «Salvador Correia de Sá, o primeiro, que foy grande soldado, servio com reputação no Brasil com o Governador Mendo de Sá», proveem os Viscondes de Asseca. — D. António Caetano de Sousa, *Memorias Historicas e Genealogicas dos Grandes de Portugal*, 2.ª (Lisboa 1755) 254. Salvador Correia de Sá tomou posse do cargo de Governador do Rio, da primeira vez, a 4 de Março de 1568. Cf. Pôrto Seguro, *HG*, I, nota VII, p. 431; Alexandre Max Kitzinger, *Resenha Historica da cidade do Rio de Janeiro*, na *Rev. do Inst. Bras.*, 76, 1.ª P. (1913) 170; Knivet, *Narração da Viagem*, 183-272, dá muitas informações sôbre êle e os seus dois filhos Martim de Sá e Gonçalo de Sá; cf. Teodoro Sampaio, *Peregrinações de Antonio Knivet*, in *Rev. do Inst. Bras.* Tômo especial (1914) p. 345-390.

3. Cf. *Rev. do Inst. Bras.*, 1 (1839) 241.

4. Pero Rodrigues, *Bras. 3 (1)*, 170v; cf. *Bras. 8*, 11.

CAPÍTULO III

Fontes de receita

1 — A dotação do Colégio do Rio; 2 — Terras e prédios; 3 — Terras de Iguaçú; 4 — Terras de Macacu; 5 — Fazenda de Santa Cruz.

1. — A 20 de Fevereiro de 1567, o próprio dia em que morreu Estácio de Sá, comunica o B. Inácio de Azevedo a S. Francisco de Borja: «Escrevo do Rio de Janeiro, que é uma nova povoação, que se fêz de dois anos a esta parte, e agora a manda El-Rei aumentar, e quere que se faça uma cidade». Para Colégio talvez venha, com o tempo, a ter «mais disposição que noutras partes do Brasil» [1]. Esta impressão num Padre, que era o Visitador, e, portanto, a suprema autoridade dos Jesuítas no Brasil, junto à informação, que lhe davam, da fertilidade da terra, e à sua beleza, que êle via por si-mesmo, fêz que, ao reünir-se em S. Vicente com os Padres graves da Província, se decidisse que o Colégio das Capitanias do sul ficasse no Rio de Janeiro. Simão de Vasconcelos acrescenta que foi também «para animar o povo vitorioso» [2]. Era essa, aliás, a vontade de Nóbrega. Já, em 1565, pedira a Estácio de Sá, por intermédio do P. Gonçalo de Oliveira, as terras indispensáveis para a sua fundação e sustento. É pois natural que o P. Azevedo trouxesse de Lisboa instruções para a erecção imediata dêsse Colégio, como de-facto trazia [3]. Ordenou que lhe ficassem subordinadas as casas das Capitanias de S. Vicente e Espírito Santo [4].

---

1. *Mon. Borgia,* IV, 411-491.
2. Vasc., *Anchieta,* 119; Anch., *Cartas,* 325.
3. *Bras. 2,* 139.
4. Pero Rodrigues, *Anchieta,* em *Annaes,* XXIX, 215.

Quanto à dotação de El-Rei, existe uma provisão de 15 de Janeiro de 1565, em que ordena a Mem de Sá veja onde se poderá fundar um Colégio para 50 religiosos da Companhia de Jesus [1]. Prestadas as informações requeridas, assinou El-Rei D. Sebastião, a 11 de Janeiro de 1568, a provisão definitiva. O soberano português assumiu assim as honras de fundador. As disposições dêste documento são idênticas às do Colégio da Baía, até na determinação das rendas: a redízima da dízima real que lhe tocava por ser Grão-mestre da Ordem de Cristo [2].

Como na Baía, houve igualmente dificuldades e atritos nos pagamentos do Rio; e, como lá, alvitrou-se também que, em vez da redízima, se desse a renda fixa de 20$000 réis anuais para cada um, ou seja um conto de réis ao todo, ou ainda 2.500 cruzados. Pagavam-se, em 1583, parte — 2.000 — na Baía, « ainda que mal e tarde » e parte — 500 — na Capitania do Espírito Santo [3].

Ao tratarmos da dotação real do Colégio da Baía, vimos o que se refere ao do Rio, porque êstes negócios geriam-se sempre, mais ou menos, em globo. Para tratar expressamente dos negócios do Rio, na capital da Colónia, que era a Baía, determinou o Visitador, em 1589: « Haverá sempre neste Colégio [da Baía] um Padre de prudência e autoridade, nomeado pelo Provincial, que faça os negócios do Rio de Janeiro e procure e arrecade seus pagamentos, ao qual se dará companheiro e as

---

1. *Bras. 11*, 479-479v.

2. Arq. Hist. Col., *Registos*, I, f. 324-325, publicado em *Documentos Interessantes*, vol. 48, p. 39-43. O documento existente no Arquivo da Companhia, *Bras. 11*, 483-484v, é já de origem brasileira. Está autenticado pelo P. Cristóvão Ferrão, em 15 de Maio de 1575. Contém 3 peças: a carta de D. Sebastião aos Padres (11 de Fevereiro de 1568); a carta de D. Sebastião a Mem de Sá, datada de 15 de Março de 1568, e o Alvará de 11 de Fevereiro do mesmo ano, em que ordena a Mem de Sá a fundação dum segundo Colégio dos Jesuítas (o outro era o da Baía), na Capitania de S. Vicente. Vasconcelos *(Crón.*, III, 115) traz parte do alvará de D. Sebastião, dando-lhe a data de 6 de Fevereiro de 1568. No *Archivo do Distrito Federal*, p. 38-39, vem uma carta de El-Rei a Mem de Sá, de 11 de Novembro de 1567, trasladada por Mem de Sá no seu alvará e provisão de « hoje, dous dias de Outubro de mil quinhentos e sessenta e oito anos », expedida a 5 do mesmo mês e registada a 11 de Dezembro de 1568. Assina também Manuel da Nóbrega. — Vd. *Apêndice E.*

3. Anch., *Cartas*, 421.

mais ajudas que fôr necessário para a provisão daquele Colégio » [1].

Gabriel Soares de Sousa tentou também, junto da Côrte de Madrid, que se suprimisse esta dotação. Diz êle:

« Pediram os Padres a Sua Alteza 2.000 cruzados para o Colégio do Rio de Janeiro, fazendo-lhe entender ser muito necessário, onde êles já tinham seu mosteiro feito e muitas terras de sesmaria, que lhes os Capitãis deram. O qual Colégio é bem escusado, pois não serve de mais que fazer esta despesa a El-Rei, que tem bem necessidade dela para fortificação da terra, porque no Rio de Janeiro haverá até 200 vizinhos; os mais dêles são mamalucos e casados com negras, cujos filhos de maravilha sabem ler. Pois quem há-de aprender neste Colégio, para se levar, por êsse respeito, dois mil cruzados a El-Rei, cada ano, que não seja mais serviço de Deus e de El-Rei gastarem-se na fortificação da terra, pois não tem nenhuma defensa? »

Os Padres, quando tiveram conhecimento de tais acusações, responderam:

« Em muitas coisas peca o informante neste apontamento: em fazer tão pouco da cidade do Rio de Janeiro, a qual tem muitos moradores Portugueses e é a mais bem fortalecida de tôda a costa, como é bem notório; em dizer que o Colégio tem de Sua Alteza 2.000 cruzados, tendo 2.500; em cuidar que o respeito de se fundar aquêle Colégio foi ensinar os filhos dos Portugueses, não sendo êsse senão sustentar nela cincoenta da Companhia, que descarguem a El-Rei da obrigação, que tem, de atender à conversão, como é nos mais Colégios, como consta de seus padrões. Por onde, se aqui há tantos mamalucos e negras, como êle diz, e outro muito gentio, assim fôrro como cativo, não se emprega mal a renda em sustentar quem ajude à salvação dos tais. Quanto mais que fazem outros serviços a Deus e à terra, com prègações e confissões, com lhes ensinar seus filhos a ler, escrever e latim; aonde também acodem do Espírito Santo, S. Vicente e mais povoações da banda do sul; e em lhes sustentar duas povoações de Índios, que são muito boa parte da fortificação da terra, como se tem visto nos recontros, que com Fran-

---

1. *Bras. 2*, 149.

ceses até agora tiveram, e naus que com sua ajuda lhes tomaram. E, se tão zeloso é da fazenda de Sua Majestade, houvera-lha de poupar e não lha gastar, como tem gastado, e ao adiante gastará, nas minas, que lá deixou tão assoalhadas e que cá são tão pouco ouvidas »[1].

Os *Capítulos* de Gabriel Soares eram secretos e assoprados também pelo Governador Manuel Teles Barreto. Não admira que chegassem a causar alguma frieza em Madrid a-respeito dos Padres do Brasil, o que logo se reflectiu nas dificuldades postas ao pagamento das rendas reais. Só se dissiparam as más vontades, quando os Jesuítas tendo conhecimento das acusações, que assim lhes assacavam, tão falsa ou exageradamente, puderam esclarecer a verdade.

2. — Estas dificuldades e incertezas da dotação real, dependente da boa ou má vontade da Côrte, e, sobretudo, a sua insuficiência para o desenvolvimento progressivo da Companhia de Jesus, obrigavam os Padres a buscar o complemento em recursos estáveis, de que necessitavam as suas obras. Como em tôda a parte, mas ainda mais no Brasil, os recursos tinham que vir do solo. Era preciso cultivá-lo. A pouco e pouco foram-se adquirindo bens imóveis. Uma lista enviada para Roma, no primeiro quartel do século XVII, indica as terras e casas, que possuía o Colégio do Rio de Janeiro, 50 anos depois da sua fundação. As casas eram dezasseis e tinham-se edificado e construído em diversas ocasiões pelos próprios Jesuítas. Só uma tinha sido doação de Aires Fernandes, que oferecera igualmente um terreno, vendido em 1595, aos Padres Carmelitas por 60$000 réis[2]. Possuía o Colégio mais alguns pedaços de terra, cuja denominação e situação se omitia, por não valer a pena, isto é, porque não rendiam nada ou quási nada[3].

Junto do Colégio, havia uma « cêrca que é coisa formosa, diz Fernão Cardim; tem muito mais laranjeiras que as duas cêrcas de Évora, com um tanque e fonte; mas não se bebe dela por a água ser salobra; muitos marmeleiros, romeiras, limeiras,

1. Capítulos, *Bras. 15*, 386-386v.
2. *Archivo do Distrito Federal*, III, 251-253.
3. António de Matos, *Prima Inst.*, 34v-35.

limoeiros e outras frutas da terra. Também tem uma vinha, que dá boas uvas; os melões se dão no refeitório quási meio ano, e são finos, nem faltam couves mercianas bem duras, alfaces, rábãos e outros géneros de hortaliça de Portugal, em abundância; o refeitório é bem provido do necessário; a vaca na bondade e gordura se parece com a de Entre-Douro e Minho; o pescado é vário e muito, são para ver as pescarias da sexta-feira» [1].

Os estudantes iam passar os dias feriados em uma ilhota que ficava defronte do Colégio, talvez a Ilha Fiscal ou das Cobras [2].

Além do Colégio e da igreja, tinham realmente importância três lotes de terra, doados em diversos tempos, preciosas fontes de receita para a formação e sustento dos estudantes, missionários e demais pessoal, donde resultou que êste Colégio não se endividasse tanto como o da Baía.

3. — As primeiras terras do Colégio do Rio de Janeiro foram-lhe doadas por Estácio de Sá. O P. Gonçalo de Oliveira, Superior dos Jesuítas no arraial, com delegação do P. Nóbrega, comunicou ao jovem Capitão a necessidade de reservar algumas terras para o futuro Colégio, e de comum acôrdo lhe apresentou o requerimento legal. O Capitão-mor despachou favoràvelmente no dia 1.º de Julho de 1565, nem podia deixar de ser, dado que os Jesuítas estavam ali a concorrer como ninguém para a conquista da mesma terra. Não havia ainda escrivão das sesmarias, que se nomeou pouco depois, sendo então registada no livro respectivo, no dia 27 de Novembro do mesmo ano [3].

A sesmaria constava de «uma água que se chama Iguaçú, que poderia estar légua e meia do arraial de Estácio de Sá. A sesmaria ia desde a nascente de água até à baía de Guanabara, seguia a praia ao longo dela, «para a banda do noroeste, cortando direito até uma tapera, que se chama Inhaum, outro tanto em quadra pela terra dentro». De acôrdo com estas con-

---

1. Cardim, *Tratados*, 350; Anch., *Cartas*, 420.
2. Anch., *Cartas*, 421.
3. 27 de Novembro e não 21, como se lê na *Relação das sesmarias da Capitania do Rio de Janeiro*, feita por José Pizarro de Sousa Azevedo e Araújo, *Rev. do Inst. Bras.*, 63 (1902) 95.

frontações, e para as fixar, determinou o Capitão-mor que aquela terra pelo sertão, de Iguaçú a Inhauma, fôsse de duas léguas [1].

Com a mudança da cidade para o Morro do Castelo, a sesmaria, que estava a légua e meia, ou como diz António de Matos, a 4.500 passos, ficou apenas a 1.500 [2].

Daí a sua rápida valorização e as competições e cobiças. Passaram os Padres trabalhos para as conter [3]. Mem de Sá, informado, atalhou a isso, confirmando a sesmaria por expressa recomendação de El-Rei. O auto de posse fêz-se no dia 15 de Dezembro de 1567 e registou-se no dia 10 de Junho de 1568.

Com a sua costumada previdência, iam examinando os Padres, de vez em quando, os títulos que lhes davam direito às terras. E verificaram, sem dúvida, que a doação ordinária das sesmarias trazia determinadas cláusulas de beneficiamento imediato, pouco fácil, naqueles primeiros tempos. Não seria de admirar que desta dificuldade se prevalecessem os que deitavam olhos cobiçosos para as terras. Os Reitores dos Colégios do Rio e Baía, juntamente, deram os passos indispensáveis para que desaparecessem todos os óbices e ficassem com a sua posse pacífica. Recorreram primeiro à Coroa; e depois, em 25 de Setembro de 1569, a Mem de Sá, pedindo-lhe confirmasse e assinasse os títulos das terras, « como Sua Alteza manda ». Sua Alteza, em carta de Lisboa, datada de 11 de Novembro de 1567, dizia efectivamente ao Governador Geral: « Eu El-Rei [...] vos encomendo que não consintais que as terras e roças e quaisquer outras propriedades, que por qualquer via até ora são dadas aos ditos Padres dos ditos Colégios, que lhes sejam, por nenhum modo, tiradas e lhe[s] confirmeis, em meu nome, as dadas e doações, e lhes passeis carta para as êles possuírem, pôsto que nelas não tenham feito até ora bemfeitorias, sem embargo do que na sentença das tais dadas fôr ordenado per minhas ordenações, e pera isso hei por cumpridos quaisquer defeitos que, de feito ou de direito, houver neste caso, porque hei que assim convém ao bem espiritual e temporal dessas partes ».

---

1. *Bras. 11*, 416-423.
2. António de Matos, *Prima Inst.*, 23-23v.
3. *Fund. del Rio de Henero*, 52v (129).

Cinco dias depois, a 30 de Setembro de 1569, espaço necessário para a preparação dos documentos, assinou-os o Governador Geral, de acôrdo com a carta de El-Rei.

Nóbrega faleceu daí a um ano, ficando, como se vê, perfeitamente legalizada, ainda em sua vida, a posse das terras do Colégio, de que era Reitor. Supondo que houvesse alguma falha, jurídica ou de facto, nas doações anteriores, sanava-se agora com êste acto supremo de Mem de Sá e de El-Rei. A-pesar-de estarem as coisas assim legalizadas, nem por isso se cortou o ádito a incursões dos colonos, que iam invadindo pouco a pouco essas terras. Elas não estavam demarcadas. Alegariam ignorância de limites? Para evitar abusos, urgia a demarcação. E já se não procedeu tão a tempo que se evitassem de-todo. A primeira balizagem efectuou-se em Janeiro de 1573. Antes de se proceder à da segunda partida de terras, alguns particulares, cujos nomes se citam (não aparece a Câmara entre os embargantes) requereram ao Provedor, que estava presente, António de Mariz, que não a fizesse, porque daí em diante as terras, diziam, não eram do Colégio. Acedeu o Provedor; e o Procurador do Colégio protestou contra semelhantes embargos, declarando que apelaria para quem de direito. Feita a apelação, respondeu o Capitão-Governador, Cristóvão de Barros, mandando lindar o resto das terras, conforme as doações feitas por Estácio de Sá e confirmadas por Mem de Sá, de ordem de El-Rei. Com isto se deu por concluída definitivamente a documentação (25 de Janeiro de 1574).

A-propósito da recusa de António de Mariz, veem nos autos da demarcação, que depois se efectuou por ordem do Capitão-Governador, umas palavras que talvez expliquem a sua atitude. Ao meterem os lindes, chegando a certo ponto, rumo de sueste, foram dar a « uma alagoa, que está em uma chapada adiante, além do dito rio Carioca, onde se diz que estêve um curral das vacas de António de Mariz, os dias passados... »

Não teria êle também pensado um momento em se aproveitar da negligência ou incúria dos Padres, se não demarcassem as suas terras? Ou cuidaria, realmente, que não eram de ninguém? Esta segunda hipótese é menos crível, em vista da preocupação, comum a tôda a gente, de possuir fazendas e campos à roda da cidade.

Poderia também julgar que quatro ou cinco Padres não precisariam de tantas terras. Colocado assim o problema, tinha talvez razão. Fazemos-lhe essa justiça, a êle e aos mais. Não compreendiam que não eram para si, mas para o Colégio, que começava; e que, se não fôsse a clarividência daqueles primeiros Padres, ficaria a sua acção catequística e educativa reduzida a pouco. É o desconhecimento prático do fim da Companhia de Jesus, então como agora, nos que escrevem o mesmo. Não cremos que então se achasse demasiada a generosidade de Estácio de Sá. Tinham ali sob os olhos a cooperação decisiva dos Padres na fundação da cidade. E o autor da *Informação da Província do Brasil para Nosso Padre*, declara, poucos anos depois, que os Jesuítas estavam bemquistos nela [1].

Para os que a estranham hoje, deu a resposta Capistrano de Abreu, aludindo ao concurso decisivo do primeiro Reitor do Colégio do Rio [2]. Como é que Estácio de Sá deixaria de aceder a um pedido de Manuel da Nóbrega, transmitido demais a mais pelo Padre Gonçalo de Oliveira, que lhe estava prestando ali, com os Índios aliados, os mais valiosos serviços?

Convém ainda lembrar que, antes do Capitão-mor conceder aquelas terras, tinha escrito El-Rei, em 15 de Janeiro de 1565, a Mem de Sá que visse onde se podia fundar um segundo Colégio dos Padres de Jesus (o outro era o da Baía) para as bandas de S. Vicente, ali ou noutro lugar da costa. Escolhido o Rio de Janeiro, Estácio de Sá não fêz mais que secundar os desejos de Mem de Sá e de El-Rei [3].

Regulado definitivamente o assunto, principiou a cuidar-se da sua utilização. Trabalho lento pelas circunstâncias do tempo. Para as facilitar, passou o Dr. Salema, Governador do Rio de

---

1. Anch., *Cartas*, 421.

2. Capistrano de Abreu, in Pôrto Seguro, *HG*, I, nota VI, pág. 431. Cf. supra, p. 380.

3. Cf. Serafim Leite, *Terras que deu Estácio de Sá ao Colégio do Rio de Janeiro, Documento inédito quinhentista*, Edições *Brotéria*, Lisboa, Fevereiro de 1935. Publicámos, na íntegra, o texto da sesmaria e, no fim, a similigravura das duas últimas páginas. Também saiu no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, 17 de Fevereiro de 1935. E publicámo-lo, por o Sr. João da Costa Ferreira, em a *Cidade do Rio de Janeiro*, in *Rev. do Inst. Bras.*, 164 (1931) 241, se ter permitido afirmações desprovidas de fundamento histórico.



PERNAMBUCO — VILA DE OLINDA

Igreja e Colégio dos Jesuitas no primeiro plano
(Do « Roteiro de todos os sinaes », codice *ms.* da Ajuda)

Janeiro, o alvará de 17 de Junho de 1577, dispensando de impostos os Padres e mais pessoas que lavrassem as terras [1].

Desde 1569, criava-se gado nelas, mandado para o Rio pelo P. Luiz da Grã [2]. As terras foram-se arroteando, naturalmente, da periferia para o centro. Em 1584, faziam-se já os mantimentos do Colégio, havia roças e habitavam ali mais de cem pessoas, entre escravos de Guiné e Índios da terra com suas mulheres e filhos. Construíu-se uma igreja; os trabalhadores eram doutrinados, granjeavam as terras e viviam folgadamente [3].

Os Padres tiveram cuidado em conservá-las e aumentá-las. Em 1620, já as tinham arredondado com duas propriedades, uma comprada e outra doada por Simão Barriga [4].

Mais tarde, construir-se-iam dentro dos limites desta sesmaria alguns engenhos célebres, cujos nomes ainda hoje se conservam em bairros da grande capital brasileira. A ideia dêstes engenhos remonta ao século XVI. Mas a princípio, como os Padres não tinham possibilidades nem gente para os construir e administrar por si mesmos, deram as terras em enfiteuse, para não ficarem por mais tempo devolutas; e porque também precisavam de recursos para as obras do Colégio então em grande actividade. Expõe tudo isto, ao P. Geral, Pero Rodrigues, que era nìtidamente partidário dos arrendamentos. Mas havia quem fôsse de opinião contrária. Êle refuta as razões opostas e, para alcançar mais fàcilmente de Roma a indispensável licença, aduz um argumento de pêso, qual era o de que o povo murmurava, por andarem algumas terras devolutas. A licença não se fêz esperar. Pero Rodrigues, que era o Provincial, coadjuvado por outros Padres igualmente favoráveis, deu certas águas em arrendamento enfitêutico a Álvaro Fernandes Teixeira, com a obrigação de dar ao Colégio 4% do açúcar que fabricasse. Calculava o P. Rodrigues que o engenho produziria daí a dois anos cinco mil arrôbas de açúcar. Caberiam portanto ao Colégio 200 arrôbas, que «nesta terra valem 600 cruzados». Era uma boa ajuda!

«Além disto, no dito engenho está posta obrigação de nos

1. Caldas, *Notícia Geral*, 156.
2. *Bras. 3 (1)*, 163.
3. Anch., *Cartas*, 421.
4. António de Matos, *Prima Inst.*, 34v.

fazer cada ano quarenta tarefas de cana, ao menos, de cujo rendimento a metade do açúcar é do senhor do engenho e a outra metade do Colégio, a qual metade pode montar 400 arrôbas de açúcar. Souberam desta resolução o Governador Geral, D. Francisco de Sousa, e o Governador desta cidade, Francisco de Mendonça de Vasconcelos, e lhes pareceu muito bem, por ser coisa de muito proveito dos moradores e aumento da terra e acrescentamento da real fazenda de Sua Majestade; e da mesma maneira foi de todo o povo bem recebida» [1].

4. — Outra propriedade importante do Colégio do Rio de Janeiro eram as terras do Macacu, doação feita por Miguel de Moura, cavaleiro e secretário de El-Rei. Constituíam uma sesmaria dada por Mem de Sá: «Dou a Miguel de Moura três léguas de terra de largo, com ficar o rio no meio, e quatro pera o sertão com o dito rio e com tôdas as mais águas que na dita terra houver. Hoje, 25 dias de Outubro de 1567».

Quatro anos depois, a 18 de Outubro de 1571, foram doadas estas terras aos Padres da Companhia do Rio de Janeiro, «no lugar de Sacavém, têrmo de Lisboa, nas casas e quintas do Senhor Miguel de Moura, fidalgo da casa de El-Rei Nosso Senhor, estando êle aí presente e a Senhora Beatriz da Costa, sua mulher».

A doação confirmada, em Lisboa, por El-Rei, a 17 de Dezembro de 1571, supriu todos os possíveis defeitos, e registou-se no Rio de Janeiro com o *cumpra-se* do Governador Cristóvão de Barros, a 22 de Outubro de 1573. Nesse mesmo dia, tomou posse das terras o Procurador do Colégio, Gonçalo de Oliveira. Para isso, êle e as autoridades competentes foram numa canoa ao Rio Macacu, com as cerimónias usuais. Não se fizeram então as devidas demarcações «por causa da guerra», ficando para logo que houvesse paz [2].

---

1. *Informação das agoas e terras do Collegio do Rio de Janeiro, que dei para se fazerem engenhos, no anno de 1602*, Rio de Janeiro, 30 de Junho de 602, Pero Rodrigues, *Bras. 8*, 10v-11; *Bras. 3 (1)*, 192-193; *Bras. 2*, 94v. A licença tinha sido dada pelo Papa Clemente VIII, V Kal. Iulii 1600, pelas letras *Ex iniuncto nobis*. Vem resumida na *Synopsis Actorum*, 211. Tanto Pero Rodrigues, como Salvador Fernandes, teem nesta *Synopsis* os nomes trocados. Também a percentagem ali indicada é só de 3 %.

2. O Procurador mandou passar um treslado no dia 8 de Março de 1574,

Anos depois moveram pleito à Companhia de Jesus os herdeiros de Baltazar Fernandes, um dos que estiveram na conquista do Rio de Janeiro. Alegavam que Mem de Sá tinha dado antes a Baltazar Fernandes 600 braças de terra, abrangidas na sesmaria e doação de Miguel de Moura. O facto era exacto, mas o Governador não tinha autoridade para dar terras de sesmaria no Rio de Janeiro, atribuïção própria do Capitão-mor local da cidade, a êsse tempo falecido. Nas mesmas condições estava a sesmaria dada a Miguel de Moura e que, por desconhecimento exacto dos locais, compreendia a primeira. Verificando-se esta circunstância, devia prevalecer a sesmaria que tivesse a vantagem da anterioridade. Todavia complicava a questão o facto de El-Rei ter confirmado a sesmaria de Miguel de Moura e, ao dar-se aos Padres, suprir quaisquer defeitos. Para deslindar o caso, cometeu-se a questão ao tribunal competente. Veio a primeira sentença a favor dos herdeiros de Baltazar Fernandes; veio a segunda e definitiva a favor dos Padres, que ficaram com as terras.

A-propósito dêste pleito, notemos a atitude completamente diversa de dois Padres: a de Beliarte, Provincial, que aceitou as terras em 1590, fundado naquilo que nas demandas pode-se estar em consciência pela sentença do Juiz; e a do P. Cristovão de Gouveia, Visitador, que tinha ordenado, em 1585, que as 600 braças se entregassem aos herdeiros de Baltazar Fernandes, ainda que o Juiz desse sentença a favor do Colégio.

Num nobilíssimo documento que enviou a Roma, e pelos argumentos que aduz, de ser gente pobre, causar escândalo e serem terras de pouca valia, vê-se o empenho que êle tinha de mover o P. Geral a conceder a entrega. E assim foi. Mas, assumindo o P. Beliarte o cargo de Provincial, pouco atreito a seguir as ordenações estabelecidas pelo Visitador, frustrou-se a solução elegante que êste queria e teria dado, se não se ausentasse do Brasil[1].

---

reconhecido, um ano depois, pelo tabelião Marçal Vaz, a pedido do P. Cristóvão Ferrão, no dia 15 de Março de 1575, juntamente com a sesmaria dada por Estácio de Sá na cidade do Rio de Janeiro. Existe êste documento autêntico em *Bras. 11*, 406-409v ; cf. António de Matos, *Prima Inst.*, 34v.

1. *Informação das terras do Macacu para Nosso Padre Geral*, pelo P. Cristóvão

As terras do Macacu eram tidas por melhores que as do Iguaçu[1]. Meneava-as o pessoal do Colégio, mas não se mantiveram unidas. Em 1620, restavam poucas. Tinha-se trocado uma têrça parte por outras terras mais longe; e venderam-se outros pedaços[2].

O Macacu tinha valor, sobretudo como ponto de reünião e fixação de Índios, que adquiriram à sua roda várias sesmarias. E até, para irem entretanto vivendo, se alojaram às vezes nas terras dos Padres, os Índios descidos do sertão, emquanto não recebiam dos Governadores terras próprias[3].

5. — De tôdas as terras do Colégio do Rio de Janeiro celebrizaram-se mais as da Fazenda de Santa Cruz. Tiveram a seguinte origem. No dia 6 de Janeiro de 1576, recebia Cristovão Monteiro, morador antigo de S. Vicente, uma sesmaria de terras que iam de «Sapiaguera, Aldeia que foi dos Índios, até a Goratiba, que são quatro léguas boas, ao longo da costa do mar, e estarão oito léguas boas da bôca do Rio de Janeiro para cá, contra Angra dos Reis. A qual terra, que êle suplicante me pede, [fala Pedro Ferraz Barreto, loco-tenente de Martim Afonso de Sousa] tem um rio de água doce quási no meio, o qual se chama, na língua dos Índios *Nhundan*»[4].

Cristovão Monteiro era casado com Marquesa Ferreira (Marquesa, feminino de Márques, não de marquês) e teve dois filhos Eliseu e Catarina. Cristóvão e Eliseu faleceram. Catarina casou-se com José Adorno, que estêve com Nóbrega e Anchieta em Iperoig. A viúva, Marquesa Ferreira, interpretando o desejo do marido e do filho, emquanto vivos, dividiu as suas terras de Guaratiba e Guarapiranga em duas partes iguais, e fêz testa-

---

de Gouveia, *Lus. 69*, 152-153 (vd. *Apêndice F)*; *Bras.* 2, 57, onde se lê que veio licença de Roma para a entrega das terras; *Bras. 15*, 369v, 372v, em que o P. Beliarte refere que não houve escândalo, ao voltarem as terras para o Colégio.

1. Anch., *Cartas*, 421.

2. Matos, *Prima Inst.*, 34v.

3. *Lus. 69*, 134.

4. Em 1567 e não em 1557, como se lê na *Historia da Imperial Fazenda de Santa Cruz*, por José de Saldanha da Gama, *Rev. do Inst. Bras.*, 38, 2.ª P. (1875) 169.

mento, deixando herdeira duma parte a sua filha e da outra a Companhia de Jesus[1].

No dia seguinte, 8 de Dezembro de 1589, resolveu dar logo a parte que tocava à Companhia, lavrando-se a escritura. A posse jurídica das terras operou-se no dia 10 de Fevereiro de 1590, indo aos próprios locais com as autoridades o P. Estêvão da Grã, Procurador do Colégio do Rio de Janeiro, e o Irmão porteiro Manuel Fernandes, que soltou os pregões do estilo.

Parece que andava metida nisto a vontade de José Adorno e de Catarina, sua mulher. Porque vamos achá-los também, daí a dois dias, a ceder a sua parte á Companhia, com a intenção evidente de se não dividir a propriedade. José Adorno andava com ideias de entrar na Companhia. E deram-se, de-facto, alguns passos com êsse intuito no fim dêste mesmo ano, já depois de lhe falecer a espôsa[2]. Provàvelmente andaria ela adoentada, para se justificarem tais pensamentos. Como quer que seja, Catarina ainda vivia no dia 12 de Fevereiro de 1590 e ambos fizeram doação à Companhia de Jesus, em Santos, na pessoa do P. João Pereira, Superior, da parte que lhes restava. Receberam, por sua vez, umas terras que tinham pertencido ao P. Fernão Luiz Carapeto, na Ilha de Santo Amaro (Bertioga) e mais 40 braças de chão nos arredores de Santos, caminho de S. Vicente. Havia desproporção na permuta. Por isso, José Adorno e Catarina Monteiro foram considerados bemfeitores e manteve-se o título mais de *doação* que de *troca* a esta transacção[3].

Em 1590, procedeu-se às demarcações legais. Refere-as assim José Saldanha da Gama com a identificação moderna dos lugares. « A testada da primitiva fazenda abrangia, pela primeira medição (1596), a distância que vai da Ilha de *Guarequeçaba* na Pedra da Freguesia de Guaratiba, à ilha de Itinguçú em Itacuruçá, município de Mangaratiba. Portanto, quatro léguas de costa. Sôbre esta linha fundamental colocaram êles a agulha magnética, e voltando-se para o continente percorreram tôda a

---

1. Assim, e não de uma parte a Companhia e doutra os seus filhos Catarina e Eliseu, como diz Pôrto Seguro, *HG*, I, 204.

2. *Bras. 15*, 374.

3. Treslado autêntico feito no Rio de Janeiro a 16 de Outubro de 1597 e que se conserva em *Bras. 11*, 410v-415v ; cf. António de Matos, *Prima Inst.*, 34v.

distância do litoral até o outeiro das pedras, no Bananal, ficando ali um grande marco na extremidade da linha recta que teve princípio na Ilha de Guaraqueçaba. Do outeiro das pedras fizeram rumo, sempre paralelamente à linha de testada, até quatro léguas de extensão, e em seguida, desceram outras quatro léguas, em procura da ilha de Itinguçu, fechando por esta forma o grande rectângulo das quatro léguas em quadra da Guaratiba. Os quatro marcos fundamentais, assim como todos quantos foram construídos de boa pedra pelos Padres da Companhia, teem em uma das faces as iniciais: I. H. S. » [1].

Estamos no fim do século. No seguinte entrará esta fazenda num período intenso de lavoura e criação de gado; virão juntar-se-lhe novas terras, por compra; e constituïrá, com as suas 10 léguas quadradas, a mais importante propriedade dos Padres, no sul do Brasil [2].

---

1. José de Saldanha da Gama, *Historia da Imperial Fazenda*, 173.

2. Sôbre esta fazenda existe alguma literatura. Além do citado José Saldanha da Gama, merece menção a valiosa monografia do coronel Manuel Martins do Couto Reis, *Memorias de Santa Cruz: seu estabelecimento e economia primitiva: seus sucessos mais notáveis continuados do tempo da extinção dos denominados Jesuítas, seus fundadores, até o ano de 1804*, na *Rev. do Inst. Bras.*, 5 (1843) p. 143-186, e na 3.ª ed., p. 154-199. Ambos confrontam a organização modelar do tempo dos Jesuítas com a desorganização, desperdício e abandono, que se lhe seguiu, com outros administradores. Cf. também *O Tombo ou copia fiel da medição e demarcação da fazenda nacional de Santa Cruz, segundo foi havida e possuida pelos Padres da Companhia de Jesus, por cuja extinção passou à Nação*, com um mapa, Rio de Janeiro, 1829; e J. A. Padberg-Drenkpol, *Recordações históricas do Rio através de velhas inscripções latinas*, no *Boletim do Centro de Estudos Historicos* (Rio, Abril-Junho de 1937) 18-22, onde transcreve duas inscrições Jesuíticas da Fazenda de Santa Cruz, do século XVIII.

CAPÍTULO IV

Aldeias do Rio de Janeiro

1 — Aldeia de Geribiracica ou de Martinho; 2 — A expedição de Cabo Frio; 3 — Aldeia de S. Lourenço; 4 — Aldeia de S. Barnabé.

1. — Os Índios, que vieram de Piratininga à guerra do Rio de Janeiro, voltaram quási todos para suas terras. Dos que vieram do Espírito Santo ficou a maior parte. Tal foi o primeiro núcleo das Aldeias do Rio. Com os Índios do Colégio serviram de « baluarte e defensão da cidade contra Tamóios, Franceses e Ingleses » [1].

A primeira Aldeia chamou-se de Geribiracica, junto à cidade, e foi seu chefe Martim Afonso Araribóia, assinalado como autêntico herói na conquista do Rio de Janeiro.

A Aldeia de Geribiracica ficou depois conhecida pelo nome de Martim Afonso, ou simplesmente Aldeia de Martinho, como se vê no Roteiro quinhentista da Ajuda [2]. Metade eram já cristãos, diz Luiz da Grã [3].

Em 1568, procurou-se que os Índios tivessem terras próprias e mais amplas para as suas lavouras. Combinou-se, entre o Provedor António de Mariz, o Governador Salvador Correia e os Padres, que o primeiro cedesse, mediante justas compensações, uma légua de terra ao largo do mar e duas para o sertão, que possuía do outro lado da baía, junto da actual

---

1. Vasc., *Crón.*, III, 129; Carta de Grã, *Bras. 3 (1)*, f. 164.

2. *Hist. da Col. Port. do B.*, III, 230-231; cf. Serafim Leite, *Terras que deu Estácio de Sá ao Colégio do Rio de Janeiro*, p. 19 e 21.

3. Carta de Luiz da Grã, *Bras. 3 (1)*, 164.

Niteroi. A escritura pública tem a data de 16 de Março de 1568 [1].

A nova Aldeia recebeu o nome de S. Lourenço e nela edificou igreja o P. Gonçalo de Oliveira, seu primeiro apóstolo e que nos dá também dela, em 1570, as primeiras notícias. Mas o facto de pertencerem aos mesmos Índios as Aldeias de Geribiracica e São Lourenço estabeleceu confusão entre elas na localização de certos sucessos históricos. E seja o primeiro o ocorrido em 1573, motivado por um zêlo que, pela distância a que nos encontramos e por falta de explicações cabais, não podemos apreciar se foi discreto ou indiscreto. O certo é que êle esfriou momentâneamente as relações entre Índios e Padres, sobretudo por terem aproveitado os brancos a oportunidade para espalharem a cizânia nessas relações. Estava no seu auge o processo da demarcação das terras do Colégio, que António de Mariz e outros viam com olhos pouco favoráveis. Foi o caso que se amancebaram alguns principais, já cristãos. Trataram os Padres de remediar o escândalo, separando as mancebas e casando-as com Índios, que as quiseram. Quando Braz Lourenço, Reitor do Colégio, e Gonçalo de Oliveira, trataram de fazer o mesmo com outras, que estavam em idênticas condições, intervieram os brancos, dizendo aos Índios que não tivessem mêdo dos Padres, que não tinham arcos nem frechas. E armou-se grande alvorôto, em que os Padres chegaram a temer pela própria vida, e os Índios foram à cidade queixar-se ao capitão. Ordenou a Câmara que todos os cidadãos tomassem armas, sob pena de mil réis de multa, e assim armados foram à Aldeia de S. Lourenço. Os Índios assustaram-se. E a Câmara requereu aos Padres que se retirassem, ao que êles acederam. Algum tempo depois, os Índios, arrependidos, sentindo a falta que lhes fazia a ajuda e protecção dos Jesuítas, tornaram a pedir que lá fôssem; e já lá iam de-novo, em Novembro de 1573, como se não tivesse sucedido nada [2].

---

1. Publicada por Joaquim Norberto, *Memória sôbre as Aldeias dos Indios da Provincia do Rio de Janeiro*, na *Rev. do Inst. Bras.*, 17 (1854) 273-275.

2. Oliveira, *Anual*, 36v; *Fund. del Rio de Henero*, 57-57v (135-136). Segundo êste último documento, ainda que se fala expressamente de S. Lourenço, parece que o desaguisado se passou em Geribiracica, pois diz-se que os da cidade foram lá «por mar e por terra», ao mesmo tempo. Esta ida por terra dificilmente se compreende, se fôsse da outra banda da baía. Aliás Gonçalo de Oliveira, na refe-

Deve referir-se também a Geribiracica o célebre feito de armas de Araribóia, em que êle obrigou a retirarem-se, com perdas, os Franceses de quatro naus que vinham do Cabo Frio, expressamente para o cativar e entregar aos Tamóios. Tinham ido a França alguns Tamóios pedir socorro ao rei daquela nação, que lho negou. Mas um fidalgo francês enviou quatro naus bem armadas com gente, e ela e os Tamóios recebidos em Cabo Frio, desembarcaram na Aldeia de Martim Afonso [1]. Atacados de súbito pela gente de Araribóia e um pequeno refôrço de Portugueses do Rio, comandados por Duarte Martins Mourão, que o Governador lhe mandou apenas viu o perigo em que se achavam, tiveram os Franceses de reembarcar desordenadamente, queimando as casas e quebrando as imagens. Entretanto, chegou o refôrço maior, que o Governador pedia a tôda a pressa da Capitania de S. Vicente; não querendo êstes voltar sem combater, foram todos, guanabarinos e vicentinos, a Cabo Frio para onde os assaltantes se tinham retirado. Já não acharam as quatro naus francesas. Deparou-se-lhes outra, que êles trataram de tomar. O capitão da nau estava armado de ponto em branco. As flechas deslizavam, deixando-o incólume. Conta-se então que um índio preguntou por onde é que êle seria vulnerável. Sabendo que tudo era ferro, menos o interstício do elmo, correspondente aos olhos, enfiou-lhe por êle uma frecha certeira que lhe atravessou o crâneo e o prostrou morto. Desanimando a gente francesa, tomou-se a nau [2].

---

rida ânua, diz expressamente que a Aldeia ficava a «mea legoa desta cidade». Parece, pela narrativa da *Hist. de la Fundacion del Col. del Rio de Henero*, que estava também incurso na mancebia o próprio principal. Em todo o caso, Gonçalo de Oliveira, narrando directamente os factos, como quem teve parte imediata nêles, não fala de nenhum principal em particular, mas de alguns Índios principais, sem nomear nenhum.

1. Francisco Soares, *De alg. coisas*, 378.

2. Vasc., *Crón.*, III, 130-136, refere o caso à Aldeia de S. Lourenço; mas assim como dissemos antes que não seria fácil ir lá por terra, dizemos agora que estando o mar ocupado pelos Franceses, mal se compreende que fôsse socorro por mar. Da narrativa de Pero Rodrigues tira-se claramente que o ataque se deu a Geribiracica. Pero Rodrigues, *Anchieta*, em *Annaes*, 216-217. Aliás segue esta opinião Augusto de Carvalho, na sua monografia *A Capitania de S. Tomé*, e Vieira Fazenda, *Antigualhas*, na *Rev. do Inst. Bras.*, 142 (1920) 11-13. A Ânua de 1573, escrita em Novembro pelo P. Gonçalo de Oliveira, que segundo Vasconcelos se achara

2. — Em 1570, foram os Padres a uma Aldeia de Tamóios, que os receberam bem. O Capitão-mor ia dando ou diferindo as pazes como lhe parecia para o bem comum [1]. Mas, à-pesar das passadas derrotas e dos alicientes com que se procuravam captar, os Tamóios iam cansando a gente do Rio com constantes ciladas. Acrescente-se que os Tamóios do sertão desciam também de vez em quando e todos juntos faziam correrias, incomodando os moradores da cidade que se viam obrigados a viver como que em armas, para debelar os perigos. Sucedeu que, no dia 29 de Junho de 1575, vieram os Tamóios e prenderam, de-improviso, alguns índios da cidade, que levaram e comeram. Ao divulgar-se a notícia, a gente do Rio fremiu de indignação e reclamou castigo exemplar. O Governador Salema determinou exterminar de-vez aquêle foco perene de inquietações. Foram na expedição dois Jesuítas, o P. Baltazar Álvares e o Ir. Gonçalo Luiz. O modo como nela interveio o P. Álvares consta de duas cartas ânuas, uma de Luiz da Fonseca, outra de Inácio Tolosa, esta última inédita. Eis como êste narra o trágico feito:

Com a fundação da cidade do Rio de Janeiro foram bem agasalhados os Tamóios das redondezas. Mas eram constantes as incursões dos de Cabo Frio e Paraíba. Por isso, « era necessário aos cidadãos do Rio estarem sempre em armas e desta maneira se viveu no Rio de Janeiro até o dia de S. Pedro e S. Paulo da era de 75 no qual tempo [os Tamóios] fizeram a derradeira e mais custosa prêsa de todas. Porque, tendo saído da cidade obra de 40 canoas a buscar de comer por diversas partes, saíram de uma ilha bem pequena três canoas de contrários e deram em duas das nossas e tomaram 7 pessoas. E entre elas um índio principal da nossa Aldeia, e assim se acolheram com a sua prêsa. E ainda que foram algumas das nossas canoas em sua busca, não os puderam alcançar todo aquêle dia. No dia seguinte lhe fugiu um mancebo, que levavam de S. Vicente, e contou que em saindo em terra, mataram dois dos nossos Índios e que come-

presente, não faz referência alguma a êstes factos. Conforme ao mesmo cronista, o ataque ter-se-ia dado em 1568 ou pouco depois. É certo que, em 1569, achou o P. Grã uma nau francesa no Espírito Santo (*Bras. 3 (1)*, 163); e é igualmente certo que, em Janeiro de 1573, vivia Martim Afonso na sua Aldeia de Geribiracica (Serafim Leite, *Terras que deu Estácio de Sá*, 19-20).

1. *Bras. 15*, 203.

ram parte dêles e que a outra parte levaram consigo para repartir com tôda a gente das suas Aldeias, como teem por costume. Vendo o Governador, António Salema, o prejuízo que êstes Índios Tamóios tinham feito e cada dia faziam nas Capitanias sujeitas àquele Estado, determinou mui de-propósito destruí-los. E ajuntando muita gente, assim do Rio de Janeiro como de S. Vicente, a 28 de Agôsto de 1575, partiu a dar-lhes guerra, indo a gente e mantimentos parte por terra, parte por mar. Ia o P. Baltazar Álvares em sua companhia. E por todo o caminho ia exercitando o ministério da Companhia, dizendo comumente missa no arraial, e às noites, estando todos juntos, as ladaínhas. Confessavam-se muitos; nos dias de festa administrava-se o Santíssimo Sacramento da Comunhão. E pelos lugares, aonde passavam, arvoravam cruzes, deixando nomes de santos a tôdas aquelas terras. Assim chegaram a 12 de Setembro a uma Aldeia, onde os Tamóios estavam com grande pressa cercando-se e tinham já feitas algumas casas com muito artifício e bem fortes, para o que se ajudavam de dois franceses e um inglês, que tinham consigo. Cada dia lhes entrava socorro de outras Aldeias comarcãs; e assim estariam dentro da Aldeia obra de mil Índios frecheiros, todos mui esforçados. Houve alguns acometimentos de ambas as partes em que houve alguns mortos e feridos. Tomou o Governador por conselho de tê-los cercados, por ver que não se podia combater a Aldeia sem muito prejuízo dos nossos e assim o fêz, tendo muita gente em cêrco para que não saíssem a tomar água, nem entrasse nenhum refrêsco. E como êstes Índios naturalmente desfalecem, se não teem água, porque teem por costume lavar-se muitas vezes, e quando estão muito cansados e suados, o remédio, que tomam para cobrar novas fôrças, é meterem-se todos na água, assim mais guerra lhes fazia a falta da água que o cêrco dos nossos. Estava entre êles um feiticeiro, a quem tinham grande crédito. Êste, para dar-lhes água, fêz uma feitiçaria, que foi lançar uns ossos de porco ao ar com outras cerimónias. E para consumar o crédito, que lhe tinham, se serviu o demónio da conjunção da lua e, permitindo-o o Senhor, choveu tanto aquela noite que bastou a dar-lhes água por alguns dias, porque logo se lhes corrompeu. Vendo-se já sem esperanças, os que tinham vindo para o socorro determinaram fugir e por esta causa não apareciam em público senão muito poucos, nem vinham à fala com os nos-

sos como antes acostumavam, porque todos andavam ocupados em preparar a fuga a seu salvo. Tanto o Governador como a demais gente do Exército estava espantada de ver quão pouco barulho havia dentro. E porque havia cinco dias que dêles se não sabia nada, desejava o Governador ter fala disso. Dando conta ao P. Baltazar Álvares, lhe disse êste que lhe parecia que se êle [Padre] fôsse falar-lhes, saïriam alguns a falar-lhe, pelo muito crédito e confiança que todos os Índios teem dos Padres da Companhia, mas que era mister conceder a vida aos que saíssem. Prometeu-lhe o Governador. E assim o Padre, confiado na graça do Senhor, dia de S. Mateus [21 de Setembro] à noite se dirigiu à cêrca dos contrários, e um língua, em voz alta, disse que chamassem o seu principal que estava ali um Padre para falar-lhes. E ainda que havia alguns dias que não falavam, a-pesar-de êles falarem, logo acudiram como ouviram nomear ao Padre. E falando com o principal, entre outras coisas lhe disse o Padre que aquêle castigo lhes vinha justamente da mão de Deus, pois se aproveitaram tão mal de quantos bons recados lhes haviam mandado e por não quererem aceitar a vida verdadeira que lhes ofereciam; e que se êle ou outra qualquer pessoa quisesse vida, que logo ao outro dia pela manhã saísse da cêrca à vista de todos e viesse à estância e preguntasse logo pelo Padre. Êle respondeu que era já muito de noite e êle desejava saber se o que lhe falava era Padre, que pela manhã falaria com êle; e assim se apartaram. Aquela noite não houve frechas perdidas como as outras, nem se deshonraram uns aos outros como costumavam.

Pela manhã, estava o Padre dizendo missa e viram os Índios estar um clérigo secular, fora da cêrca em pé com alguma outra gente, e parecendo-lhes pelos hábitos que aquêle era o Padre, saíu da cêrca dos Índios o filho de um principal chamando pelo *Abaré*, que assim chamam aos Padres, e deixando a todos se foi a abraçá-lo pelas pernas sem o poder desapegar por um pedaço. O clérigo tornou ao Governador, que logo mandou chamar o Padre Baltazar Álvares, a quem o Índio vinha buscar. Depois de falar com êle, lhe pareceu ao Governador que fôsse chamar a seu pai e que com êle se concertaria, o que se havia de fazer. Veio logo o principal da Aldeia por nome *Ião gaçú*[1], índio muito

1. Madureira chama-lhe Tapiguaçú, *Liberdade dos Indios*, I, 28.

venerável, bem vestido. E chegando diante do Governador e mais gente, lhe disse o Governador por seu língua que, antes de falar em nada, lhe havia de entregar os franceses, o qual êle concedeu. Foi à Aldeia e trouxe dois franceses e um inglês. No outro dia os mandou enforcar o Governador, por os achar culpados. Confessou primeiro o Padre aos franceses pela língua do Brasil e ao inglês por intérprete. Morreram todos como bons cristãos, confessando e mostrando crer tudo o que crê a Santa Madre Igreja e que o que tinham feito foi por comprazer aos Tamóios, que os tinham como escravos, que o seu intento não tinha sido prejudicar aos Portugueses. E assim, quando atiravam com os arcabuzes, em lugar das pelotas metiam algodão. O que mais edificou a todos foi o inglês. Morreu o derradeiro de todos, animando aos outros com palavras de prudente e bom cristão. Quando chegou a sua hora, estando com as mãos atadas atrás se pôs de joelhos diante da cruz, que tinha o Padre nas mãos e fêz um colóquio muito bem feito em inglês e com grande devoção, segundo disse quem o entendia. Depois disse as orações na sua língua e em latim e beijou a santa cruz e depois beijou ao Padre as mãos e o rosto, pedindo muito ao Padre que o encomendasse a Deus. E dizendo-lhe o Padre que êle diria uma missa, se alegrou grandemente. Depois se despediu de todos, rogando-lhes encomendassem a sua alma a Deus. Então pediu ao Padre que lhe fizesse passar as mãos adiante para poder com elas bater no peito quando o pendurassem na forca. Pediu também que lhe pusessem uma cruz pequena de pau nas mãos, o qual tudo se lhe concedeu. E com o nome de Jesus na bôca, estando pendurado, batia com as mãos no peito como podia. E sem bulir com pernas nem braços nem mudar a côr do rosto, estêve na forca até que o sepultaram. Ficaram todos muito consolados vendo quão bem acabou; e com muita confiança de que iria gozar do seu Criador ».

« Tornando ao índio principal, depois de entregues os franceses, lhe mandou o Governador que mandasse derribar um pedaço da sua cêrca e que então lhe falaria. Preguntou êle que lhe queria fazer. Responderam-lhe que não tivesse mêdo que tudo se faria bem. Foi êle a derribar um pedaço da cêrca e pediu licença para levantar dentro da sua Aldeia uma cruz, parecendo-lhe que, como vissem os Portugueses cruzes dentro da sua

Aldeia, não lhes fariam nenhum mal. E assim os que antes se gabavam, que tinham derrubadas as cruzes que se deixavam postas pelos caminhos, êles mesmos as levantavam para sua defesa. E assim, quando entraram na Aldeia, acharam três ou quatro cruzes levantadas que, parece se dava já o Demónio por vencido ».

« Depois de derribado um pedaço da cêrca, pediu o principal da Aldeia que o deixassem estar ali que serviria para ajudar aos Portugueses que por aquelas partes passam. Responderam-lhe que entregasse primeiro a gente que tinha vindo em seu socorro que tudo se faria bem. E parecendo-lhe ao Índio que com isso ficaria em seu salvo, com tôda a gente da sua Aldeia, entregou-os logo. E como os iam dando aos Portugueses, os iam amarrando. Seriam por todos quinhentos. Feito isto, disse o Governador ao Principal que a sua determinação era dar liberdade a êle e a seus filhos, mulheres e parentes, mas que tôda a demais gente haviam de ser escravos; que não querendo aceitar èste partido voltasse para a sua Aldeia e se defendesse. O Índio, vendo-se já cercado de tôdas as partes, sem remédio, entregou-se com aquela condição. Assim entraram na Aldeia, a 27 de Setembro em procissão e com a cruz levantada, com grande alegria, vendo a vitória que Deus lhe tinha dado dos seu inimigos com tão pouca custa sua. Ao outro dia, deu sentença o Governador que morressem todos os quinhentos Índios, que tinham vindo em socorro, que já estavam amarrados, e passassem da idade de 20 anos. Entregaram-nos logo aos Índios que iam em nosso favor para que os matassem. Causou grande pena ao Padre ver matar tanta gente com tanta crueldade, sem poder dar remédio a suas almas, porque ainda que procurava instruir alguns para logo os baptizar, a pressa e fúria com que os matavam era tanta que não lhe deram lugar para o que desejava. É verdade que muitos escravos dos brancos, que andavam entre os Tamóios, se confessaram com o Padre e ao parecer morreram conformes com a vontade de Deus. Um dêles foi aquêle grande feiticeiro que, segundo criam os Índios, lhes tinha dado água ao tempo da necessidade. Êste confessou-se com o Padre e morreu bem ».

« Outra coisa, que deu muita tristeza ao Padre, foi ver as mulheres e filhos dos mortos, juntos, e repartirem-nos pelos Portugueses, apartando a mãi do filho e o filho da mãi: uns iam para

S. Vicente e outros para o Rio de Janeiro. E era tão grande o pranto que quebrava os corações de quem no ouvia »[1].

«Depois de alcançar a vitória desta Aldeia, tôdas as mais do Cabo Frio se despovoaram e acolheram aos matos, mas o Governador foi em sua busca, prosseguindo a sua vitória, matando uns, capturando outros. E assim os cativos seriam por todos obra de quatro mil. Os mortos seriam mais de mil, fora muitos que os Índios matavam pelos matos sem se saber. Num caminho feriram um escravo dos nossos, o qual vinha com muitas lágrimas pelo caminho pedindo a Nosso Senhor que o deixasse confessar; e não consentiu que lhe tirassem a frecha até se confessar. E assim em chegando aonde estava o Padre, o confessou com muita consolação sua, vendo em um índio tão grande arrependimento; e daí a pouco foi gozar de Deus. Depois da repartição dos escravos entre os Portugueses, pediu o Padre ao Governador que, pois havia muitas crianças doentes, de fome e má vida que passavam pelos matos, mandasse dar um pregão que todo o homem que tivesse criança enfêrma a trouxesse a baptizar. Baptizaram-se, dia de Santa Catarina, 50 e daí a pouco tempo tôdas foram gozar do seu Criador, fora de outras muitas que se baptizaram, quando estavam para morrer »[2].

---

1. Na *Fundacion del Rio*, lê-se que « neste mesmo ano [de 1574] se fizeram pazes com os Índios Tamóios da Paraíba, coisa muito importante para esta terra para o temporal e espiritual desta nação », *Fund. del Rio de Henero*, 58 (137).

Talvez isto ajude a explicar o rigor que teve o Dr. António Salema com os Tamóios, vindos de fora. Porque, se fôssem de Paraíba, teriam vindo com quebra das pazes, assentes um ano antes.

2. Ânua de 1576, de Tolosa, escrita de Pernambuco a 31 de Agôsto de 1576, *Bras. 15*, 284-286. A Ânua de Luiz da Fonseca tem a data de 16 kal. Ian. 1576 (*Bras. 15*, 288-296). Segundo a materialidade do latim, devia traduzir-se 17 de Dezembro de 1575. Mas a tradução italiana desta carta dá-lhe a data de 17 de Dezembro de 1576, *Lus. 106*, 86-103. E esta é a verdadeira, porque, contando a guerra de Sergipe, narra factos que sabemos, por outras vias, pertencerem a 1576. Publicou-a o Barão de Studart em *Documentos*, II, p. 17-63. Além da italiana, existe uma tradução francesa inserta nas *Lettres du Iappon, Peru et Brasil* (Paris 1578) 73-79. Capistrano publicou um resumo dela na *Gazeta de Noticias*, do Rio, 6 de Novembro de 1882. Rodolfo Garcia indica as reimpressões dêste resumo e êle próprio a inclue em Pôrto Seguro, *HG*, I, 477-478. Demos na íntegra a narração de Tolosa, que aliás condiz essencialmente com a de Fonseca, mas completa e rectifica alguns passos de Capistrano, como o de só terem sido mortos os Índios vindos de fora e com idade superior a 20 anos. Os da Aldeia foram distri-

Segundo Fr. Vicente do Salvador, tomaram parte nesta expedição, além de Salema e Cristóvão de Barros, «quatrocentos Portugueses e setecentos gentios amigos». O Cronista diz que estavam em Cabo Frio muitas naus francesas e dá a entender que os índios cativos, que se quiseram converter, foram para as Aldeias de S. Barnabé e S. Lourenço [1].

3. — Tornando a esta Aldeia de S. Lourenço, os Padres iam descendo Índios para a costa, que a princípio se alojavam nela. Mas, crescendo o número, não havia campo suficiente para o sustento de todos. Sugeriram os Padres a aquisição de terras ainda devolutas no Macacu. Concedeu-lhes Salvador Correia de Sá, em 9 de Julho de 1578: «quatro léguas de terra da banda de lá do Rio Macacu, que começarão aonde acaba a data de Duarte de Sá e correrão ao longo da terra, que naquela parte tem o Colégio da Companhia de Jesus, até encher quatro léguas, e pera o sertão até o pé da Serra dos Órgãos». Faziam a petição «Vasco Fernandes, António Salema, Salvador Correia, António de França e Fernão d'Álvares, como índios principais da Aldeia de S. Lourenço dêste Rio de Janeiro» [2]. Notemos que os índios, ao baptizarem-se, adoptavam os nomes portugueses dos capitãis e outras pessoas gradas.

Não se inclue, entre os requerentes, Araribóia, porque não teria a intenção de se deslocar para as novas terras. Mas ainda

---

buídos pelos soldados e não destruídos. Também ficamos a saber a sorte de Japuaçu (ou Jãogaçu), que, de suspensa, que tinha ficado em Capistrano, se tira, em definitivo, ser a de salvar a vida e ficar em liberdade com os seus filhos e parentes como se lhes tinha prometido.

1. Fr. Vicente, *H. do B.*, 227. O P. Baltazar, que acompanhou a expedição, era natural de Astorga, Espanha. Entrou na Companhia em 1559, com 19 anos de idade. Sabia a língua brasílica, que aprendeu com facilidade, e casos de consciência; e tinha prudência para tratar com gente de fora, diz o catálogo de 1574 *(Bras. 5,* 13; *CA,* 407). Embarcara de Lisboa para a Baía, em 1563. Muito da estimação do Visitador Gouveia, deixou-o êste, como Superior interino do Rio de Janeiro, emquanto levou consigo à Baía o P. Tolosa, Reitor *(Lus. 69,* 125). O P. Baltazar Álvares faleceu, no Rio, no dia 31 de Outubro de 1586, *Hist. Soc. 42,* 32v; *Annuae Litt. 1586-1587,* 574. O Ir. Gonçalo Luiz, coadjutor, entrou na Companhia, em 1572, com 27 anos de idade. Era natural do têrmo da Faria. Depois foi despedido *(Bras. 5,* 13-v, 52v).

2. *Rev. do Inst. Bras.*, 17 (1854), 319-320.

vivia nesse tempo, porque só veio a falecer em 1589, por ocasião de graves doenças na Aldeia de S. Lourenço. Escaparam muitos. Infelizmente, outros sucumbiram, diz a ânua de 1589. E «*foi do número dêstes Martim Afonso, guerreiro ilustre e de insigne memória nos sucessos daquela costa. Êle foi causa de que os Portugueses tomassem esta cidade* [*do Rio*] *e outras povoações. El-Rei D. Sebastião nomeou-o cavaleiro da Ordem de Cristo. Nem foi menor o seu zêlo pela religião, o que bem mostrou não só durante a vida, depois que se baptizou, mas sobretudo à hora da morte*» [1].

A vida religiosa de S. Lourenço progredia com regularidade. Antes iam lá os Padres aos domingos e dias santos. Em 1583 já tinham residência fixa. E êste ano o P. Anchieta admitiu pela primeira vez à comunhão os Índios mais virtuosos dela, coisa que até aí não faziam: apenas se confessavam. Dêste mesmo ano datam as duas Confrarias, do Santíssimo Sacramento e das Almas do Purgatório [2].

Não se confinava só a ministérios religiosos a actividade dos Padres. Em caso de epidemias, fomes ou guerras, tudo recaía sôbre êles. Conta Anchieta em 1579, que «os Índios de Araribóia se carregaram todos às costas do P. António Gonçal-

---

1. «Indorum pagi Nostrorum curae commissi laborarunt hoc anno gravissimis morbis: et quamquam complures opportune sublevati, aliqui non euaserunt: ex horum numero Martinus Alphonsus, vir bello egregius; rerumque fortiter in hac ora gestarum memoria insignis. Is auctor olim vt hac vrbe Lusitani aliisque oppidis potirentur: eas ob res illum Sebastianus inter equites Christi ordinis adlegit. Nec pietatis erat studio minore: atque id tum tota vita, ex quo renatus est fonte baptismatis, tum maxime in supremis declaravit». — *Litt. Ann. 1589*, 468. Cunha Barbosa, na biografia de Araribóia, *Rev. do Inst. Bras.*, 4.º (1842) 209, diz que Araribóia morrera «desastrosamente afogado junto da Ilha de Mocanguê». Repetiu o mesmo Rocha Pombo (*Hist. do Brasil*, III, p. 586); Max Fleuiss, *Apostillas de Historia do Brasil* (Rio 1933) 105; e Vieira Fazenda, *Antigualhas*, na *Rev. do Inst. Bras.*, 142, p. 15, acrescentando que se duvida do local onde morreu afogado, se na Ilha do Mocanguê se na do Fundão. Observemos que, desde 1591 anda impressa a narração de sua morte, natural e edificante, por testemunhas de vista. E trá-la de modo idêntico Pero Rodrigues, *Anchieta* em *Annaes*, 29, p. 218, mas sem especificar a data do falecimento. Rodolfo Garcia, consigna já a não conformidade daquelas informações com as de Rodrigues (Cardim, *Tratados*, nota LXXII, p. 408) e, fundado nelas, refuta Matoso Maia a lenda do afogamento (José Matoso Maia Forte, *Notas para a Historia de Niteroy* (Niteroi 1935) 26; António Figueira de Almeida, *Historia de Niteroy* (Niteroi 1935) 21.

2. *Bras. 8*, 5; *Bras. 15*, 366; Ant. de Matos, *Prima Inst.*, 30v-31; Anch., *Cartas*, 421.

ves» e por isso êle lhes levava de Piratininga «alguma farinha para ajuda da matalotagem do mar e da terra» [1].

4. — A segunda Aldeia dos Índios dirigida pelos Jesuítas no Rio de Janeiro, formou-se no Cabuçu, e é conhecida pelo nome de S. Barnabé. Achamos que aos Índios das Aldeias do Rio foram dadas, em 26 de Agôsto de 1579, seis mil braças de terra em quadra [2]. Não se diz que Aldeias eram. Mas como aos de S. Lourenço se havia dado pouco antes o dôbro, talvez esta nova dada se refira aos de S. Barnabé. Determinou o Visitador, conforme ao que já se fazia em S. Lourenço, que residissem também dois Jesuítas no Cabuçu para atenderem melhor à salvação das almas [3]. Verificando-se, porém, que o local não era o mais acomodado, transferiu-se em 1584 a Aldeia de S. Barnabé do Cabuçu para as margens do Rio Macacu, perto das terras dos Padres. Esta proximidade favorecia a unidade de direcção e a catequese. Não sendo os Padres em número bastante, das suas terras iam fàcilmente às dos Índios. Foi o que sucedeu, não ficando, por então, residência fixa dos Padres em S. Barnabé [4].

Os Índios no novo local, antes de construírem casa para si, construíram a de Deus. Emquanto se abriam os alicerces e erguiam as paredes, viu o principal que um seu filhito de três anos acarretava terra com as pequeninas mãos: — «Assim, meu filho, diz êle, põe-na aí, para as paredes da igreja. Porque ela é para ti. É para não te tornares a lembrar dos costumes selvagens e ferinos dos teus antepassados» [5].

Depois da perseguição, no século XVIII, diz Moreira de Azevedo que «o Marquês do Lavradio elevou a Aldeia de S. Barnabé «a vila, com o nome de Vila Nova de S. José de El-Rei, sem outra formalidade além de enterrar entre a igreja e o cruzeiro do adro um padrão de pedra com as suas armas». Esta vila ficou a ser conhecida pelo nome abreviado de Vila Nova. [6].

No último quartel do século XVI, tinham ambas as Aldeias,

1. Anch., *Cartas*, 269.
2. Pizarro, *Relação das sesmarias*, na *Rev. do Inst. Bras.*, 63, 1.ª P. (1902) 106.
3. Ant. de Matos, *Prima Inst.*, 31.
4. Anch., *Cartas*, 320.
5. *Ann. Litt. 1584*, p. 143.
6. Moreira de Azevedo, *O Rio de Janeiro* (Rio 1877) 39.

de S. Lourenço e S. Barnabé, 3.000 Índios já cristãos. Os Padres ensinavam-lhes a doutrina, prègavam, confessavam os que queriam, fundavam corporações para promover a piedade, consolavam os doentes (em 1594 houve em S. Barnabé uma epidemia grave, estando quatro da Companhia a tratar dos empestados), faziam as pazes entre os discordes, baptizavam os recém-nascidos e casavam os Índios, que estavam para isso[1].

Assim se iam criando, folgada e cristãmente, os Índios, sob o regime paternal e suave dos Jesuítas, todo orientado a criar naquelas naturezas selvagens, sem hábitos de trabalho, a disciplina, que fortalece e é a essência mesma da civilização. Por sua vez, prestavam êles grandes serviços nas obras dos Padres (que eram, na realidade, em grande parte, as próprias obras dos Índios). E também nas do Estado. Não houve feito de armas, na defesa da cidade, em que não interviessem.

Em « Abril de 1608, saindo o Governador Martim de Sá com algumas embarcações a certa nau estranjeira, os Índios da mesma Aldeia de S. Barnabé, de que os Padres teem cuidado, foram os primeiros que abalroaram em batéis, morrendo alguns no assalto e outros feridos. E depois, ficando na dita nau 4 índios, da Aldeia de Reritiba, da Capitania do Espírito Santo, de que também os Padres teem cuidado, êstes 4 sós, vendo boa ocasião, se levantaram contra os framengos, e, matando-os quási todos, se fizeram senhores da nau com a qual pretenderam entrar no Rio de Janeiro, e com efeito entraram, se lhes não viesse uma rija tempestade, que deu com a nau à costa cinco ou seis léguas da barra do Rio para o Norte, onde contudo se aproveitou, por parte dos oficiais de Sua Majestade, alguma fazenda ». E já antes, em Abril de 1605, acompanharam os Índios de S. Barnabé ao mesmo Governador, « em cinco canoas e ajudaram a tomar duas lanchas com perto de 40 franceses, tendo no Março antecedente, guiados por um Irmão da Companhia, tomado outra com nove homens, na Ilha de Marambaia » [2].

---

1. Oliveira, *loc. cit.*; *Ann. Litt. 1594-1595*, 799. As Cartas ânuas vão registando os números de tais ministérios. Quási no fim do século, em 1597, temos para ambas as Aldeias: 2.494 confissões, 184 comunhões, 84 baptismos, 54 casamentos (*Bras. 15*, 431, 380v).

2. *Enformação e copia de certidões sobre o Governo das Aldeias*, Tôrre do Tombo, *Jesuitas*, maço 88.

Em tempo de paz, os Índios davam para as obras públicas o concurso dos seus braços, construindo fortificações e trincheiras; e isto «sem outro estipêndio que a sustentação, como testemunham os Fortes do Rio de Janeiro, feitos em tempo do Governador Salvador Correia de Sá, em que, desde o princípio das obras até o cabo, sempre trabalharam, assistindo com êles o P. João Lobato, da Companhia» [1].

Segundo Fausto de Sousa, os Fortes de N.ª Senhora da Guia e de S. Teodósio obrigaram com o seu fogo, em 1599, a retroceder a armada do almirante holandês Olivier van Noort [2]. E, segundo êle [3], o Forte de N.ª S.ª da Guia chamou-se depois Santa Cruz, e o Forte de S. Teodósio era um dos quatro redutos, que vieram a constituir a fortaleza de S. João da Barra. Nelas trabalharam os Índios das Aldeias Jesuíticas.

---

1. Id., *ib.*; cf. Fernão Guerreiro, *Relação Anual*, I, 376.
2. Fausto de Sousa, *A Bahia do Rio de Janeiro*, na *Rev. do Inst. Bras.*, 44, 2.ª P. (1881) 29.
3. Id., *Fortificações no Brasil*, na *Rev. do Inst. Bras.*, 48, 2.ª P. (1885) 103-104.

LIVRO QUINTO

RUMO AO NORTE

CAPÍTULO I

Sergipe de El-Rei

1 — Aldeias de Cereji ; 2 — Guerra e destruïção das Aldeias ; 3 — Conquista de Sergipe ; 4 — Sesmaria e Missões dos Jesuitas ; 5 — O Rio de São Francisco.

1. — Deve-se aos Jesuitas o primeiro tentâmen de colonização do Sergipe. Colonização pacífica e catequética, cortada cerce, infelizmente, na sua mesma raiz. Dela ficou apenas uma recordação penosa, envolta em actos de heroísmo e dedicação cristã, Episódio já suficientemente conhecido pelo *Discurso das Aldeias* e uma carta de Inácio Tolosa, de 7 de Setembro de 1575, publicada em parte por Felisbelo Freire [1]. Acrescentaremos algumas informações novas.

Entre Pernambuco e a Baía ficam os dois Estados modernos de Alagoas e Sergipe. Um e outro permaneceram incultos durante quási todo o século XVI. Nessa região sucedeu o trágico naufrágio da nau do Bispo; e, em conseqüência da mortandade dêle e dos seus companheiros, a condenação dos Caetés. A hostilidade dos Índios dessa região existiu sempre mais ou menos latente, dificultando as comunicações entre a Baía e Olinda. E alguns brancos, que tentaram a passagem, foram mortos pelos Índios dali, entre os quais se acolheram também muitos escravos fugidos das fazendas da Baía, em 1568. Demais a mais, os Franceses, aproveitando e acirrando esta disposição de espírito, freqüentavam aquelas paragens. Era uma situação evidentemente incómoda para a colonização portuguesa e todos desejavam aca-

---

1. Felisbelo Freire, *Historia de Sergipe*, 6-13. O original completo da carta acha-se na BNL, fg, 4532, f. 161-167.

basse. A iniciativa para um entendimento partiu dos próprios Índios. Apresentou-se na Baía uma delegação dos principais a pedir Padres para a catequese. Mas, abrindo-se a porta, logo quiseram entrar também por ela os colonos com as armas na mão. E o que poderia fazer-se em paz, terminou numa guerra, sem outros resultados práticos, senão destruir as Aldeias, que os Padres tinham já fundado, e retardar, com isso, a colonização por muitos anos.

Assim pois, no ano de 1574 foram alguns Índios do Rio Real à Baía a convidar os Padres para fundarem igrejas nas suas terras. O Provincial, verificando que o pedido era sincero, acedeu e enviou o P. Gaspar Lourenço e o Irmão João Salóni ou aportuguesando o nome como então se usava, João Salónio. Empreenderam a viagem, no princípio de 1575, chegando ao Rio Real a 28 de Janeiro [1]. Com êles enviou o Governador Luiz de Brito e Almeida uma fôrça militar de vinte soldados, comandados por um Capitão [2].

A fôrça militar ficou na barra do Rio Real. Os Jesuítas seguiram àvante. Fundaram três igrejas. Na primeira, que foi de *São Tomé*, onde se ergueu uma cruz de oitenta palmos, ao lado da igreja abriram uma escola. Chefe da missão ficou o P. Gaspar Lourenço; mestre o Irmão estudante. Logo freqüentaram a escola 50 meninos, que depois subiram a 100. *Foi a primeira escola do Estado de Sergipe.* E deu-se êste caso interessante. Estando os Jesuítas ausentes em ministérios durante nove dias, deixaram um índio da Aldeia de Santo António a tomar conta dela: à volta viram que o índio dava a aula como se fôsse o irmão [3].

1. Carta de Tolosa, BNL, *4532*, 163; Carta de Caxa, *Bras. 15*, 275 e 276.

2. A. de Alcântara Machado em Anch., *Cartas*, nota 504, p. 392, escreve que êste capitão era Garcia de Ávila e cita em seu abono Gabriel Soares e Fr. Vicente do Salvador. O primeiro não dá o caso como certo; o segundo diz que Garcia de Ávila, por ter as suas fazendas perto de Sergipe, ficou encarregado pelo Governador, *depois da expedição*, de povoar aquela comarca, o que aliás não fêz. Digamos de passo que ambos aquêles autores omitem a actividade dos Jesuítas nesta emprêsa.

3. Onde ficava a Aldeia de São Tomé? Responde Felisbelo Freire: «Não sei positivamente localizar esta Aldeia, entretanto acredito que ella ficasse nas imediações do Rio Piauhy, afluente do Rio Real. Isto assevero pela carta de sesmaria de Gaspar de Almeida». — Felisbelo Freire, *Hist. de Sergipe*, p. 5, nota 8; Id., *Historia Territorial*, p. 275, nota 2.

Um índio famoso de Sergipe, chamado Surubi, que havia matado antes alguns colonos, desejava muito ter na sua Aldeia uma igreja. Tomando as devidas precauções, e depois de se assegurar das boas intenções o índio, passou até lá o P. Gaspar Lourenço e fundou a segunda igreja de Sergipe, a que deu o título de *Santo Inácio* [1].

Fundou ainda uma terceira, no dia 29 de Junho de 1575, dia de S. Pedro e S. Paulo, e, para solenizar o Santo do dia, deu-lhe a invocação de *S. Paulo*. Na inauguração dela, houve missa, ensinaram a doutrina e prègaram. Ficava à beira-mar. Esta Aldeia foi depois desamparada, por estar precisamente à beira do mar, portanto demasiado exposta e os Índios recearam os Portugueses.

Iniciou-se a catequese com entusiasmo. Os Jesuítas, além daquelas Aldeias, visitaram ou pacificaram mais umas 28 ou 30, fizeram alguns baptismos *in extremis* e anunciaram a lei de Deus. Nas Aldeias, enramavam-se as igrejas, faziam-se procissões solenes e até chegou a haver disciplina pública. Contudo, duas circunstâncias concorriam para perturbar a paz: a presença dos soldados, na barra, e a intriga dos colonos em particular os mamelucos. A presença dos soldados atemorizava os Índios que temiam algum assalto; os mamelucos propalavam, e alguns escravos fugidos também, que os Índios se não fiassem dos Padres, porque atrás dêles viriam os soldados. Os sucessos deram-lhes razão: e a atmosfera de inquietação, criada por estas mesmas intrigas, foi grande causa nisso. Entretanto, o P. Lourenço tratava de informar e instar com o Governador que, indo a catequese em boa paz e estando a terra pacífica e a passagem para Pernambuco assegurada, de modo algum devia alvorotar os Índios e entrar em som de guerra, contra o Aperipê. Para tranqüilizar os Índios, excitados por emissários de outros mais hostis, passou o Padre trabalhos e perigos de morte, só comparáveis aos que padeceram Nóbrega e Anchieta em Iperoig. Mas também, como lá, achou

---

1. « A Aldeia de Surubi ficava nas margens do Rio Vasa-Barris junto ou talvez no lugar em que se acha edificada a vila de Itaporanga, o que se vê pela carta de sesmaria de Sebastião da Silva, Francisco Rodrigues e Gaspar de Fontes ». — Felisbelo Freire, *Hist. de Sergipe*, p. 5; Id., *Hist. Territ.*, p. 275, nota 3.

fiéis defensores, extremando-se na dedicação um principal chamado Tipitã e o próprio Surubi [1].

Chegou a constar na Baía que os dois Jesuítas estavam já em cordas para serem devorados. A êstes perigos juntou-se um terceiro. A presença dos Padres entre os Índios incomodava os colonos, que, à sombra dos Padres, se tinham infiltrado nas terras de Sergipe e, vendo os Índios pacificados, queriam rehaver, a bem ou a mal, os antigos escravos fugitivos.

Enviaram cartas à Câmara da Baía e grandes queixas contra o P. Lourenço para verem se os Superiores o retiravam. O Provincial encarregou o P. Grã de visitar estas Aldeias, e dar o remédio que o caso urgisse: Luiz da Grã levou como companheiro o Ir. Francisco Pinto, futuro apóstolo e mártir de Ibiapaba. Viu logo o P. Grã o nenhum fundamento das acusações e não só não retirou os Jesuítas das Aldeias, mas de tal maneira, informou, à sua volta, o Provincial que êste enviou-lhes novo refôrço com o P. João Pereira e o Irmão Pero Leitão [2].

2. — Ao chegar João Pereira, distribuiram-se assim os Jesuítas: o P. Pereira e o Ir. Salónio ficaram na igreja de São Tomé; o P. Gaspar Lourenço e o Ir. Pero Leitão na de Santo Inácio, que era a do Surubi, onde o Padre empenhava todos os

---

1. A publicação de Felisbelo Freire é muito defeituosa. Tepitã aparece com o nome de Pepita (*Hist. de Sergipe*, p. 10). A. de Alcântara Machado cuidou que Pepita fôsse êrro em vez de Aperipê (Anch., *Cartas*, nota 508, p. 392). São diferentes: Tipitã era amigo, Aperipê inimigo.

2. A actividade do P. Grã em Sergipe é narrada pormenorizadamente em Quirício Caxa, *Bras. 15*, 276, 277; cf. Carta de Inácio Tolosa, da Baía, 7 de Setembro de 1575, BNL, fg, 4532, f. 165v-166. Além das três Aldeias de São Tomé, Santo Inácio e São Paulo, aparece uma quarta com o nome de *Nossa Senhora*. O *Discurso das Aldeias* diz que foi fundada pelo P. Gaspar Lourenço e dá-lhe o nome de Nossa Senhora da *Esperança*; na ânua do P. Fonseca chama-se Nossa Senhora da *Conceição*. Todavia a carta do P. Tolosa, escrita emquanto estava em Sergipe o P. Luiz da Grã, não se refere a nenhuma igreja de Nossa Senhora, ao passo que outra do mesmo Padre, como veremos, já depois de liquidada a emprêsa, lhe chama Nossa Senhora da *Graça*. Parece inferir-se daqui que a Aldeia tivesse sido fundada durante a estada ali do P. Grã. A divergência na invocação explica-se pela precariedade de tal Aldeia, logo destruída. Provàvelmente, chegou ao conhecimento dos cronistas, como certa, a invocação de Nossa Senhora, e, vagamente, o título da invocação.

esforços por aquietar o chefe índio. Êle, porém, dificilmente se acalmava e cada vez as coisas pioravam com as novas de que o Governador se preparava para fazer guerra ao Aperipê, inimigo dos Portugueses. O Governador dava ouvidos aos inquietos que promoviam as desinteligências, com o fito na guerra, isto é, na boa colheita de escravos, e êle próprio queria ver umas terras que ali possuía. Do Reino, é certo, tinham-no incumbido de submeter aquela região; mas a norma geral era que onde se pudesse entrar de paz se escusava a guerra. Infelizmente, neste caso preponderou o conselho da violência.

Saíu o Governador, da Baía, no dia 25 de Novembro de 1575, chegando ao Rio Real, a 18 de Dezembro. Ia acompanhado de muitos Portugueses e escravos, pertencentes aos mesmos Portugueses e às Aldeias, que êle requisitou quàsi à fôrça[1]. No dia 21 de Dezembro, festa de São Tomé, achava-se o exército na Aldeia do mesmo nome. O P. João Pereira celebrou missa, à quàl assistiu tôda a gente, e muita comungou. Fez-se procissão rogatória, levando o Padre, debaixo da umbela, uma cruz artística, incrustada de muitas relíquias de santos. No dia seguinte, partiram para a guerra ao Aperipê e Surubi[2]. Contra êste último também. Porque, quando êle soube da vinda do Governador, não se sentindo em segurança na sua Aldeia, contra as reiteradas instâncias do P. Gaspar Lourenço, que lhe prometia a paz, abandonou-a imprudentemente. Deu com isso ocasião a que se tomasse a sua saída como acto de inimizade e hostilidade para com os Portugueses. Os Índios foram desbaratados ou cativos; na refrega, morreu o próprio Surubi.

A guerra contra o Aperipê tinha-se dado na Baía como justa. Parece que não a tiveram por tão justa no Reino, como se infere duma resposta dos Padres a um capítulo de Gabriel Soares, que também desta guerra se serviu para cativar Índios e malquistar os Jesuítas do Brasil. Diz êle: «Estando o Governador Luiz de Brito na Aldeia de Santo António, com todo o poder da Baía, para ir dar guerra ao gentio de Rio Real e de Sergipe por terem morta muita gente dos brancos, que iam pera Pernambuco, que deram à costa naquela paragem, e teem feito outros danos, man-

---

1. *Bras. 15*, 292.
2. Carta de Fonseca, 17 de Dezembro de 1576, *Bras. 15*, 292.

dando dali recado, por pessoas principais, aos Padres, que assistiam nas mais Aldeias, para que lhe mandassem a gente de guerra, os quais se escusaram que o não podiam fazer, que mandasse êle línguas que os movessem a isso. Os quais foram mandados e os Índios diziam em segrêdo que tinham boa vontade de irem à guerra, mas que os Padres em segrêdo lhes mandavam não fôssem e gastaram-se em recados oito dias, sem os Padres quererem consentir que os Índios fôssem. Até que o Governador fêz um auto do que passava e preguntou por êle testemunhas e com isso mandou, com um juiz e dois escrivães, fazer um requerimento e protesto aos Padres, com que se moveram e deixaram ir os Índios à guerra».

Até aqui a acusação. Agora a defesa:

«Tinham os Padres juntos muitos Índios, no Rio Real, em três Aldeias, em que fizeram igrejas, ensinavam a doutrina cristã; e, estando de paz e quietos, o Governador Luiz de Brito quis ir ver, com grande aparato de guerra, umas dez léguas de terra, que lá tinha, e os Padres lhe disseram que estavam quietos e se aparelhavam para serem cristãos. Confiados no amparo das igrejas, que tinham, e que, com isso, ficava a costa segura para irem e virem por terra da Baía para Pernambuco, porque tinham já feito pazes com outras trinta Aldeias do Cereji, e que, se fôsse daquela maneira, haviam de fugir com mêdo, como aconteceu, e se perderem as três Aldeias, com grande dôr de quem as havia ajuntado com tanto trabalho, e se tornarem a alevantar as trinta Aldeias, que tinham pacificado; e o Governador mandou, em pós os fugitivos, ao informante com outros capitãis e mataram e cativaram muitos e *no Reino foi julgada esta guerra por injusta* e que pusessem em liberdade os cativos; e o Governador faria os autos que diz o informante, na forma que quisesse; mas visto está a quem se deve dar maior crédito se aos Padres se aos Índios, estando tão escandalizados do mau tratamento, que recebem dos Portugueses na guerra, pois não lhe servem senão de carga e de os porem na dianteira por barreira dos contrários» [1].

O que a seguir sucedeu conta-o o P. Tolosa, em carta de 31 de Agôsto de 1576: «Já escrevi a Vossa Paternidade o sucesso da Missão do Rio Real, como, depois que o Governador

---

1. *Bras. 15*, 388v(40.º).

foi dar guerra naquelas partes, se desfizeram as três igrejas, que estavam edificadas, e como trouxeram os Padres a gente das duas Aldeias de Nossa Senhora da Graça e de São Tomé, para as Aldeias da Baía, que seriam, por tôdas, mil e duzentas almas, pouco mais ou menos. Uma destas Aldeias se assentou na Aldeia de Santiago, outra na do Espírito Santo. Os trabalhos, que com êles passaram no caminho, foram muito grandes. Vinham em sua companhia o P. Gaspar Lourenço e o P. João Pereira com dois Irmãos [Pero Leitão e João Salónio]; e era-lhes necessário não se separar um momento dêles, porque diante dos seus olhos os tomavam os brancos e amarravam e escondiam pelos matos, para servir-se dêles como de escravos. Outros queriam voltar com o trabalho do caminho e falta de mantimentos, mas os Padres a todos animavam e consolavam e proviam do sustento. Pelo caminho, os pais e mãis traziam os filhos às costas, os novos traziam os velhos, e isto por espaço de 50 léguas. Uma destas era uma cega velha de mais de 100 anos, consumida já de velhice, que não podia já ter-se nos pés, que parece não vinha mais que a ser baptizada. Ela, vendo o trabalho, que dava aos Padres no caminho, dizia ao P. Gaspar Lourenço: — deixe-me aqui acabar nestes caminhos. Mas o Padre dizia-lhe que não a havia de deixar, ainda que fôsse necessário trazê-la às costas».

«Foram recebidos dos Índios das nossas Aldeias, com grandíssima caridade, cousa, certo, para louvar a Nosso Senhor, que com serem antes contrários, que se comiam uns aos outros, saíram a recebê-los no caminho, levando refrêsco, tomaram aos ombros os que achavam fracos, levaram-nos para suas casas, e repartiram com êles das suas roças e mantimentos, com tanta liberalidade, como se fôssem parentes e amigos, muito antigos. E isto maravilha mais na Aldeia de Santiago, onde estavam uns filhos dos principais, que os do Rio Real tinham matado os anos passados. E com serem êstes Índios naturalmente vingativos, que não descansam até terem vingança dos que lhes mataram seus parentes, ainda que seja mister desenterrá-los depois de mortos, para lhes quebrar as cabeças; e os próprios Índios punham êste inconveniente aos Padres quando os traziam para as Aldeias, e diziam: ¿como quereis que nos vamos meter entre as casas de nossos verdadeiros contrários? Mas a graça do Espírito Santo,

que receberam no baptismo, pôde tanto que os receberam em suas casas os nossos Índios, sem nenhum sinal de ódio, antes aquêles que não tinham hóspedes se queixavam aos Padres, tanto era o desejo, que tinham, de tratar de caridade com êles »[1].

Assim terminou esta primeira tentativa de colonização de Sergipe. « Com felicidade », diz Pôrto Seguro, sem reparar, como nota Capistrano, que « o resultado foi negativo »[2]. Com efeito, grande parte daqueles Índios morreram em breve na Baía, vitimados por doenças epidémicas, sarampão e varíola[3]. E nada mais ficou, digno de memória, senão aquela odisseia de caridade, de que deram tão alto exemplo os Padres e Índios cristãos[4].

---

1. Ânua do Brasil por Inácio Tolosa, de Pernambuco, a 31 de Agôsto de 1576, *Bras. 15*, 284; cf. *Discurso das Aldeias*, 376-377.

2. Pôrto Seguro, *HG*, I, 460.

3. *Discurso das Aldeias*, 241-242.

4. O P. Gaspar Lourenço, primeiro apóstolo de Sergipe, nasceu em Vila Real de Traz-os-Montes *(Bras. 5*, 10v). Entre as ordens de pagamento da Baía, do ano de 1549, existe uma de 8 de Junho, a favor de Gaspar Lourenço, pedreiro, na importância de 1$800 réis, por servir nas obras da cidade *(Doc. Hist.*, XIII, 275). Seria seu pai? É certo que o P. Gaspar Lourenço veio menino para a América Portuguesa. Por isso aprendeu o tupi de tal modo que se dizia ser « um Cícero na língua brasílica » *(CA*, 407; Caxa, *Bras. 15*, 261v).

Gaspar Lourenço tinha 15 anos de idade, quando se fundou S. Paulo, a que assistiu ou ali estêve nos primeiros dias. Sendo estudante, foi com o P. Fernão Luiz em socôrro de Mem de Sá, na tomada do Forte Coligny, onde passou rudes trabalhos do mar e guerra, caindo gravemente doente (Anch., *Cartas*, 159; Vasc., *Crón.*, II, 82). Seguiu depois, no mesmo ano de 1560, com o P. Grã, na armada de Mem de Sá, para a Baía, onde se ordenou de sacerdote *(CA*, 269). Trabalhou incansàvelmente nas Aldeias da Baía ou directamente ou com o P. Grã, a quem servia de intérprete nas confissões *(CA*, 299, 348, 369; Vasc., *Crón.*, II, 102). Prestou grandes serviços com os seus Índios a uma jangada em perigo *(CA*, 368) e mais tarde aos sobreviventes duma grande nau da Índia, naufragada em 1573, nas costas da Baía *(Fund. de la Baya*, 24-24v(99). A Aldeia, de que era Superior, transformou-se numa espécie de seminário para a língua tupi, sendo êle o mestre. (Carta de Caxa, *Bras. 15*, 261v). Em 1574 prègou nas festas jubilares da Aldeia de Santo António (Id., *ib.*, 257v). Fêz a sua eloqüência persuasiva que o elegessem para a emprêsa de Sergipe. Depois dela, realizou outra missão no Arabó e faleceu, tuberculoso, numa Aldeia da Baía em 1581, tendo 42 anos de idade e 28 de Companhia *(Bras. 15*, 324-324v; *Hist. Soc. 42*, 32v). Entrara nela em « 53, sendo de idade de 14 anos » *(Bras. 5*, 10v). Mas « criou-se de pequeno com os Padres da Companhia » *(Bras. 5*, 7; *CA*, 299). A-pesar-de entrar em 1553, Anchieta não o inclue no catálogo de Julho de 1554, ou por lapso ou por o considerar ainda simples menino estudante. Simão de Vasconcelos diz que foi

3. — Tão lamentável desfecho atrasou de quási meio século a fixação dos Jesuítas em Sergipe, solicitados por outras emprêsas. Em todo o caso, possuíram lá terras desde o princípio do povoamento e por ali fizeram diversas entradas e missões.

Em 1586 deu-se uma expedição de colonos da Baía contra os Índios de Baepeba. Os expedicionários foram todos mortos. Como os Jesuítas se opusessem a tal entrada, o governador Manuel Teles Barreto e os Beneditinos procuraram responsabilizar os Padres pelo desastre. Ao tratarmos das relações dos Jesuítas com aquêle Governador ver-se-à a quem cabe a responsabilidade e a imprudência com que os colonos se expuseram ao perigo.

É claro que dada a crueldade e traição daquelas mortes, declarou-se, como represália, a guerra justa contra êles; e tornou-se urgente a necessidade de conquistar, de uma vez para sempre, uma terra, que ficava tão perto da Baía, e a-pesar disso tão descurada. A conquista efectuou-se em fins de 1589, princípios de 1590, por Cristóvão de Barros, dando comêço à cidade de S. Cristóvão, que depois se transferiu para o sítio onde actualmente se encontra [1].

Não achamos notícia nenhuma concreta de terem participado pessoalmente os Padres nesta conquista; mas deram os seus Índios: «Quatrocentos frecheiros destas Aldeias [da Baía] no ano de 89 acompanharam a Cristóvão de Barros, governador

---

admitido em S. Vicente, pelo P. Leonardo Nunes, em 1549 (Vasc., *Crón.*, I, 70). Talvez por isso escreveu Rocha Pombo que era menino índio ou mameluco; e, entrando-se no caminho das fantasias, chegou-se a aventar que fôsse da família Lourenço, a do «Voador»... (Cf. Rocha Pombo, *Hist. do Bras.*, III, 362, nota; Gonzaga Cabral, *Discurso Inaugural da Estátua de Christo Redemptor em S. Christovam (Sergipe)*, 1926, p. 14; Id., *Inéditos e Dispersos*, IV (Braga 1930) 234. O necrológio do P. Gaspar Lourenço tem que era homem de exemplar virtude, indefesso trabalhador, «apóstolo dos Índios», «príncipe da língua brasílica» *(Bras. 15*, 324-324v). É a principal característica sua: «falou aos brasis com tanto aplauso e gôsto dos ouvintes que ainda os que não entendiam a língua folgavam muito de se achar presentes, vendo sua acção e graça, que Deus nesta parte lhe tem comunicado mui particular», escreve António Blasques *(CA*, 411). Comenta Afrânio Peixoto: «A poesia pura independe do sentido das palavras, como a oração em língua desconhecida ou até sem palavras. O P. Gaspar Lourenço possuía o dom da eloqüência pura» *(CA*, nota 157, p. 273).

1. Fr. Vicente, *H. do B.*, 334-338; Galanti, *Hist. do Brasil*, I, 346-347.

que então era, na guerra de Sergipe, e o ajudaram na insigne vitória que aí houve de inumeráveis Índios contrários »[1].

4. — Não obstante a contrariedade de 1576, o prestígio dos Padres, perante os Índios, permaneceu intacto. Em 1594 andava na missão do Arari o P. António Dias[2]. E tendo deixado ir os seus Índios com Cristóvão de Barros, é natural que os Padres se valessem disso, logo nos primórdios do povoamento de Sergipe, adquirindo as sesmarias indispensáveis para criação de gados e para mantimentos. A aquisição das primeiras terras é anterior a 16 de Maio de 1596; porque, já nesta data, obtem um colono uma sesmaria « no Rio Real, chamado Itanhi, junto à *sesmaria dos Jesuítas* »[3].

Desde êste ano de 1596 ou do seguinte começaram, os famosos currais de Sergipe, verificando-se, a breve trecho, que as terras eram insuficientes e que apenas serviam para pastios, necessitando-se de outras para mantimentos que chegassem ao menos para o pessoal respectivo, que parece foi muito, desde o princípio. Assim em 1601 requereu o Irmão Amaro Lopes, superintendente de tais assuntos, que se lhe concedesse outra sesmaria em lugar mais apropriado. E indicou umas terras, no vale « direito ao Rio Vasa-Barris, e pelo rio acima, tornando pelas fraldas de Itanhana e Cajaíba para oeste, de maneira que fiquem as ditas três léguas em quadra ». Na petição destas três léguas de terra, além do motivo dos mantimentos, alegava também que os Padres, « vai em quatro anos pouco mais ou menos, que estão ajudando a povoar esta Capitania, sustentando a passagem de Vasa-Barris e vindo todos os anos a esta Capitania ajudar o espiritual com muito trabalho ». Achavam-se aquelas terras fronteiriças aos contrários. Morando lá os Jesuítas, ficavam em segurança todos os moradores da rectaguarda. O despacho diz: « Dou ao suplicante, em nome de Sua Majestade, na parte que pede, duas léguas de terra em quadra de sesmaria com tôdas as águas e madeiras que nela se achar. Em Sergipe, 10 de Março de 1601 »[4].

1. Tôrre do Tombo, Jesuítas, maço 88, *Enformação e certidões*.

2. *Bras. 15*, 473v-474.

3. Felisbelo Freire, *Hist. Territorial*, 284.

4. Assinava o Capitão M. M. B., em ausência de Diogo de Quadros. Documento publicado por Borges de Barros nos *Annaes do Museu da Bahia*, XVII, 194-

Os Padres e Irmãos da Baía iam de vez em quando a Sergipe. Já desde 1597 veio à Baía uma embaixada de Índios a pedir que êles fôssem lá missionar[1]. O Visitador, P. Manuel de Lima, ordenou, em 1610, se pusesse em Sergipe um «clérigo língua» para administrar os sacramentos aos trabalhadores rurais[2]. Mas isto não satisfazia os Padres nem a gente da terra, que desejava residência fixa. Esboça-se desde então o movimento dos Sergipanos para fundar um Colégio da Companhia. A situação, em 1615, é exposta neste postulado enviado da Baía a Roma: «Resolveu-se pedir a Vossa Paternidade licença para aceitar uma residência na cidade de Cirigipe. Os seus moradores oferecem-nos suficiente sustentação para quatro dos nossos. Todos acharam bem. De-facto, parece cómoda aquela residência, por ficar a meio do caminho entre Pernambuco e Baía e distar duma e doutra Capitania 50 léguas; e assim se tornará mais fácil o caminho por terra ao Provincial, quando tiver de ir de uma à outra, e se achar impedida a navegação por mar. Os Padres, que aí residirem, cuidarão também das fazendas e currais, que lá tem êste Colégio, e administrarão os sacramentos aos Índios e escravos. Para isto não basta o sacerdote de fora. Será contudo muito difícil aos Provinciais visitar aquela casa, e mais difícil achar bons operários para ali, porque há muita falta nem chegam para as residências actuais. Expostas assim as razões a favor e contra, pede-se a V.ª Paternidade licença; talvez, com o tempo, envie Nosso Senhor operários, e cessem estas dificuldades»[3].

As fazendas de Sergipe de *El-Rei* (chamava-se assim para se distinguir de Sergipe do *Conde*, no Recôncavo da Baía) desenvolveram-se muito; e pela de *Tejupeba*, começou a residência dos Jesuítas, com os correspondentes ministérios da Companhia. Colégio nunca chegou a fundar-se em território do actual Estado

-195, omitindo, como de costume, a respectiva fonte. Cf. Felisbelo Freire, *Hist. Territorial*, 288, nota 7. O loco-tenente de Diogo de Quadros era o Capitão Manuel de Miranda Barbosa; cf. Firmo de Oliveira Frade, *Colonização de Sergipe de 1590 a 1600*, na *Rev. do Inst. Bras.*, 51, *Suplemento*, p. 214n.

1. Amador Rebelo, *Compendio de Alg. Cartas*, 217.

2. Roma, Bibl. Vitt. Em., *Gesuitici*, 1255, 14, f. 7.

3. «Actae Consultationis Provincialis apud Brasiliam habitae in Collegio Bayensi, 3.º Julii anni 1615», *Congr.*, *55*, 258v-259.

de Sergipe, prejudicado, para êste efeito, pela proximidade da Baía e de Pernambuco. Todavia não faltaram instâncias, tanto dos moradores e da Câmara como dos próprios Jesuítas.

5. — Entre os modernos Estados de Sergipe e Alagoas fica o famoso Rio de S. Francisco. A primeira notícia, em que se pedem Padres para êste rio, data de 1574, quando os Índios de Sergipe foram à Baía para êsse fim. Quirício Caxa chama-lhes mesmo Índios do Rio de S. Francisco, e entre êles inclue o próprio Surubi, de quem falámos. Garantiam aquêles Índios que já tinham grande terreiro para igreja. O Provincial respondeu que mandaria com muito gôsto os seus Padres, mas que não dispunha de licença das autoridades civis. Preguntando a um dêles se queria baptizar-se, respondeu que nenhum homem tinha tanta ânsia de casar-se com sua noiva como êle em ver já êsse dia[1]. É crível que Gaspar Lourenço, nas suas largas correrias pelo sertão sergipano, pisasse território de Alagoas. Também parece que andaram por ali os Jesuítas depois de 1590, quando os Índios do *Porquinho* mataram os brancos, que com êles iam. Chega-nos esta referência por intermédio de Fr. Vicente do Salvador. Conta êle que um Índio « veio falar secretamente a Diogo de Castro, soldado nosso, por ser seu amigo e conhecido, e lhe disse que se espantava muito que, vindo êle ali, lhe quisessem fazer guerra, pois sabia quão amigos eram dos brancos; e se haviam morto os que vieram com os Padres da Companhia, foi por êles dizerem mal dos mesmos Padres, que não ouvissem sua prègação, porque os vinham enganar; nem êsses todos, senão alguns, e não era bem que todos pagassem »[2].

Como de tantas outras missões jesuíticas, também desta escasseiam as notícias. Infere-se porém de tudo isto, ainda que vagamente, que já no século XVI andaram os Jesuítas pelo Rio de S. Francisco. Mas só no século XVII se estabeleceram de modo permanente nas suas duas margens, de Sergipe e Alagoas.

1. *Bras. 15*, 261v (1574), 275v (1575).
2. Fr. Vicente, *H. do B.*, 341.

CAPÍTULO II

Pernambuco: Estabelecimento

1 — Igreja de Nossa Senhora da Graça; 2 — Colégio de Olinda; 3 — Estudos; 4 — Reitores do Colégio; 5 — Terras do Colégio; 6 — Dotação real.

1. — Duarte Coelho fundou, num pequeno outeiro da sua vila de Olinda, uma ermida a Nossa Senhora da Graça, com intuito de a oferecer aos Religiosos de Santo Agostinho, se viessem ao Brasil. Não vieram. Por isso quando os Jesuítas chegaram à sua Capitania, em 1550, doou-lha o Governador [1].

Vindo, em 1562, como Superior de Pernambuco, o P. João de Melo com o P. António de Sá, tratou de construir igreja melhor do que a ermida, demasiado estreita. Começaram a abrir-se os alicerces em 1563, dia de Santa Ana (26 de Julho). Tiraram-se esmolas para a obra, juntando-se uns 410 cruzados. Os Padres dirigiam a construção: « Às vezes somos carreiros e imos à mata carregar os carros; outras vezes somos cavouqueiros, com a gente que tira a pedra; e assim em tôdas as mais coisas, que são necessárias para a igreja, que nós as negociamos e cavamos » [2].

Em 1567, a igreja estava concluída [3].

Mas ela, assim como o Colégio correspondente, era de medíocres proporções. Estabelecendo-se dotação real em 1576, con-

---

1. A ermida de Nossa Senhora da Graça « entende-se que foi fundada no tempo em que os fundadores começaram a povoar a cidade ». — Fr. Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano*, IX, 319.

2. *CA*, 400-401, 380-381; Vasc., *Crón.*, II, 128.

3. *Fund. de Pernambuco*, 61v (14); *Fund. de la Baya*, 11

vinha que houvesse igreja digna da terra e dos Padres. Luiz da Grã, nomeado Reitor em 1584, lançou mãos à obra, sem recursos económicos, confiado apenas na Providência e na generosidade dos Pernambucanos. Não foram vãs as suas esperanças. O edifício da igreja crescia a olhos vistos, refere a ânua de 1590 [1]. Dois anos depois, estava coberta e pronta, só faltava caiar. De uma só nave no mais puro estilo jesuítico, dizia-se que era a mais bela do Brasil [2].

Passando em Pernambuco, no ano de 1597, o P. Pero Rodrigues « achou já uma igreja, da traça de S. Roque, quási acabada, custaria 18.000 cruzados, começada pelo bom P. Luiz da Grã com duzentos réis ou dois tostões, tudo ou quási tudo de esmolas » [3].

Alguns bemfeitores assumiram o encargo da construção e manutenção do culto em capelas ou altares laterais da igreja, auferindo assim os benefícios correlativos de sepultura para si, para seus filhos e netos, segundo os usos e privilégios da Companhia [4].

Além dêstes donativos em dinheiro, vinham outros particulares: uma lâmpada, em 1572, que custaria 30$000 réis [5]; em 1584, um retábulo de preço superior a 1.000 cruzados [6]; em 1589, o povo deu mais 3.000 cruzados e levantou-se uma tôrre com relógio, muito útil para os de casa e para o mesmo povo [7]. Os donativos continuaram [8] — porque « a gente daquela vila é muito esmoler » [9].

Nesta igreja se ordenavam de sacerdotes os candidatos Je-

---

1. *Bras. 15*, 366v.
2. « Templum facile totius Brasiliae pulcherrimum », *Bras. 15*, 381.
3. Carta de Pero Rodrigues, *Bras. 15*, 428.
4. *Bras. 2*, 130v-131. A 26 de Dezembro de 1585, fêz uma doação dêste género D. Águeda Gomes Cabral. Fundou a capela de Santa Ana, na igreja do Colégio: Para isso doou 200$000 réis, duas vacas e umas casas. Pedia uma missa, por ano, cantada, em honra de Santa Ana; uma missa, rezada, por mês, em honra dos Apóstolos, mas sem obrigação. O Visitador Cristóvão de Gouveia aceitou. Seria boa ajuda para a edificação da igreja, *Bras. 11*, 487-487v.
5. *Fund. de Pern.*, 63-19.
6. Carta de Gouveia, *Lus. 68*, 402.
7. *Ann. Litt. 1589*, 471.
8. *Bras. 15*, 423v.
9. *Fund. de la Baya*, 21v-22 (96).

suítas. Havia grandes solenidades. Ficaram célebres as que se realizaram em 1576, por ocasião da recepção de uma relíquia das Santas Onze-Mil-Virgens, trazida pelo Provincial Inácio Tolosa, num « estojo de prata primorosamente lavrado »; veio em procissão desde o pôrto do Recife, conduzindo-a o próprio Bispo D. António Barreiros[1]. A festa era no fim de Julho; e no ano de 1584 prègou Cardim, que refere estar já então essa relíquia « bem concertada, em uma tôrre de prata » (que era a forma externa do relicário)[2].

Antes desta, já possuía a igreja outra relíquia de S. Braz. Para ela também ofereceram, em 1590, um relicário de prata em forma de braço. Outras relíquias vieram posteriormente. E para receber umas, que ofereceu em 1596 à Igreja de Pernambuco o P. Geral, determinou o Prelado que estivesse presente todo o clero secular a-fim-de se receberem em procissão solene[3].

Para o esplendor do culto concorria o povo com dádivas especiais: azeite para a lâmpada litúrgica, ornamentos de sêda e damasco, imagens de santos; em 1590, ofereceram-se duas de mármore, belíssimas[4]. Em 1611, chegou de Lisboa uma estátua de Santo Inácio. Naturalmente, houve grandes festas, procissões, representações[5].

Cremos que o arquitecto do Colégio de Olinda, Ir. Francisco Dias, não seria estranho ao plano da igreja, simultâneamente edificada. Tinha êle colaborado, como dissemos, na construção da grande e formosa igreja de S. Roque, Casa Professa dos Jesuítas, em Lisboa. Ora, precisamente, a igreja do Colégio de Olinda é da mesma *traça de S. Roque*[6].

2. — Pelo que se refere ao Colégio, Nóbrega, escrevendo de Pernambuco, em Setembro de 1551, diz que as índias fôrras ajudam a angariar meninos « do gentio para os ensinarmos e

1. Carta de Fonseca, *Bras. 15*, 296 e *Rev. do Inst. do Ceará*, 23 (1909) 60; *Fund. de Pern.*, 72v-73 (45).

2. Cardim, *Tratados*, 330.

3. *Bras. 15*, 423.

4. *Bras. 15*, 366v, 376v.

5. *Bras. 8*, 118.

6. A igreja de Olinda restaurou-se em 1661. A lâmpada de prata, que arde hoje diante do Santíssimo Sacramento, encontrou-se, há poucos anos, dentro duma

criarmos em uma casa que para isso se ordena». E nela trabalha com muita pressa e fervor «todo o povo, assim homens como mulheres» [1].

Era a residência de Olinda que se fundava.

O P. António Pires, que ficou em Pernambuco depois de Nóbrega voltar à Baía, aplanou o alto da colina debruçada sôbre o mar, em que se erguia a pequenina ermida de N.ª Senhora da Graça, dada aos Jesuítas pelo Governador Duarte Coelho; fêz com os seus próprios braços um terreiro e, exercitando êle próprio ofícios mecânicos, construíu casas para morar e ensinar meninos. A circunstância de os Jesuítas erguerem aqui o seu Colégio, deu ao local o nome de «Ponta de Jesus» [2].

Gonçalo de Oliveira e seus companheiros, chegados a Pernambuco em 1560, ampliaram o edifício primitivo, com quatro aposentos ao rés-do-chão [3]. E o povo de Pernambuco, como sempre, generoso, ajudava. Dando a entender o P. Rui Pereira que era preciso acrescentar um par de câmaras à casa, «por não ter mais que uma assobradada; como o souberam, um me deu as traves, outro as tábuas, outro os pregos, outros os cravos; os carpinteiros se ajustaram de modo que o demais da obra fizeram em um dia, e dois a acabaram dentro da mesma semana» [4].

Construíu-se depois, fora da portaria de entrada, o edifício para a escola dos meninos, que ali funcionava já em 1571 [5].

Ambicionando o povo de Pernambuco, para a sua terra, um Colégio em forma, começou a instar por êle. Para mostrar vontade eficaz, e para que El-Rei se movesse e desse a dotação con-

---

cisterna, que ocupa quási todo o claustro do antigo Colégio. Ainda se veneram na igreja duas estátuas de Santo Inácio e de S. Francisco Xavier. A de Santo Inácio empunha, na mão direita, uma espada, meio desembainhada, com a bainha apoiada no chão; na mão esquerda segura uma evocativa muleta. Segundo Carmo Barata, «a imagem de Nossa Senhora, que está no altar do lado do Evangelho, na igreja do Seminário, é a primitiva imagem da capela das Graças». — José do Carmo Barata, *Historia ecclesiastica de Pernambuco* (Recife 1922) 8.

1. Nóbr., *CB*, 120.

2. *CA*, 84; *Fund. de Pernambuco*, 60v-61 (13); Pereira da Costa, *Annaes Pernambucanos*, na *Rev. de Historia de Pernambuco*, ano 2.º, n.º 8, p. 315.

3. *Fund. de Pernambuco*, 61v (13).

4. *CA*, 288-289.

5. *Fund. de Pernambuco*, 62v (15).

veniente, concorreu logo com esmolas e com o seu trabalho para que fôsse realidade.

Como a casa de Pernambuco tinha sido fechada duas vezes, houve alguma negligência em garantir a posse dos terrenos doados por Duarte Coelho. Valeu aos Padres que, emfim, lhes apareceu o documento, por onde se concluíu que antigamente deram aos Padres escola nos terrenos adjacentes à casa; pela falta dêsse papel, viviam êles agora apertados. Com o seu aparecimento, deu-lhes o Ouvidor posse dêles. Puderam então viver mais desafogadamente, com a vantagem ainda de que dentro dos terrenos ficava uma fonte e uma pedreira, que muito ajudariam as futuras construções, logo começadas, em 1574, com grande actividade [1].

Todos trabalhavam. Até os meninos estudantes, a-pesar do Padre, que dirigia as obras, lhes ir à mão nisso, «quando sentiam vir as carrêtas pelas ruas, iam atrás delas e ajudavam a descarregar às costas o ladrilho, telha e madeira; não havia quem os tirasse de trazerem água do poço para amassar o barro. A-par do trabalho, os donativos; até êsse ano, já se tinham dado mais de 300$000 réis e, no ano seguinte, Pero Fernandes deixou um legado de 3.000 cruzados [2].

Em 1583, construíu-se, para recreio dos Irmãos estudantes junto do Colégio, um novo tanque com poço e bomba para se regar o quintal em pouco tempo; e também se edificou uma grande ramada de videiras, sustentada dum lado e doutro por quarenta pilastras de ladrilho [3]. Fernão Cardim, que ali estêve no ano seguinte com o P. Visitador, escreve: «à tarde fomos merendar à horta, que tem muito grande, e dentro nela um jardim fechado com muitas hervas cheirosas e duas ruas de pilares de tijolo com parreiras e uma fruta que chamam maracujá, sadia e gostosa, e refresca muito o sangue em tempo de calma, tem ponta de azêdo, é fruta estimada. Tem um grande romeiral, de que colhem carros de romãs, figueiras de Portugal e outras fru-

1. Ânua de 1574 pelo P. Caxa, *Bras. 15*, 262.

2. *Fund. de Pern.*, 70(38); *Fund. de la Baya*, 44v; *Bras. 15*, 261-262v; Manuel Lubambo, *Olinda, sua evolução urbana no século XVI*, em *Fronteiras* (Recife) ano VI, n.º 22, Fevereiro-Março de 1937.

3. *Bras. 8*, 7.

tas da terra. E tantos melões que não ha esgotá-los, com muitos pepinos e outras boas comodidades. Também tem um poço, fonte e tanque, ainda que não é necessário para as laranjeiras, porque o céu as rega; o jardim é o melhor e mais alegre que vi no Brasil, e, se estivera em Portugal, também se pudera chamar jardim» [1].

Constava o Colégio, então, de 19 câmaras assobradadas. Todavia não bastavam para as necessidades crescentes do Colégio, em conformidade com o desenvolvimento da terra. Pensou-se pois noutro maior. Para êsse Colégio futuro, diz a *Informação do Brasil*, havia 166 cruzados de esmola «que lhe fêz El-Rei D. Sebastião, e, por se pagar mal e por não haver tanta comodidade de oficiais e cal, o edifício não se começou» [2].

O Visitador, Cristóvão de Gouveia, encarregou o mesmo arquitecto, Ir. Francisco Dias, de rever os planos. Reviu-os e reformou-os, tendo em vista uma diminüição de despesas [3].

Isto era em 1584. Em Novembro, ainda não tinham começado as obras. Construindo-se o Colégio ao mesmo tempo que a igreja, beneficiou esta em detrimento daquele [4].

Assim, quando em 1597 estêve em Pernambuco, o P. Pero Rodrigues pôde escrever com verdade que o Colégio estava apenas principiado [5]. Tudo dependia dos donativos recebidos. A-pesar da gente ser generosa, havia mais e menos. Não obstante a renda de El-Rei e as esmolas, o Colégio estava endividado, em 1604, «despesas feitas com o edifício novo» [6].

Em 1607, a generosidade foi maior e também nesse ano se adiantou mais que nos outros: acrescentaram-se 6 quartos e concluíu-se a capela [7]. Assim prosseguiram as obras até à conclusão. Quando os Holandeses tomaram Olinda em 1630, acharam o Colégio dos Jesuítas superior a tôdas as demais casas religiosas de Pernambuco: «É muito grande e de bela construção em forma de quadrado e tem no centro um pátio; é alto de dois andares com galerias duplas ao longo dos mesmos, dos quais se

1. Cardim, *Tratados*, 327-328.
2. Anch., *Cartas*, 411.
3. Carta de Gouveia, *Lus. 68*, 402, 407.
4. *Ann. Litt. 1589* (Roma 1591) 471.
5. *Bras. 15*, 311; *Bras. 5*, 35v.
6. *Congr. 51*, 311, 318v.
7. Carta de Álvares, *Bras. 8*, 69.

entra em todos os quartos situados em redor, em número pròximamente de quarenta »[1].

O Colégio foi testemunha doutros acontecimentos históricos, mesmo no século XVI. Depois que Castrejón deitou a artilharia ao mar, na Paraíba, meteu ao fundo uma nau, queimou o forte e quebrou o sino, veio para Olinda, como « quem não tinha feito nada ». O ouvidor Martim Leitão reüniu, no Colégio, o Bispo, o capitão D. Filipe, a Câmara e o Provedor Martim de Carvalho, e esta junta resolveu mandar a Castrejón prêso para o Reino[2].

Restará hoje alguma coisa do século XVI? Segundo o cónego Carmo Barata, professor do seminário arquidiocesano, que é actualmente o antigo Colégio dos Jesuítas, restam algumas paredes: « ao menos a parte que dá para o nascente, são as mesmas que ainda hoje lá estão a desafiar há séculos, impávidas, os vendavais terríveis do tempo e o camartelo dos homens », — diz êle[3].

3. — Logo desde a primeira ida do P. Nóbrega a Pernambuco, em 1551, se pensou em ensinar meninos e em instituir um seminário à semelhança da Baía e S. Vicente; a ideia não foi então adiante, como não pôde ainda fundar-se o Colégio em 1564, quando se dizia já que haviam feito instância por êle os moradores de Pernambuco. Parece ainda assim que houve por êsse tempo algumas aulas, junto com a catequese[4]. Os estudos, porém, só se iniciaram definitivamente, no segundo semestre de 1568. Tinha vindo a Pernambuco o P. Luiz da Grã, por determinação do Beato Inácio de Azevedo; combinou tudo e, ao retirar-se de-novo para a Baía, deixou estabelecido o curso elementar de ler e escrever. Primeiro professor foi o P. Amaro Gonçalves. Nos começos de 1570, inaugurou-se a primeira aula de latim e foi êle o primeiro mestre. Para tomar conta da escola

---

1. João Baers, *Olinda Conquistada*, trad. do holandês por Alfredo de Carvalho (Recife 1898) 41.

2. *Sumário das Armadas*, 47.

3. Carmo Barata, *Escola de Herois: O Collegio de N.ª S.ª das Graças — O Seminário de Olinda* (Recife 1926) 17.

4. *CA*, 415.

de ler e escrever, acabava de chegar de Lisboa o P. Afonso Gonçalves [1].

Tais foram os princípios do Colégio de Pernambuco. As aulas começaram logo com entusiasmo; e àqueles dois cursos juntou-se daí a pouco, não com a mesma regularidade, o de casos de consciência, estudo necessário numa terra, onde o grande movimento comercial do açúcar poderia implicar dúvidas morais, de solução difícil [2]. Inaugurou solenemente o curso de casos, em 1576, o P. Pero Dias com a presença do Bispo, D. António Barreiros, do clero e gente principal [3].

Ficaram célebres as festas da abertura dos anos lectivos de 1573 e 1574, dias 2 e 3 de Fevereiro. Exercícios escolares, actos de declamação, representações teatrais, distribuïção de prémios, pecuniários ou em livros, aos alunos que mais se distinguiram em prosa e verso, proposição de enigmas, que se resolviam ou não conforme a dificuldade respectiva ou a habilidade dos concorrentes — festas literárias estas que logo deram aos estudos pernambucanos uma elevação que fazia suspirar o povo por alguma coisa de estável. Nestes actos literários externou o Doutor Salema, Ouvidor Geral e futuro Governador do Rio de Janeiro, a sua admiração, afirmando que em qualquer Universidade se não faria melhor [4]. Festas idênticas se repetiram depois [5].

Numa ocasião, visitando o Colégio o Ouvidor Geral, receberam-no os estudantes com «epigramas e discursos». E houveram-se «com tanta graça, diz ingènuamente o cronista, que fizeram cho-

---

1. *Fund. de la Baya*, 28v(104); *Fund. de Pern.*, 61v, 62 (14); Vasc., *Crón.*, III, 123; *Mon. Borgia*, V, 237. O P. Afonso Gonçalves ainda vivia em 1607 com 67 anos de idade. Natural de Moura, no Alentejo, tinha sido ministro nos Colégios de Bragança, Baía e Pernambuco, mais de 14 anos. Fêz os votos de Coadjutor espiritual em Olinda, a 23 de Setembro de 1576 (*Lus. 1*, 155; *Bras. 5*, 71v). Faleceu em 1608 (*Hist. Soc. 43*, 65v).

2. Por exemplo, o seguinte existente na Biblioteca de Évora, onde se propõe «se serão lícitos os contractos que se estilam em Pernambuco de vender muito mais caro os engenhos de açúcar a crédito do que a dinheiro de contado: *An sit licitus contractus Pernambuci usu receptus quo saccari torcularia multo pluris venduntur pecunia credita, quam statim soluta*. A resposta é afirmativa: *Quod sit licitus, inde potest probari*, etc. — Bibl. de Évora, Cód. CXVI, 1-33, f. 169; Anch., *Cartas*, 326.

3. *Fund. de Pern.*, 73v(47).

4. *Fund. de Pern.*, 64(24).

5. *Bras. 15*, 304v.

rar a muitos, por ver meninos de tão pouca idade ser tão vivos e hábeis; e alguns determinaram mandar os seus filhos a estudar»[1].

Assim, não admira o empenho de Pernambuco em alcançar de El-Rei Colégio fundado. Em 1574, dois anos antes da dotação real, tinha o Colégio de Pernambuco 92 alunos: 32 de humanidade, 70 do curso elementar[2]. Esta freqüência era extraordinàriamente alta para o tempo. Por isso vemos que baixou alguns anos depois[3]. Não duvidamos que fôsse tão alta freqüência um esfôrço da terra para demonstrar capacidade e jus a tal Colégio. Mais tarde, o número de alunos tornou a aumentar progressivamente. Em 1597, vindo da Índia, o P. Cristóvão de Castro, passando em Pernambuco, espantou-se de ver, em um Colégio tão pequeno, tanta gente feita[4].

Os alunos de Pernambuco tiveram fama de bom espírito e de piedade prática, como aquêle, que 1576, foi em missão com um Padre, servindo de intérprete, de engenho em engenho[5]. Ou como os que, dois anos antes, antecedendo por mais de quatro séculos os gloriosos vicentinos modernos, iam visitar os presos da cadeia, fazendo o que lhes mandavam os reclusos e levando-lhes água para beber[6]. Também ao Colégio de Pernambuco pertence a primazia de ser fonte de vocações para outros Institutos religiosos.

A Ânua de 1590-1591 consigna que dois alunos entraram para mosteiros de religiosos não Jesuítas[7]; já havia então, em Olinda, Beneditinos, Carmelitas e Franciscanos.

Visitou Pernambuco o P. Cristóvão de Gouveia em 1584. Observando a grande quantidade de engenhos no interior da Capitania, onde tantos meninos se estiolavam à míngua de instrução e de assistência moral, concebeu êle a ideia de fundar em Pernambuco, e depois nas principais Capitanias, Colégios internos para os educar e preparar para a vida e até para o

1. *Fund. de Pern.*, 68 (32).
2. *Fund. de la Baya*, 44-44v (119).
3. Anch., *Cartas*, 411.
4. Carta de Pero Rodrigues, *Bras. 15*, 428v.
5. *Fund. de Pern.*, 71v (42); *Bras. 8*, 7; *Annaes*, XIX, 62.
6. *Fund. de Pern.*, 67v (31).
7. « Coenobia religiosorum », *Bras. 15*, 366v.

apostolado e sacerdócio. Tal desejo, de incalculável alcance para o Brasil, não pôde transformar-se então em realidade: era Governador Geral Manuel Teles Barreto, desafecto aos Jesuítas [1].

4. — Os Reitores do Colégio de Pernambuco foram por sua ordem:

a) RODRIGO DE FREITAS (1568-1572). — Êste Padre, uma das pessoas mais importantes entradas na Companhia de Jesus, no Brasil, era, antes de entrar, oficial de El-Rei e Tesoureiro das rendas do Brasil [2]. No exercício do seu cargo de almoxarife sofreu alguns vexames por parte de D. Duarte da Costa e do Ouvidor-mor [3].

Enviüvando depois, ocupou-se, antes mesmo de entrar na Companhia, dos meninos do Colégio de Jesus, do Salvador [4]. Entrou em 1560 e, a 3 de Maio de 1568, fêz votos de Coadjutor espiritual em mãos do B. Inácio de Azevedo, na Baía [5]. Indo para Pernambuco, ficou Superior até 1572 [6]; depois, no ano seguinte, voltou, feito já Procurador Geral da Província, na armada do Governador António Salema, com quem seguiu para o Rio de Janeiro, como Visitador dêste Colégio e Capitanias a êle sujeitas [7]. Muito entendido em negócios, foi a Lisboa tratar dos do Brasil, voltando em 1583 com Cristóvão de Gouveia, a quem acompanhou na maior parte da Visita às Casas da Província [8].

Numa destas viagens, ao embarcar no Recife, de torna-viagem, caíu ao mar entre o navio e a barca que o trazia, «donde

1. Carta de Cristóvão de Gouveia, *Lus. 68*, 403; *Lus. 69*, 131-131v; cf. supra, p. 82.

2. Carta de Mercê a «Rodrigo de Freitas cavaleiro fidalguo de sua casa por Respeito dos seus seruiços do oficio de Tesoureiro das Rendas do Brasill», em data de 5 de Outubro de 1555, Arq. Hist. Colonial, *Registos*, I, f. 185v; cf. *Doc. Hist.*, XXXV, 195-197.

3. «Lembrança de Rodrigo de Freitas sobre os livros do Almazem da matricula», na *Hist. da Col. P. do B.*, III, 369.

4. Carta de Nóbrega, 30 de Junho de 1559, *Bras. 15*, 64v.

5. *Lus. 1*, 148; Vasc., *Crón.*, III, 122, dá a data de 4 de Maio.

6. *Fund. de Pernambuco*, 61v (14); Vasc., *Crón.*, III, 123.

7. Carta de Caxa, *Bras. 15*, 252; Carta de Amaro Gonçalves, *Bras. 15*, 241; *Fund. del Rio de Henero*, 58 (137); *Fund. de la Baya*, 220 (97).

8. Cardim, *Tratados*, 282, 294; *Bras. 5*, 17; Carta de Gouveia, *Lus. 68*, 402.

o tirámos, meio afogado, escreve Cardim, mas foi Nosso Senhor servido que não chegasse o desastre a mais» [1]. O catálogo de 1584 tem que era natural do têrmo de Melgaço e que fôra ministro na Baía e Superior de Pernambuco e S. Vicente e fizera de Visitador e Provincial nalgumas partes da Província [2]. Faleceu na Baía em 1604, com 44 anos de Companhia e 95 de idade. Grande exemplo de paciência na doença e velhice [3].

b) Amaro Gonçalves (1572-1574). — «Natural de Chaves, entrou na Companhia em 1559; ouviu o Curso de Artes e alguma teologia. Ensinou latim. Sabe bem casos de consciência e é capaz de presidir à sua resolução. Tem talento para prègar». Tais são as informações que dá o catálogo de 1574 [4]. Quanto à data da entrada, achamos que se admitiu para a primeira provação, em Évora, no ano de 1556, um jovem de nome Amaro Gonçalves. Não garantimos que seja o mesmo, dadas as divergências de datas [5]. Amaro Gonçalves foi para o Brasil em 1566 com o Beato Inácio de Azevedo. Em Julho de 1568, seguiu para Pernambuco, dando princípio estável à casa, onde ficou primeiro como professor e depois como Reitor até 1574 [6]. Promoveu, com eficácia, os estudos do Colégio, de que foi o primeiro mestre, excitou o zêlo das almas e todos os ministérios da Companhia, arrostando com os contrastes que lhe moveu o clérigo «nigromante», António de Gouveia. Acabou o reitorado em 1574, retirando-se para a Baía e daí para o Rio de Janeiro, onde faleceu, a 23 de Outubro de 1579 [7].

c) Melchior Cordeiro (1574-1576). — Lêmos no catálogo de 1574: «Belchior Cordeiro, mestre de noviços, professo de 3 votos, é ouvinte de teologia, tem talento para prègar. Entrou no ano de 60, sendo de 23 anos. É de Guimarãis» [8].

Cordeiro embarcou em Lisboa, em 1572. Fizera pouco antes, a 13 de Janeiro, um domingo, a profissão solene de 3 votos, em

1. Cardim, *Tratados*, 336.
2. *Bras.* 5, 20v.
3. Carta de Cardim, *Bras.* 8, 49 (1606).
4. *Bras.* 5, 12v.
5. *Lus.* 43, 332.
6. *Fund. de Pern.*, 61 (14); *Bras.* 15, 261v.
7. *Hist. Soc.* 42, 32v.
8. *Bras.* 5, 10.

S. Roque, nas mãos de Miguel de Sousa [1]. Na viagem para o Brasil, serviu de ministro e dispenseiro a bordo [2].

No mesmo ano da chegada, exerceu o cargo de mestre de noviços, na Baía, e ao fim de dois anos foi substituir o Reitor de Pernambuco, Amaro Gonçalves. Fêz viagem com o Ouvidor Fernão da Silva. Os ministérios começaram logo com grande entusiasmo e fervor, a que não seria alheia a sua eloqüência. Choveram importantes donativos para as obras do Colégio. As primeiras informações diziam que «era muito amado de todos» [3].

Deu edificação: foi à cadeia levar de comer aos presos com batina parda. Desenvolveu extraordinária actividade em ministérios, talvez necessários, mas expostos à maledicência e a verdadeiros perigos, como o de solucionar casos de adultério, terminar mancebias, e casar orfãs para quem buscava os respectivos dotes [4].

De-repente, não se fala mais dêle. Deve ter voltado para a Baía, em Setembro de 1576, com o P. Tolosa, Provincial, depois da visita que fêz a Pernambuco. O Provincial nomeou novo Reitor; e o cronista diz que com êle voltaram para a Baía vários Padres, não nomeando a Melchior Cordeiro. O facto de calar o nome do reitor cessante depõe contra êle [5]. Doze anos depois, há uma carta do P. Geral Cláudio Aquaviva dirigida ao P. Cordeiro, já residente em Lisboa, em que responde a duas daquele Padre, uma de 22 de Maio, outra de 10 de Junho, cujos originais se não conservam. Tira-se da resposta, que o P. Cordeiro se queixava das penitências, que lhe davam. Responde o Geral que isso é devido a ter «andado tanto tempo com pouca segurança da sua consciência e menos honra da Companhia», e que aquela sua situação não é senão justiça. Se quiser passar a outra Ordem religiosa, que passe; «faça-o, porém, com edificação» [6].

---

1. *Lus. 1*, 107-107v.
2. Carta de Martim da Rocha, Setembro de 1572, BNL, fg, 4532, 33v.
3. Carta de Caxa, *Bras. 15*, 261v; *Fund. de la Baya*, 19, 36 e 44 (112, 119).
4. *Fund. de Pern.*, 68v (35-36).
5. *Fund. de Pern.*, 72v, 73v (44, 47).
6. *Lus. 32*, 4.

Talvez o P. Melchior Cordeiro aproveitasse a licença. Aparece depois entre os saídos da Companhia [1].

Que teria passado? Qual seria a causa daquela pouca segurança de consciência? Não nos é lícito afirmar nada, por falta de provas concretas. Mas uma representação da Câmara Municipal de Olinda, dirigida em 1577 ao P. Everardo Mercuriano, que era então o Geral, alude a um «grande falso testemunho», levantado contra o P. Melchior Cordeiro e pelo qual era removido para a Europa. Não se diz sôbre que matéria versaria o falso testemunho. Mas, por ter sido arredado do campo da sua actividade e pela situação de descrédito e penitência, em que se achava em Lisboa, se infere que aquêle testemunho não seria totalmente falso [2].

d) AGOSTINHO DEL CASTILHO (1576). — O P. Agostinho del Castilho foi pouco tempo Vice-Reitor, pois dá-se a sua morte em Pernambuco, a 25 de Agôsto de 1576 [3].

A *Chrono-História* do Colégio de Placência diz que «pasó tambien al Brasil con el empleo de rector, antes de ser sacerdote; y era hombre de aventajada caridad» [4]. Não era Padre, quando saíu de Espanha; mas já era Padre, quando foi Reitor. Agostinho del Castilho ordenou-se em Lisboa, dizendo missa nova na capital portuguesa, no dia 1.º de Novembro de 1575 com o P. Miguel Garcia [5]. Chegou à Baía, com outros, no dia 27 de Junho de 1576 [6]. Agostinho del Castilho ficou Vice-Reitor de Pernambuco, emquanto não voltava de Roma o P. Gregório Serrão, nomeado Reitor durante a sua viagem, cargo que à volta não chegou a ocupar, por ficar na Baía [7]. A ser exacta a data da sua morte, acima referida, o seu govêrno teria sido de muito poucas semanas.

---

1. *Bras. 5*, 52-54.

2. A representação da Câmara de Olinda ao Padre Geral da Companhia de Jesus, pelo espírito de generosidade que a anima, pelos pormenores que encerra e pelas personagens que a assinam, é um documento importante e nobilíssimo. Cf. *Apêndice G*.

3. *Hist. Soc. 42*, 32.

4. *Chrono-Historia de la Compañia de Jesús en la Provincia de Toledo*, por el P. Bartholomé Alcazar, 2.º Tômo (Madrid 1710) 245.

5. *Lus. 67*, 218.

6. Carta de Fonseca, *Bras. 15*, 288; *Rev. do Inst. do Ceará*, 23, p. 19.

7. *Fund. de Pern.*, 73v(47).

e) LUIZ DA GRÃ (1577-1589). — O Reitor mais benemérito de Pernambuco, no século XVI [1].

f) PEDRO TOLEDO (1589-1592). — Foi a princípio apenas Vice-Reitor [2].

g) HENRIQUE GOMES (1592-1594). — O P. Henrique Gomes foi nomeado em Março de 1592 [3]; e, em 1594, assumiu o ofício de sócio do Provincial, com quem seguiu para o Sul [4]. Não achamos quem o substituísse e pelo modo de falar do Provincial, dizendo simplesmente, em 1598: «provi de Reitor daquele Colégio o P. Pero de Toledo», dá-se a entender que não havia ali Reitor [5]. O P. Henrique Gomes veio a ser Provincial e era Visitador do Brasil, quando faleceu em 1622.

h) VICENTE GONÇALVES. — O P. Vicente Gonçalves exercitou o ofício de Vice-Reitor de Pernambuco. Não achámos a data, mas o catálogo de 1598 diz que o foi durante dois anos [6]. Deve ter sido neste período, entre Gomes e Toledo.

i) PEDRO DE TOLEDO (1598-1603). — O P. Pedro de Toledo foi Reitor de Pernambuco desde 1598 [7]. A última data indicada é uma data limite. Nesse ano achamos a patente de seu sucessor [8].

5. — Quanto ao modo de subsistência dêste Colégio, além do próprio solar, possuía três lotes de terras, oriundos um por sesmaria, outro por compra e um terceiro por doação.

---

1. *Bras. 5*, 24v; *Bras. 15*, 368.
2. *Bras. 15*, 368, 405.
3. Carta de Simão Travassos, *Bras. 15*, 411.
4. *Bras. 3*, 35.
5. *Bras. 15*, 467.
6. *Bras. 5*, 36.
7. *Bras. 15*, 405.
8. Damos a série destas patentes no primeiro têrço do século XVII, como se encontram no registo do Arquivo (*Hist. Soc. 62*, 60), prescindindo agora de mais averiguações:

Simão Pinheiro, 25 de Agôsto de 1603;
Luiz Figueira, 23 de Abril de 1612;
Marcos da Costa, 7 de Dezembro de 1615;
Francisco Fernandes, 6 de Setembro de 1619;
Manuel do Couto, 29 de Abril de 1623;
Domingos Ferreira, 12 de Julho de 1627;
Manuel Fernandes, 16 de Abril de 1633;
Francisco Ferreira, 18 de Julho de 1634.

Da existência das primeiras terras de sesmaria, distantes sete léguas de Olinda, dá conta um breve escrito do P. Tolosa, de 1576, em que discrimina as terras em duas léguas, uma das quais já desembaraçada e firme, outra ainda duvidosa[1]. A *História da Fundação do Colégio de Pernambuco* refere que a Governadora D. Brites deu nesse ano uma légua de terra, além de outra já dada[2]; e por sua vez a *Informação da Província do Brasil* consigna a posse de ambas as léguas, sem mais explicações, acrescentando apenas que ainda estão improdutivas aquelas terras pela proximidade e perigo dos Potiguares[3].

Nos nossos arquivos achámos uma carta de sesmaria, em que se dá «ao longo da dita Ribeira de Camaragibe uma légua de terra em quadra», confrontando com outras «já dadas a Dona Catarina e a Dona Margarida de Melo, correndo pela dita Ribeira, se ainda não fôr dada, ou acima dela, ou por onde não fôr dada». A carta de sesmaria, passada por Dom Cristóvão de Melo, tem a data de 9 de Julho de 1573. É possível que fôsse esta a légua de terra que se achava duvidosa em 1576 e que já o não era em 1583. Nesse intervalo, a 24 de Julho de 1579, confirma a «Capitoa e Governadora» de Pernambuco, D. Brites, a doação de uma légua de terra, na Ribeira de Camarajibe, que tinha sido concedida antes por Dom Cristóvão de Melo[4].

Ainda no século XVI, no dia 17 de Outubro de 1600, comprou o Colégio, no têrmo de Iguaraçu, a Jorge Camelo e Paulo Valcácere, seu genro, umas terras «do Paço de Santa Cruz para o sul, ao longo da estrada que vem para esta vila [de Olinda], até os marcos que estão entre êles e Manuel Lobeira; e, da dita estrada para o sertão, o que a carta lhe dá, conforme a dita carta, que são três mil e duzentas braças craveiras, pela parte do sertão e mil e quinhentas de largura».

O Reitor do Colégio era Pero de Toledo; procurador, Diogo Martins. Compraram as terras «por preço e quantia de seis-

1. *Bras. 11*, 447.
2. *Fund. de Pern.*, 74 (49).
3. Anch., *Cartas*, 411.
4. *Bras. 11*, 441-441v; F. A. Pereira da Costa, *Capitães Mores governadores de Pernambuco*, na *Rev. do Inst. Pernambucano*, vol. 50, p. 58; Anch., *Cartas*, nota 557, p. 441.

centos e setenta mil réis em dinheiro que, ao fazer desta escritura, lhes entregou o dito P. Diogo Martins, procurador do dito Colégio, em dinheiro de contado, patacas e meias patacas, que receberam perante mim, tabelião, e testemunhas». A fazenda de Iguaraçu era já laborada; por isso se determina bem o que se inclue na compra. «Fica na dita terra o açude e levada, que é de Nuno de Barros, para efeito do seu engenho; e *tudo o mais pertence aos ditos Padres e seu convento*, por a água ser do engenho do dito Nuno de Barros. E o dito Paulo Valcácere não tirará cousa alguma da dita terra, de casas nem bemfeitorias, sòmente as roças de maniba, que essa poderá sòmente desfazer; e os lavradores também levarão seu mantimento, que tiverem plantado, e telha e o mais que tiverem em suas casas e deixarão a terra livre e desembargada ao dito Colégio» [1].

Seis dias depois, a 23 de Outubro, «em Aïama, têrmo da vila dos Santos Cosmos, em as casas e aposentos de António Jorge, estando êle aí presente e bem assim Maria Farinha, sua mulher», receberam dêles os mesmos Padres do Colégio, «de amor em graça», um pedaço de terra, que «por tôda são oitocentas braças em quadra, que são pastos para os gados, as quais terras estavam no têrmo da vila de Iguaraçu, em Tajepe» [2].

Nestas terras teria o Colégio o gado necessário para o seu sustento, começado com oitenta vacas, que se compraram em 1576, «por não haver matadoiro na vila, e, se assim não fizéssemos, não teríamos que comer» [3]. Não achámos documentos doutras terras do Colégio de Pernambuco no século XVI, a não ser os terrenos de algumas casas que possuía na vila: umas, que

---

1. *Bras. 11*, 435-438. Grifamos no texto aquelas palavras tocantes à posse da *terra* pelos Padres, tirando o açude e a levada. Confronte-se com o que se referiu acima, p. 166.

2. *Bras. 11*, 439-440v. Ao sul da Ilha de Itamaracá, existe uma expressão geográfica que perpetua, ainda hoje, o nome que supomos ser daquela bemfeitora do Colégio; é a baía de *Maria Farinha*. E no mapa *Praefecturae Paranambucae Pars Borealis una cum Praefectura de Itâmaracâ*, inserto em Francisco Plante, *Mauritiados* (Lugduni Batavorum 1647) 132-133, vem indicada a Ribeira de «Camuriji», afluente esquerdo do «Capiibarii» e a Ribeira de «Aiama», que desemboca na mencionada baía de Maria Farinha.

3. Enformación de 31 de Dez. de 1583, Bibl. de Évora, Cód. CXVI/1-33, f. 37v; Anch., *Cartas*, 415.

já lhe pertenciam em 1576 e rendiam cinco a seis mil réis[1], outras que foram doadas depois por D. Águeda Gomes Cabral, como já assinalámos, ao tratar da fundação da igreja[2].

6. — Quando o povo de Pernambuco pediu Colégio da Companhia, investigaram os Padres se seria ou não possível. Como se reünia a Congregação Provincial na Baía, em Março de 1575, pôs-se o caso em deliberação.

As conclusões foram favoráveis e apresentaram-se as seguintes razões para a fundação do Colégio de Pernambuco:

1.ª — porque é lugar grande e freqüentado e por isso também se pode tirar grande fruto;
2.ª — porque havia ali muita juventude para estudar e muito clero, que precisava do estudo, para ouvir e resolver casos de consciência;
3.ª — porque existiam também muitas povoações vizinhas e muitos engenhos, cheios de escravos, que poderiam ser ajudados dos Nossos, se o seu número aumentasse. E esta era a principal razão.

Parecia pois à Congregação Provincial que se devia pedir a El-Rei a correspondente dotação e o Padre Geral que a confirmasse[3].

Gregório Serrão, eleito procurador a Roma, foi encarregado de agenciar o postulado. Em Junho estava em Pernambuco, onde o receberam, com grandes demonstrações de simpatia, os estudantes e o povo. A Câmara escreveu a El-Rei pedindo se dignasse fundar o Colégio[4]. O emissário despediu-se no dia 13 de Junho; em Setembro, estava em Lisboa. E logo neste mês comunica para Roma o P. Vale-Régio, Procurador do Brasil em Lisboa, que estava concedida a dotação de Pernambuco, *a pedido dos naturais da terra*[5]. Nunca se viu tamanha rapi-

---

1. *Bras 11*, 447.
2. *Bras. 11*, 487-487v.
3. *Congr. 42*, 321v; cf. Serafim Leite, *Páginas*, 57.
4. Carta de Caxa, *Bras. 15*, 278-278v; *Fund. de Pern.*, 70 (38).
5. *Lus. 67*, 196, 212; *Fund. de Pern.*, 70 (38).

dez na agenciação dum negócio, quebrando-se tôdas as peias burocráticas.

O alvará de El-Rei tem a data de 6 de Janeiro de 1576. D. Sebastião aduz nêle os fundamentos jurídicos da fundação. Recebia os dízimos da Ordem de Cristo. Ora, sendo dízimos eclesiásticos deviam ter aplicação eclesiástica: importavam, portanto e correlativamente, a obrigação de promover a religião nas terras das suas conquistas e em particular as « igrejas e casas de religiosos ». Encarregava dessa promoção aos Padres da Companhia, porque a experiência já mostrara o fruto que tiravam e como eram eficazes na conversão do gentio e na reformação da vida e costumes de todos. O motivo de se escolher Pernambuco para êste terceiro Colégio, era porque iam em muito crescimento as suas povoações e rendas.

Portanto, « hei por bem, diz El-Rei, referindo-se aos Jesuítas de Pernambuco, e me apraz de fazer mercê, por esmola e doação perpétua para sempre e de dar em dote ao Colégio, de sua Ordem e na dita Capitania mando que se funde, de quatrocentos mil réis de juro, em cada ano, para sustentação dos vinte Padres, que nêle há-de haver ».

A dotação dos Jesuítas era a mesma que aos dos outros Colégios: 20$000 anuais, a cada um. Fazendo-se a avaliação do açúcar ao preço corrente médio dêsses anos, equivalia a 800 arrôbas do branco e mascavado e 100 do negro de sinos. Não tardou, porém, a verificar-se que esta quantidade de açúcar podia valer mais do que os 400$000 réis da dotação, como realmente valiam em 1583 [1]. Em 1578, representou a El-Rei o Provedor Cristóvão de Barros essa desvantagem para a fazenda real [2]. O soberano português, que era já D. Henrique, mandou ouvir os peritos e achou por bem, na sua munificência, de confirmar aquêle modo de pagamento, em açúcar, ao preço estipulado. Mais do que confirmação, foi uma ampliação da dotação existente ou, por outras palavras, uma dotação nova. No Livro de *Registos*, à mar-

1. Vendidos na terra, diz a *Informação da Província do Brasil*, renderiam 1.500 cruzados; enviados a Portugal, com os riscos por conta dos Padres, importariam *deductis expensis* em 2.000 cruzados, o dôbro do dote primitivo (Anch., *Cartas*, 411).

2. Anch., *Cartas*, nota 556, p. 441.

gem do alvará de D. Sebastião, lê-se esta cota: «Fêz El-Rei [D. Henrique] Nosso Senhor esmola ao Colégio de Nossa Senhora da Graça, da Companhia de Jesus da Vila de Olinda, de oitocentas arrôbas de açúcar branco e cem arrôbas de açúcar de sinos, e não hão-de haver mais os quatrocentos mil réis conteúdos neste Registo, como mais largamente é declarado na carta de doação, que lhe foi passada e que foi feita, em Lisboa, a vinte e quatro de Abril de 1579» [1].

A Gabriel Soares não podia deixar de fazer engulhos, como tudo o que era Jesuíta, a dotação dêste Colégio. Dedica-lhe também dois *Capítulos*, com as suas costumadas insinuações:

«Também fizeram entender ao mesmo Rei D. Sebastião que era mui necessário fundar-se em Pernambuco outro Colégio, tendo êles já nesta Capitania mosteiro bastante para 30 religiosos, que se mantinham das esmolas da terra, honradamente, e pediram para isso mil cruzados sòmente; e depois requereram que não corria na terra dinheiro, que lhes pagassem em açúcar; e fizeram crer que valia o açúcar a 400 réis um ano per outro, valendo êle ordinàriamente, de 12 anos a esta parte, por mais de 800 réis. De-maneira que êles levam a El-Rei o açúcar a preço de 400 réis a arrôba e El-Rei paga ao rendeiro dos dízimos a 800 réis por cada arrôba, no que deveram ter muito escrúpulo em fazerem entender a El-Rei ser muito necessário, nesta Vila, Colégio para ensinar as letras aos de fora».

Respondem os Padres: «El-Rei fundou êste Colégio como os outros e pelo mesmo respeito. Os Padres não pediram nada. Êle o dotou para 20, dando para cada um 20$000 réis, como tinha feito nos outros. O que diz do açúcar passou desta maneira:

«El-Rei mandou fazer essa avaliação uns anos por outros e fêz-se, por autoridade de justiça, intervindo nisso o provedor-mor e procurador de Sua Alteza e moradores e pessoas ajuramentadas, como consta do padrão. E se, com tudo isso, El-Rei lhes quis fazer alguma, vantagem ou esmola, não devia de tomar

1. Arq. Hist. Col., *Registos*, I, f. 129v-131; Carta de Fonseca, *Bras. 15*, 295v-296. Publicamos, no *Apêndice H*, a carta de doação de El-Rei D. Henrique. Como se verá, êle transcreve literalmente o alvará de D. Sebastião e a carta de Cristóvão de Barros. Na sua minuciosidade vislumbra-se o empenho do doador em cortar o passo a possíveis tropeços no pagamento. É documento existente no Arquivo da Companhia, *Bras. 11*, 443-446.

pena por isso o informante, não lhe digam o do evangelho da vinha».

Continua Gabriel Soares, referindo-se à Capital de Pernambuco: «Em a qual basta que se ensine um pouco de latim, ler e escrever, como se fazia sem esta renda, e como na verdade se não ensina outra coisa, nem há na terra quem aprenda mais. E bastava o Colégio da Baía para todo o Estado do Brasil, em o qual até hoje não acabaram o curso das Artes mais que seis ou sete pessoas e alguns dêstes se receberam na Companhia. E Teologia não ouviram mais que quatro pessoas de fora e uma só acabou e se fêz bom prègador. No em que se faz mais fruto é em se ler latim e casos de consciência. E se em Portugal, antes, não havia mais que a Universidade de Coimbra, porque não bastará ao Brasil a da Baía para todo o Estado?».

Resposta. — «Não acaba de entender o informante que a intenção, que teve Sua Alteza em fundar Colégios no Brasil, não foi abrir estudos para os filhos dos Portugueses, senão criar ministros para a conversão, que é tanto de sua obrigação, como consta dos padrões, que não põem aos Padres obrigações de ter escolas nenhumas. E se alguma Capitania há que tenha necessidade dêstes ministros é Pernambuco, onde há sessenta engenhos cheios de escravaria e outra muita gente, de que se servem os Portugueses, muito gentio, que trazem do sertão, e muitos pretos de Angola, os quais não teem outro remédio para suas almas senão aos Padres da Companhia, como é notório. Além dos Padres cumprir com esta obrigação, vendo a muita necessidade, que havia, de doutrina e quanto serviço se faria a Deus e aos moradores, puseram escolas, sem ter nisso obrigação, onde, desde as primeiras letras, criam homens que muito sirvam a Deus e ao próximo. E dêstes há já muitos cónegos da Sé da Baía e muitos curas e vigários por tôda a costa e alguns prègadores e cada dia se vão fazendo mais. E isto principalmente na Baía. Nos outros Colégios aprendem até poderem ir a êstes estudos gerais a ouvir Artes e Teologia e assim se faz em Pernambuco, onde, além disso, se ensinam casos de consciência para bem de muitos clérigos que há»[1].

A-pesar destas rendas, tão invejadas por Gabriel Soares, os

---

1. Capitulos, *Bras. 15*, 386v (26, 27).

Jesuítas de Pernambuco, com os encargos que assumiram da construção dos edifícios da igreja e Colégio, dignos ambos do fim a que se destinavam e da terra, achavam-se endividados por tal forma, em 1593, que o P. Beliarte viu-se forçado a reduzir o número dêles[1]. Mas foi passageiro. As dívidas é que se repetiram nalguns anos, segundo o avanço maior ou menor das construções. Mas, emfim, de todos os Colégios do Brasil, Pernambuco foi o que teve vida mais desafogada. E procurou corresponder também quanto possível a esta situação. Progressivamente, vieram juntar-se às aulas, com que começara, de primeiras letras, Humanidades e casos, os cursos de Artes e Teologia. No século XVIII, usava o título de Real Colégio de Olinda[2].

1. *Lus. 72*, 94.

2. Pereira da Costa, *Annaes Pernambucanos*, na *Rev. de História de Pernambuco*, ano 2.º, n.º 8, p. 313. Como em Pernambuco não havia Governador por El-Rei, desde 1576 que se colocava sôbre o altar o círio do Fundador, D. Sebastião, com as armas reais *(Bras. 2*, 25).

CAPÍTULO III

Pernambuco: Actividade apostólica

1 — Situação moral da Capitania; 2 — O Donatário Duarte Coelho; 3 — Abertura definitiva do Colégio de Olinda em 1568; 4 — Contradições do clérigo António de Gouveia, o «padre nigromante»; 5 — Reconciliações agenciadas pelos Jesuítas; 6 — Harmonia com os Donatários; 7 — Projecto de casa no Recife; 8 — Saque do Recife pelos Piratas ingleses e derrota que sofreram; 9 — Ministérios na Vila de Olinda; 10 — Missões pelos Engenhos; 11 — Aldeias de Índios.

1. — No dia 26 ou 27 de Julho de 1551, chegaram a Pernambuco os Padres Manuel da Nóbrega e António Pires. Levavam alguns meninos[1]. Foram bem recebidos por tôda a população e em particular pelos Donatários Duarte Coelho e sua mulher Brites de Albuquerque. Ficaram bem impressionados quanto à disposição da gente, «melhor que de tôdas as outras Capitanias», escreve António Pires[2].

A situação moral e religiosa é que era deplorável. Iniciaram logo os Padres a reforma dos costumes. Nóbrega prègava em português; António Pires procurou exercitar-se na língua brasílica, em que levava escritas «as orações e alguns sermões». Como estava ainda pouco prático nelas, utilizou por intérprete, tanto para as exortações como para as confissões urgentes de índios escravos, o auxílio de uma fervorosa e prudente cristã, Maria da Rosa que, enviüvando depois, se fêz religiosa da Ordem de S. Francisco[3]. As obras de zêlo dêstes Padres nar-

---

1. *CA*, 112.

2. Os donatários tinham chegado em 1535 e Duarte Coelho tomou posse da sua Capitania a 9 de Março nesse mesmo ano. — António José Vitoriano Borges da Fonseca, *Nobiliarchia Pernambucana*, II (Rio 1935) 349.

3. *Fund. de Pernambuco*, 60v(9). Maria da Rosa ou Maria Rosa, diz Rodolfo

ram-se pormenorizadamente nas cartas que êles próprios escreveram. Conta Manuel da Nóbrega que nomearam meirinha das mulheres cristãs a uma delas. O fruto que fizeram, diz o mesmo Padre, que se deve sobretudo ao prestígio de que estava já circundado o nome da Companhia e que a isso se tem de atribuir, mais do que a êles próprios, o grande abalo e emenda de vida que se operou na terra. E continua, aglomerando aspectos diferentes da actividade dos Jesuítas, que no volume seguinte se retomarão ou desenvolverão separadamente. Nem por isso deixará de ser útil verem-se, uma vez, reünidos num mesmo local e num mesmo momento histórico. Diz Nóbrega: «Os mais que aqui tinham índias de muito tempo, de que tinham filhos, e tinham por grande infâmia casarem com elas, agora se vão casando e tomando vida de bom estado. São feitas muitas amizades. Porque esta Capitania estava em bandos com os principais da terra e os fizemos amigos, à porta da igreja, com que já todos estão em paz. Havia muitas môças, filhas de cristãos, dadas à soldada a solteiros, com quem pùblicamente pecavam, e dava-lhas a Justiça; fi-las ajuntar em casa de casados virtuosos e agora se vão casando e amparando. Pelo sertão há muitos, assim machos como fêmeas e algumas já mulheres, filhos de brancos. Damos ordem a se tirarem todos e já são fora alguns, dos quais já lá mandei a Portugal um mancebo, que estava perdido e comia carne humana com o Gentio, para lá servir e ter alguma notícia da Cristandade».

«Havia cá muito pouco cuidado de salvar almas; os sacerdotes, que cá havia, estavam todos nos mesmos pecados dos leigos, e os demais irregulares, outros apóstatas e excomungados. Alguns conheceram seu pecado e principalmente um pediu perdão a todo o povo com muita edificação. Alguns, que foram contumazes, não dizem missa e andam como encartados sem aparecerem, por seus erros serem mui públicos e escandalosos; os outros nos amam muito. Estavam os homens cá em grande abusão, que não comungavam quási todos por estarem amancebados, e todavia os absolviam sacramentalmente, de maneira que, pelas Constituïções, ficavam excomungados; e homens havia 20 anos

---

Garcia que era mulher do capitão Pedro Leitão e foi fundadora do Recolhimento da Conceição em Olinda, *Ib.*, 11. Cf. Jaboatão, *Orbe Serafico*, II, 135, 386.

que estavam nesta terra sem comungarem. Tudo se vai remediando como Nosso Senhor ensina. As índias fôrras, que há muito que andam com os Cristãos em pecado, trabalhamos por remediar por não se irem ao sertão, porque são cristãs e lhes ordenamos uma casa, à custa dos que as tinham, para nela as recolher e dali casarão com alguns homens trabalhadores pouco a pouco. Tôdas andam com grande fervor e querem emendar-se de seus pecados e se confessam já as mais entendidas e sabem-se mui bem acusar. Com se ganharem estas, se ganha muito, porque são mais de 40 só nesta povoação, afora muitas outras, que estão pelas outras povoações, e acarretam outras do sertão, assim já cristãs como ainda gentias. Algumas destas mais antigas pregam às outras. Temos feito uma delas meirinha, a qual é tão diligente em chamar à doutrina, que é para louvar a Nosso Senhor; estas, depois de mais arraïgadas no amor e conhecimento de Deus, hei-de ordenar que vão prègar pelas Aldeias de seus parentes e certo que em algumas vejo claramente obrar a virtude do Altíssimo. Ganharemos também que estas nos trarão meninos de Gentio para ensinarmos e criarmos, em uma casa, que para isso se ordena, e já fazem nela com muita pressa e fervor, todo o povo, assim homens como mulheres. Muitos casamentos tenho acertado com estas fôrras: quererá Nosso Senhor, por esta via, acrescentar sua Fé católica e povoar esta terra em seu temor, e será fácil coisa casar tôdas, porque com os não absolverem e lhes mandarem tomar estado, hão se de casar como puderem os homens, como a experiência das outras Capitanias nos tem ensinado, onde se casaram tôdas quantas negras fôrras havia entre cristãos».

«Há cá muita soma de casados em Portugal, que vivem em graves pecados: a uns fazemos ir, outros mandam buscar suas mulheres. Porém, de tudo o que me alegra mais o espírito é ver, por experiência, o fruto que se faz nos escravos dos Cristãos, os quais, com grande descuido dos seus senhores, viviam gentìlicamente, em graves pecados. Agora ouvem missa cada domingo e festa e teem doutrina e prègação na sua língua, às tardes. Andam tais que, assim nas festas como pela semana, o tempo que podem furtar, veem a que lhes ensinemos as orações e, muito antes de irem pescar ou a seus trabalhos, hão-de ir rezar à igreja e o mesmo, da tornada, antes que entrem em casa. E dêstes é a multidão

tanta que não cabem na igreja e muitas vezes é necessário fazerem duas esquipações dêles, de maneira que, assim nós como os meninos órfãos, é necessário o mais do tempo gastá-lo com êles».

«Os que estão amancebados com suas mesmas escravas, fazemos que casem com elas, e por ser costume novo a seus senhores, hão mêdo que, casando, lhes fiquem fôrras, e não lho podemos tirar da cabeça. Isto é coisa mui proveitosa para estas partes. E para São Tomé e outras partes, onde há fazendas de muitos escravos, devia El-Rei de mandar desenganar aos senhores, que não ficam fôrras, porque isto arreceiam; que doutra maneira todos se casariam».

«Dêstes escravos e das prègações corre a fama às Aldeias dos Negros, de maneira que veem a nós de mui longe a ouvir nossa prática. Dizemos-lhe que, por seu respeito principalmente, viemos a esta terra e não por os brancos. Mostram grande vontade e desejos de os conversarmos e ensinarmos. Mui fácil coisa é serem todos cristãos, se houver muitos obreiros, que os conservem em bons costumes, porque doutra maneira far-se-á grande injúria ao Sacramento».

«Vinde, caríssimos Irmãos, ou chorai tanto que Nosso Senhor vo-lo outorgue. Em tôdas as Capitanias se ordenam casas para os filhos do Gentio se ensinarem, de que se crê resultar grande fruto e para mais em breve o Senhor ajuntar seus escolhidos, que nesta gentilidade tem. Eu prego domingos e festas, duas vezes, a tôda a gente da vila, que é muita, e às sextas-feiras teem prática com disciplina, com que se muito aproveitam todos. Vão-se confessando e juntamente fazendo penitência. Assim em Brancos como nos Índios há grande fervor e devoção. O Capitão desta Capitania e sua mulher são mui virtuosos e sòmente por ignorância se deixavam de fazer muitas coisas do serviço de Nosso Senhor; muito nos favorecem e ajudam em tudo».

«Isto vos quis escrever, assim em breve, para que vejais, caríssimos, quanta necessidade cá temos de vossas orações. *Non solum nobis nati estis:* um corpo somos em Jesus Cristo; se lá não sustentardes, êste vosso membro perecerá» [1].

---

1. Nóbr., *CB*, 119-121, 123-127; *CA*, 75, 82; *Fund. de la Baya*, 4v (80); *Fund. de Pern.*, 60v (9); Vasc., *Crón.*, I, 108-109; Pero Rodrigues, *Anchieta*, nos *Annaes*, XXIX, 193; Orlandini, *Hist. Soc.*, 265.

2. — Em carta a D. João III, alude outra vez o P. Nóbrega aos Donatários: «Duarte Coelho e sua mulher são tão virtuosos, quanto é a fama que teem, e certo creio que por êles não castigou a justiça do Altíssimo tantos males até agora; êle, porém, é já velho e falta-lhe muito para o bom regimento da justiça e por isso a jurisdição de tôda a costa devia de ser de Vossa Alteza»[1].

Nóbrega voltou para a Baía, em Janeiro de 1552. O P. Pires continuou em Pernambuco. E juntou aos seus trabalhos o encargo de Visitador Apostólico de tôda a Capitania, por comissão de D. Pedro Sardinha. Fê-lo com licença do P. Nóbrega que, entretanto, comunicou o facto para Portugal, ao P. Simão Rodrigues; se êle não achasse bem, que escrevesse directamente ao Bispo para não encarregar os Jesuítas de tais assuntos. É sabido o odioso que isso implica junto do clero secular, a quem se tem que visitar e às vezes corrigir, *ex officio*.

O próprio Nóbrega, pouco depois de chegar à Baía e de ver a atitude hostil do Prelado, achou que seria melhor ter recusado aquêle consentimento[2].

António Pires era homem de grande tino prático, mas não de grandes letras: os moradores queriam um Padre letrado, diz êle contra si mesmo[3]. Tais aspirações não impediram a estima, que lhe votavam;[4] e assim, construindo a casa, visitando a terra, trabalhando com zêlo, estêve o P. António Pires quási dois anos, depois da ida de Nóbrega, que, apenas chegou a S. Vicente, o chamou para lá. Não pôde ir logo, por falta de embarcação. Só chegou à Baía no primeiro domingo do Advento de 1554[5]. Desta forma se fechou a residência da Companhia, em Pernambuco. Entregou-se a casa a um homem de confiança, até à chegada dos novos Padres com que reabriu. Houve quem quisesse ver entre esta saída e aquêle conselho, que Nóbrega, com o sentimento profundo da unidade territorial do Brasil, dera a El-Rei, de tomar

1. Nóbr., *CB*, 124.
2. Nóbr., *CB*, 129; *Bras. 3 (1)*, 71; *CA*, 122; Vasc., *Crón.*, I, 114.
3. *CA*, 121.
4. *Ib.*, 122.
5. *Bras. 3 (1)*, 144v.

para si a Capitania de Pernambuco, uma relação de efeito a causa, despeitando-se o Governador[1].

Não houve tal despeito, nem tal motivo. A amizade entre os primeiros Donatários e os Jesuítas foi inalterável. A razão da saída está na decisão que Nóbrega, depois de completar o conhecimento da costa brasileira, tomou de concentrar os seus Padres na Baía, por ser a capital, e no sul, por ser próximo dos Carijós e do Paraguai, onde tinha então o sentido. Afirma-o expressamente o P. Luiz da Grã, ao falar da vinda de António Pires. Diz o P. Grã de si, que está de ida para S. Vicente, por ordem de P. Nóbrega, que era o Provincial; que mandara chamar de Pôrto Seguro ao P. Ambrósio Pires, mas por falta de monção não tinha ainda chegado, e por isso deixará na Baía a António Pires como Vice-Reitor. Êle, Grã, vai a S. Vicente, porque a «determinação do P. Nóbrega era não nos dividirmos por tantos lugares, por sermos tão poucos, senão ter esta casa [da Baía] por ser cabeça, e a de S. Vicente, porque é a entrada para um gentio em que se espera mais fruto que neste»[2].

3. — A saída dos Padres não quadrava de modo algum aos moradores de Pernambuco, que os pediam. Mas, estando êles ocupados nas Aldeias da Baía, que se fundavam, não podiam aceder fàcilmente. Em todo o caso, a Governadora D. Brites de Albuquerque insistiu com «o mais povo» de tal forma que chegaram a escrever para Portugal, pedindo influências do Reino, a-fim-de os Padres voltarem a Pernambuco. Mandou, pois, o P. Luiz da Grã tornar a abrir a casa, tanto mais que pensava já então em prover de Padres tôdas as Capitanias, que ainda os não tivessem e, neste caso, começava por Olinda[3].

Foram encarregados os Padres Gonçalo de Oliveira, Rui Pereira e João Dício. Chegaram a Pernambuco, a 19 de Janeiro de 1561, depois de graves perigos tanto do mar como dos Fran-

1. Oliveira Lima, *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico* (Leipzig 1895) 18. Livro de juventude, onde, a par de frases retumbantes, se imiscuem apreciações precipitadas e injustas; o próprio Oliveira Lima as omite no estudo mais reflectido *A Nova Lusitania*, na *Hist. da Col. Port. do B.*, III, 304; Pedro de Azevedo, *Os Primeiros Donatários*, *ib.*, III, 200.

2. Carta do P. Grã, Baía, 27 de Dezembro de 1555, *Bras. 3 (1)*, 143.

3. *CA*, 271, 282.

ceses e de terem feito uma arribada forçada aos Ilhéus. Recebeu-os Pernambuco tão bem que escreve um dêles que, « ainda que eu chegara a casa de meus pais, não me fizeram mais gasalhado » [1].

Gonçalo de Oliveira, como excelente língua que era, deu-se todo à evangelização das classes humildes, índios e escravos; Rui Pereira dedicou-se aos colonos: « na quaresma prego três, quatro vezes na semana » [2].

Fizeram fruto. Até os escravos queriam que lhes falassem em português. No ano de 1563, chegaram os Padres João de Melo, Superior, e António de Sá. Na carta, que êste último escreve de Olinda, a referir a vinda, não fala dos três anteriores, o que parece indicar que já ali não estavam [3].

A actividade dos dois Padres recém-chegados consistiu, sobretudo, na reconstrução da casa e ministérios do costume, em especial contra as mancebias, a que estava atreita « terra tão larga e gente tão sôlta », como se expressa António de Sá. O donatário Duarte Coelho de Albuquerque era grande amigo da casa. Fazia, de boa mente, quanto lhe requeria o P. Melo [4]. Não nos ficaram pormenores dêstes anos. Supomos que surgiram dificuldades no regime interno da casa. Porque, em 1567, estava

1. *CA*, 286-287; *Fund. de Pern.*, 61 (5).

2. *Ib.*, 288. Rui Pereira, era natural de Vila Real, Arcebispado de Braga, filho de Pero Borges e Isabel Pereira (*Lus. 43*, 4, 8, 34v). Concluíu o curso de Artes em Coimbra. Era prègador e dava grandes esperanças, como se pode ver pelas duas formosas cartas, que se encontram nas *Avulsas*. Além delas não deixou mais vestígios. Simão de Vasconcelos tem que foi despedido. A saída da Companhia apagou-o (Vasc., *Crón.*, II, 64; Afrânio Peixoto, in *CA*, nota 145, p. 271).

O P. Dício era flamengo (*Mon. Nadal*, IV, 187). Entrou na Companhia, em Coimbra, no ano de 1544. Sofria da gota ou epilepsia (*Lus. 43*, 360v). Miguel de Tôrres enviou-o para o Brasil, no ano de 1559, em busca de saúde, porque, « diziam os médicos que a cobraria lá com os ares e os exercícios da terra, se em alguma parte a podia cobrar » (*Lus. 60*, 156). No Brasil, porém, foi « como lá ou pior » (*CA*, 257). Voltou, portanto, para Portugal. De Lisboa foi para Coimbra em Maio de 1569, falecendo ali, a 8 de Agôsto do mesmo ano (*Livro das sepulturas do Colégio de Coimbra*, coval 10, *ms.* da BNL, fg. 4505, f. 73). O Catálogo *Lus. 43*, 360v, dá a sua morte a 19 do mesmo mês e ano.

Dos outros primeiros Jesuítas de Pernambuco já falámos ou falaremos ainda.

3. *CA*, 380-381; Vasc., *Crón.*, II, 128.

4. *CA*, 380-381, 401-403.

anunciado que iriam dois Padres, além dos que ali já viviam [1]. E achamos que não foram; antes, o P. Melo foi chamado à Baía e fechou-se a residência, pela segunda vez, ficando o povo «muito sentido». Ao voltar João de Melo, não se fala já do P. Sá que andava com desejos de passar para a Cartuxa, como passou [2].

O ciclo instável da Residência de Pernambuco terminou no ano seguinte, reabrindo-a pessoalmente o P. Luiz da Grã, que iria ser, pelos anos adiante, o seu grande apóstolo [3]. Abriu em tão boa hora que, desde 1568, não se tornou a fechar até ao século XVIII. O P. Grã levou consigo quatro Padres, dois dos quais se conhecem: Rodrigo de Freitas, primeiro Superior, e logo Procurador geral da Província; e Amaro Gonçalves, mestre e logo Reitor e prègador [4].

Agora sim, iriam realizar os Jesuítas em Pernambuco obra verdadeiramente duradoira, com a fundação jurídica do Colégio e da igreja, palestras escolares e literárias, confrarias e congregações, visita aos engenhos, a Iguaraçu e a Itamaracá, assistência, doutrinação e defesa dos índios e escravos, moralização dos costumes, pacificação dos espíritos, — obras na realidade profícuas e grandes.

Mas antes, ou simultâneamente, haviam de vencer um obstáculo oposto aos seus ministérios, vindo dum clérigo, que tentou infamar de herética a prègação de Amaro Gonçalves.

4. — Havia em Pernambuco um Padre secular, António de Gouveia, degredado, que ficou conhecido na história local com os apelidos de «padre do oiro» por ter pretensões a alquimista, «padre nigromante» e ainda «padre mágico» [5].

Êste clérigo levou uma vida inconsistente e aventurosa. Tentou carreiras diversas, numa flutuação alheia a escrúpulos morais. Açoreano, fêz-se padre em Portugal; pouco depois, é soldado, na Itália, nos exércitos de Alexandre Farnésio. Volta à Pátria e

---

1. *CA*, 481.
2. *Bras.* 5, 35; *Fund. de Pern.*, 61v (14); *Fund. da Baya*, 11 (86).
3. *Fund. de Pern.*, 61v (14).
4. *Fund. de la Baya*, 21v-22 (96-97); *Fund. de Pern.*, 61v-62 (14-15); Vasc., *Crón.*, III, 123.
5. Cardim, *Tratados*, 196; Anch., *Cartas*, 306, 337.

entra na Companhia de Jesus[1]. Despedido dela, apenas se conheceu quem era, o P. Gouveia atraíu o olhar da Inquisição, que o prendeu durante quatro anos. Fugiu do cárcere em 1564. Recapturado, teve que servir nas galés. Apelou para o Infante D. Henrique, que lhe comutou a pena em degrêdo. Mas, sem esperar pela comutação, tornou a fugir e andou pela França, Itália, Alemanha. Voltando a Portugal, quis retirar-se para os Açores. Concederam-lhe a licença: Gouveia, em vez de seguir o rumo do mar, tomou o das minas de Aljustrel. A Inquisição prendeu-o outra vez e degredou-o então para Pernambuco.

Era o ano de 1567.

Com um homem desta fôrça tiveram os Padres da Companhia que se haver. Gouveia, deixando-se arrastar pelo seu temperamento inquieto, aproveitou as circunstâncias do meio e deu largas ao gôsto de aventuras que o dominava, explorou a alquimia, prometeu oiro a mãos cheias, e lisonjeou a crendice do povo, com prestidigitações singulares; e, o que é pior, desprovido de princípios religiosos firmes, sem escrúpulos, tomou parte em expedições contra os Índios e êle próprio os cativou, chegando a destruir a nação dos Viatãs[2].

Naturalmente, os Jesuítas não viram com bons olhos semelhante vida, que nada tinha de sacerdotal. Para mais, o aventureiro, trocando os papéis, meteu-se com os Jesuítas, e acusou pùblicamente de herege o P. Amaro Gonçalves, Reitor do Colégio. Com a sua eloqüência, desorientou e moveu a gente contra os Padres. Nesta tribulação, serviu-lhes de defesa aos Jesuítas a própria vida do acusador. O clérigo achava-se sob a alçada da Inquisição de Lisboa. Recorreram os Padres a quem a representava no Brasil, que era o Bispo. Tanto mais que o proceder actual do P. Gouveia não desdizia do passado. Das peças do seu processo, publicadas no *Arquivo Histórico Português*, tira-se que nas viagens ao interior cometia constantes irregularidades canónicas: «nos próprios dias em que celebrava [missa], andava em guerras com o dito gentio, nas quais guerras, matou e mandou

---

1. Não em 1556, como se tem escrito. Em *Lus. 43*, 17, lê-se « P. António de Gouveia, sacerdote recebido em 17 de Dezembro de 1555». Com três riscos por cima.

2. Cardim, *Tratados*, 195-196.

matar muito gentio e cativou e logo mandou ferrar no rosto, pondo-os em ferros, e por sua mão os açoitava e mandava açoitar».

Concedendo algum exagêro à acusação, haveria fundamento para ela; e é certo que, por êste auxílio no cativeiro dos Índios, o protegiam pessoas categorizadas de Olinda, sem excluir o Donatário e D. Jerónimo de Moura[1]. Até o Bispo D. Pedro Leitão manteve com êle, durante algum tempo, relações amistosas e interesseiras. Conserva-se uma carta do Prelado dirigida «ao muito reverendo Padre António de Gouveia, doutor em santa teologia, em Pernambuco». Pregunta-lhe se achou algum oiro ou prata, como se dá com a gente da terra e «com os Apóstolos» (assim chamavam aos Jesuítas). Queixa-se de que o vigário Silvestre Lourenço não guardasse segrêdo sôbre as licenças, que o P. Gouveia tinha para prègar. Estava combinado que, emquanto não viessem demissórias de Portugal, diria que tinha «demissórias do Papa», e que se não falasse no nome do Bispo para «não ser mexericado com o Cardial». O Vigário fêz o contrário, «descobrindo tudo ao Padre Rodrigo de Freitas, porque assim o escreveu cá». Termina o Bispo, pedindo ao P. António de Gouveia proteja um seu criado, Luiz de Góis, que manda a Pernambuco comprar alguns escravos «de que tenho muita necessidade», e veja se lhe pagam em Pernambuco os ordenados, porque «importa muito à minha honra para pagar umas dívidas, que devo em Portugal há dez anos».

O Bispo, como se vê por esta carta, tinha-se deixado iludir na sua boa fé; depois mudou de ideia a respeito do seu correspondente. Num requerimento, já feito aos Inquisidores em Lisboa, declara Gouveia que o ouvidor eclesiástico, P. Manuel Fernandes Cortiçado, o foi prender por comissão do dito Bispo e lhe disse que o Cardial Infante Nosso Senhor o mandava prender e trazer a êste Reino».

É curioso notar que a provisão do Bispo ao P. Cortiçado, para prender António de Gouveia, ordena que prenda também ao vigário Silvestre Lourenço e o ponha a ferros e o desterre para Itamaracá, e o suspenda do ofício sacerdotal e de tôdas as rendas, «por culpas que dêle temos».

---

1. *Fund. de Pern.*, 62 (15).

Ao ser notificado do motivo da sua prisão: « casos heréticos e cerimónias judaicas e vitupério feito ao Santíssimo Sacramento », o P. Gouveia dá como suspeitos os que o prenderam, incluindo o Bispo e o ouvidor, P. Cortiçado; e que a « suspeição, que tinha ao dito ouvidor, era por ser feitura dos Padres de Jesus ».

O padre aventureiro foi entregue na Baía, em 4 de Maio de 1571, ao mestre da nau S. João, que por sua vez o entregou em Lisboa ao Tribunal da Inquisição, a 10 de Setembro do mesmo ano. O seu processo foi parar ao Conselho geral do Santo Ofício, em 1575. É a última notícia do P. Gouveia[1]. A memória dêste padre entrou na lenda como a dum escravagista e feiticeiro. Fr. Vicente de Salvador, conta com a máxima seriedade que êle, indo para o Reino, « arribou às Ilhas, donde desapareceu numa noite, sem se saber mais dêle »; e nas guerras bastava depenar um frângão ou um ramo e as penas e fôlhas, que atirava aos ares, transformavam-se em demónios negros, com que atemorizava os Índios, que logo se rendiam a tremer[2]...

Neste extravagante caso interveio o P. Luiz da Grã, que conseguiu mover o Bispo, como autoridade competente, a terminar a intriga dum aventureiro sem escrúpulos, que ameaçava destruir todo o prestígio dos Padres. Diz a História do Colégio de Pernambuco que êle não só infamou o P. Amaro Gonçalves, mas também « era tão ardiloso que à gente principal persuadia o mesmo; e assim quási todos eram contra os Padres e os muito amigos se afastavam dêles. Mas Nosso Senhor os defendia e, como sabia a sua inocência, daí a poucos dias a manifestou. Para isto ajudou muito o favor do Bispo e a presença do P. Luiz da Grã. O Bispo mandou prender pela Santa Inquisição o clérigo por graves delitos, que se lhe provaram, e enviou-o a Portugal.

1. Tôrre do Tombo, *Inquisição de Lisboa*, n.º 5158. Documentos publicados, com uma introdução, por Pedro A. de Azevedo, *Archivo Historico Portuguez*, III, 179-208, 274, 286, subordinado tudo ao título de *António de Gouveia, alchimista do século XVI*. Pedro de Azevedo presta bons serviços, quando publica documentos. Ao apreciar a ciência do século XVI, sente-se menos senhor de si. Cf. Notas de Capistrano e Garcia a Pôrto Seguro, *HG*, I, 453-454; Alfredo de Carvalho, *O Padre do Ouro*, na *Rev. do Inst. Pernambucano*, 71-74, p. 171-211; Biografia do P. Gouveia nos *Annaes Pernambucanos*, de Pereira da Costa, publicados na *Rev. de Historia de Pernambuco*, 8, pp. 283-286, 288.

2. Frei Vicente, *H. do B.*, 202.

O P. Luiz da Grã declarou ao povo que o que o Padre tinha prègado era a verdade. E assim ficou livre da infâmia, que lhe tinham feito, e com muito maior crédito que dantes. Durou êste trabalho dois anos. Não convém calar a satisfação, que uma pessoa nobre deu, por ter sido alguma causa disto. Estando à morte, mandou chamar o Padre e pediu-lhe perdão do mal, que lhe tinha feito, e foram tantas as lágrimas que os travesseiros da cama ficaram bem ensopados nelas »[1].

5. — A reconciliação dêste nobre, ofensor, com o Padre, ofendido, não é caso isolado, nem só dêste género. Um dos ministérios, registado com mais freqüência nas cartas de Pernambuco, são as pazes agenciadas pelos Jesuítas entre pessoas desavindas, algumas delas da mais alta categoria. São factos, que não excluem o pitoresco, impedindo os Padres que o pitoresco se transformasse alguma vez em tragédia. Consignemos alguns. E seja o primeiro o do Ouvidor Geral, Fernão da Silva, em 1574. Assolaram os Índios da Paraíba um engenho, e mataram quási todos os seus moradores. Resolveu o Ouvidor com muita gente ir castigá-los. Os Índios, porém, fugiram, escondendo-se nas serranias. Seria difícil e perigoso ir lá. Voltou o Ouvidor para Pernambuco, contentando-se com lhes queimar as casas, roças e mantimentos para não servirem aos Franceses. Ora, ao chegar a Pernambuco, « uma pessoa principal e poderosa » mandou-lhe pôr no caminho, por onde havia de passar, uma roca, como quem diz que mais convinha ao Ouvidor uma roca para fiar do que uma espada para combater...

A injúria era grave. Os alvorotos e ameaças surgiram e pareciam intermináveis, até que um Padre chamou a ambos ao Colégio e fêz que aquela pessoa principal e poderosa pedisse perdão ao Ouvidor. Assim terminou cristàmente esta que hoje chamaríamos pendência de honra[2].

---

1. *Fund. de la Baya*, 11v-12(86); *Fund. de Pern.*, 62(15). Capistrano de Abreu traça, em breves pinceladas, o carácter de António de Gouveia, « epiléptico, sujeito a visões, que era tido e se tinha por nigromântico ». — Capistrano, *Noções de Historia do Brasil até 1800*, em *O Brasil*, vol. I (Rio 1907) 52; Id., *Capítulos de Historia Colonial* (Rio 1928) 73.

2. *Fund. de Pern.*, 66-66v (29); *Fund. de la Baya*, 44v (120); *Sumário das Armadas*. 15.

Desavenças semelhantes sucederam entre pessoas principais e capitãis, que criavam bandos na terra, e ameaçavam dirimir as questões com as armas na mão [1].

Destas querelas não ficou isento o Donatário. Em 1563, Duarte Coelho de Albuquerque brigou com dois parentes seus, Jerónimo de Albuquerque, irmão de sua mulher, D. Brites, e com «Filipe Cavalgante», genro dêste mesmo Jerónimo. Entre os dois primeiros fêz as pazes o P. João de Melo e aplanou o caminho para que se chegasse a igual resultado com Filipe Cavalcanti [2].

Até D. Brites de Albuquerque teve molesta contenda com um homem principal em 1576, diferença que só rematou meses depois com a intervenção dum Padre. Persuadiu êle a um dos contendores que ajoelhasse diante do outro: e, metendo-lhe uma bengala na mão, lhe pediu que o castigasse como lhe aprouvesse. Abrandou-se a parte contrária e daí em diante visitaram-se e falaram [3].

São casos de carácter mais ou menos político. Intervieram também noutros, de natureza doméstica, alguns dos quais atingiam a extrema gravidade do seguinte: Estava um fidalgo casado com uma mulher, ao que parece ainda nova; o fidalgo tinha um filho bastardo, já homem. Num dado momento, deram a entender ao fidalgo que o filho requestava a sua própria madrasta. Enfureceu-se êle e resolveu matá-los a ambos. Ela, sabendo-o a tempo, fugiu de casa, de noite, e refugiou-se no Colégio, na parte da escola, que ficava fora da clausura, acompanhada pelo pai e mãi, esperando que êle, incitado pelos parentes, a cada instante a acometesse. O filho não pôde fugir tão a tempo que o pai o não agarrasse; e, amarrando-o, parece que o enterrou vivo, do que êle em todo o caso escapou. Num acontecimento de tamanha retumbância intervieram o P. Grã e o Bispo. Depois de muito trabalho, conseguiram demonstrar a inocência de ambos. O fidalgo tornou a receber a mulher e o filho embarcou para Portugal. Isto era em 1572. Quatro anos depois, voltava o filho a Pernambuco e reacendeu-se a questão. Negaram-lhe a palavra pai e madrasta e entraram em intentos de o matar.

1. *CA*, 402; *Bras. 15*, 366v, 381; *Ann. Litt. 1585*, 129; *ib. 1589*, 471; *ib. 1590-1591*, 829; *ib. 1594-1595*, 800; *Fund. de Pernambuco*, 69 (36-38); Pereira da Costa, *Annaes Pernambucanos*, na *Rev. de Hist. de Pernambuco*, n.º 7, p. 252.

2. *CA*, 401; *Fund. de Pern.*, 61v (14); Vasc., *Crón.*, III, 128.

3. *Fund. de Pern.*, 74 (48).

O Bispo e os Jesuítas intervieram de-novo. Desta vez era o P. Tolosa. O dissídio terminou definitivamente com consentirem pai e madrasta, que êle se casasse, como pretendia, com uma môça honesta, dando-lhe terras para granjear a vida[1]. Reflexo destas contendas familiares encontram-se até no testamento de Jerónimo de Albuquerque, que afasta da administração da herança os parentes de sua mulher, D. Filipa de Melo, e nomeadamente a D. Cristóvão de Melo[2].

Assim utilizavam os Padres a sua influência e espírito conciliador, removendo dissensões que desprestigiavam a autoridade ou arruïnavam a harmonia das famílias. Não há *Carta Ânua* que não fale em pazes dêste género. O terem-se registado êstes sucessos, mais em Pernambuco do que noutras Capitanias, não quere dizer que fôssem aqui mais freqüentes. Significa apenas que o cronista dêste Colégio sabia dar relêvo a semelhantes factos, ao passo que outros registam-nos genèricamente, sem descer a tais particularidades, sempre elucidativas do ambiente local.

6. — Ora a amizade, que os Jesuítas fomentavam com os colonos entre si, fomentavam-na igualmente entre êles próprios e os Donatários. Não achámos, em todo o século XVI, questão nenhuma grave entre uns e outros. Até a protecção, que Duarte Coelho de Albuquerque deu ao clérigo «nigromante», se deve interpretar não por ser contra os Jesuítas, mas porque o aventureiro servia ou prometia servir os interêsses materiais do Donatário. Arredado para longe o intrigante, que tão mau exemplo dava sob o aspecto moral, continuou a boa harmonia de sempre.

Pelo que toca a D. Brites de Albuquerque, mulher do primeiro Donatário Duarte Coelho, tôdas as informações, quando por qualquer motivo se referem a ela, a tratam de grande bemfeitora e devota da Companhia.

Ao voltarem os Padres para Pernambuco, em 1561, estava ela num engenho, fora da cidade uma légua. Sabendo-o já tarde, «com ter uma sobrinha doente, diz que tôda aquela noite não pôde dormir com alvorôço e, como foi manhã, sem sabermos nada, já estava em nossa igreja. Era sua alegria tamanha em

1. *CA*, 287.

2. *Fund. de Pern.*, 62v (15), 74 (48); *Fund. de la Baya*, 12 (86).

nos ver que não fazia senão chorar e dizer coisas de pessoa que amostrava ter quanto seu coração desejava»[1].

Anchieta chama-a «Governadora e como Mãi de Pernambuco». Sobreviveu 30 anos a Duarte Coelho. E sempre fazendo bem. Ainda, pouco antes de morrer, ofereceu 250 escudos para as obras do Colégio[2].

Coincidiu o falecimento de D. Brites de Albuquerque com a estada em Pernambuco do Visitador Cristóvão de Gouveia (de meados de Julho a meados de Outubro de 1584). Êle foi vê-la e consolá-la durante a doença e assistiu-lhe à morte. No Colégio celebraram-se exéquias solenes, a que presidiu o Bispo, também presente[3].

Cristóvão de Gouveia trouxe cartas de El-Rei para o Capitão e Vereadores. Os Vereadores foram ao Colégio, em corpo gesto, mostrar a carta ao Visitador que os recebeu afàvelmente; e êles e o capitão «fizeram grandes oferecimentos para tudo o que o Padre ordenasse para bem da cristandade e govêrno da terra»[4].

7. — Não raro davam os Donatários provas ostensivas do seu aprêço aos Jesuítas. Em 1596, veio da Baía até Pernambuco, por terra, o P. Pero Rodrigues, Provincial. Empreendeu esta incómoda viagem por causa dos corsários que infestavam o mar. O Donatário de Pernambuco foi recebê-lo a cinco milhas de Olinda[5].

Era o pôrto do Recife.

O Recife não teve casa da Companhia no século XVI, mas pensou-se em fundá-la nos primeiros anos do século seguinte. A relação intitulada *Algumas Advertências para a Província do Brasil*, talvez de 1610 e, com certeza, anterior à conquista do

---

1. Borges da Fonseca, *Nobiliarchia Pernambucana*, II, 362.
2. Anch., *Cartas*, 403. Traduziram aquêles 250 escudos por 821$250 réis!
3. *Annaes*, XIX, 63; Pôrto Seguro, *HG*, I, 373, notas de Capistrano e Garcia.
4. *Annaes*, XIX, 63; Cardim, *Tratados*, 329 e nota LVIII, p. 402; nesta nota diz Rodolfo Garcia que «governou a Capitania de 1580 a 1592, como loco-tenente do Donatário, o licenciado Simão Rodrigues Cardoso»; na *Informação do Brasil para nosso Padre*, da mesma época, lê-se: «Pernambuco é Capitania de um Jorge de Albuquerque; é vila chamada Olinda; tem capitão que a governa, sujeito ao da Baía» (Anch., *Cartas*, 410).
5. *Bras. 15*, 418v, 423v.

Maranhão (1616), informa que o Recife, pôrto das naus, tinha dois fortes e um capitão de El-Rei; e que aqui se devia fundar uma Residência dos Padres, diferentes da de Olinda: « A 2.ª [Residência] é no Arrecife ou pôrto de Pernambuco, onde os Nossos poderão fazer muito com a gente de mar, que ali concorre, assim de tôda a costa, como de Angola e do Reino, donde veem muitos navios. *Accedit* que os Nossos vão ali muitas vezes prègar e dormem por casas alheias. *Similiter*, os Nossos, quando se embarcam para a Baía, acontece não poder partir o Navio e estarem nas casas dos moradores e às vezes são muitos. E, se tivermos ali casa, escusar-se-á isso, que não é tão decente. Um dos que desejavam esta residência foi o P. João Romero, quando, vindo do Paraguai a Roma, estêve no Colégio de Pernambuco; e trazia, por exemplo, a residência, que temos no Peru, em o pôrto de Calhao junto de Lima, que disse ser coisa boa » [1].

A invasão holandesa veio retardar a fundação da casa e Colégio do Recife.

8. — Que corsários eram aquêles, de que falava Pero Rodrigues e impediam as comunicações por mar, assaltando os portos do Brasil? Em 28 de Junho de 1596, escreve da Baía o P. Manuel Fernandes, que esperava o Provincial, « por terra, de Pernambuco para fugir dos ladrões do mar, que são muitos, aos quais sai agora uma boa armada. Deus lhe dê boa dita para que os afaste desta costa » [2].

Afastaram-se, mas não sem causar graves prejuízos no pôrto do Recife. James de Lancaster veio ali de comparsaria com o pirata Venner. Chegaram com sete navios e, contratando outros holandeses, que por ali acharam, saíram depois, diz Southey, com onze, carregados de despojos, recolhidos duma nau da Índia e do então pequeno povoado do Recife [3].

Contudo, não saíram tão a seu salvo, que não sofressem

---

1. Roma, Vitt.º Em., *Gess. 1355*, f. 15-15v. «Da Vila de Pernãbuquo ao longo da Costa do mar, corre hũa restinga de Arco Solto de comprimento de hũa legoa, por hũa parte cercada do mar largo, per outra de hũa bahia. No fim desta restinga está hũa pouoacão q̃ se diz o Arrecife: E aqui está o porto dos Nauios cõ dous fortes e hũ Capitão por ElRei », *ib*., 12v.

2. *Bras. 15*, 420.

3. Southey, *H. do B.*, II, 21-30.

antes uma grande derrota, para a qual concorreram «os Índios, que os Padres criam e cultivam»[1].

Tirando esta breve referência de Fernão Guerreiro, o facto só era conhecido pelas relações inglesas, que dão a êste saque do Recife foros de grande feito. E colocam-no na data de 1595. Uma carta, porém, do P. Manuel de Oliveira, escrita de Pernambuco, a 3 de Outubro de 1596, inclue-o entre os sucessos dêste ano. Conta que os corsários chegaram em sexta-feira santa (o que indica o dia, calculando-se a data da Páscoa). Êste dia concorda efectivamente com os relatos ingleses. Mas dá ainda uma data nova: a da derrota dos atacantes anglo-franceses, que uns e outros havia na expedição. Foi no dia 25 de Abril, consagrado a S. Marcos.

Diz a Carta Ânua, referindo-se ao papel que os Jesuítas tiveram na emprêsa: «O nosso zêlo para com os soldados portugueses foi reconhecido pelos moradores. Arrastada pelo mau tempo, veio encalhar nos Recifes uma nau da Índia Oriental. Para a roubar, entrou no pôrto uma frota inglesa, sexta-feira santa, quando a gente estava a celebrar o entêrro do Senhor; e alguns dias depois, os comandantes da armada, de bandeiras despregadas, tomaram a povoação [do pôrto do Recife] e saquearam-na, queimando e destruindo tudo. Nesta calamidade, cada qual pensou em pôr a salvo o que possuía. Os Nossos, vendo o perigo, não só das coisas humanas, mas também das divinas, exortaram os soldados a que combatessem com ardor pela Fé de Cristo e defendessem o que lhe pertencia. Levantou-se tanto o ânimo de todos que, emquanto os Nossos impetravam a Deus a vitória, irromperam de súbito e puseram o inimigo em fuga, matando grande número de piratas».

O agradecimento dos moradores aos Padres provinha, em primeiro lugar, verem-se livres daqueles piratas, que ameaçavam a Vila de Olinda e de modo algum queriam parlamentar, ameaçando Lancaster que enforcaria o primeiro que lhe trouxesse propostas. Depois, a derrota foi realmente importante. Custa a crer o que narra Southey, que fôsse uma sortida apenas de reconhecimento, na véspera da partida. O mais provável seria uma tentativa de atacar, de surprêsa, a Olinda, tomando-a

1. Guerreiro, *Relação Anual*, I, 377.

num supremo esfôrço. Prevenida a gente, infligiu-lhe aquela derrota, nada leve, pois nela sucumbiram, entre outros, Edmond Burke, imediato de Lancaster, os capitãis Cotton, John Baker, e Rochel, francês. Além de muitos feridos, os anglo-franceses tiveram 35 mortos. Nessa mesma noite, o pirata levantou âncoras e retirou-se [1].

9. — Era o dia de S. Marcos, a cuja intercessão e méritos se atribue a vitória. Os Portugueses, para se mostrarem agradecidos a tão grande mercê, instituíram a Confraria de S. Marcos e resolveram fazer uma procissão pública [2]. Esta Confraria de S. Marcos, que desejavam ficasse na igreja do Colégio, não se levou por diante, por ser para a gente de fora e não estar em consonância com o Instituto da Companhia. Confraria que estava em consonância com êle era a de Santa Úrsula e Companheiras virgens, que se celebrava sempre com pompa, como aliás nos outros Colégios do Brasil [3]. Pelo que se refere particularmente a Pernambuco, achamos que, em 1576, chegou uma relíquia destas santas virgens, à qual se fêz imponente recepção [4].

As festas desta Confraria eram ocasião para grandes fervores, como também as dos jubileus, que desde o comêço atraíam a gente à recepção dos sacramentos, de modo que, já em 1563, mal se podia « dar vau às confissões » [5].

Na representação, que a Câmara de Olinda fêz a favor do P. Melchior Cordeiro, invoca-se o seu empenho em promover a piedade. E ia ao Colégio muita gente « a freqüentar os sacramentos da confissão e comunhão, cada oito e quinze dias e tôdas as festas do ano, estando êle e fazendo estar os Padres confessores contínuo nos cofessionários para ouvir de confissão ao grande e pequeno, tudo com muita eficácia » [6].

---

1. Cf. Hakluyt, *Principal Navigations*, XI, 43-47, citação de Rodolfo Garcia, em Pôrto Seguro, *HG*, II, 50, nota 37.

2. Carta de Manuel de Oliveira, Pernambuco, 3 de Outubro de 1596, *Bras. 15*, 423v.

3. *Bras. 15*, 431.

4. *Fund. de Pern.*, 72v-73 (45).

5. *CA*, 402.

6. Representação da Câmara de Olinda ao P. Geral Everardo Mercuriano, Olinda, 9 de Janeiro de 1577, *Bras. 15*, 299v. Cf. *Apêndice G.*

Para as confissões preferia a gente os Padres Jesuítas. Entre as senhoras havia muitas « de dom, que não faltam nesta terra », observa Cardim, acrescentando, no entanto, que « as mulheres são muito senhoras e não muito devotas, nem freqüentam as missas, prègações e confissões ». Isto devia de ser na roda do ano, porque nos jubileus e festas principais, a gente aproximava-se dos sacramentos, em especial as mulheres. Até pelo mesmo Cardim se infere que havia piedade na terra, porque êle dá a média de trinta, para as comunhões diárias na igreja dos Jesuítas, número, na verdade, elevado para o tempo[1]. No fim do século, verificamos que tinha havido progressão, ainda que irregular. Em 1597, Pero Rodrigues chama a Pernambuco «mui devoto povo»[2]. E temos, para 1603, uma boa média de 41 comunhões e 71 confissões, por dia[3].

Existia em Pernambuco, em 1573, ordem das autoridades para « que se não desse despacho a nenhum homem do mar para partir do pôrto sem estar confessado », ao que atendiam de boa vontade os Padres do Colégio[4].

Pernambuco era terra de avultado trato comercial e grande riqueza. Quando o Visitador Cristóvão de Gouveia foi lá e visitou os engenhos, recebiam-no « com grandes banquetes de extraordinárias iguarias, o agasalhavam em leitos de damasco carmesim, franjado de oiro e ricas colchas da Índia: mas o Padre usava da sua rêde, como costumava »[5].

1. Cardim, *Tratados*, 330, 334.

2. *Bras. 15*, 428.

3. Estatística dos ministérios em Pernambuco:

1589: Confissões, 4.000 (*Ann. Litt. 1589*, 471).

1590: Confissões, 6.330; Comunhões, 2.780; Baptismos, 50; Casamentos, 100 (*Bras. 15*, 367).

1594: Confissões, 6.716; Comunhões, 3.030; Baptismos, 110; Casamentos, 240 (*Bras. 15*, 416v).

1595: Confissões, 9.227; Comunhões, 4.300; Baptismos, 7; Casamentos, 44 (*Ann. Litt. 1594-1595*, 800). A fonte desta última informação, *Bras. 15*, 423, refere êstes ministérios a 1596.

1597: Confissões, 7.460; Comunhões, 4.220 (*Bras. 15*, 432. Aqui, por lapso evidente, 42.220 comunhões).

1603: Confissões, 28.000; Comunhões, 15.000; Baptismos, 400; Casamentos, 200 (Carta de Luiz Figueira, 31 de Janeiro de 1604, *Bras. 8*, 44).

4. *Fund. de Pern.*, 63v (23).

5. Cardim, *Tratados*, 329.

Não admira que entre tanto luxo despontasse algum onzeneiro e que às vezes se acumulassem dívidas. Em 1573, a seguir às prègações dos Padres, houve restituïções: um usurário, depois de se confessar com os Jesuítas, «enviou um escrito por tôdas as paróquias, para que o publicassem os Vigários, dizendo que todos os que dêle estivessem agravados fôssem falar com os Padres da Companhia, e que êle restituïria o que êles mandassem»[1].

Por ocasião da representação, no Colégio, da tragédia sôbre a *História do Rico Avarento e de Lázaro Pobre* (1575), um rico, para se não parecer com o avarento, prometeu dar cada ano mil cruzados de esmolas por amor de Deus[2].

Encontram-se freqüentes referências a dívidas, que se pagaram, a esmolas que se fizeram aos pobres, quer pelos moradores, quer pelo Colégio[3]. Cuidavam os Padres em particular dos Índios e dos escravos da Guiné, para quem eram «o único refrigério». Iam em missões pelo interior e não descuravam a vila. Nela exercitavam as obras de misericórdia e espertavam a juventude a sentimentos de generosidade para com os desgraçados e miseráveis. «Estavam os presos da cadeia em grande miséria. Os estudantes compravam o que lhes era necessário à vida e o levavam por si mesmos ao cárcere, não sem grande aplauso e admiração do povo»; por terem chegado tempos em que até as crianças davam exemplos aos velhos[4].

A *Informação do Brasil para Nosso Padre* dá esta síntese dos ministérios jesuíticos em Pernambuco. Os Padres «pregam em nossa igreja de ordinário, e na matriz e em outras igrejas a miúdo, confessam a maior parte de 8.000 Portugueses, que haverá naquela vila e comarca; são consultados freqüentemente em casos de importância, por a terra ter muitos mercadores e trato; andam em contínuas missões aos engenhos, que estão alguns a quatro, oito e quatorze léguas da vila; catequizam, baptizam e acodem a outras necessidades extremas, não sòmente dos Portugueses, mas principalmente dos escravos, que de Guiné serão até 10.000, e dos Índios da terra até 2.000, e como os clérigos

1. *Fund. de Pern.*, 63v (23); *Fund. de la Baya*, 28v (103).
2. *Fund. de Pern.*, 70v (39).
3. *Bras. 15*, 328v-329; Carta de Anchieta, *Bras. 8*, 7.
4. Ânua de 1597, *Bras. 15*, 431.

não os entendem nem sabem sua língua, os nossos os ajudam em tudo, e ensinam como se fôssem seus curas e padecem nisso grandes trabalhos de caminhos, que andam a pé, calores, chuvas, passando rios, muito perigosos, e outros muitos descómodos e perigos de cobras, porém de tudo se serve Deus Nosso Senhor e os Padres estão bem empregados e se dá remédio a tantas almas desamparadas, pelo que seja honra e glória a Sua Divina Majestade »[1].

10. — Os ministérios com os Índios de Pernambuco começaram, apenas chegaram os Padres, em 1551. Na vila e fora dela. Na vila com os escravos índios e negros. Na docilidade e devoção verificaram que « muita vantagem fazem os da terra aos da Guiné »[2]; mas uns e outros avantajavam-se aos brancos. Bastava olhar para a ordem e compostura como iam uns e outros nas duas Confrarias do Rosário que existiam separadamente para senhores e escravos[3].

Emquanto isto se passava na vila, escreve Nóbrega que « os Índios vinham de longe para me ver »[4]. Quando os Padres iam pelo interior, êles acorriam, de seis e sete léguas, à fama dos Padres e traziam mantimento e pediam que lhes deitassem a bênção. Numa Aldeia, por onde êles tinham de passar, ergueram os Índios uma cruz e junto dela amontoaram oferendas para que o Padre os abençoasse. « Haveria naquela Aldeia cem homens, dos quais a maior parte se fizeram catecúmenos »[5]. António Pires, que era o Padre catequista, bem lhes mostrou que aquêles ensinamentos não tinham paga; mas, se êles quisessem, mandaria aquilo aos pobres. Ao chegar a casa, já lá tinha grande quantidade de milho. Conclue o Padre desoladoramente: « o seu intento é que lhes dêmos muita vida e saúde e mantimentos, como seus feiticeiros lhes prometem. O que agora aqui falta, irmãos, é a contínua conversação para os tirar dêste caminho e os pôr no caminho do céu »[6]. Era preciso desbastar sen-

1. Anch., *Cartas*, 412.
2. *CA*, 123.
3. *CA*, 123-124.
4. Nóbr., *CB*, 115.
5. *CA*, 118; Vasc., *Crón.*, I, 108.
6. *CA*, 123.

timentos tão grosseiros e primitivos da religião, postos apenas no interêsse terreno. Por isso, indo os Padres confessar uns doentes, «à volta davam-lhes galinhas e muitos reais de prata»; os Padres recusavam; «e êles edificavam-se muito, vendo que nada queriam pelo seu trabalho» [1].

Aquela contínua conversação ou catequese com os Índios, de que falava o P. Pires, não foi possível organizar-se na Capitania de Pernambuco, senão na penúltima década do século XVI. Por isso escrevia, em 1584, o P. Anchieta que «nunca houve nela conversão de gentio», e dava como motivo a destruïção dos Índios, que operou Duarte Coelho de Albuquerque, ajudado pelo clérigo nigromante [2].

No ano em que se davam estas informações, ia precisamente iniciar-se o movimento que devia terminar pelo estabelecimento de Aldeias para os Índios se catequizarem. O P. Visitador, que possuía apelido igual ao do nigromante, mas vida completamente diversa, Cristóvão de Gouveia, tratou de ganhar o tempo perdido. Ordenou pois, que se fizessem missões de 15 dias pelos engenhos e fazendas do interior. E êste era o mais importante ministério fora do Colégio. E que fôssem de dois em dois. O giro devia ser completo, pelos engenhos dos brancos e pelas Aldeias dos Índios. A-pesar-de ficarem a 8, 10 e 15 léguas, escreve o mesmo Padre Visitador que a tôdas acudiam os Padres [3].

Num ou noutro engenho existia já clérigo de missa, figura tradicional e decorativa, mais a serviço dos Brancos. A actividade com os Índios e escravos recaía sôbre os Jesuítas. Até em povoações mais importantes, como Iguaraçu e Itamaracá, que tinham vigário próprio, as visitas dos Padres repetiam-se amiüdadas, com proveito espiritual de todos, como se vê no fervor que houve no Jubileu de Iguaraçu, em 1563. Os Padres encontraram as pessoas mal dispostas e divididas entre si com ódios; e, afinal, tôdas se harmonizaram e receberam os sacramentos [4].

Só os engenhos, existentes em 1584, eram sessenta e seis. Cada qual era uma boa povoação com a gente branca, negros da Guiné e Índios da terra. Nestes engenhos há 15 a 20.000 escra-

1. *Fund. de Pern.*, 76 (54).
2. Anch., *Cartas*, 306.
3. *Bras. 5*, 18v; *Lus. 68*, 402v.
4. *CA*, 401-402.

vos da Guiné, sem assistencia nenhuma, escreve o Visitador[1]. Em compensação, entrara pelos engenhos a civilização europeia com todo o luxo: iguarias, porcelanas, sêdas, vinho de Portugal. Costumam os senhores de engenhos, diz Cardim, «a primeira vez que deitam a moer os engenhos, benzê-los e neste dia fazem grande festa, convidando uns aos outros. O Padre [Visitador] a sua petição, lhes benzeu alguns, coisa que muito estimaram»[2]. Os Jesuítas fizeram de cada engenho um centro de Missões, donde irradiavam pelas redondezas: prègação e doutrina, baptismos, confissões, casamentos regularizados.

Em Pernambuco, as excursões apostólicas faziam-se, em geral, passadas as grandes calmas[3].

11. — No ano de 1583, houve grande sêca no sertão de Pernambuco (coisa rara). Desceram quatro ou cinco mil Índios a pedir socorro aos Brancos. Passada a sêca, muitos voltaram; outros ficaram com os Brancos, «ou por sua ou sem sua vontade».

Havia entre êles, um, Mitagaia, de grande nome entre os Índios do sertão, assevera Fernão Cardim. Confiou um filho ao P. Grã, Reitor do Colégio, que logo aprendeu a falar português, e ajudar à missa e a ler, escrever e contar.

Quando Cristóvão de Gouveia chegou, o chefe Mitagaia visitou-o, «vestido de damasco, com passamanes de oiro e sua espada na cinta». Disse-lhe que se queria baptizar com os seus e que o Padre o fôsse ver à sua Aldeia. O P. Cristóvão foi, acompanhado do P. Grã e outros. Cardim, também presente, cronista desta viagem, descreve-a com os seus habituais pormenores, o que comeram, e como, por sua vez, «o Padre os convi-

---

1. Carta de Cristóvão de Gouveia, 6 de Set. de 1584, *Lus. 68*, 402v.

2. Cardim, *Tratados*, 329.

3. Anch., *Cartas*, 318, 410; *Fund. de la Baya*, 44v (120); *Fund. de Pern.*, 62 (14) 75 (52); *Ann. Litt. 1585*, 130.

Alguns resultados destas missões volantes:

1575: Baptismos, 648; Casamentos, 532 e alguns na lei da natureza (*Fund. de Pern.*, 72v (44).

1583: Confissões, 5.307; Baptismos, 190; Casamentos, 166 (*Annaes*, XIX, 62).

1589: Confissões, 2.000; Baptismos, 200; Casamentos, 80 (*Ann. Litt. 1589*, 471.

dou com coisas de Portugal». Passaram uma serra altíssima, cheia de Índios contrários. Na Aldeia de Mitagaia realizaram os Índios de noite o seu conselho e o resultado foi colocarem-se nas mãos dos Padres. O Visitador aconselhou-os a mudarem para melhor sítio, que êle mesmo indicou. Assim fizeram. Fundou-se uma Aldeia e edificou-se uma igreja. Passavam de oitocentas almas as que se queriam baptizar [1].

Cristóvão de Gouveia, para defender os Índios, dizia que era mister alcançar uma excomunhão contra quem os fôsse perturbar. De outra forma, não haveria fruto nem remédio [2]. Tinha êle a experiência noutras partes e ali mesmo em Pernambuco. Gonçalo de Oliveira, que foi quem primeiro se deu de-propósito à conversão do gentio, em 1561, e chegou a doutrinar, cada dia, 900 escravos (de manhã 500, os da vila; à noite, 400, os que passavam o dia a pescar), tentou e conseguiu juntar muitos Índios numa Aldeia, a três léguas de Olinda. Construíu uma igreja de S. Francisco [3]. Não se pôde sustentar.

¿Seria mais feliz a Aldeia de Mitagaia? Não sabemos. O catálogo de 1589 já traz, com residência fixa, uma Aldeia, a de S. Miguel, e nela viviam o Padre Francisco Pinto e o Irmão Gaspar Freire, estudante [4]. ¿Seria a do Mitagaia? Em 1592, aparecem, dependentes do Colégio de Pernambuco, quatro Aldeias: a de S. Miguel, a de Nossa Senhora da Escada ou da Apresentação, a de «Gueena» e a da Paraíba [5]. Logo se viu o proveito delas, porque na ocasião do ataque inglês a Olinda, referido a 1596, já os Índios doutrinados pelos Jesuítas prestaram os maiores serviços [6].

Eram, ao todo, oito as Aldeias de Índios visitados por êles; mas só naquelas residiam. No fim do século, existiam, dependentes de Pernambuco, a missão do Rio Grande, a Aldeia de S. Miguel e a Aldeia de Nossa Senhora da Escada; e moravam, em cada uma delas, dois Jesuítas [7].

1. Cardim, *Tratados*, 331-332.
2. *Lus.* *68*, 403.
3. *Fund. de Pern.*, 61(13).
4. *Bras.* *5*, 33.
5. *Bras.* *15*, 382.
6. Guerreiro, *Relação Anual*, I, 376.
7. *Bras.* *15*, 428; *Bras.* *8*, 50-50v, 68-69.

A Ânua de 1594 dá à Aldeia de Nossa Senhora da Escada o título de Virgem Augustíssima[1].

Nestas Aldeias se praticavam os habituais exercícios de piedade e instrução religiosa e incitava-se a gente a sentimentos de caridade cristã. Estando a morrer o escravo dum português, os meninos da catequese não consentiram que nada lhe faltasse, visitavam-no e tratavam-no carinhosamente[2].

Às vezes, um só Padre cuidava das várias Aldeias. Em 1604, falecendo numa delas o P. Luiz Valente, grande catequista, natural de Serpa, com 68 anos de idade e 45 de Companhia, Fernão Cardim, narra a sua morte e diz que êle tinha a seu cuidado 6 Aldeias de Índios, num total de 7.000 almas[3].

Os serviços, que os Índios destas Aldeias prestavam à colonização, constam de dois documentos, feitos em 1610 pelos licenciados Diogo do Couto e Rui Teixeira: aquêle Vigário da Igreja Matriz e Provisor das Capitanias de Pernambuco Itamaracá e Paraíba; o outro, Vigário da Igreja de S. Pedro e Vigário Geral das mesmas Capitanias. Ainda que usam de palavras diferentes, o sentido de ambos é o mesmo. Diz Diogo do Couto: «Certifico que é verdade que os Índios das Aldeias, que os Padres da Companhia teem a cargo, assim Petiguares como das outras nações, em tôdas as obras públicas e do serviço de Sua Majestade, sendo chamados dos Capitãis, vieram sempre e ajudaram com muita fidelidade, como foi nos Fortes do Recife e do Rio Grande, e nas trincheiras e mais fortificações, que se fizeram para defensão das terras e dos imigos, que a ela viessem, no que, por serviço de Sua Majestade e Bem Público, não levaram estipêndio algum, mais que a sustentação ordinária. Outro-sim certi-

1. *Bras. 15*, 416v. Diz uma Relação na 2.ª década do século XVII: «Aqui temos Coll.º e seis Aldeias. Tres são residencias, as outras se visitão. A que mais afastada está do Coll.º p.ª a parte do Sul serão 10 ou 12 legoas pouquo mais ou menos, e desta correndo p.ª a parte do Norte se seguẽ as mais em fieira, de tres em tres legoas, tirado a de S. Miguel q̃ he a primeira q̃ se segue a N. Sr.ª da Escada e distará dela 7 legoas» (*Algumas Aduertencias p.ª a provincia do Brasil*, Roma, Vitt.º Em., Gess. *1255*, 13).

2. Ânua de 1597, *Bras. 15*, 432. E indica para estas Aldeias a administração dos sacramentos neste ano: Confissões, 400; Comunhões, 233; Baptismos, 42; Casamentos, 42.

3. *Bras. 8*, 50v.

fico que os Índios ajudam comumente e de ordinário os moradores em suas fazendas, assi nas plantas das roças e canaviais, como nas fábricas dos engenhos, tanques, açudes e levadas, e para tudo o mais que dêles se queiram servir, e, tôdas as vezes que vão buscar os ditos Índios às Aldeias para seu serviço e lhes pagam, os trazem, e por êste respeito estão as fazendas mais aventejadas do que nunca estiveram. E, servindo-se dos ditos Índios, é ocasião de se não levantarem e fugirem os que teem de Guiné, como costumam, porque com muita vigilância acodem a êstes alevantados. E assim também certifico que os Índios, de que os ditos Padres da Companhia teem cuidado, estão muito domésticos e doutrinados, assim na doutrina que para sua salvação é necessária, como em tudo o mais, porque cantam canto de órgão e oficiam em tôdas as Aldeias as missas e vésporas com tôda a solenidade. Tangem muito bem frautas e charamelas e são, no que lhes ensinam, mui destros e veem muitas vezes à Vila, chamados, às festas que se fazem » [1].

---

1. *Enformação e cópia de certidões*, Tôrre do Tombo, Jesuítas, maço 88. A certidão de Rui Teixeira é de 19 de Setembro de 1610. O documento de Diogo do Couto conclue assim: « E pelo sobredito passar na verdade, pelo juramento que tenho e me ser pedida esta certidão, a passei em Olinda, a seis de Agôsto de 610. O Ld.º Diogo do Couto ».

CAPÍTULO IV

Paraíba

1 — Conquista de Paraíba; 2 — Missões; 3 — Retiram-se os Jesuítas por oposição de Feliciano Coelho e dos Padres Franciscanos.

1. — « E agora seja-me permitido, por algum tempo, concentrar tôda a nossa atenção na paragem onde se vai decidir se a civilização tem de caminhar avante para o Norte ou retirar-se... », assim começa Pôrto Seguro a narração da conquista da Paraíba [1].

Nesta conquista tiveram os Jesuítas a sua quota parte. Cardim refere sumàriamente as primeiras tentativas. E, depois de dizer que os Potiguares casavam as filhas com os Franceses e com êles tratavam, acrescenta: « mas agora, na era de 1584, foi a Paraíba tomada por Diogo Flores, general de Sua Majestade, botando os Franceses fora; e deixou um forte com 100 soldados fora os Portugueses, que também teem seu capitão e governador, Frutuoso Barbosa, que com a gente principal de Pernambuco levou exército por terra, com que venceram os inimigos, porque do mar os da armada não pelejaram » [2].

Durante a expedição, refere Anchieta que se fizeram, no Colégio de Pernambuco, preces ao céu para alcançar vitória [3].

Alcançou-se, efectivamente. Desperdiçaram-na, porém, daí a pouco, desavenças entre Espanhóis e Portugueses, com quem se

---

1. Pôrto Seguro, *HG*, I, 488.

2. Cardim, *Tratados*, 195. Pero Sarmiento, na sua *Relación* de 1 de Junho de 1583, em Pastells, *El descubrimiento del Estrecho de Magallanes*, p. 604, dá conta das primeiras informações e do aviso que êle e Flores receberam de El-Rei para ir combater os corsários franceses e como Frutuoso Barbosa se preparava para os combater.

3. *Annaes*, XIX, 63; *Ann. Litt. 1585*, p. 131.

repartiu o govêrno. A conquista definitiva operou-se com Martim Leitão, em 1585.

A fonte histórica dêstes sucessos é a Relação intitulada *Sumário das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do Rio Paraíba, escrito e feito por mandado do muito reverendo Padre em Cristo, o Padre Cristóvão de Gouveia, Visitador da Companhia de Jesus de tôda a Província do Brasil*[1].

Neste *Sumário* narram-se três expedições e sortidas de Martim Leitão. Em cada uma delas, foram sempre dois Padres da Companhia. Na primeira, os Padres Simão Travassos e Jerónimo Machado; na segunda, um dos anteriores e o P. Francisco Fernandes; e na terceira, os Padres Manuel Correia e Baltazar Lopes. O *Sumário das Armadas* não vem assinado; mas tira-se do contexto que o escreveu o mesmo Padre que acompanhou as duas primeiras expedições.

Conta êle, de si próprio, quando iam no encalço de Tejucupapo: «aqui me feriu um espanhol por desastre em um pé. Não faltou, para de-todo esta emprêsa ser trabalhosa e honrosa, o sangue da Companhia»[2].

Referindo-se à terceira sortida de Martim Leitão, escreveu que «não fui testemunha de vista como em tudo até aqui»[3].

Quem é êste Padre? Pôrto Seguro afirma que foi Jerónimo Machado. Capistrano observa que também pode ser Simão Travassos[4]. Por nossa vez, dizemos que foi Simão Travassos e que não pode ser Jerónimo Machado.

Ao tratar o autor dos costumes dos Índios, compara-os com outros povos, que são folgazões, e diz expressamente: «como o são tôdas as outras nações, fora da *nossa Europa*»[5]. Na *Europa* nasceu Simão Travassos, em Ferreiros, diocese de Braga; Jerónimo Machado é natural de S. Vicente. O ser autor do

1. O *Sumário das Armadas* publicou-se primeiro no *Iris*, jornal literário de José Feliciano de Castilho (Rio 1848-1849) e na *Rev. do Inst. Bras.*, 36, 1.ª P. (1873) 5-89. E cf. Rivara, *Catalogo*, p. 20; Sommervogel, III, col. 1638; Pôrto Seguro, *HG*, 488. Citamos as páginas da *Rev. do Inst. Bras.*

2 *Ib.*, 62-63.

3. *Ib.*, 68.

4. Capistrano, *Prolegómenos à Hist. do Brasil*, de Fr. Vicente. Cf. *H. do B.*, ed. de 1918, p. 137.

5. *Sumário das Armadas*, 9.

Sumário o P. Simão Travassos explica também que fale mais dos outros que de si próprio [1].

Os Padres, que acompanhavam a expedição, diziam missa diária, administravam os sacramentos, intervinham nas pazes, por saberem a língua dos Índios que animavam; e nas ocasiões de perigo iam à frente, com um crucifixo alçado, como fêz Je-

---

1. O P. Simão Travassos estava, em 1613, em Pernambuco. Diz o Catálogo dêste ano: P. Simão Travassos, «de Ferreiros, diocese de Braga, 70 anos de idade, boa saúde, admitido ano de 1562. Estudou a língua latina quatro anos, casos de consciência dois e meio, foi ministro no Colégio de Bragança durante dois anos; outros dois, mestre de noviços. Consultor do Colégio, confessor. Formado desde 1584» *(Bras. 5,* 102). Em 1574, ano em que se ordenou de sacerdote, estava no Colégio de Santo Antão, de Lisboa, e esperava-se que fôsse bom para ministro e tratar com o próximo *(Lus. 43,* 464, 477). Embarcou para o Brasil, em 1577. Em 1592, era Padre Espiritual do Colégio de Pernambuco. Dirigiu o jovem estudante João de Almeida, que por sua mão entrou na Companhia (Vasc., *Almeida,* 21-24). Faleceu no Colégio de Pernambuco, a 4 de Outubro de 1618. Austero consigo mesmo. Suave com os demais *(Hist. Soc. 43,* 66; *Bras. 8,* 241).

Sôbre o P. Jerónimo Machado diz o catálogo de 1574: «Entrou em Abril de 73, sendo de 18 anos; é língua; mostra habilidade; foi recebido por indiferente; anda em ofícios. Nasceu em S. Vicente de pais portugueses» *(Bras. 5,* 13v). Estudou gramática ano e meio *(Bras. 5,* 13v). Aparece na lista dos despedidos antes de 1603 *(Ib.,* 53). Tornou a entrar na Companhia em 1617. Em 1619, estava no Camamu, superior, confessor e língua *(Bras. 5,* 120v, 127v). Ainda vivia em 1631, com 74 anos de idade, diz o Catálogo respectivo, mas pelo de 1574 deveria ter em 1631, 76 anos.

O P. Francisco Fernandes era, segundo o mesmo catálogo de 1574, «estudante da primeira classe; tem pouca habilidade para o estudo; mostra-a mais em coisas de mãos; entrou, ano de 68, sendo de 21 anos. É de Vila Real de Trás-os-Montes» *(Bras. 5,* 11v). O Catálogo de 1598 acrescenta que «estudou latim quatro anos, outros tantos casos de consciência. Foi procurador do Colégio de Pernambuco alguns meses e neste Colégio [da Baía] um ano. Emprega-se em confessar. Coadjutor espiritual formado desde 1588» *(Bras. 5,* 37). Trabalhou com os Índios e nas Aldeias. Faleceu no Colégio de Pernambuco, em 1605-1606, conforme a respectiva ânua *(Bras. 8,* 61).

Do P. Baltazar Lopes diz-se, em 1574: «Anda na cozinha, entrou em Junho de 74, sendo de 14 anos, por indiferente. Sabe bem ler e escrever. Tem habilidade, entende a língua. Nasceu na Capitania de Pôrto Seguro de pais portugueses» *(Bras. 5,* 12). Estudou gramática dois anos e meio. Grande língua, mas procedeu mal e foi despedido *(Bras. 5,* 21v, 53; *Bras. 15,* 373v).

O último que entrou nestas expedições foi o P. Manuel Correia, natural de Angra, nos Açores. Entrou na Companhia, em 1577 *(Bras. 5,* 38v). Depõe êle de si próprio, em 24 de Outubro de 1594: «cristão velho, natural da Ilha Terceira,

rónimo Machado no combate ao Piragibe, ou «Braço de Peixe», um dos mais temerosos chefes Potiguares[1].

De vez em quando, corriam graves perigos: «Até o nosso Padre Baltazar Lopes me confessou que se deu por morto [no combate de Tujucupapo] e com uma rodela da Índia cobria a si e a outros, cosidos em uma regueira de terra. Foi êste um trabalhoso passo e o mais arriscado e perigoso têrmo que estas guerras do Paraíba, nem sei se do Brasil, nunca tiveram»[2]. Os Índios aliados dos Franceses, uns trinta, foram passados pelas armas. Mas, devido à intervenção dos Padres, converteram-se e baptizaram-se antes[3].

Fernão Guerreiro tem um pormenor, que não achamos no *Sumário*: «estando os brasis fortificados numa forte cêrca, sem se quererem render, nem os nossos os poderem entrar, eis que um Padre nosso, que sabia bem a língua, e era mui animoso, confiado em Deus, salta por cima da cêrca dos inimigos, e mete-se com êles, arriscando-se a o fazerem em pedaços e ser logo comido. E, abrindo os braços, lhes começa a prègar na língua: *Paz! Paz! Sejamos amigos!* — e outras palavras brandas e amorosas, as quais tiveram tanta fôrça com êles, e êles ao padre, em o vendo, tanto respeito, que, depostos os arcos, se cruzaram diante dêle e renderam e entregaram a terra, onde logo se fêz povoação e se começaram a fazer engenhos e foi crescendo de modo que há já hoje oito ou nove».

Êste hoje é 1603. Talvez Fernão Guerreiro aformoseie um

---

filho de Mateus Lopes Cabaço e de sua mulher Caterina Limoa, gente dos principais e governança da terra, já defuntos, que lá foram moradores na Ribeira Sêca, de idade de quarenta e um anos, pouco mais ou menos, residente no Colégio da Companhia nesta vila» [de Olinda]. — *Primeira Visitação: Denunciações de Pernambuco* (S. Paulo 1929) 336. Fêz os últimos votos em 21 de Setembro de 1595 *(Lus. 19,* 71). Foi, três ou quatro anos depois, à missão dos Amoipiras com o P. Afonso Gago (Carta de Pero Rodrigues, *Bras. 15,* 474). Grande missionário. Faleceu, no Espírito Santo, a 16 de Junho de 1610 *(Hist. Soc. 43,* 65v; Ânua de 1609-1610, *Bras. 8,* 109).

1. Piragibe ou Piragiba, barbatana: «o Braço de Peixe como o traduziu Fr. Vicente do Salvador» (Teodoro Sampaio, *O Tupi na Geographia Nacional,* 3.ª ed. (Baía 1928) 290. Aquela tradução, anterior a Fr. Vicente, já se encontra neste *Sumário das Armadas.*

2. *Sumário das Armadas,* 75.

3. *Ann. Litt. 1586-1587,* p. 574.

pouco a narração e aluda ao feito, muito menos espectaculoso, em que interveio o P. Machado[1]; também cremos que carregue seu tanto as côres quando escreve o seguinte: E em paga «veio outro Capitão de novo, que sem nenhuma causa nem culpa, que nos Padres houvesse, mais que o defenderem aos Índios e o resistirem às semrazões e injustiças que lhes faziam, os lançou dali fora com muitas afrontas»[2]. Veremos como saíram os Padres. Mas antes convém saber como se estabeleceram.

2. — Feita a conquista da Paraíba, trataram os Jesuítas de organizar a catequese.

O catálogo de 1586 ainda não fala da Paraíba; contudo, três daqueles Padres expedicionários, Simão Travassos, Jerónimo Machado e Baltazar Lopes, veem com a indicação de que «andam em Missões». O catálogo de 1589 já fala expressamente da Paraíba; e nomeia os Padres Pero de Toledo e Baltazar Lopes[3].

Depois, viriam outros Religiosos. Mas aos Jesuítas pertence a primazia na catequese da Paraíba e precisamente com os Índios do famoso Piragibe.

Ao mesmo tempo que se edificava a cidade de Paraíba, escreve Jaboatão que ficaram os Índios «desta Aldeia do Braço de Peixe não só em paz com os nossos e à obediência do Rei, mas também admitidos ao grémio da Igreja, e entregues à doutrina dos Padres Jesuítas, sendo a primeira Aldeia do gentio que recebeu a fé nesta Capitania»[4].

¿Quando se fundou a cidade? Diz I. Joffily: «Esta cidade foi fundada a 5 de Agosto de 1585, dia de N. Senhora das Neves, sua padroeira, em que foi firmada a Paz entre os Portugueses e Tabajaras; representando o Capitão João Tavares os primeiros e o Chefe Piragibe os segundos»[5]. Mas, diz Ireneu Pinto que a cidade de Paraíba, só se começou a edificar no local em que se encontra, no dia 4 de Novembro de 1585[6].

1. *Sumário das Armadas*, 39.
2. Guerreiro, *Relação Anual*, 376.
3. *Bras*. 5, 29, 33.
4. Jaboatão, *Orbe Serafico*, 98.
5. I. Joffily, *Notas sobre a Parahyba* (Rio 1892) 170-171.
6. Ireneu Pinto, *Datas e Notas para a Historia da Parahyba* (Paraíba do Norte 1908) 20.

Como quer que seja, os Jesuítas estavam presentes. E reportando-nos ao mesmo Ireneu Pinto, escolheram « as proximidades das Aldeias dos Tabajaras, que se achavam situadas na zona chamada hoje Passeio Geral e Riacho ». E iniciaram aí a « edificação duma pequena capela a S. Gonçalo, que Herckmann assinala como limite sul da cidade, na sua Monografia sôbre a Paraíba » [1].

Os Padres tinham intenção de fundar na Paraíba residência, como de-facto fundaram. Deram, pois, os passos indispensáveis para alcançar a dotação de El-Rei. Consultado, o Geral responde, a 5 de Setembro de 1588, ao Provincial do Brasil: « Na Paraíba podem continuar a estar alguns dos Nossos per *modum missionis.* Entretanto, escreve-se a Portugal que façam diligência para haver de Sua Majestade o sustento necessário para os que ali tiverem de estar. E assim que tiverem sustento, se porá ali residência formada » [2].

Por sua vez, o Governador da Paraíba, Frutuoso Barbosa, « vendo o fruto, que se fazia, pensou em construir colégio e em comunicá-lo a El-Rei, confiando na sua liberalidade e consentimento » [3].

A Ânua de 1591, assinada por Marçal Beliarte, Provincial, consigna já o título de *Residência da Paraíba ;* e diz que, além dos Ministérios, comuns a tôdas as Residências, havia motivo para muitos sofrimentos particulares, alusão discreta ao combate que logo se começou a mover contra a Companhia.

Tinham os Padres a seu cargo uma Aldeia de 1.100 Índios, dos quais se baptizaram êste ano 150. Contam-se alguns exemplos edificantes dos novos cristãos [4]. Em 1592, moravam ali dois Padres, um dos quais era Simão Travassos. Adoecendo gravemente, retirou-se a Pernambuco, ficando a substituí-lo no superiorado o P. Jerónimo Veloso, «que faz ali muito fruto », conta o mesmo Padre Travassos, em carta de 8 de Março de 1592 [5].

1. Id., *ib.*, 20, 26.

2. *Bras. 2*, 58.

3. *Ann. Litt. 1589*, p. 472.

4. *Bras. 15*, 377. Esta ânua corre impressa, mas não exprime com exactidão, neste ponto, o original: omite os baptismos e diz simplesmente: *Mille centum Christiani novi Paraibae versantur (Ann. Litt. 1590-1591* (p. 830).

5. *Bras. 15*, 411. O P. Jerónimo Veloso, segundo o catálogo de 1574, « entrou no ano de 64, sendo de 24 anos. É estudante, mostra pouca habilidade

Os ministérios dêste ano foram: 300 confissões, 54 baptismos e 29 casamentos [1]. São os últimos trabalhos, de que ficaram notícias, porque a actividade dos Jesuítas ia-se truncar, quando as esperanças apenas começavam a florescer.

Tem razão o Doutor João Pereira de Castro Pinto, na Conferência inaugural do Instituto Histórico da Paraíba, quando diz: «Dos três modos de colonização, o mais regular e benéfico, o dos Jesuítas, pela incorporação definitiva do elemento indígena, foi, na Paraíba, inferior ao que, no Maranhão e em S. Paulo, conseguiram êsses incomparáveis pioneiros da civilização no Brasil» [2].

Vamos ver que a culpa não foi pròpriamente dos Jesuítas.

3. — No ano de 1589, aquêle precisamente em que Frutuoso Barbosa pensava em fundar, na Paraíba, um Colégio para os Padres, chegaram à Capitania os Religiosos Franciscanos. Sendo um acontecimento em si auspicioso e bom, teve, pelos adjuntos locais, deplorável efeito.

Não se delimitaram com nitidez, os campos dos respectivos apostolados, intrometeu-se a intriga, e o Capitão-mor seguinte, Feliciano Coelho baralhou e mudou violentamente as Aldeias. No fundo era a questão da liberdade dos Índios, sôbre cuja base assentavam os Jesuítas, em tôda a parte, a catequese. Jaboatão, narrando êstes acontecimentos, não tem uma palavra para tal assunto. Conta apenas que os Índios, catequizados por uns e outros, entraram em grandes emulações. E, para atalhar aos inconvenientes que poderiam suscitar-se, baixou o Cardial Alberto, em nome de El-Rei Filipe II, a seguinte ordem: «Porquanto, por Frutuoso Barbosa, fui avisado que, entre os religiosos de S. Fran-

para os estudos, mostra talento para ministro e para negócios; é soto-ministro. Natural de Lisboa» (*Bras. 5*, 12v). Estudou latim e casos de consciência durante algum tempo. Foi procurador do Colégio de Pernambuco, três anos. Coadjutor espiritual formado desde 1584. O Catálogo de 1613 dá-o com 85 anos de idade (*Bras. 5*, 99). Faleceu na Baía a 7 de Agôsto de 1621 «di età hormai centenario», *Lettere anue d'Etiopia, Malabar, Brasil e Goa*, 1620-1624 (Roma 1627) 124; *Hist. Soc.*, 42-33. Segundo o primeiro Catálogo de 1574, teria 81 anos de idade, quando morreu. Foi homem de virtude (Gouveia, *Lus. 68*, 412v).

1. *Bras. 15*, 382.

2. *Rev. do Inst. Histórico da Paraíba*, I, 26.

cisco, enviados a essas partes por meu mandado, e os Padres da Companhia, havia diferenças, do que resultava escândalo entre os novos cristãos, vos mando que, tirada a inquirição, e achando que os Padres de S. Francisco são os culpados, os concertareis em forma que não haja matéria de escândalo; e se os Padres da Companhia, os despedireis, para não mais tornarem a morar nessa Capitania, e os ditos religiosos de S. Francisco doutrinarão todo o gentio, o que favorecereis em tudo o que vos fôr possível »[1].

A ocasião próxima para a saída dos Padres narra-a assim o cronista de S. Francisco. Ordenou o Capitão Feliciano Coelho que as Aldeias dos Índios se distribuíssem por onde melhor lhe parecesse para a defesa da terra. Chamou os principais e « os Padres da Companhia, que doutrinavam nas Aldeias do Braço, e aos nossos de S. Francisco, que doutrinavam as demais Aldeias, e propondo o Capitão a sua prática da divisão das Aldeias, os Padres refusaram e assim os seus Índios, ao que acudiu o Padre Fr. António de Campo-Maior, que, visto a necessidade, que Sua Mercê partisse as Aldeias da fronteira (que já nesse tempo estavam em uma) para onde lhe parecesse bem ». Respondeu o Capitão que não se mudariam aquelas, que apenas precisava de uma aldeota para defender certa fazenda. Acabada a muda, passou-se Feliciano Coelho, em 1592, « além dos Rios da Paraíba e Iguaraguai a cercar a Aldeia do Braço, passada por sua ordem, contra a vontade dos Padres da Companhia, em cujo meio tempo o Capitão, por mandado de Sua Majestade, despediu os Padres da Companhia, entregando as Aldeias aos nossos Frades, o que êles aceitaram por mandado de Sua Majestade »[2].

Desta sucinta e pouco clara exposição se infere que, quando uns diziam uma coisa, os outros diziam outra. Naturalmente, a situação era pouco propícia a unir corações e os Jesuítas resolveram, pura e simplesmente, retirar-se.

Examinando os documentos, aparecem claramente três motivos para o desgôsto e retirada dos Jesuítas.

Primeiro e fundamental: a defesa dos Índios, contra os colo-

1. Jaboatão, *Orbe Serafico*, 35-36; Padre Florentino Barbosa, *Os Jesuítas na Paraíba*, na *Rev. do Inst. Hist. da Paraíba*, V, 45.

2. Jaboatão, *Orbe Serafico*, I, p. 45-46.

nos, que se queriam servir dêles a torto e a direito; a atitude negativa dos Padres Franciscanos, que davam assim fôrça àqueles e a Feliciano Coelho; e, sobretudo a má vontade manifesta dêste Capitão, preocupado apenas com emprêsas militares e económicas, sem atender às questões superiores de catequese ou liberdade dos Índios. É evidente que os Jesuítas não levariam isso a bem nem a uns nem a outros.

Encontraremos um reflexo desta indisposição, na atitude que tem o Provincial da Companhia em não querer ir acompanhado no seu navio de Pernambuco para a Paraíba, com o Superior dos Franciscanos, desatenção de que êles amargamente se queixaram ao Cardial Alberto.

Para se compreender bem a documentação seguinte, recorde-se que a casa da Paraíba era já Residência formada; para entradas e missões teem poder os Superiores e Provinciais. Para abrir ou fechar residências, só o Padre Geral.

Também onde se lê Capuchinhos são, na realidade, Capuchos ou Franciscanos.

Ora pois, dada a situação instável da Paraíba, recorreram os Jesuítas a Roma. A primeira carta é logo um pedido de encerramento, feito pelo Provincial, Marçal Beliarte:

«Os nossos estão na Paraíba com muitos trabalhos, cansados assim por parte do povo e mais república, como por parte do Capitão; e mostram pouco ou quási nenhum afecto aos Nossos, antes aversão, porque teem escrito a Sua Majestade, que os tirem da Paraíba e que bastam ali os Religiosos de S. Francisco. O mesmo significou o Capitão novo; e revestiu-se tanto dos afectos do povo que, em suas cartas, significa que lhe será grato deixarem os nossos a Paraíba. Tudo isto entendemos que se forjou e maquinou por parte de alguns afeiçoados aos Padres Capuchinhos».

«A todos nos pareceu que se devia deixar a Paraíba e, se se oferecesse alguma ocasião honesta e de crédito da Companhia, que se deviam recolher os Nossos para o Colégio, porque não faltam outras muito importantes coisas, em que se possam ocupar, com muito serviço de Deus, como são as missões pelos engenhos de açúcar, doutrinando e ministrando os sacramentos a tantos milhares de guinéus e Índios da terra. Além disto, que acima disse, acontecido de pouco tempo para cá, o P. Luiz da

Fonseca dará larga conta a Vossa Paternidade das muitas moléstias e trabalhos, que temos tido só por trabalharmos para defender aos pobres Índios, que não lhes furtem suas coisas e não os façam escravos. Muito desejaríamos que Vossa Paternidade nos desse licença para fazer o que acima aponto dos Nossos, porque não cessarão ocasiões de incómodos e calúnias contra os Nossos, assim no Brasil como no Reino, emquanto os Padres Capuchinhos tiverem Aldeias na Capitania que nós tivermos. As causas disto leva apontadas o Padre Procurador» [1].

O Padre Luiz da Fonseca tratou em Lisboa do caso, coadjuvado por Amador Rebelo, Procurador em Lisboa dos assuntos do Brasil. Ali mesmo alcançaram os dois Procuradores licença do Cardial Alberto para os Padres se retirarem da Paraíba. Amador Rebelo escreve que não consultou o P. Geral, por haver *periculum in mora*, em vista das ameaças de Feliciano Coelho [2].

No mesmo dia, em que o Padre Amador Rebelo escrevia aquela carta para Roma, enviava outra de Pernambuco o P. Beliarte, expondo a situação. Já se tinham aplanado as dificuldades com os Padres Franciscanos.

A tirantez agora era com a gente da terra: «Na Paraíba, com os Padres Capuchinhos não há senão muita concórdia e sempre a houve, logo que êles tiraram dali um Frade, que tinha um zêlo não tão *secundum ordinem* e era de natureza inquieta. Mas não nos faltam trabalhos com o Capitão, que em muitas coisas mostra desejar expelir os nossos Padres daquela Capitania».

«Por eu estar adoentado, enviei o Padre Luiz da Grã a visitar os Padres da Paraíba; e o principal intento foi para que, tendo o Capitão respeito à autoridade e virtude, de todos conhecida, do Padre, viesse nalgum modo de paz. E assim se assentou entre ambos que os Padres se passariam para um forte, para onde pretendia mudar o Capitão uma povoação de Índios, que estava dali afastada, logo que o corpo da gente se mudasse, mas, neste *interim*, que os Padres residissem na povoação e, de quando em quando, fôssem doutrinar os do forte. Continuando os Padres isto alguns meses, a segunda oitava da Páscoa, 20 de Abril, veio

1. *Bras. 15*, 405.

2. Carta de Luiz da Fonseca, 22 de Janeiro de 1593, *Lus. 72*, 61; Carta de Amador Rebelo, 15 de Maio de 1593, *Lus. 72*, 104.

à povoação sùbitamente o Capitão com *manu armata* e, no meio dêles e de muitos principais dos Índios, começou a repreender os Padres, com muita cólera e com palavras muito ignominiosas e de grande descrédito dos Padres para com os Índios. E resolveu que logo se mudassem os Padres com os Índios para o forte, se não que despejassem da Capitania, coisa impossível pelo forte não ser capaz de tanta gente e estar muito perigoso e exposto a ser queimado dos inimigos e não se guardar nisto o assento que se tinha tomado com o Padre Luiz da Grã. Entendemos todos que buscava o capitão ocasião para que saíssemos da Paraíba, e verdadeiramente nos convinha sair com esta boa ocasião, porque tôda aquela gente portuguesa não nos é afeiçoada e dão tais informações de nós aos Capitãis, que sucede que, mostrando-se fora dali muito afeiçoados à Companhia, em chegando lá, logo se mostram adversos. Eu determinei de mandar aos Padres que não saiam, se não forem lançados por fôrça » [1].

Beliarte não esperou que se chegasse a tal extremo, porque, vindo as licenças do Cardial Alberto, mandou recolher os Padres a Pernambuco.

Chegando ao conhecimento do Geral as recriminações do comissário franciscano, preguntou êle ao sucessor de Beliarte, que fundamento tinham.

Respondeu o Padre Pero Rodrigues:

«Pedindo o Comissário dos Capuchinhos ao Provincial passado que o levasse no nosso navio, quando o Padre ia a visitar Pernambuco, o Padre, com palavras ásperas, diante de alguns Padres lhe disse: ou V. R. ou eu havemos de ir no navio».

«O comissário se sentiu disso, e ainda que depois se lhe fêz o oferecimento, êle foi a Pernambuco por terra. Na Paraíba, tiveram os Capuchinhos, com os Nossos, encontros sôbre os Índios, que de suas Aldeias fugiam para as nossas, e os Frades escreveram ao Cardial queixas dos Nossos. O Cardial escreveu ao Bispo que se informasse do que se passava e, achando aos Nossos culpados, os lançasse da Paraíba. Vendo o P. Provincial estas agitações, largou-lhes as Aldeias, que tínhamos na Paraíba, tirando dali os Nossos, e com isto cessaram as queixas» [2].

1. *Lus.* *72*, 94.
2. Carta de Pero Rodrigues, 29 de Setembro de 1594, *Bras. 3*, 360.

Assim terminou tão desagradável assunto. Dos documentos se deduz que houve falta de tacto da parte do Padre Beliarte e que os Jesuítas defendiam as suas posições, conquistadas com sacrifício desde a primeira hora, talvez com exagerada vivacidade. Mas não há dúvida que sucedeu aqui o que se repete invariàvelmente em tôdas as actividades humanas: a invasão de um campo já cultivado por outros não produz nunca frutos de paz. Dividem-se os espíritos. E ainda que o serem religiosos impõe exigências de caridade, mais altas, contudo nem sempre se encontram almas verdadeiramente grandes, superiores a tais lances, e que saibam cortar a tempo a obra da intriga, que se cobre às vezes com o nome de zêlo. Foi o que ali se deu. Os moradores e os capitãis, sobretudo Feliciano Coelho, declararam que lhes bastavam os Franciscanos.

Os Franciscanos sentiram nisso complacência. Não viram que êles desejavam atingir os Jesuítas, defensores dos Índios. Saindo-lhes bem a emprêsa, perderam o respeito ao carácter religioso e daí a três ou quatro anos, arranjaram novos pretextos e expulsaram, por sua vez, os Franciscanos. Jaboatão narrando êste sucesso, chama a Feliciano Coelho « capital inimigo do hábito de nosso Padre S. Francisco » [1].

Conta Pôrto Seguro que Feliciano Coelho, nas guerras contra os Índios, queimou algumas Aldeias onde prègavam e doutrinavam os Padres Jesuítas. Reclamando êstes do Governador Geral, despachou D. Francisco de Sousa: « como pedem ».

Feliciano Coelho queixou-se a El-Rei dêste despacho e acrescenta: « Se Vossa Majestade não olha por isto nem manda o que se há-de fazer neste particular [dos Índios], haverá grandes dissensões e rebeliões entre nós e, antes de muito, nos degolaremos uns aos outros » [2].

De Portugal olharam, de-facto, por isso, mas no sentido contrário, isto é, no da defesa dos Índios, para honra do mesmo Portugal e da civilização. Nem por isso se degolou ninguém. Pôrto Seguro lastima que D. Francisco de Sousa diminuísse assim a jurisdição real, acedendo àquela reclamação. Não esqueçamos a antipatia de Pôrto Seguro para com os Índios e os Jesuítas. Ao

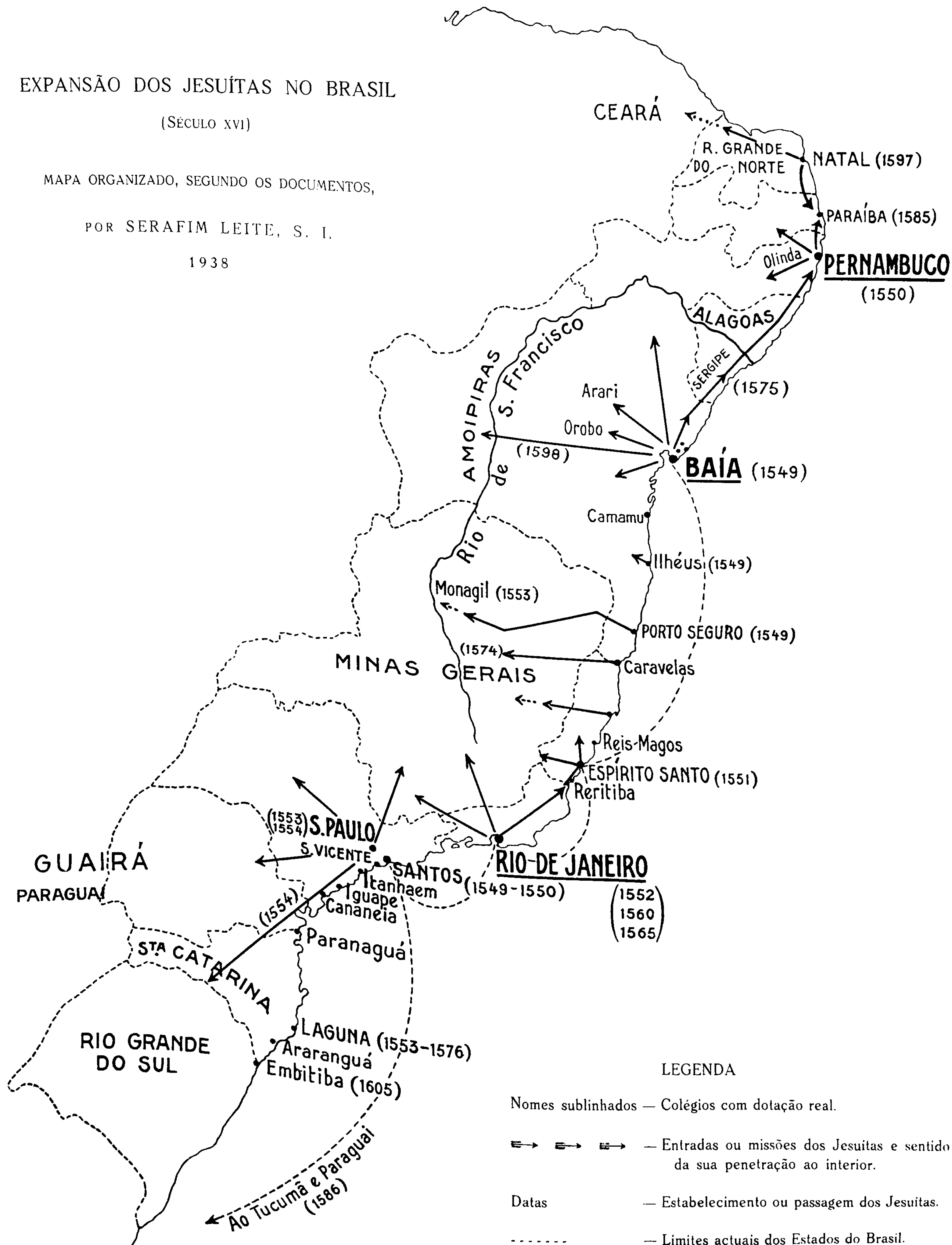
1. Jaboatão, *Orbe Serafico*, 38.
2. Pôrto Seguro, *HG*, II, 58-59.

invés do que afirma, o poder só se engrandece quando manda suprimir ou indemnizar as injustiças dos seus delegados subalternos.

Os Jesuítas haviam de voltar mais tarde à Paraíba. Ainda em 1599, mostrava o P. Francisco Pinto a necessidade de se reabrir a casa da Paraíba, e até com maiores proporções que antes [1].

Mas, não se aplanando as dificuldades, e sendo o campo grande, os Jesuítas, sacudindo o pó das sandálias, saltaram por cima, deixando a Paraíba entregue a si-própria e ao seu destino, daí em diante apagado, e foram levar a luz do Evangelho e os benefícios da instrução pela costa imensa, progressivamente, até ao extremo Norte.

1. *Bras. 3 (1)*, 177-179.



EXPANSÃO DOS JESUÍTAS NO BRASIL
(SÉCULO XVI)
MAPA ORGANIZADO, SEGUNDO OS DOCUMENTOS,
POR SERAFIM LEITE, S. I.
1938
CEARÁ
R. GRANDE DO NORTE
NATAL (1597)
PARAÍBA (1585)
Olinda
PERNAMBUCO (1550)
ALAGOAS
SERGIPE
(1575)
AMOIPIRAS
Rio de S. Francisco
Arari
Orobo
(1598)
BAÍA (1549)
Camamu
Ilhéus (1549)
Monagil (1553)
PORTO SEGURO (1549)
(1574)
Caravelas
MINAS GERAIS
Reis-Magos
ESPÍRITO SANTO (1551)
Reritiba
(1553 1554) S. PAULO
S. VICENTE
SANTOS
Itanhaem
Iguape
Cananeia
RIO-DE JANEIRO
(1549-1550)
(1552 1560 1565)
GUAIRÁ
PARAGUAI
(1554)
Paranaguá
STA CATARINA
LAGUNA (1553-1576)
Araranguá
Embitiba (1605)
RIO GRANDE DO SUL
Ao Tucumã e Paraguai (1586)
LEGENDA
Nomes sublinhados — Colégios com dotação real.
— Entradas ou missões dos Jesuitas e sentido da sua penetração ao interior.
Datas — Estabelecimento ou passagem dos Jesuitas.
- - - - - - - — Limites actuais dos Estados do Brasil.

CAPÍTULO V

Rio Grande do Norte

1 — Conquista do Rio Grande; 2 — Actividade e pazes agenciadas pelos Padres Francisco de Lemos e Gaspar de Samperes; 3 — O P. Francisco Pinto e os Índios principais « Pau-Sêco » e « Camarão Grande »; 4 — Pazes gerais com os Índios Potiguares.

1. — Tavares de Lira, ao tratar da fundação do Rio Grande do Norte, escreve que « os nossos historiadores, dando notícia da conquista, repetem-se com pequenas variantes de detalhes, inspirando-se todos nas crónicas do tempo ». Reproduzem, sobretudo, a Fr. Vicente do Salvador [1].

Ora, no Arquivo da Companhia existem duas relações, anteriores àquela e contemporâneas da conquista. A primeira vem assinada por Pero Rodrigues, o futuro autor da vida de Anchieta; a segunda não vem assinada, e dá já notícias do estado da Missão do Rio Grande do Norte, em 1607. São inéditas e com valioso recheio de informações. Completam-se mùtuamente; e, com breves notas oriundas de outras fontes, encerram tôda a história dos Jesuítas no Rio Grande do Norte nesse fim e comêço do século. Ministérios dos Padres, entradas a sertões, aonde não fôra antes nenhum branco; pazes realizadas; actividade dos Jesuítas Francisco de Lemos, Superior, Gaspar de Samperes, engenheiro militar, Francisco Pinto, futuro apóstolo e mártir do Ceará. Dêste último transcreve-se até uma carta em que narra as pazes do Capaoba, região unida geogràficamente à Paraíba, mas que pertence històricamente ao movimento geral da conquista do Rio Grande.

---

1. Tavares de Lira, *Historia do Rio Grande do Norte* (Rio de Janeiro 1921) 30.

A carta de Pero Rodrigues poderíamos resumi-la ou «pô-la em estilo» como diriam ou fariam os antigos. Mas, como ela não se enxerta com assuntos alheios a êste capítulo e é verdadeiramente histórica, preferimos dá-la no seu sabor original, documental e inédito. Diz assim:

«A derradeira porta da conversão do gentio, que nestes dois anos passados se tem começado de abrir, é em o Rio Grande, comarca dos Potiguares. E porque estiveram muitos anos em guerra com os Portugueses, dando entrada e tendo comércio com os Franceses, tratarei primeiro de como foram conquistados, e depois como fizeram pazes com os nossos, porque, assim em uma emprêsa como na outra, se acharam presentes os Padres, que foram do Colégio de Pernambuco».

«A Vila de Pernambuco, a mais rica terra dêste Estado, assim pelos muitos açúqueres, como pelo muito trato de pau, que chamam brasil, está em oito graus, cem léguas da Baía, e é a cabeça da Província chamada Nova Lusitânia: nestas partes tem por Capitão Manuel de Mascarenhas Homem. Daí a dezóito léguas, pera a linha, em sete graus, está a cidade de Paraíba, cujo Capitão é Feliciano Coelho de Carvalho. Daí mais avante, outras vinte e duas léguas, está o Pôrto do Rio Grande, em seis graus. Tôdas estas terras eram povoadas de Potiguares, os quais comerciavam com os Portugueses, com muita paz e proveito de ambas as partes, mas, pelo tempo adiante, avexados de alguns homens, com muitos cativeiros, se vieram a levantar e fazer cruel guerra, matando os Índios, que estavam de paz, e muitos Portugueses em diversos assaltos e fazendo despovoar muitos engenhos e fazendas. E fizeram esta guerra com mor atrevimento, depois que tiveram comércio com os Franceses, os quais, recolhendo-se no Rio Grande, deixavam aí suas mercadorias, que traziam de França. E, emquanto o gentio lhe fazia a carga de pau, êles corriam tôda a costa e faziam prêsas muitas vezes de importância. E chegava seu atrevimento a cercar as bôcas das barras e saquear as vilas dêste Estado. Deixo outra mais bárbara crueldade, a que não podiam chegar senão homens alienados da fé e nome cristão, que muitos dos que tomavam, assim Portugueses como negros guinéus, iam vender aos Potiguares a trôco de pau e farinhas. E êles os tinham a bom recado, como em currais, e, quando queriam fazer suas festas, os matavam em

terreiro e assados os comiam. E assim, desta amizade dos Potiguares com os Franceses, nos nasciam a nós dois grandes males. Um era darem os Potiguares pôrto aos cossairos para destruírem a costa por mar, e outro darem os Franceses ajuda de soldados aos Potiguares pera nos darem assaltos por terra».

«Informado S. M.[de] El-Rei Filipe II, de tantos males e perdas de seus vassalos, determinou de lhes acudir com remédio eficaz. E foi mandar ao Governador Geral do Estado, Dom Francisco de Sousa, desse ordem com que fôsse fazer esta guerra Manuel Mascarenhas Homem, Capitão-mor de Pernambuco. E ao mesmo capitão escreveu S. M. que, sendo-lhe necessária alguma ajuda de Paraíba, que está no meio, a pedisse, em seu nome, ao Capitão dela, Feliciano Coelho de Carvalho, e que, se julgasse que convinha ir o mesmo Capitão em pessoa, lhe pedisse o quisesse acompanhar, porque esta era a sua vontade. Ajuntaram-se êstes dois Capitãis, e determinaram que Manuel Mascarenhas fôsse por mar; e Feliciano Coelho fôsse por terra. Partiram, cada um por sua parte. O da terra levava trezentos homens de espingarda e cincoenta de cavalo, com novecentos frecheiros, além de muita escravaria de Guiné, que levavam as munições e petrechos de guerra. O desenho dêste Capitão era ir destruindo as Aldeias pelo sertão até chegar ao Rio Grande, no que houvera de gastar alguns quatro meses; mas, depois de quatro ou cinco jornadas, estando já no princípio das terras dos inimigos, lhe deu no Arraial o mal de bexigas, de que lhe morreu muita gente, pelo que foi necessário retirar-se à Paraíba. Vendo o gentio Potiguar que os nossos se retiravam, veio-os seguindo, porém nunca se atreveram a cometer o exército, mas contentavam-se com quebrar as cabeças aos mortos e comer daquela carne. Pelo que de tal maneira se pegou o mesmo mal a êles, que se afirma que mais morreram de doença do que houveram de morrer, indo a guerra por diante: êles mesmos confessavam que das três partes morreram as duas, e os Franceses disseram que houve Aldeia em que amanheciam cem pessoas mortas».

«O Capitão do mar se partiu com sua armada, de catorze velas muito bem negociadas, na qual iriam quatrocentos homens. E, com ela entrou, tôda, com muita prosperidade, pela barra do Rio Grande, dia de Natal do ano de 97, em que se começava o de 98. Logo ao outro dia, tomaram os Portugueses posse da terra,

aonde se entrincheiraram com a mor pressa, que puderam, por causa dos contrários. E logo se começou a fortaleza que Sua Majestade mandava fazer. Daí a alguns meses, passado o mal das bexigas, tornou o Capitão da Paraíba com alguma gente, que lhe ficou, a socorrer a Manuel Mascarenhas, ao Rio Grande, para ambos juntamente, depois da fortaleza feita, virem dando guerra ao gentio, o que fizeram, destruindo muitas Aldeias, cativando e matando muita gente, até se recolherem à Paraíba ».

2. — « Nesta jornada, foram dois Padres: por Superior o P.e Francisco de Lemos e por seu companheiro o P.e Gaspar de S. Peres, ao qual nomeadamente pediu o capitão pera lhe dar alguma boa traça do forte, que El-Rei lhe mandava fazer, como lha deu, porque sabia bem dessa arte e a exercitara, em Espanha e no Brasil, antes de entrar na Companhia, quando professava a milícia. Ambos os Padres ajudavam ao exército com os acostumados exercícios da Companhia, com muita edificação de todos, prègando, confessando e fazendo amizades e não se negando a nenhuns trabalhos, de dia e de noite, assim aos que o perigo da guerra traz consigo, como no acudir aos Índios nossos amigos, que nos ajudavam na guerra, por adoecerem gravemente de bexigas, e quanto era possível acudiam a os curar e consolar na morte. Um dos Padres veio de lá com grande indisposição, que por muito tempo lhe durou. E entende-se que foi de beber água de charcos, em que os imigos tinham deitado peçonha, mas todos êstes trabalhos tinham por bem empregados, assim pelo bom sucesso, que Deus Nosso Senhor deu a esta guerra, como pelo prémio, que espera de sua divina mão».

«Uma das coisas de mais importância, que os Padres nesta missão e conquista fizeram, foi que, no mesmo tempo da guerra, foram muitas vezes em batéis pelo Rio arriba, acompanhados de alguns soldados, a falar com os contrários e persuadir-lhes que se quisessem render e fazer pazes com os nossos, que deixassem seu fero costume de comer carne humana por vingança dos que tomam em guerra, que se viessem pera a Igreja, e outras coisas nesta matéria, nomeando-lhe muitos principais e ainda parentes seus, que morreram cristãos e agora estão nos céus; o mesmo lhes prègavam alguns Índios das Aldeias, que os Padres teem a cargo. Êles, ao princípio, respondiam com muita frechada, sem

quererem ouvir mais razões; mas, continuando o Padre Francisco de Lemos com lhes prègar e desenganar, vieram a dar-lhe tanto crédito que, dali por diante, quando lhe ia a falar, punham as armas no chão e os principais chegavam mais perto do mar, mandando afastar os seus e pôr as armas; e foi isto tanto que se botavam a nado e metiam no batel pera tratar devagar com os Padres e, quando vinham a nado, sempre vinham bradando *Abaré! Abaré!* que quere dizer, na sua língua, Padre! Padre! Aqui lhes tornava a falar contra seus erros, que tivessem dó de suas almas, porque, não se fazendo cristãos, haviam de arder para sempre nos infernos. Com isto, pouco e pouco, se vieram a fiar dos Padres e os acompanhavam até o Arraial a falar com o Capitão-mor e tornavam aos seus, muito contentes, assim por ver que lhes cumpriam os Padres a palavra, que lhes davam, de os deixarem tornar, como pelo bom gasalhado que no Capitão achavam, de comer e beber, roupas e resgates. Quando o Capitão-mor lhes cometia pazes, sempre diziam que sim, mas como eram muitos, nunca concluíam; pelo que chegou um a dizer: se nós tivéramos uma só cabeça, como vós tendes, já estiveram feitas as pazes!»

«Em o tempo que os Padres estiveram no Rio Grande, deram os nossos Índios alguns assaltos, matavam muita gente e traziam outra, em que vinham algumas crianças, de que cativaram algumas trinta e sete, e logo morreram de bexigas, mal que então por aquelas partes andava; entre estas criaturas entravam algumas da Guiné, cujos pais os Franceses davam aos Potiguares em trôco de Pau do Brasil pera os comerem».

«Sucedeu neste tempo cair a quaresma, na qual confessaram e deram o Santíssimo Sacramento àquela gente tôda, que ali se achou, por não haver outros curas, e na Semana Santa lhe pediu muito o Capitão-mor quisesse fazer ali os ofícios da Semana Santa, com tôdas as cerimónias a êles pertencentes, porque causaria isto muita devoção a todos, pois em terra, onde actualmente se estava comendo carne humana, se celebravam os ofícios divinos. Ao que lhe responderam os Padres, que fariam tudo o que a Sua Mercê parecesse, mas que, quanto ao encerrar o Senhor parecia coisa dificultosa, porquanto estavam em terra de imigos, e que cada dia quási lhes davam assaltos. Nunca se quietou, até que se puseram a fazer um sepulcro, conforme ao tempo

e lugar, mandando o capitão dar todo o necessário, que na Alfândega havia, e tôda a cera necessária e, assim, tudo se fêz com muita quietação, porque o Capitão meteu de guarda, emquanto o Santíssimo Sacramento estêve encerrado, duzentos arcabuzeiros, vindo todos os Capitãis com seus oficiais, arrastando as bandeiras pelo chão, botando-as diante do Senhor, até que se desencerrou, o que causou muita devoção. E houve pessoas, que choraram, por ver tudo isto em terra de imigos. Não faltaram, neste tempo, prègações e seu mandato e os ofícios de trévoas, procissão, e tudo o mais, e foi Nosso Senhor servido que em tôda essa semana nunca os imigos lhes deu nenhum assalto, o que todavia guardaram para dia de Páscoa, mas quis o Senhor que não lhes fizeram nenhum mal. Os Padres, todo o tempo que o Senhor estêve encerrado, sempre vigiaram, revezando-se pera que, sucedendo qualquer coisa, se achassem na igreja pera o que fôsse necessário. E o Capitão-mor contìnuamente andava em pessoa vigiando os postos por neste tempo de ninguém se fiar. Isto tudo concluído, não se fartavam, assim os Capitãis como os soldados, de dar os aguardecimentos aos Padres por uma obra, tão santa como esta foi, dizendo mil bens dos da Companhia, e que, se os Padres com êles não foram, estiveram naquela semana como gentios naturais».

«Depois do Capitão-mor pôr em defensa a fortaleza, que Sua Majestade lhe mandou fazer no Rio Grande, se determinou fazer volta por terra pera a Capitania de Pernambuco, vindo dando guerra ao gentio Potiguar, o qual fêz por algumas vezes rosto, pelejando a seu modo, mui esforçadamente contra os Portugueses, mas sempre foram vencidos por causa da arcabuzaria, a que teem grande mêdo. Em todos êstes combates se acharam sempre os Padres, ajudando e confessando aos soldados, exercitando os ministérios da Companhia por todo aquêle caminho e foi Nosso Senhor servido tirá-los de muitos perigos, que em semelhantes tempos soem acontecer, livrando a um dos Padres de uma arcabuzada, que lhe tiraram e lhe passaram com o pelouro a roupeta, deixando-lha com cinco buracos de um pelouro, e o mesmo pelouro derrubou logo a um soldado. Fêz-se grande estrago neste gentio, porque mataram os nossos muita gente em que entravam muitas crianças, das quais os Padres baptizaram algumas vinte e tantas, que achavam ainda vivas, com crueis feridas, e logo aca-

bavam, andando com a água às costas, vendo onde achavam crianças pera morrer, e assim foi Nosso Senhor servido irem estas almas gozar de seu Criador, de que alguns soldados honrados, que neste ministério ajudavam também aos Padres, se edificavam e davam graças a Deus, dizendo: salva-se um filho de um selvagem e eu não sei o que será de mim. Sempre o Capitão-mor fêz muito caso dos Nossos, pondo-os à sua mesa e tratando-os em tudo como a Religiosos».

«Coisa parece digna de consideração ver que assim como Nosso Senhor tomou por instrumento da conversão dos Amoipiras a um seu natural, de muito respeito entre êles, por nome Tipóia, como acima está dito[1], assim para trazer ao caminho da salvação aos Potiguares, tomou outro natural seu dêles, muito afamado em guerras que em muitos assaltos foi por Capitão dos seus e fêz muito dano aos moradores da Paraíba, por nome o *Mar Grande*. Êste, depois de serem os nossos chegados ao Rio Grande de dez ou doze dias, veio-lhes dar um combate com dois mil frecheiros, o que sabido pelo Capitão-mor mandou alguns Índios, que lhe fôssem por detrás cortar o fio de sua gente, o que fizeram com muita destreza; acudiram logo os soldados e mataram alguns principais, que vinham na dianteira pelo que os obrigaram, uns a fugir, outros a lançarem-se no mar, porque o combate foi na praia; os nossos se botaram empós êles a nado, e matando alguns trouxeram cativos oito, em que entrou êste Mar Grande. A todos se deu vida e dêles souberam como determinavam os Potiguares descer com vinte mil homens sôbre os nossos, em que vinham cincoenta franceses arcabuzeiros, mas foi Nosso Senhor servido que, espantados com o jogar da artilharia, não teve efeito seu desenho. Sentiram muito os contrários ser cativo êste seu principal por o terem por morto, conforme o seu costume, que não dão vida a ninguém. O Padre Francisco de Lemos lhes falou e prometeu de lho mostrar, o que fêz, levando-o a bom recado. Tanto que o viram, houve muitas lágrimas de parte a parte, dizendo mil lástimas sôbre a prisão. Mas êle, com muito ânimo, começou de prègar aos seus que dali por diante não lançassem mais mão dos arcos nem espadas contra Portugueses. E que de sua parte dissessem aos mais princi-

1. Dêste assunto falaremos no tômo II.

pais viessem confiadamente falar com os Padres, que êles lhes diriam o que lhes convinha, porque era gente que não sabia tratar senão verdade. Aceitaram alguns o conselho, e vieram ter com os Padres os quais lhes aconselhavam que viessem para a Igreja e aceitassem as pazes. O mesmo confirmava êste principal com palavras tão eficazes, que disseram os Capitãis que parecia querer Deus tomar aquêle índio por meio para Deus fazer muitos bens aos seus».

.3 — «Neste tempo, sucedeu haver-se de tornar pera sua casa um morador de Pernambuco e dar-lhe o Capitão-mor a êste índio por cativo. Avisaram logo alguns Capitãis ao Padre que não convinha tirar aquêle índio do Arraial, porque era de muita importância, e que, se o soubessem os seus, carregariam com maior poder de gente sôbre nós. Propôs estas razões e outras o Padre ao Capitão, ao qual pareceram bem, e mandou dar outro escravo em troca dêle. Êste índio veio mostrando os caminhos ao Capitão, quando se recolheu por terra para a vila. E foi mui fiel companheiro aos Padres e dêles aprendeu muitas coisas de Deus, que depois lhe serviram para prègar à sua gente. Concluído o negócio da guerra, intentou logo o Capitão-mor outra emprêsa pera confirmar a paz. E foi começar a tratar de pazes, e, porque, assim pera êste como pera outros negócios, lhe era necessário ver-se com o Governador Geral, veio-se a esta Baía. E concluídas suas coisas com o Governador, me pediu, mui de-propósito, lhe desse algum Padre, bem exercitado na língua e conversão do gentío, pera dar princípio à paz com os Potiguares. Eu lhe dei o Padre Francisco Pinto, dos melhores línguas desta Província, e por tal conhecido e respeitado dos Índios».

«Levou ao Padre consigo e, tomando companheiro no Colégio de Pernambuco, foram ao Rio-Grande. Mandou logo o Padre recado aos principais que se viessem com êle. Vieram; e entre êles o maior de tôda aquela comarca, por nome o *Camarão-Grande*, o qual, depois de ter seus cumprimentos com o Padre, lhe disse que vinha tratar de pazes e que, depois delas feitas, trataria do que a êle e aos seus pertencia no negócio da salvação. A tudo isto se achou presente o Capitão-mor e o Capitão da fortaleza, João Rodrigues Colaço. E por aqui se deu princípio às

pazes entre nós e os Potiguares, as quais pera ficarem mais assentadas fêz o Padre Francisco Pinto, por ordem do Capitão, que mandasse êste Capitão alguns dos seus para começarem de povoar junto à vila de Pernambuco entre os Portugueses. O Camarão Grande o cumpriu assim e, tomando um irmão seu, com a gente que tinha, foi em pessoa aposentá-lo aonde o Capitão lhe assinou. E isto feito, se tornou pera sua terra, muito contente do que tinha assentado com os Portugueses. Contudo, não custou isto pouco ao Padre Gaspar de São Peres, seu companheiro, porque andou pelo sertão, ajuntando êstes principais pera o efeito das pazes. Achou em os Índios muito gasalhado e lhe faziam muita instância que levantasse igrejas em suas terras, porque queriam ser filhos de Deus, de cuja bondade esperamos lhes cumprirá os desejos, que lhes comunicou ».

« Não se deram o Capitão nem os Padres por satisfeitos com trazer à nossa amizade os Potiguares do sertão do Rio Grande, mas entenderam ser necessário fazer o mesmo com os principais de outro sertão, a que chamam Capaoba, trinta léguas pela terra dentro, sôbre a Paraíba, que está entre Pernambuco e o Rio Grande, como está dito. E a causa era porque, como êstes eram fronteiros da Paraíba, estavam escandalizados dos nossos com quem traziam guerra mais picada; não convinha fazer pazes com os de mais longe, sem as fazer também com os vizinhos. E assim rogou o Capitão ao Padre quisesse, por amor de Deus, tomar êste trabalho de ir ajuntar os principais do Capaoba e trazê-los ao forte, para aí se confirmarem as pazes com maior solenidade. Tomou o Padre, com seu companheiro, esta nova emprêsa, mas primeiro mandou por duas vias seu recado a chamar os principais daquele sertão. Por uma parte, foi o Mar-Grande, e, por outra, outros mensageiros; aceitou bem o recado do Padre o maior principal daquele sertão, afamado em guerras pelo dano que tinha feito aos Portugueses, por nome o *Pau-Sêco*, o qual logo se abalou a vir falar com o Padre e o que daí por diante passou relatarei por uma carta que o Padre Francisco Pinto me escreveu, em 19 de Maio do presente ano de 99, em a qual diz desta maneira » :

«Chegado o Pau-Sêco a uma Aldeia de um parente seu, obra de meia légua do forte, não quis passar dali e mandou-me recado que o fôsse ali ver, e que pois tínhamos ido a outras Aldeias,

que também era rezão que, por amor dêle, fôssemos àquela de seu irmão. E então viria êle connosco aonde quiséssemos. Pareceu-me bem sua resposta e comecei de caminhar pera a Aldeia, que estava em um alto, e disseram depois que, tanto que nos viram e conheceram de longe, folgaram muito de nos ver. Chegando à Aldeia, entrei, prègando pelo terreiro, como é costume. Estava êste principal em pé, ouvindo-me. E tanto que acabei, entrámos pera a pousada onde tinham rêdes armadas pera nos assentarmos, como fizemos. Estava êste índio a seu modo, muito grave e fantástico, empenado pelo corpo com penas vermelhas, na cabeça e braços com penas azues, uma pedra verde mui formosa no beiço, nas orelhas uns pendentes de contas brancas, com seus remates a modo de campainhas. E, como era gentil homem, tudo lhe estava bem. Estava assentado em uma rêde, e defronte de si tinham mandado armar outra pera mim, porque assim é costume falarem, de-fronte um do outro, os que hão-de praticar. Estêve assim um pedaço e deixou primeiro falar aos outros e dar-nos as boas vindas. E no cabo no-las deu com muita gravidade e eu a êle o mesmo».

«Começámos a prática, da qual ficou muito satisfeito; e, ainda que com algum receio, se determinou a ir connosco a ver-se com o Capitão, o qual lhe fêz muito gasalhado e lhe ofereceu pazes, o que êle ouviu muito bem e, acêrca dêste particular, respondeu que folgaria de as fazer. E que era bom sermos todos uns e amigos, pois todos gozamos de um sol, de uma lua e de um dia; disse mais ao Capitão que se confiasse em sua palavra, que não tinha mais que uma, sem lhe ficar outra dentro, escondida. De mim não tendes que nos recear que torne atrás, do que digo, mas eu de vós sim me posso recear que falteis; mas, quanto a mim, basta estar eu assentado diante de vós pera não haver de tornar atrás no que ficamos. Já botei de parte a minha espada irada, já abrandei meus braços, já deixei minha rodela, não quero senão amizade. Estas e outras coisas lhe disse, de que o Capitão-mor e os mais ficaram mui satisfeitos, e êle também o foi, com dádivas que o Capitão lhe deu, e em especial com uma roupeta do mesmo, com uma cruz de comenda no peito. Acrescentou mais êste índio que, pera as pazes serem mais firmes, relevava dar conta aos seus, e que pera isso me queria acompanhar pelo seu sertão de Capaoba, pera fazer capazes aos

principais das pazes que pretendíamos e os trazermos à Paraíba, onde os concertos das pazes se haviam de solenizar».

«Partimos do Forte do Rio Grande, acompanhados dêste índio e do Mar Grande e de outro dêste Sertão, aos 19 de Abril dêste ano de 99. Viemos pelas Aldeias, que de caminho podíamos ver. Em tôdas fazia minhas práticas em seus terreiros, como é costume, aonde se ajuntavam não sòmente os principais, mas tôda a Aldeia, sem ficar ninguém. A ordem, que tinha em lhes falar, era esta: primeiro lhes dizia quem éramos, depois ao que íamos, que eram duas coisas: a primeira dar-lhes as pazes, e a outra dar-lhes a conhecer seu Criador, ao qual por não conhecerem, estavam cegos nem entendiam a imortalidade de sua alma, nem como na outra vida havia glória pera os bons e castigo pera os maus. Nisto me detinha até à bôca da noite, em que, depois de cansado, me recolhia; porém, depois, um dos meus companheiros, que é o Mar-Grande, pela notícia que lhe eu tinha dado destas coisas, continuava a prática com êles, quási tôda a noite, com tanto fervor como se fôra um prègador de muito zêlo e eloqüência. Aos ouvintes, no princípio, parecia um sonho estas coisas, mas ao menos ficavam dispostos, com desejos de as tornar a ouvir, e pouco e pouco vieram a fazer nêles tanta impressão, que me respondiam com estas palavras».

— « *Ó meu pai, como está isso bom! Folgo muito com isso! Estou muito contente de suas palavras, encheu-me a sua fala, fartou-me sua palavra, já uma vez a enguli e não a tornarei a deitar fora da minha alma* ».

« Com estas e semelhantes palavras declaravam, o melhor que podiam, seu contentamento e satisfação que recebiam. Desta maneira fomos correndo por êste sertão, com algum trabalho, por estarem de fome, e também com alguns sobressaltos de alguns que, por nos não conhecerem, falavam assim de nos quererem matar; porém tirou-nos Nosso Senhor dêste trabalho por meio de nosso companheiro, o Pau-Sêco, porque, como é muito afamado em guerras e temido de todos, e juntamente mui capaz e de bom juízo natural, por onde quer que íamos, todos lhe tinham respeito, e assim, ouvindo falar mal a uns, respondeu » :

— « *Ninguém tema êsses cobardes, aqui vai minha espada!* »

« E, falando êle com outro companheiro, ouvindo-o eu, disse dêste modo » :

— « *Êstes Padres terão que contar, e serão afamados porque entraram neste sertão onde até agora ninguém entrou, e o meu nome será também afamado, porque debaixo de minha autoridade os trago seguros* ».

« Duas coisas notei neste índio, em que vi sua prudência natural, uma é que se não perturbava no beber, porque, se era de Portugal, deitava-lhe muita água; e se era do seu, em se sentindo tocado, não ia mais por diante. A outra, é a que nunca vi em índio nenhum, que não consentia que falássemos com os principais senão vestidos com roupetas pretas, dizendo que folgava de nos ver autorizados, limpos, e bem vestidos, pera que nos tivessem os ouvintes mais respeito; e uma vez, que acertei de pôr a veste sôbre a roupeta preta, se chegou a mim e mo estranhou ».

« Chegámos à Aldeia e casa dêste Índio, onde fomos recebidos com todo o agasalhado possível. Ajuntaram-se os principais. Fiz-lhes algumas práticas e assentaram comigo de me virem acompanhando até à Paraíba pera cumprir as pazes. Fiz aqui resenha das Aldeias dêste sertão da Capaoba, pola relação dos Índios, e achei quási setenta; e querendo saber dêles quantos serão, por tôdas as Aldeias dos Potiguares, em tôdas as quatro ou cinco comarcas em que moram, achei serem, por tôdas, trezentas e vinte. Nesta Aldeia do nosso amigo nos fêz Nosso Senhor mercê de nos provar a meu companheiro e a mim com doença de febres: a êle terçãs e a mim contínuas. Não tínhamos remédio algum humano de físico ou mezinhas, bem nos lembrava dos regalos, quando adoecemos nos Colégios, dum pedaço de açúcar pera beber uma pouca de água, ou uma talhada de marmelada e outras coisas que a caridade da Companhia costuma. Enfim, temi morrer naquele sertão, mas foi Nosso Senhor servido dar-nos saúde sem mezinha humana. Nestes passos, se aprende a ter confiança em Deus e a experimentar a pobreza e paciência ».

4. — « Partimos, dia de Ascensão, da casa do Pau-Sêco, ambos muito fracos ainda, porque a mim havia um só dia que me abandonaram as febres e o Padre meu companheiro ainda trazia suas terçãs. E assim êle, de quando em quando, vinha em rêde; mas eu sempre vim a pé, pôsto que caindo pelo caminho, por ser mui áspero e nós virmos molhados, mas acudiu Nosso Senhor, dando-nos fôrças pera chegarmos, em obra de quinze

dias, à Paraíba. E quis Nosso Senhor que no mesmo dia, em que chegámos, havia poucas horas eram chegados os Capitãis, que com êstes principais haviam de celebrar as pazes. E, assim, se ajuntaram o Capitão-mor Manuel Mascarenhas, o Capitão Alexandre de Moura e os Capitãis da Paraíba e da Ilha, o Provedor-mor Braz de Almeida e outras pessoas, a quem tocava estarem presentes. Da parte dos Índios cristãos, que também faziam pazes com os Potiguares, estavam êstes principais, um velho mui afamado por nome *Braço-de-Peixe* e seu filho *Braço-Preto*, o *Pedra-Verde* e outro de nome entre êles. Da parte dos Potiguares estavam quarenta ou cincoenta que connosco vieram, dos quais eram principais quinze ou vinte, assim do Capaoba como do Rio Grande, e entre todos o que mais montava era o *Pau-Sêco*. Celebraram-se aí as pazes e depois foram pregoadas na vila de Pernambuco, as quais quererá Nosso Senhor conservar pera bem temporal dos Portugueses e espiritual dêste gentio».

«Vou acabando esta carta com pedir a V.ª R.ª informe a N. R. P. Geral como são muitos os Potiguares e querem igrejas e receber a fé e que temos necessidade de muita gente, mas o que me parece é que fàcilmente os conservaremos, visitando muitas Aldeias e residindo em algumas partes, como será fazendo uma boa residência na nova cidade, que agora se há-de fundar, obra de meia légua do forte do Rio Grande, e noutras partes onde então parecer. Até aqui é a carta do Padre Francisco Pinto, Superior da missão, ao tempo que se fizeram as pazes».

«Darei fim a esta carta com um testemunho do Capitão-mor de Pernambuco, Manuel Mascarenhas Homem, que fêz a dita conquista, o qual testemunho hei tirado de um instrumento, que achei no Colégio de Pernambuco, de testemunhas juradas aos Santos Evangelhos, que o Padre Pedro de Toledo, Reitor daquele Colégio, fêz tirar juridicamente pera certo negócio que relevava. Diz êste Capitão, em seu testemunho, como os Padres, com zêlo de servir a Deus e a Sua Majestade e bem das almas daquele gentio, caminhando a pé, obra de cincoenta leguas, pelo sertão, entraram em vinte cinco Aldeias do Gentio imigo, de que algum estava ainda tão encarniçado que com muita dificuldade e risco de suas vidas o poderam atrair a nossa amizade, e, em efeito, com prègações dos Padres, ajudados de Nosso Senhor, vieram todos ao que dêles se pretendia, que era aceitarem as pazes e

descerem com sua gente pera onde pudessem tratar da salvação de suas almas, e ajudar aos moradores destas Capitanias. E, em efeito, vieram já duas Aldeias dêles, que foi a maior e mais importante coisa que nunca se fêz em todo o Estado do Brasil, por quão molestado o tinha êste gentio com assaltos e mortes de brancos e Índios amigos, que cada dia faziam em diversos lugares, a que êle, Capitão-mor, muitas vezes acudia com a gente da Capitania de Pernambuco. Aos quais socorros levou por vezes consigo Religiosos da Companhia pera exercitarem seus ministérios, assim com os Portugueses como com o gentio de paz, que levavam, pera os ajudar na guerra. E vindo-se o dito Capitão pera a vila de Pernambuco, pediu aos ditos Padres quisessem ficar, como ficaram, assistindo na fortaleza do Rio Grande, continuando com as pazes começadas. E, depois de persuadido o gentio do Rio Grande aceitasse as pazes, foram ao sertão do Copaoba a fazer o mesmo ofício, em serviço de Nosso Senhor e bem das almas. Até aqui tirei do testemunho e certidão do Capitão-mor Manuel Mascarenhas, com a qual concorda o testemunho do Capitão Alexandre de Moura e de outras pessoas graves, que se acharam ao fazer das pazes » [1].

Os Índios Potiguares, de que fala aqui Pero Rodrigues, neste documento notável, tinham sido o terror dos engenhos e fazen-

1. Carta de Pero Rodrigues, Baía, a 19 de Dezembro de 1599, *Bras. 15*, 475-478. Notemos que o P. Pero Rodrigues não escreveu um capítulo da História do Brasil, com obrigação portanto de falar de tudo e de todos: narra a actividade dos Padres seus subordinados, como lhe competia; mas o que diz completa um capítulo da História do Brasil até agora deficiente. Em vão se buscam referências aos Jesuítas no estudo *A colonização da Capitania do Rio Grande do Norte*, na *Rev. do Inst. Hist. Bras.*, 77, 1.ª, 13. Também nesta página, em nota, se enumeram as diversas hipóteses, algumas bem fantasistas (de Pôrto Seguro, Milliet de Saint-Adolphe, Jaboatão, Aires do Casal, Agostinho de Santa Maria, Fr. Vicente do Salvador, Vicente de Lemos) para explicar o nome de *Natal*, dado à capital do Estado. Nenhum dêstes acertou. Chamou-se Natal, porque foi êsse o tempo em que a armada entrou a barra do Rio Grande do Norte. A-pesar da cidade se começar depois, perpetuou-se, no seu nome, a recordação daquele facto. Luiz Fernandes (*Rev. do Inst. do Rio Grande do N.*, II, 170-171) confunde os Padres Francisco de Lemos e Diogo Nunes. Êste último não foi na primeira expedição de Manuel Mascarenhas. Cf. Loreto Couto, *Desagravos do Brasil*, nos *Annaes*, XXIV, 26; Pôrto Seguro, *HG*, II, 53; Barão de Studart, *Documentos*, II, 154; Guerreiro, *Relação Anual*, I, 376, 383.

das de Pernambuco. Em 1576, mataram 17 homens brancos e destruíram uma fazenda perto de Itamaracá[1]. Ajudados pelos Franceses, continuaram as suas terríveis depredações, sempre que podiam. Depois destas pazes, prestaram ajuda aos Portugueses. E logo em 1603, com a intervenção do P. Diogo Nunes, desceram 800 frecheiros para socorrer a Baía contra os Aimorés. Todavia, quando chegaram, já estava assente a paz. Os Potiguares tinham descido com a promessa de voltarem a suas terras, quando quisessem. Vendo que lhes faltavam à palavra, puseram-se em som de guerra. Aquietou-os a intervenção dos Padres[2].

Entre os chefes Potiguares, que fizeram as pazes com Francisco Pinto, estava um, chamado Sorobébé. Parece que não merecia demasiada confiança aos Portugueses, e, depois da redução dos mocambos dos negros, mostrou-se turbulento e arrogante. Remeteram-no para Lisboa. Em 19 de Maio de 1610, ocupou-se dêle o Conselho de Estado. Sorobébé tomou no baptismo o nome de D. Diogo de Menezes. Foi mandado para Évora com a mulher e filhos. Todos se fizeram cristãos. Deu-se-lhe a tença (sem êle a pedir) de 400 réis por dia. Vinha nu à moda da sua terra. Aquela Consulta aconselha a El-Rei que o mande vestir, porque há informação «que falam Franceses já com êle». Sorobébé faleceu em Évora[3].

Outros serviços prestaram depois os Potiguares, dentre os quais se portou, como herói, o índio Camarão. Entretanto, feitas aquelas pazes, logo surgiu a ideia de se estabelecer ali residência formada. A Paraíba pertencia à órbita de Pernambuco. Nessa época, andava o Colégio empenhado na construção do seu edifício e da igreja. Com despesas tão avultadas, mal poderia ocorrer à sustentação da nova casa. O P. Pero de Toledo, Reitor, era de opinião que ela se não abrisse, a não ser que El-Rei a sus-

1. *Fund. de Pernambuco*, 76 (53).

2. Guerreiro, *Relação Anual*, I, 377-378; Carta de Luiz Figueira, *Bras.* 8, 40v-41; Rodolfo Garcia, *Glossário* (Paris 1922) 60. Os Portugueses, para os ocupar, levaram-nos a combater os negros fugidos e alçados dos mocambos. Uma certidão da Câmara de Olinda fala em mais de 1.300 frecheiros. Cf. Pôrto Seguro, *HG*, II, 70.

3. Arq. Hist. Col., maço Ia dos Requerimentos, cf. *Inventário dos Documentos do Fundo Geral da B.N.L.*, I (Lisboa 1931) 30. Sôbre a região habitada pelos Potiguares ou Potigoares e as referências dos antigos cronistas, cf. Métraux, *La Civilisation Matérielle*, 13.

tentasse [1]. Mas o P. Francisco Pinto, atendendo à afluência de gente, às esperanças de conversão, desejava que se fundasse residência, quási colégio, para dez, nada menos, sendo quatro línguas. Teriam que vir da Europa, porque no Brasil não havia gente bastante para tamanha emprêsa [2].

Com tais esperanças começaram a ir Padres em missões periódicas ao Rio Grande. E iam pensando na casa futura, adquirindo as terras indispensáveis para quando se abrisse [3]. Estabeleceram-se efectivamente, mais tarde, várias missões no Rio Grande do Norte. Os motivos, que invocaram os Jesuítas, para urgir a fundação, eram sobretudo dois, um dos quais tem hoje aplicação flagrante com o desenvolvimento crescente da aviação marítima; o outro é estritamente catequético. Devia-se fundar casa na Capitania do Rio Grande do Norte, diziam êles, «assim por ser *chave do Brasil e a mais perto de Portugal, como pelo muito gentio que ali se pode ajuntar*» [4].

---

1. Carta de Toledo, 16 de Set. de 1599, *Bras. 8*, 8.

2. *Bras. 3 (1)*, 177-179v.

3. Aquelas terras, segundo documentos publicados pelo Barão de Studart, foram as seguintes:

I — Terras entre a Ribeira «Arapapuú» e o ribeiro que chamam «Itaorasutuba». «Poderá ser légua e meia de comprido e uma de largo». «Consta da informação que os ditos Padres tiveram já aí gado vacum e ora teem roçarias de mantimentos, nem servem pera mais, salvo um pedaço de vargem alagada em que não se pode dar cana». — Doação feita pelo Capitão-mor João Rodrigues Colaço, em 6 de Julho de 1600. Confirmada por Jerónimo de Albuquerque Maranhão, em 8 de Agôsto de 1603; o mesmo concede, em 1607, uma ampliação dêstes terrenos para o lado da lagoa do Rio «Potãobu». — (*Autos de Repartição das Terras do Rio Grande*, publicados pelo Barão de Studart em *Documentos*, II, pp. 119, 128, 138).

II — «Uns chãos, no sítio desta cidade, onde teem uma casinha de taipa e telha». Dados, em 14 de Agôsto de 1600, por João Rodrigues Colaço e confirmados, em 8 de Agôsto de 1603, por Jerónimo de Albuquerque (Id., *ib.*, 119, 120, 128).

III — «Terras do Rio Jaguaribe, defronte da cidade e monte de Ubuturapaum, ao todo umas quatorze léguas». «Muitas destas datas dos Padres é terra inútil e de nenhum proveito e muita serve para pastos e mantimentos e varge de *seara*, que cai dentro, desaguando-a, dará mui formosos canaviais; dentro da dita data ha um rio de água doce, muito formoso, que alaga a dita varge e será mui factível o desalagá-lo à varge e aproveitar-se; tem outro-sim a dita varge lenhas e madeiras ordinárias; não se há feito na terra bemfeitorias algumas, mais que dois currais de vacas, e algumas éguas e quatro escravos da Guiné». Dada por Jerónimo de Albuquerque, em 7 de Janeiro de 1607 (id., *ib.*, 137-138).

4. *Algumas aduertencias para a Prouincia do Brasil.* Roma, Vitt.º Em., *Gesui-*

*

Na história da conquista territorial da grande nação brasileira para a civilização cristã, pela Companhia de Jesus, chegamos ao limiar do século XVII. Façamos uma pausa. A 14 de Novembro de 1599, escrevia o Provincial Pero Rodrigues, que o campo era vasto, de Pernambuco para cima, até ao famoso Rio do Maranhão. E anunciava que na Missão do Rio Grande andavam dois Padres, e que a sua vontade seria enviar outros muitos e não só para ali, mas para mais longe, até 200 léguas [1].

¿ Pressentiria êle o Ceará, o Piauí, S. Luiz, Pará, o Amazonas, e as missões gloriosas que lá iriam fundar sucessivamente os Jesuítas do Brasil? . . .



tici 1255, 15. Cf. *Relação das Cousas do Rio Grande, do sitio e disposição da terra*, em *Bras. 15*, 439, 440. Escrito anónimo. Pelas palavras castelhanas que encerra, *ingenio, rocerias, gracia*, parece obra ou cópia de algum Padre espanhol. Vem-nos à lembrança o nome do P. Gaspar de Samperes, como provável Autor. Vd. *Apêndice I*.

1. *Bras. 15*, 471.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Scriptores Provinciae Brasiliensis

1. — P. Emmanuel Nobrega, Lusitanus, obiit 18 octobris 1570. De rebus Brasiliae, de Indigenarum moribus, et de fructuosa in iis colendis nostrorum opera plures scripsit epistolas, quae Italice redditae typis Romanis evulgatae sunt.

2. — V. Pater Josephus Anchieta, Hispanus Canariensis, obiit 9 Junii 1597. Edidit gramaticam linguae Brasilicae: post eius obitum vulgatae sunt sequentia opera: 1.º Vita B. V. M. versu Elegiaco. 2.º Piae Laudes in honorem eius Immaculatae Conceptionis versu saphico. 3.º Variae epistolae Latine et Lusitane scriptae. Supersunt inedita nonnulla sacra drammata, Poema Epicum De rebus gestis Mendi Sa, Supremi Brasiliae Prefecti, et annales Provinciae Brasiliae.

3. — P. Antonius Araujo, Lusitanus, obiit anno 1632. edidit Cathechismum Brasilicum.

4. — P. Ludovicus Figueira, Lusitanus, obiit 3 Iulii 1643. Grammaticam Linguae Brasilicae a V. Anchieta primo digestam auxit, novisque praeceptorum accessionibus illustratam edidit.

5. — P. Simon Vasconcellos, Portuensis, obiit 29 Septembris 1671. Edidit 1.º Vitam V. P. Ioanis Almeida. 2.º Vitam V. Anchietae. 3.º Chronicon Provinciae Brasiliensis. 4.º Orationem Panegyricam in laudem praedicti V. Almeidae: omnia haec Lusitano sermone scripta sunt.

6. — P. Antonius Sa, Fluminensis, obiit 1ª Ianuarii 1678. Edidit Latine orationem Panegyricam in laudem memorati V. Almeidae. Post eius obitum typis vulgatum est Lusitano sermone iustum volumen contionum.

7. — Dominicus Barbosa, Bahiensis, obiit 22 Novembris 1685. Reliquit ineditum iuxtum volumen Elegiarum de Passionis Domini Mysteriis.

8. — P. Eusebius Mattos, Bahiensis, 1º Soc. IESU, postea Carmelitani Ordinis Religiosus. Obiit die et anno incerto. Edidit in Societate Poemma Epicum Latinum in Laudem V. Almeidae: post eius obitum vulgatum est iuxtum volumen Concionum, quarum plurimae in Soc. habitae sunt.

9. — P. Antonius Vieira, Ulyssiponensis, obiit 18 Iulii 1697. Edidit Lusitane conciones varii argumenti 13 tomis comprehensas. Post eius obitum vulgata sunt, sequentia opera: 1.º tom. 14 Concionum. 2.º Opusculum inscriptum *Quinque Davidis Lapides*. 3.º Problema de Lacrimis Heracliti. 4.º Dissertationem de cometa Bahiae viso die 27 Octobris 1695. 5.º Epistolam ad Regem Alfonsum 6.um super missionibus Maragnoniis. 6.º Censuram ad librum cui titulus *Harmonia Scripturae Divinae*, Latine conscriptam. 7.º Censuram alteram ad tertiam partem Historiae

Dominicanae in Provincia Lusitana sermone itidem Lusitano. 8.º Opus iuxtae magnitudinis Lusitane Scriptum, cui titulus *Historia futuri*. Ineditum reliquit, necdum lucem publicam vidit, celeberrimum illud opus inscriptum *Clavis Prophetarum*.

10. — P. Petrus Dias, Lusitanus, obiit Bahiae in Brasilia 25 Ianuarii 1700. Edidit Grammaticam Linguae Angolanae ad usum nostrorum, qui in Brasilia conversioni Aethiopum ex Angola illuc asportatorum operam suam navarent.

11. — P. Bartholomeus Leo, Fluminensis in Brasilia, obiit in Collegio Fluminensi 8 Martii 1715. Cathechismum Brasilicum iam antea editum correxit et auxit et recudi curavit.

12. — P. Prudentius Amaral, Fluminensis in Brasilia, obiit in Collegio Fluminensi 27 Martii 1715. Edidit Summam actorum Praesulum Ecclesiae Bahiensis, Lusitane scriptam. Ineditum reliquit carmen epicum de Sacari opificio, et Elegiarum Librum, non dum tamen absolutum, *de arte amandi Mariam*.

13. — P. Franciscus Mattos, Ulyssiponensis, obiit Bahiae in Brasilia 19 Januarii 1720. Edidit Lusitane. 1.º Viam Peccatorum ad Salutem. 2.º Acta Comitis, et Electoris Palatini Philippi Wiglielmi. 3.º Contiones variae iuxto volumine. 4.º Discursus contionatorios sex in funeribus Mariae Sophiae Lusitaniae Reginae. 5.º Verbum Dei non alligatum, duobus tomis. 6.º Studia Iobi. 7.º Meditationes digestas per annum. 8.º Vitam S. Patris N. Ignatii. 9.º Chorum Mysticum ad cantica Scripturae. Opus post eius obitum in lucem editum.

14. — P. Alexander Gusman, Ulissiponensis, Conditor Seminarii Bethlemici in Brasilia. Obiit in eodem seminario die 15 Martii 1724. Edidit Lusitane. 1.º Scholam Bethlemicam. 2.º Praedestinatum et Praecitum. 3.º Artem bene educandi filios. 4.º Meditationes digestas per annum. 5.º Puerum Christianum. 6.º Rosam Nasarethnam in montibus Hebron. 7.º Electionem inter bonum et malum Aeternum. 8.º Preces recitandas statis temporibus ab Alumnis Seminarii Bethlemici. 9.º Corvum et Columbam emissos ex Arca Noae, opus posthumum. 10.º Lignum vitae id est IESUM crucifixum, opus etiam posthumum. Supersunt edenda tria alia opuscula eiusdem auctoris. 1.º Compendium perfectionis Religiosae Latine scriptum. 2.º Instructio Novitii Soc. IESU, Lingua lusitana. 3.º Vita Fratris Gasparis Almeida Soc. I. eiusdem Provinciae Brasiliensis, Lingua itidem Lusitana.

15. — P. Antonius Lima, Bahiensis, in Brasilia, obiit in Collegio Bahiensi die 20 Maii 1724. Latine scripsit orationes varias carminaque diversi metri complurima. Ex his unum in laudem Francisci a S. Hyeronimo Fluminensis Episcopi scriptum typis mandavit: caetera, quae iuxtum volumen efficerent, lucem expectabant.

16. — P. Dominicus Ramos, Bahiensis in Brasilia, obiit in Collegio Bahiensi 11 Iulii 1728. Plura scripsit, quae praelo parabat nempe cursum Philosophicum et Questiones Selectas Theologicas et de Opinione probabili iuxtum volumen. Haec tamen lucem adhuc expectant. Edidit contiones duas, alteram in funeribus Mariae Sophiae Lusitaniae Reginae, et alteram in funeribus Petri 2.i eiusdem Lusitaniae Regis.

17. — P. Matheus Moura, Ulissiponensis, obiit Bahiae in Brasilia, 29 Augusti 1728. Edidit Lusitane Exhortationes domesticas iuxto volumine.

18. — P. Antonius Viegas, Bahiensis in Brasilia, obiit in Pago Reretiba in Brasilia 5 Aprilis 1729: edendum reliquit iuxtum volumen carminum metro lyrico.

19. — P. Ludovicus Carvalho, Portuensis in Lusitania, obiit Bahiae in Brasilia 24 Iunii 1732. Edidit contionem unam nescio quo argumento. Reliquit vero praelo paratum Epigrammaton librum in laudem B.mae Virginis; item Quaestiones selectiores de Philosophia problemathice expositae.

20. — P. Antonius de Andrade, Fluminensis in Brasilia, obiit in pago Natuba Diecesis Bahiensis 24 Iunii 1732. Reliquit edendum cursum philosophicum.

21. — P. Josephus Bernardinus, Ulyssiponensis, obiit Bahiae in Brasilia, 2 Iulii 1738. Edidit duo opuscula valde accomodata instituendis in pietate alumnis Seminarii Bethlemici.

22. — P. Gaspar Faria, Bahiensis in Brasilia, obiit in Collegio Bahiensi 26 Maii 1739. Edidit latinam Panegerim in laudem Archiepiscopi Bahiensis Sebastiani Monteiro da Vide.

23. — P. Josephus Alvares, Lusitanus, obiit in Collegio Sp. S.cti in Brasilia 2 Februarii 1743. Edidit orationem panegyricam lingua lusitana in honorem S. Francisci Assisinatis.

24. — P. Antonius Ribeiro, Bayensis in Brasilia, obiit in collegio Bahiensi in Brasilia 24 Iulii 1744. Edidit orationem panegyricam lingua lusitana in laudem Sebastiani Monteiro da Vide Archiepiscopi Bahiensis.

25. — Laurentius Araujo, Bahiensis in Brasilia, obiit in Collegio Bahiensi die 8 Aprilis 1745. Edidit carmen epycum in honorem S. Ignatii Parentis N. item aliud in laudem memorati supra Sebastiani Monteiro da Vide.

26. — P. Emmanuel Ribeiro, Conimbricensis obiit Bahiae in Brasilia 17 Decembris 1745. Edidit 1.o. Contionem Panegyricam in honorem SS. Ursulae et Soc. eius. 2.o. In earumdem SS. Virg. honorem novendiales preces a se concinatas. Praelo parabat opus morale de servitute, quod morte abreptus non absolvit, non parvo Parochorum et Confessariorum Brasiliensium damno.

27. — P. Placidus Nunes, Ulysiponensis, obiit Bahiae in Brasilia 2 Martii 1755. Edidit contionem unam in funeribus Ioannis V Regis Fedelissimi multoque plures in lucem prodiissent, nisi Auctoris humilitas obstaret.

28. — P. Antonius Costa, natus in Civitate dicta Cabofrio in Brasilia, obiit in Collegio Bahiensi 25 Aprilis 1755. Edidit contionem unam in funeribus Ioannis V Regis Fidelissimi.

29. — P. Valentinus Mendes, Diecesis Bahiensis in Brasilia, obiit Bahiae 16 Septembris 1759. Edidit contiones aliquas in honorem S. Patris N. Ignatii, et SS. Ursulae et Sociarum. Cronicon Brasiliae diu intermissum diligenter prosequebatur, non tamen absolvit morte improvisa correptus.

30. — P. Ignatius Rodrigues, natus in Opido Sanctorum in Brasilia, in difficilimis hisce Soc. temporibus ob senium et valde molestam aegritudinem, quam patiebatur, incauto consilio Societatis habitum dimisit et ad clerum secularem transitu facto, ex dispensatione Cardinalis Saldanha non multo post obiit in Brasilia die et anno incerto. Edidit in Societate Contiones tres, nempe, binas de Passione Domini; tertiam de Sp. S.to sub alieno nomine tipis mandatam. Edendas parabat ex Superiorum praescripto plures alias contiones, et expositiones Sacrae Scripturae in Collegio Bahiensi per quadrienium habitas, quae tamen in lucem non prodiere ob notas Societatis calamitates.

31. — P. Ignatius Pestana, Bahiensis, obiit Romae 19 Februarii 1765. Lusitana lingua Sumaque diligentia et concinnitate scripsit, non tamen edidit vitam

seu elogium historicum V. Martyris P. Ignatii Azevedo eiusque Sociorum. Item vitam P. Alexandri Gusmani: quod opus non absolvit.

32. — P. Franciscus Almeida, natus in opido Belem Diecesis Bahiensis, obiit Romae 13 Novembris 1761. Edidit contiones duas, alteram in laudem S. Francisci Xaverii, alteram in aniversaria defunctorum commemoratione. Item opusculum latinum orationibus variis tum solutis, tum ligatis conflatum, cui titulus *Orphaeus Brasilicus* in honorem V. P. Iosephi Anchieta.

33. — P. Simon Marques, Conimbricensis, obiit Romae 5 Ianuarii 1767. Edidit contiones nonnullas varii argumenti et praeclarum volumen cui titulus — Brasilia Pontificia, sive speciales facultates Pontificis, quae Brasiliae Episcopis conceduntur et singulis decenis renovantur, cum notationibus evulgatae, etc.

34. — P. Ioannes Honoratus, Bahiensis, obiit Romae 8 Ianuarii 1768. Edidit contiones duas varii argumenti. Item dissertationem quandam theologicam pro valida et licita abdicatione bonorum operum in subsidium animarum in purgatorio degentium.

35. — P. Franciscus Faria, natus in opido Guayana Dioecesis Olindensis, in Brasilia, Societate Romae relicta ad Ordinem S. Ioanis a Deo transiit, et in Velitrensi eiusdem ordinis Coenobio e vivis excessit 3 Martii 1769. Edidit in Societate lingua lusitana Orationem Academicam in laudem Gomesii Freire de Andrade, Supremi Fluminensis Provinciae Praefecti, coram ipso Praefecto.

36. — P. Ioachinus Ribeiro, natus in opido Fafe Dioecesis Braccharensis obiit in castro Gandulphi 10 Aprili 1771. Edidit contiones duas de Expectatione Partus B.mae Virg.

37. — P. Emmanuel Fonseca, Dioecesis Braccharensis, obiit Pisauri 20 Iunii 1772. Edidit 1.º Lingua lusitana Vitam P. Melchioris de Ponte Soc. IESU Provinciae Brasiliensis; 2.º Expositionem Bullae Benedicti XIV Sacramentum Poenitentiae et alterius eiusdem Pontificis Apostolici muneris in iis quae spectant ad absolutionem complicis in peccato turpi, cum nonnullis quaestionibus miscellaneis. Inedita reliquit opera, quae sequuntur: 1.º Opus morale latine scriptum cui titulus — Parochus servorum. 2.º Collectionem virorum sanctitate illustrium Provinciae Brasiliensis tribus voluminibus comprehensam et lusitane scriptam cui titulus *Brasilia Illustrata*. 3.º Compendium vitae B. Benedicti Aethiopis ex Italico sermone in lusitanum translatum.

38. — P. Ioannes Azevedo, Portuensis, obiit Pisauri 13 Iulii 1772. Reliquit inedita sequentia opera latine scripta: 1.º Vitam servi Dei P. Pauli Teixeira Soc. IESU Provinciae Brasiliensis; 2.º Tractatum in Rubricas Missae, et Officii Divini; 3.º Instructionem Operarii Soc. IESU pro suis numeribus rite obeundis.

39. — P. Franciscus Lima, Bahiensis, obiit in Castro Gandulphi 13 Augusti 1772. Ineditum reliquit voluminosum opus, cui titulus = Dioscorides Brasilicus, seu de Medecinalibus Brasiliae plantis. Item Descriptionem Historicam et Geographicam Brasiliae.

40. — P. Ignatius Leo, Fluminensis, vivit in convitu Pisaurensi. Edidit sub alieno nomine Opusculum grammaticale de figuris et quantitate silabarum. Inedita servat Elegiarum librum de Rosario B. M. V.; Dictionarium Lusitano-Brasilicum; et Catechismum Brasilicum in latinum idioma conversum.

41. — P. Emmanuel Xaverius Ribeiro, Pernambucensis, vivit in convitu Pisaurensi; servat nondum editas Vitam et Martirium V. P. Petri Dias, et Soc.

eius, vitam P. Antonii Paes, lusitana lingua a se scriptas; item Centuriam casuum conscientiae a se resolutorum, nondum tamen absolutam, lingua latina.

42. — P. Hieronimus Monis, Diecesis Bahiensis, vivit in convitu Pisaurensi; edidit Romae suppresso nomine anno 1778 Epithalamium in nuptiis Ioannis Ricci et Faustinae Parraciani Nobilium Romanorum. Scripsit latine: nondum tamen edidit, Vitam P. Stanislai de Campos, S. I., Compendium vitae P. Alexandri Gusmani, S. I., et *Neo Confessarium*, Opus Morale pro novi Confessarii examine. Insuper expolivit, auxit et notis illustravit Carmen Epicum de Saccari Opifficio a P. Prudentio Amaral olim compositum.

43. — P. Ignatius Dias, Diecesis Marianae in Brasilia, vivit in convitu Pisaurensi. Scripsit nondum tamen edidit Vitam Patris Emmanuelis Olyveira, Vitam P. Gasparis Faria et Vitam Emmanuelis Vieira scolastici qui omnes professi sunt Institutum Soc. IESU in Brasilia. Item Vitam Francisci Peregrini tertii Ordinis Carmelitarum. Ex italico in lusitanum sermonem vertit tria illa aurea opuscula P. Pauli Segneri, nempe — Il Confessore, il penitente, e il Paroco instruiti — Demum correxit opportunisque notis et additionibus illustravit Compendium Theologiae Moralis a P. Iosepho Augustino Soc. IESU compositum.

44. — P. Iosephus Rodrigues, Portuensis, vivit Romae in convitu Lusitanorum. Edidit ibidem anno 1778 Carmen in Nuptiis Ioannis Ricci, et Faustinae Parraciani Nobilium Romanorum. Latine scripsit, nondum tamen edidit, Vitam Patris Emmanuelis Correa Soc. IESU, et Poemata de Cura boum in Brasilia et de Mandiocae Culturae eiusque usu.

45. — P. Fabianus Gonçalves, Dioecesis Bracharensis, vivit in Convitu Pisaurensi. Scripsit Latine metro rithmico Dolores et Gaudia B. M. Virg., quae tamen opera adhuc servat inedita.

46. — P. Emmanuel Bessa, Diecesis Portuensis, vivit in Convitu Ruffinellensi. Descripsit et summa diligentia adornavit Mappam totius Brasiliae, quam adhuc servat ineditam.

[Gesù, *Colleg. 20* (Brasile), f. 9-13].

APÊNDICE B

Padrão de Redizima de todos os dizimos e direitos que pertencerem a El-Rei em todo o Brasil de que Sua Alteza faz esmola pera sempre pera sustentação do Collegio da Baya (1564)

Dom Sebastião, per graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarues daquem e dalem mar em Africa, senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Comercio de Thiopia, Arabia, Persia e da India &. A todos os corregedores, ouuidores, juizes, justiças, officiaes e pessoas de meus reinos a que esta minha carta testemunhauel for mostrada e o conhecimento della com direito pertencer, saude.

Façouos saber que o Padre Preposito Provincial da Companhia de Jesu das partes do Brazil me enuia dizer por sua petição que eu lhe passara hum padrão escrito em pergaminho, per mim asinado e passado per minha chancelaria, e selado com selo pendente de chumbo, o qual me apresentaua; e que porquanto tinha necessidade de treslado delle em modo que em juizo fizesse fé, me pedia lho mandasse passar. E uisto per mim o dito padrão e como estaua limpo e sem cousa que duvida faça, lhe mandei passar a presente e o treslado do dito padrão *de verbo ad verbum* que he o seguinte:

Dom Sebastião per graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarues daquem e dalem mar em Africa, senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Comercio de Thiopia, Arabia, Persia e da India, &, como gouernador e perpetuo administrador que são da ordem e caualaria do mestrado de Nosso Senhor Jesu Christo, faço saber a quantos esta minha carta de doação virem, que considerando eu a obrigação que a coroa de meus reinos e senhorios tẽ a conuersão da gentilidade das partes do Brazil e instrução e doutrina dos nouamente conuertidos, assi por as ditas partes serẽ da conquista destes reinos e senhorios, como por estarẽ os dizimos e fruitos ecclesiasticos dellas por bullas dos Santos Padres aplicadas a ordem e caualaria do dito mestrado de Nosso Senhor Jesu Christo, de que eu e os reis destes reinos meus subcessores somos gouernadores e perpetuos administradores; e auendo tambem respeito a elrei meu senhor e avoo, que santa gloria aja, vendo quam apropriado o Instituto dos Padres da Companhia de Jesu he pera a conuersão dos infieis e gentios daquellas partes e instrução dos nouamente conuertidos, ter mandado alguns dos ditos Padres as ditas partes do Brasil cõ intenção e determinação de nellas mandar fazer e fundar collegios a custa de sua fazenda, em que se pudessẽ sostentar e manter hum copioso numero de reli-

giosos da dita Companhia, porque quantos elles mais fossẽ e milhor aparelho tiuessẽ pera exercitar seu Instituto tanto mor beneficio poderão receber as gentes das ditas partes, na dita conuersão e doutrina; e enquanto se lhe não faziam e dotavão os ditos collegios mandaua o dito senhor prouer de sua fazenda os ditos Padres nos ditos lugares em que estavã, de mantimentos, vestidos e todo o mais necessario a suas pessoas, igreijas, casas e abitações. E vendo eu o intento e determinação de Elrei meu senhor e avoo neste caso e o muito fruito que Nosso Senhor em a dita e doutrina faz por meio dos Padres da dita Companhia e a esperança que se tẽe de com ajuda de Deus pello tempo em diante ir em maior crecimento, tendo elles nas ditas partes, fundadas casas e collegios pera seu recolhimento conforme a seu Instituto e Religião, mandei tomar ẽformação do modo que se poderia ter pera se milhor poder fazer, auendo respeito ao estado em que minha fazenda ao prezente está. E despois de auida a dita emformação, assentey cõ parecer dos do meu cõselho, de mandar acabar nas ditas partes hũ collegio da dita Companhia na cidade do Saluador da capitania da Baya de todos os Santos, onde já está começado; o qual collegio fosse tal que nelle podessẽ residir e estar até sessenta pesoas da dita Companhia, que parece que por agora deue auer nelle pellos diuersos lugares e muitas partes em que os ditos Padres residẽ e a que do dito collegio são enuiados pera bem da conuersão e outras obras de seruiço de Nosso Senhor, e pera sostentação do díto collegio e religiosos delle ey por bẽ de lhes aplicar e dotar, e de feito por esta minha carta de doação doto e aplico hũa redizima de todos os dizimos e direitos que tenho e me pertencem e ao diante pertencerẽ nas ditas partes do Brasil, assi na capitania da Baya de todos os Santos, como nas outras capitanias e pouoações dellas; pera que o dito Reitor e Padres do dito collegio tenhão e ajão a dita redizima do primeiro dia do mes de janeiro do ano que uẽ de quinhentos sessenta e cinquo em diante pera sempre, assi e da maneira que a mỹ e a coroa destes reinos pertencẽ e milhor se con direito milhor o poderẽ auer; a qual redizima poderão arecadar em cada hũ ano liuremente per sy ou per outrem q̃ pera isso seu poder tiuer, nas proprias cousas em que os ditos dizimos e direitos se arrecadarẽ per meus officiaes, sẽ duvida, embargo contradição alguma que a ello lhe seja posta. Porque por fazer esmola ao dito Reitor e Padres o ey assi por bẽ. E isto por esta minha carta somente sẽ mais outra prouisão minha, nẽ de minha fazenda, a qual será registada no liuro das Alfandegas, efitorias e almoxarifados das cidades lugares e pouoações das ditas partes que necessario for por cada hũ dos escriuães das ditas casas a que pertencer e pello treslado della e conhecimentos do Reitor do dito Colegio ou de quem pera isso sua procuração, commissão ou poder tiver, e assentos dos escriuães dos cargos dos ditos officiaes do que nas ditas redizimas montar lhe será leuado em conta o que deles se receber. Notefico assy ao Capitão da dita Capitania da Baya de todos os Santos e Governador das ditas partes do Brasil, que ora he e ao diante for, e ao prouedor mor de minha fazenda da dita capitania e tizoureiro ou almoxarife dela e aos capitães das outras capitanias das ditas partes: prouedores, contadores, tesoureiros, almoxarifes, recebedores, e officiaes outros, a quem esta minha carta for mostrada e o conhecimento dela pertencer, e mando-lhes que a cumpram e guardẽe façã inteiramente cumprir e guardar como nela he conteudo e declarado porque assy o ey por bẽ e meu seruivo. E por firmeza do que dito he lhe mandei passar por mĩm assinada e selada com meu selo de chumbo pen-

dente. Dada em Lisboa, a sete de nouembro de mil e quinhentos e sessenta e quatro. Eu Bertolameu Frois o fiz escreuer. E os ditos reitor e Padres averão a dita redizima, pela maneira que dito he, enquanto não ualer mais que o que se estimar e arbitrar pera prouimento e mantimento do dito collegio e religiosos delle até o dito numero de sessenta pessoas, porque ualendo mais o que assi mais render, ficará em mão de meus officiaes, como em deposito até o meu Gouernador das ditas partes mo fazer a saber e eu prouer nisso como for meu seruiço. E auendo por bem de mandar fundar nas ditas partes outro collegio ou acrecentar mais numero de religiosos na dita Companhia como são informado que Elrei meu senhor e avoo que santa gloria aja tinha determinação de o fazer, mandarei prouer acerca da mantença delles como ouuer por mais meu seruiço/. — O Cardial Infante. O Barão. Carta de doação per que Vossa Alteza dota e aplica ao Colegio da Companhia de Jesu, que se ha de acabar na cidade do Saluador das partes do Brasil hũa redizima de todos os dizimos e direitos que Vossa Alteza tem e lhe pertencem e adiante pertencerẽ nas ditas partes pella maneira conteuda nesta doação, a qual carta testemunhauel mando que se dee e tenha tanta força, fee e autoridade e vigor tanto quanto com direito lhe deue ser dada, por ser tresladada da propria prouisão que fica em poder do Procurador da dita Companhia bẽ e fielmente. Dada nesta minha cidade de Lisboa, aos vinte e noue dias do mes de nouembro. El-rei o mandou pello doutor Fernão de Magalhãis do seu desembargo e corregedor dos feitos e causas ciueis de sua corte e casa de suplicação. Luiz Uaz Rezende o fez escrever com o riscado esta minha carta de doação, dada ẽ Lxª, a qual, entrelinhada, mandei emmendada passar e a propria leuoa aparte. Pagou nada XX reis. E assinei e dassinar nada. Fernão de Magalhãis/. Cumpra-se Men de Saa/ Cumpra-se Braz Fraguoso/ Consertado per mim Luiz Uaz de Rezende/ Simão de Matos/ Simão Gonçalves/ Pagou XXX reis Luiz Carualho.

— E o qual trellado de doação eu Marcall Vaz taballião do pubriquo e do judiciall por Ellrei noso senhor nesta cidade do Salluador he seus termos consertei com o proprio que fiqua em poder dos Reuerendos Padres da Companhia desta cidade e vai na verdade sem cousa que duvida faça, o quall consertei com o Reuerendo Padre Gregorio Serrão nesta cidade do Salluador, oje vinte e tres dias do mes de março de mil e quinhentos e setenta e cinquo anos e aqui assinei do meu proprio sinall que tal he [*segue-se o sinal*]. Pagou nada. Consertado per mim tabalião Marcal Uaz/ E comigo o Padre Gregorio Sarrão.

[*Bras. 11*, 70-71v].

APÊNDICE C

Confirmação das terras que Pero Correia deu à Casa da Companhia da Ilha de S. Vicente (1542-1553)

António de Oliveira capitão e ouvidor com alçada por o Senhor Martim Afonso de Sousa, governador desta Capitania de S. Vicente em a costa do Brasil, etc., faço saber aos que esta minha carta de confirmação e de dada virem como por Pero Correia, morador em esta vila de S. Vicente, me foi feita uma petição em que diz que por Gonçalo Monteiro, que aqui foi Capitão, lhe foram dadas duas terras, convém a saber: uma aqui da outra banda desta ilha, que chamam Pôrto das Naus, terra que era dada a um Mestre Cosme, bacharel; e outra donde chamam Peroíbe, que é dez ou doze léguas desta vila, das quais terras êle Pero Correia tinha cartas e lhe caíram no mar, as quais estavam registadas em o livro do tombo, que o escrivão das dadas tem em seu poder, que me pedia que pelas ditas confrontações, que no dito livro do tombo estavam, lhe mandasse passar ora carta novamente das ditas terras; que me pedia mais uma ilha de três que estão defronte da dita terra de Peroíbe pera seu aposentamento de carga e descarga das naus, convém a saber das ditas três ilhas a maior delas. E visto seu pedir, digo que eu lhe dou a dita ilha, que me assim pede, entendendo a data delas de hoje por diante. E isto será pelas confrontações conteúdas no livro do tombo, as quais o escrivão as declara na carta assim e da maneira que no dito livro e registo é conteúdo, convém a saber: as demarcações delas ao qual eu escrivão dou fé e digo ser verdade que no dito livro do tombo são duas cartas registadas das terras que Gonçalo Monteiro sendo Capitão deu ao dito Pero Correia. E partem em esta maneira. A primeira que lhe foi dada que é defronte desta ilha e vila de S. Vicente, que era antes dada pelo Governador a um Mestre Cosmo Bacharel, que o dito Gonçalo Monteiro houve por devoluta, começa a partir do Pôrto das Naus partindo com terras de Antonio Roiz, até ir partir com terras de Fernão de Morais, defunto, ou com cujas forem daqui por diante. E pera melhor declaração assim como se achar que o dito bacharel Mestre Cosmo partia, porque pelas própias demarcações que lhe era dada a deu ora ao dito Pero Correia *por* [palavra ilegível que intrepretamos *por*] onde ficarão. Começou a partir que é no dito pôrto das naus, ficara um recio de um tiro de arco, assim como foi mandado e ordenado pelo senhor Governador que fica e livre e desembargado pera quando as naus ali ancorassem.

A segunda terra que dizem Peroíbe foi dada ao dito Pero Correia pera êle Pero Correia e pera um seu irmão que esperava vir a esta terra e que não vindo ficasse tôda a êle dito Pero Correia e parte em esta maneira, tresladado letra por

letra do dito registo as terras seguintes em Peroíbe, convém a saber, donde foi a Aldeia dos Índios desta vila de S. Vicente pera a dita Aldeia dos Índios Peroíbe, começará a partir de um regato que está aquém da dita Aldeia, que chamam em línguas dos Índios *Tapiiranema*, que é desta banda do levante. E da outra banda do poente, passando o rio grande que se chama Guaraípe e em nosso nome lhe puseram de Santa Caterina, partindo pelo mar assim como vai ,a costa; e pela banda da terra entrará tanto a dentro tanto quanto tem de costa, de maneira que tanto haja na bôca pelo mar e tanto haverá na entrada pela dita terra em quadra tanto em uma como em outra; assim que tanto terá de largo como de comprido.

As quais terras por me o escrivão dizer que no livro do tombo estão declaradas assim dou ao dito Pero Correia ora novamente e mais lhe dou a dita ilha que já atrás digo; o que tudo será pera êle e pera todos seus herdeiros e descendentes desde hoje pera todo sempre, com tôdas suas entradas e saídas, fôrras de todo tributo sòmente dízimo a Deus. E isto segundo as condições das sesmarias segundo em o livro das Ordenações é declarado em tal caso feitas. O que tudo dou e faço segundo por meus poderes que do senhor Governador tenho me é dado. Do que o escrivão aqui dará sua fé. Ao qual eu escrivão dou fé, o dito António de Oliveira, capitão, apresentar à Câmara e povo desta vila um estrumento público, de poder e procuração, que parece ser feito em Lisboa em os desasseis dias do mês de outubro de mil e quinhentos e trinta e oito anos, por um tabelião por nome António do Amaral, e no qual diz que dá fé em como a senhora dona Ana Pimentel, mulher do dito senhor Governador sua procuração abastante pera por êle senhor ela senhora fazer o que lhe bem parecer em administração de suas terras e fazenda com poder de substabelecer a quem ela senhora quiser, por virtude do qual substabelece ao dito António de Oliveira por procurador em nome de ambos o faz seu capitão e ouvidor com alçada em tôda a dita Capitania, com poder de dar em ela terras a quem êle quiser e lhe bem parecer e as tirar a quem as mal trouxer arrenunciando, porque é dito poder quaisquer outros que até então fôssem feitos, os quais poderes havidos por bons em a dita Câmara lhe foi dado juramento pera os servir; o que tudo em o livro dela com o treslado dêles, que eu tresladei, mais compridamente se contém. Por virtude do qual dou as ditas terras e confirmo como dito é ao dito Pero Correia, e lhe mando ser feita a dita carta, que será registada em o livro do tombo, e por ela será metido de posse em ela conteúdo. Dada em esta vila de S. Vicente em cinco dias do mês de maio, António do Vale, escrivão das dadas a fêz, de mil e quinhentos e quarenta e dois anos, António de Oliveira. Porquanto estas terras que tinha dadas a Pero Correia, que é metido na Ordem de Jesus êle as tem dadas à Confraria que ora ordena no Colégio da Vila de S. Vicente, segundo me consta por um instrumento de doação, que o dito Pero Correia fêz à dita Confraria e os mordomos da dita Confraria me pedem que lhe confirme a dita dada e os mande meter de posse: mando a qualquer escrivão que por sua parte fôr requerido que os metam de posse da dita terra assim como se nesta carta contém, que é as terras de Peroíbe, que me ora pedem e da posse que lhe assim fôr dada lhe passarão seus instrumentos, os quais com esta carta e com o estrumento da dita doação, que lhe foi feita, será tudo registado no livro do Tombo. Feito hoje a *vinte e dois de março de mil e quinhentos e cincoenta e três anos.*

[*Bras. 11*, 477-777v].

APÊNDICE D

Sesmaria de Geraibatiba (1560)

Francisco de Morais, capitão e ouvidor com alçada em esta capitania de São Vicente, pelo senhor Martim Afonso de Sousa, capitão e governador dela por El-rei nosso senhor, faço saber a quantos esta minha dada de terras de sesmaria virem, como a mim me enviaram dizer por sua petição o padre Luiz da Grã, provincial da Companhia de Jesus destas partes do Brasil faz a saber a Vossa Mercê como o senhor Martim Afonso de Sousa fêz esmola à Companhia nesta sua capitania de S. Vicente de duas léguas de terra ao longo do Rio de Piratininga, como mais largamente se contém na provisão, que é a presente; e porque tomando-se ao longo do dito rio, faz muito perjuízo à nova vila que agora ali se faz em Piratininga, pera donde se muda a vila de Santo André da Borda do Campo, pede a Vossa Mercê que havendo respeito ao bem comum dos moradores e a dizer na provisão que as ditas duas léguas sejam em parte que não façam perjuízo aos moradores do Campo e ao suplicante desistir das ditas duas léguas ali ao longo do Rio, contanto que lhas deem em outra parte, haja por bem de lhe dar e mandar demarcar as ditas duas léguas, indo pera Piratininga pera o mar pelo caminho novo que ora se abriu, passando o Campo por donde usa a ir o caminho da Borda do Campo pera Geraibatiba, as quais duas léguas começarão logo passado o Campo, entrando o mato, caminho do Rio que se chama Geraibatiba-assi, e porque há-de ser tão largo como comprido, o comprimento será polo caminho duas léguas e de largo terá uma légua pera uma parte e a outra pera a outra parte a qual terra estará de Piratininga perto de duas léguas pouco mais ou menos. E se alguma terra da que fôr já dada que ao presente o suplicante não sabe, possam tomar e demarcar outra tanta adiante até comprimento das ditas duas léguas tão largas como compridas e mande ao juiz e oficiais da vila do Campo que as demarquem e delas deem posse à Companhia conforme ao alvará do senhor Martim Afonso no que receberá muita caridade; o que visto por mim a petição do provincial da ordem de Jesu e o que nela pede ser justo hei por bem e serviço de Deus e de El-rei nosso senhor de lhe dar as ditas duas léguas de terra que pedem, como em sua petição faz menção, e com as confrontações nela declaradas e mando a qualquer juiz desta dita Capitania que com um escrivão e duas pessoas ajuramentadas vão medir e demarcar a dita terra e os metam logo de posse da dita terra; como em sua petição pedem e conforme a seus alvarás e provisões que me teem apresentadas e a demarcação das terras que ora pedem; e serão sem condição de sesmaria por o haver assim por serviço do

Senhor Deus o senhor Martim Afonso de Sousa por outra provisão que já vi. As quais terras de duas léguas lhe dou ao dito Luiz da Grã, provincial da Companhia do Colégio de Jesus pera êles e pera seus descendentes e pera quem êles quiserem como coisa sua; e lhas dou com seus logradoiros fora de todo tributo sòmente dízimo a Deus e lhas deixem lograr e aproveitar e roçar e prantar como coisa sua, que pola sobredita maneira sem lhe ser posta dúvida nem embargos alguns e por virtude desta minha carta o hei por bem passado e dado da maneira que dito é. E esta será registada em o livro do tombo que ora o dito senhor governador manda que haja, que está em poder do seu chançarel. Dada sob meu sinal e selada do sêlo das armas do dito senhor governador que em esta capitania mandei servir. Feita nesta vila do pôrto de Santos; aos vinte e seis do mês de maio. A qual carta de sesmaria digo de dada eu Antonio Roiz de Almeida, escrivão delas as escrevi por poder que pera isso tenho do senhor governador geral Mem de Sá em nome de El-rei. E eu sobredito por Martim Afonso de Sousa, capitão e governador desta capitania, por o dito senhor chançarel que o escrevi, ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e quinhentos e sessenta anos. — Francisco de Morais. — Lançada por mim em o livro do tombo desta capitania às fôlhas 12, hoje vinte e dois dias do mês de janeiro da era de mil e quinhentos e sessenta e um anos. — Antonio Roiz de Almeida.

[Fora]:
Duas leguas de terra na capitanja de S. V.te, no cãpo, jũto de Piratinĩga — 1560.

[*Bras. 11*, 481-482v].

APÊNDICE E

Da fundação do Collegio do Rio de Janeiro (1568)

Dom Sebastião per graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarues daquem e dalem mar em Africa Senhor de Guine e da conquista nauegação comercio de Tiopia Arabia Percia e da India. &c. A todos os Corregedores, Ouuidores, Juizes, Justiças, officiais, e pessoas de meus Reinos e senhorios a que esta minha carta testemunhavel cõ ho treslado de hũa minha prouisão for mostrada e o conhecim.to della cõ dr.o pertencer saude. façovos saber, q̃ por parte do Rector e padres do Collegio de Jesu me foi apresentada hũa minha prouisão, da qual o trelado della de uerbo ad uerbũ he o seguinte.

Eu El Rei como Gouernador e perpetuo administrador q̃ sam da ordem e cauallaria do mestrado de nosso Sñor Jesu Xo. faço saber a uos Men de Saa do meu conselho e capitão da capitania da Baya de todos os Santos e Gouernador da dita capitania e das outras capitanias das partes do Brasil e a qualquer outro que ao diante for que cõsiderando eu a obrigação que tenho a conuersão da gentilidade das partes do Brasil e instrução e doctrina dos nouam.te conuertidos. assi por as ditas partes serẽ de minha conquista como por os dizimos e fruitos ecclesiasticos della serẽ aplicados por bula do Santo p.e a dita ordem e cauallaria de que eu e os Reis destes Reinos somos gouernadores e perpetuos administradores. Mandei q̃ na cidade do Saluador da Capitania da Baya de todos os Santos se fundase e fizese hũ collegio dos padres da companhia de Jesu, que ja esta principiado em que ouuesse numero de setenta religiosos p.a do dito Collegio poderẽ entender na conuersão dos gentios. e irẽ ẽsinar a doctrina Xrãa. nas aldeias e pouoações da dita capitania e das outras a ellas mais propinquas, como tenho sabido q̃ se faz. E por tambẽ ter sabido o muito fruito q̃ nosso Sñor. por meio dos ditos padres e de seu exemplo, ensino e doctrina tẽ feito na gente daquellas partes não somente os gentios mas tãbẽ os xpãos que nellas residẽ o q̃ cõ aiuda de nosso Sñor se espera q̃ sera ẽ muito crecim.to porquão apropiado seo instituto e religião he para a dita obra da conuersão e beneficio das almas auendo mais religiosos e tendo casas e aparelho para o dito effeito como tenho sabido q̃ era o intento del Rei meu Sñor e Auo que santa gloria aja. Ei por bẽ q̃ na capitania de S. Vicente se funde e faça outro Collegio em que possão residir e estar cinq.ta religiosos da dita cõp.a pera delle se poder ẽtender na conuersão e ẽsino da doctrina xpãa nas capitanias e pouoações mais propincas a dita capitania de S. Vicente a que os da capitania da Baya não poderẽ chegar pera assi se repartirẽ por toda a dita costa e se aiudarẽ hũs aos outros na dita obra da conuersão os quais serão prouidos a

custa de minha fazenda do mãtim.to e do mais necessario pera sua sostentação reduzido tudo a dro; a respeito do que por minhas prouisões se da a cada hũ dos religiosos que residẽ na dita capitania da Baya de que lhe pasareis uosa certidão nas costas desta pera se saber o q̃ he e o q̃ pela dita maneira nas ditas cousas montar lhe sera paguo de minha faz.a em parte e da man.a q̃ uos parecer q̃ milhor podera ser e cõ menos opreção sua. e portanto uos mãdo q̃ uos lhe ordeneis e arbitreis o q̃ cada hũ ha dauer a respeito do q̃ hão os outros religiosos do Collegio da Baya. e lhe ordoneis e assenteis o dito pagam.to onde uirdes que conuẽ pera poderẽ ser milhor pagos como dito he, e pelo treslado desta prouisão que sera registada no liuro da despeza do official ou officiais em que o ouuerẽ dauer e certidão do Reitor do dito Collegio que em cada hũ anno passara do numero dos religiosos q̃ nelle ouuer ate os ditos L.ta e seu conhecim.to lhe sera leuado ẽ conta a respeito do que per vos lhes for arbitrado como dito he. E se por os ditos padres não poderẽ ser pagos nas ditas partes de tudo o q̃ ouuerẽ dauer pera seu mantim.to e sostentação e se quiserẽ prouer destes Reinos dalgũas cousas lhe serão passadas certidões em forma da contia de que as pedirẽ e lhes for deuido pera por ellas requererẽ seu pagam.to neste Reino e quando as ditas certidões em forma se lhe passarẽ se porã uerbas nos L.os dos officiais em que ordenardes q̃ ajão o dito pagamento nos registos ou assentos desta prouisão per que o ouuerẽ dauer cõ declaração que não hão de ser paguos nas ditas partes da tal contia por della lhe serẽ passadas as tais certidõis em forma pera neste reino por ellas requererẽ seu pagam.to e se lhe poder fazer qdo o eu ouuer por bẽ o que sera no tizouro da casa da mina desta cidade como tenho ordenado, sem se auer de poer segunda uerba no assento ou assentos de que se passarẽ e cõ as ditas declaraçõis se passarão as ditas certidõis em forma as quais sendo passadas nesta capitania serão assinadas per vos ou pelo prouedor mor de minha faz.da ho escriuão que as fizer e sendo passadas em outras capitanias por nellas ser assentado o dito ordenado serão feitas e assinadas pellos escriuãis q̃ as passarẽ e pellos prouedores dellas nas quais fara menção q̃ se passarão per Vtude desta minha prouisão que sera pellas uias que as requererẽ. Notificouolo assi e mando q̃ cumprais e guardeis e façais justiça inteiram.te comprir e guardar este como se nelle contem, porque assi o ey por bẽ e meu seruiço. a qual ualera tera força e uigor como se fosse carta feita ẽ meu nome e asellada de meu sello pendente sem ẽbargo da ordenação do seg.do liuro titolo uinte q̃ diz que as cousas cujo effeito ouuer de durar mais de hũ ano passem per cartas e passando por aluaras não ualhão. E assi se cõprira posto que não passe pola chancelaria sẽ embargo da ordenação do dito L.o em contrairo. eu Balthezar Ribr.o a fiz ẽ Lisboa a onze de feuereiro de mil e quinhẽtos sesenta e oito. E porquanto eu tenho dotado e aplicado pera sostentação e mãtença dos sesenta religiosos da comp.a de Jesu q̃ hão de residir no collegio da dita capitania da Baya hũa redizima de todos os dizimos e dir.tos q̃ me pertencẽ nas ditas partes como mais largam.te se contẽ na doação que lhe disso mandei passar que foi cõ declaração que os ditos p.es a ouuessẽ emq.to não ualesse mais que o que fosse estimado e arbitrado pera prouim.o e mantença do dito collegio e religiosos delle ate o dito numero de sesenta p.es porque rendendo mais o que asi mais fosse ficasse ẽ mãos de meus officiais ate mo fazerdes a saber e eu prouer nisso como for meu seruiço. Ei por bẽ que auẽdo pelo tempo em diante tanto crecim.to no rendim.to da dita redisima que alem do que for arbitrado pera pro-

uim.[to] e sostentação dos sesenta religiosos que tenho ordenado q̃ aja no dito Collegio da Baya fique algũ rendim.[to] o que assi for o ajam e se entregue ao Reitor e padres do dito collegio q̃ ora mando q̃ se funde, e fação na dita Capitania de S. Vicente a conta do que per esta prouisão hão de auer pera seu prouim.[to] e mãtença por quanto ey por bẽ diguo o dito mais rendim.[to] por aplicado e anexado ao dito Collegio pera sostentação dos religiosos com esta declaração q̃ outro tanto como lhe for paguo pello crecimento da dita redizima se lhe abatera e auerão menos de minha faz.[a] do que lhe he ordenado pera sua prouisão a qual redizima e crecim.[to] della assi auerão ate a contia que som.[te] lhes for arbitrado pera sua sostentação. E sendo caso que pello tpo em diante crecer tanto o dito rendim.[o] como prazera a Deus. que sera q̃ alem do q̃ for necessario pera prouimento de ambos os ditos Collegios sobeje algum rendim.[to] o q̃ assi mais for ficara ẽ mão de meus officiais ate mo fazerdes a saber para eu disso dispoer como ouer por meu seruiço.

Eu Bertholameu Froes a fiz escreuer Rei / sobescrição sobre o collegio dos padres da cõpanhia de Jesu q̃ se haa de fundar e fazer na capitania de S. Vicente das partes do Brasil e mantim[to] que hao de auer o numero dos religiosos que no dito Collegio hao de residir pera vossa alteza a uer. Registado no liuro dos registos do Brasil. Bertholameu Froes. e treladada assi a dita minha prouisão por me ser pedida esta carta testemunhavel lha mandei passar pella quall uos mãdo q̃ tanto q̃ uos apresentada for passada pella minha chancelaria a cumprais e guardeis como se nella contẽ dandolhe ẽ juizo e fora delle tãta fee credito e autoridade quanto per se lhe pode e deue dar e se daria ao original se fosse apresentado porquanto foi concertada cõ o proprio e concorda a qual se deue outroassi cõprir e al não façais [*rubrica*]. Dada nesta minha muito nobre e sempre leal cidade de Lx[a]. a quinze dias do mes de março. El-Rei nosso Sñor a mandou pello doutor Ant.[o] Saraiva do desembarguo e corregedor de sua corte e casa da suplicação dos feitos e causas civeis cõ alçada [*rubrica*] Xpouão Lopes a fez no officio de Luis Vaz de Rezende ano do nacim.[to] de nosso Sñor Jesu Xpõ. de mil e quinhentos e sesenta e oito anos. pagou desta sesenta rs̃. e não aia duuida na antrelinha q̃ diz de Jesu e estimado q̃ se fez por uerdade e dasinar pagou uinte rs̃. Luis Uaz de Rezende a fez escreuer. /Ant.[o] Saraiua.

Concertada per mi /Luis Uaz de Rezende /E per mi /Jeronimo de Matos /Luis Carualho /Simão Gllz̃ Preto.

Ho quall treslado de carta testemunhavell eu Marcall Vaaz tabalIião do pubriquo e do judiciall por El-Rei nosso Sñor nesta cidade do Saluador e seus termos concertey com ho proprio q̃ fiqua ẽ poder dos Reuerendos padres da Companhia de Jesus desta dita cidade he vai na verdade sem cousa q̃ duuida faça ha quall consertey com ho Reuerendo padre Cristouão Ferão ho quall vai habaixo assinado nesta cidade do Sallvador oje quinze dias do mes de março do ano de mill e quinhentos e setemta e cinquo anos. E aqui assinei de meu pubriquo sjnall q̃ tal he [*segue o sinal*] pagou nada.

Consertado comigo t.[am] Marcall Vaz & comjgo o Padre Christouão Ferrão.

[*Bras. 11*, 483-484 v].

Enformación delas tierras del Macucu para N. P. General

[Enviada pelo Visitador Cristóvão de Gouveia — 1585]

Men de Saa fue mandado por Gouernador del Brasil y por mandado del Rey fue a conquistar el Rio de Enero y poblar aquella ciudad. En este tiempo fue nombrado por el mismo Rey Estacio de Saa por Capitan de aquella ciudad y su comarca y antes de assentar la ciudad falećió. Men de Saa queriendo poner en orden los moradores della les dio algunas tierras passandoles desto sus cartas de sesmaria por no auer otro capitan q̃ en aquel tiempo las pudiesse dar para effecto de assentar la ciudad y poblar la tierra pareciendole (aun que no lo podia hazer ni tenia en su regimẽto licencia del Rey para ello) que el mismo Rey lo auria assi por bien. Entre estas datas dio una a un Baltasar Hernandez de que le passo Carta en Setiembre de 67, de seiscentas braças de tierra en ancho y ochocientas en largo de que no tomó luego posse, por causa delos contrarios y ser tiempo de guerra, ímo en ella le mataron los Indios.

Dende a un mes en el mismo año passo otra carta y data de cierta tierra de tres leguas en ancho y quatro en largo a un Miguel de Mora, que dellas hizo traspassaçion, donacion y limosna al collegio de la Comp^a^ de Rio de En^o^ y despues El Rey la confirmo a los Padres en la qual confirmacion se contienen estas palabras en forma (Yo el Rey he por bien y me plaz de dar licencia a los Padres de la Comp^a^ de JESUS para poder tener y posser las tierras de que les hizo renũciacion y traspassacio Miguel de Mora y su muger y les supplo y he por supplido todos y qualesquiera defectos que aya en la dicha carta de sesmaria, y para mas satisfacion les hago delas dichas tierras nueuamente donacion y mercee por limosna para siempre &c.).

El coll^o^ tomo posse soleñe con authoridad de justicia delas dichas tierras de Macucu [1] en Octubre de 73 y con la misma solenidad y pregones lançados hizo en ellas demarcaçion, sin a esto acudir o reclamar persona alguna y assi quedaron los Padres en la dicha possession pacifica.

Hecha la demarcacion se hallo q̃ la data delas seiscentas braças del dicho Balthasar Hernandez (que fue prim^a^ que la de Miguel de Mora) quedaua dentro del sitio y tierras del coll^o^. Los herderos de Balthasar Hernandez despues q̃ el

---

1. Das duas formas antigas *Macacu* e *Macucu*, prevaleceu a primeira, que adoptamos. Cf. p. 418.

coll° tenia demarcado la tierra y estaua de posse della, se metieron dentro delas seiscientas braças sin contradicion de persona alguna, *imo* a oios e façe de todos y de los mismos Padres q̃ estauan en la misma prouincia mostrando prim° su data al Padre Prouincial diziendole que su carta era prª. Ele Padre le respondio que labrassen las dichas seiscientas braças hasta q̃ escriuiesse a V. P. Ellos la tienen labrada y fetorizada haziendo casas rocerias y otras grangeerias sin para esto citar a juizio los Padres del coll° del Rio, y desta manrª estan hasta aora en posse de las dichas 600 braças &c diziendo q̃ no hizierõ iniuria ni fuerça a nadie, mas que usan de su titulo y derecho.

Los Padres tuuieron siempre dudas y escrupulos si las dichas 600 braças por ser dadas por el Gouernador Men de Saa q̃ no las podia dar y por estar dentro de su demarcaçiõ eran suyas o no, por lo q̃ intentaron pleito con los herderos de Balthasar Hernandez. El Oidor de la ciudad del Rio iuzgo a los dichos herderos las tierras por suyas por ser su data y titulo primero que el de Miguel de Mora. Alguns letrados dizen q̃ las dichas 600 braças son del coll° porque Men de Saa no las podia dar a Balthazar Hernandez e las de Miguel de Mora fueron confirmadas y nueuamente dadas por El Rey al coll°.

Algunos Padres antigos q̃ fundaron aquel coll° y el Padre Prouincial dizen que en consciênçia no las podemos posseer porque El Rey no podia darnos ni confirmarnos sino las tierras que nos tenia traspassado Miguel de Mora y que no fue mente del Rey confirmar las dichas tierras al coll° *in praeiudicium tertii* q̃ las tenia *bona fide* con liçencia del Gouernador general Men de Saa, de que no se auia de presumir que hazia lo que no podia.

Iten q̃ quasi todos los moradores del Rio possen las tierras q̃ les dio Men de Saa sin otra confirmacion del Rey y otros estan en esta buena fee, teniendo las dichas datas por buenas y legitimas.

Consulté la cosa con los Padres y a algunos pareçio que no teniamos justicia *saltem in foro conscienciae* ni era bien ni edificaçion echarlos fuera, porque son seis o siete herderos hombres pobres, que conquistaron aquella tierra con mucho trabajo, y no tienen otras de que puedan sustentarse, y por la justicia *saltem* en el foro interior estar por su parte dellos y por el grande escandalo que auria en les echar fuera y auer muchos años que estan de posse con sus grangeerias y principalmente por que la tierra no ualdra mas que hasta quarenta ducados y a los Padres sobran las tierras, y que allende desta data tienẽ otra cerca de la ciudad, y los hombres no tienẽ adonde labrar por el coll° tener lo mas y meior delas tierras.

Proponese a V. P. que permitta largarse la dicha tierra libremente (aun que pareçe sera iuzgada al coll° *in foro exteriori et iudiciali)* quando no pudiesse auer concierto sin pleito o no quisiessen acceptar otra tanta tierra adonde no nos haga periuizio y desta manera se quitaria toda la dubida e escrupulo y seria grande edificaçion para todos que *uno ore* dizen tener ellos iusticia y nos tienẽ por cobdiciosos.

V. P. iuzgara lo q̃ mas conuiene en el Señor.

Dela Baya 11 de Setiembre 85.

[*Lus. 69*, 152-152v].

APÊNDICE G

Representação da Câmara de Olinda ao P. Geral (1577)

Sñor

Os juizes e ureadores e procurador do cõçelho e homẽs do regimẽto desta uilla dOlinda da Noua Lusitãnia nas partes do Brazil, fazemos saber a Vosa Reuerẽdisima Patrinidade como nesta uilla no mosteiro de Nossa Senhora da Graça da Cõpanhia de Jezus rezidio por espaço de tres ãnos Melchior Cordeiro profeço da dita Ordem e Cõpanhia e seruio de reitor todo o dito tempo ho qual cõ suas pregaçõis e amoestaçõis e doutrina e sua boa uida e custumes e exempros fẽz nesta uilla muito fruito e se casarã muitas orfãs e outras molheres q̃ estauam mal imfamadas q̃ estão cazadas e tidas em deferẽte reputação tudo por industria do dito Padre Melchior Cordeiro q̃ para efetuar hos ditos casamẽtos pidia esmollas e ajudas dos fieis cristãos q̃ todos folgauão de lhas dar e ajudar por saberem serem para tam uirtuosas obras ajuntãdo-se cõ os prouedores e irmãos da sãta Misericordia desta uilla para tambem ajudarẽ a fazer os tais casamẽtos com ajutorios da casa e irmãos e por esta uia fẽz muitos ajuntamẽtos em grãde seruiço de Noso Senhor e por seu respeito outro sim aquiriu muitas esmollas para a Cõpanhia e fẽz muitas obras na casa de muitos recolhimentos e ouue terras e fẽz cousas de muito aumẽto e aquiriu muita gẽte para irem á dita casa a frequẽtar os sacramentos da cõfição e comunhão cada outo e quĩze dias e todas as festas do ãno estãdo elle e fazẽdo estar os padres cõfeçores cõtino nos cõfiçonairos para ouuir de cõfição ao grãde e pequeno tudo cõ muita eficasia de modo q̃ todo este pouo estaua muito cõsollado de sua doutrina e uida e custumes e pregaçõis e hora nos he dito que se uai agrauado apresẽtar até Vosa Reuerẽdisima Patrinidade de hũ grãde falso testemunho q̃ nos he dito q̃ lhe aleuãtaram de q̃ todo este pouo fica muito escãdalizado assim por perdermos sua boa doutrina e exempros como por tãbem presumirmos q̃ poderá presumir de nós sermos mal agardecidos do fruito q̃ nesta terra fẽz. Pello q̃ sem nos elle pidir nem outrem por elle senão pello q̃ somos obrigados a obrigação q̃ somos ao dito padre Melchior Cordeiro determinamos em camara de escreuer esta a Vosa Reuerẽdisima Patrinidade pella qual escreuemos a uida e custumes do dito Padre ser como atras dezemos e muito mais e reprouamos tudo o q̃ contra elle se disser e pidimos a Vosa Reuerẽdisima Patrinidade q̃ com muitas auantagẽs de honra cõstranja ao dito padre torne a esta uilla porq̃ com sua vĩda sẽdo tal seremos muito cõsollados e a todo este pouo fará muita merçê e lhe tirará o escãdallo em

q̃ está q̃ he tãto q̃ muitos homẽs onrados ficã com preposito danado de elles nẽ suas molheres irẽ ao dito mosteiro a se cõfeçar e porq̃ V. Reuerẽdisima Patrinidade fosse setrificado da uerdade mãdamos passar a presẽte escrita na Camara desta uilla sob nosos sinais e cello della. Oje uĩte e noue dias do mes de Janeiro. Jorge Glz̃ tabaliam do pubrico e judicial e notas nesta uilla dOlinda e seus termos pollo Sõr Duarte Coelho dAlbuquerque, Capitam e Gouernador della por El-Rei Noso Sõr a fẽz, por João Tauares escriuã da Camara nã estar na terra, ano do nacimento de Noso Sõr Jhũ Xpõ de mil e quinhẽtos e setẽta e sete ãnos.

Frutuoso Barbosa
Alvaro Fragoso
Simão Falcão
Leonis de Figueiredo
João Dias [...]
Salvador de Araujo
Lopo Glz̃
Jorge Camello
Afonnso Roiz
Aº Gago
Fr.co Alvares
Manuel dazevedo

[Fora]:
Ao muito Reuerẽdo ẽ Xp̃o padre o padre Eberardo Mercuriãno e Geral da Cõpanhia de Jezus em Roma
1577

Da Camara da uilla dOl.da capitania de Pernãbuco [1]

[*Bras. 15*, 299-300v.]

1. O documento é de boa letra, mas as assinaturas são quási indecifráveis. A-pesar-de recorrermos, também, a um arquivista oficial, temos ainda dúvidas sérias sôbre a leitura dalgumas. Em todo o caso, o que nos interessa aqui, directamente, não são as assinaturas, mas o documento em si.

APÊNDICE H

Treslado do Padrão do Collegio de Pernãobuco (1576)

Dom Henrique per graça de Dẽs Rey de Portugal e dos Algraues daquem e dalem mar. Em Africa. Sñor da Guine e da conquista nauegação. E comercio de Thiopia, Arabia, Persia E da India et caet. como gouernador e perpetuo administrador q̃ sam da Ordem e caualaria do mestrado de N. S. Jesu Christo. Faço saber aos q̃ esta minha carta uirem q̃ por parte do Reytor e padres do Collegio de N. S. da Graça da Comp.ª de Jesu q̃ por mandado do sñor Rey meu sobrinho q̃ Dẽs tem se fundou na vila dOlinda capitania de Pernãobuco nas partes do Brasyl, me foi apresentada hũa certidão de Christouão de Barros prouedor mor de minha fazẽnda naquellas partes assinada por elle e pollos mais officiais nella declarados, e asselada cõ ho cello da prouedoria cõ ho traslado de hũ aluara do dito sñor Rey meu sobrinho inserto na mesma certidão dos quatro centos mil rẽs de renda de juro cada anno de que fez doação e merce por esmola ao dito Collegio p.ª sostentação dos religiosos delle pagos em asuquares pella man.ʳᵃ nella declarada de q̃ o treslado he ho seguinte // Christouão de Barros fidalgo da casa del Rey nosso sñor e prouedor mor de sua fazenda em todas as partes do Brasil faço saber aos q̃ esta certidão uirem como perante mim estando presente F.ʳᶜᵒ de Caldas prouedor desta capitania de Pernambuco e Lisuarte dAndrade de Vasconcelos escrivão da fazenda do dito sñor nestas partes e Jacome do Campo feitor e Almuxerife da dita capitania com todos os mais officiais da fazenda por parte do provincial da Comp.ª de Iesus e do Reytor do Collegio de N. S. da Graça desta vila dOlinda me foi apresentada hũa prouisão de sua A. de q̃ ho treslado de uerbo ad uerbum é ho seguinte // Eu El Rey como gouernador e perpetuo administrador q̃ sou da ordem e caualaria do mestrado de N. S. Jesu Christo. Faço saber aos q̃ este aluara uirẽ q̃ eu mãdei ajuntar os deputados da mesa da consciencia e ordens e outros letrados pera tratarẽm particularmente das obrigações q̃ tenho nas terras de q̃ como gouernador do dito mestrado se arecadão e recebem os dizimos pª. minha fazenda e hũa das cousas q̃ por elles se assentou e determinou foi q̃ tinha obrigação de prouer como ouuesse nellas Igrejas e casas de religiosos e uendo eu como esta rezão e obrigação milita ainda mais nas partes do Brasyl q̃ se pouoam nouam.ᵗᵉ antre gentios a q̃ conuem mouer e persuadir por todas as uias ao conhecimento de nossa santa fee catholica e uendo outrosi o m.ᵗᵒ cresim.ᵗᵒ em q̃ vão as pouações da capitania de Pernãbuco e as rendas dellas e por me pedirẽ os moradores da dita capitania q̃ ouuesse nella na villa de Olinda hũ Collegio de padres da Comp.ª de Iesus polla experiencia q̃ auia de

m.to fructo q̃ tinhão feito naquellas partes cõ sua uida e exemplo assi na conuersão do gentio de q̃ per seu instituto principalm.te tratão como na reformação de uidas e costumes de todos. E por isto ser assi e obra de tanto seruiço de N. S. e de minha obrigação ey por bem e me praz de fazer merce por esmola e doação perpetua pera sempre, e de dar em dote ao Collegio de sua Ordem q̃ na dita capitania mando q̃ se funde de quatrocentos mil rẽs de juro em cada hũ anno pera sostentação dos uinte padres q̃ nelle hão de auer q̃ he a respeito do que per meu mandado foi arbitrado q̃ ouuessem os padres dos outros dous Collegios que nas ditas partes são fundados os quais quatrocentos mil rẽs lhe serão pagos em cada hũ anno do primeiro dia deste mes de Jan.ro do presente anno de quinhentos setenta e seis em diante e se lhes pagarão e receberão em fructos dos asuquares dos dizemos q̃ a dita capitania rende e pello tempo render contado ao preço q̃ por massa dos preços q̃ teve os seis anos atras se achar q̃ saei cada arroba delle, alto e malo, a qual conta por massa mando q̃ faça o prouedor de minha fazenda e o ouuidor geral das ditas partes na dita capitania cõ ho prouedor de minha fazenda e mais officiaes della e q̃ declarem por sua certidão por todos assinada e preço que polla dita conta se achar q̃ sae e colhe a de dar cada arroba dasuquar e quantas arrobas por ella cabe auer ao dito Collegio e padres pellos ditos quatro centos mil rẽs cõ a qual mando aos Veadores de minha fazenda q̃ fação fazer padrão ao dito Collegio e padres p.a auerem as arrobas dasuquar alto e malo, q̃ lhe montarẽ polla dita conta nos ditos quatrocentos mil rẽs no rendimento dos dizemos delle da dita capitania em cada hum anno por inteiro e sem quebra posto que aja na renda delles e com todas as mais clausulas q̃ forem necessárias pera o dito prouincial e padres poderem por recebedor e serem pagos e assi pera q̃ cõm certidão do Almuxerife e escriuão de como lhe fiqua assinado no livro de sua despeza o q̃ pella dita man.ra ouver de pagar em cada hũ anno receberem e lhe serem pagos os ditos asuquares no rendeiro dos dizemos delles ou em qualquer engenho q̃ lhe os ditos officiaes declararem e o dito rendeiro sendo o tal engenho ja partido por meus officiaes e assentado em seu livro o q̃ coube a minha fazenda do dizemo delle, e porq̃ possa logo ter efeito e auer o dito Collegio pella necessidade q̃ delle a. E o dito Reytor e padres tenhaõ de q̃ se sostentar ey por bem q̃ seyão pagos por esta prouizão do asuquar q̃ polla dita conta montar auer neste primeiro anno e no q̃ uem de setenta e sete e dahy em diante tirarão padrão como dito he. E isto sendo contente o contratador q̃ ora he dos dizemos da dita capitania q̃ lhes seião pagos em asuquares os ditos quatrocentos mil rẽs porque não o sendo auerão pagamento em dinheiro pello rendimento da dita alfandega aos quarteis do anno te se acabar o tempo de seu contrato. E despois de ser acabado aueraõ os ditos quatro centos mil rẽs em asuquares na maneira asima dita, e pollo treslado deste q̃ sera registado no Livro da despeza do Almoxerife q̃ lhe pagar os ditos quatrocentos mil rẽs em dinheiro ou asuquar e certidão do dito prouedor mor, e prouedor e officiaes do q̃ polla dita conta lhe coube auer em asuquar e conhecim.to do dito Reytor lhe sera leuado em despeza o q̃ lhe pella dita maneira pagar os ditos dous annos E esta aluara quero q̃ ualha como carta posto q̃ o effeito delle aja de durar mais de hũ anno. E comprirseha posto q̃ não passe polla chancellaria sem embargo das ordenações do segundo livro em contrario Hyeronimo de Sequeira o fez em Almeirim a seis de Jan.ro de 1576. Gaspar Rebello o fez escreuer // e requerendome q̃ fizesse a diligencia e passasse

certidão cõforme a dita prouisão por quanto ao tempo q̃ ella uiera o prouedor mor e ouuidor geral, Fernão da Sylua q̃ então era, era ido ao Reyno pello que o gouernador Luis de Brito dalmeida mandara q̃ o Prouedor da dita capitania de Pernãbuco cõ os officiaes da fazenda della fizessem a dita diligencia a qual me constou q̃ fizerão dando juram.to aos rendeiros e mercadores da dita capitania q̃ declarassem o preço a q̃ saya a arroba do asuquar em massa nos seis annos atras do anno de setenta te setenta e cinquo e todos afirmarão por seus juramentos valer arroba do branco e mascabado a quatrocentos e sessenta rẽs; e arroba de retame de sinos a trezentos e uinte. E contado a este preço se mõtarão nos mil cruzados que sua A. dotou de renda em cada hum anno ao dito Collegio oito centas arrobas dasuquar brãco. E sem arrobas de sinos como tudo me constou pellos autos das diligencias q̃ sobre isso se fizerão, os quais ui, e examinei com todos os officiaes da fazenda. E denouo tornei a dar juramẽto aos mesmos officiaes q̃ fizerão a dita arbitração tomãdo cõ outros de fora as informações necessarias no caso, dando de tudo uista ao procurador de sua A. E por todos foi concluido, assentado, e detreminado q̃ a arbitração sobredita no modo declarado fora feita como deuia sem duvida algũa e valera a arroba do asuquar alto e malo nos ditos seis annos ao preço asima dito de quatro centos e secenta rẽs a arroba e a arroba de retames de sinos a trezentos e uinte rẽs e montamse nos quatrocentos mil rẽs q̃ se hão de dar ao dito Collegio pella dita prouisão cada anno oito centas arrobas dasuquar branco, e cento de sinos. E sendo por todos bem examinado se achou q̃ sem duvida este foi o preço comum nos ditos seis annos, o q̃ certifico assi por esta por mim assinada cõ todos os mais officiaes da fazenda q̃ nisso forão e assellada cõ o cello q̃ serve nesta fazenda Lisuarte dAndrade de Uasconcellos escriuão da fazenda nestas partes do Brasyl a fez em Olinda capitania de Pernãobuco aos 9 de Nouembro do anno de 1578 annos. E ora me emuiarão dizer o Reytor e padres do dito Collegio q̃ pella diligencia e massa q̃ se fizera da ualia q̃ os asuquares tiuerão na capitania de Pernãobuco os seis annos conteudos no dito aluara e do q̃ a esse respeito lhes montaua aver cada anno pelos quatrocentos mil rẽs de juro de q̃ o dito snor Rey meu sobrinho lhe fizera doação e merce por esmola se achara q̃ lhes montaua, e auião de auer cada anno oitocentas arrobas dasuquar branco, e cem arrobas dasuquar de sinos como mais cõpridam.te se continha na dita certidão pedindome lhes mandasse dellas passar carta de padrão em forma pera lhe serẽ pagas assi e da man. q̃ se cõtinha no dito aluara e certidão q̃ tudo foi uisto em minha fazenda e ouuido sobre isto o meu procurador della e uendo eu os iustos respeito e causas q̃ mouerão ao Sñor Rey meu sobrinho a mandar fundar o dito Collegio e o dotar dos ditos quatrocentos mil rẽs de juro pagos em asuquar e ho m.to seruiço q̃ ho reitor e padres delle fazem a nosso Sõr naquellas partes assi na conuersão do gentio, como nos mais ministerios de seu instituto q̃ exercitão. E como he rezão q̃ seyão prouidos de renda bastante para sua cõgrua sustentação e pagos della de man.ra q̃ o cuydado e ocupação do temporal os não inquiete nẽ lhes impida o espiritual em q̃ sempre se ocupão avendo eu a tudo respeito. E por o sentir assi por m.to seruiço de N. S. e nisto comprir em parte cõ a obrigação q̃ como mestre e gouernador da dita ordem tenho ao espiritual e remedio das almas daquellas partes. Por esta minha carta hey por bem e me praz fazer como de feito faço doação e merce por esmola ao Reytor e p.es do dito Collegio de N. S. da Graça da Comp.a de Iesu da villa dOlinda das ditas oito

centas arrobas dasuquar branco e cem arrobas dasuquar de sinos em cada hum anno de rẽda de juro perpertuo pera sempre pelos quatro centos mil rẽs de q̃ lhe o dito Sõr Rey meu sobrinho tinha feito doação pello dito Aluara e em lugar delles quero e me praz q̃ o reitor e padres do dito Collegio q̃ ora são e pollo tempo forem tenhão e ayão pera sua sostentação as ditas oito centas arrobas dasuquar branco e cem arrobas de sinos em cada hũ anno de juro perpetuo pera sempre como dito he as quais começarão a aver do primeiro dia do mes de Jan.ro do anno passado de 1578 em diante em q̃ se acabarão os dous annos em q̃ pollo dito aluara auiam de auer pagam.to dos quatro centos mil rẽs pello modo nelle conteudo, e lhe serão pagas pello rendim.to dos dizemos q̃ a mi e a ordem de N. S. Jesu Christo pertencem na dita capitania de Pernãbuco, nas partes e engenhos q̃ estes escholherem, e mais quiserem e onde milhor possão auer seu pagam.to e por inteiro, e sem quebra algua posto q̃ a aya nas rendas dos ditos dizemos, e querendo elles por recebedor de sua mão nos engenhos ou casas onde os asuquares se recolherem pa. receber, e arecadar as ditas oito centas arrobas dasuquar branco, e cem arrobas de sinos o poderão fazer, e se pagarão a pessoa q̃ elles poserem por recebedor primeiro q̃ dos ditos dizemos e asuquares de meus direitos se faça outra algũa despeza, nem se tire delles cousa algũa ate de todo serem pagos e satisfeitos da dita contia em cada hũ anno, ou as receberão da mão dos rendeiros dos ditos dizemos dos asuquares, ou do recebedor delles qual os padres mais quizerem o q̃ sempre fiquara em sua escolha e da maneira q̃ elles declararem q̃ querẽ auer o tal pagam.to assi se lhes fara, noticio o assi ao meu gouernador das partes do Brasil e ao prouedor mor de minha fazenda em ellas. e ao prouedor e Almoxerife e officiaes da capitania de Pernãbuco q̃ ora são e pollo tempo forem e lhes mando q̃ pella maneira asima declarada fação em cada hũ anno pagar ao Reytor e padres do dito Collegio as ditas oito centas arrobas dasuquar brãco e cem arrobas dasuquar de sinos bom e de receber e de q̃ elles seyão contentes do p.ro dia de Jan.ro do anno passado de 578 em diante e lhe fação delles fazer m.to bom pagam.to constrangendo e obrigando a isso os recebedores ou rendeiros dos ditos dizemos e officiais ou pessoas outras de cuja mão as ouuerem de receber, o qual pagam.to lhe farãm por esta soo carta sem mais outra prouisão minha, nem dos ueadores de minha fazenda. E pello treslado della q̃ sera registado no Livro da despeza do Almuxerife de minhas rendas da capitania de Pernãobuco pello escriuão de seu cargo cõ conhecim.to do dito Reitor e padres do dito Collegio mando q̃ lhe sejão as ditas oito centas arrobas dasuquar branco, e cem arrobas dasuquar de sinos leuadas em conta cada anno q̃ lhas assi pagar e fazendo o tal pagam.to os rendeiros, ou recebedor dos ditos dizemos dos asuquares, ou outro official ou almoxerife lhe tomara em pagam.to o dito treslado com conhecim.tos dos p.es a conta do q̃ lhe forẽ obrigados entregar e lhe sera a ella leuada a dita contia em conta como dito he o q̃ o dito Almoxerife, ou Recebedor e rendeiros comprirão so pena de cem cruzados a metade pera os catiuos e a outra ametade para as despezas do dito Collegio na qual pena encorrera cada hum delles cada uez q̃ o assi não comprir. E mando ao dito prouedor mor, ou ouuidor geral nas partes do Brasil e ao prouedor de minha fazenda na dita capitania e ao ouuidor e Juizes da dita Vila dOlinda ou a qualquer delles q̃ per parte dos ditos p.es pera isso forem requeridos constranjão e executem pella ditta pena ao dito Almoxerife recebedor ou rendeiros cada uez q̃ nella encorrerem e

certidão cõforme a dita prouisão por quanto ao tempo q̃ ella uiera o prouedor mor e ouuidor geral, Fernão da Sylua q̃ então era, era ido ao Reyno pello que o gouernador Luis de Brito dalmeida mandara q̃ o Prouedor da dita capitania de Pernãbuco cõ os officiaes da fazenda della fizessem a dita diligencia a qual me constou q̃ fizerão dando juram.to aos rendeiros e mercadores da dita capitania q̃ declarassem o preço a q̃ saya a arroba do asuquar em massa nos seis annos atras do anno de setenta te setenta e cinquo e todos afirmarão por seus juramentos valer arroba do branco e mascabado a quatrocentos e sessenta rẽs; e arroba de retame de sinos a trezentos e uinte. E contado a este preço se mõtarão nos mil cruzados que sua A. dotou de renda em cada hum anno ao dito Collegio oito cen_ tas arrobas dasuquar brãco. E sem arrobas de sinos como tudo me constou pellos autos das diligencias q̃ sobre isso se fizerão, os quais ui, e examinei com todos os officiaes da fazenda. E denouo tornei a dar juramẽto aos mesmos officiaes q̃ fizerão a dita arbitração tomãdo cõ outros de fora as informações necessarias no caso, dando de tudo uista ao procurador de sua A. E por todos foi concluído, assentado, e detreminado q̃ a arbitração sobredita no modo declarado fora feita como deuia sem duvida algũa e valera a arroba do asuquar alto e malo nos ditos seis annos ao preço asima dito de quatro centos e secenta rẽs a arroba e a arroba de retames de sinos a trezentos e uinte rẽs e montamse nos quatrocentos mil rẽs q̃ se hão de dar ao dito Collegio pella dita prouisão cada anno oito centas arrobas dasuquar branco, e cento de sinos. E sendo por todos bem examinado se achou q̃ sem duvida este foi o preço comum nos ditos seis annos, o q̃ certifico assi por esta por mim assinada cõ todos os mais officiaes da fazenda q̃ nisso forão e assellada cõ o cello q̃ serve nesta fazenda Lisuarte dAndrade de Uasconcellos escriuão da fazenda nestas partes do Brasyl a fez em Olinda capitania de Pernãobuco aos 9 de Nouembro do anno de 1578 annos. E ora me emuiarão dizer o Reytor e padres do dito Collegio q̃ pella diligencia e massa q̃ se fizera da ualia q̃ os asuquares tiuerão na capitania de Pernãobuco os seis annos conteudos no dito aluara e do q̃ a esse respeito lhes montaua aver cada anno pelos quatrocentos mil rẽs de juro de q̃ o dito snor Rey meu sobrinho lhe fizera doação e merce por esmola se achara q̃ lhes montaua, e auiãõ de auer cada anno oitocentas arrobas dasuquar branco, e cem arrobas dasuquar de sinos como mais cõpridam.te se continha na dita certidão pedindome lhes mandasse dellas passar carta de padrão em forma pera lhe serẽ pagas assi e da man. q̃ se cõtinha no dito aluara e certidão q̃ tudo foi uisto em minha fazenda e ouuido sobre isto o meu procurador della e uendo eu os iustos respeito e causas q̃ mouerão ao Sñor Rey meu sobrinho a mandar fundar o dito Collegio e o dotar dos ditos quatrocentos mil rẽs de juro pagos em asuquar e ho m.to seruiço q̃ ho reitor e padres delle fazem a nosso Sõr naquellas partes assi na conuersão do gentio, como nos mais ministerios de seu instituto q̃ exercitão. E como he rezão q̃ seyão prouidos de renda bastante para sua cõgrua sustentação e pagos della de man.ra q̃ o cuydado e ocupação do temporal os não inquiete nẽ lhes impida o espiritual em q̃ sempre se ocupão avendo eu a tudo respeito. E por o sentir assi por m.to seruiço de N. S. e nisto comprir em parte cõ a obrigação q̃ como mestre e gouernador da dita ordem tenho ao espiritual e remedio das almas daquellas partes. Por esta minha carta hey por bem e me praz fazer como de feito faço doação e merce por esmola ao Reytor e p.es do dito Collegio de N. S. da Graça da Comp.a de Iesu da villa dOlinda das ditas oito

centas arrobas dasuquar branco e cem arrobas dasuquar de sinos em cada hum anno de rẽda de juro perpertuo pera sempre pelos quatro centos mil rẽs de q̃ lhe o dito Sõr Rey meu sobrinho tinha feito doação pello dito Aluara e em lugar delles quero e me praz q̃ o reitor e padres do dito Collegio q̃ ora são e pollo tempo forem tenhão e ayão pera sua sostentação as ditas oito centas arrobas dasuquar branco e cem arrobas de sinos em cada hũ anno de juro perpetuo pera sempre como dito he as quais começarão a aver do primeiro dia do mes de Jan.ro do anno passado de 1578 em diante em q̃ se acabarão os dous annos em q̃ pollo dito aluara auiam de auer pagam.to dos quatro centos mil rẽs pello modo nelle conteudo, e lhe serão pagas pello rendim.to dos dizemos q̃ a mi e a ordem de N. S. Jesu Christo pertencem na dita capitania de Pernãbuco, nas partes e engenhos q̃ estes escholherem, e mais quiserem e onde milhor possão auer seu pagam.to e por inteiro, e sem quebra algua posto q̃ a aya nas rendas dos ditos dizemos, e querendo elles por recebedor de sua mão nos engenhos ou casas onde os asuquares se recolherem pa. receber, e arecadar as ditas oito centas arrobas dasuquar branco, e cem arrobas de sinos o poderão fazer, e se pagarão a pessoa q̃ elles poserem por recebedor primeiro q̃ dos ditos dizemos e asuquares de meus direitos se faça outra algũa despeza, nem se tire delles cousa algũa ate de todo serem pagos e satisfeitos da dita contia em cada hũ anno, ou as receberão da mão dos rendeiros dos ditos dizemos dos asuquares, ou do recebedor delles qual os padres mais quizerem o q̃ sempre fiquara em sua escolha e da maneira q̃ elles declararem q̃ querẽ auer o tal pagam.to assi se lhes fara, noticio o assi ao meu gouernador das partes do Brasil e ao prouedor mor de minha fazenda em ellas. e ao prouedor e Almoxerife e officiaes da capitania de Pernãbuco q̃ ora são e pollo tempo forem e lhes mando q̃ pella maneira asima declarada fação em cada hũ anno pagar ao Reytor e padres do dito Collegio as ditas oito centas arrobas dasuquar brãco e cem arrobas dasuquar de sinos bom e de receber e de q̃ elles seyão contentes do p.ro dia de Jan.ro do anno passado de 578 em diante e lhe fação delles fazer m.to bom pagam.to constrangendo e obrigando a isso os recebedores ou rendeiros dos ditos dizemos e officiais ou pessoas outras de cuja mão as ouuerem de receber, o qual pagam.to lhe farãm por esta soo carta sem mais outra prouisão minha, nem dos ueadores de minha fazenda. E pello treslado della q̃ sera registado no Livro da despeza do Almuxerife de minhas rendas da capitania de Pernãobuco pello escriuão de seu cargo cõ conhecim.to do dito Reitor e padres do dito Collegio mando q̃ lhe sejão as ditas oito centas arrobas dasuquar branco, e cem arrobas dasuquar de sinos leuadas em conta cada anno q̃ lhas assi pagar e fazendo o tal pagam.to os rendeiros, ou recebedor dos ditos dizemos dos asuquares, ou outro official ou almoxerife lhe tomara em pagam.to o dito treslado com conhecim.tos dos p.es a conta do q̃ lhe forẽ obrigados entregar e lhe sera a ella leuada a dita contia em conta como dito he o q̃ o dito Almoxerife, ou Recebedor e rendeiros comprirão so pena de cem cruzados a metade pera os catiuos e a outra ametade para as despezas do dito Collegio na qual pena encorrera cada hum delles cada uez q̃ o assi não comprir. E mando ao dito prouedor mor, ou ouuidor geral nas partes do Brasil e ao prouedor de minha fazenda na dita capitania e ao ouuidor e Juizes da dita Vila dOlinda ou a qualquer delles q̃ per parte dos ditos p.es pera isso forem requeridos constranjão e executem pella ditta pena ao dito Almoxerife recebedor ou rendeiros cada uez q̃ nella encorrerem e

porem p.ro q̃ esta carta aja effeito nem se faça por ella pagam.to algum o dito prouedor mor, ou ho prouedor de minha fazenda na capitania de Pernãobuco fara trazer perante sy o proprio aluara do Sñor Rey meu sobrinho nesta tresladado e ho rompera e riscara todos os registos em q̃ delle ouuer. pondo neles uerbas de como mandei passar esta carta de doação ao Reytor e p.es do dito Collegio, p.ra auerẽ por ella as ditas oitocentas arrobas dasuquar branco, e cem arrobas de sinos pellos quatrocentos mil rẽs nella conteudos do dito Jan.ro do anno passado em diante pelo q̃ não hão de auuer mais cousa algũa pello dito Aluara. E de como fiqua roto e riscados os registos delle e postas as ditas uerbas passara sua certidão nas costas desta e outra tal uerva porá hũ dos escriuães de minha fazenda no registo do dito Aluara q̃ esta no Livro dos registos della de q̃ outrosy passara sua certidão nas costas desta minha carta de doação q̃ por firmeza de todo lhe mandar dar por mim assinada e asselada com ho cello pendente da dita ordem. dada na cidade de Lisboa a uinte e quatro dias do mes de abril. Nuno dAres a fez anno do nascim.to de N. S. JESU X°. de mil quinhentos setenta e noue. E esta carta lhe mandei passar por duas uias aprezentandose hũa a outra se não comprira nẽ se fara por ella obra algũa, e sendo caso q̃ os ditos p.es tenhão auido pagam.to pella prouizão nesta carta tresladada, ou por outra qualquer dos ditos quatrocentos mil rẽs em dinheiro, ou asuquar de mais tempo q̃ dos p.ros dous annos de setenta e seis, setenta e sete não auerão per esta carta pagam.to de mais q̃ do q̃ lhe montar auer do tempo em q̃ lhe foi feito o derradeiro pagam.to em deante Eu Bertolameu Froes a fiz escreuer.

El Rey / Dõ João

[*Bras. 11*, 443-446v].

APÊNDICE I

Relação das cousas do Rio Grande, do sítio e disposição da terra (1607)

O Rio Grande está em cinco graus e meio de altura à parte do sul da linha equinocial. Entraram os Portugueses neste rio e terra para a conquistar o ano de 97, a 25 de Dezembro, reinando o rei Dom Felipe segundo, e sendo seu governador e capitão geral dêste estado do Brasil Dom Francisco de Sousa. Foi por capitão mor da conquista Manuel Mascarenhas Homem, o qual além da gente de guerra, não quis partir para a emprêsa sem levar consigo dous Padres da Companhia de Jesu os quais na conquista da terra passaram imensos trabalhos, administrando os sacramentos à gente por não haver outros clérigos, servindo os enfermos, que houve muitos, e dando a traça e ordem para se fazer o forte, e às vezes trabalhando com suas pessoas, para animar a gente.

A mór parte da capitania do Rio Grande, é terra plaina e sem montes, tôda campinas retalhadas de muitos rios e lagoas, tôdas elas mui a propósito para a criação de gados. Tem também algumas várzeas, capazes de ingénios, das quais a primeira, à banda do sul, quando sai da capitania da Paraíba, e entra na do Rio Grande é a que chamam de Camaratiba, na qual se está já fazendo um ingénio e tem terras para alguns outros. A 2.ª é a de Corimataí na qual se faz também outro ingénio e tem terras, águas, lenhas e tudo necessário para oito ingénios. A 3.ª se chama de Iaqui, nesta fazem os índios grandes milharadas e lavouras e tem muita cana de açuçar e tem também terras para alguns ingénios. Nesta paragem caem as lagoas, tão grandes e nomeadas, por sua abundancia de peixe, entre o gentio da terra, de Guirarira de Upapeva e de Upapari, que tem muitas léguas assim de largo como de comprido. A 4.ª várzea se chama Taraini: esta tem excelentes terras para ingénios e estão lá duas Aldeias de índios. A 5.ª se chama de Nhundiaí tem terras e águas para dous ingénios, e tudo o necessário; esta varzea e Rio é da Companhia e nela tem já situadas casas e roças e um curral de gado. A 6.ª é a Varzea do mesmo Rio Grande, do qual toma nome tôda a Capitania; esta várzea tem terras e tudo o necessário para três ou quatro ingénios, estão nela já plantadas muitas laranjeiras e outras arvores de espinho, romeiras e muita cana de açúcar. A 7.ª é a grande várzea de Siara tem de comprido cinco ou seis léguas e de largo quási uma légua; tôda ela terra para ingénios tem cana de açúcar mui formosa, e nela os Indios fazem grandes lavouras no verão. Grã parte desta várzea é da Companhia de Jesu.

Tem também esta capitania outras várzeas menores das quais agora não

faço menção, mas julgam os que bem entendem disto que terá esta capitania terras para trinta ingénios, e que é capitania melhor que a da Paraíba.

Porque as várzeas tôdas servem para ingénios, os campos todos para criação de gado e neste particular por comum parecer de todos é a melhor terra do Brasil, porque não tem passo de terra que não aproveite para isso, com excelentes águas: não faltam tampouco muitos matos para fazer rocerias tem os ares muito sãos, e, com estar tão perto da linha, não é muito quente.

Tinha esta capitania, quando os da Companhia entraram nela 164 aldeias, mas como este gentio do Brasil fàcilmente se some entre os Portugueses, agora terá como seis mil almas, repartidas em diversas aldeias, as quais não visitamos mais que sete ou oito por sermos poucos, ou por melhor dizer por não sermos mais que dous companheiros que andamos sempre em roda viva cultivando estes cristãos.

Também estão longe dêste Rio Grande duas jornadas outras sete aldeias e em parte também perto estão outras duas, enfim é muito gentio, mas mui espalhado e fàcilmente se ajuntaria e poria em aldeias perto, e se cultivariam, se houvesse nesta capitania residência e obreiros.

Ha também nos limltes desta capitania, e poucas jornadas de caminho duas nações de Tapuias, copiosas em número de gente, que afirmam os que vão a resgatar com êles, ser grande o número de gente, os quais todos se perdem por falta de obreiros, tendo pazes e comércio connosco, e havendo Residencia nesta capitania, mandando todos os anos a êles, por via de missão, se salvam muitos inocentes, e outros muitos adultos *in extremis*. Outras nações ha também, aqui perto, de outros gentios de menos gente, de que não fazemos caso, e para os quais criou Deus também o Céu e se perdem por falta de guias.

As cousas de edificação que têm acontecido nesta capitania, por serem muitas e das ordinárias, que acontecem aos da Companhia, que andam ocupados nesta obra de Deus, não as conto, sòmente direi que todos os anos, depois que se conquistou esta terra, foram os Religiosos da Companhia por via de missão e teem padecido muitos trabalhos na conservação dêste gentio e Portugueses, e que afirmou João Rodrigues Colaço, o primeiro capitão que foi daquela capitania, por sua certidão, que está em poder do Padre provincial, segundo as contas que êle lançou, que caminharam os religiosos da Companhia a pé, em um ano, buscando estas almas, mais de mil léguas e, duas vezes que se temeu o dito capitão que se poderiam rebelar os Índios, não teve outro refugio senão acolher-se aos Padres da Companhia para que lhe valessem e aquietassem os Índios.

Tinham êstes índios da capitania do Rio-Grande, quando começaram os da Companhia a prègar-lhe o Evangelho, muita carne humana guardada para celebrar suas festas, e tanto que lhes mostraram a ofensa que se fazia a Deus em comer carne humana, logo a alargaram; e então, escrevendo o capitão que então era do Rio Grande, ao viso-rei de Portugal, entre outras cousas que lhe disse dos religiosos da Companhia, que entendiam na conversão dos índios daquela capitania, foi esta uma que dous religiosos da Companhia tinham acabado em poucos meses, com suas exortações e palavras com os índios, mais que os capitãis de El-Rei em muitos anos com suas armas, que era a pacificação do gentio Potiguar.

Esta última vez, que fomos lá no ano de 607, connosco afogava e acalentava o capitão daquela capitania os Índios, dizendo-lhes que já tinham os Padres,

que era polo que eles suspiravam, que roçassem, porque estes Índios sem os da Companhia não se têm por seguros, e assi cresciam naquele sertão, depois que os da Companhia tornaram a êle, mais de mil almas, além das que tinha, e, nêste ano de 607, bautizaram os da Companhia perto de mil almas e os mais dêles inocentes, casando outro grande número em lei da gracia, e concluiu com dizer que não têm estes pobres Índios para o corporal nem para o espiritual outro remédio senão os da Companhia, porque os seculares não procuram senão derriçar neles, não tendo capitão, nem quem os defenda, e assim diz o vigairo que sem os da Companhia impossível é governar aquilo.

Sete ou oito vezes fizeram os da Companhia naquela capitania ofício de vigairo, por não haver clérigo que se quisesse expor àqueles trabalhos. Tem o colégio de Pernambuco na Capitania do Rio Grande quinze ou dezasseis léguas de terra, as quais foram dadas a intuito dos religiosos que haviam de residir nela para os ajudarem no espiritual de suas almas. Tem também um curral de gado vacum e outras coisas miúdas, que deixo, e sítio e chãos na cidade para se fundar casa.

[*Bras.* *15*, 439-440].

APÊNDICE J

Catálogo das Expedições Missionárias de Lisboa para o Brasil

De um ou outro Jesuíta daremos breve referência biográfica. Outros já a tiveram mais desenvolvida nas páginas precedentes ou ainda a terão nos tômos seguintes. Indicamos as datas de saída e chegada das expedições, quando as tivermos podido averiguar.

1.ª Expedição (1549):

Saída de Lisboa: 1 de Fevereiro de 1549.
Chegada à Baía: 29 de Março de 1549.

P. Nóbrega, Manuel da	Português
P. Pires, António	»
P. Nunes, Leonardo	»
P. Navarro, João de Azpilcueta	Navarro
Ir. Rodrigues, Vicente	Português
Ir. Jácome, Diogo	»

Vieram com o primeiro Governador do Brasil, Tomé de Sousa. Perseveraram todos [1].

2.ª Expedição (1550):

Saída de Lisboa: 7 de Janeiro de 1550 [2].

P. Braz, Afonso	Português
P. Pires, Francisco	»
P. Paiva, Manuel	»
P. Rodrigues, Salvador	»

---

1. Anch., *Cartas*, 314; Fr. Rodrigues, *História*, I, 2.º, 539; Franco: *Imagem de Coimbra*, II, cf. vidas de cada qual; *Mon. Ign.*, Cartas: III, 544; Polanco, *Chronicon*, I, 449; *Mon. Mixtae*, II, 91; Orlandini, *Hist. Soc.*, lib. 9, n. 85; Maffei: *Hist. Indicae:* « Brasiliã attigêre ineunte Aprili mense », p. 295; Bartolomeu Guerreiro, *Gloriosa Coroa*, 305, chama a Diogo Jácome, « Diogo de S. Tiago ».

2. Cf. Serafim Leite, *O primeiro embarque de órfãos para o Brasil*, na *Rev. da Academia Brasileira de Letras*, vol. 45, n.º 150, p. 268; Id. *Páginas*, 78.

Levaram 7 meninos órfãos para ajudar na catequese. O navio capitânia era o famoso *Galeão Velho*[1] sob o comando de Simão da Gama[2]. Perseveraram todos.

3.ª Expedição (1553):

Saída de Lisboa: 8 de Maio.
Chegada à Baía: 13 de Julho.

P. Grã, Luiz da	Português
P. Lourenço, Braz	»
P. Pires, Ambrósio	»
Ir. Anchieta, José de	Canarino
Ir. Gonçalves, João	Português
Ir. Blasques, António	Castelhano
Ir. Serrão, Gregório	Português

Vieram na Armada do segundo Governador do Brasil, D. Duarte da Costa, que constava de quatro navios, a saber uma nau e três caravelas, com 260 pessoas. Perseveraram todos, menos Ambrósio Pires. O P. Braz Lourenço descreve esta viagem em carta da Baía, 30 de Julho de 1553[3].

4.ª Expedição (1559):

Saída de Lisboa: 19 de Setembro[4].
Chegada à Baía: 9 de Dezembro.

P. Melo, João de	Português
P. Dício, João	Belga
Ir. José[5]	Português
Ir. Castro, Pedro de	»
Ir. Pereira, Rui	»
Ir. Mestre [ou Matos], Vicente	»
Ir. Rodrigues, Jorge	»

Expedição pouco afortunada. O Ir. José morreu pouco depois, o P. Dício voltou para a Europa; só perseveraram Melo e Rodrigues. O Ir. Jorge Rodrigues, depois Padre, natural da cidade de Évora, paciente e observante, veio a

1. Nome próprio, *S. João Baptista*. Cf. Accioli — Amaral, *Memórias*, 329.
2. Vasc. *Crón.* I, 80. Cf. Anch., *Cartas*, 314; António de Matos, *Prima Inst.*, 9; F. Rodrigues, *História*, I, 2.º, p. 540; Franco: *Synopsis an. 1550*, n.º 6; Teles, *Crón.*. I, 490 ss.; Vasc., *Crón.*, I, 81.
3. *Bras. 3(1)*, 89v-90, Nóbr., *CB*, 151 e nota 46; Anch., *Cartas*, 314 e nota 364. Anchieta omite o nome de Ambrósio Pires, de-certo por já não estar na Companhia no momento em que escrevia; Ant. de Matos, *Prima Inst.*, 9; *Fund. de la Baya*, 7v; Pero Rodrigues, em *Anchieta* nos *Annaes*, *XXIX*, 197; *Mon. Litt. Quad.*, II, 236, 221; Vasc., *Anchieta*, 7-8; Id., *Crón.* I, 134-135-136; *Mon. Mixtae*, III, 397; Polanco, *Chronicon III*, 391; Franco, *Synopsis an. 1553*, n.º 6; Orlandini, *Hist. Soc.*, p. 437; Maffei, *Hist. Ind.*, 318.
4. *Lus.* 60, 156.
5. Faleceu na Baía, no dia 15 de Agôsto de 1571. Zeloso da conversão dos Índios, aprendeu a sua língua, e sucumbiu a uma doença provinda das muitas águas que passou em socorrê-los, *Fund. de la Baya*, 17v(9).

falecer, em 1612, na Aldeia de S. Barnabé, com 74 anos de idade e 55 de Companhia [1].

Nesta armada veio também o 2.º Bispo do Brasil, D. Pedro Leitão: para lá lhes escrevi em «a caravela *S. João*, em a qual eu vim com o Bispo», diz Rui Pereira [2].

5.ª Expedição (1560):

Saída de Lisboa: 20 de Abril.
Chegada ao Brasil: ao fim de Julho [3].

Ir. Gonçalves, António [4]	Português
Ir. Rodrigues, Luiz [5]	»

Nota-se dificuldade em enviar Padres, «si de otras partes no ayudan» [6].

6.ª Expedição (1661):

Saída de Lisboa: Novembro [7].

P. Viegas, Francisco	Português
Ir. Comitoli, Scipião	Italiano

Viajaram na nau capitânia, com Lucas Giraldes, que era o capitão. Nenhum dêstes dois perseverou na Companhia [8].

---

1. *Bras. 8*, 139.
2. *CA*, 281. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, III, P. 2.ª, p. 966, diz que o Bispo chegou a 4 e tomou posse a 9. Cf. *Mon. Laines*, III, 455; IV, 293; *Mon. Borgia*, III, 381; *Mon. Litter. Quad.* VI, 523; Vasc., *Crón.*, II, 64; Franco, *Synopsis an. 1559*, n.º 7, *1561*, n.º 13.
3. *CA*, 373.
4. Natural de N.ª S.ª da Serra, diocese de Lisboa. Em 1563, foi para Pôrto Seguro, já sacerdote (*CA*, 382) onde ficou muitos anos. Em 1570, residia em S. Paulo (*Mon. Borgia*, V, 441) e, em 1579, estavam-lhe confiados os Índios de Araribóia (Anch., *Cartas*, 269). Fêz os votos de Coadjutor espiritual no dia 8 de Abril de 1577, em S. Vicente (*Lus. 1*, 157). Era superior do Espírito Santo em 1584 (*Lus. 69*, 133). Trabalhou muito com os Índios. Faleceu no Colégio do Rio em 1611. Diz a Ânua correspondente: «In Collegio Fluminis Ianuarii ante triennium obiit 80 annos natus P. Antonius Gondisallus Societatem ante annos 50 amplexus» (Ânua de 1611, escrita a 1 de Maio de 1615, *Bras. 8*, 122v).
5. Ordenou-se depois de sacerdote, trabalhou muito nas aldeias da Baía, em Itaparica e nos Ilhéus (*CA*, 269, 284, 306, 362, 372-377, 381). Voltando a Portugal, como doente, parece que na viagem cometeu alguma imprudência. O P. Leão Henriques falou em o despedir da Companhia e nesse sentido informa o P. Geral, a quem o P. Luiz Rodrigues se dirigiu directamente, indo a Roma (Carta do P. Leão Henriques ao P. Geral, de Lisboa, a 12 de Fevereiro e 13 de Setembro de 1566, *Lus. 62*, 11-11v, 107). A 30 de Janeiro de 1567, escreveu S. Francisco de Borja ao B. Inácio de Azevedo que o P. Luiz Rodrigues estava em Roma, exercitando-se em ofícios humildes com os noviços e muito consolado (*Mon. Borgia*, IV, 400). É a última notícia que dêle colhemos.
6. Cf. Carta de Miguel Tôrres a Laines, de Lisboa, 18 de Abril de 1559, *Mon. Laines*, IV, 293.
7. «No partieron mas navios despues de aquelle ẽ q ẽ Noviẽbre passado fuerõ el pe. frº. Viegas e el hermano cypiõ», *Lus. 61*, 97v; *Mon. Nadal*, I, 693.
8. Vasc., *Crón.* II, 109. O P. Godinho em carta a S. Francisco de Borja, de Lisboa, 31 de Maio de 1565, dá notícia de terem sido despedidos os Padres

7.ª Expedição (1563):

Saída de Lisboa: 15 de Fevereiro.
Chegada à Baía: 1 de Maio.

P. Caxa, Quirício	Espanhol
Ir. Alvares, Baltazar	»
Ir. Pina, Sebastião	Português
Ir. Carvalho, Luiz	»

Sebastião Pina conta, em carta sua, o que passaram na viagem 1. Foram na nau capitânia e sustentados à custa do Tesouro Real 2.

« Para o Brasil estão de caminho quatro da Comp.ª scilicet, um sacerdote, e um diácono e dois leigos, o sacerdote ouviu alguns anos de teologia e um dos irmãos também a estudava, já de todo estão aparelhados, esperando tempo para partir » 3.

8.ª Expedição (1566):

Saída de Lisboa: antes de 6 de junho 4.
Chegada à Baía: 23 de Agôsto 5.

P. Azevedo, Inácio de — Visitador	Português
P. Gonçalves, Amaro	»
P. Rocha, António da	»
P. Fernandes, Baltazar 6	»
Ir. Dias, Pedro (estudante)	»
Ir. Fernandes, Estêvão	»
Gonçalves, Domingos	»
Andrade, António de	»

Os dois últimos foram para ser recebidos depois na Companhia 7. E tanto

---

Francisco Viegas e Luiz Rodrigues, recém-chegados do Brasil (*Lus. 61*, 289). Êste último recorreu a Roma, como vimos. Cf. *CA*, 355; Franco, *Synopsis an. 1551*, n.º 13.

1. *CA*, 395.

2. Francisco Soares, *De alg. coisas mais notáveis*, 378.

3. Quadrimestre da casa de S. Roque ao ult.º de Dezembro de 1562, Évora, Cartas, Tômo 2.º, cód. CVIII, 2-2, f. 146v; Cf. *Lus. 61*, 97v, carta do P. Gonçalo Vaz, Provincial de Portugal ao P. Nadal, de Lisboa, 14 de Maio de 1562, onde transparece a necessidade de enviar Padre que pudesse suceder no provincialato ao P. Grã.

4. Nesta data escreve o P. Leão Henriques, comunicando que « el P. Ignacio dazevedo ya es partido cõ sus compañeros para el Brasil », *Lus. 62*, 44v; *Lus. 61*, 289; Francisco Soares, *De algumas coisas mais notáveis*, 378.

5. *Fund. de la Baya*, 16 (90).

6. Catálogo de 1607: « P. Balthazar Fernandes ex Porto ann. 69 mediocri valetud. admissus in Societatem anno 1558, studuit grammaticae annos 4or unum casibus conscienciae. Fuit Superior in residentiis annos 5; in missionibus versatur ultra viginti annos, didicit brasilicam linguam, coadiutor formatus ab anno 1577» (*Bras. 5*, 69).

7. Vasc., *Crón.* III, 90; Franco, *Synopsis Ann. 1566*, n.º 6; Id., *Imagem de Coimbra*, II, 74.

falecer, em 1612, na Aldeia de S. Barnabé, com 74 anos de idade e 55 de Companhia [1].

Nesta armada veio também o 2.º Bispo do Brasil, D. Pedro Leitão: para lá lhes escrevi em «a caravela *S. João*, em a qual eu vim com o Bispo», diz Rui Pereira [2].

5.ª Expedição (1560):

Saída de Lisboa: 20 de Abril.
Chegada ao Brasil: ao fim de Julho [3].

Ir. Gonçalves, António [4]	Português
Ir. Rodrigues, Luiz [5]	»

Nota-se dificuldade em enviar Padres, «si de otras partes no ayudan» [6].

6.ª Expedição (1661):

Saída de Lisboa: Novembro [7].

P. Viegas, Francisco	Português
Ir. Comitoli, Scipião	Italiano

Viajaram na nau capitânia, com Lucas Giraldes, que era o capitão. Nenhum dêstes dois perseverou na Companhia [8].

1. *Bras. 8*, 139.
2. *CA*, 281. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, III, P. 2.ª, p. 966, diz que o Bispo chegou a 4 e tomou posse a 9. Cf. *Mon. Laines*, III, 455; IV, 293; *Mon. Borgia*, III, 381; *Mon. Litter. Quad.* VI, 523; Vasc., *Crón.*, II, 64; Franco, *Synopsis an. 1559*, n.º 7, *1561*, n.º 13.
3. *CA*, 373.
4. Natural de N.ª S.ª da Serra, diocese de Lisboa. Em 1563, foi para Pôrto Seguro, já sacerdote (*CA*, 382) onde ficou muitos anos. Em 1570, residia em S. Paulo (*Mon. Borgia*, V, 441) e, em 1579, estavam-lhe confiados os Índios de Araribóia (Anch., *Cartas*, 269). Fêz os votos de Coadjutor espiritual no dia 8 de Abril de 1577, em S. Vicente (*Lus. 1*, 157). Era superior do Espírito Santo em 1584 (*Lus. 69*, 133). Trabalhou muito com os Índios. Faleceu no Colégio do Rio em 1611. Diz a Ânua correspondente: «In Collegio Fluminis Ianuarii ante triennium obiit 80 annos natus P. Antonius Gondisallus Societatem ante annos 50 amplexus» (Ânua de 1611, escrita a 1 de Maio de 1615, *Bras. 8*, 122v).
5. Ordenou-se depois de sacerdote, trabalhou muito nas aldeias da Baía, em Itaparica e nos Ilhéus (*CA*, 269, 284, 306, 362, 372-377, 381). Voltando a Portugal, como doente, parece que na viagem cometeu alguma imprudência. O P. Leão Henriques falou em o despedir da Companhia e nesse sentido informa o P. Geral, a quem o P. Luiz Rodrigues se dirigiu directamente, indo a Roma (Carta do P. Leão Henriques ao P. Geral, de Lisboa, a 12 de Fevereiro e 13 de Setembro de 1566, *Lus. 62*, 11-11v, 107). A 30 de Janeiro de 1567, escreveu S. Francisco de Borja ao B. Inácio de Azevedo que o P. Luiz Rodrigues estava em Roma, exercitando-se em ofícios humildes com os noviços e muito consolado (*Mon. Borgia*, IV, 400). É a última notícia que dêle colhemos.
6. Cf. Carta de Miguel Tôrres a Laines, de Lisboa, 18 de Abril de 1559, *Mon. Laines*, IV, 293.
7. «No partieron mas navios despues de aquelle ẽ q ẽ Noviẽbre passado fuerõ el pe. frº. Viegas e el hermano cypiõ», *Lus. 61*, 97v; *Mon. Nadal*, I, 693.
8. Vasc., *Crón.* II, 109. O P. Godinho em carta a S. Francisco de Borja, de Lisboa, 31 de Maio de 1565, dá notícia de terem sido despedidos os Padres

7.ª Expedição (1563):

Saída de Lisboa: 15 de Fevereiro.
Chegada à Baía: 1 de Maio.

P. Caxa, Quirício	Espanhol
Ir. Alvares, Baltazar	»
Ir. Pina, Sebastião	Português
Ir. Carvalho, Luiz	»

Sebastião Pina conta, em carta sua, o que passaram na viagem [1]. Foram na nau capitânia e sustentados à custa do Tesouro Real [2].

«Para o Brasil estão de caminho quatro da Comp.ª scilicet, um sacerdote, e um diácono e dois leigos, o sacerdote ouviu alguns anos de teologia e um dos irmãos também a estudava, já de todo estão aparelhados, esperando tempo para partir» [3].

8.ª Expedição (1566):

Saída de Lisboa: antes de 6 de junho [4].
Chegada à Baía: 23 de Agôsto [5].

P. Azevedo, Inácio de — Visitador	Português
P. Gonçalves, Amaro	»
P. Rocha, António da	»
P. Fernandes, Baltazar [6]	»
Ir. Dias, Pedro (estudante)	»
Ir. Fernandes, Estêvão	»
Gonçalves, Domingos	»
Andrade, António de	»

Os dois últimos foram para ser recebidos depois na Companhia [7]. E tanto

---

Francisco Viegas e Luiz Rodrigues, recém-chegados do Brasil (*Lus. 61*, 289). Êste último recorreu a Roma, como vimos. Cf. *CA*, 355; Franco, *Synopsis an. 1551*, n.º 13.

1. *CA*, 395.
2. Francisco Soares, *De alg. coisas mais notáveis*, 378.
3. Quadrimestre da casa de S. Roque ao ult.º de Dezembro de 1562, Évora, Cartas, Tômo 2.º, cód. CVIII, 2-2, f. 146v; Cf. *Lus. 61*, 97v, carta do P. Gonçalo Vaz, Provincial de Portugal ao P. Nadal, de Lisboa, 14 de Maio de 1562, onde transparece a necessidade de enviar Padre que pudesse suceder no provincialato ao P. Grã.
4. Nesta data escreve o P. Leão Henriques, comunicando que «el P. Ignacio dazevedo ya es partido cõ sus compañeros para el Brasil», *Lus. 62*, 44v; *Lus. 61*, 289; Francisco Soares, *De algumas coisas mais notáveis*, 378.
5. *Fund. de la Baya*, 16 (90).
6. Catálogo de 1607: «P. Balthazar Fernandes ex Porto ann. 69 mediocri valetud. admissus in Societatem anno 1558, studuit grammaticae annos 4or unum casibus consciencíae. Fuit Superior in residentiis annos 5; in missionibus versatur ultra viginti annos, didicit brasilicam linguam, coadiutor formatus ab anno 1577» (*Bras. 5*, 69).
7. Vasc., *Crón.* III, 90; Franco, *Synopsis Ann. 1566*, n.º 6; Id., *Imagem de Coimbra*, II, 74.

êles como os irmãos Pedro Dias e Estevão Fernandes acham-se no Catálogo do Brasil, onde se inscreveu, posteriormente, a data de 1565, que se não compagina com a data desta expedição. Estevão Fernandes tinha sido comprador em Braga [1].

9.ª Expedição (1566):

P. Rêgo, Miguel do [2] — Português
P. Aranda, António [3] — »

São limitadíssimas e até confusas as notícias desta expedição, como das duas seguintes. Franco, referindo-se à ida de Inácio de Azevedo, diz «eodem fere tempore pervenerunt...» e cita aquêles dois [4]. Mas no catálogo do fim traz o P. Rêgo na lista do B. Azevedo e em lugar de Aranda, que não cita, traz Andrade, a quem não dá o título de Padre. Êste Andrade, porém, foi com o P. Azevedo e ainda não era da Companhia, segundo Vasconcelos [5].

10.ª Expedição (1569):

Saída de Lisboa: 9 ou 10 de Novembro [6].
P. Fonseca, Luiz da — Português
Leitão, Francisco [7] — »
Gonçalves, Francisco [8] — »
Franco, mas só no catálogo final da *Synopsis.*

11.ª Expedição (1570):

Saída de Lisboa: antes de Junho.
P. Gonçalves, Afonso — Português
Martins, João — »
1 noviço — de Valência
Foram enviados pelo P. Beato Inácio de Azevedo [9].

---

1. *Lus. 62,* 22.
2. De Figueiró dos Vinhos. Faleceu no Rio, a 2 de Março de 1602 (*Hist. Soc. 43,* 65; *Bras. 8.* 43v).
3. O P. António de Aranda, natural de Longa, Bispado de Lamego, fêz profissão solene de 3 votos, na Baía, no dia 24 de Junho de 1572 (os 5 simples teem a data de 26 de Junho). Faleceu nesta cidade, dia 26 de Agôsto de 1603: «Concionator egregius, lusitano et brasilico sermone». (*Lus. 1,* 121-121v, 123; *Lus. 43,* 242v; *Lus. 68,* 399; *Hist. Soc. 43,* 65; *Bras. 8,* 40; *Bras. 15,* 468).
4. *Synopsis an. 1566,* n.º 6.
5. Vasc., *Crón.*, III, 90.
6. «Inbio alli derechos vn Padre y dos hermanos, que estan para partir manhana ó el otro dia en un navio pequeno». Carta do B. Azevedo a S. Francisco de Borja, do Pôrto a 8 de Nov. 1569, *Mon. Borgia,* V, 237.
7. Faleceu no Rio, a 19 de Janeiro de 1600 (*Hist. Soc.*, 42, 33; *ib.*, 43, 65).
8. De Braga, exerceu o cargo de Soto-ministro muitos anos e faleceu na Baía, no biénio de 1617-1619, com 76 anos de idade e 54 de Companhia (*Bras. 8,* 227).
9. *Fund. de Pernambuco,* 61v (8).

Portanto, por ocasião ou mesmo antes de ter saído êle próprio de Lisboa (5 de Junho). Êstes três nomes estão incluídos na lista da 12.ª expedição.

12.ª Expedição (1570):

Saída de Lisboa: 5 de Junho [1].

Martírio dos primeiros 40, chefiados pelo B. Inácio de Azevedo: 15-16 de Julho de 1570.

Martírio de mais 12, chefiados pelo P. Pero Dias: 13-14 de Setembro de 1571. Foi a maior expedição que jamais se organizou para o Brasil. Dos seus componentes e fim, simultâneamente trágico e glorioso, daremos notícia circunstanciada no Tômo II.

13.ª Expedição (1572):

Saída de Lisboa: 28 de Janeiro [2].
Chegada à Baía: 23 de Abril [3].

P. Tolosa, Inácio — Provincial	Espanhol
P. Ferrão, Cristóvão	Português
P. Cordeiro, Melchior	»
P. Leite, Gonçalo	»
P. Rocha, Martim da	»
P. Ferreira, António	»
Castro, Manuel de	»
Ferreira, Domingos	»
Novais, Pedro [4]	»
Gonçalves, Sebastião	»
Cruz, António da	»
Luiz, Gonçalo	»
Matos, Agostinho de	»

Aquêles cinco Padres Portugueses fizeram profissão de três votos, antes de embarcar. Na Madeira, foram recebidos 4 estudantes que, com três que vinham de Lisboa, perfazem o número de sete [5].

Para que se não repetisse o sucedido na expedição anterior, tomaram-se precauções especiais. O capitão da Armada, Cristóvão de Barros, ia para Governador do Rio de Janeiro. Também ia o Dr. Salema, com alçada. Saíram 27

1. Carta de Pero Dias, da Ilha da Madeira, 17 de Agôsto de 1570, *Bras. 15*, 191 ; Maffei traz a versão latina desta carta com a data de XV Kal. Sept. 1570 (*Hist. Indic.* 448-450 ; Franco diz, por lapso, que foi a 5 de Julho, *Imagem de Coimbra*, II, 92 ; Franco, *Synopsis an. 1570*, n. 1, 2.

2. De Lisboa, mas de Belém, «a 29, uma segunda-feira», Carta de Martim da Rocha, Setembro de 1572, *BNL*, fg, 4532, 33v-34.

3. Segundo Tolosa, Carta de 17 de Maio de 1572, BNL, fg, 4532. Segundo Martim da Rocha, a 24, *ib.*

4. Faleceu em 1574, no Espírito Santo (*Fund. del Rio de Henero*, 58 (137) ; *Fund. de la Baya*, 32 (107-108) ; António de Matos, *Prima Inst.*, 25v).

5. Carta referida de Martim da Rocha, BNL, fg, 4532.

velas. Ordem expressa para irem sempre de conserva. Tendo-se o Mestre da nau, em que iam os Padres, afastado um pouco, o capitão da Armada o mandou prender na Ilha de Santiago, só o soltando a rogos dos mesmos Padres. Ainda assim, duas naus deram à costa, outra foi a pique, mas salvou-se a gente noutra [1].

Desta viagem conservam-se boas relações. Distribuíram-se a bordo os ofícios. O P. Cordeiro era ministro e dispenseiro; o P. Ferrão, soto-ministro e cozinheiro; o P. Leite, mestre de noviços; o P. Ferreira, porteiro e sacristão, que havia de tanger aos exames, à oração e ave-marias; o P. Rocha, refeitoreiro e procurador [2].

Em Lisboa, estiveram a bordo a despedir-se « o P. Miguel de Sousa, com muitos Padres e Irmãos de São Roque e o P. Maurício com quási todos os Padres e Irmãos de Santo Antão. Estando assim todos juntos em a nau, mandou o mestre disparar tôda a artilharia, com que todos os Irmãos muito se alegraram. E não nos podendo apartar de nossos Irmãos em o amor, todavia corporalmente nos apartámos com igual saüdade » [3].

14.ª Expedição (1574):

Chegada à Baía: 2 de Maio [4].

P. Mesquita, Luiz de	Português
P. Dias, Manuel [5]	»
P. Saloni, João	Catalão
P. Mendes, Diogo	Português
P. Lopes, Francisco	Espanhol

Vieram em dois navios: os três primeiros num, os dois segundos noutro: êste segundo navio foi tomado dos Piratas e os dois Padres, depois de grandes trabalhos, foram deixados na praia, desprovidos de tudo, incluindo a roupa com que se vestiam. O P. Francisco Lopes tornou a embarcar na expedição seguinte.

15.ª Expedição (1575):

Saída de Lisboa: 17 ou 18 de Março
Chegada à Baía: 29 de Maio.

P. Morinello, José — Superior [6]	Italiano

---

1. Id., *ib.*
2. Id., *ib.*
3. Id., *ib.* Cf. Carta do P. Mirão (Visitador) ao P. Geral, Lisboa, 15 de Abril de 1572, *Lus. 64*, 288v; *Lus. 64*, 249, 252; Fr. Soares, *De alg. cousas*, 378; *Fund. de la Baya*, 19 (93). *Fund. del Rio de Henero*, 52v-53 (130); António de Matos, *Prima Inst.*, 25v; Franco, *Synopsis an. 1572*, n.º 7.
4. *Fund. de la Baya*, 31v (106-107).
5. Faleceu em 5 de Maio de 1610 *(Hist. Soc. 43*, 65v). Dêle diz o catálogo de 1607: « P. Emmanuel Dias ex Alcoutim dioece. Sylvensis ann. 60 mediocri valetudine. Admissus Eborae anni 1561. Studuit Grammaticae annos 7 interruptim casibus conscienciae unum, fuit minister in Collegio Bahiensi ann. 3, in Flumine unum, reliquum tempus in confessionibus se exercuit, formatus ab anno 1603 » *(Bras. 5*, 71).
6. Voltou, mais tarde, para a Itália (Vasc., *Anchieta*, 289).

P. Armínio, Leonardo — Italiano
P. Baptista Giaccopuzi, João [1] — »
P. Lopes, Francisco [2] — Espanhol
Ir. Rodrigues, Jerónimo — Português
Ir. Távora, Manuel de — que acabava de chegar de Itália [3].

« Li Padri per il Brasil si partiranno alpiu tarde fra dui o tre giorne : sono sei » [os que acima disse e pela ordem que disse] escreve o P. Vale-Régio. A carta é de 15 de Março : logo a 17 ou 18 de Março. «Vão num galeão muito bem armado. E levam per sua conta tôda a popa com a varanda e câmara » [4].

16.ª Expedição (1576):

Chegada à Baía: 27 de Junho [5].

P. Castilho, Agostinho del — Espanhol
P. Toledo, Pero de — »
P. Ortega, Francisco — »
P. Garcia, Miguel — »

O Procurador em Lisboa, referindo-se aos Padres Garcia e Ortega, enviados pelo Provincial de Toledo, alude aos preparativos desta expedição, e acrescenta. « De Castela não ha notícias nem dos de Roma. O P. Geral veja se manda gente formada, que é disso que tem necessidade o Brasil. Porque agora mesmo escreve o Provincial do Brasil, que havia morrido um Padre em Pôrto Seguro

---

1. O P. Giaccopuzi, natural da diocese « Caracenense sive Lunense », (Spezzia) foi um dos homens mais instruídos que chegaram ao Brasil neste século. Além do curso de Artes e algum tempo de Filosofia, estudara dois anos Medicina *(Bras. 5,* 23). Infelizmente, tinha má saúde. Ainda assim, homem de grande virtude e zêlo, « ético como estava », nunca deixou de trabalhar na conversão dos Índios, cuja língua aprendeu, até falecer no Colégio do Rio de Janeiro, a 2 de Abril de 1590 *(Lus. 71,* 4; *Ann. Litt. 1590-1591,* p. 824; *Bras. 15,* 365v, 374v). Conservam-se duas cartas suas, uma em italiano, de Lisboa, a 20 de Outubro de 1574 *(Lus. 66,* 271), outra em latim, da Baía, Aldeia de Santiago (9 de Agôsto de 1575), onde conta a sua viagem de Lisboa à Baía e as suas primeiras impressões, — boas e edificantes. Agradece ao P. Geral o tê-lo enviado ao Brasil *(Bras. 15,* 280-283).

2. O P. Francisco Lopes, da diocese de Cuenca *(Bras. 5,* 20v), não se deu bem no Brasil, e, temendo-se perdesse ali a vocação e fôsse mais útil na Europa, voltou a ela em 1589. Cativo dos piratas, levaram-no a Rochela, donde passou a Espanha (Carta do P. João Correia ao P. Geral, de Lisboa, 2 de Dezembro de 1589, *Lus. 70,* 390v ; *Lus. 68,* 343, 411v).

3. Manuel de Távora talvez fôsse um dos que estudavam em Roma, destinados ao Brasil. Desejou passar a outra religião, e para isso recebeu patente do P. Geral. Tal facto, porém, só veio ao conhecimento do Provincial de Portugal, depois do embarque para o Brasil. Saiu da Companhia em 1577 (Carta do P. Manuel Rodrigues, Provincial, ao P. Geral, de Braga, 26 de Set.º 1575, *Lus. 67,* 197; *Bras. 5,* 53).

4. Carta do P. Vale-Régio ao P. Geral, de Lisboa, a 15 de Março de 1575, *Lus. 67,* 57-58; Franco, *Synopsis, an. 1575,* n.º 22; Fr. Soares, *De algumas cousas,* 378; Carta do P. João Baptista Giacopuzzi ao P. Geral, da Baía, 9 de Agôsto de 1575, *Bras. 15,* 283.

5. Carta do P. Luiz da Fonseca, *Bras. 15,* 288.

e não tinha por quem o substituir. E veja também sua Paternidade « como esos hermanos que vienen *ingleses* sin saber la lengua de por ca como podran aprovechar en el Brasil »[1].

17.ª Expedição (1577):

Chegada à Baía: 24 de Dezembro.

P. Serrão, Gregório — Proc. a Roma	Português
P. Travassos, Simão	»
P. Soares, Pedro	»
P. Andrade, Pedro de	»
Gonçalves, Vicente	»
Barros, Manuel de	»
Teixeira, Francisco[2]	»
Gonçalves, Simão	»
Viegas, Gonçalo	»
João Baptista	Flamengo
Lôbo, Gedeão	»
Fildi, Tomás	Irlandês
Yate, João Vicente	Inglês
Ventedio, Bayardo	Italiano
João, Adrião	»
Alvares, Francisco	Português
Dias, Francisco	»

Franco[3] só nomeia o P. Ferrão, mas no catálogo do fim traz todos êstes, atribuindo-os ao ano de 1578; o mesmo tem F. Soares[4]. Contudo, o mesmo Franco diz que êles chegaram na vigília do Natal, *Brasiliam tenuere pervigilio Natalis Domini.* E John Yate, especifica o ano: *arrived in Dec. 1577*[5].

18.ª Expedição (1583):

Saída de Lisboa: 5 de Março.
Chegada à Baía: 9 de Maio[5].

P. Gouveia, Cristóvão — Visitador	Português
P. Cardim, Fernão	»

1. Carta do P. Vale-Régio ao P. Mercuriano, de Lisboa, 11 de Julho de 1575 (*Lus. 67*, 132). Cf. cartas de 21 de Julho e 5 de Nov.º, *Lus. 67*, 108, 218; Franco, *Synopsis*, no fim.
2. Faleceu, já sacerdote, no Colégio de Pernambuco, a 17 de Janeiro de 1586 (*Bras. 5*, 29; *Hist. Soc. 42*, 32 v).
3. *Synopsis*, 1577, n.º 1.
4. *De alg. cousas mais notáveis*, 374.
5. Yate, Carta de 21 de Junho de 1593, *Papers*, p. 353.
6. Cardim, *Tratados*, 285; *Bras. 2*, 139; Franco, *Synopsis an. 1583*, n.º 15. No catálogo final vem no ano 1582; Cardim, *Tratados*, 283; Carta de Gouveia, *Lus. 68*, 337-340 v.

P. Freitas, Rodrigo de	Português
Ir. Telo, Barnabé	Espanhol
Ir. Vaz, Martim, nov.	Português

19.ª Expedição (1585):

Saída de Lisboa: 30 de Janeiro.

P. Soares, Francisco — Superior	Português
P. Cardim, Lourenço	»
E outros.	

O P. Sebastião de Morais dá conta desta expedição para o Brasil. Logo ao sair da Barra, foram acometidos de piratas franceses. O P. Lourenço Cardim morreu de uma arcabuzada na cabeça, «estando orãdo cõ un crucifixo en las manos». Os mais foram presos e abandonados, depois, na Galiza, voltando por terra a Portugal. Francisco Soares e provàvelmente mais alguns retomaram o caminho do Brasil na expedição seguinte. Conta Fernão Cardim que o P. Geral enviava 12 a esta província. Ao saber a notícia da morte de seu irmão, ficou naturalmente triste, mas «em extremo me consolei com saber que o Padre Lourenço Cardim com tanto ânimo acabara por obra em tão gloriosa emprêsa. Tive-lhe grande inveja, pois vai diante de mim, e em tudo sempre me levou vantagem» [1].

20.ª Expedição (1587):

Saída de Lisboa: 18 de Março.
Chegada a Pernambuco: 7 de Maio [2].
Chegada à Baía: 20 de Janeiro de 1588 [3].

P. Beliarte, Marçal — Provincial	Português
P. Soares, Francisco	»
P. Costa, Marcos da	»
P. Gomes, Henriques	»
P. Fernandes, Manuel	»
P. Gomes, António — Procurador, que voltava	»
Ir. Coelho, Domingos	»
Ir. Paulo, Melchior	»
Ir. Bonajuto, Ascânio [4]	Italiano
Ir. Coad. Cifarelo, Agostinho [5]	Napolitano

---

1. Cardim, *Tratados*, 360; Carta do P. Sebastião de Morais, de Lisboa, 23 de Março de 1585, ao P. Geral, *Lus. 69*, 64-65; Franco, *Synopsis an. 1585*, ns. 3-4.
2. Cardim, *Tratados*, 365. A 16 de Maio, escreve de Pernambuco o P. António Gomes, dizendo que tinham chegado todos bem, *Lus. 70*, 229.
3. Cardim, *Tratados*, 365.
4. De Lauro, diocese de Nola. Alfaiate. Faleceu na Aldeia de St.º Inácio mártir (Esp.º Santo), em 1616 ou 1617 (*Bras. 8*, 222 v).
5. Morreu em Pernambuco, a 29 de Maio de 1593 (*Hist. Soc. 42*, 33).

e não tinha por quem o substituír. E veja também sua Paternidade « como esos hermanos que vienen *ingleses* sin saber la lengua de por ca como podran aprovechar en el Brasil » [1].

17.ª Expedição (1577):

Chegada à Baía: 24 de Dezembro.

P. Serrão, Gregório — Proc. a Roma	Português
P. Travassos, Simão	»
P. Soares, Pedro	»
P. Andrade, Pedro de	»
Gonçalves, Vicente	»
Barros, Manuel de	»
Teixeira, Francisco [2]	»
Gonçalves, Simão	»
Viegas, Gonçalo	»
João Baptista	Flamengo
Lôbo, Gedeão	»
Fildi, Tomás	Irlandês
Yate, João Vicente	Inglês
Ventedio, Bayardo	Italiano
João, Adrião	»
Alvares, Francisco	Português
Dias, Francisco	»

Franco [3] só nomeia o P. Ferrão, mas no catálogo do fim traz todos êstes, atribuindo-os ao ano de 1578; o mesmo tem F. Soares [4]. Contudo, o mesmo Franco diz que êles chegaram na vigília do Natal, *Brasiliam tenuere pervigilio Natalis Domini.* E John Yate, especifica o ano: *arrived in Dec. 1577* [5].

18.ª Expedição (1583):

Saída de Lisboa: 5 de Março.
Chegada à Baía: 9 de Maio [5].

P. Gouveia, Cristóvão — Visitador	Português
P. Cardim, Fernão	»

---

1. Carta do P. Vale-Régio ao P. Mercuriano, de Lisboa, 11 de Julho de 1575 (*Lus. 67*, 132). Cf. cartas de 21 de Julho e 5 de Nov.º, *Lus. 67*, 108, 218; Franco, *Synopsis*, no fim.
2. Faleceu, já sacerdote, no Colégio de Pernambuco, a 17 de Janeiro de 1586 (*Bras. 5*, 29; *Hist. Soc. 42*, 32 v).
3. *Synopsis*, 1577, n.º 1.
4. *De alg. cousas mais notáveis*, 374.
5. Yate, Carta de 21 de Junho de 1593, *Papers*, p. 353.
6. Cardim, *Tratados*, 285; *Bras. 2*, 139; Franco, *Synopsis an. 1583*, n.º 15. No catálogo final vem no ano 1582; Cardim, *Tratados*, 283; Carta de Gouveia, *Lus. 68*, 337-340 v.

P. Freitas, Rodrigo de	Português
Ir. Telo, Barnabé	Espanhol
Ir. Vaz, Martim, nov.	Português

19.ª Expedição (1585):

Saída de Lisboa: 30 de Janeiro.

P. Soares, Francisco — Superior	Português
P. Cardim, Lourenço	»
E outros.	

O P. Sebastião de Morais dá conta desta expedição para o Brasil. Logo ao sair da Barra, foram acometidos de piratas franceses. O P. Lourenço Cardim morreu de uma arcabuzada na cabeça, «estando orãdo cõ un crucifixo en las manos». Os mais foram presos e abandonados, depois, na Galiza, voltando por terra a Portugal. Francisco Soares e provàvelmente mais alguns retomaram o caminho do Brasil na expedição seguinte. Conta Fernão Cardim que o P. Geral enviava 12 a esta província. Ao saber a notícia da morte de seu irmão, ficou naturalmente triste, mas «em extremo me consolei com saber que o Padre Lourenço Cardim com tanto ânimo acabara por obra em tão gloriosa emprêsa. Tive-lhe grande inveja, pois vai diante de mim, e em tudo sempre me levou vantagem» [1].

20.ª Expedição (1587):

Saída de Lisboa: 18 de Março.
Chegada a Pernambuco: 7 de Maio [2].
Chegada à Baía: 20 de Janeiro de 1588 [3].

P. Beliarte, Marçal — Provincial	Português
P. Soares, Francisco	»
P. Costa, Marcos da	»
P. Gomes, Henriques	»
P. Fernandes, Manuel	»
P. Gomes, António — Procurador, que voltava	»
Ir. Coelho, Domingos	»
Ir. Paulo, Melchior	»
Ir. Bonajuto, Ascânio [4]	Italiano
Ir. Coad. Cifarelo, Agostinho [5]	Napolitano

1. Cardim, *Tratados*, 360; Carta do P. Sebastião de Morais, de Lisboa, 23 de Março de 1585, ao P. Geral, *Lus. 69*, 64-65; Franco, *Synopsis an. 1585*, ns. 3-4.
2. Cardim, *Tratados*, 365. A 16 de Maio, escreve de Pernambuco o P. António Gomes, dizendo que tinham chegado todos bem, *Lus. 70*, 229.
3. Cardim, *Tratados*, 365.
4. De Lauro, diocese de Nola. Alfaiate. Faleceu na Aldeia de St.º Inácio mártir (Esp.º Santo), em 1616 ou 1617 *(Bras. 8*, 222 v).
5. Morreu em Pernambuco, a 29 de Maio de 1593 *(Hist. Soc. 42*, 33).

« Partieron a 18 de Marcio y hizoles muy buen tiempo »[1]. Vão em naus bem artilhadas e em companhia do Galeão de Malaca[2].

21.ª Expedição (1588):

P. Oliveira, Fernão de	Português
P. Abreu, Bartolomeu de[3]	»
Correia, Pedro	»
P. Álvares, Pedro	»
P. Botelho, António	»

Chegaram ao Brasil os três primeiros; a nau, em que iam os últimos dois, tendo-se demorado na Madeira, perdeu a monção e viu-se obrigada a arribar a Angra seis meses depois[4].

22.ª Expedição (1591)[5]:

P. Coelho, Pedro[6]	Português
P. Lôbo, Gaspar[7]	»
Ir. Pinheiro, Simão	»
Ir. Oliveira, Manuel de	»

23.ª Expedição (1594)[8]:

Chegada à Baía: 17 de Julho.[9]

P. Rodrigues, Pedro — Prov.	Português
P. Barreira, Pedro[10]	»
Gonçalves, António[11]	»

1. Carta do P. Sebastião de Morais ao P. Geral, de Lisboa, 23 de Maio de 1587, *Luş. 70,* 146.
2. *Lus. 70,* 89, 97 ; Franco, *Synopsis an. 1587,* n.º 3.
3. O catálogo de 1576 trá-lo como noviço em Coimbra, tendo então 19 anos e 5 meses. «Tinha o primeiro curso de Coimbra. Bom juízo e capacidade. Talento para letras e lê-las e prègar. Mostra que será para governar e tratar com o próximo e mais ministérios» *(Lus. 43,* 501 v). No Brasil, não deu de si a conta que tais apreciações faziam prever. Voltou em 1589, sendo aprisionado pelos piratas franceses, e levado a Rochela, donde passou a Espanha, com o P. Francisco Lopes seu companheiro, repatriado por iguais motivos (Carta de Beliarte, 4 de Janeiro de 1590, *Bras. 15,* 372 (12ᵐ), 369 v (12ᵐ).
4. Franco, *Synopsis an. 1588,* n.º 4.
5. Franco, *Synopsis an. 1591,* n.º 1.
6. *Bras. 5,* 34. « Pe. P.º Coelho, sup.ᵒʳ dela mission natural de Couillan. 26 anos de edad. 10 dela cõp.ª studio theologia tres años, muy indespuesto del hygado y pocas fuerças » *(Bras. 5,* 34). No dia 28 de Outubro de 1602, fêz profissão solene de 4 votos, em Olinda *(Lus. 3,* 39-40).
7. Faleceu em 1623 *(Hist. Soc. 43,* 68).
8. Franco, *Synopsis,* catálogo final. Não fala nêles no ano respectivo.
9. Carta de Pero Rodrigues, Baía, 24 de Março de 1596: « Eu cheguei de Angola à Baía, a 17 de Julho de 94 » *(Bras. 15,* 418).
10. P. Pedro Barreira: não achamos sinais de ter trabalhado no Brasil Padre com êste nome; e vemos que um P. Pedro Barreira fêz os últimos votos, no Pôrto, a 25 de Outubro de 1598 *(Lus. 19,* 116).
11. Foi de Angola para o Brasil. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1597 (Ânua de 1597, *Bras. 15,* 431; *Annuae Litt. 1597,* p. 497).

24.ª Expedição (1595) [1]:

P. Carneiro, Rafael [2]	Português
P. Fernandes, João	»
Ir. Esc. Gomes, Manuel	»
Ir. » Tenreiro, Manuel	»
Ir. Coadj. Baptista, João	»
Ir. » Gonçalves, Francisco, que foi subministro 30 anos	Port.

25.ª Expedição (1598) [3]:

P. Matos, António de	Português
P. Álvares, Melchior [4]	»
P. Peixoto, Jerónimo	»
Ir. Gomes, João	»

26.ª Expedição (1601):

Saída de Lisboa: 24 de Setembro [5].

P. Madureira, João de — Visitador	Português
P. Cardim, Fernão — Procurador a Roma	»
P. Abreu, António de	»
P. Álvares, Gaspar	»
P. Lopes, Vicente	»
P. Figueira, Luiz	»
P. Fernandes, Manuel	»
P. Dias, António	»
P. Valada, Manuel	»
P. Mendes, Gonçalo	»
Ir. Lourenço, Bartolomeu	»
Ir. Rodrigues, Miguel	»
Ir. Pires, Belchior	»
Ir. Fernandes, Baltazar	»
Ir. Ferreira, Francisco	»
Ir. Rodrigues, Domingos	»
Ir. Leite, Francisco	»
Ir. Fernandes, Pero	»
Ir. Lopes, Bento	»

---

1. Franco, *Synopsis an. 1595*, n.º 1.
2. O P. Rafael Carneiro faleceu na Baía, a 3 de Maio de 1596 (*Hist. Soc. 42*, 33; *ib.*, 43, 65).
3. Franco, *Synopsis an. 1598*, n.º 10.
4. Melchior Álvares, natural de Santo António do Tojal, diocese de Lisboa, faleceu na Baía, a 5 de Janeiro de 1604, com 36 anos. Homem de letras e virtude (Carta de Cardim, *Bras. 8*, 49; *Hist. Soc. 43*, 65).
5. *Bras. 5*, 51.

A nau, em que iam os Padres, foi tomada pelos corsários ingleses. O P. Visitador faleceu, de morte natural, em poder dos piratas, no dia 5 de Outubro [1].

Fernão Cardim, Gaspar Álvares, Manuel Valadas, Gonçalo Mendes, Bartolomeu Lourenço, Bento Lopes, foram levados cativos a Inglaterra; os demais largados em Portugal, perto de Sines [2]. A maior parte dêstes Padres tornou a embarcar para o Brasil nas duas expedições seguintes. Pero Rodrigues, Provincial do Brasil, deu ordem que se resgatassem o P. Cardim e companheiros, ainda que fôsse preciso vender os cálices sagrados [3].

27.ª Expedição (1602) [4]**:**

Saída de Lisboa: em Janeiro [5].

P. Figueira, Luiz	Português
P. Abreu, António de	»
P. Lopes, Vicente	»
P. Dias, António	»
Ir. Rodrigues, Miguel	»
Ir. Pires, Melchior	»
Ir. Fernandes, Pedro	»
Ir. Fernandes, Baltazar	»
Ir. Rodrigues, Domingos	»
Ir. Leite, Francisco [6]	»
Ir. Ferreira, Francisco	»

28.ª Expedição (1604) [7]**:**

Chegada à Baía: 30 de Abril [8].

P. Cardim, Fernão — pela 2.ª vez	Português
P. Álvares, Gaspar	»
P. Fernandes, Manuel	»
P. Sá, Manuel de	»
P. Valada, Manuel	»
Ir. Lopes, Bento	»
Ir. Cruz, Sebastião	»

N. B. — Incluímos aqui as primeiras expedições do século XVII, para assinalar a volta ao Brasil de Fernão Cardim. O catálogo prosseguirá nos tomos consagrados aos séculos seguintes.

---

1. Livro das sepulturas do Collegio de Coimbra. Titolo dos que falecem fora. BNL, *Jesuítas*, fg, 4505, f. 72v.
2. Franco, *Synopsis an. 1601*, n.os 7-9; *Lus. 39*, 47.
3. Carta de Pero Rodrigues, *Bras. 8*, 16.
4. Franco, *Synopsis an. 1602*, e catálogo do fim.
5. *Lus. 39*, 47.
6. Em *Lus. 39*, 4, com o nome de António Leite.
7. Franco, *Synopsis*, no fim.
8. Carta de Tolosa, *Bras. 8*, 102.

APÊNDICE K

Catálogo Cronológico dos primeiros Jesuítas recebidos no Brasil (1549-1566)[1]

1549 — IR. COADJUTOR SIMÃO GONÇALVES. Em 9 de Agôsto dêste ano, estava com o P. Nóbrega « um soldado que se meteu connosco e está agora em exercícios de que estou muito contente » (Nóbr., *CB*, 83-84). « Simão Gonçalves foi o primeiro soldado que se cá tomou » (Carta de Nóbrega, *Bras. 15*, 44). Ensinou os meninos na Baía com o Irmão Vicente Rodrigues (*CB*, 104, 84). Acompanhou o P. Afonso Braz a Pôrto Seguro, donde seguiu para o Espírito Santo (*CA*, 81, 86). Em 1562, estava na Capitania de S. Vicente (*Bras. 5*, 2). Já não consta do catálogo de 1567. Tem andado confundido com o P. Simeão Gonçalves, de quem se fala mais abaixo.

— IR. C. MATEUS NOGUEIRA. Recebido pelo P. Leonardo Nunes, à passagem pelo Espírito Santo, indo para S. Vicente (Vasc., *Crón.*, I, 61).

1550 — IR. ESTUDANTE PERO CORREIA. Admitido em S. Vicente pelo P. Leonardo Nunes. Diz-se geralmente que foi o primeiro que entrou no Brasil: « Pedro Correia foi o primeiro que em esta terra entrou em a Companhia e em cinco anos que estêve nela aproveitou muito » (Anch. *Cartas*, 76, 82; *Fund. del Rio de Henero*, 48v). Ambas estas fontes se referem ao sul; no sul poderia ser o primeiro, e, neste caso, o irmão Mateus, ainda que seguisse o P. Nunes à passagem do Espírito Santo, não teria sido logo admitido.

— IR. C. DOMINGOS ANES, « PECORELA ». Antes de 6 de Janeiro dêste ano, Nóbrega tinha admitido dois em Pôrto Seguro, levando-os para a Baía (Nob., *CB*, 113). Domingos Pecorela foi um dos primeiros que recebeu o P. Nóbrega (Vasc., *Crón.*, I, 190). Era português. Muito simples, daí o nome de « Pecorela ». Faleceu na Baía, a 24 de Dezembro de 1554 (*Lus. 58* (Necrol.) 19v; Vita de Fratello Domenico Pecorella, *Lus. 58*, 42v-43; Vasc., *Crón.*, I, 191). O dia 24 del

1. Catálogo extremamente difícil de organizar. Já o notara Afrânio Peixoto, ao fazer um primeiro e meritório arrolamento dêste género, nas *Cartas Avulsas*, 44-47. As datas de entrada para alguns vão calculadas, retrospectivamente, sôbre idades que apresentam em catálogos posteriores. Não se tomem, portanto, com rigor absoluto. Vamos até o ano de 1566, período de maior intensidade nestas admissões. Depois restringiram-se. No Tômo II, consagraremos um capítulo especial à espinhosa questão das entradas. Mas convém, desde êste I Tômo, travar relações com as primícias das vocações religiosas no Brasil.

Dezembro de 1554 é dado pelos necrológios. Mas a sua morte é já mencionada na *Quadrimestre* de Maio a Setembro, de Anchieta *(Cartas*, 36). A carta não tem a data, em que foi redigida. Se fôssemos a tomar as coisas no seu rigor, a morte teria sido dentro daquele prazo. Anchieta, porém, dizendo que a morte sucedera « não há muito », insinua que a redacção da carta foi nos fins de 1554 ou começos de 1555, tempo aliás necessário para chegarem a Piratininga as notícias dispersas das Capitanias, de que a *Quadrimestre* é o resumo.

— IR. C. JOÃO DE SOUSA. Recebido em S. Vicente, talvez em 31 de Julho de 1550 *(Doc. Hist.*, XIV, 91-92).

— IR. MANUEL DE CHAVES (depois Padre). Em S. Vicente, com 26 anos. Da Vila de Moreira *(Bras. 5*, 14).

1551 — IR. E. ANDRÉ DO CAMPO. Recebido no Brasil e enviado a estudar a Portugal. Diogo Jácome supõe que já estava em Coimbra, em 1552 *(CA*, 102).

1552 — IR. E. CIPRIANO. Natural de S. Vicente. Mandado estudar a Coimbra, onde se achava em 1559 *(Mon. Mixtae*, I, 693n.). Falta o apelido. « Nóbrega determinava de mandar a Portugal alguns de maior índole e habilidade para que de lá viessem feitos bons obreiros, como com efeito mandou dois, que morreram na Companhia no Colégio de Coimbra » (Anch., *Cartas*, 474).

— IR. E. GONÇALO DE OLIVEIRA (depois Padre), com 17 anos, de Arrifana de Santa Maria *(Bras. 5*, 13).

1553 — IR. E. LEONARDO DO VALE (depois Padre), com 17 anos, de Bragança. Simão de Vasconcelos enumera-o entre os fundadores de S. Paulo; e o catálogo de 1574 *(Bras. 5*, 10) dá-o entrado em 1553. Mas o seu nome não vem no catálogo do P. Anchieta, de Julho de 1554, nem no do P. Grã, de Junho de 1556 *(Bras. 3(1)*, 147). Portanto, em 1553, devia ser estudante, começando mais tarde a contar-se, como data de entrada na Companhia, o comêço dos estudos *(Bras. 5*, 10). O catálogo de 1557-1558 chama-lhe *António* do Vale *(Bras. 5*, 1). Ou mudou de nome ou é lapso. *António* do Vale nunca mais aparece nos catálogos da Companhia. Notemos contudo que havia um António do Vale, em S. Vicente, escrivão das dadas. Cf. supra, p. 512.

— IR. E. ANTÓNIO RODRIGUES (depois Padre), admitido por Nóbrega, natural de Lisboa. Soldado do Paraguai, um dos fundadores de Buenos Aires e de Assunção e de várias povoações na Baía *(Bras. 3(1)*, 93).

— IR. E. GASPAR LOURENÇO (depois Padre), com 14 anos, de Vila-Real. Criou-se em casa desde pequeno *(Bras. 5*, 7 e 10). Anchieta ainda o não inclue no catálogo de Julho de 1554.

1554 — IR. E. SIMEÃO GONÇALVES (depois Padre). Era dos meninos órfãos *(Bras. 5*, 6v).

— IR. E. FABIANO DE LUCENA (depois Padre). Já estava na Companhia neste ano (Vasc., *Crón.*, I, 174).

— IR. ANTÓNIO GONÇALVES. Em S. Vicente. Levou-o para o Norte, em 1556, o P. Nóbrega (Catálogo do P. Grã, *Bras. 3(1)*, 147; Anch., *Cartas*, 38).

1555 — IR. E. PERO DE GÓIS, na Baía. Veio, pequeno, de Portugal com o pai (Polanco, *Chronicon*, 631 ; *Bras. 3(1)*, 143, etc.). O seu nome está no catálogo do P. Grã (1556) e no de 1557-1558 (*Bras. 3(1)*, 147; *Bras. 5*, 1). Depois desaparece. Teria ido para Portugal? Entre os mortos do Colégio de Coimbra, está um Pero de Góis, falecido em 2 de Dezembro de 1558, BNL, fg, 4505, 23).

1556 — IR. E. MANUEL VIEGAS, com 17 anos. Veio com os órfãos de Lisboa (*Bras. 5*, 6v). Apóstolo dos Maromomins.

— IR. ANTÓNIO DE ATOUGUIA. Reside no Espírito Santo (*CA*, 153). Ainda lá residia em 1557-1558 (*Bras. 5*, 1).

— P. FERNÃO LUIZ « CARAPETO ». Entrou Padre, tendo 43 anos de idade. É do têrmo de « Feria » (Feira? Faria?) « Há pouco saiu da 1.ª provação » (Catálogo do P. Grã, de 8 de Junho de 1556, *Bras. 3(1)*, 147).

— IR. E. FRANCISCO DE LUCENA. Estava na Companhia neste ano (Catálogo do P. Grã, *Bras. 3(1)*, 147). Ainda estava em 1557-1558 e não torna a aparecer. É diferente de Fabiano, citado no mesmo documento (*Bras. 5*, 1).

— IR. E. PERO DA COSTA (depois Padre), com 15 anos. De Elvas (*Bras. 5*, 10v). Em Nóbrega, *CB*, 108, chamam-lhe, por êrro do copista, *Cristóvão* da Costa. Pero da Costa é quem estava na Aldeia de S. Paulo, em 1559 (Cf. *CA*, 225).

1558 — IR. E. JOÃO PEREIRA (depois Padre), com 15 anos. Era dos órfãos de Lisboa (*Bras. 5*, 10v).

— IR. JOÃO RODRIGUES com 21 anos. Recebido como indiferente (*Bras. 5*, 11). Indiferente, isto é que tanto poderia seguir os estudos como os ofícios manuais, conforme as aptidões que revelasse.

1559 — IR. GONÇALO ALVES ou ÁLVARES. Está, êste ano, na Capitania do Espírito Santo, como intérprete do P. Francisco Pires. (*CA*, 219, 220). Era eloqüente, com graça e talento para trombeta da palavra de Deus, como se exprime Nóbrega no seu « Diálogo sôbre a Conversão do Gentio », em que Gonçalo Alves é interlocutor com Mateus Nogueira (Nóbr., *CB*, 229). Nóbrega, citando a Gonçalo Alves, a prègar, « na Capitania do Espírito Santo », no momento em que escreve, data implìcitamente o seu « Diálogo » : 1559. Gonçalo Alves não aparece em nenhum catálogo ou relação anterior, nem torna a aparecer depois.

— IR. JOÃO DE S. SEBASTIÃO. Está na Aldeia de S. Paulo (Baía), com o Ir. Pero da Costa (*CA*, 221). É a única referência conhecida.

— IR. E. LUIZ VALENTE (depois Padre), entrou com 21 anos, de Serpa (*Bras. 5*, 10v).

— IR. E. ANTÓNIO DE SÁ (depois Padre), com 22 anos (*Bras. 5*, 6).

— IR. E. ANTÓNIO DE PINA (depois Padre), com 18 anos. Dos órfãos de Lisboa (*Bras. 5*, 6v).

— IR. E. JORGE VELHO, com 15 anos (*Bras. 5*, 6).

— IR. E. DIOGO FERNANDES, com 16 anos, de Pôrto Seguro : pais portugueses (*Bras. 5*, 6v).

— IR. E. MANUEL DE ANDRADE (depois Padre), com 18 anos (*Bras. 5*, 7).

1560 — IR. ANTÓNIO LEITÃO, com 18 anos *(CA*, 258). Única referência.

— IR. E. RODRIGO DE FREITAS (depois Padre), entrou com 42 anos. Do têrmo de Melgaço *(Bras. 5*, 13v). Em Vasc., *Crón.*, aparece, por lapso de leitura ou copista, com o nome de *Diogo* de Freitas (Vasc., *Crón.* III, 122-123).

— « Da nossa nau lhe deixamos [ao P. Grã] três mancebos, já na Companhia, homens de muita maneira ». Aquela nau é a célebre nau *S. Paulo*, que veio a naufragar no Oriente. Estava, êste ano, de passagem na Baía (*Bras. 15*, 155).

— IR. BALTAZAR GONÇALVES, noviço.

— IR. ANTÓNIO DE MELO, noviço.

— IR. PERO PENEDA, noviço. Êstes três trouxe-os o P. Grã, vindo do Sul para a Baía *(CA*, 269). Única referência.

— IR. PERO RODRIGUES, com 11 anos, primeiro em casa, depois na Companhia *(Bras. 5*, 6v). Em 1561, anda com o Ir. António Rodrigues, em Santa Cruz de Itaparica, um Ir. Paulo Rodrigues que « serve de língua por ser de mui tenra idade criado nesta terra » *(CA*, 306; Vasc. *Crón.*, II, 99). Nunca mais aparece. Não será o Irmão Pero Rodrigues? Aliás, nenhum dos dois se encontra já no Cat. de 1574 *(Bras. 5*, 10-16).

— IR. E. DIOGO NUNES (depois Padre), de S. Vicente, com 12 anos, primeiro em casa, depois na Companhia *(Bras. 5*, 6v).

— IR. SIMÃO DO RÊGO, falecido por êste tempo, (*Fund. de la Baya*, 13).

— IR. E. ANTÓNIO DIAS (depois Padre), com 21 anos, de Lisboa *(Bras. 5*, 13).

— IR. E. ADÃO GONÇALVES (depois Padre), entrou com 39 anos. Dos arredores de Braga *(Bras. 5*, 14v).

— IR. E. VICENTE FERNANDES (depois Padre). Diz missa nova, êste ano, na Aldeia de Santiago (Baía), (*CA*, 316). Portanto, devia ter entrado antes. Aparece no Catálogo de 1567 sem nenhuma indicação. Já não está no seguinte, que é de 1574.

1561 — IR. E. FRANCISCO DA COSTA, com 20 anos *(Bras. 5*, 6).

1562 — IR. E. GASPAR DA MOTA, Reside em S. Vicente *(Bras. 5*, 2).

— IR. E. ANTÓNIO DE SOUSA. Reside em S. Vicente (*Bras. 5*, 2).

— IR. SIMÃO JORGE (Indif.). Reside em S. Vicente (*Bras. 5*, 2v).

— IR. ANTÓNIO DO CAMPO. Reside em S. Vicente (*Bras. 5*, 2).

— IR. E. MIGUEL DE QUEIROZ, com 17 anos (*Bras. 5*, 6v).

— IR. C. DUARTE FERNANDES, com 39 anos, português, natural do Minho *(Bras. 5*, 6). Bom obreiro. Fernão Cardim, narrando a sua morte na Baía, em 1604, e portanto na bonita idade de 97 anos, diz que êle se ferrou a si mesmo no braço com a marca usada pela Companhia para ferrar o seu gado: uma cruz dentro dum círculo. Homem de grande penitência. Carta de Cardim, de 1606 (*Bras. 8*, 49).

1563 — IR. E. JERÓNIMO VELOSO (depois Padre) com 23 anos *(Bras. 5*, 6).

— IR. E. JOÃO LOBATO (depois Padre), com 17 anos *(Bras. 5*, 7v).

1564 — IR. E. BARTOLOMEU GONÇALVES, com 14 anos, filho de Adão Gonçalves, que também entrou na Companhia (*Bras. 5*, 7; *Lus. 58*, 19; Anch., *Car-*

tas, 143-144; Vasc., *Crón.*, II, 80). Em 1567, o Ir. Bartolomeu estava a acabar o Noviciado *(Bras. 5*, 7-11). Faleceu santamente em 8 de Março de 1576.

— IR. CRISTÓVÃO DE FREITAS, com 21 anos *(Bras, 5*, 6) Faleceu em 1576 *(Hist. Soc. 42*, 32).

— IR. E. JOÃO DE SOUSA, com 24 anos.

— IR. PERO GONÇALVES. No Espírito Santo assiste, êste ano *(Bras. 5*, 8), a uma epidemia de bexigas, onde morre *(CA*, 459-460).

1565 — IR. JORGE DE ALMEIDA, com 23 anos, noviço *(Bras. 5*, 7).

— IR. PANTALEÃO GONÇALVES, com 20 anos *(Bras. 5*, 7).

— IR. PERO DIAS, Ainda noviço. «Nascido cá» *(Bras. 5*, 4). Já não está no catálogo de 1567 *(Bras. 5*, 6).

— IR. AMBRÓSIO. Ainda noviço. «Nascido cá» *(Bras. 5*, 4v). Já não está no catálogo de 1567.

— IR. BALTAZAR, «recebido en el Brasil, ajuda el sacristan» *(Bras. 5*, 7).

— IR C. DOMINGOS BORGES, com 24 anos, noviço *(Bras. 5*, 7).

— IR. E. MANUEL DE COUTO (senior), depois Padre, com 25 anos, de Vila Nova de Alvito, noviço *(Bras. 5*, 7).

1566 — IR. FRANCISCO RIBEIRO, noviço, na Baía, onde faleceu, em 9 de Junho de 1568 *(Fund. de la Baya*, 92).

Catalogo dos P. P. e Irmãos da Prouincia do Brasil em Jan.ro de 600 [1]

4. P. Pero Royz Prouincial.
4. P. Anrique Gomez. seu companheiro.
f. Ir. Fran.co Dyz tem cuidado do Nauio.

COLLEGIO DA BAYA.

4. P. Vicente Glz. Reitor. Preg. confessor. consultor do P. Prouincial.
f. P. Esteuaõ da Graa Ministro. confess.
4. P. Ignacio Tholosa. Preg. confess. de casa e da Igreja. Prefeito do spũ. consultor do R.tor e do p.e Prouincial.
f. P. R.o de Freitas confes. dos de casa.
f. P. Ant.o Blasques Preg. conf. da Igreja.
f. P. Baltesar Frz Ling. confessor anda de ordinario em Missaõ.
f. P. Manoel do Couto senior. Ling. confess.
f. P. Francisco Frz. Confessor.
P. Fran.co de Lemos Procurador. Preg. conf. Lingoa.
P. Manoel de Saa. Confessor.
P. Symaõ Pinheiro. Preg. confessor.
P. Gpär Lobo Preg. confessor.
P. Joseph da Costa confessor.
P. Andre d'Almeida. confess. Lingoa.
P. Matheus Tauares aiuda ao Procurador.

---

1. *a)* No catálogo vão indicados os Padres e Irmãos que tinham feito já os últimos votos religiosos: 4 (professo de quatro votos), 3 (professo de três votos), f. (coadjutor *formado*, espiritual, se é Padre; temporal, se Irmão).

b) Os apelidos abreviados: *Royz* (Rodrigues), *Dyz* (Dias), *Glz* (Gonçalves), *Frz* (Fernandes), *Piz* (Pires), *Miz* (Martins) e *Aluaz* (Alvares) teem todos, no documento original, um sinal diacrítico (til ou vírgula) um pouco flutuante, mas que em geral cai em cima do z.

THEOLOGIA

P. Domingos Coelho Lente. Preg. confes. dos de casa. consultor Prefeito das escholas.
P. Joam Frz. ouue. Lingoa.
P. Domingos Montr.º ouue Lingoa.
P. Manoel Gomez ouue.
Ir. Joaõ doliva. ouue.

CASOS DE CONSCIENCIA

P. Manoel do Couto Junior. Lente. Preg. confess. consultor. Ling. prefecto da jgreja.

CURSO DE ARTES

P. Manoel Tenreiro Mestre.
Ir. Paulo da Fonseca. Ling. Estud.
Ir. Manoel Cardoso Estudante. Ling.
Ir. Matheus da Guiar estud. Ling.
Ir. Francisco Alurz. Ling. Estudãte.

1.ª CLASSE

P. Hieronymo Peixoto. Mestre.

2.ª CLASSE

Ir. Manoel Nunez. Mestre. eschola de leer e escreuer.
Ir. Fernam Lopez. Mestre. Lingoa.

COADIUTORES

f. Ir. Francisco Glz. soto Ministro.
f. Ir. Manoel Tristaõ Enfermeiro
f. Ir. Fraacisco Leitaõ cego.
f. Ir. Adriano Joam sanchristaõ
f. Ir. Pedro Afonso. dispenseiro.
f. Ir. Francisco Alurz senior Portrº do Carro
f. Ir. Francisco descalante. Carpintr.º
f. Ir. Luis Fernandes. Pedreiro
Ir. Eran.co da Costa. Alfayate. Roupeiro.
Ir. Ant.º Glz aiuda ao Procurador.
Ir. Joam Baptista. Portr.º
Ir. Francisco Glz Junior Cozinheiro.

NOUICOS

P. Fernam doliu.ra Mestre consultor e admonitor do Rector, consultor do P. Prouincial e confessor de casa.
Ir. Joam da Zeuedo estudante.
Ir. Saluador Correa estudante.
Ir. Joam Alurz estudante.
Ir. Ignacio de Seq.ra Estudante
Ir. Diogo da Breu Estudante.
Ir. Francisco Meireles Estudante.
Ir. Sebastiam Vaz Estudante.
Ir. Pero da Cunha coadiutor.
Ir. Gpar da raujo Coadiutor.

MISSAÕ A ROMA

4. P. Fernam Cardim Pregador e confessor.
Ir. Antonio da Breu. Theologo.

MISSAÕ AOS AMOYPIRAS.

P. Afonso Gago Superior. Lingoa.
P. Joam Alũrz Confessor. Lingoa.
f. P. Manoel Correa confess. Lingoa.
Ir. Antonio Dyz Coadiutor.

RESIDENCIAS ANEIXAS AO COLLEGIO DA BAYA

BOYPEBA.

f. P. Hieronymo Veloso sup.or Confessor.
P. Antonio daraujo Preg. confessor.
f. Ir. Duarte Frz muito uelho. coadiutor.
Ir. Pero Tinoco Carpinteiro.

ALDEA DO SPŨ SANTO.

P. Christouaõ Valente. superior. Lingoa.
P. Belchior Alurz aprende a lingoa.
Ir. Francisco Rebello Estud. aprende a lingoa.
Ir. Fra.co Peixoto Estud. aprende a ling.a.

ALDEA DE S. JOAM.

P. Gpär Freire sup.or Ling. confessor.
f. P. Pero da Costa confessor. Lingoa.
Ir. Amaro Lopez coadiu: tem cuidado dos Currais.
Ir. Joseph. dolive seu companheiro

ALDEA DE S. ANTONIO

4. P. Joam Pereira sup.[or] Ling. Preg. conf.
P. Ant.[o] de Matos aprende a lingoa.
Ir. Francisco da Fonseca Estud. aprẽde.
Ir. Fr.[co] Carn.[ro] Estud. aprende a lingoa.

ALDEA DE S. SEBASTIAM.

P. Hieronymo Soares super. Ling. conf.
P. Ant.[o] Frz. Lingoa.
E dous Irmãos Nouiços.

CASA DOS ILHEOS

4. P. Marcos da Costa sup.[or] Preg. conf.
P. Pero de Castilho, confes. Ling.
f. Ir. Joam Miz. coadiutor.
f. Ir. Ascanio Bonadiuto. Coadiutor.

CASA DO PORTO SEGURO

P. Domingos Frr.[a] sup.[or] Preg. Ling.[a]
3. P. Antonio de Aranda Preg. conf. Ling.[a]
f. Ir. Antonio da Fonseca coadiutor.
Ir. Gpar Dyz Coadiutor.

COLLEGIO DO RIO DE JAN.[RO]

4. P. Francisco Soares. Rect. Preg. conf.
P. Manoel Dyz. Ministro. Confessor.
f. P. Vicente Royz confessor da Jgreja e dos de casa. consultor.
f. P. Miguel do Rego. Ling. Prefeito e cõfessor da Jgreja.
f. P. Jorge Royz Confessor. Lingoa.
f. P. Gabriel Glz. Preg. e confessor.
f. P. Manoel Fagundes. Procurador confessor. Lingoa.
f. P. Bras Lourenco. Confessor.
f. P. Joam Vicente. confess. Lingoa.
P. Francisco do Liu.[ra] Preg. confessor. Lingoa, consultor.

CASOS DE CONSCIENCIA.

4. P. Lionardo Arminio. Mestre. Preg. conf. admonitor, e prefecto do spũ.

CLASSE DE LATIM.

Ir. Joaõ Gomez Mestre.
Ir. Joam de Almeida Estudante.
Ir. Ant.º Antunez, Ling. Estudante.
Ir. Antonio Pereira Estud. Nouico.
Ir. Manoel de Morim Estud. Nouico.
Ir. Luis de Lemos Estud. Nouiço.

ESCHOLA DE LEER E ESCREUER

P. Agostinho de Matos Mestre conf. Lingoa.

COADIUTORES

f. Ir. Belchior Paulo Pintor.
f. Ir. Goncalo Dyz. Porteiro.
f. Ir. Antonio Jorge Enfermeiro.
f. Ir. Jorge Esteues Carpinteiro.
Ir. Luis Frz. Carpinteiro. Refeitoreiro.
Ir. Joam Sanches Cozinheiro.
Ir. Gpär Mendes Nouico. Roupeiro.

ALDEA DE S. BARNABE

f. P. Joam Lobato. sup.or Lingoa attende ás Roças de Macucu.
f. P. Antonio Glz Lingoa. confessor.
Ir. P.º de Gouuea. coadiutor Lingoa dos Maromomis.
Ir. Pantaliaõ Alurz. Estud. Lingoa.

RESIDENCIAS ANEXAS AO COLL.º DO RIO

CASA DO SPŨ SANTO.

f. P. Manoel Frz superior. Confess.
P. Pantaliaõ dos Banhos. Preg. conf. consultor.
P. D.os deseq.ra Preg. confess. Ling.a Mestre dos Meninos.
f. Ir. Antonio Ribeiro. Coadiutor.
Ir. Pero Tauares. coadiutor sapatr.º Lingoa.

ALDEA DE S. IGNATIO.

P. Domingos Gracia. sup.or Lingoa. confessor.
f. P. Sebastiam Gomez. Lingoa. confessor.
3. P. Antonio Ferreira doente.
Ir. Joaõ Myz Estudante, aprende a lingoa.

ALDEA DE RERETIBA

3. P. Diogo Frz superior. Lingoa.
f. P. Antonio Diaz confessor. Lingoa.
f. P. Hieronymo Royz confessor. Lingoa.
P. Sebastiam Pinto. confess. Lingoa.

CASA DE S.TOS CAPIT.A DE S. VICẼTE.

P. Manoel doLiueira sup.or de ambas as casas. Pregador. confessor.
f. P. Ant.o da Cruz. Lingoa. confessor. consultor.
P. Custodio Piz. confess. Mestre de eschola.
f. Ir. D.o Alurz coadiutor tem cuidado das obras.
Ir. Joaõ Marinho, coadiutor.
Ir. Domingos Alurz coadiutor.

CASA DE S. PAULO EM PIRATININGA.

P. Pero Soares sup.or Pregador e confessor.
P. Christouaõ Ferraõ. Preg. e confessor.
3. P. Martim da Rocha. Ling. confes. consultor.
f. P. Manoel Viegas. Ling. confessor. consultor.
f. P. Afonso Bras. confessor.
f. Ir. Antonio Liam coadiutor.
f. Ir. Joam Royz coadiutor.
Ir. Domingos Frz. coadiutor.

COLLEGIO DE PERNAMBUCO.

4. P. Pero de Tolledo. Rector. Preg. confes.
f. P. Fran.co Pinto. Ministro. Ling. confes.
4. P. Luis da Graa confessor da Igreja e dos de casa.
f. P. Symaõ Trauaços cõfes. da Igreja e dos de casa. consultor e prefeito do spũ.
P. Pero Coelho. Preg. confess. consultor e admonitor. Prefeito dos Estudos.
P. Baltesar de Miranda. preg. conf. Ling.a

CLASE DE LATIM.

P. Saluador Coelho. Mestre. Preg. confess. consultor. Lingoa.
Ir. Andre do Soural. Estudante. Lingoa.
Ir. Manoel Royz Estud. Lingoa.
Ir .Pero Barbosa Estudãte. Lingoa.

ESCHOLA DE LEER E ESCREUER.

Ir. Lazaro Goterres. M. Estud. Lingoa.

COADIUTORES.

f. Ir. Diogo Miz Procurador.
f. Ir. Sebastiaõ da Cruz sapatr.º Portr.º enfermeiro.
f. Ir. Pero Alurz Pedreiro.
Ir. Francisco Miz sanchristaõ.
Ir. Gabriel Lopes hortelaõ.
Ir. Fran.co Glz Alfayate. Roupeiro.
Ir. Antonio Luis Carpintr.º
Ir. Joam Glz dispenseiro. cozinheiro sapatr.º
Ir. Gpär de Sousa Refeitoreiro.

MISSAÕ DO RIO GRANDE.

f. P. Diogo Nunez. sup.or confes. Ling.
P. Gpar desemperes. cõfess. Prefeito das obras.

ALDEA DE S. MIGUEL.

f. P. Luis Valente superior. confessor Lingoa.
P. Gpär Ferreira confessor. Lingoa.
Ir. Antonio Royz Coadiutor tem cuidado dos curraẽs.

ALDEA DE N. S^RA DA ESCADA

f. P. Pero Leitaõ superior. Ling. confessor.
f. P. Afonso Glz confessor.
Ir. Joam Pinto artista. Lingoa.

SUPPLEMENTO ANNUAL

Faleceraõ nesta Prouincia o anno passado de 99: dous Padres. s. o P. Joam Baptista No Mar afogado Indo pera a casa dos Ilheos onde era superior e o P. Quiricio Caxa neste collegio da Baya.

Dispidiraõ se tres: s. Jacome do Vale framẽgo Estudante no Rio de Jan.ro e Symaõ desam Payo estudante em S. Vicente. Domingos Frz coadiutor na Baya.

Foraõ admittidos na comp.a sete s. Franc.co Meireles estudante. Luis de Lemos estudante. Gpär Mendes coadiutor. Manoel de Morim estudante. Sebastiam Vaz estudante, Pero da Cunha coadiutor. Gpär da raujo. Coadiutor.

Na Baya ao 1º de Jan.ro de 600

Pero Rodrigues [*assinatura autógrafa*].

[*Bras.* 5, 47-48].

APÊNDICE M

Estampas e Mapas

Consagrando êste primeiro tômo ao *Estabelecimento* da Companhia de Jesus no Brasil, teem nêle mais cabida os documentos de carácter geográfico. Mas abri-mo-lo com a figura de Nóbrega que presidiu a êsse estabelecimento, como abriremos o segundo tômo com a figura de Anchieta, Jesuíta que alcançou mais renome na *Obra* da Companhia de Jesus no Brasil, no século XVI.

Manuel da Nóbrega: — Não se conhece nenhum retrato antigo de Nóbrega. O movimento moderno, para colocar no seu devido pedestal o fundador da Província do Brasil, ainda não produziu até agora obra digna dêle. No Brasil, algumas tentativas meritórias se fizeram para o representar, isolado ou em grupo (B. Calixto, Parreiras, etc.). Em Portugal, sob indicação nossa, realizou Jorge Colaço, em 1937, um azulejo para a Beneficente Portuguesa da Baía, e Mestre Francisco Franco modelou, neste ano de 1938, a nosso pedido, a maravilhosa escultura, digna, emfim, de Nóbrega, com que honramos e abrimos a História da Companhia de Jesus no Brasil.

Plano da Igreja e Colégio da Baía: — Sôbre êle vão já suficientes esclarecimentos no texto, p. 54-55 e 28-29. No plano definitivo, a igreja ficou ao lado, como se vê da gravura seguinte.

Igreja e Colégio da Baía: — Recebemo-la obsequiosamente do Doutor Afrânio Peixoto, que a acompanhou desta nota útil:

« A gravura, de onde se tirou esta fotografia, diz que foi fotografada e depois reproduzida em litografia. O litógrafo fêz a gentileza de adornar o quadro com a máquina de daguerreótipo, de caixa e buraco, que ali se vê e serve para datar o desenho « de meado do XIX século ». O chafariz já não está ali, nesta posição: foi recuado para o fundo do Terreiro de Jesus, ao meio, onde se acha.

A « portada », entre a igreja e a rua, também desapareceu. Além da esquina do Colégio (hoje Faculdade de Medicina), é a rua das Portas do Carmo... Portanto, o Colégio estava num dos extremos da antiga Baía. A rua, na cidade baixa, correspondente, ainda se chama: « Rua do Guindaste dos Padres ». O « guindaste » de outrora é hoje um funicular para passageiros ».

Dotação Real do Colégio da Baía: — Entre os diversos documentos referentes ao estabelecimento da Companhia de Jesus no Brasil, tem suma importância o que se refere à dotação do principal Colégio do Brasil. No próprio documento se lê nitidamente a cota do Arquivo *(Bras. 11,* 71).

Plantas e Mapas: — Os documentos cartográficos de mais valor, para o período que historiamos, são:

a) *Livro que dá rezão do Estado do Brasil, feito em 1612,* pelo cosmógrafo João Teixeira, existente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Afonso Taunay, publicou a *Descripção da Costa que vai do Rio de Janeiro até o Porto de São Vicente, para a parte do Sul na qual a mui bons portos e surgidouros como se mostra* (Cf. *Collectanea de Mappas da Cartographia paulista antiga,* S. Paulo, 1922). Dêle reproduzimos a parte costeira.

b) *Descripção de toda a costa da Provincia de Santa Cruz a que vvlgarmẽte chamão Brasil,* por João Teixeira, cosmographo de Sua Magestade. Anno 1642 (Bibl. da Ajuda, *ms.,* 51/IX/18). Pertence a êste códice a estampa da região de *Ilhéus, Camamu* e *Boipeba.*

c) *Rezão do Estado do Brasil no Governo do Norte somẽte asi como o teve Dõ Diogo de Meneses até o anno de 1612* (Bibl. do Pôrto, *ms.* 126). Dêle são: a *Planta da Cidade do Salvador* e a *Costa do Espírito Santo,* onde se vê a curiosa estrutura da *Aldeia dos Reis Magos.* Na *Planta da cidade do Salvador,* a-fim-de não a reduzir demasiado, utilizamos apenas a parte onde se situava o Colégio da Companhia assinalado por *EEE.* A igreja da Ajuda, um pouco mais ao sul, não se vê na planta. Mas, como que insinuando que já então o Colégio era o coração da Baía, notemos a seguinte legenda: X = *Praça grande de IHVS no meyo da cidade.* Além da Fonte dos Padres (TT), a gravura mostra também a Fonte do Pereiro (T).

d) *Roteiro de todos os sinais, conhecim.tos, fundos baixos, alturas e derrotas que ha na costa do Brasil desde o Cabo de Sãto Agostinho até o Estreito de Fernão de Magalhães* (Bibl. da Ajuda, 51/IV/38). Dêste precioso códice quinhentista são as magníficas estampas referentes a *S. Vicente, Rio de Janeiro* e *Olinda.*

Igreja e Colégio de São Paulo: — O antigo Colégio de S. Paulo está hoje completamente modificado e a igreja foi demolida por ameaçar ruína. Em todo o caso, convinha recordar edifícios de tanta sugestão histórica. Devemos à gentileza do historiador paulista, Dr. Afonso de E. Taunay, a gravura que publicamos.

Mapa da Expansão dos Jesuítas no Brasil no século XVI: — Organizamos êste mapa, segundo dados ministrados pelos documentos. Êle por si mesmo se explica. Na impossibilidade de marcar tôdas as Aldeias onde estiveram os Padres, indicamos algumas principais. O tamanho das letras mostra geralmente a importância das localidades. Sublinham-se os Colégios que obtiveram dotação real. Entre parênteses, os anos da chegada ou passagem dos Padres pelos locais assinalados. As setas indicam as entradas ou o sentido da penetração ao interior do Brasil, efectuada pelos Jesuítas no século XVI.

ÍNDICE DE NOMES

(Com asterisco: Jesuítas)

Índice das Estampas

Corrigenda

Não obstante revisão cuidadosa, alguns lapsos aparecerão, inevitàvelmente, numa obra de tamanho volume. Remetemo-los à boa inteligência do Leitor. Entretanto, notamos os seguintes:

Pág.	85, nota 1	leia-se	Tavares de Lira
»	184, linha 25-26	»	António Pedroso
»	222, nota 1	mudem-se	as referências bibliográficas da linha 7 para depois da linha 12
»	230, linha 9	leia-se	século XVII
»	324, » 15	»	enviado de Lisboa
»	352, » 17	»	Paranapanema
»	368, » 3	»	região de Ubatuba
»	418, » 36	»	Álvaro Fernandes
»	441, » 4	»	intenções do índio
»	485, » 6	»	irmão de sua mãi, D. Brites
»	571, » 7	suprima-se	que foi subministro 30 anos

ÍNDICE GERAL

LIVRO TERCEIRO

A CAMINHO DO SUL

LIVRO QUARTO

RIO DE JANEIRO

LIVRO QUINTO

RUMO AO NORTE

APÊNDICES

Imprimi potest
Olysipone, 25 Februarii 1938.
Paulus Durão S. I.
Praep. Prov. Lusit.

Pode imprimir-se
Pôrto, 30 de Abril de 1938.
† *A. A.*, BISPO DO PÔRTO.

ÊSTE PRIMEIRO TÔMO
DA HISTÓRIA DA COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL
ACABOU DE IMPRIMIR-SE DIA DE
NOSSA SENHORA MEDIANEIRA DE TÔDAS AS GRAÇAS
31 DE MAIO DE 1938
NA
TIPOGRAFIA PÔRTO MÉDICO, LIMITADA
PRAÇA DA BATALHA, 12-A — PÔRTO